

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**PETRÓLEO E PODER:
AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DO PARTIDO
DO OURO NEGRO NO BRASIL (1957-1997)**

Thiago Vasquinho Siqueira

Rio de Janeiro
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PETRÓLEO E PODER:
AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DO PARTIDO
DO OURO NEGRO NO BRASIL (1957-1997)**

Thiago Vasquinho Siqueira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Rio de Janeiro

2021

CIP - Catalogação na Publicação

S618p Siqueira, Thiago Vasquinho
Petróleo e Poder: as estratégias pedagógicas do
Partido do Ouro Negro no Brasil (1957-1997) /
Thiago Vasquinho Siqueira. -- Rio de Janeiro, 2021.
343 f.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, 2021.

1. Hegemonia. 2. Estado Ampliado. 3. Instituto
Brasileiro de Petróleo. 4. Tripé da Industrialização
Brasileira. 5. Estado Educador. I. Loureiro, Carlos
Frederico Bernardo, orient. II. Título.



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE
DOUTOR EM EDUCAÇÃO

Aos treze dias do mês de maio de **2021**, às 14h, com base na Resolução CEPG nº 01/2020, reuniu-se em sessão remota, que foi gravada, a Banca Examinadora da Tese intitulada "**Petróleo e Poder: As estratégias pedagógicas do Partido do Ouro Negro no Brasil (1957-1997)**"., de autoria do doutorando Thiago Vasquinho Siqueira (participação por videoconferência), candidato ao título de **Doutor em Educação**, turma **2016** do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Banca Examinadora, constituída pelo orientador Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ - participação por videoconferência), Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ - participação por videoconferência), Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa (UFRRJ - participação por videoconferência), Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF - participação por videoconferência) e Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos (UNIRIO - participação por videoconferência), considerou o trabalho:

Aprovado () Aprovado(a) com recomendações de reformulação
() Reprovado(a)

Eu, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Presidente da Banca, lavrei a presente Ata que segue por mim assinada no verso, representando todos os membros da Banca Examinadora e o candidato.

A banca destaca a relevância e complexidade do tema, a atualidade das questões de pesquisa tratadas, a organização da tese e o rigor metodológico e teórico na análise das informações produzidas e dos resultados. Recomenda a publicação da tese na forma de artigos e livro.

Continuação da Ata de Defesa de Tese do doutorando Thiago Vasquinho Siqueira, realizada em 13 de maio de 2021.

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)

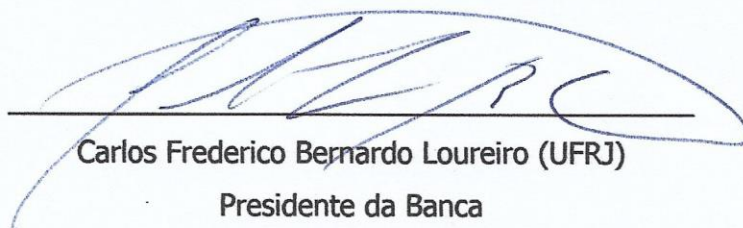
Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ)

Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa (UFRRJ)

Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos (UNIRIO)

Thiago Vasquinho Siqueira – candidato



Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)
Presidente da Banca

Aos bravos trabalhadores e
trabalhadoras que lutam
incansavelmente pela superação do
nosso modo atual de produzir a vida
social.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e avós, Thereza, Sidney, Sylvia (na memória) e José (na memória), obrigado por todo apoio que sempre me deram nos caminhos, nos estudos, na vida como um todo. Vocês foram imprescindíveis para forjar o trabalho que hoje apresento. Vó, nunca vou me esquecer das conversas sobre Getúlio, Juscelino, nos últimos momentos que estivemos juntos. Vô, agradeço pela imagem de incansável trabalhador para manter a manter a sua família, ela contribuiu muito para que eu pudesse enxergar concretamente as injustiças do nosso modo atual de produzir a vida. Obrigado!

Aos meus irmãos, que muitas vezes deram o apoio necessário à família quando eu não pude estar para construir este trabalho.

À Clarissa, pelo apoio e entendimento dos momentos difíceis, mas sobretudo por aturar todas as conversas sobre esta Tese.

Aos grandes camaradas que sempre me apoiaram nas discussões teóricas e na vida, Priscila Amaro, Rodrigo Lamosa, Leonardo Kaplan, Carol Brasil, Nathalia Araújo, Victor Martinez. Obrigado pela força, pelas discussões e pelas cervejas!

Aos meus queridos amigos, que também me aturaram muito, Caverna (Daniel), Marcos, Jesus (Tiago), valeu muito pela força. Os cuidados com a casa e com a alimentação me possibilitaram avançar muitas vezes.

Ao meu orientador, Carlos Frederico Loureiro, pela orientação, disposição, revisões quase imediatas em qualquer dia/hora e por me ensinar muita coisa para que eu pudesse passar pelo mestrado e chegar à conclusão desta Tese. Cada ensinamento e recomendação foram de extrema relevância, mas agradeço sobretudo pela paciência, carinho e cuidado dispensado.

Aos companheiros do Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS), cada discussão, cada recomendação foi importantíssima.

Aos professores que aceitaram compor a banca da minha defesa, Roberto Leher, Virgínia Fontes, Rodrigo Castelo e Rodrigo Lamosa. Vocês compuseram o fundamento dos meus estudos, a inspiração na dedicação à luta. Sinto-me extremamente lisonjeado de tê-los na banca, vocês são a minha referência!

[...] A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.

Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política [...] (GRAMSCI, 2007, p. 21).

RESUMO

Esta Tese objetiva compreender o projeto de hegemonia da burguesia industrial do petróleo através da análise das estratégias pedagógicas implementadas pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). Este estudo buscou contribuir academicamente com um conjunto de trabalhos que analisam a atuação da classe dominante no Brasil. O quadro teórico utilizado está baseado, sobretudo, no conceito de “hegemonia” reelaborado pelo filósofo Antonio Gramsci, que serve a esta pesquisa como uma das principais categorias de análise. Buscou-se apreender as estratégias pedagógicas desenvolvidas, tanto em sentido estrito, bem como as ações de caráter mais amplo, que se propõem a sedimentar consensos sobre os interesses particulares destas frações na sociedade civil. A metodologia se utilizou do conjunto do pensamento de Gramsci, sobretudo seu conceito de “Estado Ampliado”, como ferramenta teórico-metodológica. A ampliação da categoria “Estado” no pensamento do autor possibilita uma forma didática de compreender a atuação da classe dominante no contexto de complexificação do modo de produção capitalista, sobretudo em sua fase monopolista. O recorte foi definido de forma a compreender o período entre a fundação do IBP (1957) e o fim do monopólio da Petrobras (1997), um marco para a indústria de petróleo no Brasil e para a própria história do Instituto. Foram analisados alguns documentos, sistematicamente os Relatórios de Atividades do IBP, realizando uma investigação pormenorizada das estratégias pedagógicas utilizadas em cada momento histórico de sua atuação, possibilitando entender os movimentos na consecução de seu projeto de hegemonia. As análises são apresentadas de forma periodizada, a partir da apreensão dos movimentos centrais em cada momento, demonstrando como as frações burguesas representadas pelo Instituto se organizaram historicamente como classe. Iniciando somente como um Aparelho Privado de Hegemonia, desde sua fundação o IBP assumiu voluntariosamente a tarefa de se constituir como o Partido do Ouro Negro no Brasil. Nesta empreitada histórica, passou de um representante de interesses empresariais do “setor”, a um partido ampliado das causas burguesas da acumulação, congregando interesses de um vasto espectro de frações dominantes, atuando de forma supranacional e suprapartidária, assimilando outras classes e frações ao nível econômico e cultural de seu projeto de hegemonia e, portanto, tornando o Estado educador deste projeto. Mais do que a definição de uma hegemonia para o conjunto das classes, esta pesquisa trouxe como central a forma pelas quais o IBP congrega uma diversidade de interesses intersetoriais contribuindo para tecer o chamado “tripé” da industrialização brasileira e a forma histórica de ampliação do Estado no Brasil. A mediação pedagógica que realiza estabelece os vínculos entre a formação e a produção humana, fornecendo uma unidade determinada ao par estrutura-superestrutura que se estabelece em íntimo acordo com seus interesses.

Palavras-chave: Hegemonia; Estado Ampliado; Instituto Brasileiro de Petróleo.

ABSTRACT

This thesis goal is to comprehend the industrial oil bourgeois' hegemony project, through the analysis of pedagogic strategies implemented by the Brazilian Petroleum Institute (IBP). The aim of this study is to contribute with a group of studies about the actions of Brazil's dominating social class. The theoretic framework used is based on the "hegemony" concept reworked by Antonio Gramsci, and this is one of the main analysis methods in this study. I tried to capture the pedagogic strategies developed, both with educational purposes *strictu sensu* and broader actions that are supposed to create consensus about the particular goals of the social class represented by the institution. The methods used the ideas of Gramsci, specially the concept of "Extended State" as a theoretic-methodological tool. The extension of "State" in this author's work makes it possible to understand dominating class' actions in the context of the capitalistic production mode complexification, specially in its monopolist phase. The timeframe of this study was chosen in order to understand the period between the foundation of IBP (1957) to the end of Petrobras monopoly (1997), a milestone for the oil industry in Brazil and for the institute own history. I analysed documents such as "Activities Reports of the IBP", in a detailed investigation of the pedagogic strategies used in each historic period, making it possible to understand the movements of the implementation of their hegemony project. The analysis is presented in a temporal manner, identifying the central actions of each moment, showing how the bourgeois fractions represented by the institute organised themselves, historically, as a social class. Starting as a Private Apparatus of Hegemony, since its foundation the IBP took on the task of becoming the Black Gold Party of Brazil. In its history, the institute change from a representant of the entrepreneur interests from the oil sector into an extended party of the bourgeois' cause of accumulation, combining a vast spectrum of dominating fractions, acting supranationally and above the political parties, assimilating other classes and fractions at the economic and cultural level of its hegemony project, turning the State into an educator of this project. This research had as its central piece the ways IBP bring together a diversity of intersectorial interests, contributing to the creation of a "tripod" of the Brazilian industrial process and the historical broadening of the Brazilian State. The institute's pedagogic mediation establish the links between education and human production, creating a unity of structure-superstructure that is made according to its own interests.

Keywords: Hegemony; Extended State; Brazilian Petroleum Institute.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCE – Associação Brasileira de Consultores de Engenharia
ABCQ – Associação Brasileira de Controle da Qualidade
ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base
Abemi – Associação Brasileira de Engenharia Industrial
Abendi – Associação Brasileira de Ensaio Não-Destrutivos
ABESPetrol – Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo
Abimaq – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas
Abinee – Associação Brasileira Indústria Elétrica Eletrônica
Abiquim – Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAMAN – Associação Brasileira de Manutenção
ACTIN – *Agence pour la Cooperation Thechnique Industrielle et Economique*
ADESG – Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
AEPET – Associação dos Engenheiros da Petrobras
AI-5 – Ato Institucional nº 5
AIB – Ação Integralista Brasileira
AL – Aliança Liberal
ALALC – Mercado Comum Latino-Americano de Livre Comércio
Alcoolquímica – Companhia Alcoolquímica Nacional
AMFORP – *American & Foreign Power Company*
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ANP – Agência Nacional de Petróleo
APH – Aparelho Privado de Hegemonia
API – *American Petroleum Institute*
Apla – *Asociación Petroquímica Latinoamericana*
Arena – Aliança Renovadora Nacional
Arpel – *Asistencia Reciproca Petrolera Estatal Latino Americana*
ASMAT – Assessoria Geral de Material da Petrobrás
Asme – *American Society for Mechanical Engineers*
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR – BNDES Participações S.A.

BNH – Banco Nacional da Habitação
BR – Petrobras Distribuidora
Cacex – Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil
CBE – Companhia Brasileira de Estireno
CBP – Consórcio Brasileiro de Produtividade
CCNAI – Comissão Coordenadora dos Núcleos de Articulação com a Indústria
CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico
CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial
CEDPEN – Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
Ceg – Companhia Estadual de Gás
CEME – Central de Medicamentos
Cenal – Comissão Executiva Nacional do Alcool
Cenap – Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo
Cenpes – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
Cepe – *Corporación Estatal Petrolera Ecuatoriana*
Cesp – Centrais Elétricas de São Paulo
CID – Centro de Informação e Documentação Hélio Beltrão
Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
Cinpe – Comissão da Indústria Pesada
CIP – Conselho Interministerial de Preços
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNP – Conselho Nacional de Petróleo
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH-Ipea – Centro de Recursos Humanos do Ipea
Cofic – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
CONCLAP – Conselho Nacional das Classes Produtoras
Conder – Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo
Conep – Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização dos Preços
Consultec – Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas
Copam – Companhia de Petróleo da Amazônia
Copebrás – Companhia Petroquímica Brasileira

Copec – Complexo Petroquímico de Camaçari
Copene – Companhia Petroquímica do Nordeste
Coperbo – Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
Cosigua – Companhia Siderúrgica da Guanabara
Cosipa – Companhia Siderúrgica Paulista
CPA – Conselho de Política Aduaneira
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DEM – Democratas (partido político)
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
E&P – Exploração & Produção
EC – Emenda Constitucional
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica
Embramec – Mecânica Brasileira S.A.
Esabras – Estaleiros Associados do Brasil
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estado Unidos da América
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fibase – Financiamentos e Insumos Básicos S.A
Fieb – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
Fiemg – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Findes – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
FPSO – *Floating Production Storage and Offloading*
Funcex – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
FUP – Federação Única dos Petroleiros
Gasbras – Companhia Brasileira de Gás
GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística
GEIMAPE – Grupo Executivo da Indústria Mecânica

Geiquin – Grupo Executivo da Indústria Química
GS-III – Grupo Setorial III (CDI)
I.T.T. – *International Telephone and Telegraph*
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IAP – Instituto Argentino de Petróleo
IAPG – *Instituto Argentino del Petroleo y del Gas*
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
Ibrasa – Investimentos Brasileiros S.A.
IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia
IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
Inmetro – Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
IP – *Institute of Petroleum*
IPA – Instituto Petroquímico Argentino
Ipea – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
Ipla – Instituto Petroquímico Latino-americano
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IRB – Instituto de Resseguros do Brasil
ISAP – *Instituto Sudamericano Del Petróleo*
Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISO – *International Organization for Standardization*
JK – Juscelino Kubitschek
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MIC – Ministério da Indústria e Comércio
MIC-STI – Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
NAI – Núcleos de Articulação com a Indústria (CDE)

Norquisa – Nordeste Química S.A.
Olade – *Organización Latinoamericana de Energia*
ONIP – Organização dos Industriais do Petróleo
ONS – Organismo de Normalização Setorial
ONU – Organização das Nações Unidas
P&D – Pesquisa & Desenvolvimento
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PDVSA – *Petroleos de Venezuela S/A*
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.
Petroquisa – Petrobras Química S.A.
PFL – Partido da Frente Liberal
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRM – Partido Republicano Mineiro
Proálcool – Programa Nacional de Álcool
Procap – Programa de Capacitação Tecnológica em Sistemas de Exploração para Águas Profundas
PRP – Partido Republicano Paulista
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido do Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sepes – Serviço de Pessoal da Petrobras
Sermat – Serviço de Materiais da Petrobras
SEST – Secretaria de Controle das Estatais
SGMB – Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro
Simesp – Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo
Sinaval – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval

Sindicom – Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes

Sinpeq – Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Petroquímicos e de Resinas Sintéticas de Camaçari, Candeias e Dias D'Ávila

Sinper – Sindicato das Indústria Petroquímicas e Resinas Sintéticas do Estado da Bahia

SME-BA – Secretaria de Minas e Energia da Bahia

SNI – Serviço Nacional de Informações

SPI – *Society of Petroleum Engineers*

SSAT – Setor de Supervisão do Aperfeiçoamento Técnico do CNP

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnIBP – Universidade do Setor de Petróleo e Gás

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL E MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL: OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS	28
1.1. Do Império à institucionalização da Lei de Minas na década de 1920	28
1.2. O petróleo e a modernização conservadora – a República Velha e o Golpe de 1930.....	30
1.3. O Estado estrito como promotor da exploração, o período do Estado Novo	45
1.4. A reinstitucionalização do Estado e a inflexão liberal	59
1.5. A consolidação de uma política do petróleo	66
1.6. A escalada do capital transnacional e sua associação interna	73
2. AS RAÍZES DO APH DO PETRÓLEO NO BRASIL	85
2.1. A idealização do IBP na Petrobras.....	85
2.2. O capital estatal e transnacional na constituição do IBP.....	93
2.3. O desenvolvimentismo e a macroestratégia pedagógica do IBP.....	99
2.4. O IBP e o contexto entre o final dos anos de 1950 e o Golpe de 64.....	104
3. DO GOLPE AO “MILAGRE”: O AMADURECIMENTO DO APH.....	117
3.1. Das primeiras ações à relação orgânica sociedade política-sociedade civil no IBP.....	117
3.2. O intelectual coletivo da articulação do conjunto de capitais no “modelo do tripé”	125
3.3. O IBP e o amadurecimento do “tripé” – o “esquema tripartite” do setor petroquímico	141
4. DA DISTENSÃO À ABERTURA DO REGIME: A ESCALADA DO APH.....	158
4.1. O IBP e o II PND	158
4.2. O IBP e a transferência de tecnologia para manter a acumulação	171
4.3. A pedagogia do “pressionar sem romper” – a ascensão do IBP	177
4.4. O IBP e a Abiquim – o avanço na área química para manter a acumulação.....	184
4.5. O IBP e a expansão do empresariado na exploração e produção de petróleo	193
4.6. O fim da ditadura e a consolidação do Partido.....	198
5. NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: A HEGEMONIA DO PARTIDO DO OURO NEGRO NO BRASIL	204
5.1. Crise orgânica e início da reestruturação do padrão de acumulação capitalista	204
5.2. A adoção da alternativa neoliberal e a postergação da crise de hegemonia.....	224

5.3. A hegemonia do projeto neoliberal e do Partido do Ouro Negro no Brasil	247
5.4. Alguns apontamentos sobre o projeto de hegemonia do Partido do Ouro Negro	277
CONCLUSÕES.....	291
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	299
APÊNDICE I – Levantamento da formação e dos cargos ocupados pelos presidentes do IBP	311
ANEXO I – Estrutura organizacional e das Comissões Técnicas do IBP em 1985	323

INTRODUÇÃO

No jogo das forças que conduzem o mundo, uma predomina: o petróleo. E é com o petróleo que nos bastidores secretos da vida oficial hoje se escreve a história – ou se faz a história. Uma rede de torres de sondagem, de condutos de óleo e de refinarias circunvolve o globo. E nos escritórios se alapam os grandes aventureiros modernos, possuidores ou manipuladores do líquido negro que cada vez mais se torna o elixir da vida desta humanidade. Amor e ódio, guerra e paz, tudo é o petróleo que determina. Fatos ocorrem; grandes nomes surgem e passam. Mas os fatos são manipulados e os grandes nomes apenas funcionam como marionetes dum oculto poder mágico – o Poder do Petróleo (BEY, 1935, p. 31).

Publicado em 1933, o livro original *Flüßiges Gold*, do jornalista Essad Bey, traduzido no Brasil sob o título “A Luta pelo Petróleo”, é um dos primeiros livros a traçar uma história sobre o líquido negro – desde o primeiro campo petrolífero do qual o fogo que emanava era cultuado religiosamente séculos antes de Cristo na península de Absheron, hoje Azerbaijão, até a formação das grandes redes de poder dos *trusts* de petróleo. Conferindo a um objeto força e determinação, o trecho demonstra como, em nosso modo de produzir a vida social, as relações concretas estabelecidas entre os homens são apagadas, emergindo como relações entre mercadorias que possuiriam “ocultos poderes mágicos” de fazer história. Essa fetichização faz com que as determinações particularistas e as relações sociais de poder sejam apagadas sob o manto de um consenso sedimentado no conjunto do tecido social, a necessidade do desenvolvimento.

Indo na contramão desta leitura da realidade, esta Tese analisa exatamente as ações concretas realizadas por determinadas frações sociais que, se utilizando da via pedagógica, buscam garantir sua hegemonia de classe. Visando explicitar o que há de “oculto” nestas relações, esta pesquisa busca compreender a relação entre as estratégias pedagógicas utilizadas por frações burguesas vinculadas à indústria do petróleo e o alcance de seus interesses na organização da produção e da economia no Brasil.

O petróleo foi objeto de uma série de conflitos no decurso de nossa formação sócio-histórica. Como veremos, estudos apontam para a última década do século XIX como o marco inicial do processo de busca pela exploração do petróleo no Brasil. No entanto, foi na década de 1930, com o processo de modernização da economia brasileira, que surgiram disputas políticas mais relevantes em torno da questão, se acirrando, sobretudo, a partir dos anos de 1940-50, com a aceleração da industrialização e com o processo de estabelecimento de uma burguesia industrial enquanto classe dominante. Portanto, a dinâmica de ascensão de uma

burguesia industrial na história brasileira caminhou de forma concomitante à busca pelo desenvolvimento da cadeia produtiva de petróleo¹ em território nacional.

Apesar da existência de fornecimento de combustível para iluminação ao menos desde os últimos anos do século XIX, a distribuição de gasolina e querosene ganhou maior relevância no Brasil na década de 1910, quando por aqui se instalaram braços dos grande *trusts* imperialistas do petróleo, como a *Standard Oil* (que depois passou a se chamar Esso), a *Royal Dutch Shell* (de início sob o nome de *Anglo-Mexican Petroleum*), a *Texas Company* (Texaco) e a *Atlantic Refining* (SINDICOM, 2010, p. 18). A diversidade de publicações que apresentam disputas políticas relativas à conformação da indústria do petróleo no Brasil (COHN, 2017; DIAS & QUAGLINO, 1993) aponta para alguns marcos principais, que demonstram que o robustecimento da correlação de forças sobre as formas de consolidação da indústria e de uma política de petróleo no Brasil se iniciam na década de 1930 e se intensificam nas duas décadas posteriores. É emblemático o surgimento do primeiro órgão estatal voltado especificamente para o petróleo em 1938, com a criação do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), expressando a ascensão da questão a partir desta década.

A partir dos anos de 1930, o impulsionamento da transição da economia brasileira – até então baseada na agroexportação – para uma economia de bases urbano-industriais, desencadeou a transformação dos processos de luta e correlações de forças entre as diferentes classes e frações. A centralidade do petróleo como um recurso elementar da nova estrutura econômica que se vinha forjando trouxe à discussão um maior número de agentes e agências, em grande parte baseados na polissêmica ideologia “nacionalista”, sedimentada na sociedade civil brasileira como uma das principais alavancas do processo de modernização industrial. Este cenário contribuiu para que, à época, setores do empresariado, frações do alto escalão militar e camadas trabalhadoras – até mesmo o Partido Comunista Brasileiro (PCB)² – adentrassem a discussão sobre as formas de desenvolvimento de uma indústria do petróleo no Brasil. Exemplos da popularização destas discussões são patentes no período, como as polêmicas entre o famoso escritor Monteiro Lobato e o presidente Getúlio Vargas, os divergentes debates entre membros das forças armadas desferidos no Clube Militar, a participação do PCB na Campanha

¹ Quando nos referimos ao termo “cadeia produtiva de petróleo”, estamos apontando para todo o conjunto de processos produtivos que envolvem, sobretudo, a exploração e produção propriamente ditas, a perfuração, o refino, a petroquímica, o transporte, a distribuição de combustíveis, dentre outros processos industriais em torno da produção de petróleo, gás natural e derivados, como a indústria de prospecção, de máquinas e outras. O próprio IBP, organização analisada nesta pesquisa, desde sua fundação autointitula sua concepção como sendo de uma “indústria integrada”.

² Especificamente para esta discussão, ver Penna (2004), no trabalho “Petróleo e Soberania Nacional”.

“O Petróleo é Nosso” e a tomada da discussão nos congressos e conferências das organizações do empresariado, como as Conferências das Classes Produtoras (CONCLAP).

A correlação de forças sociais criada em torno da questão do petróleo fez com que o Estado adentrasse o espaço da produção de uma forma específica, através da criação do monopólio sobre a exploração de petróleo com a implementação da lei que criava a Petrobras, em 1953. Entretanto, a inserção do Estado numa esfera que não é propriamente seu espaço de atuação no modo de produção capitalista – a esfera produtiva – se configurou como uma postura tomada diante da condensação de uma diversidade de interesses que estavam em jogo no período, a qual somente pode ser analisada em conjunto com o momento histórico em que este tipo de decisão foi tomada (COHN, 2017, p. 15). A crise de dirigência das frações agrário-exportadoras, desfechada pela recessão mundial de 1929, não possibilitava à ainda incipiente burguesia industrial brasileira assumir o empreendimento da indústria do petróleo por si só, não somente pela escassez de mão de obra especializada e de tecnologia – como muitas vezes se aponta –, mas pela falta de bases de uma acumulação capitalista industrial, de infraestrutura empresarial e da própria organização interna da burguesia industrial enquanto classe passível de conduzir o amplo processo de modernização econômica.

Sendo resultado de um rearranjo dos chamados segmentos oligárquicos tradicionais, a política econômica do pós-1930 não possuía bases industrialistas de pronto, mas o investimento direto do Estado em alguns segmentos da esfera produtiva também não deve ser entendido como processo de autodeterminação. Até então a estrutura da indústria brasileira podia ser resumida a um setor de bens de consumo, tendo na agroexportação a ponta de lança do processo de acumulação. Uma vez colocada a recessão deste modo de acumulação e não existindo as condições de organização de uma burguesia industrial capaz de conduzir o processo, coube, portanto, ao Estado, assumindo processos de relativa autonomia política, reorientar as diretrizes da política econômica do país para a realização do processo de industrialização, garantindo, assim, a reprodução do próprio modo de produção capitalista ao modernizá-lo.

Seguindo esta direção através de diretrizes políticas, o Estado transferia recursos da agricultura para o desenvolvimento da industrialização, invertendo a dinâmica da acumulação capitalista nacional em busca de superar a condição de vulnerabilidade externa. Não possuindo, as elites industriais brasileiras, condições de dirigir o processo político iniciado na década de 1930, seriam elas as privilegiadas com as decisões que passaram a ser adotadas. Sem embargo, não significava que as frações agrárias tradicionais, que ainda ocupavam espaços decisórios dentro do aparelho de Estado, detivessem uma postura totalmente contrária ao processo de industrialização, pois isto também possibilitava a criação de novos mercados para dispor suas

mercadorias. Portanto, foi neutralizando as tensões em jogo que teve o Estado o papel de condução da modernização da economia brasileira no período (MENDONÇA, 1986, p. 22).

Ampliando suas funções de coordenação no período de 1930-50, o Estado fazia com que o núcleo principal do modo de acumulação anterior, para o qual a economia se inclinaria “naturalmente”, se orientasse no sentido de fazer da empresa capitalista industrial o novo centro do processo (OLIVEIRA, 2013, p. 40). Neste sentido, um dos papéis de intervenção econômica, ao qual o Estado foi convocado, foi o de investidor direto em atividades produtivas para sanar o problema da falta de volume de capital em proporção ao empreendimento econômico que se pretendia criar. O Estado passou a investir na implantação da infraestrutura necessária à acumulação industrial privada, sobretudo, na instalação de um inexistente setor de bens de produção. Dessa forma, arcava com os custos dos bens e serviços básicos que eram necessários ao investidor privado, subsidiando a implantação de outras atividades industriais e garantindo a maximização dos lucros. Como exemplos, estão a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e – mais relevante para este estudo – da Petrobras (1953).

Apesar da decisão sobre o monopólio estatal do petróleo, tal postura não afastaria os interesses da burguesia industrial em ascensão, deixando ao Estado restrito este nicho da produção capitalista. Quando reiterados os interesses imperialistas nos países periféricos no pós-Segunda Guerra, a intervenção de companhias transnacionais e seus associados internos sobre diversos setores tornou-se patente, fazendo com que, no caso do petróleo, se intentasse alterações na legislação que conferia o monopólio, dentre outras iniciativas privadas para adentrar o espaço da produção. Ainda que a revisão do papel das elites industriais brasileiras tenha ocorrido, sobretudo, a partir dos anos de 1930, tornando-se decisivo para o entendimento dos processos que vinculam Estado e economia, a organização da burguesia industrial para a defesa de seus interesses já se vinha realizando desde a década de 1920, tendo como marco a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – considerada uma das mais relevantes organizações de representação dos interesses da classe – em 1928 (MENDONÇA, 1986, pp. 18-9).

A representação de interesses da indústria no Brasil se caracterizou por duas modalidades de organização principais, tendo origens, sobretudo, na década de 1930. A gênese da primeira destas modalidades de representação do empresariado foi instituída oficialmente pela legislação sindical desta década, tendo como características um sistema articulado em níveis hierárquicos – sindicatos, federações e confederação –, com critérios de localização regional e categoria industrial, possuindo no controle Estatal a restrição de sua atuação. A segunda modalidade, não antagônica à primeira – e muitas vezes complementar –, é

caracterizada por associações civis criadas de forma paralela à esta estrutura oficial proposta pela legislação, tendo nos antecedentes de sua formação a busca do empresariado por organizações mais autônomas – sobretudo em relação ao controle do Estado – para a expressão de seus interesses (DINIZ & BOSCHI, 1979, pp. 111-2).

Com o processo de transformação político e institucional ocorrido a partir dos anos de 1930, a expansão do aparelho de Estado com a criação de diversos órgãos, agências, grupos de trabalho e conselhos, permitiu novas formas de canalizar demandas de diversos setores dispostos na sociedade civil. Ao mesmo tempo que abria espaços para o exercício da influência nas decisões políticas, esta diversidade de nichos de participação fornecia à imagem do Estado a aparência de um conjunto não-monolítico de instâncias decisórias (*op. cit.*, 1986, p. 19). Tendo se destacado na organização e canalização de seus interesses através destes espaços, a burguesia industrial, mesmo que ainda não sendo hegemônica, logrou imprimir sua “visão de mundo” por estas vias. Apesar de o próprio Estado ter definido a modalidade representativa oficial através da legislação sindical, é notável que, com o avanço da modernização industrial brasileira, as associações civis paralelas assumiram crescente importância como canal de expressão coletiva do empresariado (DINIZ & BOSCHI, 2002, p. 167).

Buscando uma posição de autonomia quanto à estrutura corporativa oficial, a burguesia industrial criou seus próprios núcleos alternativos de representação de interesses, contando, a partir daí com uma dupla frente de representação: uma oficial, servindo para a solução de questões relativas a conflitos trabalhistas, possibilitando à burguesia se manter livre de possíveis perdas ao se envolver diretamente nestes; e outra paralela, com mais recursos financeiros para serem utilizados de forma autônoma, permitindo o acesso direto à espaços da aparelhagem estatal que, em caráter mais efetivo, passaram a direcionar suas demandas e interesses. A partir da década de 1950, o fortalecimento interno destas frações burguesas através da associação com o capital estrangeiro, possibilitou a elas a demonstração da instrumentalidade do ideário nacionalista, que lhes serviu para fornecer a estrutura necessária ao processo de modernização e, conseqüentemente, de sua própria constituição enquanto classe. Em inícios da década de 1960, este empresariado já possuía organização suficiente para uma atuação relativamente autônoma quanto à estrutura corporativa, possibilitando se afastar de projetos nacionalistas que negassem a recusa ao capital externo e a conclamação das massas (*idem*, 1986, pp. 67-8).

Emblemático neste cenário é o caso da burguesia que se vinculou à cadeia produtiva de petróleo. Tendo sido canalizada a correlação de forças sobre a questão com a criação do monopólio – tanto pela centralidade dessa mercadoria para o processo de industrialização, como

pela necessidade de grande aporte de capitais e tecnologia para o empreendimento –, esta burguesia não permitiu que este espaço da produção fosse detido apenas pelo Estado. Além de continuar a disputa em torno das formas de desenvolver a produção, garantiu seus espaços em ramos da cadeia nos quais o processo de acumulação é mais efetivo, como no caso do refino e da petroquímica. Expressão deste movimento histórico foi a criação de uma organização coletiva para a representação destas frações do empresariado. Surgido no final da década de 1950 através da associação entre capital estatal, nacional e estrangeiro, o **Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP)** não somente cresceu, mas sofisticou seus mecanismos pedagógicos de sedimentação de consensos sobre as formas de desenvolver a produção, pavimentando a hegemonia das frações burguesas por ele representadas.

Apesar de bastante sintética, a exposição acima pretende inserir o leitor no contexto de formulação desta pesquisa, buscando apresentar elementos concretos da correlação de forças históricas que deu origem à organização da cadeia produtiva de petróleo no Brasil. Grande parte destes elementos subsidiaram a construção das análises, sendo estes:

- (i) a capacidade do petróleo enquanto um artifício que, devido à suas propriedades internas, possibilita a dinamização do próprio processo de produção social;
- (ii) devido a esta capacidade, a centralidade que este recurso assume no interior do modo capitalista de produção, ao contribuir para o desenvolvimento de modelos organizativos da produção social – como o fordismo – que permitiram a complexificação do modo de produção capitalista em sua fase monopolista;
- (iii) as correlações de forças sociais criadas em torno deste recurso quando o mesmo é tratado como uma mercadoria capaz de contribuir para o processo de produção de outras, e, portanto, capaz de dinamizar a acumulação;
- (iv) diante deste conjunto de forças sociais, as organizações representativas criadas pela burguesia industrial no Brasil, possibilitaram o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para conformar, em distintos momentos históricos, as formas sociais de produzir petróleo e seus derivados, sedimentando consensos no interior da sociedade civil de acordo com seus interesses, tanto no momento de sua consolidação enquanto classe, como na manutenção de sua hegemonia³.

³ No momento em que o Estado assumiu a produção de petróleo no contexto de garantir as necessidades básicas de infraestrutura para a modernização da economia brasileira, a burguesia industrial não possuía condições de realizá-la por si só. Entretanto, em outros momentos históricos, surgiram inflexões nestes processos, como as mudanças em alguns elos da cadeia de produção que possibilitaram o ingresso e a acumulação privada na área de refino e petroquímica ainda nos anos de 1950-60, e, mais recentemente, a abertura do mercado, ocorrida nos anos de 1990.

Partindo destes elementos, o objeto desta pesquisa é a atuação da classe dominante vinculada à cadeia produtiva de petróleo no Brasil, especificamente, suas estratégias pedagógicas de atuação, que conformam, em âmbito superestrutural⁴, consensos sociais adequados ao desenvolvimento de seus interesses no nível da estrutura. Portanto, o objeto de pesquisa compreende as mediações pedagógicas, formuladas e executadas por estas frações do conjunto da classe dominante, em nível superestrutural – no Estado restrito, no conjunto das organizações sociais, nas formulações de seus intelectuais, nas concepções de mundo formuladas –, que se concretizam na estrutura – na dimensão produtiva, na economia.

Neste sentido, esta pesquisa tem por **objetivo** compreender o projeto de hegemonia da burguesia industrial do petróleo, através da análise das estratégias pedagógicas implementadas pelo IBP. Buscou-se apreender e analisar a diversidade de estratégias utilizadas em distintos movimentos históricos da organização, desde seus antecedentes de criação às suas formas mais recentes de ação, que se configuram na atuação política deste empresariado na consecução de seu projeto de hegemonia. Para isto, procurou-se compreender as mediações entre a atuação da organização no aparelho de Estado, visando à manutenção dos interesses destas frações monopolistas do capital, e os processos de caráter mais amplo realizados no interior da sociedade civil.

As estratégias pedagógicas das organizações representativas do empresariado são apresentadas aqui como mediações realizadas por determinadas frações dominantes que, ao tornar consenso social seus ideais próprios – seus interesses de classe, suas formas e métodos de produzir e desenvolver, suas concepções de mundo –, se conectam à sua efetivação na realidade concreta – no âmbito da produção, da economia e, portanto, da acumulação e reprodução do capital. Na fase monopolista do capitalismo estas mediações se complexificam em busca da conformação de uma certa sociabilidade⁵ que, ao sedimentar no senso comum objetivações como necessárias ao todo social em um contexto histórico, apagam as relações de classe existentes nestas objetivações, garantindo a dirigência política e intelectual do conjunto da sociedade e o alcance de interesses econômicos determinados.

O quadro teórico utilizado nesta pesquisa se baseia no marxismo, sobretudo, na atualização histórica deste, realizada pelo filósofo marxista Antonio Gramsci. Reelaborado pelo

⁴ Quando falamos em “estrutura” e “superestrutura” nos referimos aos conceitos em Marx e, sobretudo, à sua apropriação e utilização na obra do filósofo italiano Antonio Gramsci, como será discutido mais à frente.

⁵ Segundo Martins (2009), a sociabilidade ou conformismo social compreende a forma de ser, pensar e agir predominante dos homens e das classes, marcada por traços comuns ou compartilhados pelo conjunto de seres humanos em um dado momento histórico, sob mediação do estágio de desenvolvimento das relações sociais.

pensador, o conceito de “hegemonia” serve a esta pesquisa como uma das principais categorias de análise. Gramsci entende que, em seu movimento histórico, as classes e frações sociais produzem e reproduzem, tanto suas condições objetivas, como subjetivas de existência, disputando-as como senso comum (ou consenso) no/para o conjunto do tecido social. Neste sentido, hegemonia seria a capacidade persuasiva de um grupo social dirigir processos históricos para além do exercício direto da coerção. Portanto, a análise das estratégias pedagógicas, conforme apresentado anteriormente, está assentada na categoria “hegemonia” utilizada por Gramsci em sua obra.

Parte do pensamento do autor italiano está baseada em dois conceitos fundamentais desenvolvidos por Marx, estrutura e superestrutura, que geraram – e ainda geram – divergências entre os estudiosos. O entendimento dialético de Gramsci sobre a unidade estrutura-superestrutura possibilitou a formulação de uma leitura historicamente atualizada do marxismo, contribuindo para o avanço de equivocadas concepções formuladas, tanto por críticos de Marx, como pelos próprios socialistas. A crítica à apreensão equivocada do par conceitual pode ser observada na nota abaixo.

§ 24. *Estrutura e Superestrutura*. Economia e ideologia. A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas. [...]
[...] de fato, a política é, em cada caso concreto, o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se afirma que devam necessariamente se realizar. Uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada depois que ela superou todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses (e declarando-se, explicitamente, que se trata de hipóteses). [...]
[...] De fato, toda fase histórica deixa os seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é “essencial”, sem resíduo de um “incognoscível” que seria a verdadeira “essência”. O que se “perdeu”, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo irrelevante, era “escória” casual e contingente, crônica e não história, episódio superficial, sem importância, em última análise (GRAMSCI, 1999, pp. 238-240, *grifos meus*).

Neste sentido, qualquer fato social só existe por possuir razão para existir, a cadeia de relações que origina o fato corresponde a uma relação de causalidade não expressa mecanicamente. Portanto, um objeto de análise é algo determinado, que só é possível ser compreendido concretamente quando se apreende suas determinações (CARDOSO, 1990). Se um fato social é determinado, sendo explicado somente ao serem apreendidas suas determinações, há uma cadeia de relações que determina o fato, mas há também uma

determinação que emana do mesmo. A realidade concreta seria, assim, síntese histórica de relações que exprimem uma unidade determinante-determinada, uma totalidade de relações e interações entre unidades menores que determinam – e são, ao mesmo tempo, determinadas – por outras unidades também menores. Este processo só pode ser entendido quando se encontram as determinações contidas nas cadeias de relações e a ordem com que estas se estabelecem no desenvolvimento histórico. Para Marx, “o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 2008, p. 258).

Esta concepção nos possibilita análise e prática que vão para além das leituras economicistas do método em Marx, como pode ser observado no trecho abaixo.

A proposição contida na introdução à Crítica da economia política [obra de Marx], segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; [...]. A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, e um fato de conhecimento, um fato filosófico. [...] quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica (GRAMSCI, 1999, p. 320).

Ocupando-se das transformações ocorridas no capitalismo mundial na virada do século XIX para o XX, sobretudo com o estabelecimento das formas imperialistas de dominação (MENDONÇA, 2018, pp. 7-8), o pensamento gramsciano foi formulado através da análise das correlações de forças históricas concretas, existentes em seu período de vida. Partindo de conceitos que não puderam ser melhor aprofundados no período vivenciado por Marx – como é o caso do conceito de “imperialismo” –, Gramsci percebe a complexificação das concepções de sociedade criadas pela classe dominante na fase monopolista do modo de produção capitalista. Tais concepções, buscando suprir lacunas oriundas das contradições do próprio desenvolvimento histórico deste modo de produzir a vida social, se orientaram a um aprofundamento das formulações superestruturais que asseguram a reprodução da ordem social (*ibidem*, p. 8), conferindo-lhes maior musculatura e, conseqüentemente, restringindo o desenvolvimento de movimentos sociais contrários.

Para Gramsci, o vínculo orgânico do par dialético estrutura-superestrutura se efetiva na realidade concreta através da função de agentes que operam em nível superestrutural, sendo estes denominados “intelectuais”. A noção gramsciana de intelectual rompe com as tradições interpretativas desta categoria, a de intelectual como o detentor do conhecimento erudito, do conhecimento acadêmico, exclusivamente o técnico, o especialista. Gramsci aponta este entendimento sobre os intelectuais destacando: “Eu amplio muito a noção de intelectual e não

me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais”, sendo “especialmente na sociedade civil que operam” estes (GRAMSCI, 2011, p. 267).

Para o filósofo sardo os intelectuais são o “cimento” dialético da unidade estrutura-superestrutura, os responsáveis por determinada concepção de mundo ser sedimentada como senso comum ou consenso no conjunto da sociedade, mesmo que tais concepções se apresentem como contraditórias para determinadas classes ou frações. Ou seja, são estes os sujeitos responsáveis pela vinculação entre a estrutura – a economia, a esfera da produção em si – e as dimensões superestruturais – a política, o direito, a moral e outras – dentro de um contexto histórico de desenvolvimento da socialidade humana. No entanto,

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Seria possível medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...] (GRAMSCI, 2011, pp. 207-8).

Logo, os intelectuais em Gramsci não são um grupo social autônomo, formado por sujeitos que, apartados da base material, se dedicariam exclusivamente a formular concepções assentadas nos campos das ciências, da filosofia, da arte e do eruditismo em geral. Ao contrário, sua função se concretiza no sentido de formular/disseminar concepções destes campos aderidas às formas existentes – ou passíveis de existir – na produção concreta da vida social. O fundamental está em compreender suas funções de organização e seus vínculos em busca da manutenção ou superação da hegemonia em um determinado período histórico. Deste modo, seus vínculos orgânicos – sua “organicidade”, como apresentado no trecho – se estabelecem com uma das classes ou frações em disputa no tecido social, daí decorre o conceito gramsciano de “intelectual orgânico”.

A relação entre os intelectuais e a produção é mediada por uma dupla dimensão superestrutural, a sociedade civil e a sociedade política. Nas organizações da sociedade civil – denominadas privadas no sentido de adesão voluntária, de esfera das vontades – e da sociedade política – o próprio aparelho de Estado em sentido estrito – que os intelectuais dispõem sua atividade, por isso serem denominados “funcionários” destas superestruturas. Assim sendo, os

elos entre o mundo da produção (a estrutura) e as superestruturas como um todo (nível jurídico, ético, político, ideológico) são também estabelecidos no próprio conjunto das superestruturas.

Desde o século XIX cresceram e se ramificaram inúmeras formas associativas na sociedade capitalista (FONTES, 2017) que, dispostas no âmbito da sociedade civil sob diferentes nomenclaturas – *Think Tanks*, associações e organizações empresariais, organismos ditos não governamentais, Institutos, dentre outros –, contribuem para uma espécie de “entrincheiramento” realizado pela classe dominante, possibilitando a disseminação de consensos que mantém íntima relação com a política institucional. Compreendendo a complexificação das formas de reprodução do modo de produção capitalista, o filósofo italiano apreendeu o aumento da relevância do papel destes intelectuais coletivos na busca pelo saneamento das contradições deste modo de produzir a vida social. Ou seja, as dimensões superestruturais teriam relevância superior nesta fase do capitalismo, criando e mantendo centros de formulação, multiplicação e sedimentação de concepções de mundo dominantes.

No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização interna e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente” própria de 1848 [do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels], é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (GRAMSCI, 2007, p. 24).

A hegemonia, em termos gramscianos, se caracteriza por uma série de processos ligados ao exercício do poder em sociedades baseadas na divisão em classes. Ela se concretiza através da prática política de uma classe ou fração que busca sedimentar sua concepção de mundo às outras. A manutenção da hegemonia é também uma relação pedagógica, na qual a classe ou frações dominantes subordinam os grupos sociais através da persuasão ou da educação, organizando um suposto consenso social em torno de sua concepção dominante de mundo (MARTINS & NEVES, 2010). Os intelectuais são os sujeitos ativos desta mediação pedagógica, os quais através de organizações da sociedade civil disseminam uma determinada concepção de mundo, buscando obter a hegemonia intelectual, moral e política do conjunto social.

Hegemonia e educação são elementos centrais e inseparáveis na concepção gramsciana, sendo tratados exaustivamente em sua obra. Sendo os intelectuais os meios, a via

pedagógica é uma das formas principais de soldagem da unidade dialética estrutura-superestrutura. Para o filósofo, as instituições oficiais burguesas de educação são talvez as formas mais sistemáticas, mas não exclusivas, de elaboração do consenso em diversas das dimensões superestruturais. A mediação pedagógica é também realizada em diversos outros níveis superestruturais – jurídico, político, ideológico, moral, ético –, fazendo com que, por vezes, a força pareça apoiada pelo consenso da maioria, ou seja, equilibrando de diversas formas a combinação entre força e consenso, sendo, portanto, exercício “normal” da hegemonia (GRAMSCI, 2007, p. 95). Neste sentido, o exercício da hegemonia é uma relação pedagógica.

Este problema pode e deve ser aproximado da colocação moderna da doutrina e da prática pedagógicas, segundo as quais a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor. Mas a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais (GRAMSCI, 1999, p. 399).

Partindo deste quadro teórico, interessa-nos nesta pesquisa, tanto a formação profissional, tida como um dos objetivos principais do IBP desde sua fundação, como os aspectos de caráter mais amplo, realizados na sociedade civil e no Estado estrito. Busca-se apreender seu projeto de hegemonia, ou seja, a diversidade de formas e estratégias pedagógicas desenvolvidas, tanto com propósitos educativos no sentido estrito, bem como as ações de caráter mais amplo, que se propõem a sedimentar consensos sobre os interesses particulares das frações de classe representadas pela organização. Entendemos que, ao desenvolver uma diversidade de cursos para a formação de quadros intelectuais, bem como para a formação de trabalhadores adequados aos interesses da indústria, realizar Congressos e Seminários buscando o estabelecimento de diretrizes políticas para a indústria, dentre outras ações, a organização implementa o projeto de hegemonia de seus associados. Deste modo, especificamente em relação ao campo da educação, esta pesquisa possibilita avançar em análises das formas pelas quais frações da classe dominante vêm desenvolvendo suas estratégias para garantir a reprodução de seus interesses através da via pedagógica, entendendo que estes processos são

realizados em contexto bem mais amplo do que os desenvolvidos exclusivamente pelas instituições educativas oficiais⁶.

Para a apreensão de elementos concretos no âmbito do objeto de pesquisa, optou-se pela análise das estratégias pedagógicas formuladas pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) – seu nome atual⁷ –, uma das maiores e mais antigas organizações representativas do empresariado industrial no Brasil. Idealizado por intelectuais que compunham a direção da Petrobras no início das atividades da empresa, o Instituto acabou sendo fundado em 1957 como uma organização coletiva do empresariado – não somente da empresa em questão –, sob o signo de uma suposta “neutralidade” técnica e científica, voltado à formação de profissionais para a indústria e, segundo estes intelectuais, com a “concepção de indústria integrada” (BRASIL ENERGIA, 2007, p. 77).

Conforme uma das publicações comemorativas dos 50 anos do Instituto (*ibidem*), o IBP “é das poucas instituições empresariais brasileiras criadas em meados do século passado – quando o país dava início à industrialização de sua economia – que conseguem apresentar um quadro evolutivo tão consistente e diversificado”. Assim como apresentado em outras publicações do setor (TN PETRÓLEO, 2007; PETRO&QUÍMICA, 2007), a atuação política do Instituto era “impensável” quando foi criado, tendo sua história “o levado” a este tipo de atuação, sobretudo, após o mercado de petróleo ter sido aberto no Brasil do final da década de 1990 (BRASIL ENERGIA, *op. cit.*). Atualmente, estas mesmas publicações apresentam com saudosismo a influência em textos de lei – inclusive o da própria abertura do mercado, que é tratado como um marco para a instituição – e alterações tributárias, dentre outros feitos da organização dentro do aparelho de Estado.

Sendo o principal representante do setor e, por isso, autointitulando-se “A Casa da Nossa Indústria”, o IBP apresenta suas Comissões Técnicas como sendo a base de seu “capital intelectual” (IBP, 2020), nas quais são formulados estudos, publicações, normas e levantamentos, sendo estas o alicerce de sua postura supostamente “isenta” e “apolítica” (BRASIL ENERGIA, 2007). A envergadura da organização pode ser constatada pelo seu

⁶ Cabe observar que este estudo não pretende, de forma alguma, reduzir a relevância das instituições educativas oficiais para a formação de massas adequadas ao modo de produzir a vida social. Ao contrário, ao serem estas as responsáveis, por excelência, de realizar a formação sistemática do conjunto da sociedade no modo de produção capitalista, são também portadoras de projetos pedagógicos, tanto aderidos aos interesses dominantes, como de resistências a estes. Portanto, estas possuem reconhecida importância para a manutenção da hegemonia, bem como para a sua superação.

⁷ Conforme será apresentado, a organização iniciou somente com o nome de “Instituto Brasileiro de Petróleo”, a incorporação do nome “Gás” ocorreu de acordo com o movimento e as necessidades históricas do empresariado associado à instituição.

quadro de associados, o qual conta com mais de 200 empresas, líderes de mercado nacionais e internacionais, das mais diversas áreas. Além dos grupos empresariais mais diretamente vinculadas ao setor, que se dividem em seu quadro entre sócios “Patrimoniais” e “Setoriais”, há ainda a categoria de sócios “Cooperadores”, dentre os quais se encontram empresas de uma enorme diversidade de segmentos, como consultoria, engenharia, advocacia, logística, equipamentos, dentre outros (IBP, 2020). Fechando sua arquitetura organizativa, encontram-se os “Parceiros Institucionais”, formados por outras associações de segmentos industriais, câmaras de comércio internacional, centros e fundações de tecnologia industrial (*ibidem*). Portanto, o IBP congrega uma vasta rede de interesses industriais, que vão desde as indústrias propriamente vinculadas à produção e beneficiamento de petróleo e derivados, à grupos empresariais de suporte a esta, que atuam em áreas periféricas e necessárias à solução administrativa, burocrática e jurídica, incluindo, além destas, uma estrutura de associações representativas que fornece arcabouço para a difusão dos interesses do empresariado representado pela organização em esferas indiretas⁸.

Apesar de inicialmente deter o monopólio legal sobre a cadeia produtiva de petróleo, a Petrobras – uma empresa vinculada ao Estado estrito – foi a principal organização financiadora de seu Fundo Social inicial e das contribuições que mantiveram o Instituto durante seu processo de amadurecimento. O ingresso do Estado no segmento industrial de petróleo não se tratou de uma decisão monolítica do empresariado que, interessado na disponibilidade deste recurso para suas atividades industriais, não possuía o volume de capitais suficiente para desenvolvê-lo. No entanto, no resultado das correlações de forças que definiram as formas de desenvolver esta indústria no Brasil, parte deste empresariado buscou reservar as áreas mais lucrativas para si (COHN, 2017, p. 197). Portanto, foi diante de uma suposta concepção de “indústria integrada” que se forjou o Instituto, reunindo o capital estatal da Petrobras ao capital privado, sobretudo estabelecido nas áreas de promissora lucratividade do refino e petroquímica – que se vinham ainda desenvolvendo no país –, além de transnacionais estabelecidas poucas décadas anteriores na área de distribuição de combustíveis.

Ainda que em suas atividades originais fosse “expressamente proibida qualquer atividade de natureza política ou partidária” (BRASIL ENERGIA, 2007, p. 77), já nos anos de

⁸ A própria modalidade oficial de representação do empresariado se apresenta em seu quadro de associados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

1970 teve importância central na elaboração e fomento ao modelo tripartite⁹ que implantou a indústria petroquímica brasileira (IBP, 2020). Desenvolvendo seu papel representativo, contribuiu para organizar o empresariado ao realizar o Seminário “A Nova Regulamentação da Indústria do Petróleo”, que deu origem a uma publicação e levou subsídios ao Estado na formulação da Lei que abriu o mercado em 1997. Amadurecendo seu papel de administrador de conflitos internos da burguesia industrial, mais recentemente vem contribuindo para educar um consenso mais amplo, pactuado internacionalmente por diversos setores, e desenvolvido sob o signo da “competitividade”, da “sustentabilidade” e da “responsabilidade social”.

Em seu movimento de atuação, o Instituto se forjou como uma ampla frente de ação para dirigir, difundir, organizar e multiplicar consensos em acordo com os interesses historicamente determinados de um largo espectro de frações da burguesia industrial. Levando em consideração esta robusta ossatura e a enorme capacidade de aglutinação de interesses da burguesia industrial, que contribui para formular e educar o consenso nos mais amplos níveis, o IBP vem atuando como uma espécie de “Estado-Maior” portador de um projeto hegemônico. Ainda que este projeto não seja exclusivo ao conjunto de frações burguesas condensadas no interior da entidade e, portanto, não sendo as ações do IBP a expressão particular da hegemonia burguesa em um sentido amplo ou geral, é exatamente neste papel que realiza no amortecimento de conflitos e na concertação entre distintos interesses das frações intraburguesas que reside a sua principal função. Neste sentido, a organização vem sendo tratada neste trabalho – conforme expresso no título – como um Partido, segundo a acepção gramsciana.

Embora todo partido seja a expressão de um grupo social, e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários. A fórmula constitucional do rei ou do presidente da república que “reina mas não governa” é a fórmula jurídica que exprime esta função de arbitragem; a preocupação dos partidos constitucionais de não “expor” a Coroa ou presidente, as fórmulas sobre a não-responsabilidade do chefe de Estado pelos atos governamentais, mas sobre a responsabilidade ministerial, são a casuística do princípio geral de defesa da concepção da unidade estatal, do consenso dos governados à ação estatal, qualquer que seja o pessoal imediato de governo e seu partido (GRAMSCI, 2007, p. 59).

Por mais que sua expressão de direção por vezes não apareça de forma explícita, como faz o Instituto ao reiterar uma imagem de “instituição de natureza rigorosamente técnica” (TN

⁹ O modelo tripartite de gestão distribuía o controle acionário das empresas entre capital estatal, através da Petroquisa, subsidiária da Petrobras, capital privado nacional e estrangeiro. Este modelo durou até o início da década de 1990, quando foi implementado o Programa Nacional de Desestatização.

PETRÓLEO, 2007, p. 34), o resultado de sua influência nas decisões do Estado e a repercussão de sua atuação pedagógica no interior da sociedade civil, demonstram o elevado nível da organização para dirigir consensos – tanto intraburgueses, como os mais amplos – sobre um setor industrial da produção brasileira que é um dos mais reconhecidos interna e externamente.

Cabe destacar que a especificidade da formação econômico-social brasileira, na qual não houve uma Revolução Burguesa de caráter clássico, contribuiu para que aqui fosse desenvolvida uma forma *sui generis* de hegemonia burguesa, a qual se desenvolveu particularmente – sobretudo em relação à formação social ocorrida nos países centrais do capitalismo mundial – através de mecanismos autocráticos. No processo de evolução do capitalismo no país, os impulsos externos de modernização para se tornarem um processo concretamente revolucionário necessitaram da convergência de interesses burgueses internos e externos, se utilizando de procedimentos autocráticos típicos ou rearranjados das formas anteriores de dominação burguesa, contribuindo para que aqui se forjasse uma economia satélite em relação aos centros hegemônicos do capitalismo mundial (FERNANDES, 2006, p. 243).

Foi, portanto, através de uma espécie de acordo – ou “compromisso”, como muitas vezes tratado pelos historiadores – sobre a necessidade de manter e reforçar o caráter autocrático da dominação que se consolidou a modernização capitalista brasileira, ainda que este ferisse as concepções democrático-liberais existentes nos centros capitalistas nos quais houve uma revolução burguesa de caráter clássico (*ibidem*). Esta via *sui generis* de evolução capitalista se constitui como importante tema para forjar a forma específica do chamado “tripé” da industrialização brasileira, formado pela associação do capital interno, externo e estatal – como veremos, condensados no IBP desde a sua fundação. Além disso, a utilização de mecanismos autocráticos determinou um caráter seletivo e unilateral à ampliação do Estado no Brasil – em sentido gramsciano –, a qual se desenvolveu através da incorporação da associatividade de interesses burgueses ao mesmo tempo que esterilizava, através da coerção e violência, as formas de organização de cunho popular (FONTES, 2005).

Neste sentido, este estudo referencia-se e busca contribuir academicamente com um conjunto de trabalhos que analisam a atuação da classe dominante no Brasil. Estas pesquisas avaliam o contexto de organização e representação do empresariado em diferentes segmentos da produção, sua atuação na sociedade civil e, a partir desta atuação, seu alcance no Estado estrito. Analisando as formas de representação da burguesia no país, estes trabalhos apresentam um conjunto de agências e intelectuais que contribuem para a formulação e disseminação de consensos que conformam os projetos de hegemonia da burguesia em âmbito nacional. Dentre os trabalhos que podem ser citados, por se utilizarem de um referencial metodológico

semelhante ao desta pesquisa, se encontram: Dreifuss (1981), Mendonça (1997), Rodrigues (1997), Lamosa (2014), Casimiro (2016), dentre outros.

A metodologia desta pesquisa se utilizou do conjunto do pensamento do filósofo Antonio Gramsci, sobretudo seu conceito de “Estado Integral” – ou Estado Ampliado, como preferem estudiosos de sua obra (BUCI-GLUCKSMANN, 1980) –, como ferramenta teórico-metodológica de análise. A ampliação da categoria “Estado” no pensamento do autor possibilita uma forma didática de compreender a atuação da classe dominante no contexto de complexificação do modo de produção capitalista, sobretudo em sua fase monopolista, na qual o processo de ampliação da sociedade civil e, portanto, incorporação das massas à vida política das nações, deslocou as formas de reprodução do processo de dominação de uma atuação mais baseada na coerção, para a utilização de estratégias assentadas no consenso¹⁰.

A tradição liberal elaborou uma crença, ainda muito difundida, de que o Estado teria sido criado como forma de conciliar uma questão natural – da natureza humana – que dificulta a “tranquila convivência” entre os seres humanos. Seguindo este entendimento, a humanidade naturalmente possuiria, em sua essência, um instinto competitivo individual que dificulta sua convivência social. A própria condição animal dos seres humanos os tornaria contrários à sua socialidade, pois o produto de sua individualidade se apresentaria mais forte do que sua coletividade quando inexistente esta esfera de conciliação. Esta formulação se assenta na ideia de que o Estado, como esfera da conciliação entre os seres humanos, surgiria de um pacto, um “Contrato Social”, firmado pela humanidade na direção de superar a condição animal típica dos seres humanos. Nesta tradição social, alicerçada no jusnaturalismo (direito natural), as vontades humanas individuais seriam mediadas, “civilizadas”, por uma esfera seccionada da sociedade civil, fazendo com que os interesses naturais – neste caso, individuais – fossem regulados de forma imparcial e igualitária.

Esta concepção reside na origem da propriedade privada, expressando o Estado supostamente como uma espécie de “comandante” da vida social, o qual, mesmo criado pelos próprios seres humanos, pairaria sobre a sociedade como independente desta. A sociedade, apartada desta esfera, além de comandada, teria seus conflitos mediados de forma imparcial, possibilitando uma “mais harmoniosa” socialidade. Posta esta condição, tal esfera teria uma

¹⁰ Esta afirmação não significa que a utilização da coerção não seja importante para a autorreprodução da burguesia enquanto classe dominante na atualidade, nem que, necessariamente, a ampliação da utilização do consenso como estratégia diminua consequentemente a da coerção, mas sim que há uma elevação da relevância do convencimento enquanto estratégia de hegemonia na fase superior do modo de produção capitalista. Portanto, conforme Gramsci, poderia se dizer que: “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, p. 269).

posição de sujeito, agindo independentemente da sociedade (MENDONÇA, 2003), sendo “um acordo entre os homens contra a própria natureza humana” (FONTES, 2010, p. 124). Na base deste pensamento, a barbárie humana seria a condição natural a ser contida para a vida plena em sociedade. Portanto, a ideia de sociedade civil e sua contraposição, o Estado, seriam fruto da própria condição racional da vida humana. O Estado, concretizado como Governo, seria “criatura” e “criador” da vida social.

Não obstante se afastar da leitura liberal, Gramsci também rejeita a concepção instrumental de Estado, como proposto por alguns marxistas no século XX, denominados pelo autor como economicistas (LAMOSA, 2014, p. 24). Nesta leitura, o Estado seria um objeto, um “fantoche” (MENDONÇA, 2018, p. 8) de uma classe ou fração para reproduzir as formas de dominação. Como já apresentado, com o desenvolvimento do imperialismo, Gramsci enxerga que tanto as estruturas produtivas, como as superestruturas disseminadoras e garantidoras de tais formas de produção foram complexificadas. A partir desta análise, o Estado não poderia ser pensado como organismo próprio de uma fração de classe determinada, mas como expressão de toda a sociedade, condensando demandas e interesses das diversas classes e frações de acordo com a correlação de forças historicamente estabelecida entre estas (*idem*, 2003).

Buscando superar as contradições, tanto da concepção baseada nos princípios da tradição liberal – de Estado-Governo (Estado-Sujeito) –, como de leituras economicistas do marxismo – de Estado-Objeto –, Gramsci elabora uma concepção original sobre o Estado, possibilitada pelas próprias análises marxistas do desenvolvimento do capitalismo. Deste entendimento deriva um dos principais conceitos do pensador italiano para o desenvolvimento da teoria marxista, o de “Estado Integral” ou, como utilizado por alguns estudiosos, “Estado Ampliado” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). O filósofo amplia o entendimento de Estado para além do aparato político-burocrático, sendo este uma condensação das forças existentes na sociedade civil em determinadas condições históricas.

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma rerepresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que, na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (GRAMSCI, 2011, p. 269).

Gramsci percebe esse processo de ampliação do Estado a partir do próprio desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, quando este foi remodelado – ainda que mantendo suas bases de dominação – pela ascensão da acumulação monopolista. Os efeitos principais que dão alicerce a este processo histórico são: em primeira ordem (i) a

ampliação do universo de massas de trabalhadores apropriadas pelo modo de produção capitalista (socialização do trabalho) e (ii) a apropriação privada do conjunto da “riqueza” social; e em segunda ordem, como consequência dos primeiros processos, (i) ampliação da socialização da política, mas (ii) aumento da concentração de poder.

Como vimos, para Gramsci as superestruturas são compostas por duas dimensões fundamentais que mantêm uma relação de unidade-distinção: a sociedade política e a sociedade civil. A primeira agrupa os aparelhos de Estado propriamente ditos, sendo identificada como o “momento” da força, da coerção. Já a segunda, mais ampla, é a esfera da realização das vontades, da estruturação das concepções históricas de mundo, sendo definida pelo autor como “direção intelectual e moral” de um sistema social (PORTELLI, 1977, p. 19). Isto é, sociedade civil é entendida como “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2011, p. 268).

O conceito de sociedade política, não tão apresentado nas obras de Gramsci em razão da teoria marxista clássica ter se dedicado mais ao aparelho de Estado do que à direção ideológica e cultural, se opõe ao de sociedade civil no âmbito da superestrutura. Esta dimensão condensa o conjunto de atividades superestruturais relativas à função coercitiva, sendo, portanto, um “prolongamento da sociedade civil” nos diversos graus de formação de um sistema hegemônico, neste caso desempenhando um papel secundário de reprodução da direção econômica e ideológica de uma classe sobre as outras (PORTELLI, 1977, p. 30).

Para Gramsci (2007, p. 257) o Estado, “no significado integral”, seria “ditadura + hegemonia”, correspondendo o primeiro à sociedade política e o segundo à civil. Ou seja, um elemento do par de unidade-distinção atuando na coerção e o outro no consenso. Seria a hegemonia, então, a capacidade operatória de uma classe em manter seu conjunto político-filosófico – formulações ideológicas, concepções de mundo – sendo reproduzido de forma consensual pelas outras classes da sociedade. Assim, as origens do pensamento que identificam o Estado como somente um organismo burocrático ou como figura determinada da administração pública, a fazem através da sedimentação no senso comum – na sociedade civil – de uma noção “coisificada” de Estado, impedindo entendê-lo de forma mais complexa e dinâmica em sua totalidade. Na forma liberal de conceituação do Estado, com raízes no “contrato social”, a lei do Governante regularia de forma supostamente imparcial os interesses individuais dos homens em sociedade. Estado seria entidade distinta do conjunto de indivíduos (ou classes) que os deram origem, pairando acima dos homens, dotado de uma vontade própria (MENDONÇA, 2014).

A noção gramsciana de sociedade civil, portanto, incide no conjunto de organismos denominados privados ou Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), sendo estes espaços de adesão voluntária de seus membros. Em torno destes que se organizam as vontades coletivas, sejam estas das duas classes fundamentais ou de suas frações em constante processo de luta. A condição para transformação social e do Estado, típica do processo de avanço do capitalismo para sua fase monopolista, só foi possível com a multiplicação destes APHs, com a organização das visões de mundo e das vontades coletivas (MENDONÇA, 2018, p. 14). Atuando como intelectuais coletivos, estes aparelhos buscam a adesão e o consentimento das grandes massas aos projetos desenvolvidos pelas frações hegemônicas ou a imposição de outro projeto, uma nova hegemonia. Como organizações privadas, pertencem à esfera da sociedade civil, mas participam ativamente da dirigência política, possuindo, portanto, incidência concreta no Estado estrito.

[...] Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também "educa" este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente (GRAMSCI, 2007, p. 119).

Neste sentido, a atuação dos representantes destes organismos privados na dimensão restrita do Estado ampliado possibilita que os projetos das classes ou frações por eles representadas apareçam como interesses universais, como consensos legitimados pelo próprio Estado em seu papel educador. Conceber o Estado a partir da leitura gramsciana é compreendê-lo em duplo processo, o da existência de formas dominantes na produção que se constituem e consolidam através de organizações dispostas na sociedade civil, e o da presença em diversos organismos e agências do Estado estrito de intelectuais oriundos destes APHs dispostos na sociedade civil, buscando a afirmação de sua hegemonia (MENDONÇA, 2018, p. 14).

No entanto, de forma a evitar esquemas simplificadores da acepção gramsciana de Estado, cabe ainda ressaltar que sociedade civil é inseparável de Estado, possuindo a dupla superestrutura contemplada pelo conceito de Estado Integral uma relação orgânica, uma totalidade dialética. A separação destas dimensões superestruturais incorre num perigoso esquema simplificado/simplificador do pensamento do filósofo, no qual Estado seria o âmbito da pura coerção e sociedade civil o da pura hegemonia (*ibidem*, p. 9). Da mesma forma, entender a fórmula utilizada por Gramsci para representar o Estado em sentido ampliado (“Estado = sociedade política + sociedade civil”) como uma equação de soma zero – quanto mais coerção, menos hegemonia – também seria incorrer num erro analítico, uma vez que reduz

a relação orgânica do par. Portanto, a separação do par só ocorre por questões metodológicas, para fins didáticos, sendo a metáfora do “Centouro maquiavélico” utilizada por Gramsci a clara expressão desta relação orgânica de unidade-distinção.

§ 14. Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da "dupla perspectiva" na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplici do Centouro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da "Igreja" e do "Estado"), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. Alguns reduziram a teoria da "dupla perspectiva" a algo mesquinho e banal, ou seja, a nada mais do que duas formas de "imediatividade" que se sucedem mecanicamente no tempo, com maior ou menor "proximidade". Ao contrário, pode ocorrer que, quanto mais a primeira "perspectiva" é "imediatíssima", elementaríssima, tanto mais a segunda deva ser "distante" (não no tempo, mas como relação dialética), complexa, elevada, isto é, pode ocorrer como na vida humana: quanto mais um indivíduo é obrigado a defender a própria existência física imediata, tanto mais afirma e se coloca do ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade (GRAMSCI, 2007, pp. 33-4, *grifos meus*).

Portanto, para o filósofo, as transformações ocorridas no modo de produção capitalista requerem uma reinterpretação do conceito de Estado, partindo de questões que não eram possíveis de serem colocadas no período de Marx: universalização do trabalho de massa inserido nos moldes de organização capitalista do trabalho (industrialização, fordismo e taylorismo) e socialização da política. É imprescindível compreender que à expansão do capitalismo como modo de produção hegemônico correspondeu a ampliação do Estado, o que também precisa ser apreendido em seu duplo sentido. Ao mesmo tempo que se expandiu o acesso de camadas maiores ao processo político, socializando a política e expressando a democratização como conquista das classes trabalhadoras, ocorreu um processo contrário, ou seja, a disseminação de “trincheiras” na sociedade civil, dispersão de núcleos de defesa do capitalismo enquanto modo de produção (FONTES, 2017, p. 4). Estes núcleos possuem íntima relação (dialética) com o Estado em uma diversidade de dimensões, fazendo com que – mesmo com as transformações políticas – o conjunto de interesses dominantes acabem por se expressar como interesses coletivos. São exatamente estas correlações de forças sociais em cada período histórico que Gramsci busca compreender, assim como são estas que interessam a esta pesquisa.

Ainda quanto à metodologia, os textos “O Estado Ampliado como ferramenta metodológica” e “Pesquisando com Gramsci: sugestões metodológicas”, de Mendonça (2014; 2018), propõem um itinerário metodológico para pesquisas utilizando-se do pensamento do filósofo e servindo, portanto, de base para a estrutura teórico-metodológica do estudo ora apresentado. Conforme a autora:

[...] considero o Estado Ampliado não apenas um sofisticado conceito, mas também uma utilíssima ferramenta metodológica, posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a Totalidade (*idem*, 2018, p. 14).

Conforme a autora (*ibidem*), o primeiro passo seria o mapeamento dos APHs relativos ao tema escolhido pelo pesquisador que estão envolvidos concretamente na constituição da hegemonia. A partir da identificação do aparelho, as etapas sequenciais da investigação são baseadas: (i) na identificação do pertencimento de classe dos dirigentes da organização social em análise, suas elaborações ideológico-culturais, formação, atividades profissionais e entidades consagradas a que pertenceram; (ii) na análise de aspectos organizacionais e operacionais da instituição analisada, como o desenvolvimento de campanhas, publicações, eventos, fontes de financiamento, estudos realizados, propagandas, documentos e estratégias de veiculação destas informações; e, por fim, (iii) uma vez detalhada a dimensão da sociedade civil relativa ao aparelho em análise, a pesquisa deve ser conduzida para a sociedade política, como sugere Gramsci, identificando a inserção material dos agentes no Estado restrito e as agências nas quais estes se inserem, as possíveis correlações de forças dentro aparelho estatal e as políticas e decisões emanadas destas agências que podem possuir interação com o posicionamento da organização estudada (*ibidem*).

Seguindo percurso semelhante, esta pesquisa partiu, conforme define a teoria marxista, da base material – estrutura –, na qual está a produção de petróleo no Brasil. Em seguida, foram levantados os possíveis aparelhos de hegemonia¹¹ envolvidos na questão. Além do IBP, outros aparelhos de relevante envergadura foram identificados, como a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) e a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (ABESPetro), e algumas associações de menor porte. A primeira – ONIP – foi fundada em 1999, representando “entidades, empresas do mercado e a cadeia de fornecedores de bens e serviços do setor”, através de um conjunto de aparelhos inseridos na modalidade oficial de representação do empresariado, sobretudo as federações estaduais da indústria, sendo estes, a Firjan, Fiesp, Fieb, Fiemg, Findes e Sebrae (ONIP, 2020). Conforme o coordenador do “Comitê

¹¹ Gramsci utiliza as categorias de aparelhos de hegemonia, sobretudo, Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) para uma série de organizações sociais que se apresentam como intelectuais coletivos no modo de produção capitalista.

de Tecnologia IBP + ONIP”, em 2007, a ONIP era mais voltada à cadeia de fornecedores, enquanto o IBP mais voltado para as empresas de petróleo e gás. Conforme a própria organização:

Resultado do movimento Compete Brasil e do estudo elaborado pela PUC-Rio, que recomendou a sua criação, a Organização Nacional da Indústria do Petróleo nasce em 1999. Semelhante a organizações de outros países produtores de petróleo, a ONIP vem para ser a voz das empresas instaladas no Brasil com atividades nos diversos elos da cadeia de valor de óleo e do gás. Fruto da abertura do mercado ocorrida a partir de 1997, a ONIP se dedicou a trabalhar consensos por uma política industrial abrangente, que inserisse ferramentas fundamentais para maior participação das indústrias brasileiras nos mercados de óleo e gás. Hoje, passados 20 anos, a ONIP permanece com seu propósito de trabalhar melhor a competitividade da indústria nacional. O resultado é a maximização da participação da indústria nacional nas demandas dos mercados de óleo e gás, de forma isonômica e sustentável (ONIP, 2020).

A segunda – ABESPetro – representa um conjunto de 50 empresas, sobretudo do chamado segmento de serviços *offshore*, que atuam no ramo industrial de plataformas e sondas, FPSOs¹², serviços, fabricação de equipamentos, embarcações e mergulho. Sendo originada de uma das subcomissões do IBP, a organização foi fundada em 2004, conforme apresenta:

Fundada em 08 de março de 2004, a ABESPetro (Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo) é uma associação civil sem fins econômicos e que originou-se de uma das subcomissões do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), especificamente a Comissão de Companhias de Serviço Offshore. Nesta comissão, as empresas discutiam as questões de interesse comum mas não tinham poder de representação porque o IBP é um órgão apolítico. A partir daí surgiu a necessidade de se criar uma entidade ou associação independente que, em diversos âmbitos, pudesse representar os interesses comuns das empresas de serviço de petróleo (ABESPETRO, 2020).

A escolha do IBP como organização de representação do empresariado para esta pesquisa se deve, primeiramente, ao porte da organização, que atua com um grande e variado número de empresas e segmentos voltados à indústria do petróleo, à prestação de diversos serviços a esta, além de congrega outras organizações da sociedade civil em seu quadro de associados. Além disso, ao seu tempo de existência em relação às outras, possui mais de 60 anos, tendo participado do próprio processo de abertura do mercado e se posicionando como a “vanguarda do setor” (IBP, 2020). Neste sentido, o IBP se apresenta como uma espécie de organização “guarda-chuva”, possuindo associados de diversos segmentos industriais e da sociedade civil, além de realizar interface, direta e indiretamente, com diversas outras

¹² Sigla derivada do inglês para *Floating Production Storage and Offloading*, que se refere a uma unidade flutuante de produção, armazenamento e escoamento de petróleo.

organizações representativas do empresariado industrial. Portanto, o Instituto se apresenta como uma enorme frente de atuação, sendo a ponta de uma rede de atuação empresarial.

A partir da escolha do aparelho, seguiu-se o levantamento e análise da base documental. Inicialmente, foi analisado o Portal Virtual da organização disponível na Internet. Trazendo um amplo conjunto de informações – como (i) sua estrutura organizacional interna, (ii) sua história, (iii) empresas associadas, (iv) cursos e eventos que realiza, (v) um observatório do setor, (vi) suas áreas de atuação, (vii) seus produtos e serviços, (viii) notícias, (ix) acesso digital a parte do acervo de sua biblioteca, dentre outras informações –, o *site* levou a outros documentos de interesse para esta pesquisa, sendo os principais e que foram escolhidos para análise: as publicações comemorativas de seus 50 anos, os Relatórios de Atividades anuais e o livro “A Nova Regulamentação da Indústria do Petróleo no Brasil” (IBP & FGV, 1996).

Em paralelo, foi realizado um levantamento biográfico de seus principais intelectuais, os presidentes do IBP, através de documentos da própria organização, notícias de publicações e periódicos, dentre outros tipos de publicações pesquisadas. As análises se basearam, sobretudo, na formação destes intelectuais, em sua trajetória profissional, nos cargos ocupados no Estado restrito, na sociedade civil e em empresas do setor. Este levantamento segue apresentado no Apêndice I e foi utilizado durante a pesquisa para desenvolver e aprofundar a investigação.

Após uma análise preliminar destes documentos, foi necessário levantar as origens e antecedentes históricos de fundação da organização. Neste sentido, foram levantadas e analisadas bibliografias que possibilitassem o entendimento sobre a história do petróleo no Brasil (COHN, 2017; DIAS & QUAGLINO, 1993; LUCENA, 2004; PIQUET *et. al.*, 2011; PENNA, SENA FILHO & SOUZA, 2004; PEYERL, 2014; dentre outras) e bibliografias que, alinhadas ao quadro teórico utilizado na pesquisa, pudessem contribuir para o aprofundamento histórico das análises (DEMIER, 2013; DREIFUSS, 1981; FERNANDES, 2006; MENDONÇA & FONTES, 2006; MENDONÇA, 1986; OLIVEIRA, 2013; dentre outras).

Seguindo a pesquisa empírica, foram analisadas e sistematizadas as três publicações comemorativas dos 50 anos do Instituto, disponíveis em seu Portal Virtual, sendo estas: (i) Especial IBP 50 Anos (BRASIL ENERGIA, 2007), Caderno Especial IBP 50 Anos (TN PETRÓLEO, 2007) e Edição Especial 50 Anos do IBP (PETRO&QUÍMICA, 2007). No geral, estas publicações apresentam os principais marcos históricos de atuação do Instituto, resultados e alcances das Comissões, entrevistas com membros da direção, com membros de outras organizações empresariais, com agentes do Estado restrito e com empresas do setor de petróleo. As publicações foram sistematizadas e compõem as análises apresentadas nesta Tese. Em

seguida foram analisados e sistematizados os 40 Relatórios de Atividades anuais do Instituto, referentes aos anos de 1958 a 1997, e a publicação “A Nova Regulamentação da Indústria do Petróleo no Brasil” (IBP & FGV, 1996).

O recorte histórico deste trabalho foi definido conforme a análise destes documentos, uma vez que o grande volume de informações a serem discutidas nesta Tese – só os Relatórios de Atividades deste período totalizam cerca de 2.600 páginas – impôs a definição de um período a ser pesquisado. Neste sentido, o recorte foi definido de forma a compreender o período entre a fundação do IBP e o fim do monopólio da Petrobras no setor, um marco para a cadeia produtiva de petróleo no Brasil e para a própria história do Instituto, conforme percebido nas publicações analisadas previamente.

Em análise preliminar dos Relatórios de Atividades pôde ser percebido um padrão das informações apresentadas nos mesmos, apesar das diferenças no formato conforme o amadurecimento da organização. Os documentos, em geral, apresentam: (i) uma apresentação do presidente da organização sobre os feitos do último ano e os caminhos a serem percorridos, (ii) as principais ações, projetos, eventos e publicações realizados ou em preparação, (iii) as conquistas do Instituto em seu ano anterior – parcerias realizadas, contatos e influências em decisões do Estado estrito, dentre outros –, (iv) os resultados das ações das Comissões, (v) estrutura organizativa, associados, membros dos conselhos e diretoria, dentre outros pontos.

Ainda devido ao volume de informações a serem analisadas, buscou-se apreender as questões centrais na atuação do IBP em cada período histórico, não cabendo a esta pesquisa a discussão do conjunto total de ações realizadas no recorte determinado. Deste modo, foram definidas três categorias centrais que forneceram foco às análises dos documentos, sendo estas: (i) o posicionamento e a relação do Instituto quanto ao monopólio da Petrobras em cada período histórico; (ii) a relação da entidade com a formação de uma cadeia produtiva industrial de petróleo no Brasil; e (iii) a formação de uma inteligência interna, compreendendo as estratégias de composição de um aparato de conhecimento, tanto internamente, quanto as formas pelas quais demanda e/ou se apropria de ações do Estado estrito para constituí-lo.

Portanto, a partir da análise destes documentos foi realizada uma investigação pormenorizada das estratégias pedagógicas utilizadas pelo Instituto em cada momento histórico de sua atuação, possibilitando entender os movimentos realizados pela organização na consecução de seu projeto de hegemonia. Buscou-se apreender as particularidades históricas de seu movimento em íntima interação com as correlações de forças apresentadas em cada período, bem como seus alcances no Estado estrito e os rebatimentos na esfera da produção e da economia. Desta forma, os resultados da pesquisa são apresentados de acordo com uma

periodização, definida a partir da apreensão dos movimentos centrais em cada um dos momentos analisados, demonstrando como as frações burguesas representadas pelo Instituto se organizaram historicamente como classe.

O Capítulo 1 traça uma análise entre obras que apresentam a história da produção de petróleo e trabalhos historiográficos sobre a formação social brasileira fundados no campo marxista. São apresentadas as correlações de forças que possibilitaram o desenvolvimento deste segmento da produção industrial no país. Iniciando nas primeiras ações que pretenderam conformar a produção deste recurso, o texto está centrado, sobretudo, no processo de modernização da economia brasileira e na ascensão de uma burguesia industrial como fração burguesa dominante entre a década de 1930 e 1950. Buscou-se percorrer as lutas sociais travadas, entre as diferentes classes e frações, pelas formas de impulsionar a industrialização brasileira, mormente, no ramo do petróleo. Neste sentido, são analisadas as disputas realizadas entre as diferentes concepções de “nacionalismo” e as formas pelas quais esta ideologia penetrou as discussões sobre o desenvolvimento da produção de petróleo no país. O capítulo objetiva, primordialmente, analisar os antecedentes históricos do IBP que conformaram a gênese da organização em fins da década de 1950.

Buscando apresentar as origens do IBP, o Capítulo 2 apresenta informações sobre suas raízes históricas, sua conexão com outras organizações, seus objetivos iniciais, sua área de atuação, as motivações para a sua fundação e a relação destes processos com as origens e vínculos de seus principais intelectuais. Para além do discurso oficial da organização, buscou-se apreender o que estava de implícito nas intenções de fundar uma organização de representação do empresariado quando o Estado acabava de implementar a legislação do monopólio do petróleo e, ainda, tendo a própria Petrobras como sua principal financiadora. Portanto, este capítulo busca entender a arquitetura pedagógica que se vinha formulando na organização nas origens de sua atuação.

O Capítulo 3 busca delinear o período de amadurecimento do IBP, partindo das primeiras iniciativas do Instituto ao seu crescimento após o Golpe de 1964. São discutidas as relações iniciais entre a organização e o Estado estrito do período da crise ao desenvolvimento do chamado “milagre econômico”. A partir desta conjuntura são apresentadas as interfaces entre o IBP e o Estado na formação dos acordos entre capital “nacional”, estrangeiro e estatal no chamado modelo do “tripé” que, posteriormente, institucionalizou-se através do denominado “esquema tripartite”, sobretudo na petroquímica. Discute-se como esta forma alinhada do capital de alavancar a acumulação era traduzida como “interesse nacional”.

Buscando discutir o papel do Instituto do período que dá início ao processo de inflexão para a abertura do regime militar ao momento em que se finaliza a ditadura, o Capítulo 4 debate as alternativas elaboradas pelo governo e pelo empresariado do IBP na recessão criada a partir dos “choques do petróleo” e o fim do “milagre”. Discute-se o papel do projeto político de Ernesto Geisel com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e os beneficiamentos deste aos setores de petroquímica e bens de produção, frações que também estavam condensadas no Instituto. Desdobra-se os acordos de ganhos mútuos entre os capitais privado “nacional” e estrangeiro que, com o aprofundamento do “esquema tripartite”, tinham a Petrobras como âncora deste processo. Ainda, a partir de insatisfações de parte do empresariado com dificuldades do governo no cumprimento de metas do II PND, são discutidas algumas divergências que penetram frações internas representadas pelo Instituto, bem como as alternativas encontradas no âmbito da própria organização para manter a acumulação no cenário de continuidade da crise. Busca-se discutir as formas pedagógicas utilizadas pelo Instituto em seu grande processo de ascensão durante a ditadura civil-militar.

O último, Capítulo 5, inicia no processo de abertura política do regime militar e se estende até o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sob o qual ocorreu a retirada do monopólio do petróleo da Petrobras. O capítulo parte da continuidade da recessão e do processo de liberalização econômica, discutindo a continuidade da crise de hegemonia do empresariado e a adoção da alternativa neoliberal. São apresentadas as formas pedagógicas pelas quais são defendidos, sobretudo pelo IBP, os discursos e mecanismos que inserem o processo de reestruturação produtiva no Brasil na configuração deste novo bloco histórico. Por fim, são debatidos os processos de contenção da inflação que fazem ascender a figura do presidente FHC, a contrarreforma do Estado implantada em seu governo e os reflexos destes na ascensão de um projeto do empresariado na criação de uma nova regulamentação da indústria do petróleo durante a abertura do mercado.

O “Apêndice I – Levantamento da formação e dos cargos ocupados pelos presidentes do IBP” apresenta uma sistematização de dados biográficos, formativos, profissionais, cargos ocupados no Estado restrito e instituições privadas, dentre outras informações relevantes sobre o perfil de cada presidente do IBP. Estes dados são utilizados durante o decorrer da pesquisa, visando demonstrar a vinculação entre os principais intelectuais do Instituto e a ideologia que move os posicionamentos em cada momento de atuação da organização, bem como a relação entre esta e a sociedade política.

1. MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL E MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL NO BRASIL: OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Neste capítulo é realizado um diálogo entre autores que analisam a história de consolidação da exploração e comercialização de petróleo e seus derivados no Brasil e autores que analisam a história da formação econômico-social brasileira, estes últimos alinhados à uma tradição marxista e, sobretudo, gramsciana. Busca-se analisar como, no início do processo de ampliação do Estado no Brasil, as correlações de forças entre classes e frações pela consolidação de uma política de exploração do petróleo se constituíram como determinantes-determinadas do próprio processo de modernização capitalista.

As análises se orientam para o entendimento histórico das relações de poder em torno da questão do petróleo no Brasil, mas sem a pretensão de esgotar o conjunto de fatos históricos ocorridos na implementação de uma política de exploração do recurso em terras nacionais, o que não caberia neste trabalho. Ateve-se, sobretudo, às disputas por espaços de poder para afirmação de interesses de determinados agentes nas direções da política do petróleo e do desenvolvimento industrial no país.

1.1. Do Império à institucionalização da Lei de Minas na década de 1920

A relevância do petróleo como força energética do processo de produção industrial determinou uma história da exploração deste mineral coincidente com o início da trajetória de inserção do Brasil no ciclo do capitalismo internacional, bem como do amadurecimento deste modo de produção em direção à monopolização. O processo de reprodução burguesa, suas direções, contradições, empasses e choques internos – entre suas frações – e externos – com as outras frações predispostas na luta de classes –, também se refletem nos caminhos da busca pelo “ouro negro” no país. Tal questão, além de expressar a centralidade do petróleo como força motriz de uma economia de caráter urbano-industrial, também imprime as disputas políticas travadas por agentes e agências, nacionais e estrangeiros, pela conformação das formas de ganhos sociais e econômicos a partir do desenvolvimento da exploração deste recurso energético.

Ainda no período imperial, a legislação de minas não possuía sustentação em nenhum código legal específico, sendo o próprio texto da Constituição de 1824 e da Lei de Terras de 1850, os definidores do princípio de que a propriedade do subsolo era do Estado. Uma série de concessões na província da Bahia foram fornecidas a particulares, iniciando-se, possivelmente, por decretos datados em 1858. Comumente, considera-se a primeira menção específica à

exploração de petróleo ao texto do Decreto nº 3.352-A, de junho de 1864, que concedia a Thomas Denny Sargent a permissão para extrair petróleo e outros minerais em Camamu e Ilhéus, província da Bahia. Estas concessões acabaram por gerar algumas disputas entre os concessionários e os proprietários das terras englobadas nas concessões. Em 1884, uma das concessões na Bahia, a de Eduardo Pellew Wilson, foi transferida para dois associados da *John Grant and Company*. Esta companhia havia construído uma usina para a fabricação de óleos, que, com as jazidas descobertas por Wilson, transformou-se, em 1891, na Companhia Internacional de Maraú. Entretanto, a bem-sucedida distribuição de óleo para iluminação produzido pela companhia na região não resistiu à concorrência dos produtos que eram importados ao país (DIAS & QUAGLINO, 1993).

Devido a uma maior expansão da rede ferroviária e urbana na província de São Paulo, o interesse pelos combustíveis fósseis fez com que uma outra série de concessões se iniciasse ainda no período imperial, tendo como primeira referência documental oficial o Decreto nº 4.755, de 1871, mas não havendo registro de exploração efetiva inicialmente. Somente em uma concessão datada de 1881, para explorar combustíveis minerais no Vale do Paraíba, logrou produzir gás de iluminação a partir do xisto, mas suas atividades foram suspensas em 1897, já sob o período republicano (*ibidem*).

Portanto, tratando-se especificamente de petróleo, não podemos remeter ao período imperial como uma fase de exploração do mineral no Brasil. As concessões iniciais voltavam-se, principalmente, às tentativas de produzir gás para iluminação a partir do xisto e de carvão para a rede ferroviária e para as poucas indústrias existentes, em um contexto inicial de urbanização de algumas cidades, sobretudo no Sudeste. O petróleo propriamente dito, sem muitas evidências comprobatórias de sua disponibilidade no país, aparecia na documentação oficial por associação aos outros minerais fósseis que eram prospectados. Com pouco conhecimento das características minerais do subsolo brasileiro, as poucas atividades que alcançaram uma real produção não demoraram para decair, devido questões de cunho técnico ou dificuldades com a concorrência de produtos estrangeiros.

Com a crescente ascensão do ideário liberal e federativo no país, a primeira Carta Constitucional do período republicano, de 1891, modifica a direção legislativa sobre a questão, colocando a propriedade do subsolo vinculada à do solo e reduzindo as terras de propriedade pública sob responsabilidade da União. As iniciativas voltadas à exploração dos minerais fósseis passam, portanto, ao controle de uma legislação dos entes federativos e pela responsabilidade direta dos proprietários para arcar com os altos custos e os riscos de insucesso da exploração.

A partir do início do século XX e, sobretudo, com o despertar da I Guerra Mundial, a atenção social passa a se voltar um pouco mais para a questão do petróleo, sobretudo, devido: (i) ao aumento do consumo interno com o início do processo de urbanização e industrialização; (ii) à dependência externa do país para manter o abastecimento de combustíveis; (iii) às questões ligadas ao suprimento dos exércitos europeus, que imprimiam vulnerabilidades a estes; e (iv) à busca pelo suprimento de combustíveis por outros países. Entretanto, a condição de dependência econômica externa não permitiu muitos avanços em direção ao desenvolvimento de uma política eficaz para obtenção de petróleo. Alguns trabalhos de sondagem e de levantamento de informações sobre a estrutura geológica do país foram realizados pelo Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB) a partir do final da década de 1910, mas com pouco apoio governamental, tanto político, quanto financeiro.

Um dos primeiros passos realizados pelo Estado foi a institucionalização da Lei de Minas, em 1921. Todavia, o texto constitucional vigente, que atrelava o subsolo à propriedade do solo, não permitia o desenvolvimento de avanços consideráveis de uma política estatal voltada à exploração de petróleo. Tal situação foi modificada com a Reforma Constitucional de 1926, que apesar de não ser oriunda de uma disputa pelo petróleo, modificou a realidade política existente ao estabelecer que “minas e jazidas minerais necessárias à segurança e à defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros”. Estava colocada, dentro do Estado restrito, a questão e as disputas políticas sobre as formas de exploração do petróleo (DIAS & QUAGLINO, 1993, pp. 15-6).

1.2. O petróleo e a modernização conservadora – a República Velha e o Golpe de 1930

Retomando a situação do Brasil no fim do Império e início da República Velha, quando se iniciaram, sobretudo, as principais ações direcionadas à busca pelo petróleo no país, percebemos que esta fase de transição marca o início de uma recomposição das estruturas de poder, ainda sob hegemonia oligárquica, mas que contém os germens de formas mais elaboradas de dominação burguesa¹³. Apesar do aumento da pressão modernizadora externa, a burguesia brasileira, no advento do Brasil republicano, preservou grande parte dos traços autocráticos anteriormente dominantes. As pré-condições econômicas e sociais existentes

¹³ Com a utilização do termo “oligarquia” não queremos nos referir às frações dominantes agrárias “tradicionais” como frações não-burguesas. Ao contrário, queremos dizer que a crise das formas de dominação burguesa, iniciadas no período denominado na historiografia como República Velha, introduz um processo de transformação e complexificação das estratégias de dominação utilizadas pela própria burguesia.

forneciam a base material pela qual a confluência de interesses burgueses, internos e externos, poderia se reproduzir na criação de uma economia capitalista competitiva de tipo periférico.

As formas baseadas no sistema de exportação-importação, típicas do final do período colonial, precisaram ser mantidas para a convergência dos interesses das classes dominantes internas e externas na consecução de um projeto capitalista para o país. A repetição ou a utilização ajustada dos mecanismos autocráticos anteriores foi necessária, tanto aos interesses econômicos externos – para a manutenção do Brasil como uma economia satélite no contexto mundial –, como, internamente, às possibilidades de relação econômica com o exterior. Assim, evitava-se os riscos oriundos de uma possível ascensão de anseios das classes dominadas por realização de uma revolução rumo à independência político-econômica, o que colidiria com a hegemonia dos centros capitalistas. Por isso, apesar da aparência contraditória dos procedimentos utilizados em relação ao ideal liberal de formação de uma economia capitalista, a manutenção de um sistema fortemente coercitivo e a não adoção de mecanismos democráticos foi a fórmula possível, encontrada pela convergência de interesses burgueses no histórico da formação social brasileira.

Ou seja, após a abolição da escravidão, a falta de base material e política dos setores agrários hegemônicos incidiu em um processo de renovação das estruturas de poder para a manutenção do processo de dominação. Esta situação de transição não retratou uma crise do poder oligárquico, mas sim a monopolização deste através de seu deslocamento, de uma fração agrária “tradicional” para seu ingresso no mundo comercial-financeiro e até mesmo industrial, o que poderia ser chamado de “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil” (FERNANDES, 2006, p. 245). Este processo se desenvolveu do último quarto do século XIX até a década de 1930, correspondendo ao período de evolução do capitalismo competitivo no país (*ibidem*, pp. 242-3).

Até 1930, a estrutura industrial brasileira se resumia, sobretudo, a um setor de bens de consumo, liderado por uma burguesia agrário-comercial. Centros econômicos industriais foram formados durante a década de 1920, sobretudo, no Rio de Janeiro e São Paulo, fazendo com que o processo de urbanização-industrialização exercesse influências desagregadoras das estruturas hegemônicas de poder. Soma-se a esta situação as pressões sentidas, devido à crise capitalista mundial iniciada em 1929, sobre a estrutura agrário-exportadora consolidada. Este momento de desestabilização do desenvolvimento, baseado no modelo agroexportador, pôs em cena uma crise de hegemonia da burguesia cafeeira paulista (MENDONÇA, 1986, p. 13). Para Gramsci uma crise de hegemonia se desenvolve de diversas formas, mas fundamentalmente se

apresenta como uma crise de dirigência do bloco dominante em uma dada conjuntura de forças políticas.

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. **Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos.** [...] O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. **Fala-se de "crise de autoridade": e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.** A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. **A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder,** reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados (GRAMSCI, 2007, pp. 60-1, *grifos meus*).

A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, incidiu diretamente na economia brasileira devido sua base exportadora sustentada em uma produção agrária. O desfecho dessa situação foi a antecipação de uma crise de hegemonia, em termos gramscianos, gerada pela dificuldade de manutenção da dirigência política da, até então, fração dominante burguesa, a agroexportadora. O termo “antecipação” da crise se refere, sobretudo, não por esta ter sido um problema de manutenção da dirigência nas disputas internas entre as frações burguesas, mas pela sua negação, a falta de hegemonia, que se colocou pela primeira vez na história brasileira.

Como destaca Demier (2013, pp. 61-69), não houve a construção de um processo hegemônico de tipo clássico durante a Primeira República devido ao caráter agrário da formação social brasileira. Não houve porque não foi necessário, exatamente devido à falta de uma fração antagônica à dominante. Até então, o Brasil não se constituía propriamente ao que Gramsci denomina como uma sociedade de tipo “ocidental”, com caráter de massas, apesar da existência de algumas organizações representativas da burguesia dominante. A burguesia cafeeira paulista tinha o Estado como seu instrumento próprio, não incorporando a esta esfera de poder nem as demais frações capitalistas existentes no cenário nacional, que dirá as camadas populares. Sob um ideário ruralista, o exercício de suas funções hegemônicas era conquistado através de uma base de sustentação de outras frações proprietárias dos meios de produção, mas

não pelo apoio do conjunto da sociedade nacional. Portanto, a utilização da via da coerção possuía mais peso no exercício da dominação política de classe.

Nas eleições de 1930 houve um processo de ruptura das alianças entre as burguesias agrárias paulistas e mineiras, conhecida como “política do café com leite”. A partir destas alianças vigorava a alternância entre mineiros e paulistas na presidência. Entretanto, o então presidente paulista, Washington Luís, decidiu pela indicação de um sucessor também paulista, o candidato, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), Júlio Prestes. Descontente com a situação, o Partido Republicano Mineiro (PRM), composto pela burguesia cafeeira deste estado, se aliou a outras frações burguesas – sendo a burguesia pecuarista gaúcha sua principal base social (*ibidem*, p. 73) – formando a Aliança Liberal (AL), o partido de oposição.

Esta dissidência do próprio conjunto agrário burguês lançou o nome de Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, como candidato à presidência. Formada por burguesias que defendiam até então políticas não homogêneas, a AL questionava a subsunção ao domínio econômico exclusivamente cafeeiro, mas não deixando de ser uma corrente de defesa de políticas oligárquicas. Neste sentido, foi criado um momento favorável na correlação de forças sociais aos grupos que questionavam a hegemonia cafeeira paulista e seu caráter excludente, típico da República Velha. Nenhum dos grupos que participava do poder foi capaz de estabelecer seus interesses perante aos outros, tomando o controle do Estado. Apesar das tentativas do poder oligárquico em se opor ao desafio de uma burguesia industrial emergente, esta última formou um bloco de poder que buscou redefinir as relações dentro do Estado brasileiro. Esta burguesia que emergia logrou construir identidade própria, mas sem eliminar politicamente o poder das antigas frações dominantes agrárias, inclusive construindo fortes ligações com ela.

Cabe lembrar que, ainda com pouca expressividade política, a burguesia industrial apoiou o candidato vinculado à burguesia dominante, Júlio Prestes, vitorioso no pleito eleitoral apesar das alegações de fraude no processo oriundas da AL. Entretanto, o crescente clima de insatisfação econômica pós-1929 e a desestabilização do clima social com a morte de João Pessoa, candidato a vice pela AL, ascenderam um processo insurrecional liderado por Getúlio, que culminou com o Golpe de 1930.

Após as eleições, os políticos e tenentes – oriundos do movimento tenentista dos anos anteriores que integraram os quadros da AL – recusavam-se em aceitar os resultados do pleito. Começa então a se desenvolver toda uma conspiração que intentava não permitir que Júlio Prestes assumisse a presidência. O então tenente Juarez Távora, oriundo do movimento tenentista, recentemente livre após prisão por participar da Coluna Prestes, iniciou articulações

no nordeste do país com vistas ao golpe. Veremos mais à frente que este apoiador de Getúlio, se integrará em cargos após o golpe e será um dos principais pivôs das direções políticas sobre a questão do petróleo nos anos posteriores¹⁴.

Com o assassinato de João Pessoa, geralmente analisado como de motivações pessoais, a conspiração se acirrou em diversos conflitos armados pelo país. Getúlio e a AL passam a atribuir ao presidente Washington Luís a culpa pelo assassinato. Foi este o estouro final para desencadear o processo golpista. Entretanto, não seria o golpe que colocaria Vargas na posição de presidente de um Governo Provisório (1930-34) que realizaria a passagem do poder diretamente das mãos da burguesia cafeeira paulista para os setores dominantes dissidentes, dispostos nos quadros da AL. Mas então, sob a liderança de outras frações políticas das burguesias agrárias brasileiras, o domínio exclusivista e particularista anterior não seria possível.

O Golpe de 1930 inicia um novo momento no país, no qual o caráter reorientador das políticas guinaria para uma tendência centralizadora do poder em detrimento da nucleação deste nas esferas estaduais. Os problemas do país passam a ser definidos em termos nacionais. A inexistência de necessidade de manter a hegemonia política no período anterior, devido ao caráter exclusivista de uma burguesia que comandava soberana e para si própria, se eleva a outro patamar, o de uma crise de hegemonia na qual não há ainda forças dirigentes suficientemente fortes para impor seus projetos políticos ao conjunto da nação. Ameaçada, então, pela aparição de outros contingentes populacionais que vão compor o governo, a antiga burguesia agrária hegemônica se coloca um problema, o de manutenção da ordem capitalista.

Inicia-se, portanto, com o objetivo de assegurar a ordem, um processo de autonomização relativa do aparelho de Estado em face das classes e frações de classe (DEMIER, 2013, p. 74). Conclamando o interesse nacional, este Estado buscaria o estabelecimento de um pacto entre as frações burguesas dispostas, que até então não possuíam condições de dirigir o processo político e imprimir ao conjunto da nação seus interesses. É o próprio Estado, através de sua cúpula político-militar, que vai estabelecer *o como* e executar, de forma relativamente autônoma¹⁵, o compromisso entre as frações burguesas com vistas a manter a ordem que foi comprometida.

¹⁴ Oriundo do chamado “tenentismo”, Juarez Távora chegou a ser nomeado delegado militar da revolução nos estados do Norte, sendo conhecido por isto como “vice-rei do Norte” (DEMIER, 2013, p. 87).

¹⁵ Cabe destacar que esta autonomia só é relativa exatamente devido ao Estado não ser entendido como aparelho dotado de uma espécie de “vontade própria”. Este representa o conjunto das correlações de forças entre as classes e frações em constante luta, expressando, portanto, os interesses diretos das frações dominantes, mas também as concessões feitas aos setores subalternizados e subordinados.

Embora a AL representasse frações da burguesia cafeeira tradicional, chegando ao poder com apoio de outras camadas, ela não poderia se direcionar a manutenção do exclusivismo do antigo poder hegemônico. A dominação política da burguesia passa a ser realizada de uma forma indireta, por via do aumento da intervenção do Estado. Foi este Estado que, voltado à manutenção da reprodução do capital, conduziu uma espécie de política de “compromisso” entre as frações burguesas, o chamado “estado de compromisso”. Em termos gramscianos, um processo de “revolução passiva”, dirigido “pelo alto” e através do próprio Estado, para garantir os interesses comuns à burguesia (*ibidem*, p. 77).

Gramsci reelabora o termo “revolução passiva”¹⁶, tratando-o como “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções-restaurações’, ou, ainda, ‘revoluções passivas’” (GRAMSCI, 1999, p. 393), conforme o filósofo.

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva [...] o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações (GRAMSCI, 2002, p. 317).

O Brasil realizou um processo de modernização capitalista sem realmente realizar uma revolução democrático-burguesa de caráter clássico – “revolução política de tipo radical-jacobino” (*ibidem*, p. 210). Resumindo, o latifúndio passou a empresa capitalista agrária e com a participação do capital estrangeiro o Brasil internacionalizou seu mercado, convertendo o país em uma economia industrial moderna, com altas taxas de urbanização e uma complexa estrutura social. Este processo, em vez de ocorrer através de movimentos de caráter popular – ou seja, através da ação de uma burguesia revolucionária –, foi realizado “pelo alto”, através de acordos das frações dominantes, com forte intervenção estatal para seu êxito e com a exclusão das camadas populares (COUTINHO, 1992, p.121). Traçando um paralelo com a análise gramsciana:

Este fato é de máxima importância para o conceito de “revolução passiva”: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o “dirigente” do grupo que deveria ser dirigente e possa: pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. Pode-se

¹⁶ Gramsci parte do termo “revolução passiva” utilizado por Vincenzo Cuoco em livro sobre a Revolução Napolitana de 1799, mas modifica completamente o conceito (GRAMSCI, 2002, p. 322). Conforme o próprio autor (*ibidem*, pp. 209-10): “Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”.

fazer referência àquilo que foi chamado de função do “Piemonte”¹⁷ na linguagem político-histórica internacional. [...]

O importante é aprofundar o significado que tem uma função como a do “Piemonte” nas revoluções passivas, isto é, o fato de que um Estado substituiu os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. **É um dos casos em que estes grupos têm a função de “domínio”, e não de “direção”: ditadura sem hegemonia.** A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc., segundo o modelo “jacobino” (GRAMSCI, 2002, pp. 329-30, *grifos meus*).

De acordo com Fontes (2005, p. 280), na história brasileira ocorreu um “caso quase clássico de modernização conservadora”, sendo a imposição dos interesses capitalistas realizada por uma revolução passiva. Entretanto, o particular desta modernização foi a forma seletiva de ampliação do Estado, mantendo a coerção privada e estatal unidas na contenção das formas de organização e associatividade de base popular. Ou seja, a especificidade da ampliação do Estado – em sentido gramsciano – no Brasil seria calcada exatamente na unilateralidade desta, na qual as lutas dos setores dominados pela socialização da política enfrentaram um estruturado aparato que tendia a esterilizar as formas de organização destes segmentos através de mecanismos de uso aberto da coerção, proveniente tanto das esferas privadas, como do Estado.

A noção de crise de hegemonia aplicada ao período de 1930 tornou-se matriz de avaliação da história brasileira partilhada por diversos teóricos, ainda que desta tenham emergido distintas formas interpretativas sobre a dinâmica política do país. Portanto, este momento histórico se apresenta como chave para a compreensão dos períodos posteriores. Encabeçada por segmentos até então secundários no núcleo central do Estado, a revolução de 1930 inicia uma recomposição das correlações de forças político-sociais, dentro das quais foi deslocado o peso particular conferido às frações dominantes – sobretudo o setor cafeeiro –, sem que estas perdessem seus espaços de poder (*ibidem*, pp. 202-3).

Neste sentido, a construção do Estado moderno no país – centralização do poder, articulação e, por vezes, subordinação dos poderes regionais neste núcleo central – decorre deste período, entretanto, no caso específico do Brasil, utilizando formas complacentes com frações burguesas secundarizadas até então e coercitivas com as organizações de cunho popular (*ibidem*, p. 205). Não quer dizer que esta recomposição ocorreu sem lutas e tensões entre as classes fundamentais e mesmo entre frações intraburguesas, porém, enquanto se incorporava

¹⁷ Gramsci se refere à formação do Estado nacional italiano durante o *Risorgimento*, processo no qual o Partido Moderado do Piemonte exerceu a função de direção dos outros grupos no processo de renovação, também realizado “pelo alto”. Conforme Gramsci: “A função do Piemonte no *Risorgimento* é a de uma ‘classe dirigente’”, “com a particularidade que se tratava de um Estado, com um Exército, uma diplomacia, etc.” (*ibidem*, pp. 328-9).

uma maior amplitude de frações da burguesia no núcleo do Estado, eram obstaculizadas as formas populares de associatividade, às quais se concediam apenas as demandas que não atingiam as estruturas de poder das primeiras.

Portanto, a expansão da sociedade civil em sentido gramsciano não significa necessariamente o avanço do campo popular (*ibidem*, p. 225). Ainda que haja uma incorporação restrita de demandas dos trabalhadores no processo de ampliação do Estado no Brasil em alguns momentos, “constituiu-se um Estado enquanto monopólio da violência legítima, mas apenas entre as diferentes frações das classes dominantes” (*ibidem*, p. 188). Enquanto vimos durante todo o século uma constante criação e enraizamento no Estado de APHs de segmentos empresariais, a contenção coerciva e violenta da associatividade de cunho popular contribuiu em conjunto para nacionalizar – baseando-nos no termo em Gramsci – crescentemente os interesses dominantes.

No período de 1930, foi o próprio Estado o promotor do desenvolvimento das forças produtivas, realizando o direcionamento de uma economia de bases agrárias para uma de bases urbano-industriais. E mais, foi a própria burguesia industrial, que ainda sem poder de direção suficiente, defendeu que esse papel fosse realizado pelo Estado, num momento em que a dominação oligárquica já não possuía capacidade suficiente para mantê-lo. Portanto, a crise institucional gerada pelo Golpe de 1930, na qual nenhum dos interesses particulares foi suficiente para se tornar expressão política dos interesses gerais, em nível de nação, necessitou recorrer às massas urbanas como único fator de legitimidade possível para assegurar as novas características institucionais da ordem.

Com a instabilidade política gerada após o golpe e as bases sociais de defesa do movimento que originou o governo – que, apesar de possuírem dissidências do poder oligárquico anterior, expunham uma outra conjuntura de forças – era necessária a elaboração de uma ideologia que fosse própria à manutenção deste movimento no seio do Estado. A forma de dominar a situação e conter a explosão dos conflitos que vinham sendo travados entre as frações sociais encontrou no termo “nação” um ponto de referência. Se por um lado, este termo possibilitava à nova face do poder burguês quebrar com o exclusivismo do poder oligárquico, incorporando as frações burguesas industriais que ainda não possuíam condições de direção, também permitia a adesão popular ao novo governo. Ao mesmo tempo, podia desviar do campo de visão das massas o grande temor de ascensão comunista, crescente desde os anos 1920, sobretudo após a fundação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, em 1922.

Desta forma, Vargas e seus apoiadores buscavam conquistar uma forma de “consenso passivo” entre as frações burguesas (DEMIER, 2013, p. 91), garantindo aderência à sua política

de modernização. No período do Governo Provisório de Vargas (1930-34), a atuação do Estado foi marcada pela centralização da intervenção deste nos rumos da economia nacional, mas não podemos ainda neste período caracterizar como uma política econômica industrialista por parte do governo. Apesar do impulso assumido, o primeiro governo de Vargas se voltou prioritariamente para o setor agrícola, buscando salvar, sobretudo, a produção cafeeira, mas foi esta que permitiu um ulterior processo de modernização industrial. Ou seja, a reprodução da antiga burguesia tradicional possibilitou o robustecimento do Estado e o financiamento adequado ao avanço urbano-industrial do país.

Em relação à sociedade de massas que vinha sendo criada com a planificação econômica, tão logo algumas medidas foram tomadas pelo Governo Provisório. Dentre elas, cabe destaque para a criação de um ministério voltado à questão do Trabalho – o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) – somente um mês após a derrubada da Primeira República. Apesar de eliminar a autonomia sindical e política dos trabalhadores, demonstrando ainda o peso da coerção nas ações estatais, Vargas “estendia sua outra mão” reconhecendo direitos sociais e políticos dos trabalhadores, mesmo que de forma parcial. Vale ressaltar que os direitos sociais não foram estendidos aos trabalhadores rurais, garantindo os interesses da burguesia agrária no papel de sustentação do regime que se desenvolvia (*ibidem*, pp. 94-6). Diversas outras medidas relativas à questão social foram também realizadas pelo Governo Provisório, como a expansão da educação pública e modernização do ensino médio e superior, a ampliação da assistência de saúde pública, a elaboração de um novo Código Eleitoral, permitindo satisfazer algumas demandas básicas, mas sem deixar de lado a subalternização necessária da classe trabalhadora em todas estas medidas. Estas, portanto, permitiam incluir na vida do Estado restrito uma nova parcela da população, mas sem fornecer autonomia política a estas frações.

Portanto, os anos de 1930 são o marco inaugural deste processo de modernização industrial e, conseqüentemente, ampliação do Estado no Brasil. Como veremos, este processo se intensifica com a penetração do capital monopolista internacional na década de 1950 e se consolida durante o período do governo militar, possuindo vinculações estreitas com as formas de desenvolvimento da indústria do petróleo no país. Neste período inicial, o Estado assume um papel de interventor, agindo como planejador econômico em direção ao industrialismo, revertendo recursos para que esse processo de modernização ocorra e, até mesmo, atuando de forma direta na economia através da criação de empresas estatais. Não que este Estado fosse dotado de vontade própria, a par dos interesses burgueses, mas este atuou como árbitro dos interesses existentes entre as frações burguesas que no período não possuíam, nenhuma delas,

condições de imprimi-los para o conjunto da nação. Cabe ainda ressaltar que as frações burguesas agrárias dominantes até o período de 1930 também se beneficiaram do conjunto de mercados abertos internamente para escoamento de suas matérias-primas em um contexto de crise econômica internacional iniciado em 1929, não deixando de ter seu espaço, portanto, no processo de dominação.

Em relação à indústria do petróleo, assim como para outros setores, o Golpe de 1930 vai representar um marco de mudanças de orientação devida à direção centralizadora das políticas, sustentada pelo termo “nacional”. O período após o golpe se inicia com poucos avanços relativos à exploração de petróleo. O Governo Provisório logo decreta o fim das concessões feitas anteriormente pelos governos estaduais, centralizando a questão no governo federal. O esforço de centralização oriundo das atuações políticas do pós-1930 se desenrola em uma ação cada vez mais direta do Estado em áreas anteriormente não exploradas.

A intervenção estatal aumentava no contexto geral, entretanto, este esforço se traduzia em uma crescente expansão de sociedades privadas na questão do petróleo, apesar dos ainda esparsos avanços em relação à exploração efetivamente. Os particulares, após a diluição da força autocrática imposta pela burguesia cafeeira, começam a surgir no cenário, entretanto, as atividades realizadas por estes, que de início parecem apresentar alguma força, não logram em continuidade. O surgimento destes grupos causaria um impulso transformador das direções até então tomadas. Estes elementos, unidos à ação, real ou alegada, de grandes companhias estrangeiras, vão marcar o quadro conjuntural a ser constantemente redefinido na questão do petróleo para os próximos anos.

Em relação à legislação e às instituições, se iniciam a reestruturação de vários órgãos vinculados, dentre eles cabe destaque aqui para uma série de mudanças no Ministério da Agricultura. Em 1933, o Ministério da Agricultura, já sob responsabilidade do então general, Juarez Távora, cria a Diretoria-Geral de Pesquisas Científicas, a qual passa a fazer parte do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil – SGMB. Ainda no mesmo ano essa diretoria é substituída pela Diretoria-Geral de Produção Mineral, que inclui o Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil, antigo SGMB. No ano seguinte, essa diretoria passa a ser o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (COHN, 2017, pp. 24-5). Em seguida, o general patrocina a redação de um Código de Minas, promulgado em 1934, quase concomitantemente à Constituição (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 16).

O impulso reestruturador do Ministério da Agricultura, pasta na qual se localizava a exploração do petróleo, exemplifica o início da inflexão de uma economia agrário-comercial para uma economia urbano-industrial. As disputas entre as novas frações que ascendem ao

poder no momento de crise de hegemonia e a incorporação de camadas médias nestas disputas apontam para este processo de reorientação econômica. Neste caso, o papel do Estado na reorientação é patente, buscando abrir as frentes necessárias para que o processo em início de curso se desenvolva. O Código de Minas de 1934 demonstra essa forma de atuação, pois sua redação transfere toda a propriedade do subsolo – anteriormente unificada à do solo – ao Patrimônio da União, exigindo concessão ao governo para qualquer atividade de pesquisa e lavra de jazidas minerais.

As nuances interpretativas criadas pelos termos utilizados pelo Estado causavam nebulosidade para o entendimento das decisões tomadas. “Nacionalizar”, “interesses da nação” e outros termos podiam ser lidos de diferentes formas, causando conflitos políticos entre as formas de orientar o tão almejado desenvolvimento brasileiro, conforme apresenta Gabriel Cohn (2017, p. 28), em seu livro “Petróleo e Nacionalismo”:

Pode ser que, no que concerne à propriedade privada, essa medida, assim como a própria Constituição de 1934, tivesse se limitado a “adotar o que a legislação ordinária já havia avançado” (CUNHA, 1963 *in* COHN, 2017). O essencial parece ser, contudo, que, como manifesto no Código de Minas, não era a propriedade que estava em jogo, na consciência de seus autores. Tratava-se, muito mais, de defender as riquezas do subsolo tanto dos interesses locais quanto – ainda que em segundo plano – dos estrangeiros. A tônica estava nos interesses nacionais contra os localistas ou estrangeiros mais do que na disjuntiva propriedade privada – interesse social. Mesmo quando o pensamento do legislador da época se movia aparentemente em outro sentido, acabava transparecendo essa ordem de preocupações, até quando se repelia o próprio termo “nacionalização”. Não se trata de “nacionalizar”, mas de “socializar” as riquezas naturais, dizia Juarez Távora em 1933, perante a Assembleia Nacional Constituinte. Mas o que vinha a ser, afinal, essa “socialização”, contraposta à “nacionalização”? Consiste ela em reservar as jazidas, “de maneira definitiva e inalterável, ao patrimônio da coletividade, para que constituam, em poder da União, um instrumento de compensação às desigualdades econômico-financeiras dos estados” (TÁVORA, 1933 *in* COHN, 2017). As implicações desse movimento seriam explicitadas seis anos mais tarde, na nova versão do Código de Minas, de 1940, na qual a preocupação com a defesa das riquezas nacionais contra sua exploração por estrangeiros passaria ao primeiro plano (COHN, 2017, p. 28).

O discurso “nacionalista” que se projetava, além de visar atingir o ingresso de novas camadas burguesas ao poder, também atuava em direção a outro fator – que para o petróleo bastante importava –, a ação de companhias estrangeiras na questão. Se por atuação direta destas na questão ou por polêmicas sedimentadas popularmente na sociedade civil, é patente o vulto que tomaram nas discussões sobre a questão do petróleo a partir dos anos de 1930. A ampliação da participação de novos particulares na questão, com o surgimento de sociedades privadas, fez com que conflitos surgissem, gerando uma série de discussões que, então, tomavam âmbito popular sobre as formas de exploração do petróleo no país. Boa parte destas

polêmicas feitas por grupos privados se voltava à ameaça de atuação dos trustes internacionais do petróleo no Brasil, muitas vezes acusando o Estado de submissão a estes.

Logo após o Golpe, a atuação de particulares na questão ganha destaque, gerando enorme vulto nas discussões populares. Em 1930, o Engenheiro Manuel Inácio Bastos registra vestígios de óleo em Lobato, localidade do estado da Bahia, enviando um relatório à Vargas sobre sua descoberta. Logo, o presidente encaminhou o documento ao SGMB, mas os registros desapareceram em meio à reorganização da instituição. Em 1933, o mesmo engenheiro envia amostras do óleo para a análise de um professor da Escola Politécnica da Bahia e acaba por apresentar sua descoberta a Oscar Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias do estado. Juntos, criam uma sociedade privada e enviam o óleo para análise do então DNPM, solicitando também o empréstimo de um técnico e uma sonda do órgão estatal. Entretanto, o pedido é negado, gerando forte repercussão na imprensa. Em meio à repercussão, o DNPM necessita apresentar sua posição. Ainda em 1934, o engenheiro Luciano Jacques de Moraes contradiz as possibilidades de existência de óleo baseado em estudo do próprio DNPM, realizados em 1930 e 1931. Além disso, Victor Oppenheim, geólogo estrangeiro à serviço do DNPM, também nega de forma categórica a possibilidade em um boletim oficial do órgão, instalando mais conflitos nos jornais (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 18-9).

Outro conflito iniciado no período talvez tenha tomado vulto mais por um dos sujeitos instados nele do que pela real possibilidade de exploração no local. Em 1931, o engenheiro Edson de Carvalho realiza perfurações em Alagoas com uma sonda emprestada pelo SGMB. No ano seguinte, um decreto do Governo Provisório revalida a concessão para prospecção no local e o engenheiro leva um técnico mexicano, Dr. Romero, que utilizando um suposto “aparelho descobridor de petróleo” anuncia à imprensa e ao governo a existência de enormes reservas no local. Entretanto, o SGMB nega a existência de petróleo na região. Ainda em 1932, com o conflito desferido, Edson Cordeiro, junto ao famoso escritor, Monteiro Lobato, lançam ações visando arrecadar fundo para a organização da Cia. Petróleo Nacional. A forma pouco comum de organizar uma empresa chama a atenção das autoridades. Com os trabalhos sendo ainda desenvolvidos em Alagoas, em 1934, Monteiro Lobato vai a São Paulo visando agrupar a Cia. Petróleo do Brasil, que buscava seguir com uma sondagem antiga do governo do estado em Araquá. Porém, outra posição negativa da possibilidade de existência de óleo no local é dada pelo governo, fazendo com que os ânimos se acirrem e Lobato faça cada vez mais contundentes declarações públicas (*ibidem*).

Em Alagoas a situação se aprofunda, o DNPM envia o engenheiro Bourdot Dutra para examinar a possibilidade de uma descoberta de gás em Riacho Doce. O engenheiro elabora um

relatório contrário às possibilidades e o DNPM solicita de volta a sonda emprestada ao governo local. Os técnicos do DNPM, entre eles o estadunidense Mark Malamphy, entendiam que a área de Riacho Doce não era a mais promissora de Alagoas, apontando para pesquisas em outro ponto do estado (COHN, 2017, p. 39). Após visita ao local, o governador entra no conflito exigindo a manutenção da sonda e contratando uma empresa alemã de geofísica, que acaba por fazer um relatório com posição otimista em relação às possibilidades de exploração (DIAS & QUAGLINO, 1993).

Nos anos de 1930, uma série de conflitos como estes atingem o cenário político nacional. Com a divulgação dos conflitos pela imprensa, diferentes frações da sociedade civil passam a atuar nas discussões fomentadas pelos jornais. A ainda incipiente, mas em expansão, sociedade civil brasileira, começa a dar alguns sinais de ampliação de sua correlação de forças internas e um deles gira exatamente em torno das formas de exploração do petróleo no país. As formas de pensar o tão propalado desenvolvimento do Brasil, assentadas no polissêmico sentimento “nacionalista”, começam a gerar embates entre as forças dispostas em luta. As acusações de Monteiro Lobato e seus associados, bem como as respostas oficiais do governo, geram entre 1935-36 uma campanha popular pelo petróleo.

Após insistentes solicitações de Oscar Cordeiro por auxílio e autorização para perfurar na localidade de Lobato, a negativa oficial do ministro Juarez Távora sobre o pedido é também mantida pelo ministro da agricultura empossado em 1934, Odilon Braga. Mais ataques surgem, e Monteiro Lobato publica no Brasil, em 1935, o livro no qual uma citação inicia a Introdução deste trabalho: “A Luta pelo Petróleo”, de Essad Bey. O livro foi revisado e prefaciado por Monteiro Lobato, que lá escreve: “a política anti-petroleira do nosso Serviço Geológico Federal, cujo lema se resume nisto: Não tirar petróleo e não deixar que ninguém o tire” (LOBATO, 1935, p. 13).

No seguinte ano, Lobato lança um livro de sua autoria, “O Escândalo do Petróleo”, também atacando a legislação e o próprio Estado por não permitirem a exploração de petróleo a favor de interesses dos trustes internacionais. No livro, o autor ataca um documento oficial, “Bases para o Inquérito sobre o Petróleo”, no qual o ministro da agricultura, Odilon Braga, procura fornecer à Getúlio fundamentos conclusivos para um inquérito sobre a exploração do petróleo, que vinha recebendo críticas da imprensa desde 1932 (COHN, 2017, p. 30). Lobato chega a ser preso por conta das acusações em 1941, mas é absolvido em julgamento.

No livro, Lobato acusa os trustes internacionais, a estadunidense *Standard Oil* e a britânica *Royal Dutch & Shell*¹⁸, de dominar o petróleo, finanças, bancos, dinheiro, governos e máquinas administrativas, denominando esta rede de dominação como “Interesses Ocultos”. Aponta que o “Brasil, com o seu imenso território em tantos pontos marcado de indícios de petróleo, constituía um perigo para esses *trusts*” e que, portanto, estes “interesses” estavam a “orientar” o governo brasileiro. Para o autor, ao separar a propriedade do subsolo da do solo, a Lei de Minas favorecia estes interesses estrangeiros (LOBATO, 2011).

Como visto, o DNPM realmente adotou a opinião de técnicos estrangeiros, que em momentos cruciais apontaram para a não existência do petróleo em determinados locais. Tal situação gerou interpretações de que estes técnicos tinham como tarefa obstruir a exploração do petróleo no país, estando a serviço de interesses externos. Em geral, a bibliografia aponta para a falta de técnicos e especialistas brasileiros para tratar do assunto (PEYERL, 2014), os próprios documentos oficiais e escritos de Monteiro Lobato também apontam para esta carência como realidade do período. Tal situação deixava os órgãos vulneráveis a atuação destes técnicos estrangeiros, como os já citados Oppenheim e Malamphy, que, por sua vez, também acentuaram o conflito. Contratados pelo DNPM, não deixaram de exercer seus interesses particulares, buscando se utilizar dos conhecimentos alcançados em pesquisas realizadas em território brasileiro. Estes chegaram a fundar uma sociedade, de sigla Malop, que oferecia informações sobre recursos petrolíferos do Brasil de acordo com anúncios em publicações especializadas (COHN, 2017, p. 41).

Tanto pelos meios oficiais, como por Lobato e seus aliados, era apontada a compra de terrenos petrolíferos potenciais por estrangeiros. Da mesma forma, era criticada a falta de condições financeiras e de técnicos habilitados pelo governo brasileiro, o que impossibilitava avanços mais profundos do Estado em relação à exploração. É difícil falar até em divergência nas formas de avançar na questão, mas não em relação a existência de interesses estrangeiros. Portanto, tínhamos nas frentes do conflito órgãos públicos com pouca condição técnica e financeira e empresários muitos dispostos, mas também com poucas condições – haja visto as solicitações aos órgãos da administração de sondas, técnicos etc. Além disso, o cenário internacional de superprodução em outras áreas colocava, provavelmente, os interesses estrangeiros mais na direção de resguardar as reservas brasileiras para o futuro em vez de agir diretamente aqui. Conforme aponta Cohn (2017, p. 49),

¹⁸ Veremos mais à frente que ambas companhias estão entre as organizações que contribuíram para o Fundo Social Inicial do IBP, estando, portanto, no quadro de Sócias Fundadoras do Instituto.

Acaba sendo difícil descobrir onde está, nesse ponto, o desacordo entre o ministro de Estado [Odilon Braga] e o empresário em confronto [Monteiro Lobato]. Mas as posições se afastam, aparentemente, quando se trata de apreciar a ação dos grandes grupos petrolíferos internacionais. Estes, que para Lobato eram o que havia de mais nocivo (embora sua posição implicasse abrir-lhes as portas do país, no ato mesmo de dar liberdade de ação a todos os interessados no petróleo), não se afiguraram tão alarmantes a Odilon Braga, para quem um *gentlemen's agreement* com esses grupos parecia estar cada vez mais na ordem do dia.

É difícil não tirar dessa polêmica a impressão de que, talvez por rumos diferentes do que aqueles discernidos pelos seus participantes, todos os caminhos levavam aos trustes. Tanto a burocracia rotineira do estado quanto a agressividade dos empresários improvisados, como Lobato, por meio de toda sorte de cruzamentos e entrelaçamentos, acabavam desembocando naquilo que ambos se propunham combater: a dependência do país em relação aos grupos econômicos internacionais no setor de petróleo.

Até 1936 a questão do petróleo ainda caminhava a passos curtos, mas já havia tomado espaço no terreno de disputas de uma sociedade que passava por uma inflexão econômica durante os anos de 1930. O incremento de outras frações burguesas na disputa política já se apresenta em relação a questão do petróleo, na qual a fundação de sociedades privadas cresceu desde o golpe, apesar de sua forte dependência do Estado e incipiente expressividade. Entretanto, é possível perceber como as disputas na sociedade civil começam a surgir, mesmo de forma ainda confusa e sem um projeto nacional definido. No período é também possível perceber que a crise de hegemonia da dominação exclusivista da burguesia cafeeira, que antes de 1930 reinava soberana na “atrasada” economia capitalista brasileira, possibilitou a adesão de grupos sociais mais amplos a uma campanha pelo petróleo em 1936, posicionando este recurso como um dos expoentes do propalado processo de modernização da economia. Os ainda desorganizados embates sobre as formas de produzir petróleo já passavam a gerar projetos divergentes de desenvolvimento, expressando a ideologia central que se formulava no período – e que permitia a posição do Estado restrito como árbitro com relativa autonomia –, o polissêmico “nacionalismo”.

O início do processo de ampliação da sociedade civil começava a se apresentar, mas ainda sem instituições suficientemente organizadas para, sistematicamente, dirigir o conjunto da nação. A transição das formas características de dominação, na inflexão de uma economia agrária à uma industrial, começam a ser timidamente notadas. Monteiro Lobato, tão disseminado na literatura brasileira, traz uma delas, a utilização inicial da via pedagógica para elaborar o consenso. Além de seus citados textos, que acabaram por desencadear uma campanha pela questão do petróleo, o autor vai além, propondo formar as gerações futuras da sociedade de massa em construção. O famoso “Sítio do Pica-pau Amarelo” tornou-se cenário para o protagonismo político de Lobato, quando o autor lançou o livro infantil “O Poço do Visconde”,

ainda em 1937 – um ano depois da obra que gerou grande repercussão –, no qual narra fundamentos básicos de geologia e de sua posição política em relação ao Estado e aos interesses estrangeiros sobre a questão do petróleo.

1.3. O Estado estrito como promotor da exploração, o período do Estado Novo

Apesar de vitorioso diante do movimento constitucionalista em 1932, Vargas foi pressionado a dar um fim a sua ditadura, exercida através do Governo Provisório. Entretanto, em 1934, tendo exercido forte influência sobre a Assembleia Constituinte criada no ano anterior, foi promulgada a nova Constituição e Getúlio foi eleito presidente do país. A nova Constituição sustentou diversos aspectos da anterior, a maior parte das legislações criadas pelo Governo Provisório para a dita “questão social” também foram incorporadas à nova Carta e foi mantido um modelo claramente federalista – portanto mais identificado com as frações oligárquicas do que com as forças centralistas que eram oriundas do movimento dos “tenentes” que colaboraram com o Golpe de 1930 e compuseram cargos do Governo Provisório. Entretanto, diversamente da anterior, a nova Constituição já mantinha forte concentração do poder no Executivo Federal. Agindo mais intensamente no período, o movimento operário e sindical tornaria mais agitado o processo político, realizando greves e manifestações populares. O movimento integralista fascista também cresceria dentro do espaço de “liberdade controlada” fornecido pela nova Carta, sobretudo a partir da Ação Integralista Brasileira – AIB, surgida em 1932. Esta disputaria as camadas médias com movimentos de cunho progressista, sobretudo alavancados pelo PCB, que ainda dispunha de vida política oficial.

No entanto, apesar do tão recente ingresso destas camadas à vida política, o turbulento cenário acabou por tornar a nova Constituição “uma *letra morta* para o conjunto dos setores populares organizados” (DEMIER, 2013, p. 109), tendo o governo sucessivamente se utilizado de dispositivos antidemocráticos como a Lei de Segurança, estados de sítio e de guerra a partir de 1935. Com o início do período do governo constitucional de Vargas, a luta de classes apresentaria contornos mais nítidos, a luta entre a burguesia e o movimento operário seria o cerne das disputas do período 1934-37 (*ibidem*). A burguesia, ainda com poucos poderes para dirigir a sociedade diante de sua crise de hegemonia, conclamou mais fortemente a manutenção da ordem pela via estatal, aprofundando o processo de autonomização relativa do Estado.

Os enfrentamentos entre comunistas e fascistas se acirraram a partir de 1935, quando foi fundada a Aliança Nacional Libertadora – ANL, que, impulsionada pelo PCB, realizou um frustrado levante comunista no final deste mesmo ano, tentativa esta devido à ilegalidade de

manter as lutas funcionando com a Lei de Segurança Nacional. A frente ANL/PCB acabou por virar um dos principais inimigos de Vargas, que teve sua popularidade fortalecida por garantir a ordem. Mesmo com pouca adesão das massas, em meio ao frustrado levante, Vargas chegou a decretar “estado de sítio” em todo território nacional. A histeria causada pelo espectro do comunismo forneceu à Getúlio sua possibilidade de ascensão, pois foi a bem utilizada situação que o concedeu força suficiente para se manter no poder, com irrestrito apoio burguês. Logo, a recente Constituição tinha importantes direitos democráticos previstos sendo suprimidos pelos dispositivos invocados pelo presidente (*ibidem*, 117-125).

A repressão ao comunismo abria frente à expansão da utilização da via coercitiva. Em 1936 foi formada a Comissão de Repressão ao Comunismo e, após prorrogações do “estado de sítio”, foi instaurado o “estado de guerra”. Até então, os líderes do PCB já haviam sido todos presos, agora fora utilizada a situação para abater o Congresso. Neste ano, foram presos cinco parlamentares que vinham denunciando os excessos utilizados pelo Estado para repressão ao comunismo. A burguesia, ao permitir que seus representantes políticos fossem presos e acusados, desmoralizava o próprio Parlamento, e, fortalecendo o apoio às ações descomedidas do aparato repressivo, não fazia senão hipertrofiar ainda mais o poder Executivo (*ibidem*, p. 133). O pleito eleitoral, previsto constitucionalmente para 1938, impedia a continuidade de Vargas, abrindo a possibilidade de um período de agitação que a burguesia não pretendia correr o risco. O “estado de guerra” foi prorrogado por diversas vezes até 1937, quando em meados do ano foram liberados centenas de presos políticos e o governo não solicitou sua renovação ao Congresso, situação que expressava o poder de Getúlio em contornar politicamente as correlações de forças em seu favor (*ibidem*, p. 137).

No entanto, mais para o final deste ano, o surgimento de um documento falso que apontava para um plano de tomada de poder dos comunistas, denominado “Plano Cohen”, foi utilizado para a decretação novamente do “estado de guerra”. A conjuntura do novo golpe estava formada e Getúlio, mesmo sendo percebido como um problema por alguns setores burgueses, já era visto pela maioria como necessário para a manutenção da ordem (*ibidem*, p. 145). A burguesia, sem força de dirigência, iria novamente depositar nele a saída. Com uma atuação de traços semelhantes ao fascismo europeu e convicta de sua participação política após o golpe, a AIB retirou sua candidatura ao pleito de 1938 e apoiou Getúlio junto às forças militares contra o “comunismo”, que desde 1935 já demonstrava não ter força de massas para se efetivar. Portanto, a breve Constituição de 1934, já praticamente “sem uso”, foi finalmente colocada de lado pelo golpe.

Sob o signo do “risco à nação”, a eleição foi deixada de lado e a democracia – ainda que tacanha – foi exposta como não sendo possível nos períodos de crise. Para garantir a reprodução da ordem os partidos foram dissolvidos, Congresso, assembleias e câmaras foram fechados e um nova Constituição foi elaborada. Os traços que vinham sendo desenhados nos períodos anteriores – Governo Provisório e Constitucional de Vargas – agora se aprofundariam. No Estado Novo o poder se concentraria totalmente nas mãos do Executivo, e o viés da violência e da coerção seria mais exasperado. Estas seriam as bases sob as quais se projetaria o novo governo. As legislações relativas à “questão social”, que vinham sendo construídas desde 1930, foram incorporadas à nova Constituição e diversos dos importantes direitos trabalhistas foram construídos durante esse período, como o salário mínimo e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Por outro lado, a penetração da burguesia no Estado, em sentido estrito, também se agudizava. Em 1935 já era possível encontrar empresários ocupando os “órgãos técnicos” do Estado, dentre eles intelectuais orgânicos de destaque da ainda em consolidação burguesia industrial brasileira, como Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, processo que se expandiu de forma significativa a partir de 1937. Se antes estes já viam a necessidade de participação do Estado na economia – claro que de forma controlada e de acordo com seus interesses – agora a capilarização destes na aparelhagem estatal acabava por possibilitar uma posição de privilégio frente às demais frações burguesas. De certa forma, estes conseguiram exercer sua função hegemônica no interior das classes dominantes, mesmo ainda não alcançando a hegemonia propriamente dita, de forma a imprimir por si próprios seus interesses ao conjunto da nação (*ibidem*).

Sobre isto, Gramsci (2002, p. 62), analisando a questão da direção política na formação e desenvolvimento do Estado moderno italiano, aponta para as funções hegemônicas dentro do conjunto das elites em determinado processo histórico:

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”. [...] Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo (*ibidem*, pp. 62-3).

Desde os anos de 1920 a burguesia industrial já vinha desenvolvendo formas de organização e participação político-institucionais para a defesa de seus interesses, possuindo como marco a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP em 1928. Entretanto, a partir da década de 1930 estas formas de organização se aprofundam e aperfeiçoam, buscando uma maior inserção na estrutura estatal através da participação em Conselhos e Comissões, na construção de um discurso próprio das frações burguesas industriais e na elaboração de um programa industrialista para o país (MENDONÇA, 1986, p. 19).

O ingresso destas camadas no seio do Estado estrito foi gestado de forma que, com o avanço do regime burocrático-autoritário, as formas tradicionais de organização política existentes na sociedade civil se tornavam dispensáveis, enquanto a sociedade política, em sentido gramsciano, se expandia através da criação de inúmeras agências, autarquias, conselhos e institutos. Tal situação direcionava para o interior do próprio Estado restrito as demandas das diferentes frações sociais, tornando a aparelhagem estatal a própria mediadora dos conflitos entre estas camadas. Todavia, a criação destes diversos órgãos de inserção dos interesses de diferentes frações, ao mesmo tempo que abria espaços passíveis de influência direta, tornava as expressões do Estado um conjunto muitas vezes conflitante em relação às suas dimensões políticas e econômicas (*ibidem*).

Durante esse período a burguesia industrial se destacou na elaboração de uma ideologia que lhe fosse própria, posicionando o desenvolvimento industrial como única forma de saída da vulnerável posição do Brasil como nação agroexportadora no ciclo do capitalismo internacional. Para sedimentar sua visão de mundo, a burguesia industrial deslocou o discurso autoritário – utilizado pela sociedade política à época – em seu próprio benefício, promovendo a ideia da necessidade de um Estado forte e intervencionista que garantisse a proteção da produção nacional e, portanto, o “bem-estar da nação” como um todo. Dessa forma a burguesia industrial se legitimava enquanto “classe produtora” nacional (*ibidem*, p. 20).

Logo de início, o governo varguista decidiu pela suspensão do pagamento da dívida externa para possibilitar a política de expansão urbano-industrial. A participação do Estado na economia permitiria abrir as frentes necessárias à futura expansão industrial, de forma a construir as pontes hegemônicas que, sozinhas, as frações burguesas não conseguiram edificar. Caminhávamos então mais certos, em direção à “ocidentalização” da economia capitalista brasileira, trilhando o rumo de ampliação do Estado pela adotada via da autonomização relativa deste, embora para isto fosse necessário o maior peso da coerção (DEMIER, 2013, pp. 162-3).

A falta de força dirigente da emergente burguesia industrial para liderar o compromisso estabelecido com a antiga oligarquia e as pressões de diversos grupos pelo

progresso econômico brasileiro, que reforçavam os interesses de industrialização, foi então sendo remodelada “a partir das experiências de um novo Estado traduzido pelas formas corporativistas de associação e apoiado por formas autoritárias de domínio” (DREIFUSS, 1981, pp. 22-23). A partir do golpe de 1937, o Estado Novo forjou um novo bloco histórico, imprimindo interesses nacionais e mobilizando recursos em direção ao projeto da burguesia industrial.

A categoria “bloco histórico”¹⁹ está entre uma das principais noções do edifício teórico desenvolvido por Gramsci, sendo esta exatamente a expressão concreta da relação de unidade dialética do par estrutura-superestrutura. Buscando fornecer unidade entre as relações sociais de produção historicamente forjadas – como exemplo, o Fordismo e mais recentemente a acumulação flexível – e as dimensões superestruturais criadas para naturalizar tais relações, que Gramsci elabora seu entendimento sobre o conceito.

A estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas e o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. (GRAMSCI, 1999, pp. 250-251).

[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Após o golpe de Vargas, industriais e proprietários de terra passaram a conviver dentro do Estado, mas sem que se formasse uma unidade de interesses entre os dois grupos. Essa conflituosa correlação de forças internas era intermediada por um forte aparelho burocrático-militar, que favoreceu uma interferência contínua das Forças Armadas na vida política, entretanto, tornando-o também mais um fator de instabilidade no processo de reestruturação capitalista. Dreifuss (*op. cit.*, p. 23) destaca que a dependência criada entre os setores industrial e agrário se deveu a quatro fatores: (i) parte dos próprios setores agroexportadores originaram a demanda por produtos industrializados; (ii) as próprias exportações dos setores agrários possibilitaram a compra dos insumos necessários à industrialização; (iii) estes mesmos setores eram os produtores da matéria-prima para as poucas indústrias e para as empresas agroindustriais que se formavam; e, mais ainda, (iv) laços familiares e empresas interligadas entre os dois setores possibilitaram a própria articulação destes. Além disso, o esforço de industrialização foi alavancado pela redução de interesses estrangeiros por conta da depressão

¹⁹ O próprio Gramsci atribui o conceito de “bloco histórico” a Georges Sorel, pensador francês socialista. Contudo, trata-se de um conceito original de Gramsci, definindo-o como “unidade na diversidade de infraestrutura e superestrutura” (COUTINHO, 2011, p. 358).

econômica e pelo envolvimento destes com o esforço bélico da II Guerra Mundial, que se inicia em 1939. Neste sentido, a industrialização neste momento teve um componente específico de “substituição de importações”.

Conforme grande parte dos autores que apresentam a história da exploração de petróleo no Brasil, neste período ocorre um dos principais marcos no país que irá direcionar a política e o desenvolvimento da indústria do petróleo. A fundação do Conselho Nacional de Petróleo – CNP em 1938, somente um ano após o golpe, marca a colocação da questão diretamente no Executivo federal, seguindo a direção de centralização do poder e o impulsionamento da industrialização via intervenção estatal. O petróleo se fazia necessário para a sustentação da expansão do setor industrial que se almejava e a expansão da rede rodoviária, que implicava a necessidade de mais combustível. Cabe ainda destacar que, no cenário internacional, a possibilidade de uma nova guerra mundial e o receio de decorrentes dificuldades de importação do óleo também trouxeram à tona a necessidade de avanço da exploração.

Em relação à economia, a elevação da compra de petróleo e as oscilações do produto no âmbito do mercado internacional causavam aumento da pressão de importações do recurso. Segundo o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR, 1944 *in* COHN, 2017, p. 52), o crescimento da rede rodoviária na década de 1930-40 mais do que dobrou. Acresce-se a enorme escala de incremento da produção industrial no período em relação ao setor primário da economia. Estas alterações foram decisivas para definir a atuação do setor público na questão do petróleo, devido à total dependência externa para o crescente fornecimento de combustível. Esta situação, somada à política internacional atingida por uma premente guerra mundial, fez com que a dependência do petróleo atraísse a atenção dos militares, que passaram a ser uma fração social de significativa influência no setor desde então. A ascensão deste grupo no cenário político teria sido dada pelas bases políticas do próprio golpe de 1937, sendo estes mantidos dentro do regime de governo então criado (COHN, 2017, p. 53-4).

Atuando por decretos após o golpe, Getúlio Vargas instituiu o Decreto-Lei nº 395 de 1938, que declarou de “utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo”, nacionalizou a indústria da refinação (as jazidas já haviam sido nacionalizadas pelo Código de Minas de 1934) e criou o Conselho Nacional de Petróleo. O Decreto-Lei, dentre outras questões, aponta a importância do petróleo para “os elevados interesses da **segurança do país** e da economia nacional”, portanto, considerado “indispensável à **defesa militar** e econômica do país” (*grifos meus*).

A questão do petróleo já vinha sendo discutida anteriormente à instituição do Estado Novo pelos militares. A necessidade de aumento da intervenção estatal no setor e da nacionalização das jazidas havia sido colocada como uma questão dez anos antes, quando da publicação de artigos de inspiração direta do general Olímpio da Silveira, representando o pensamento do Estado-Maior do Exército (LIMA SOBRINHO, 1963 *apud* COHN, 2017, p. 56-7). No início de 1936, o general Horta Barbosa – um grande defensor da política nacionalista para o setor e que veio a ser o primeiro presidente do CNP – enviou um memorial denominado “O Petróleo e a Defesa Nacional” ao ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, expressando suas opiniões sobre o assunto. Foi por força de um comunicado de Horta Barbosa ao chefe do Estado-Maior do Exército, general Góis Monteiro, que o Exército se colocou como protagonista na reformulação da política de petróleo no país. A influência da concepção militarizada da questão, relativa para estes aos interesses da segurança nacional, orientou o início das formulações de caráter “nacionalista” para a questão do petróleo. Os militares surgem como o ponto de inflexão das ações do Estado relativas à política do petróleo, sendo decisivos para o choque de posições e interesses criados no período anterior, conforme anteriormente apresentado (*ibidem*, p. 56-60).

Com a expansão do setor industrial e o favorecimento deste pelo Estado restrito, o início da participação do empresariado e seus prepostos nos ditos “órgãos técnicos” do poder Executivo se ampliam a partir de 1937. A forma corporativista utilizada no Estado Novo pela aparelhagem estatal possibilitaria à fração burguesa industrial iniciar sua trajetória em direção à conquista da hegemonia, tendo na questão do petróleo um de seus focos de atuação. Demier (2013, p. 163) cita alguns destes “órgãos técnicos” que, criados após o golpe, serão ocupados por estas frações burguesas, como o Conselho Técnico de Economia e Finanças, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e o próprio CNP.

O Estado restrito, no período, tornou-se um grande produtor de bens e serviços voltados à criação da infraestrutura necessária ao processo de industrialização, dessa forma forjou as bases necessárias ao desenvolvimento da indústria privada no país. Durante o Estado Novo se iniciou “o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo” (DREIFUSS, 1981, p. 23). A indústria passou, então, a expressar suas demandas sem a necessidade de mediação política, inserindo-se diretamente no aparelho de Estado. O poder executivo se tornou foco direto de atuação do empresariado industrial, abrindo as portas às demandas da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio, enquanto os interesses agrários – então

perdendo seu privilégio – se comunicavam através de Institutos e conselhos de representação dos produtores rurais (*ibidem*, p. 24).

Nesse mesmo sentido, o Decreto-Lei nº 395 de 1938, estabeleceu o CNP como “organismo autônomo, subordinado diretamente ao Presidente da República” e constituído “de brasileiros natos, designados pelo Presidente da República, representando os Ministérios da Guerra, Marinha, Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, assim como as **organizações de classe da Indústria e do Comércio**” (*grifos meus*). Além disso, o Decreto-Lei nº 538 de 1938, que organiza o Conselho, definiu a forma de escolha destes conselheiros: “os representantes das organizações de classe são escolhidos de listas tríplexes, uma para a Indústria, outra para o Comércio, feitas, respectivamente, pela Confederação Industrial do Brasil²⁰ e pela Federação das Associações Comerciais do Brasil”.

Quanto aos avanços na exploração de petróleo, os intensos conflitos anteriores ao golpe pela possibilidade de existência de petróleo em Lobato, na Bahia, tinham levado o DNPM a realizar sondagens desde 1937, mas foi em janeiro de 1939 que a descoberta de óleo na localidade finalmente ocorreu. Apesar de criado em 1938, somente com o Decreto-Lei nº 1.369, de 23 de junho de 1939, que o CNP passou a desempenhar as funções do DNPM, quando transferido o material destinado à pesquisa e lavra de jazidas entre os órgãos. Portanto, o recém-criado CNP, com menos de um ano de existência, já passava a registrar os avanços em direção à descoberta de petróleo no país. Apesar de tão logo o petróleo da localidade de Lobato começar a demonstrar inviabilidade comercial, constatada após alguns anos de perfurações, a legislação “nacionalista” que se vinha desenhando já angariava seus triunfos sem muito ter feito.

Os avanços do mapeamento geológico e da geofísica da região do Recôncavo Baiano que vinham sendo realizados também começaram logo a apresentar resultados. Em 1941, foi descoberto o primeiro campo comercial, em Candeias. No mesmo ano foi descoberto gás em Aratu e, no ano seguinte, petróleo em Itaparica. O CNP tinha mais autonomia e mais condições financeiras que o DNPM, o que o permitiu contratar empresas prestadoras de serviços – como as estadunidenses *Drilling and Exploration Co.* e a *United Geophysical Co.* – e adquirir

²⁰ A atual Confederação Nacional da Indústria, criada em 1938, sucedeu o primeiro órgão de representação do setor, a Confederação Industrial do Brasil, criada em 1933 pelas federações de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (CPDOC/FGV, 2020). Esta se constitui como um dos mais abrangentes Aparelhos Privados de Hegemonia da burguesia industrial brasileira, sendo fundada por Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, intelectuais orgânicos de bastante destaque no período. Portanto, a função hegemônica da burguesia industrial começa a se desenvolver, quando verificado seu ingresso direto ou de seus prepostos na ossatura do Estado restrito. Sobre o papel da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a hegemonia da burguesia industrial no Brasil ver José dos Santos Rodrigues (1997), que analisa o “pensamento pedagógico” da organização, denominando-a de o “Moderno Príncipe Industrial”, uma associação feita à ideia gramsciana de partido quando o pensador analisa a obra “O Príncipe”, de Maquiavel.

equipamentos. Já em 1940 foram adquiridas três sondas modernas (DIAS & QUAGLINO, 1993, pp. 22-23).

Apesar de dotado de mais recursos e estrutura, os avanços organizacionais do CNP logo passaram por problemas, pois o órgão passou a desempenhar muitas funções além das relativas somente à exploração (*ibidem*). O Conselho, já durante seus primeiros anos, apresentou dificuldades técnicas e administrativas, operando com equipamento esparso ou inadequado, bem como pouco pessoal em número e habilitação para exercer as funções (COHN, 2017, p. 69-70). Tal situação deixava a legislação relativa ao petróleo vulnerável às investidas de interesses de organizações provindas dos centros capitalistas mundiais. Logo em 1940 ocorreu a primeira investida. O braço brasileiro do truste estadunidense, representado pela *Standard Oil Company of Brazil*, propôs a cooperação com o governo brasileiro para solucionar a questão petróleo, desde que pudesse ser estabelecida uma base jurídica que lhe possibilitasse lucros relativos aos riscos de exploração. O governo brasileiro, pautado pela legislação, se recusou a aceitar a solicitação (*op. cit.*, 2017, pp. 74-75).

O interesse de particulares nas concessões continuou a surgir durante o período inicial do CNP, regredindo somente no início da década de 1940, mas com poucas condições financeiras e técnicas estes iam muito pouco além dos levantamentos preliminares. Em relação à constituição de empresas para a exploração, como vinha ocorrendo no período anterior, os interesses destas praticamente desaparecem quanto à solicitação de concessões (*op. cit.*, 1993, pp. 24-25). Apesar da análise das correlações de forças apontar em direção ao movimento de consolidação de uma burguesia industrial no país, também poderia se supor que esta burguesia em sua consolidação enquanto classe poderia ter preferido se aproveitar das frentes nas quais as condições estruturais e a legislação elaborada no período inicial do Estado Novo as favoreciam.

A despeito da política “nacionalista” que fundou o CNP, as divergências de entendimento sobre o que seria este conceito continuavam a se apresentar. O próprio Getúlio não parecia concordar em todo com a ideia de um monopólio estatal para a exploração de petróleo. Horta Barbosa apresentava uma preocupação clara com a questão, indo em direção ao caminho do monopólio. Foram os entraves que encontrou para a criação de uma indústria de refino no país, assentada no monopólio estatal, que o levaram a solicitar exoneração do cargo de presidente do CNP²¹ (*idem*, 2017, p. 73). Esta, dentre outras, é mais uma das demonstrações

²¹ Cabe destacar que as áreas de refino e petroquímica foram as que geraram diversas disputas após o estabelecimento do monopólio. Sendo consideradas áreas de alta lucratividade e baixo risco, foram disputadas intensamente pela burguesia na década seguinte. Como veremos, esta burguesia que talvez já estava interessada

da não monolítica ideia de “nacionalismo” sustentada no seio do Estado estrito no período. Tanto que, logo após a saída do general da presidência do órgão, a divergência interna do governo quanto à política para a questão desfez o arranjo criado inicialmente no CNP (*idem*, 1993, p. 26).

Desde o início da II Guerra Mundial, em 1939, o governo brasileiro não havia se posicionado oficialmente em defesa do Eixo ou dos Aliados, havendo duas alas internas que discordavam sobre o assunto. Somente em 1942, após a ameaça de invasão estadunidense no nordeste brasileiro, mobilizações no país em defesa da entrada do Brasil a favor dos Aliados e obtenção de recursos provenientes dos Estado Unidos (DEMIER, 2013, p. 167) que o país passou a declarar guerra à Alemanha nazista. Os prenúncios de uma derrota do Eixo, conseqüentemente, geraram a unificação de diversos movimentos antifascismo e a ascensão da ideia de democracia como um grande valor no mundo. Neste sentido, o alinhamento ditatorial de Vargas passaria a ser descortinado em suas próprias contradições históricas. Mas assim como em suas grandes “cartadas” anteriores, Vargas passa a realizar uma abertura gradual de seu regime a partir de 1942, visto a dificuldade em manter a contraposição entre o governo existente no Brasil e o nacionalismo fascista desenvolvido na guerra.

Buscando revigorar sua imagem diante da classe trabalhadora, o presidente retoma a elaboração de diversas políticas sociais. Com a instituição, a partir de 1943, da Comissão Técnica de Orientação Sindical, da Consolidação das Leis do Trabalho e de toda uma nova política trabalhista, o governo garantia sua aproximação a estas parcelas da população. Estas ações também tinham lastro na correlação de forças devido à agitação em boa parte das frações da classe trabalhadora, que continuava em condições miseráveis. Sindicatos novos e independentes foram criados nos locais mais industrializados, inclusive sindicatos nacionais foram formados, como o Movimento de Unificação dos Trabalhadores e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, surgida em 1944. Além disso, o crescimento do Partido Comunista junto às organizações das classes trabalhadoras passou a expressar uma ameaça aos interesses burgueses.

No clima de incertezas criado, a burguesia, através de suas associações empresariais, convocou congressos e convenções para repensar seu papel (DREIFUSS, 1981, p. 25). O mais importante destes eventos foi a Primeira Conferência das Classes Produtoras do Brasil (I CONCLAP), realizada em maio de 1945 no município fluminense de Teresópolis, sendo

nestas áreas desde a década de 1940, já procurava reservar estes setores para suprir seus interesses enquanto abria caminho da custosa e arriscada área de exploração e produção para a competência do Estado estrito.

convocada pela Federação de Associações Comerciais do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria. Presidida pelo próprio Roberto Simonsen e contando com a participação de centenas de associações rurais, comerciais e industriais do país, foi redigida a “Carta Econômica de Teresópolis”, na qual os participantes expressavam seus desejos de construção de uma nova ordem social. Conforme apresenta Dreifuss (*ibidem*):

A “Declaração de Princípios” dos empresários baseava-se na associação de liberdade e empresa privada, caracterizada por “preceitos de justiça” e “limitações inevitáveis impostas pelos interesses fundamentais da vida nacional”, e para cuja realização a burguesia reconheceria como necessário um certo grau de interferência do Estado. Além disso, a resolução da conferência conclamava a um “desenvolvimento harmonioso de todas as regiões”, a uma garantia para homens da cidade e do campo, de um salário que lhes permitisse “viver com dignidade”, a “necessidade de planejamento econômico” e a recomendação de que o Estado tivesse papel mais ativo na preservação do meio ambiente, no desenvolvimento da agricultura, na produção de energia e expansão dos transportes, no protecionismo alfandegário, no desenvolvimento de indústrias básicas, no impedimento da formação de cartéis, no controle da importação e, sobretudo, **no estímulo a investimentos estrangeiros que, ao término do esforço de guerra, haviam oportunamente renovado sua participação na economia brasileira em fins da década de quarenta** (DREIFUSS, 1981, p. 25, *grifos meus*).

Da recessão de 1929 ao período da II Guerra Mundial, os países centrais acabaram por voltar a aplicação de seus recursos, sobretudo, em suas economias internas, primeiramente buscando sair da crise e, posteriormente, para manter os esforços de guerra. Devido à escassez de recursos disponíveis para a expansão das relações entre centro e periferia do capitalismo, a elaboração de um discurso “nacionalista” possuía vinculação direta com a situação. Nesta direção, a intervenção estatal surgia como a forma de superação da situação de “atraso” da economia capitalista brasileira, traduzindo a industrialização como forma única de independência econômica. A necessidade de alavancar um projeto de industrialização tinha no ideário nacionalista uma forma de abrandar os conflitos internos, tanto entre as classes dominantes e subalternas, como entre as próprias burguesias, que instadas em uma crise orgânica, realizavam suas próprias interpretações desta ideologia em acordo com seus interesses particulares. Neste sentido o chamado “estado de compromisso” apresentava possibilidades de ganho para ambas as frações burguesas.

No período do Estado Novo, a crença intelectual que foi popularizada – inclusive assumida pelo PCB e, posteriormente, desenvolvida pelos intelectuais nacionalistas dispostos principalmente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) – era a de que havia no Brasil duas burguesias, uma entreguista e outra nacionalista, sendo a primeira vinculada ao capital estrangeiro e a segunda oposta ao ingresso destes em nossa economia (*ibidem*, p. 25). A burguesia entendida como “nacionalista” seria, portanto, uma espécie de vanguarda que

possibilitaria ao país sair da condição de dependência externa, sendo um elemento histórico “progressista” e tendo no Estado restrito seu aliado para enfrentar a penetração do capital estrangeiro.

No entanto, tal apropriação da ideologia nacionalista se baseava em uma avaliação equivocada, pois não necessariamente o discurso nacionalista negava a participação do capital estrangeiro, como vimos nos conflitos apresentados e nas próprias posições oscilantes de Vargas em relação à questão do petróleo. Os conceitos elaborados por este discurso seriam disputados pelas frações burguesas, ora tendendo para um lado, ora para outro. Todavia, foi este o fator possível de legitimação dos diferentes interesses em disputa na correlação de forças que historicamente se colocava, inserindo as frações burguesas, militares e segmentos médios em debates sobre variados temas sob o argumento de serem problemas da “nação”.

Da mesma forma, foi este tipo de apropriação que possibilitou a expansão da intervenção estatal no planejamento econômico e o seu investimento direto em atividades produtivas, tendo, portanto, no fator de modernização da economia o ponto de convergência entre as diversas posições. Não sendo possível à burguesia industrial – tanto pela indisponibilidade de acumulação de capital suficiente, como pela falta de poder de dirigência do conjunto da sociedade – empreender em certos setores básicos de infraestrutura, o Estado foi convocado para além de seu papel de intermediador. Para que fosse possível a maximização dos lucros da burguesia industrial em formação, em certas áreas foi a empresa estatal pressionada a atuar de forma direta. Utilizando sua capacidade tributária para converter o núcleo da acumulação capitalista brasileira, até o limite do permitido pelo “compromisso” burguês, o Estado estrito assumiu os custos de instalação dos empreendimentos essenciais dos setores de bens de produção para alavancar a industrialização (MENDONÇA, 1986, p. 31).

Portanto, quanto à polissemia do termo “nação”, utilizado nos anos 1930 e início de 1940, não se assentava uma divergência concreta, mas sim a primazia da acumulação do capital no setor industrial. Se por um lado a “ideologia nacionalista” contribuiu para alavancar o desenvolvimento das forças produtivas, por outro a utilização desta pelo “conclamado árbitro” estatal forjou o consenso necessário na prematura sociedade civil brasileira, contribuindo para o aprofundamento da inserção das frações burguesas nacionais no ciclo do capitalismo mundial, mas mantendo a posição periférica do país em relação aos polos hegemônicos.

No início da guerra, o governo que se apresentava neutro – em acordo com o ideário “nacionalista” – ou em uma posição favorável ao Eixo – tendo no seio Estado restrito oficiais superiores simpáticos à Alemanha, como os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra –, ingressou na guerra a favor dos Aliados. O resumo deste ingresso se apresentou sob a forma de

aproximação entre os oficiais do Brasil e dos EUA, forjando uma série de laços entre estes e promovendo o envio de oficiais do país à nação que se desenvolvia como polo hegemônico. Esta conjunção fez com que oficiais brasileiros retornassem com novas estratégias sobre o desenvolvimento sócio-político-econômico do país, fazendo com que oficiais que foram a base do governo bonapartista de Getúlio passassem a enxergar seu regime como neofacista. O auge desta reação contra o líder da nação foi a formação da Frente Democrática, que, possuindo um diversificado conjunto de posições, surgiu como tendência alternativa possível ao regime do Estado Novo (DREIFUSS, 1981, p. 27).

Na correlação de forças criadas, tornava-se necessária a mudança da forma de governo existente no período. Para as classes dominantes começava a se apresentar claro que o descontentamento popular precisava ser contido sob outras formas, não com a simples utilização da coerção como instrumento de manutenção da ordem. Como apresentado na “Carta de Teresópolis” pelos empresários, o discurso começava a se deslocar em direção à adesão das camadas populares – por exemplo, sobre um “salário que lhes permitisse ‘viver com dignidade’”, dentre outros pontos apresentados no documento (*ibidem*, p. 26). A intermediação do Estado no processo não poderia mais se apresentar da mesma forma. A adesão da antiga burguesia agrária dominante aos interesses da burguesia industrial já expunha a função de direção no interior da própria burguesia. A burguesia industrial, antes uma classe débil de uma ideologia própria e de intelectuais organizados suficientemente para formulá-la e multiplicá-la, já apresentava contornos mais delineados de suas organizações, apesar de ainda depender do Estado como um árbitro para imprimir seus interesses, não possuindo ainda a hegemonia do conjunto nacional.

No decorrer da gradual abertura do regime estadonovista, foram convocadas eleições nacionais para o final do ano de 1945. Como um bom estrategista, Vargas, percebendo-se do desfavorecimento de sua posição, adotou um alinhamento com a classe trabalhadora. Além de já ter estimulado a criação do Partido Social Democrático – PSD, que tinha como base parcelas hegemônicas industriais e chefes políticos oligárquicos, o ainda presidente propôs a criação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, condensando suas políticas e lideranças trabalhistas e avançando na construção de sua imagem de líder “bondoso com os pobres”. O posicionamento político de Getúlio foi então visto pelas classes dominantes como uma ameaça, pois elevaria ainda mais o apelo à imagem popular do líder. Em direção inversa, a oposição liberal criou a União Democrática Nacional – UDN, congregando as posições contrárias à liderança de Vargas, à ascensão comunista e ao “nacionalismo”, agora disseminado como alinhamento ao fascismo.

O possível desenrolar da mobilização das massas utilizada na estratégia getulista – mesmo composto em uma sociedade civil ainda imatura, o que possivelmente limitaria a atuação das camadas populares – atemorizou a classe dominante. A proposição nacionalista-estatizante desenvolvida no discurso de Vargas para angariar sua base se caracterizava como resquício das políticas desenvolvidas no Estado Novo, o que também ia de contra a posição dos industriais e outras camadas dominantes, que a essa altura buscavam o alcance de capital e tecnologia através do fortalecimento de elos com os interesses do grande capital transnacional. Antes que o líder conseguisse consolidar novamente um bloco de poder, os militares entraram em ação e o depuseram, apoiados pelas bases burguesas industriais, setores agrários tradicionais, pelas classes médias e, a partir de então, pelas empresas transnacionais, que renovaram seus interesses pelo país ao final da guerra (*ibidem*, p. 28).

Cabe ressaltar que, apesar da inflexão na posição de parte da burguesia industrial, durante os governos de Vargas esta conseguiu elaborar o início de um programa industrialista para o Brasil, tornando o processo de industrialização a condição necessária de um projeto econômico de fortalecimento nacional. Para isto, quatro dimensões eram fundamentais para a consecução do projeto:

[...] a) a superação – via indústria – do grau de vulnerabilidade externa da economia brasileira face às oscilações e crises do mercado mundial; b) a condenação da exportação de bens primários como sustentáculo exclusivo da economia nacional; c) o estabelecimento da identidade entre industrialização e “grandeza nacional”; e d) a convocação do Estado para a tarefa de implantação da indústria pesada, não apenas ampliando suas funções de coordenação econômica, como também aquelas de investidor nos setores de infraestrutura básica (MENDONÇA, 1986, p. 21).

O entrincheiramento da burguesia industrial também se tornou patente na questão do petróleo. Os congressos e conferências do empresariado no período reconheceram o papel do Estado no fomento à industrialização do país, mas deixando claro o papel complementar que deveria ficar para a intervenção do Estado. Nos Anais do I Congresso Brasileiro de Economia, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1943, foi proposta a admissão de capitais estrangeiros em empresas de mineração (COHN, 2017, pp. 85-6). Na “Carta Econômica de Teresópolis” os empresários apresentam a seguinte redação:

As Classes Produtoras encarecem a necessidade de estimular prospecções e perfurações de poços para a descoberta de petróleo, pois que sua exploração intensiva é uma das maiores aspirações nacionais. Aconselham o amparo à iniciativa particular, bem como se admita a cooperação de técnicos e capitais estrangeiros para a realização deste objetivo (I CONCLAP, 1945 *in* COHN, 2017, p. 86).

Não tardou para que o governo cedesse à alteração da legislação em direção às exigências da burguesia. O então presidente do CNP, general João Carlos Barreto, demonstra a clara mudança de alinhamento do órgão em relação ao período de Horta Barbosa. Em documento redigido ainda a Vargas, a Exposição de Motivos nº 2.558, de maio de 1945, recomenda a adoção de uma “política de atração de capitais externos para o aproveitamento do nosso petróleo”, considerando as dificuldades técnicas e de financiamento internas para o empreendimento. Ainda em outubro do mesmo ano, um mês antes de Getúlio ser deposto, o CNP emitiu a Resolução nº 1, permitindo a instalação e a exploração de refinarias no país por companhias nacionais privadas (*ibidem*, p. 87-9). Portanto, toda essa guinada na orientação da política do petróleo para atender aos interesses privados, inclusive estrangeiros, se iniciou ainda na fase final do governo de Getúlio, tendo na organização do empresariado industrial que passava a expressar seus interesses o alicerce.

1.4. A reinstitucionalização do Estado e a inflexão liberal

Apesar de Vargas e suas propostas políticas não terem sido aceitas, incidindo na sua deposição, a burguesia adotou seu modelo político e o sistema partidário que ele havia promovido. O Exército, através de seus oficiais, entrou em ação para retirar Vargas do governo, tendo como apoio industriais locais, frações dominantes agrárias tradicionais, camadas médias e, agora, o grande capital estrangeiro, que voltou a expressar seus interesses pelo Brasil. O Marechal Eurico Gaspar Dutra, que participou da base do governo Vargas e também de sua deposição, venceu as eleições de 1945, se tornando presidente, inclusive com apoio do próprio Getúlio à sua candidatura. A mesma elite político-econômica se manteve após a deposição do presidente anterior, sendo sob a direção desta que o processo eleitoral foi desenvolvido (DREIFUSS, 1981, p. 28).

O empresariado industrial continuou a possuir privilégios dentro do poder Executivo, entretanto modificações do regime ocorreram, como a restituição do poder Legislativo, que passou a ser importante espaço de atuação política. Apesar da continuidade da base institucional e da direção da mesma elite que estava no poder durante o Estado Novo, a posição do Marechal eleito, sobretudo quanto à postura “nacionalista”, foi significativamente modificada. A orientação econômica do governo favoreceu visivelmente a empresa privada, tendo forte influência do empresariado, que passou a ocupar quase que exclusivamente os cargos centrais da administração do Estado estirado. A economia foi novamente aberta ao capital

internacional, tendo direções para estabelecer uma relação especial com os Estados Unidos (*ibidem*).

O marco institucional do Estado Novo teve sua continuidade na Constituição de 1946, mantendo-o quase intacto (*ibidem*). Todavia, para a questão do petróleo, o aprofundamento da abertura da legislação para o capital estrangeiro já se apresentou na Carta de 1946. Apesar do Código de Minas de 1940 expressar preocupação com a defesa de riquezas nacionais aos interesses estrangeiros (COHN, 2017, p. 28), assim como no caso da Constituição de 1937 as disposições continuavam descobertas na nova Carta. Ou seja, as recomendações do empresariado – em suas conferências e congressos – de “harmonizar” o Código de Minas com a Constituição não haviam sido integralmente cumpridas, mas, redigida a nova Carta, seus interesses se mantinham no mais elevado marco legal do país.

E mais, enquanto a nova Carta mantinha a direção da anterior quanto à propriedade do subsolo cindida da do solo, agora passava a possibilitar não somente a ação privada na questão, como também a ação do capital estrangeiro, ao organizar suas sociedades no país (*ibidem*, p. 91). O documento estabeleceu, no parágrafo 1º do artigo 153, que versava sobre concessões federais para aproveitamento de recursos minerais e energia hidráulica, que: “As autorizações ou concessões serão conferidas **exclusivamente a brasileiros ou sociedades organizadas no país**, assegurada ao proprietário do solo preferência para exploração” (*grifos meus*).

Tal formulação logo deu origem a conflitos na Assembleia Constituinte, apontando para interferência do capital estrangeiro nas discussões sobre a elaboração da Carta. O ex-presidente Artur Bernardes e outros congressistas denunciaram, no plenário da Assembleia, o direcionamento de legisladores brasileiros para a introdução do termo “sociedades organizadas no país” no documento. A denúncia apontava que o estadunidense Paul Howard Shoppel teria sido enviado ao Brasil para cumprir interesses da *Standard Oil Company de New Jersey*. Ademais as divergências entre os parlamentares sobre a ocorrência do fato, as discussões que se deram sobre a situação demonstram mais que, no período, a oposição a Vargas já modificava em outra direção questões construídas no campo econômico e que os interesses internacionais surgiam mais fortemente na correlação de forças criada (COHN, 2017, p. 91-6).

A organização de um autêntico projeto da burguesia industrialista, forjado durante o período do Estado Novo, também demonstrava o resultado do processo de ampliação da sociedade civil brasileira. As grandes questões sociais passaram a serem trazidas à discussão da opinião pública. Portanto, as estratégias para viabilizar o consenso, em sentido gramsciano, a partir de então ascendiam à arena de disputas da sociedade nacional. Um dos claros casos que demonstram esse processo foram os debates realizados através de conferências entre os generais

Juarez Távora e Horta Barbosa no Clube Militar, em 1947. As disputas públicas entre os dois generais, que presidiram cargos de confiança no governo de Getúlio, tornam patente as divergências entorno do termo “nacionalismo” desde o período varguista.

No ano em questão, o Clube Militar tomou a iniciativa de realizar convites a militares e outros homens públicos reconhecidos para debates sobre a exploração dos recursos minerais brasileiros, sobretudo o petróleo. Juarez Távora foi o primeiro conferencista convidado, sendo, naquele momento, subchefe do Estado-Maior do Exército. O general realizou três conferências neste ano, expondo sua opinião sobre o assunto. Sua argumentação se direcionava à defesa da colaboração do capital estrangeiro para encarar a dificuldade de exploração do recurso. E mais, trazendo uma lógica de estratégia militar ao debate, o general defendia a colaboração específica dos EUA na questão, uma vez que – segundo sua argumentação – uma insuficiente oferta do recurso em caso de guerra extracontinental conviria ao país, aliado do Brasil (segundo sua lógica no pós-guerra), desenvolver os campos de petróleo no continente americano. Sua conclusão era a de que cabia ao Brasil, na condição de aliado do EUA e voltado para os interesses do continente, incentivar a ação da nação hegemônica, incluindo a mobilização da esfera privada deste país para consecução do projeto. Levando-se em consideração que se estava entrando na fase crítica da Guerra Fria, estas afirmações se direcionavam a ideia de manter uma “solidariedade continental”, uma antecipação do que se tornou mais tarde a doutrina da “interdependência” entre os Estados americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos (*ibidem*, pp. 99-100).

A defesa de Juarez Távora é bem explícita em seu livro “Petróleo para o Brasil” (TÁVORA, 1955), que, segundo o próprio autor, compreende estudos escritos entre 1947 e 1954. Sua proposta é assentada nas mesmas bases da “teoria do crescimento do bolo”²², na qual os fins para alcance do desenvolvimento justificam os meios utilizados, conforme descrito no trecho abaixo.

8.3. Discutem-se, agora, as bases de leis orgânicas que regulamentarão as atividades de empresas concessionárias de serviços públicos ou de utilidade pública; das relativas à exploração de riquezas do subsolo (aí incluídas as jazidas de petróleo), e, também, ao aproveitamento de nossas fontes de energia hidráulica – facilitando-se a inversão de capitais estrangeiros e, mais do que isso, a interferência de poderosos trustes internacionais, nesses empreendimentos.

8.4. Isso deve ser um bem – mas poderá ser também um mal para o desenvolvimento e maioridade de nossa atividade econômica, quer no campo nacional, quer na esfera internacional.

²² Francisco de Oliveira (2013, p. 29), em seu texto “Crítica à Razão Dualista”, elabora uma excelente crítica a tal teoria, que segundo o autor “enreda-se em uma dialética vulgar como se a sorte das ‘partes’ pudesse ser reduzida ao comportamento do ‘todo’, a versão comum da ‘teoria do crescimento do bolo’”.

Tudo dependerá da maneira por que forem concebidas e redigidas essas leis. Se elas partirem da ideia de que *o fim a atingir é o desenvolvimento de nossa economia nacional*, nela integrando a maior parte da riqueza mobilizada com a exploração de seus recursos naturais, e que as facilidades e proventos a serem concedidos ao capital estrangeiro nelas envolvido devem *constituir apenas um meio para alcançar aquele fim* – tudo estará bem.

Tudo estará mal, porém, se elas partirem do pressuposto contrário, ou com ele se conformarem (TÁVORA, 1955, pp. 46-7, *grifos do autor*).

Para Távora, o Brasil não possuía condições financeiras e técnicas para resolver o problema do petróleo, cabia conclamar a “solidariedade” da nação hegemônica para, então, se utilizar da situação em benefício próprio. A direção do Clube Militar não era concordante com a maneira de enxergar o problema proposta pelo general. Portanto, logo em seguida foi feito o convite ao general Horta Barbosa para que expressasse sua opinião a respeito da política do petróleo. Sua posição, já bastante conhecida, se apresentou totalmente contrária à do convidado anterior, buscando em sua exposição refutar, um por um, os argumentos anteriormente apresentados. Para Horta Barbosa não havia conciliação possível, pois o capital estrangeiro não se subordinaria a uma posição de mero auxiliar do Brasil. E mesmo afirmando não simpatizar com a ideia de desenvolver atividades industriais através do Estado – o que também demonstra que, mesmo no caso de um emblemático defensor do monopólio do petróleo, a ideologia “nacionalista” não possuía um viés redistributivo nacional –, o general defendeu o regime de monopólio para o caso da energia, em particular, do petróleo (COHN, 2017, p. 102-3).

O que se sabe é que a série de conferências puxadas pelo Clube Militar acabou por espriar publicamente a discussão sobre a questão do petróleo. Demonstrando as divergências sobre o que seria o ideário “nacionalista” nos ciclos do governo e das forças armadas, explicitavam as antagônicas posições do alto escalão militar que ocupou alguns dos cargos de grande importância no governo de Getúlio. A ampliação da sociedade civil apresentava mais um de seus capítulos históricos, a conclamação do público para a discussão de uma questão que até então era tratada nas esferas militares como questão de “Segurança Nacional”.

Ao ser despertado o interesse do público, outras organizações realizaram iniciativas semelhantes à do Clube Militar. Ainda em 1947, Távora realiza uma palestra no Clube Naval – com sua exposição também apresentada no livro supracitado – e no final do ano Horta Barbosa se apresenta no Instituto de Engenharia de São Paulo. Artigos são redigidos em diversos periódicos, levantando foco para a questão. O debate, diferentemente do período do Estado Novo, sai dos ciclos técnicos e oficiais, acabando por demonstrar as divergências entre os próprios militares. Mais relevante ainda é que, apesar de se apresentar sob a temática da exploração de petróleo no país, as divergências entre os militares espriavam-se para os outros

campos do desenvolvimento econômico nacional. Enquanto Horta Barbosa demonstrava uma defesa do Estado como planejador e estimulador do desenvolvimento econômico do país, Távora entendia que o impedimento da participação dos Estados Unidos poderia abalar a posição brasileira em relação à Guerra Fria, podendo trazer consequências imprevisíveis, segundo sua posição (DIAS & QUAGLINO, 1993, pp. 93-4).

Logo no início do ano seguinte, em 1948, a Mensagem Presidencial nº 61 alterou o caráter de utilidade pública do abastecimento nacional de petróleo, e, em sequência, a de nº 62 apresenta a legislação elaborada pela comissão do CNP, ficando esta conhecida como Estatuto do Petróleo. O anteprojeto do Estatuto do Petróleo delineava a forma das companhias estrangeiras entrarem no mercado de produção de petróleo sem a necessidade de se associar com o capital nacional, ou seja, propunha abrir diretamente ao capital internacional. Já para o transporte e refino havia uma limitação até que fosse suprido o consumo interno, bem como para a exportação. As empresas de refino também só poderiam ser totalmente estrangeiras quando a capacidade de refino sob controle nacional estivesse assegurada. Portanto, o Estatuto trazia diretrizes para atrair os investimentos estrangeiros vislumbrando o mercado externo, mas buscava garantir as necessidades mínimas de consumo interno, o que acabou por gerar insatisfações para todos os lados. Para o capital estrangeiro o controle sobre a exportação e os critérios traziam uma influência negativa sob sua atuação nos mercados. O capital nacional também não se satisfazia, pois estaria com o mesmo problema anterior, a falta de recursos para empreender. Para os militares, técnicos e jornalistas que traziam uma posição nacionalista à questão, o fantasma da entrega da exploração às companhias estrangeiras, que existia desde o final dos anos 1920, ressurgiu com concretude (*ibidem*, 1993, p. 95).

Desde o início de 1947 havia uma comissão especial nomeada pelo presidente Dutra para tratar da legislação sobre a questão do petróleo, que tinha como origem a reorientação disposta pelo artigo 153 da Constituição de 1946 e a própria orientação do CNP. O coronel João Carlos Barreto – presidente do CNP – já vinha trazendo interesse na participação de capital estrangeiro na exploração do petróleo desde o início de 1945, sendo, portanto, este órgão um dos fatores de pressão para a reformulação apresentada pela Constituição de 1946 em relação à de 1937. Outro fator que coube destaque para a reorientação apresentada no anteprojeto do Estatuto, elaborado pela comissão, foi a autorização para a constituição de empresas nacionais para a exploração de refinarias, corroborando a posição da resolução do CNP de outubro de 1945, a Resolução nº 1. Conforme aponta Cohn (2017, p. 105), a abertura para a concorrência e os desdobramentos disso se configuraram como um importante poder de influência no encaminhamento da política do petróleo no país.

Tendo a Resolução nº 1, de 1945, delineado as formas de abertura para empresas privadas nacionais atuarem no refino de petróleo no país, no parecer que a acompanhava o CNP definia a justificativa para tal tomada de decisão: a de que parte dos lucros destas atividades poderia ser destinada aos trabalhos de pesquisa a cargo do CNP, contribuindo com as dificuldades de obtenção de recursos para o órgão realizar tal empreitada. Logo no início de 1946, o CNP apresentou os resultados da concorrência para os peticionários das refinarias, em sua Resolução nº 2, das quais quatro propostas foram classificadas (*ibidem*, p. 107-8).

Esta última resolução, além de apresentar os resultados da concorrência, determinava mais uma série de exigências a serem cumpridas, como a definição de um contrato da sociedade que iria organizar a refinaria com um fornecedor de óleo cru. Foram quatro os grupos pré-classificados apresentados pela resolução: Ipiranga, Soares Sampaio, Drault Ernany e Raja Gabaglia. Após apresentação das condições contidas no documento, somente dois candidatos se mantiveram. Ainda em 1946, o CNP autorizou a construção da refinaria de Manguinhos pelo grupo Drault Ernany e, em 1947, a Refinaria de Petróleo União pelo grupo Soares Sampaio (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 91). Entretanto, o que parecia abrir frentes para o capital nacional logo demonstrava a necessidade de vinculação com os grandes trustes internacionais para garantir o fornecimento de óleo cru a ser refinado. O grupo Soares Sampaio satisfazia a condição imposta pela concorrência através da vinculação com uma empresa estadunidense, a *Gulf-Oil*. Já o grupo Drault Ernany, após ter recebido decisão desfavorável para o fornecimento pela *Standard Oil de New Jersey*, conseguiu o contrato com a *Standard Oil da Califórnia* (*op. cit.*, 2017, p. 112).

Cohn (2017, p. 112) destaca uma importante tendência surgida no período pós-1945 – digna de destaque para esta pesquisa –, as formas nas quais se constituíam e o padrão de ação do empresariado, bem como sua relação com o alto escalão do Estado estrito. Para o autor, no caso da indústria do petróleo, assim como para outras áreas complexas da atividade econômica, as empresas nacionais se aproximavam do capital estrangeiro, que passavam, dessa forma, a possuir suas representações no alto escalão do Estado, através da ocupação de pastas ministeriais. Como exemplo direto, o caso da nomeação de Corrêa de Castro para ministro da Fazenda, possuindo interesses diretos pela ligação do grupo Soares Sampaio-Corrêa de Castro com a organização de uma das refinarias, e a *Gulf-Oil*, a transnacional que era sua fornecedora direta. Outros grupos são apontados pelo autor, como:

[...] no exemplo oferecido pela composição social da Companhia Nacional de Gás Esso, subsidiária da Standard Oil de Nova Jersey – que detinha 75% de suas ações – criada em outubro de 1946. Do corpo de acionistas dessa empresa faziam parte, com quinhentas ações cada um, homens públicos como o ex-ministro da Agricultura e

então deputado pelo PR de Minas Gerais, Daniel de Carvalho; o ministro do Trabalho no governo Dutra, Morvan Dias de Figueiredo; o líder empresarial João Daudt de Oliveira, que presidira a Conferência Nacional das Classes Produtoras de Teresópolis, em 1945; e um futuro ministro da Fazenda e então alto funcionário do Banco do Brasil, Manuel Guilherme da Silveira Filho. Mais significativo ainda é o caso de outra empresa do mesmo ramo ligada ao mesmo grupo norte-americano, a Ultragaz, de cuja diretoria fazia parte o ministro de Relações Exteriores do segundo governo Vargas, João Neves da Fontoura.

[...] acrescenta-se à informação anterior sobre a composição social da Companhia de Gás Esso na sua fase inicial aquela de que, entre seus acionistas, encontrava-se também um primo do ministro da Fazenda do segundo governo Vargas, Horácio Lafer (trata-se de Horácio Klabin).

As implicações desse processo no tocante ao padrão de tomada de decisão do aparelho estatal eram imediatas. Já não se tratava, como na ditadura de Vargas, de depender de decisões tomadas pelo chefe da nação em consequência de contatos pessoais com os representantes dos diversos grupos de interesse, mas de acionar diretamente dispositivos estratégicos de poder a fim de influir no próprio padrão e andamento da política econômica, global ou em áreas determinadas. A concorrência entre os grupos transferia-se para o interior do aparelho estatal, e manifestava-se de um modo ao mesmo tempo mais direto e mais matizado do que anteriormente fora o caso. Quem estava mais bem localizado junto aos centros de poder ganhava; ou então quem tinha os melhores aliados no campo econômico – e, no setor do petróleo, os melhores aliados nem sempre estavam no interior do país.

As figuras significativas no processo de tomada de decisões – o burocrata, o técnico, tendencialmente o político – passavam a ceder lugar à grande figura emergente, que era a de empresário atuando num contexto político. Ao domínio do administrador-político sucedia, assim, o domínio do político-empresário (*ibidem*, pp. 112-4).

Em 1948, quando enviada a Mensagem nº 62 do presidente da república ao Congresso, acompanhada do anteprojeto do Estatuto do Petróleo e propondo uma mudança da legislação para abertura ao capital estrangeiro no setor de refino, nenhuma das exigências fundamentais do CNP havia sido cumprida pelas concessionadas. Diversas facilidades haviam sido fornecidas às refinarias, os prazos de validade das concessões já haviam sido demasiadamente ultrapassados e as refinarias já deveriam estar em fase final de instalação, quando na verdade nem havia começado a construção, e, além disso, novas concorrências nem foram abertas (*ibidem*, p. 114).

Para este trabalho, o ingresso de entrepostos destas organizações no Estado estrito é de extrema relevância, pois, como veremos nos próximos capítulos, são alguns destes mesmos grupos e organizações da burguesia que irão forjar seus interesses coletivos no IBP. Já no momento de fundação do Instituto, alguns dos braços destes grupos acima citados serão os financiadores do fundo social inicial desta organização, como: a (i) Refinaria de Manguinhos, a (ii) Refinaria União, a (iii) Esso, a (iv) *Gulf Oil*, a (v) Ultragás, a (vi) Ipiranga, dentre outras companhias, sobretudo vinculadas ao mercado de derivados.

Da mesma forma que o assunto penetrava a sociedade política, com os intelectuais orgânicos destas companhias e seus prepostos se inserindo diretamente em cargos de decisão do aparelho de Estado, acabavam também por se irradiar na sociedade civil, fornecendo

musculatura às superestruturas e forjando novas correlações de forças em torno da questão. Na trajetória que vinha se seguindo de ampliação do Estado no Brasil – ainda que inserido em uma posição dependente no ciclo do capitalismo global –, os meios de comunicação passaram também a atuar como formas de expressão da correlação de forças existentes entre as classes e frações, trazendo à opinião pública o debate sobre as formas de desenvolvimento econômico do país, tendo o petróleo como um dos setores centrais da discussão.

Neste sentido, as modificações dispostas na Constituição de 1946 e a decisão do CNP de abrir a indústria de refino às empresas privadas levaram à uma série de publicações no semanário “Jornal de Debates”, que passou a ser o veículo que mais tratava da temática à época. Ainda em 1946, o engenheiro Fernando Luís Lobo Carneiro – que trabalhou no CNP na gestão Horta Barbosa e, futuramente, se tornou um dos principais intelectuais da Campanha do Petróleo, atuando também como parlamentar a partir de 1951 – publicou um artigo que lançou bases para a discussão sobre as diferentes correntes políticas em torno da exploração do petróleo, propondo a promoção do debate pelo Jornal em questão. As questões trazidas pelo autor seriam o mote principal dos debates no Congresso e na imprensa (*ibidem*, pp. 116-7).

Após as conferências realizadas por Juarez Távora no Clube Militar, em 1947, o Jornal de Debates trazia a público artigo assinado por seus três diretores, sendo eles Mário de Brito; Mattos Pimenta; e Plínio Cantanhede – este último viria a ser mais tarde presidente do CNP, membro da diretoria da refinaria privada de Capuava, um dos fundadores e presidente do IBP. No artigo, os autores propunham uma direção da exploração por via do Estado, sendo esta como monopólio ou por sociedade de economia mista, como o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (*ibidem*, p. 117).

1.5. A consolidação de uma política do petróleo

A esta altura o movimento de ampliação da sociedade civil brasileira já havia ganhado envergadura considerável e a questão do petróleo já havia tomado o espaço da opinião pública, tornando-se a chamada Campanha do Petróleo. A demonstração desse movimento de ampliação pode ser ilustrada pelo trabalho de Cohn (2017):

Se comparamos a exposição do anteprojeto do Estatuto do Petróleo às “Bases para o Inquérito sobre o Petróleo”, do mesmo autor, tendo em vista localizar os pontos de contato que ambos os documentos mantêm apesar dos contextos diferentes em que foram criados, podemos constatar que sua relação fundamental, e indicativa das mudanças sociopolíticas ocorridas entre 1936 e 1948, era a seguinte: se as “Bases” representavam a justificativa do burocrata estatal, feita ao chefe da nação, por meio do público, a exposição do anteprojeto do Estatuto representava a justificativa do político feita à opinião pública, por meio do Congresso (*ibidem*, p. 128).

Apesar da tomada da discussão pela opinião pública, os argumentos dos contrários aos planos do Estatuto não alcançavam fácil eco nos meios de comunicação. A grande imprensa se mantinha fora desta base de argumentação ou mesmo ia contra, dificultando a difusão da Campanha, que ficou restrita a meios sem caráter comercial e a um jornal maior, o “Diário de Notícias”, do Rio de Janeiro. Os meios que estavam dentre os mais combativos ao Estatuto eram o “Panfleto”, o “Emancipação”, bem como o “Imprensa Popular” e outros jornais que possuíam orientação comunista. O “Jornal de Debates”, logo em 1948 se retirou das discussões, por divergência entre Mattos Pimenta e os organizadores do movimento (*ibidem*, pp. 129-30).

Não tardou para que o “espectro” do comunismo fosse utilizado pelos contrários à Campanha. Em 1949, o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo elaborou um documento condenando atividades comunistas junto à Campanha do Petróleo. O documento trazia acusações aos comunistas de buscarem um alinhamento junto à União Soviética, que desejava que os americanos não conseguissem o petróleo brasileiro. Ainda defendia a busca por auxílio, especificamente estadunidense, para promover a exploração de petróleo no país (*ibidem*, p. 131-2). A participação do Partido Comunista – então ilegal – na Campanha era inegável (PENNA, 2004). Apesar das controvérsias, é difícil afirmar que a Campanha do Petróleo e a defesa da exploração pelo Estado era um argumento comunista. Certamente a participação destes forneceu apoio organizativo à Campanha, mas cabe lembrar a crescente relevância para os teóricos do PCB da dita “burguesia nacional”, uma força entendida como “progressista” naquele momento (COHN, 2017, p. 135).

No final dos anos de 1940, em meio à tomada da questão pela imprensa, congressos e outros, formou-se um grande movimento, iniciado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que criou a Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo. Logo em sequência, durante conferência realizada na Associação Brasileira de Imprensa para discutir a política imperialista dos EUA sobre o petróleo na América, foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, congregando diversas posições nacionalistas sobre o assunto. Todo esse arranjo buscava pressionar a tramitação do Estatuto junto ao congresso, sendo a Campanha desenvolvida sob o lema nascido no movimento estudantil: “O Petróleo é Nosso”.

Como veremos, neste momento já é possível verificar a formação de organizações – claro que com diferentes condições estruturais – na sociedade civil para ambos os lados em torno da questão do petróleo. As “trincheiras”, em sentido gramsciano, se formavam em defesa de interesses díspares e sempre buscando penetrar o Estado restrito. Não tardou para que a formação de uma movimentação de cunho mais popular recebesse seus primeiros golpes,

demonstrando a seletividade da ampliação do Estado no Brasil. Logo no início a violência policial atacou as manifestações da campanha “O Petróleo é Nosso”, muitas vezes sob a alegação de se tratarem de agitação comunista. Entretanto, no seio do Estado restrito já se apresentam divergências sob a condução da política do petróleo.

A utilização do subterfúgio da Guerra Fria e de participação de membros do Partido Comunista na Campanha, por aqueles que pretendiam manter o debate restrito a meios intelectuais e políticos institucionalizados, se desvela insuficiente com o ingresso nesta de membros de posição política mais conservadora, como o ex-presidente Artur Bernardes. No final de 1949 a campanha avança em direção a se tornar um verdadeiro movimento popular e acaba por ampliar seus objetivos, transformando seu núcleo no Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CEDPEN (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 98).

O grande sucesso popular da Campanha transformou o assunto “petróleo” em um tema de relevância para as eleições do ano seguinte. O presidente Dutra, a essa altura, não desejava mais se responsabilizar por uma decisão de tamanha envergadura, deixando de lado o Estatuto. A campanha do petróleo chegou ao interior do Congresso Nacional, com membros do CEDPEN sendo eleitos como deputados e vereadores. No Clube Militar, uma chapa com ideias “nacionalistas” também venceu as eleições em 1950, tendo como presidente o general Newton Estillac Leal e como vice Horta Barbosa (*ibidem*, p. 99). As “trincheiras” formadas para disputar a forma de exploração do petróleo – a favor do monopólio estatal – avançam, conquistando posições no seio do Estado restrito.

Em meio ao crescimento do interesse sobre o assunto, como candidato do PTB, Vargas vence as eleições de 1950, retornando à presidência agora através do pleito eleitoral. Durante a sua campanha eleitoral defendeu o retorno da industrialização “nacionalista”, que havia sido deixada de lado por Dutra. Apesar dessa defesa, assim como do direito do Brasil de desenvolver seu petróleo e outros recursos naturais, expressava em campanha que aceitaria investimentos estrangeiros, evitando entrar em rota de colisão com interesses forjados durante o período do governo anterior. Buscando estabelecer um programa de desenvolvimento e uma reaproximação, abriu portas ao governo americano e ao investimento privado (DREIFUSS, 1981, p. 30).

Sua posição não era totalmente contrária à participação do capital estrangeiro na questão do petróleo, mas desde a campanha indicava posições “nacionalistas” sobre a questão, mesmo não apontando para uma opinião categórica sobre o assunto. Apesar de uma maior participação das camadas trabalhadoras urbanas em sua campanha eleitoral, já no primeiro ano de seu novo governo passou a desmobilizar a Campanha do Petróleo para demonstrar controle

da ordem, utilizando-se de um pretexto de que, sendo um governo de cunho “nacionalista”, uma solução para a questão não tardaria. Além disso, tentativas de impedir as atividades do CEDPEN – utilização de força policial para impedir conferências anteriormente autorizadas, prisão de representantes dos centros estaduais ligados ao CEDPEN e tentativa de fechamento destes – ocorreram durante o ano de 1951. No entanto, a Campanha seguiu em frente, não tendo nenhum de seus centros fechados no período (DIAS & QUAGLINO, 1993, pp.100-1).

No final do ano, a tentativa conciliatória de Getúlio surge trazendo novas direções para a questão do petróleo. O Projeto nº 1.516 previa a constituição de uma sociedade por ações, a Petróleo Brasileiro S/A, sem estabelecer o monopólio estatal. Este projeto previa a propriedade estatal de 51% da companhia, que seria uma *holding* com uma ampla variedade de possibilidades de atuação, na qual suas subsidiárias tinham um espaço flexível para desempenhar funções. Dessa forma, não era necessário o controle estatal completo sobre estas subsidiárias e abriam-se formas de captar recursos privados. Como haveria dito Getúlio, uma solução nacionalista “para funcionar” (*ibidem*, p. 101).

O CEDPEN logo passou a condenar a proposta apresentada, entendendo que seus dispositivos abriam formas de associação com companhias estrangeiras. Em 1952 foi apresentado um substitutivo pelo deputado Euzébio Rocha, que tornava as ações da companhia de propriedade integral da União, estados e municípios. No caso das empresas subsidiárias, estas só poderiam atuar na distribuição de derivados e, ainda assim, 51% das ações pertenceriam à União. Mesmo tendo algumas modificações pelas comissões da Câmara, seguia-se no sentido de o controle das ações serem da União. A proposta de Vargas caía por terra e a ideia do monopólio da exploração, defendida pela Campanha, era reforçada diante da flexibilidade dos instrumentos propostos pelo presidente (*ibidem*, pp. 102-3).

O problema do petróleo aparecia como questão urgente em consequência da acelerada elevação do consumo, o que acabava por aumentar a importação de derivados para o país. A partir de 1945, com o final da guerra, o ritmo do consumo retorna para a escala do início dos anos 1940. Entretanto, a partir da segunda metade da década o ritmo pressagiava uma média de aumento de 20% ao ano, ou seja, a duplicação do consumo até o início da década seguinte. As importações tiveram seu aumento triplicado no período, enquanto os gastos com divisas foram quadruplicados devido mudanças de preço do petróleo no mercado internacional. A esta situação econômica se impunha um nível de atuação na dimensão política (COHN, 2017, p. 140-1).

Durante o governo de Vargas o Congresso se ergueu com maior força, tornando-se junto ao poder Executivo um grande espaço de atuação política e apresentando uma dimensão

de representação de diferentes frações da classe dominante, que passaram a possuir espaço de partilha junto ao bloco de poder central. No período, o Congresso passou a exercer um certo controle sobre a atuação política do Executivo, expressando-se como uma esfera de regulação realizada através de alianças e conciliações (DREIFUSS, 1981, p. 31).

Ainda em 1952, o líder da base do governo na Câmara convocou uma reunião com os parlamentares mais vinculados à Campanha. Na reunião foi anunciado que o governo aceitaria a proposta do monopólio estatal. No entanto, deveriam ser mantidos os termos originais do projeto, os artigos que determinavam o monopólio da União e as garantias relativas à composição das ações da companhia e de suas subsidiárias (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 104). Demonstrando a força dos interesses da articulação entre as empresas estrangeiras e as nacionais, que a essa altura detinham enorme ingerência no Estado estrito, o deputado Gustavo Capanema – líder da maioria na Câmara por indicação de Vargas – exigiu que fossem excluídas as refinarias privadas e a distribuição de derivados – então controlada por transnacionais – das atividades a serem nacionalizadas.

Os interesses econômicos das economias centrais nos países latino-americanos e as condições políticas internacionais impostas pela Guerra Fria impulsionavam ações estratégicas das economias do centro do capitalismo mundial, estas se desenvolviam de várias formas para manter a adesão dos países a um dos dois polos então hegemônicos. Em 1952, em meio a tramitação do projeto na Câmara, mas tendo também em debate as tarifas restritivas para importações no Congresso, os Estados Unidos chegaram a enviar uma esquadra de guerra à costa do Rio de Janeiro, visando interferir nas discussões através da coerção militar.

É importante ressaltar que, excetuando-se os países nos quais se considerava uma orientação socialista, nos anos de 1950 as seis maiores empresas de petróleo mundiais detinham 65% das reservas globais, mais do que 50% da produção de óleo bruto e 70% da capacidade de refino (PIQUET & TERRA, 2011, p. 18). Portanto, tal cenário possibilita entender as motivações de acaloradas discussões sobre a questão do petróleo no país e as dificuldades para tomada de decisão, visto a correlação de forças estabelecidas com a ampliação da sociedade civil brasileira, além da ingerência de interesses do empresariado interno e dos centros hegemônicos do capitalismo sobre a sociedade política.

Entretanto, após denúncias do projeto inicial, modificações, idas e vindas na Câmara e Senado, o projeto foi aprovado em 1953. Getúlio o assina em 3 de outubro do mesmo ano, data das eleições nacionais relativas à Constituição de 1946 e do dia em que foi deflagrada a Revolução de 1930 (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 104). Estava criada a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, garantindo o **monopólio da União** sobre a pesquisa, a lavra, o refino –

mantendo-se as concessões já realizadas – e o transporte marítimo ou de condutos de petróleo. À empresa foi concedida a implementação e execução das atividades no setor, enquanto ao CNP era delegado o papel de orientação e fiscalização (PIQUET & TERRA, 2011, p. 17).

Cabe analisar que, apesar da aparência progressista da tomada de decisão nacional, muitos interesses antagônicos estavam em jogo no processo, sendo a decisão um resultado possível dentro da correlação de forças desenvolvida sob a questão do petróleo. As posições entre os militares, parlamentares, militantes da Campanha e até mesmo entre o empresariado divergiam e oscilavam durante o processo histórico para se chegar a esta decisão. Nem mesmo Vargas, apresentou uma posição unívoca durante seus governos. Conforme analisa Mendonça (1986) sobre as decisões políticas no período:

Como se pode perceber, inexistia essa feição monolítica imputada às políticas financeira e monetária do Estado no pós-30. Esta ausência de uniformidade nos parece de todo coerente com o estilo de política de compromisso então vigente, sendo o reflexo de uma estrutura de poder marcada pela diversidade de interesses nela representados simultaneamente. Dela, a industrialização brasileira extrairia alguns ganhos. Isto não significa afirmar a inexistência de conflitos. Pelo contrário, como já o apontamos, estes se revestiam do caráter de incompatibilidades entre as próprias agências burocráticas. Apenas chamamos a atenção para o fato de que, por meio deste tipo de absorção institucional dos conflitos, estes eram diretamente administrados em e pelo próprio Estado. A despeito do estado não expressar uma orientação predominantemente industrialista, a análise das transformações ocorridas na estrutura produtiva ao longo do período 1930-55 evidencia a aceleração do processo de passagem do núcleo dinâmico da economia do setor agrário-exportador para o industrial (MENDONÇA, 1986, p. 33).

A urgência da tomada de decisão também possuía extrema relevância política, uma vez que do desenvolvimento da exploração de petróleo no país dependia a própria continuidade do processo de modernização e desenvolvimento urbano-industrial, no qual os blocos de poder dominantes, tanto interna, quanto externamente, propugnavam seus interesses. Entretanto, seguindo o curso de ampliação do Estado no Brasil, foi inserida uma maior diversidade de interesses na questão. Sendo o petróleo, portanto, determinante-determinado para o próprio processo de modernização capitalista, cabia uma decisão sobre a política de petróleo dentre as possibilidades existentes no processo de luta entre as classes e frações.

Cabe lembrar que apesar da ascensão da burguesia industrial no Brasil, esta ainda não detinha força suficiente para dirigir o conjunto da nação. Ou seja, não possuía a hegemonia do tecido social, tanto em nível de acúmulo suficiente de capital para desprezar completamente a participação do Estado em espaços da produção, como em nível organizativo, de APHs e uma concepção própria de mundo capaz de dirigir um consenso nacional. Como destaca Mendonça (1986, p. 31), inexistindo no país o grande capital nacional privado para a concretização do

projeto a ser realizado, para a modernização do sistema produtivo nacional, no caso de empreendimentos de infraestrutura que careciam de grande aporte de capitais, o Estado se sentiu pressionado a sair do papel de apenas coordenador econômico para atuar como investidor. Entretanto, no sentido da orientação seguida pelo Estado estava o pressuposto principal do capital, a maximização de seus lucros. Neste sentido, o papel inicial da empresa estatal no processo de modernização capitalista também garantia preços mais baixos de determinados produtos para economizar custos necessários à expansão da burguesia industrial brasileira. Este repasse de benefícios feito pelo Estado possibilitava potencializar o desempenho e a lucratividade da indústria privada.

Para além da atuação direta na orientação da política do petróleo, o empresariado, sobretudo o industrial, desempenhou posição de relevância na definição da situação como um todo. A situação que se desenrola no final da guerra – e imediatamente após – denota exatamente o processo de modernização industrial do próprio capitalismo brasileiro, no qual as frações empresariais ocupavam papel estratégico e, mesmo não possuindo uma direção unívoca, mantiveram uma postura vigilante para reservar áreas de seu interesse (COHN, 2017, p. 197). Haja visto o setor de refino e de transporte, que logrou espaços no governo Dutra e garantiu continuidade de participação de sua produção nas negociações no Congresso sobre a lei de criação da Petrobras.

A direção getulista de impor uma política de bases “nacionalistas” para a modernização capitalista, através da combinação de empresas estatais e privadas, materializou-se na criação “altamente controvertida da Petrobras e na formulação de uma diretriz política de desenvolvimento geral que tentava combinar o crescimento econômico com a democracia social” (DREIFUSS, 1981, p. 32). Mesmo tendo sido vencida anteriormente, a direção política de Vargas realizada através de um aparelho de Estado que administrava e formulava diretrizes políticas com relativa autonomia, possibilitando a industrialização do país, assegurou o processo de consolidação de um bloco de poder industrial, sem negligenciar os interesses agrários. As forças agrocomerciais, diversificadas em bancos e indústrias, ainda se mantinham no poder, permanecendo economicamente poderosos e atuando politicamente através do Congresso, da participação política das próprias camadas médias e trabalhadoras (*ibidem*). O empresariado, por si, apoiava a orientação “nacionalista” mais pela própria possibilidade de produção industrial – e, portanto, de lucro – do que pela origem do capital para tal empreendimento. Entretanto, a forma que se delineou um suposto “desenvolvimento nacionalista”, realizado pelo Estado, continuava a ameaçar os ciclos burgueses.

Como aponta Gramsci (2007) sobre a “crise de autoridade”, que seria a própria crise de hegemonia:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais "dirigente", mas unicamente "dominante", detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados (*ibidem*, p. 184).

Após o período de recuo dos interesses estrangeiros sobre a economia brasileira durante a II Guerra Mundial, estes retornam ao cenário nacional de forma mais agressiva durante os anos de 1950. Entretanto, o regresso destas forças ainda não encontrava respaldo representacional nos espaços político-institucionais existentes no início desta década. Somados ao receio dos interesses burgueses locais, os quais temiam a ascensão do poder de Getúlio junto às massas, devido às medidas de caráter sócio-democráticas utilizadas no arranjo político e econômico forjado pelo presidente, tais forças internacionais iriam iniciar uma estratégia contundente (DREIFUSS, 1981, p. 33).

1.6. A escalada do capital transnacional e sua associação interna

Sofrendo outro golpe militar em 1954, negando-se a renunciar e suicidando-se, Vargas deixaria descrito em sua carta testamento o que, segundo ele, se tratava de uma verdadeira conspiração de grupos internacionais aliados à interesses locais, que tinha rebatimentos fortes sobre a questão do petróleo, conforme trecho da carta abaixo:

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma (VARGAS, 1954).

No final de seu governo, buscando manter o padrão de industrialização restringida²³, Vargas necessitou acentuar a feição “nacionalista” de suas formas políticas de atuação, intensificando a discussão sobre o intervencionismo estatal e evitando – mas não recusando

²³ O conceito de “industrialização restringida” foi utilizado por alguns autores para se referir à “situação ambígua”, à contradição que marca o processo de industrialização brasileiro do período de 1930-55, na qual a agroexportação gerava as divisas necessárias à importação para garantir o financiamento da modernização industrial. Ou seja, enquanto cabia estimular a produção agrária, pois dela dependia o financiamento da industrialização, também era necessário desestimulá-la – no sentido de injetar recursos públicos para desenvolvê-la – para transferir o núcleo central do processo de acumulação capitalista para a indústria (MENDONÇA, 1986, p. 26).

totalmente – a atuação do capital estrangeiro no país. A direção “nacionalista” imprimida no final de seu governo se inviabilizava pelas próprias contradições internas do modelo de desenvolvimento adotado. Enquanto a expansão industrial dependesse das importações possibilitadas pelo setor agroexportador, também era contida sua modernização tecnológica nos marcos utilizados pela “substituição de importações”. A queda dos preços de mercado internacional do café, em 1953, direcionou para a abertura da economia nacional ao estrangeiro como única forma de resolver o esgotado modelo (MENDONÇA, 1986, pp. 43-5)

Como veremos, logo após o suicídio de Vargas, as políticas econômicas passam por um influxo, favorecendo a penetração de grandes corporações estrangeiras que aceleram a intervenção burguesa no Estado estrito através de elos criados entre estas e frações da própria burguesia nacional. Estas formas de intervenção nas políticas públicas se originam de pressões destas corporações para manutenção do desenvolvimento urbano-industrial do país, sendo realizadas diretamente, através de agentes locais (prepostos) e/ou de organizações coletivas que se criaram para difundir ideologias a elas favoráveis e intervir por diversos meios na sociedade política. Dentre estas corporações e organizações coletivas criadas, é notável a presença de grupos vinculados à cadeia produtiva de petróleo.

Com a assunção da presidência da república por Café Filho, a diretriz política do governo passa a favorecer de forma explícita as empresas estrangeiras que importassem equipamentos industriais para a produção dos bens que eram considerados prioritários pela administração pública. Foi em 1955, durante seu curto governo, que foi decretada a polêmica Instrução 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, que permitiu a importação destes equipamentos por preços muito abaixo das taxas e sem cobertura cambial, o que não era ofertado às empresas nacionais. Toda essa política de estímulo às transnacionais tinha respaldo político em setores cafeeiros e financeiros (DREIFUSS, 1981, p. 33).

As diretrizes econômicas orientadas por Eugênio Gudin, Ministro da Fazenda no período, foram marcadas por estes traços de favorecimento da entrada do capital estrangeiro no país. Para a questão do petróleo também era notável seu posicionamento, tendo integrado a Comissão do Anteprojeto da Legislação do Petróleo no início de 1950 – na qual manifestou suas discordâncias com as restrições impostas ao capital estrangeiro no setor –, demonstrou posição totalmente contrária ao monopólio estatal e à criação da Petrobras (CPDOC/FGV, 2020a). Conforme Dreifuss (1981, p. 45, *grifo meu*), Gudin estava entre os diretores de grandes companhias estabelecidas no país e que possuíam vinculação com o capital estrangeiro, “era um dos diretores da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, da *Electric Bond & Share Co.* – EBASCO (I.T.T), das Empresas Elétricas Brasileiras, da Cia. Paulista de Força e Luz

(AMFORP) e da *Standard Oil*". Como podemos verificar, em relação à última companhia apresentada dentre as quais possuía vinculações, suas posições políticas possuíam respaldo concreto nos interesses de corporações nas quais atuava diretamente em altos cargos administrativos, sendo, em termos gramscianos, um intelectual orgânico da burguesia industrial.

Apesar do alinhamento político com altas frações do capital e dos esforços de um bloco de poder criado pela UDN, que havia se forjado como oposição liberal e a favor do capital estrangeiro no combate à Vargas, a tentativa de Café Filho de se manter no poder através das eleições não obteve êxito. A aliança PSD-PTB, encabeçada pela chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart foi vitoriosa, expressando uma orientação voltada ao desenvolvimento nacional assentado na expansão da indústria. Apesar da relação com a antiga orientação getulista, através de uma coligação de partidos criado por estímulo dele, o governo de Juscelino Kubitschek (JK) promoveu uma guinada acelerada para uma forma de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, acentuando a dependência brasileira em relação aos países centrais do ciclo capitalista global (*ibidem*, p. 34).

Com sua proposta de promoção da industrialização, baseada em um Plano de Metas que enunciava fazer "cinquenta anos em cinco", o governo de JK deslocou o modelo de acumulação de capital anteriormente utilizado. Tal inflexão só foi possível devido à concentração de renda anteriormente verificada pela formação interna de capitais oriundas do período anterior, na qual o capital nacional se beneficiou de políticas econômicas do Estado e alterou o contingente populacional brasileiro do campo para a cidade, possibilitando uma elevação do consumo da produção industrial. Isto se deu, em boa parte, pelo privilégio angariado anteriormente pela burguesia industrial, que colocava o Estado como produtor direto de insumos e serviços básicos, garantindo através de empresas estatais e outros mecanismos de beneficiamento anteriormente vistos, preços baixos para o desenvolvimento do setor industrial. O Plano de Metas viria, então, deslocar a ponta do processo de produção do setor de infraestrutura (Departamento I) para o setor de bens duráveis (Departamento III) (MENDONÇA, 1986, pp. 45-6).

A busca por novas oportunidades de lucro através da exportação de capitais no pós-guerra fez com que os centros hegemônicos voltassem a interferir mais profundamente nos países periféricos. Diante destas pressões externas e, internamente, de forças que já entendiam o desenvolvimento nacional através do associativismo com o capital estrangeiro, que se aprofundou a internacionalização da economia brasileira. Tal situação, a partir de meados dos anos de 1950 se transfigura, sobretudo, no que se refere às formas de financiamento do modelo

de acumulação nacional, que se abre ao capital internacional sob as formas de empréstimos e investimentos, acirrando a dependência brasileira. O aproveitamento da situação iniciada no governo anterior, com a Instrução 113 da SUMOC, possibilitou que o capital nacional se associasse ao estrangeiro, buscando desfrutar dos mesmos privilégios oferecidos a estas pela administração pública (*ibidem*, pp. 47-8).

O Plano de Metas integrava, pela primeira vez, a relação entre capital público e privado – nacional e estrangeiro – sob planejamento do Estado, que definia as prioridades. O programa tinha bases nos resultados de estudos do grupo CEPAL-BNDE, criado em 1952, que integrava a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), vinculada à Organização das Nações Unidas, e o BNDE, criado no governo de Vargas. Sob este arcabouço econômico programático do Estado estrito que se delineou o tripé do processo de industrialização brasileira, tendo o capital privado nacional voltado à produção de bens de consumo, o estrangeiro vinculado aos bens duráveis e o estatal mantendo, como anteriormente, o setor de bens de produção. Daí se derivava um processo de “estatização formal” da economia, formalizando o Estado como produtor direto de bens estratégicos e planejador indireto do investimento privado (*ibidem*, pp. 49-50).

O objetivo do programa era a aceleração da economia capitalista, direcionando os investimentos existentes e a serem realizados. Buscava, em médio prazo, estabelecer um novo modo de viver do brasileiro, através da abertura de novos empregos e busca da superação da miséria (*ibidem*, p. 51). As metas eram voltadas a quatro setores principais – energia, transportes, alimentação e indústrias de base –, compreendendo também a formação de mão de obra técnica. Uma das prioridades foi dada à indústria automobilística e ao transporte rodoviário, eixos que atraíam o capital estrangeiro, promoviam a construção de estradas de rodagem e também – questão relevante para este estudo – colocavam o petróleo como energia essencial para o processo de aceleração da acumulação.

O incremento da concentração de capitais e da renda, resultante do modelo de industrialização anterior – mesmo sendo uma industrialização restringida –, permitiu a alteração da demanda nacional. Junto ao processo de urbanização da população, citado acima, foi possibilitada a diferenciação de perfil de parte do contingente populacional do país, que podia se qualificar e ser melhor remunerado. Tal situação fez com que se aprofundasse no ideário coletivo a racionalidade técnica, na qual o “técnico”, “bastião do conhecimento especializado”, ganhava relevância, como destaca Mendonça (1986):

A valorização do “técnico” tornou-se não apenas um requisito racional e científico do desenvolvimento econômico, como também uma modalidade de legitimação do

intervencionismo e do planejamento estatais. A este, o **técnico emprestava sua capacidade, neutralidade e, especialmente, o seu suposto apoliticismo**. Inversamente, isto fazia dele um profissional bem remunerado, apto a consumir certos artigos mais sofisticados, como eletrodomésticos ou automóveis... (MENDONÇA, 1986, p.47)

Por outro lado, depositava-se na associação com o capital estrangeiro, a possibilidade de acesso a tecnologias e técnicas de gerenciamento, absorvendo, assim, não somente os equipamentos, mas também o *saber fazer* das corporações internacionais. De fato, a formação do “técnico” brasileiro sempre foi uma questão, como vimos para a situação do petróleo, por exemplo. Todavia, neste período, as formas associativas com o capital estrangeiro tornavam-se base da planificação do Estado restrito, no que tange a investimentos diretos ou ao direcionamento dos investimentos privados. Desta forma imaginava-se a solução para sair da condição de país de economia agrário-exportadora, ao deter a tecnologia sofisticada de equipamentos e o *saber fazer* técnico.

Entretanto, a intervenção do Estado na economia no que transcendia o aporte de recursos públicos para atividades privadas era desestimulada, e até condenada, pelos empresários, pois não era a presença de um Estado forte que compunha a perspectiva ideológica da burguesia. Apesar da grande presença do Estado estrito no planejamento, não era este que direcionava a estrutura de produção, mas sim o capital transnacional, que cada vez mais se inseria nos setores dinâmicos da economia e controlava o processo de expansão capitalista da acumulação. A manutenção da propriedade privada dos meios de produção era a principal bandeira levantada pelo empresariado, tendo sido erguida até mesmo pelos militares no período (DREIFUSS, 1981, p. 35-6).

Em nível institucional, a convergência de interesses no Congresso criava um problema para a aceleração da industrialização, devido às alianças, à prática do clientelismo, aos interesses tradicionais ainda existentes, bem como os da burguesia tradicional rural. Esse processo fazia com que o Congresso fosse visto como espaço inapropriado e lento para a capilarização dos interesses do capital estrangeiro e nacional associado, que vinha sendo privilegiado por JK. Visando garantir o andamento do Plano de Metas, o governo criou diversos organismos e comissões voltados ao planejamento e consultoria, centralizando decisões sobre a questão no Executivo. Estes foram chamados de “Grupos de Trabalho” e “Grupos Executivos”, compreendendo uma forma de “administração paralela”, visando eliminar burocracias e criar canais exclusivos pra formulação de orientações políticas voltadas ao favorecimento dos interesses industriais (*ibidem*, 34-5; MENDONÇA, 1986, p. 53-4).

Assentados no ideário de composição de uma base técnica para a tomada de decisões, estes Grupos eram formados, sobretudo, por diretores de corporações e empresários de proeminente qualificação, os chamados “técnicos”, além de oficiais das forças armadas. Tal arquitetura permitia que os interesses das transnacionais e seus associados burlassem os canais tradicionais de formulação de políticas e tomada de decisão. Estes organismos permitiam não somente a atuação direta do capital na ossatura do Estado estrito, bem como permitiam a este tipo de atuação uma capa “apolítica” de intervenção nas decisões, tudo forjado sob o manto de uma “racionalidade técnica”. Muitas vezes envolvidas em sigilo administrativo, estas agências ficavam “de fora” das pressões partidárias e privadas, evitando mecanismos de controle públicos por parte da sociedade (*ibidem; ibidem*).

Subordinados ao, então criado, Conselho de Desenvolvimento – que direcionava, incentivava e centralizava recursos para setores estratégicos – os Grupos de Trabalho elaboravam projetos de lei e decretos, enquanto os Grupos Executivos – que eram criados por decreto – aprovavam os projetos apresentados. Dessa forma exerciam controle sobre a oferta de tecnologia e de financiamento voltados a interesses particulares (*op. cit.*, 1986, p. 53-4).

Entretanto, se por um lado o governo de JK alavancava os índices de desenvolvimento capitalista no Brasil – acarretando mudanças significativas na divisão social do trabalho, aumento no número de empregos e de assalariados, elevação das condições de vida para uma maior parcela da sociedade –, por outro concentrava no Executivo o papel de orientador de investimentos, acirrando a dependência do capital em relação a esta esfera do poder estatal. A lógica populista continuava a ser reproduzida, ao menos enquanto foi interessante ao capital, que se usufruía dos grandes aportes de investimentos e privilégios. A ideia de “neutralidade técnica” das decisões apagava as diferenças e favorecimentos sociais e políticos das ações do Estado restrito, fazendo-o aparecer como beneficiador coletivo.

A característica de continuidade dos governos anteriores também se assentava na ideia de um nacionalismo que faria o país se desenvolver para o “bem de todos”. Todavia, o deslocamento para a chamada ideologia nacional-desenvolvimentista, na qual repousava a ideia do engajamento de todos para um mesmo projeto – aliviando as tensões sociais –, foi a saída que deslocou o eixo ideológico em relação às práticas anteriores. No período compreendido entre a década de 1940, até meados da década de 1950, as discussões públicas estavam voltadas ao estímulo da intervenção estatal no desenvolvimento econômico nacional. Já a partir de 1955, o discurso de desloca em direção ao provimento da participação do capital estrangeiro para o alcance de tal desenvolvimento, mantendo a lógica “nacionalista”, porém sob novas nuances.

Como aponta Mendonça (1986, p. 59), “nada mais ideológico do que um discurso nacionalista em meio à plena abertura da economia ao capital estrangeiro”.

Como já esboçado anteriormente, a multiplicidade de definições acerca da ideia de “nacionalismo” se devia às correlações de forças criadas por interesses de diversas frações da sociedade. Enquanto o reduto mais vinculado ao período Vargas, a setores mais à esquerda do PTB e ao PCB ainda mantinham em sua base a negação à participação do capital estrangeiro – defendendo o desenvolvimento de uma burguesia industrial interna e buscando evitar a subsunção aos centros hegemônicos do capitalismo mundial –, os setores representados pela UDN sustentavam a ideia de um “nacionalismo” de bases neoliberais. Coadunando os embates resultou o ascenso do discurso nacional-desenvolvimentista, que negava um “nacionalismo” de bases mais radicais por entender a participação do capital estrangeiro como necessária ao desenvolvimento econômico, tendo na burguesia industrial brasileira seu sustentáculo e saindo à frente durante o governo de JK.

A inflexão feita por esta tendência de atuação política e econômica conferia maior peso ao termo “desenvolvimento” do que “nacionalismo”, possibilitando a convergência entre distintos interesses sociais em embate. Enquanto para a burguesia industrial evitava o temor do crescimento da autonomia de lideranças do governo, como ocorrido com Vargas, e esvaziava a defesa em torno do intervencionismo econômico do Estado, para a classe trabalhadora trazia também a ideia de elevação das possibilidades de emprego e, conseqüentemente, de renda. A formulação da ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil foi fruto dos embates destes diversos segmentos sociais, envolvendo elaborações intelectuais de diversas organizações – externas e internas –, bem como o envolvimento das Forças Armadas, que, na defesa do desenvolvimento econômico, alicerçava discussões voltadas à “segurança nacional”.

A política de desenvolvimento econômica promovida por JK se fazia sentir nas transformações da estrutura socioeconômica brasileira: concentração metropolitana da população e aumento do índice de urbanização, maiores desigualdades sociais e regionais, um mercado interno mais completo e sofisticado, acelerado crescimento e diferenciação de segmentos da industrialização, dentre outros fatores correlatos. Tal política desenvolvimentista favorecia a criação de um capital oligopolista no país, através da formação de uma “burguesia multinacional e associada” (DREIFUSS, 1981, p. 34-5), resultando de uma combinação diferenciada da anteriormente vista – a estratégia populista²⁴ de conciliação de classes e a interrelação das formas de dominação interna com o capital monopolista transnacional.

²⁴ O termo “populismo”, conforme Dreifuss (1981, 43), se refere ao bloco histórico elaborado pelas classes dominantes nas condições conjunturais brasileiras que integrava e articulava as diversas classes sob liderança do

Cabe ressaltar, a despeito dessa confluência interna e externa do capital, que a estratégia nacional-desenvolvimentista foi, portanto, elaborada e promovida por agentes e agências externos que atuavam diretamente no país ou, indiretamente, através de agências locais e de entrepostos dispostos diretamente no Estado estrito e/ou em empresas e organizações coletivas. Em relação ao petróleo, o ideário nacional-desenvolvimentista também possuía uma diversidade de rebatimentos, como era de se esperar. Mesmo com o monopólio estatal da exploração de petróleo, com a criação da Petrobras em 1953, a própria empresa acabava por contribuir para abrir frentes para o processo de oligopolização do capital no país e a associação do capital interno com o estrangeiro. Um dos segmentos específicos da cadeia produtiva de petróleo também deixava uma “lacuna” aberta ao capital privado – mesmo decretado o monopólio estatal –, o do refino e da petroquímica. Como já apontado, apesar da correlação de forças existente no início da década de 1950 ter resultado no monopólio da indústria, o empresariado industrial aceitou esta tomada de decisão sem deixar de se atentar às áreas que havia planejado sua atuação.

Desde a década de 1930 – especificamente entre 1938-9 – surgiram projetos de seis refinarias no país, envolvendo governos estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, além de sujeitos de destaque na burguesia. Apesar do mercado promissor, existiam somente três pequenas refinarias no país, Destilaria Rio Grandense de Petróleo (1932), Indústrias Matarazzo de Energia (1936) e Ipiranga (1936). Entretanto, os trustes internacionais representados pelas quatro empresas posicionadas internamente no mercado de distribuição desde a década de 1910 – *Standard Oil, Anglo-Mexican, Texaco* e *Atlantic* –, estavam interessados em instalar grandes refinarias no Brasil à época, mesmo que para simplesmente realizar garantia de mercado (SILVA, 1985, p. 7).

Torres (1997) assinala que a atividade petroquímica se inicia nos primeiros anos da década de 1950, quando já estavam instaladas duas fábricas de poliestireno, que utilizavam estireno importado, das empresas *Koppers* e *Bakol*. Além disso, também estavam em operação uma fábrica de policloreto de vinila, da Indústrias Químicas Eletrocloro (Elclor). O autor aponta, ainda, para uma informação existente de que havia também uma fábrica de formol instalada no Paraná, que teria sido a primeira petroquímica do país, da companhia *Alba*. Já Silva (1985, pp. 154-5), citando uma palestra de Leopoldo Miguez de Mello²⁵, de 1973, aponta que a

poder oligárquico-industrial, permitindo que as classes trabalhadoras tivessem algum nível de atuação política que buscasse interferir na forma ideológica de atuação do próprio populismo.

²⁵ Funcionário da Petrobras e um dos sujeitos mais importantes na petroquímica brasileira, além de um dos idealizadores do IBP.

petroquímica brasileira surgiu em 1952-53, com uma série de decisões de empreendimentos do CNP e também da iniciativa privada: Cia. Brasileira de Estireno, *Union Carbide*, Elclor, Alba e Copebrás.

Com a lei 2.004, de 1953, que criava a Petrobras e definia o monopólio estatal, nem toda a cadeia produtiva de petróleo passou a ser atividade exclusiva do Estado. A distribuição continuou nas mãos do capital privado, sendo tratada na opinião de “nacionalistas” como um espaço estratégico do capital estrangeiro²⁶. O refino se tornou monopólio do Estado, exceto para as refinarias privadas já existentes, que também não poderiam elevar sua capacidade produtiva. O transporte marítimo e por oleodutos, o mesmo caso, monopólio excetuando-se oleodutos preexistentes. Já a petroquímica, foi deixada como “terra-de-ninguém”, sendo objeto de disputas durante os anos de 1950 (SILVA, 1985, p. 19).

A lei sobre o monopólio não definiu a petroquímica como um dos segmentos industriais monopolizados pelo Estado, deixando à “interpretação dos interessados” a definição. Logo no ano seguinte à criação da Petrobras, o CNP baixou a Resolução nº 3/54, estabelecendo que a petroquímica, tanto quanto possível, caberia à iniciativa privada. A resolução teria nascido da Comissão Especial de Indústrias Petroquímicas do CNP, que teria lançado um edital convocando empresas para o aproveitamento de gases residuais das refinarias de Cubatão e Mataripe. Ou seja, a petroquímica não era um “elo esquecido” da cadeia produtiva, uma falha burocrática da legislação, visto a existência dentro do Estado restrito de uma comissão para o segmento. Se candidataram para a produção de eteno quatro grupos privados: Trol, *Union Carbide*, *Koppers* e Eletrocloro (*ibidem*).

Teria sido a instalação, em Cubatão, da Refinaria de Presidente Bernardes e a instalação de uma fábrica de fertilizantes nitrogenados junto à refinaria, respectivamente em 1952 e 1953 – ainda sob responsabilidade do CNP –, o impulso que lançaria as bases para a implantação da petroquímica no Brasil. A Petrobras, já sendo a responsável pelas refinarias, diante de questões operacionais propôs que as empresas se organizassem em uma *joint-venture* para aproveitamento dos gases. Contudo, diante de impasses, decidiu a própria Petrobras assumir os encargos de aproveitamento dos gases, ela própria fabricando etileno e distribuindo às interessadas (*ibidem*). Excetuando-se a Refinaria de Presidente Bernardes, todos os demais empreendimentos surgidos a partir de sua instalação eram privados. E mais, as empresas

²⁶ Conforme o Sindicom (2010, p. 18), a distribuição de gasolina e querosene no Brasil ganhou impulso a partir de 1910, com a elevação da demanda de combustíveis, sobretudo ocasionada com a chegada de automóveis ao Brasil. Nesta década instalaram-se no Brasil braços dos grandes trustes internacionais para a distribuição de combustíveis.

surgidas com a oferta da Refinaria até o final da década de 1950 eram todas subsidiárias de multinacionais estadunidenses, cujos nomes e produtos seguem abaixo (TORRES, 1997).

- Companhia Brasileira de Estireno (CBE) (Subsidiária da Koppers Co. Inc.) [americana] - Produção de estireno a partir do eteno (1957).
 - Union Carbide do Brasil (Subsidiária da Union Carbide Americana) - Produção de polietileno de baixa densidade a partir do eteno (1958).
 - Companhia Petroquímica Brasileira (COPEBRÁS) (Subsidiária da Celanese Corp. Americana) - Produção de negro de fumo a partir de resíduo aromático (1958).
 - Alba S.A. (Subsidiária da Borden Americana) – Produção de metanol a partir de óleo combustível (1958).
- É também desta época a instalação da fábrica de isopropanol e acetona, feita pela Rhodia [francesa²⁷] (*ibidem*).

A empresa Trol, que havia se candidatado inicialmente para a produção de eteno, protestou contra a Petrobras pela decisão, reivindicando a anulação dos contratos de fornecimento, chegando a propor – em requerimento enviado ao presidente JK, em 1956 – investimentos na casa de milhões de dólares em um conjunto petroquímico, através da empresa que formara, a Petrosil. Entretanto, a análise do requerimento pelo CNP foi indeferida sob justificativa de solicitar exclusividade no aproveitamento dos gases da refinaria e – talvez mais importante – sob dúvida do caráter nacional da empresa. Em 1958 a empresa chegou a solicitar ao CNP a transferência da fábrica de eteno da Petrobras para si, reiterando o programa de investimentos anteriormente proposto. O CNP indeferiu o pedido, não sem antes solicitar um pronunciamento da Petrobras, que se declarou contrária à solicitação, justificando que o Grupo Petrosil-Bakol-Trol – que fizera a solicitação –, teria se apresentado como parte de esquemas associativos com outras corporações em diferentes momentos – dentre eles com *Union Carbide*, *Chemise Werke Hulls*, *Koppers* e *Eletrocloro* (grupo Solvay)²⁸.

Alegando risco de monopolização por empresas nacionais, o CNP baixou outra resolução em 1957, que facultava à Petrobras a produção e comercialização de petroquímicos básicos e outros essenciais, dando também prioridade à distribuição destes para empresas com maior participação de capital nacional. A resolução definia, de forma mais clara, os ramos e matérias-primas divididos entre refino e petroquímica. Em 1958, onze empresas já teriam pedido registro no CNP com base na Resolução nº 1/57, dentre elas a própria Petrobras (SILVA, 1985, p. 161). Apesar de propor prioridade ao capital dito “nacional”, a forma de entrada das

²⁷ Inicialmente vinculada a um grupo Francês, foi adquirida pela Solvay (Belga) em 2011.

²⁸ A pesquisa de Silva (1985), mesmo apontando dificuldade de obter documentos que garantam a veracidade dos fatos, se apoiou sobre depoimentos em sua pesquisa colhidos, sobretudo, de agentes públicos (principalmente da Petrobras, CNP e outros), militares e também em empresários envolvidos.

multinacionais se dava pela associação com o capital nacional, que muitas vezes escamoteava a participação de capital estrangeiro para obter privilégios.

Os argumentos utilizados para decisões que abriam ao capital privado ramos da petroquímica, tanto em relação à própria legislação do monopólio estatal, como à busca de êxito econômico pela Petrobras²⁹, se baseavam, em geral, numa suposta falta de condições técnicas e financeiras do Estado em empreender no setor. A questão do técnico e da formação de mão de obra, mais do que antes, passava a ser justificativa para a internacionalização da cadeia produtiva. O que antes se colocava de forma mais exclusiva para o setor de exploração e produção de petróleo, na década de 1950 se apresentava para outros segmentos relacionados à cadeia de produção. Quando não, eram as próprias decisões e a atuação interna da empresa que geravam anseios populares pela subsunção ao capital estrangeiro na questão do petróleo.

Os interesses multinacionais se expandiram de forma acelerada através da política de desenvolvimento do governo de JK, se tornando em 1960 a força dominante. Para que a expressão desse bloco econômico multinacional – associado ao capital dito nacional – se concretizasse, um forte conjunto de agentes se inseria na economia nacional ao mesmo tempo que na política, buscando garantir seus interesses através da formação de um aparelho civil e militar modernizante. Estas multinacionais e seus associados internos recebiam apoio e assistência política dos governos de seus países de origem através de organizações das classes dominantes externas. Os agentes sociais que compunham este bloco em formação no país se configuravam como verdadeiros intelectuais orgânicos de interesses multinacionais e associados, fornecendo sustentação e envergadura ao poder político de classe que se erguia (DREIFUSS, 1981, 71). Dentre estes estavam:

- a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, muitos deles com qualificação profissional;
- b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia;
- c) oficiais militares (*ibidem*).

As formas de controle das diretrizes econômicas eram asseguradas por profissionais e empresários brasileiros que detinham funções estatais influentes, acumuladas a seus cargos de direção em companhias multinacionais e de interesses associados. A inserção destes agentes em organizações do próprio Estado restrito, ou como vimos, paralelas a este, possibilitou uma

²⁹ Silva (1985) apresenta um conjunto de excertos de depoimentos de entrevistas e documentos ricos na demonstração de que diversas decisões políticas iam contra os interesses da Petrobras, por vezes oriundas da própria empresa, além de irem contra o caráter de monopólio estatal conferido pela legislação, abrindo espaços e organizando o capital privado para o usufruto destes segmentos da cadeia produtiva.

complexa estrutura que integrava a produção e a dominação, bem como a união entre Estado e capital privado numa arquitetura organizacional que emergia, sobretudo, no início dos anos de 1950 e se expandiu de forma significativa durante o governo de JK. Foi neste cenário de surgimento de organizações do empresariado transnacional que foi fundado o IBP, tendo algumas destas citadas companhias – sobretudo as distribuidoras, que eram braços dos trustes internacionais que estavam no Brasil desde de 1910, as refinarias e petroquímicas privadas que foram citadas acima – junto à Petrobras como suas sócias fundadoras.

2. AS RAÍZES DO APH DO PETRÓLEO NO BRASIL

Este capítulo apresenta as determinações e fundamentos históricos de criação e desenvolvimento do IBP, sobretudo nos primeiros anos de vida do Instituto. São desenvolvidas as raízes que deram origem à criação da entidade, buscando estabelecer os vínculos com os agentes e agências que a idealizaram e fundaram. Além disso, são apresentados o contexto organizacional e as instituições empresariais que o criaram, visando estabelecer diálogo com as motivações históricas para a sua fundação.

Por fim é discutido o contexto político-ideológico em voga no país no processo de transição entre o final da década de 1950 e o golpe empresarial-militar de 1964. Este contexto é apresentado no intuito de realizar um diálogo com as concepções superestruturais da burguesia industrial no período e os objetivos do Instituto, propondo alcançar as vinculações ideológicas que foram impressas na atuação da organização a partir da conjuntura política existente no período de sua fundação.

2.1. A idealização do IBP na Petrobras

Logo no início da atuação da Petrobras algumas questões geravam repercussões quanto às decisões que vinham sendo tomadas. Nomear um membro da UDN, o militar Juraci Magalhães, para a presidência da empresa causou grande impacto, mas a decisão de contratar um geólogo estadunidense e antigo profissional da *Standard Oil*, o geólogo Walter Link, ecoava como entreguismo. Enquanto a constituição da empresa possibilitou grande liberação de recursos para a exploração e produção, o controle geral das atividades passava por uma outra questão que já se vinha anunciando faziam muitos anos, a falta de mão de obra especializada. A falta de cursos de geologia no país fazia com que fosse necessário aproveitamento de engenheiros de minas ou civis com especialização na área de petróleo. Alguns técnicos já haviam passado anteriormente por formação no exterior, durante o período das atividades sob o comando do CNP. Também era possível destacar profissionais de qualidade do corpo técnico do antigo SGMB, bem como do próprio CNP, mas se considerava ainda muito pouco para as novas necessidades de expansão (DIAS & QUAGLINO, 1993, p. 113-4).

Neste sentido, a contratação de geólogos estadunidenses se justificava como o melhor conhecimento possível a ser adquirido para o grande empreendimento projetado, além de possibilitar a transferência deste conhecimento para o corpo técnico da empresa e para a formação de profissionais no país. Ademais, após um conturbado período político no qual o desfecho foi a lei que criou a própria Petrobras, era necessário um nível rápido de retorno dos

resultados da empresa, o que se imaginava alcançar somente com a utilização do nível técnico obtido destes estrangeiros (*ibidem*). Contudo, a própria criação da empresa fez com que o eixo de discussões acerca da questão do petróleo no Brasil se deslocasse para a defesa de tentativas de descaracterizar a legislação que criava o monopólio e avançar em outros setores, como exemplificado anteriormente pelo segmento petroquímico.

As atividades de exploração, comandadas por Link, inicialmente fizeram com que a Petrobras dispusesse de uma razoável capacidade organizativa e técnica que fora herdada do CNP (*ibidem*). Entretanto, a transferência do acervo industrial e de parte dos técnicos do CNP para a Petrobras, quando de sua criação, apontou para outro viés deste legado. Para Suarez (1985, p. 59), a “PETROBRAS já nascia, portanto, com uma consolidada tecnoburocracia nacionalista³⁰, que, em conjunto com o CNP, passava a constituir a poderosa tecnoburocracia do petróleo”.

Bem pouco antes da sanção da lei da Petrobras, em 1952, foi criado o Setor de Supervisão do Aperfeiçoamento Técnico (SSAT) no CNP, sendo este considerado um marco para a formação técnica e de mão de obra para exploração e produção de petróleo no Brasil. Para tentar resolver o problema da mão de obra especializada, o CNP convidou dois especialistas da área de geologia do petróleo, Leverson e Ducan McNaughton, que propuseram a criação de um curso de Geologia do Petróleo. Entretanto, como o foco do período se direcionava à construção e funcionamento de Refinarias, a proposta não caminhou (PEYERL, 2014, p. 126).

Ainda no mesmo ano, o SSAT criou o curso de Refinação de Petróleo – impulsionado pelas necessidades das Refinarias em Mataripe e Cubatão – através de um convênio com a Universidade do Brasil (atualmente UFRJ), realizado por meio da Escola Nacional de Química, o que demonstrava o principal objetivo na formação de profissionais, a atuação destes nas refinarias. A principal dificuldade para a criação de iniciativas como esta se centrava na escassez de recursos do CNP. O SSAT foi chefiado pelo engenheiro Antônio Seabra Moggi até 1955, quando o setor foi absorvido pela Petrobras. Assim como Leopoldo Miguez de Mello,

³⁰ Apesar de realizar um trabalho com detalhada descrição histórica das correlações de forças políticas no âmbito do desenvolvimento da indústria petroquímica no país, Suarez chega a analisar o avanço da “tecnoburocracia estatal” como processo de constituição de uma “nova classe” (SUAREZ, 1986, p. 98). Dado os vínculos já demonstrados de tal burocracia com o capital privado e seguindo o referencial teórico deste trabalho, discordamos desta análise.

Moggi³¹ é considerado um dos grandes promotores da formação e aperfeiçoamento de profissionais para a indústria do petróleo (*ibidem*, p. 126-8).

Absorvendo estas responsabilidades do CNP, a Petrobras logo criou o Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo – Cenap – ainda em 1955. Conforme uma edição do Boletim Técnico da Petrobras, o Cenap foi criado “em essência, idêntico ao Setor de Supervisão do Aperfeiçoamento Técnico, originário do CNP”, mas com um campo ampliado de atuação e com uma equipe, ainda em formação, decidida a se direcionar à pesquisa tecnológica (PETROBRAS, 1967, p. 85). Com a incumbência central de formar profissionais para a indústria do petróleo, em sua estruturação inicial já foi inserido o Setor de Análises e Pesquisas separadamente do Setor de Cursos de Petróleo (*ibidem*), demonstrando o ímpeto pela pesquisa. O Cenap passou a ministrar verdadeiros cursos de pós-graduação, contratando professores dos Estados Unidos e mantendo intercâmbio com universidades deste país e com centros de pesquisa europeus. As atividades do Centro de Pesquisa foram a base para a constituição do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – Cenpes, o centro de pesquisas da Petrobras, criado somente na década seguinte (DIAS & QUALIGNO, 1993, p. 136).

Em edição anterior do mesmo Boletim Técnico da Petrobras foi apresentado que a diretoria da empresa, sentindo a necessidade de desenvolver uma entidade de pesquisas, lançou o que seriam as bases para um Centro de Pesquisas próprio, através da Resolução nº 7/57 de 22 de abril de 1957. “Foi então estabelecida a criação do ‘**Instituto Brasileiro de Petróleo**’, denominação posteriormente mudada para Setor de Pesquisas – (CENAP-4)” (PETROBRAS, 1964, pp. 116-7, *grifo meu*). Portanto, dois anos depois da criação do Cenap a Petrobras havia decidido criar o Instituto Brasileiro de Petróleo, entretanto tal criação não foi pra frente, ao menos com esta denominação, conforme esclareceu a própria Petrobras:

Nova Resolução - 9/57 -, baixada dois anos mais tarde, veio dispor sobre a organização interna do CENAP e melhor definir sua finalidade e atribuições, provendo-o de uma estrutura mais apropriada à envergadura do ambicioso programa de formação e aperfeiçoamento que lhe haviam assinado. Entre os seis Setores criados na ocasião, o CENAP-4 constituiu o Setor de Pesquisas, o qual desde então começou a ensaiar os primeiros passos na tentativa de fomentar na PETROBRAS um estado de espírito favorável à investigação científica, que houvesse de culminar na implantação de um órgão dedicado à pesquisa³². **A primeira concepção esboçada a respeito do problema levou a estudos para a criação de um Instituto Brasileiro de Petróleo. Apesar da coincidência do nome, não se tratava do futuro "IBP"** (PETROBRAS, 1967, pp. 85-6).

³¹ Leopoldo Miguez é um dos três idealizadores principais do IBP, mas Moggi também pertencia ao grupo da Petrobras que organizou o conjunto de empresas e fundou o Instituto.

³² O órgão a que os Boletins se referem no texto é o Cenpes, criado na década de 1960.

Coincidência ou não, o “verdadeiro” Instituto Brasileiro de Petróleo foi criado oficialmente apenas sete meses depois – em 21 de novembro de 1957 – da Petrobras ter proposto criar seu Instituto homônimo. Este foi fundado por idealização de agentes oriundos de órgãos responsáveis pela questão do petróleo dentro do Estado – inclusive da própria Petrobras –, porém como uma organização privada, congregando um conjunto de empresas ligadas à diferentes setores da cadeia produtiva de petróleo, dentre elas diversas transnacionais e a própria Petrobras – que foi a principal financiadora de seu fundo social inicial –, tendo suas atividades originais vinculadas ao ambiente técnico e científico. Não obstante, na assinatura de sua ata de constituição consta o endereço do Cenap, edifício construído pelo CNP, com o qual o Centro de Aperfeiçoamento partilhava as instalações desde 1955.

Os sujeitos considerados idealizadores/fundadores do IBP ocuparam cargos de proeminência no CNP e Petrobras, sendo estes: Leopoldo Miguez de Mello, que chegou a Chefe de Gabinete do CNP e integrou a diretoria da Petrobras³³; Plínio Cantanhede, que foi presidente do CNP até 1955; e Hélio Beltrão, que foi Chefe de Gabinete do CNP e integrante da diretoria da Petrobras, além de escrever o plano de organização da empresa no mesmo período. Cantanhede também já havia angariado experiência com a fundação da ABDIB – outra organização de representação empresarial –, sendo idealizador da organização junto com outros funcionários da Petrobras.

Como apresentado pela Petrobras, quando em sua concepção inicial de criar um “Instituto Brasileiro de Petróleo”, a empresa se inspirava no Instituto Francês de Petróleo, um órgão público de pesquisa e formação (PETRO&QUÍMICA, 2007, p. 16).

A primeira concepção esboçada a respeito do problema levou a estudos para a criação de um Instituto Brasileiro de Petróleo. [...] Idealizava-se uma organização modelada sobre o Instituto Francês de Petróleo, e, como subsídio para o Grupo de Trabalho investido nos estudos da matéria, solicitou-se a cooperação daquela entidade, a qual se fez presente através do relatório elaborado pelo seu Secretário-Geral, Mr. Jean Fischer. O Grupo de Trabalho enfeixou suas conclusões em um documento submetido em dezembro de 1958 ao Conselho de Administração, que deliberou reencaminhar o assunto ao Superintendente do CENAP, para novo exame (PETROBRAS, 1967, p. 86).

Entretanto, em depoimento, o próprio Superintendente do Cenap à época, Antônio Moggi – um dos que contribuíram para a criação do IBP (MOGGI, 1988, p. 173 *in* FGV/PETROBRAS, 1988) –, apresenta uma ideia diferenciada para um “Instituto Brasileiro de

³³ O centro de pesquisas da Petrobras – Cenpes, criado na década de 1960, acabou levando seu nome.

Petróleo” no alto escalão de funcionários da Petrobras. Não criar o Instituto dentro da Petrobras parece ter relação com a ideia de não o vincular a uma empresa estatal, sendo um órgão que representasse um conjunto de empresas de petróleo.

Essa foi uma idéia que surgiu porque se achava que no Brasil estava faltando uma entidade que amalgamasse, que reunisse órgãos e empresas que estivessem lidando com a indústria do petróleo. E não se desejava fechar isso só com empresas estatais ou com a estatal, que era a Petrobras. Então, imaginou-se o IBP; que foi criado sob a égide de Plínio Cantanhede, uma excepcional pessoa, com a ajuda de Hélio Beltrão, que foi também seu presidente. Eu até, temporariamente, fui substituí-lo numa dessas

...

[...] [O objetivo] Era troca de informações. Era aglutinar indústrias de petróleo para que se criassem mecanismos de normalização de especificações e se formassem grupos de trabalho para o estudo de controle de qualidade, de melhoria do padrão da indústria de petróleo etc. A idéia preliminar era mais atuar no campo técnico e promover reuniões com entidades semelhantes, de fora do Brasil, como o Instituto de Petróleo Francês e outros. A idéia era essa: fazer uma troca de experiências. Assim começou o Instituto Brasileiro de Petróleo (MOGGI, 1988, pp. 202-3 *in* FGV/PETROBRAS, 1988).

A ideia de não vincular o Instituto à defesa do monopólio estatal do petróleo é, por vezes, expressa pelos principais intelectuais dispostos no IBP, que se assentam na defesa da necessidade de uma posição “neutra” do Instituto diante de correntes políticas e ideológicas. Entretanto, mais à frente veremos que, apesar desta defesa da neutralidade, será a própria Petrobras a principal contribuidora financeira para a fundação e manutenção do IBP em seus primeiros anos, sendo o Instituto de natureza privada formulado e promovido em boa parte por agentes da tecnoburocracia, dispostos em cargos de relevância na estrutura da empresa estatal. Esta ideia de “independência” pode ser apreendida na opinião de Álvaro Teixeira, que foi engenheiro e diretor da própria Petrobras e secretário-executivo do IBP: “O setor petróleo precisava de uma entidade independente que discutisse os temas, mas não podia ser a Petrobras” (BRASIL ENERGIA, 2007, p. 102).

Direção semelhante pode ser obtida pelo depoimento de William Zattar – que foi um dos diretores do IBP e esteve presente desde sua criação – a uma publicação comemorativa do Instituto.

“O Instituto foi fundado a partir de uma assembléia geral que houve entre as companhias de petróleo, incluindo a Petrobras, que resolveram fundar o Instituto Brasileiro de Petróleo. O Helio Beltrão foi o grande incentivador, o grande bandeirante e fundador do IBP”, afirma. [...]

“O Beltrão foi escolhido como presidente porque era um homem neutro. Até então, não havia passado pela Petrobras. Então, havia duas correntes políticas técnicas, a livre-iniciativa, que lutava pela abertura do mercado no Brasil, e a Petrobras, os estatais. Foi decidido que ao invés de colocar alguém da estatal ou particular da livre-iniciativa ou alguém da Petrobras, iríamos colocar uma pessoa neutra. Houve uma assembléia e o Helio Beltrão foi eleito, sendo então constituída a diretoria da qual fiz parte”, recorda Zattar (TN PETRÓLEO, 2017, p. 40).

Conforme outra publicação comemorativa sobre o IBP (BRASIL ENERGIA, 2007, p. 77), o Instituto é um dos poucos na América Latina não vinculados a petroleiras estatais, assim como o *Instituto Argentino del Petroleo y del Gas* (IAPG). A organização é apresentada como cada vez mais alinhada com as entidades que a inspiraram, o *American Petroleum Institute* (API), uma organização centenária responsável pela elaboração de normas e classificações para a indústria mundial, e o *Institute of Petroleum* (IP) inglês (*ibidem*).

De acordo com o mesmo diretor, William Zattar, havia uma polêmica quando da criação da entidade se esta deveria ser um sindicato, uma organização de classe. No entanto, conforme aponta o mesmo, Hélio Beltrão foi “muito feliz” na proposição de que fossem um Instituto, o que permitiu se espelhar em procedimentos do API, tendo um modelo que era “técnico” e que depois “evoluiu” pelo crescimento do setor³⁴ (BRASIL ENERGIA, 2007, p.105).

As organizações de classe do empresariado industrial no Brasil possuem raízes, sobretudo, na instituição oficial da legislação sindical dos anos de 1930, caracterizada por um sistema articulado em níveis hierárquicos – sindicatos, federações e confederação –, por regionalidade e categoria industrial. Com a expansão da modernização industrial no país, as associações civis – como o próprio IBP – ganharam relativa importância como espaço de representação dos interesses deste empresariado (DINIZ & BOSCHI, 1979; *idem*, 2002), tendo a partir do final da década de 1950 uma significativa expansão. Portanto, sendo uma organização de classe ou um Instituto, este tipo de posição demonstra que desde a criação do IBP o que estava em pauta era a representação de interesses do empresariado. Por mais que a constante declaração de um papel “iminentemente técnico”, “apartidário” e “neutro” pelos membros do IBP no início de atuação da organização, o “técnico” era o sujeito que representava os interesses da indústria, sendo que o que legitimava sua posição – como uma posição “técnica” e, portanto, diferente das demais – era o próprio pertencimento às empresas.

Apesar de assumir que a história do IBP se confunde com a da Petrobras (TN PETRÓLEO, 2007, p. 37), os intelectuais da organização apontam que a atuação política da organização foi aprofundada com a abertura do mercado. Além disso, mesmo se intitulando como “um fórum isento, apolítico, de inquestionável credibilidade” (PETRO&QUÍMICA,

³⁴ As publicações comemorativas dos 50 anos do IBP apontam que tal “evolução”, apresentada por Zattar, se refere à explícita representação empresarial, contrapondo um momento de atuação política – que segundo os membros do IBP ocorre após a abertura do mercado do petróleo no Brasil – a um de atuação “técnica”. Como se o técnico tivesse uma posição neutra, apolítica.

2007, p. 22) – de acordo com uma entrevista a João Carlos de Luca, que foi presidente do IBP e diretor da Petrobras –, estes assumem que o IBP foi uma das principais agências que promoveu a abertura do mercado do petróleo no Brasil, ainda que tendo surgido dentro da empresa que detinha tal monopólio e sendo esta sua principal financiadora inicialmente.

Esta atuação política é assumida, ainda que temerária, na fala de Eduardo Difini, que foi um dos presidentes do IBP e era acionista da Refinaria de Manguinhos e da Metanol. Conforme se refere à atuação recente do Instituto:

E também está entrando em uma parte política, que não sei se é uma boa idéia – a bandeira da isenção é muito importante e o IBP, não sendo uma entidade pró-iniciativa privada, foi quem talvez mais tenha contribuído para a abertura [do mercado] fora da parte política. Porque organizávamos seminários e congressos para discutir o assunto – mas organizávamos com isenção (*ibidem*, p. 21).

A atuação política na defesa de interesses do empresariado do petróleo, existente desde a fundação do Instituto – apesar de negada –, é deslocada para a ideia de uma atuação “técnica”. Os próprios profissionais das empresas representadas no Instituto legitimam-se como os “técnicos” por atuarem no mercado, traduzindo este posicionamento como “isento” quando na verdade carregam os interesses destas corporações. Este tipo de racionalidade tem raízes no chamado período populista, no qual o Estado abria as frentes à industrialização trazendo os interesses industriais para seu interior ou através da intervenção direta em segmentos do mercado nos quais o empresariado não possuía condições de desenvolver, mas lhes eram necessários. Neste período, a ideia de uma “postura técnica” nas decisões tomadas pelo Estado restrito conferia à estratégia populista um suposto beneficiamento de todos os grupos sociais, fornecendo a imagem de que o progresso e o desenvolvimento também trariam empregos e melhores possibilidades de remuneração às classes trabalhadoras.

Neste sentido, para o IBP, desde a sua fundação não era o interesse interno possuir uma imagem associada ao chamado *lobby*. No entanto, a intervenção expressa como uma atuação supostamente “técnica”, mesmo que em defesa dos interesses dos representados pela organização, se forja como diferenciada desta imagem. Esta modalidade de inversão denotativa é utilizada diversas vezes pelo IBP, que se apropria de uma imagem tida como “técnica” para criar os consensos necessários na sociedade civil e influenciar as decisões do Estado estrito. Este tipo de operação pode ser percebida no depoimento de Otto Perrone, que foi presidente do IBP e diretor da Petroquisa – subsidiária da Petrobras na área petroquímica –, ao declarar a atuação do IBP como “técnica” por ser oriunda de suas Comissões, formadas por profissionais das empresas associadas.

[...] O Instituto foi fundado para ser eminentemente um órgão técnico – então tinha as suas comissões técnicas, como as têm até hoje. E não eram empregados do IBP, mas associados que forneciam seus técnicos para fazer estudos. Agora, o IBP nunca, nem por intenção de seus criadores e nem na prática, foi um órgão de lobby – mas sempre esteve presente nas questões magnas – não às questões que interessam a uma empresa, mas ao setor (*ibidem*, p. 20).

Ao tratarem-nas como questões que “interessam ao setor”, desviam a ideia de quem concretamente compõe “o setor”, como se este por si só fosse um sujeito, contendo interesses próprios, desvinculados de sujeitos concretos e, portanto, de qualquer interesse de classe ou fração. O chamado “setor” surge como um ente que paira acima de interesses particulares de indivíduos e que, por não ser representado por uma única empresa, possui legitimidade social e própria.

Tido como principal objetivo do IBP em sua fundação, o próprio papel de formação de profissionais, também parece ter se destinado mais às outras empresas que se associaram ao Instituto do que à própria estatal que forneceu estrutura para a sua existência inicial. Conforme apresentado pela publicação disponível no portal virtual do IBP (PETRO&QUÍMICA, 2007, pp. 5-6), com as atividades de prospecção restritas legalmente à Petrobras, a formação dos profissionais para estas atividades desde fins da década de 1950 ficava à cargo da empresa, através do envio destes profissionais ao exterior ou por modalidades como o curso de Geologia de Petróleo, realizado em colaboração com a Universidade da Bahia. Diferentemente, cabia ao IBP realizar a interface com a indústria fornecedora de equipamentos. Ainda conforme a publicação (*ibidem*), quanto mais próxima do consumidor final – como o caso do refino e da petroquímica – o número de empresas crescia, sendo melhor que a formação de profissionais fosse realizada por uma associação como o IBP.

Portanto, o IBP foi idealizado e criado dentro de agências do Estado restrito, sobretudo o CNP e a Petrobras, nos quais a tecnoburocracia que se formava buscava contribuir para o avanço da indústria privada no país. Além disso, boa parte da estrutura da organização foi realizada com recursos provindos da Petrobras, mesmo que nem sempre estes se destinassem diretamente aos interesses de desenvolvimento interno da empresa, como vimos no caso da formação de profissionais. Em seu início o IBP se utilizou da sede do Cenap – no caso da própria Petrobras – para ser fundado e também como seu espaço sede nos dois primeiros meses de funcionamento (IBP, 1959), além de parte dos profissionais da empresa para idealizar, fundar e manter o Instituto. A contribuição financeira da Petrobras também era a maior dentre os sócios-fundadores, atingindo cerca de 40% das contribuições dos vinte sócios, tanto para o fundo social inicial, como para a manutenção em seus primeiros anos (IBP, 1962). Grande parte

dos presidentes do Instituto tiveram carreira na Petrobras, acumulando conhecimento e experiência depois disponibilizada ao IBP e à continuidade de sua atuação em cargos executivos de companhias privadas (cf. Apêndice I).

2.2. O capital estatal e transnacional na constituição do IBP

Na ata da Assembleia Geral de Constituição do IBP (IBP, 2018), é descrito Leopoldo Miguez de Mello como responsável por presidir os trabalhos e Hélio Beltrão como presença especialmente convidada, sendo coautor do projeto de Estatutos e coordenador da discussão. Redigida em 21 de novembro de 1957, no CENAP – Av. Pasteur, 250, fundos, bairro da Urca, Rio de Janeiro/RJ –, o documento apresenta 20 sócios fundadores, que contribuíram para a instituição do fundo social inicial da organização com diferentes parcelas, conforme a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Sócios fundadores, representantes institucionais e valores doados descritos na Ata da Assembleia Geral de Constituição do IBP (IBP, 2018).

Nº	INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES	VALOR DOADO
1	Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS)	Leopoldo Miguez de Mello Waldyr Freitas de Castro	Cr\$ 1.000.000,00
2	Refinaria de Petróleo de Manguinhos	Augusto Batista Pereira	Cr\$ 110.000,00
3	Companhia de Petróleo da Amazônia	Artur Amorim	Cr\$ 60.000,00
4	Esso Standard do Brasil Inc.	Carlos Eugênio Nabuco de Araujo Junior	Cr\$ 100.000,00
5	Shell Brazil Limited	Mário Cabral Ramos	Cr\$ 100.000,00
6	Atlantic Refining Company of Brazil	Paulo Costa Pereira	Cr\$ 100.000,00
7	Companhia Brasileira de Petróleo Gulf	Victor Brant	Cr\$ 100.000,00
8	Associação para o Desenvolvimento de Indústrias de Base (ABDIB)	Alberto Pereira de Castro	Cr\$ 50.000,00
9	Companhia Brasileira de Gás (GASBRAS)	José da Silva Oliveira	Cr\$ 50.000,00
10	Companhia Ultragas S.A.	João Aureliano Gonzaga de Oliveira	Cr\$ 50.000,00
11	Bakol S.A. Indústria Comércio	José Ferreira de Paulo	Cr\$ 50.000,00
12	Union Carbide do Brasil S.A.	Joseph Henry Jonas	Cr\$ 50.000,00
13	Petroclor Indústria Petroquímicas S.A.	Gabriel Monteiro	Cr\$ 50.000,00
14	Alba S.A.	Manoel dos Reis	Cr\$ 50.000,00

15	Companhia Química Rhodia Brasileira	Vasco Soares de Souza	Cr\$ 50.000,00
16	Refinaria Exploração Petróleo União S.A.	Solicitação de representação a Leopoldo Miguez de Mello	Cr\$ 225.000,00
17	Companhia Brasileira de Petróleo Ypiranga S.A.	Solicitação de representação a Leopoldo Miguez de Mello	Cr\$ 105.000,00
18	The Texas Co. South America Ltd.	Solicitação de representação a Leopoldo Miguez de Mello	Cr\$ 100.000,00
19	Companhia Brasileira de Estireno	Solicitação de representação a Leopoldo Miguez de Mello	Cr\$ 50.000,00
20	Estrada de Ferro Santos à Jundiá (Oleoduto Santos – São Paulo)	Solicitação de representação a Leopoldo Miguez de Mello	Cr\$ 50.000,00
TOTAL DO FUNDO SOCIAL INICIAL			Cr\$ 2.500.000,00

Destes 20 sócios-fundadores, um deles já foi tratado anteriormente, a própria Petrobras. Dentre os outros sócios encontravam-se uma entidade de representação empresarial – a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) –, refinarias privadas, distribuidoras de derivados de petróleo, companhias petroquímicas e algumas outras empresas ligadas ao ramo (TN PETRÓLEO, 2007, p. 41). A ideia da fundação do Instituto é oriunda de Leopoldo Miguez de Mello, Hélio Beltrão e Plínio Cantanhede, que reuniram 20 empresas e formaram o fundo social do IBP, com Cr\$ 2,5 milhões, dos quais a Petrobras entrou com 40% do total.

Tal situação demonstra como a própria atuação do Estado, em seu papel de investidor, contribuía para a formação da burguesia industrial brasileira em fins da década de 1950. Se durante o governo Vargas a ideia de “nacionalismo” parecia se inclinar para a formação de uma burguesia industrial brasileira – apesar das contradições já apresentadas deste processo –, sob o nacional-desenvolvimentismo de JK os vínculos entre capital privado interno, estatal e estrangeiro, demonstravam explicitamente o caminho de formação destas frações de classe, a associação ao capital multinacional. Neste sentido, cinco, das vinte empresas fundadoras do Instituto, tratavam-se de distribuidoras vinculadas aos grandes trustes internacionais do petróleo – a Esso (*Standard Oil*), a Texaco (*Texas Company*), a *Atlantic*, a *Gulf Oil* e a *Shell*. Estas empresas integravam as chamadas “sete irmãos do petróleo”, sendo empresas transnacionais que dominaram o mercado internacional de derivados até a década de 1960.

A distribuição de gasolina e querosene no Brasil ganhou impulso a partir de 1910, com a elevação da demanda de combustíveis, sobretudo ocasionada com a chegada de automóveis ao Brasil. A primeira companhia a se instalar no país, em 1912, foi a estadunidense *Standard Oil*, que passaria a se chamar Esso mais à frente. O aceite do estabelecimento da companhia no Brasil, por decreto do governo, abriu frentes para que outras companhias se interessassem pelo mercado nacional de derivados de petróleo, que dependia totalmente do exterior. Logo após a chegada, a companhia incorporou a Empresa Industrial de Petróleo, que fornecia querosene para iluminação desde 1897. No ano seguinte, 1913, chega ao país a anglo-holandesa *Royal Dutch Shell*, inicialmente sob o nome de *Anglo-Mexican Petroleum*. Em 1915, a *Texas Company* (Texaco) é autorizada a se instalar no país e a *Atlantic Refining*, ambas estadunidenses, atracou seu primeiro navio com querosene (SINDICOM, 2010, p. 18).

Já outras seis empresas fundadoras do Instituto – Bakol, *Union Carbide*, Petroclor, Alba, Rhodia e Companhia Brasileira de Estireno – foram apresentadas no capítulo anterior como organizações vinculadas ao segmento da petroquímica que, então, tensionavam a legislação do monopólio do petróleo, principalmente, para buscar se inserir no mercado aproveitando a criação da Refinaria de Presidente Bernardes, sob comando inicial do CNP. Estas empresas, como apontado, tratavam-se de subsidiárias de multinacionais.

Como vimos, a Bakol, através da formação do Grupo Petrosil, chegou a solicitar a transferência de posse da fábrica de eteno da Petrobras em seu benefício, tendo apresentado um vultoso programa de investimentos no segmento petroquímico como contrapartida. Uma das justificativas principais para o indeferimento do pedido foi exatamente a participação em esquemas associativos com outras corporações multinacionais – *Union Carbide*, *Chemise Werke Hülls*, *Koppers* e *Solvay* (SILVA, 1985, p. 161). As outras companhias possuíam as seguintes vinculações com o capital estrangeiro, respectivamente: (i) a *Union Carbide do Brasil* era uma subsidiária da homônima estadunidense; (ii) a Petroclor era pertencente ao Grupo *Solvay*, de capital belga; (iii) a Alba era subsidiária da *Borden*, estadunidense; (iv) a Rhodia era a filial química do grupo francês *Rhone Poulenc*; e (v) a Companhia Brasileira de Estireno, uma subsidiária da *Koppers – Firestone-Hülls*, também estadunidense (IBP, 1983a, pp. 37-8).

A vinculação com este segmento está na raiz do IBP, conforme apresenta o ex-presidente do Instituto, Otto Perrone, que fez parte da diretoria e do conselho de administração de grande número de empresas petroquímicas, além de ter possuído cargos de chefia nesta área na própria Petrobras.

“O IBP, desde suas origens, sempre esteve ligado ao setor petroquímico brasileiro. Entre seus fundadores, em novembro de 1957, ao lado da Petrobras, dos refinadores

particulares e das companhias distribuidoras, estavam representantes de empresas petroquímicas que iniciavam atividades no país. Desde então, o IBP vem sendo, para a indústria petroquímica nacional, um centro de desenvolvimento e de difusão de conhecimentos e um promotor de iniciativas no plano técnico e cultural. [...] a petroquímica brasileira cresceu e o IBP consolidou o seu papel como um dos principais intérpretes dessa indústria, que ele mesmo ajudou a plasmar” (TN PETRÓLEO, 2007, p. 50).

Corroborando com esta afirmação, o também ex-presidente do IBP, João Carlos De Luca, afirma que a atuação do IBP era diferente na área de exploração e produção antes da descoberta de petróleo na Bacia de Campos³⁵, em 1974. Segundo ele, a atuação do Instituto se concentrava nas áreas de *downstream*³⁶, com ênfase no refino e petroquímica, além da realização de cursos e eventos (*ibidem*, p. 68).

No caso do refino, estavam dispostas como sócias-fundadoras três refinarias: a Refinaria de Manguinhos, a Refinaria União e a Companhia de Petróleo da Amazônia (Copam). As duas primeiras foram tratadas no capítulo anterior, sendo fruto de concessão do CNP quando este abriu espaço para empresas privadas nacionais atuarem no segmento de refino do petróleo. Em fins de 1946, foram aprovadas as concessões para a Refinaria União – pelo grupo Soares Sampaio-Corrêa de Castro – e para a Refinaria de Manguinhos – pelo grupo Drault Ernany-Eliezer Magalhães –, que cumpriram condições do CNP, respectivamente, através de vinculação com a *Gulf Oil* e por contrato com a *Standard Oil*.

A terceira refinaria apresentada na Tabela, a Copam, foi autorizada pelo CNP em 1952, sendo a última das refinarias de capital privado aprovadas pelo órgão no período. A refinaria, de menor capacidade que as outras duas, foi inaugurada com a presença do presidente JK, no mesmo ano de fundação do IBP, em 1957. Denominada atualmente de Refinaria Isaac Sabbá – Grupo I. B. Sabbá & Cia. Ltda. –, foi o próprio Sabbá, que, junto com o engenheiro Arthur Soares Amorim³⁷, conseguiram o apoio de Roberto Campos – que participou do segundo governo de Getúlio e o do governo JK – para estruturar a refinaria.

A sócia-fundadora Estrada de Ferro Santos-Jundiaí foi uma ferrovia construída para escoamento do café no século XIX gerida por capital inglês, sendo então denominada *São Paulo Railway*. Com a transição de economia de bases agrícolas para urbanas, na década de 1940, e a

³⁵ Bacia sedimentar situada da costa do estado do Rio de Janeiro ao sul do Espírito Santo, considerada uma das maiores bacias petrolíferas do Brasil ainda em exploração.

³⁶ Referência às atividades que envolvem, sobretudo, o processamento do petróleo e escoamento dos subprodutos a serem consumidos.

³⁷ É considerado o articulador estratégico da Zona Franca de Manaus, na qual também tiveram influência Roberto Campos e o grupo Sabbá. Possuía profundas articulações internacionais e com grupos amazonenses, sendo da equipe de Campos na Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas – Consultec (ARAÚJO, 1985, pp. 144-5), um APH do bloco multinacional.

abertura para o transporte rodoviário, o modal ferroviário acabou perdendo centralidade. Em crise financeira e finalizando seu período de concessão a empresa foi nacionalizada, retornando ao nome original – Estrada de Ferro Santos a Jundiaí. No final da década de 1940, com a construção da Refinaria de Cubatão e os empreendimentos de refino e petroquímica atraídos – conforme apresentado anteriormente –, o CNP decidiu construir um oleoduto para escoamento de combustíveis, sendo responsável pela construção deste a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Leopoldo Miguez de Mello – um dos idealizadores-fundadores do IBP –, ainda no CNP, participou da elaboração do projeto do oleoduto. Em 1953, o oleoduto havia entrado em operação completamente, sendo o primeiro construído na América Latina (COUTO, 2003).

As duas empresas ainda não apresentadas – Companhia Ultragás (Ultragaz) e Companhia Brasileira de Gás (Gasbrás) – são distribuidoras de gás de cozinha. A primeira, a Ultragaz, foi fundada pelo empresário Ernesto Igel em 1937, sob o nome de Empresa Brasileira de Gaz a Domicílio, sendo a primeira distribuidora de gás engarrafado do país. Até o início da II Guerra Mundial o gás era comprado da Shell, vindo dos Estados Unidos, quando em 1941 o fornecimento por este país foi interrompido, a partir de então sendo importado da Argentina. Além de Igel, os sócios iniciais da empresa foram Odilon Braga – ex-ministro da agricultura do governo Getúlio e responsável pelo documento oficial “Bases para o Inquérito sobre o Petróleo”, apresentado anteriormente – e Heitor Beltrão – ex-deputado pela UDN e pai do idealizador do IBP, Hélio Beltrão – (SINDIGÁS, 1990, pp. 17-8), demonstrando a forte presença do grupo empresarial no Estado estrito e os laços familiares existentes nestas companhias.

Em 1946 a estadunidense *Standard Oil* entrou no mercado de gás brasileiro, fundando no Rio de Janeiro a Companhia Nacional de Gás Esso. A companhia foi adquirida em 1953 pelo Grupo Lorentzen – oriundo do nome do empresário norueguês Erling Lorentzen, tendo, portanto, o capital estrangeiro continuidade na companhia –, passando a se chamar Gasbras (LORINVEST, 2020) e sendo uma das sócias-fundadoras do IBP. A Gasbras se funde à Supergaz, da tradicional família de fazendeiros mineiros Lemos de Moraes, tornando-se a Supergasbras em 1968, nome utilizado pela companhia até os dias de hoje (*op. cit.*, 1990, p. 29).

Com a formação da Esso Gás, em 1946, a Ultragaz chegou a ter cancelada a entrega de gás já embarcado em navios da *Standard Oil*, buscando retirar a empresa do mercado. Entretanto, para dar continuidade à sua companhia, Ernesto Igel vai aos Estados Unidos em busca de financiamento para a compra de navios tanque, acabando por se associar a outra multinacional, a também estadunidense *Mobil Oil*, que passa a ser também uma detentora da

Ultragaz. Na estruturação do parque petroquímico brasileiro, o grupo empresarial teve participação na Petroquímica União desde a sua criação e fundou a Ultrafértil. Originando-se da Ultragaz, mas passando a participar de diversas outras empresas, o Grupo Ultra foi fundado na década de 1950, estando entre as maiores companhias brasileiras (*ibidem*, p. 18-22).

A única das sócias-fundadoras que não é uma empresa é a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base – ABDIB, uma organização de classe do empresariado industrial que se destacou na representação de setores dinâmicos da atividade industrial (MENDONÇA, 1986, p. 67; DREIFUSS, 1981, p. 82-3). Fundada em 1955 – somente dois anos antes do IBP –, a ABDIB congregava os principais produtores de equipamentos industriais e outros materiais semelhantes no país. Como destaca Dreifuss (1981, p. 98):

Os objetivos primordiais da ABDIB eram “orientar o planejamento e distribuição de serviços para as indústrias associadas através de contactos com os poderes estatais e empresas estrangeiras” e “manter uma seção de estudos técnicos para o exame de projetos nacionais e estrangeiros” (BANAS, 1960 *apud* DREIFUSS, 1981, p. 98). Uma importante conquista nas tentativas da ABDIB de “manter contacto com os poderes estatais” e assegurar serviços para os interesses que representava foi a sua inclusão como agente central do Grupo Executivo da Indústria Mecânica – GEIMAPE. Esse grupo executivo foi criado por Juscelino Kubitschek para planejar e programar as diversas linhas de produção relacionadas à indústria pesada (DREIFUSS, 1981, p. 98).

Silva (1985, p. 91) aponta para as origens da ABDIB como sendo radicalmente vinculadas à indústria do petróleo no Brasil, destacando uma “vinculação congênita” da ABDIB com a Petrobras e assinalando que a Associação “parece ter nascido, de fato, sob patrocínio” da empresa. Em análise da Associação, o autor constatou a “presença de um empresariado bastante dinâmico e consciente de que a produção de equipamentos petrolíferos era o passaporte para uma nova etapa na expansão de suas empresas” (*ibidem*, p. III-IV).

A ABDIB reunia um conjunto de empresários a fim de centralizar recursos e capacidade produtiva para o fornecimento de equipamentos voltados, quase exclusivamente, a usinas de petróleo. Em 1951, Plínio Cantanhede – o mesmo idealizador do IBP –, então presidente do CNP, convocou um conjunto de industriais paulistas a analisarem as possibilidades de produzirem equipamentos no Brasil que seriam utilizados na Refinaria de Mataripe. Jorge Resende³⁸, que viria a ser o primeiro presidente da Associação, organizou um conjunto de sete firmas – Bardella, Cavallari, Cobrasma, Dedini, Aço Villares, *Fichet-Schwartz Hautmont* e Máquinas Piratininga –, surgindo daí a formação da ABDIB (CPDOC/FGV,

³⁸ Fundador da Máquinas Piratininga, um dos diretores da Fiesp e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (Simesp).

2020b). Além de também ser idealizada dentro da Petrobras e possuir um dos fundadores em comum com o IBP, a ABDIB se intitula entidade coirmã do Instituto, sendo comum boa parte da agenda das organizações, conforme aponta Paulo Godoy – empresário e presidente da organização à época do depoimento (PETRO&QUÍMICA, 2007, p. 23).

O arranjo empresarial apresentado no quadro de sócios-fundadores do IBP demonstra a tendência, em fins da década de 1950, de formação de alianças e parcerias entre o Estado, o capital privado nacional e estrangeiro para consolidar o processo de modernização industrial do país. Estas associações podem ainda ser observadas quando analisamos o papel exercido pelos intelectuais que idealizaram a organização.

Na sociedade política, Hélio Beltrão havia sido chefe de gabinete e da assessoria técnica do CNP, além de integrante da diretoria da Petrobras, período que foi responsável pela elaboração do plano de organização da empresa, chegando a presidente da companhia em 1985 (cf. Apêndice I). Além disso, Beltrão era acionista do Grupo Ultra, detentor da Ultragaz e com participações na Petroquímica União, demonstrando interesses particulares na formação do IBP.

Plínio Cantanhede participou de importantes cargos públicos, sobretudo durante o governo de Vargas. Em 1951, com o retorno de Getúlio, foi designado presidente do CNP, participando das comissões de construção das Refinarias de Mataripe e Cubatão. Saindo do CNP em 1955, pouco antes da fundação do IBP, passou a integrar a diretoria da privada Refinaria de Petróleo União, que também seria fundadora do Instituto. Conforme apresentado, foi ainda um dos idealizadores da ABDIB (cf. Apêndice I).

Tendo sido químico industrial da *Standard Oil* no início de sua carreira, Leopoldo Miguez de Mello ingressou no CNP em 1947, lá tendo ocupado os cargos de Chefe de Gabinete, Consultor da construção do Oleoduto Santos-São Paulo – empresa fundadora do IBP –, membro da Comissão Especial da Indústria Petroquímica, Assistente-Chefe de Oleodutos, Superintendente de Operações da Refinaria de Cubatão, dentre outros (RQI, 2018, pp. 29-30). Participou ainda da diretoria da Petrobras, a qual seu atual Centro de Pesquisas – o Cenpes – carrega seu nome.

2.3. O desenvolvimentismo e a macroestratégia pedagógica do IBP

Em 24 de maio de 1957, o *Instituto Sudamericano Del Petróleo* (ISAP) promoveu reunião na Argentina, com representantes da América Latina, para incentivar a criação de institutos de petróleo em cada um dos países do continente, proposta que atendia a aspirações

existentes no Brasil³⁹ (TN PETRÓLEO, 2007, p. 40). Assim como o IBP, no mesmo ano foi também fundado o *Instituto Argentino del Petroleo y del Gas* (IAPG), acatando a proposição do ISAP (BRASIL ENERGIA, 2007). Fundado em 1941 e tendo começado suas atividades no ano seguinte, o ISAP passou a membro de caráter consultivo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) em 1951. No período, o ISAP possuía 1.054 associados, entre membros corporativos e individuais, distribuídos entre 12 países. Nota-se que, apesar do caráter sul-americano, os Estados Unidos estavam entre os representados na organização, possuindo 17 membros corporativos e 97 individuais entre os associados (CEPAL, 1951).

A Cepal teve seu auge nos anos de 1950, propondo a industrialização dos países latino-americanos baseada na análise da relação centro-periferia. Criada em 1948, como um órgão integrado às Nações Unidas – ONU, a Cepal realizava pesquisas e relatórios em busca de soluções para os problemas latino-americanos, bem como procurava obter meios de cooperação para a superação destas condições pela via da industrialização, que seria a forma última de superar a pobreza e o subdesenvolvimento nas ditas nações de economia atrasada. A organização estimulava a intervenção econômica nos países em processo de industrialização, depositando no Estado o papel de promotor do planejamento econômico, captador e orientador de recursos financeiros – nacionais e estrangeiros – para setores estratégicos. Como citado anteriormente, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek foi estruturado com bases nos relatórios da Comissão CEPAL-BNDE.

O pensamento cepalino se baseava em uma estrutura dual, contrapondo a coexistência nos países subdesenvolvidos de um setor “arcaico” – ligado aos segmentos agrários ou tradicionais – e um setor “moderno” – identificado com a industrialização, a técnica, a urbanização –, sendo o último a expressão das forças de superação da condição de “subdesenvolvimento”. Entretanto, como destaca Francisco de Oliveira (2013, p. 29), a perspectiva “associada ao dualismo cepalino parece desconhecer que a primeira finalidade do sistema [enquanto modo de produção capitalista] é a própria produção”. Para o autor, a questão principal não é a negação da grande incorporação de conhecimentos que se inspiraram no modelo cepalino, mas sim romper com o conceito de “modo de produção subdesenvolvido” (*ibidem*, p. 31).

[...] No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse

³⁹ Cabe destacar, que tal reunião que estimulou a criação destes Institutos, ocorreu no mês seguinte a Petrobras ter anunciado – através de sua Resolução nº 7/57 – a criação de um “Instituto Brasileiro de Petróleo” próprio da empresa, mas que nunca se concretizou.

tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia.

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo. [...] (OLIVEIRA, 2013, pp. 32-3).

Não se opondo ao ingresso do capital estrangeiro e estatal em áreas que lhe convinham, a burguesia nacional forjou um projeto próprio, que correspondia à sua própria concepção de “nacionalismo”, sem defender uma industrialização autônoma. Como destaca Mendonça (1986, p. 67), no âmbito do projeto da burguesia nacional, só cabia ao Estado o investimento em áreas nas quais esta não tivesse capacidade de acumulação suficiente para desenvolver ou em áreas que envolviam problemas de “segurança nacional”. Da mesma forma, não se opunham à “colaboração externa” quando o capital, técnicos e equipamentos estrangeiros fossem orientados para áreas em que a indústria nacional não atendia o mercado de forma satisfatória. Portanto, não havia, neste momento, motivos para que esta cindisse com o ideário da Cepal, enquanto este fosse suficientemente eficaz na garantia da estabilidade social, situação que só se modificaria nos conturbados anos de 1963-64 (*ibidem*).

Seguindo o contexto de vinculação com a ideologia nacional-desenvolvimentista, a aproximação com a CEPAL é apresentada logo nos primeiros anos de vida do IBP. No Relatório de Atividades de 1960 (IBP, 1961), dentre as “atividades fim” do Instituto relatadas no ano foi apresentada:

1.12.2 - Cepal - Naciones Unidas

Recebemos a visita dos Srs. Dr. Helio da Rocha Tentilhão, Professor Assistente do CENAP e Dr. Zoltan Szabo T., Consultor Chefe para Indústria Químicas da Cepal – Naciones Unidas, que nos solicitaram apresentação ao Chefe da Divisão Técnica do Conselho Nacional de Petróleo e ao Dr. Leopoldo Américo Miguez de Mello, nosso Diretor e Chefe da Obra de Construção da Fábrica de Borracha Sintética da PETROBRAS (IBP, 1961, pp. 9-10).

Conforme seus fundadores, o IBP foi concebido como uma “entidade eminentemente técnica e com uma marca de isenção e independência, com o objetivo de promover a melhoria de qualidade do pessoal profissional” (TN PETRÓLEO, 2007, p. 41). Dentre suas atribuições estavam a formação e o aperfeiçoamento profissional, a organização de congressos e seminários, bem como a articulação entre a indústria e os fabricantes nacionais de equipamentos para promover o propalado desenvolvimento e a consolidação da dita indústria “nacional” de petróleo.

Apesar da dita atuação isenta – por ser supostamente “técnica” –, logo em seus primeiros anos de vida o IBP se aproximou dos chamados órgãos da “administração paralela” do Estado restrito, criados no governo de JK. Aproveitando-se da prioridade fornecida à indústria automobilística e ao modal rodoviário como eixos do desenvolvimento neste governo – o que aumentava a necessidade de combustíveis derivados de petróleo –, o IBP logo buscou se aproximar do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA)⁴⁰. Já em seu Relatório de Atividades de 1958 – o primeiro da entidade –, o IBP aponta que: “foi apresentado oficialmente ao GEIA, que se dispôs a cooperar com o Instituto, na realização de trabalhos conjuntos, nos setores automobilístico-petrolífero” (IBP, 1959).

Situando como consenso a ideia de um desenvolvimento benéfico ao conjunto da sociedade, o IBP acabava – e ainda acaba – por esvaziar o central da questão: quem são os indivíduos que se beneficiam com esta forma de desenvolvimento. Baseado na retórica desenvolvimentista, a formulação superestrutural de progresso e desenvolvimento forneciam a estratégia pedagógica central do empresariado industrial vinculado ao segmento do petróleo. Ou seja, ao situar o projeto das frações burguesas industriais representadas pelo Instituto como projeto nacional, ofuscavam o beneficiamento e os privilégios fornecidos a estas frações sociais – sobretudo pelo Estado restrito, do qual participavam internamente – sob a argumentação da possibilidade de um benefício coletivo à nação brasileira.

A ideia de superação da condição de “subdesenvolvimento” trazia a base necessária para a promoção do projeto do empresariado industrial, traduzindo ideologicamente este como o projeto de “todos” os brasileiros. A oposição entre o “moderno” e o “arcaico”, típica do discurso fornecido às economias capitalistas latino-americanas em processo de industrialização, apagava o sentido concreto do “subdesenvolvimento” como uma situação produzida pela

⁴⁰ De acordo com o CPDOC/FGV (2020): “O GEIA foi finalmente criado pelo Decreto nº 39.412, de 16 de junho de 1956, que regulou também as diretrizes básicas relativas à indústria automobilística brasileira. Coube ao novo órgão elaborar e submeter à aprovação do presidente da República os planos para as diversas linhas de fabricação de automóveis, adaptando-as às contingências da situação econômica nacional. Além disso, o GEIA deveria examinar, negociar e aprovar privativamente os projetos singulares referentes à indústria automobilística.

Ainda de acordo com o Decreto nº 39.412, o GEIA seria constituído por cinco membros natos: o ministro da Viação e Obras Públicas (presidente), o diretor-executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), o diretor-superintendente do BNDE, o diretor da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e o diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. O GEIA seria ainda assessorado por um conselho consultivo constituído por representantes dos institutos oficiais de tecnologia, dos sindicatos patronais, da indústria de autopeças, dos fabricantes de automóveis, dos produtores de aço e do comércio de veículos automóveis. O primeiro secretário executivo do GEIA foi Eros Orosco.

Ao invés de atuar de forma direta na fabricação de veículos, o governo procurou incentivar a participação de empresas privadas nacionais e preferencialmente estrangeiras, oferecendo-lhes estímulos fiscais, cambiais, creditícios e comerciais. Enquanto os investimentos estrangeiros deveriam ser encaminhados principalmente para a fabricação de veículos, caberia às empresas nacionais o subsetor de autopeças, devido à menor necessidade de capitais e à existência de vários produtores brasileiros operando no setor. O subsetor de autopeças, no entanto, veio a sofrer posteriormente uma forte tendência à desnacionalização”.

própria expansão do capitalismo mundial (OLIVEIRA, 2013, pp. 32-3), no qual o Brasil sempre ocupou uma posição dependente e periférica. Neste sentido, desenvolver a cadeia produtiva do petróleo supostamente tornava-se uma das metas necessárias para a superação do “modo de produção subdesenvolvido”, enquanto esta fosse uma forma de garantir a acumulação do empresariado.

Sendo este discurso sobre o dito “desenvolvimento” – possivelmente a estratégia em nível mais alto de abstração do IBP, sob a qual se desdobram todas as outras – o cerne da atuação pedagógica do Instituto na elaboração de um mais amplo consenso social, este possui suas raízes nas formulações das agências que elaboraram a ideologia nacional-desenvolvimentista da década de 1950. No entanto, este não desaparece conforme os resultados de sua própria atuação histórica em prol do “desenvolvimento”, ao contrário, a retórica se desdobra sob a mesma racionalidade, porém com outras roupagens. Nesta direção, é comum da estratégia discursiva dos principais intelectuais da organização a tradução de interesses das empresas por ela representadas como “interesses nacionais”. Este tipo de discurso visto é exemplificado no trecho abaixo da apresentação de Paulo Cunha – executivo do Grupo Ultra e presidente do IBP à época – do Relatório de Atividades do IBP de 1984.

Não obstante dificuldades comuns – pois o IBP como órgão atuante e dinâmico não ficou ao largo das vicissitudes da problemática brasileira – o trabalho voluntário de centenas de profissionais altamente capacitados e os resultados alcançados não só nos conferem excelente conceito e prestígio, como **nos credenciam a tomar iniciativas pioneiras na adoção de medidas que vão ao encontro dos mais altos interesses nacionais.**

[...]

Temos a convicção de que apesar de tudo o que o IBP realizou desde sua fundação, há ainda muito o que realizar, e que **mantendo aceso o ideal de colaborar para o desenvolvimento do país** juntos ainda faremos muito mais (IBP, 1985, *grifos meus*).

Assim, a formulação da ideologia nacional-desenvolvimentista contribuiu para sentar os fundamentos do “desenvolvimentismo” no país, desviando a atenção das relações entre as classes sociais em disputa e as beneficiárias destes processos. Emblemático para a análise dos deslocamentos da estratégia pedagógica operada pelo Instituto em sua atuação histórica, é que a “teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara”, como bem apontou Francisco de Oliveira (*ibidem*, p. 34) em sua “Crítica à Razão Dualista”.

Não obstante realizar a função de formular e disseminar as pautas das agências promotoras da ideologia nacional-desenvolvimentista, o IBP assumiu já em seu processo de fundação a responsabilidade de realizar a função em nível latino-americano. Buscando dar

continuidade ao que foi promovido pelo ISAP e ampliar o canal latino-americano dos Institutos propostos pela organização vinculada à Cepal, o IBP exerceu “função coordenadora” para avançar na formação dos Institutos em cada país (IBP, 1959):

O Brasil foi incumbido, na reunião Internacional de Buenos Aires, em maio de 1957, convocada pela então Seção Argentina do Instituto Sul Americano de Petróleo, de coordenar o movimento de criação de Institutos de Petróleo. Desde sua fundação, o IBP passou a trocar correspondência com a Argentina, Colômbia, Uruguai, Bolívia, Chile, Equador, México, Peru e Venezuela tendo-se constituído até o presente, Institutos de Petróleo na Argentina, na Colômbia e no Uruguai, além do Brasil. Acabamos de receber, já neste exercício, a comunicação da criação do Instituto Boliviano de Petróleo (*ibidem*, p. 6).

Portanto, foi no contexto da segunda metade dos anos de 1950, no qual o nacional-desenvolvimentismo se impunha como o ideário adotado pela nova fração dominante em consolidação no país – a burguesia industrial –, que se criou o IBP. Aliando o discurso das agências que formularam a ideologia “desenvolvimentista” no país à associação entre frações burguesas industriais brasileiras, estrangeiras e o Estado, o Instituto contribuiu para um projeto determinado de internacionalização da economia brasileira. A criação de uma série de organizações coletivas do empresariado no período, assim como o próprio IBP, explicitava a direção das frações que passavam a ser dominantes a partir de fins desta década.

2.4. O IBP e o contexto entre o final dos anos de 1950 e o Golpe de 64

Para a análise deste subitem cabe resgatar brevemente o contexto histórico apresentado desde o capítulo anterior, buscando demonstrar como os germens do contexto sócio-político do período em que o IBP foi criado já estavam dispostos no momento pregresso. Como vimos, o predomínio de uma economia baseada no modelo agroexportador se finaliza após a Revolução de 1930, com ela se inicia a criação de uma estrutura produtiva de bases urbano-industriais no Brasil, que, mesmo não sendo superior até 1956 – ano anterior à fundação do Instituto –, suplantou a participação na renda advinda da agricultura no país. A nova correlação de forças sociais que se vinha criando, o redirecionamento e a reformulação da ação estatal demonstram a criação de um novo padrão de acumulação, que para emergir necessitava da alteração dos mecanismos pelos quais o Brasil se inclinaria “naturalmente”, a atividade agroexportadora (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

Diferentemente das revoluções burguesas de caráter clássico, no Brasil a alteração das classes proprietárias rurais pela burguesia industrial não necessitou de um processo de ruptura total do modo de produção, mas sim de um deslocamento do padrão de acumulação. Se as

relações externas da economia eram controladas pelos proprietários rurais anteriormente – mantendo a reprodução do capital adequada ao modelo agrário-exportador e sem a existência de uma fração que tivesse condições político-econômicas de disputar como classe a direção do conjunto da sociedade –, no final da década de 1950, a tardia industrialização brasileira estimulada pela retomada dos interesses do capital internacional na América Latina do pós-guerra fazia com que novos mecanismos de dirigência precisassem ser elaborados.

O interessante é que, dentre estes mecanismos que dariam sustentação à “nova” fração dominante⁴¹, se configuraria como uma das questões centrais o desenvolvimento de uma racionalidade técnica que, por si, impunha a formação da mão de obra para forjar um novo tipo de trabalhador, adequado às “novas” estruturas produtivas para manter a continuidade do processo de acumulação capitalista. Neste sentido, organizações coletivas, APHs e outras entidades da classe dominante eclodiram no período, mantendo a direção produtiva deste novo padrão de acumulação e forjando o consenso sobre este.

Historicamente, após a Segunda Guerra Mundial (1939-45) uma crescente onda de liberalismo dominou o mundo ocidental. Havia forte pressão em nível internacional contra os modelos de planejamento econômico baseados no intervencionismo estatal. Tal situação surgia como uma polarização contra os regimes políticos que lembravam os fascismos existentes na Europa até o período da guerra. No entanto, este neoliberalismo que se vinha disseminando correspondia à hegemonia dos Estados Unidos como principal potência mundial, bem como a expansão de sua atuação no mercado global. No cenário nacional este neoliberalismo surgiu como movimento de oposição ao contexto político do chamado “Estado Novo” que, apesar de corresponder a um centralismo de poder e um forte sentimento nacionalista, continha forças políticas internas bastante heterogêneas (MENDONÇA, 1986, p. 40).

No pós-guerra, com o retorno do foco das economias centrais aos países que possuíam bases agrário-exportadoras – forma econômica dominante dos chamados país subdesenvolvidos à época – para expandir o processo de acumulação capitalista global, o pensamento da Cepal ganhou destaque ao entender que o processo de industrialização na América Latina não garantia a acumulação necessária para a própria continuidade de desenvolvimento do setor industrial (HAFFNER, 2002), sendo, portanto, necessária a introdução de um planejamento que fornecesse as necessidades internas para esta industrialização. A organização creditava ao

⁴¹ Não seria nova, pois no sentido de deslocamento do eixo de acumulação, tratado no capítulo anterior, a “velha” burguesia agrário-exportadora não deixou de ser dominante, mas deslocou a base material na qual anteriormente se sustentava para outro padrão. Contribuiu para isso o papel intervencionista do Estado que, portando uma autonomia relativa, flexionava para outro sentido o eixo de acumulação.

planejamento e à interferência estatal as condições necessárias à modernização econômica, através do melhoramento dos métodos produtivos das economias periféricas e do aumento da produtividade do trabalho. O progresso da técnica era tratado como condição indispensável ao planejamento estatal, uma vez que a disponibilidade de mão de obra adequada era uma questão a ser resolvida para o avanço da estrutura produtiva nestes países.

Apesar de suas diferentes formas de atuação política, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek direcionaram seus governos ao desenvolvimento interno do capitalismo, alavancando-o através do processo de industrialização. Vargas introduziu o conceito de planejamento na economia brasileira através de três frentes principais, caracterizadas pela sua operacionalidade: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a Assessoria Econômica e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Em seu governo as iniciativas tiveram maior caráter de comando estatal, buscando a superação da condição histórica de “atraso” econômico por esta via. Vale destacar que havia relativa descrença do governo no impulsionamento do desenvolvimento através da participação de capitais estrangeiros – apesar de o próprio Vargas não ter uma clara posição, como vimos anteriormente –, sobretudo em setores estratégicos mais desejados, como o do próprio petróleo (*ibidem*).

No entanto, a estratégia populista de Vargas em seu segundo governo mantinha certo conflito com as classes dominantes que tinham compromisso com o capital internacional. Grande parte do Congresso adotava posições internacionalizantes, seguindo o curso do governo Dutra, que teve uma postura de alavancar o setor privado, tanto nacional, quanto estrangeiro. Embora o governo de Vargas ser tido por muitos como “nacionalista”, em sua administração foi permitida a entrada de capitais estrangeiros em setores como os de mineração, petróleo e petroquímica, garantindo o alinhamento às recomendações da Cepal de criar infraestrutura eficiente para o processo de industrialização (*ibidem*).

Já o governo de JK retomou o discurso “nacionalista”, ainda que sob outras bases, após a breve guinada liberal do governo Café Filho, entre 1954 e 1955, tendo o legado institucional e financeiro deixado por Getúlio como base. Entretanto, a diferença que pode ser tratada como mais profunda entre as estratégias consiste na relação mais direta da administração de JK com investidores, nacionais e internacionais, mantendo condições políticas de crédito vantajosas a estes. Esta direção diminuía as resistências dos investidores ao governo, permitindo o arranque do processo de industrialização a partir das bases deixadas por Vargas. Portanto, mantinham-se as ideias “nacionalistas” e desenvolvimentistas de Vargas, mas por outro viés.

Devido ao acúmulo de experiências parciais de política econômica, o governo Kubitschek pôde lançar um ambicioso programa de planejamento estatal, o Plano de Metas,

originado das análises do grupo CEPAL-BNDE, formado em 1952. Tal programa se definiu como um marco nas relações entre o Estado e a economia no Brasil, integrando pela primeira vez atividades de capital público e privado, nacional e estrangeiro, sob o controle do governo. Este definia as prioridades de investimento, direcionando os capitais para áreas estratégicas através de políticas de facilitação aos investidores. Neste sentido, a direção política do governo fez com que os capitais nacionais se associassem aos estrangeiros, buscando os primeiros se beneficiarem também destas políticas de facilitação de investimentos externos (MENDONÇA, 1986).

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek continha, entre as metas 1 a 5, o desenvolvimento do setor energético, dentre os quais estavam a energia elétrica, nuclear, o carvão e a produção de petróleo. Este Plano foi a frente principal de seu governo, que mantinha certa ambiguidade estratégica, pois por um lado aproveitava o discurso nacionalista de Getúlio, mas por outro apostava em um desenvolvimento diretamente vinculado ao capital estrangeiro. O que se camuflava com a correria direcionada pelo “nacionalismo” dos anos 1950 era o aprofundamento da dependência econômica e tecnológica do Brasil em relação aos centros hegemônicos, sobretudo os Estados Unidos. Além disso, o que se escondia na política nacional-desenvolvimentista do período era a articulação política dos empresários industriais, fornecendo uma visão distorcida sobre a relação destes com as empresas estatais e estrangeiras, a qual o golpe de 1964 deixou mais claro (*op. cit.*, 1986, p. 61).

Os interesses do grande capital estrangeiro no Brasil cresceram de forma rápida e estável através da política de desenvolvimento de JK, que estava em seu mandato presidencial quando o IBP foi criado. Tornando-se força socioeconômica dominante no período, criaram uma estrutura de poder político de classe do bloco multinacional, corporificado em uma “*intelligentsia* empresarial” (DREIFUSS, 1981, p. 71). Tais agentes sociais se configuraram como verdadeiros intelectuais orgânicos do bloco em conformação, sendo eles diretores e proprietários de corporações, administradores de empresas, técnicos, executivos estatais e oficiais militares. Para Dreifuss (*ibidem*), as análises dos *think tanks* mistos do BNDE-CEPAL e da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1953-54, que forneceram as bases para o Plano de Metas de Kubitschek (*ibidem*, p. 75-76).

Durante a segunda metade da década de 1950, buscando ampliar seus canais políticos de expressão, o empresariado avançou na criação de diversos núcleos de representação de seus interesses através da própria estrutura corporativa. Neste sentido, organizações civis foram criadas, além da promoção de congressos para a discussão de questões específicas das frações burguesas industriais. Dentre os canais de expressão de classe podem ser destacados a fundação

do Fórum Roberto Simonsen – ligado à Fiesp e à Ciesp –, em 1955, e a realização de Encontros Gerais da Indústria no período. Mendonça (*op. cit.*, p. 68) aponta que no período de 1955-62 o Fórum Roberto Simonsen era frequentado por intelectuais do Iseb⁴² e que, no período precedente ao golpe de 1964, estes haviam sido substituídos por conferencistas da ESG.

Assim como em momentos precedentes da conjuntura política, a ideia de “segurança nacional” veiculada pelos militares trazia o projeto dos grupos dominantes em seu seio. Além do alinhamento de valores dominantes, empresários e militares possuíam elos mais concretos no período em questão, a participação dos militares na empresa privada era um fato, apesar de menor do que em agências da tecnoburocracia estatal (DREIFUSS, 1981, p. 78). Neste sentido, a ESG foi um dos veículos de educação e treinamento do bloco dominante de extrema relevância, a qual suas “turmas eram levadas anualmente aos Estados Unidos em viagens minuciosamente preparadas completando assim um ano de informação dirigida” (*ibidem*, p. 79). A ESG disseminou nas Forças Armadas ideias de investimento associado aos valores empresariais multinacionais e a uma ação estatal guiada por razão técnica. A Escola organizava seminários e conferências, além de realizar a formação de agentes formuladores e disseminadores do ideário promovido pelos interesses multinacionais e seus associados. Nestes eventos eram constantes a presença e condução de palestras por empresários e agentes que ocupavam cargos de direção em organizações estatais.

Com o fim da Segunda Guerra e a segregação do mundo em dois blocos pela Guerra Fria, os Estados Unidos criaram o *National War College*. Após visita à escola em 1948, pelo general Salvador César Obino, foi criada no Brasil a ESG, em 1949, seguindo os mesmos moldes da instituição estadunidense. A ESG foi criada como um instituto de altos estudos de

⁴² Possuindo inspiração nas ideias da Cepal e sendo o principal intelectual coletivo responsável pela elaboração e promoção da ideologia nacional-desenvolvimentista no Brasil, o Instituto Superior de Estudo Brasileiros (Iseb) foi criado em 1955. Criado como órgão do Ministério de Educação e Cultura, o Iseb se tornaria uma verdadeira “fábrica de ideologias” que legitimavam as transformações econômicas em curso (TOLEDO, 1978 *apud* MENDONÇA, 1986, p. 62). O Iseb se voltava à elaboração de pesquisas direcionadas à problemática do desenvolvimento brasileiro e proposição de suas formas de superação, realizava também cursos e palestras nas quais difundiu amplamente sua matriz de pensamento. Defendia a ideia da coexistência de dois setores sociais antagônicos no país, um “moderno” – identificado com a urbanização e com bases sociais dinâmicas capazes de superar a condição de subdesenvolvimento no país – em contraposição ao “arcaico” – vinculado às forças agrárias, que seriam a condição de atraso que impunha um papel subsumido do país em relação às nações hegemônicas do capitalismo, o qual deveria ser superado para transcender tal posição (*idem*, 1986).

Não havia consenso entre os intelectuais do Iseb, tendo ocorrido a predominância interna do pensamento de diferentes intelectuais em momentos históricos distintos. No entanto, no período em questão, a transformação do Brasil em uma “nação desenvolvida” assentava-se em uma ideia de evolução interna do capitalismo, baseada na técnica, com a qual se poderia superar o “atraso” econômico do país, sendo a industrialização a diretriz primeira e a burguesia industrial nacional o “sujeito” portador da possibilidade de realizar esta transição. Portanto, sendo a industrialização o objetivo da burguesia nacional, esta era tida com “portadora da autêntica ideologia nacional” (*ibidem*, p. 63). Neste sentido, o alcance do objetivo primordial desta fração social, que seria um suposto “desenvolvimento”, se configurava como representação de todos os setores progressistas existentes na sociedade.

política, defesa e estratégia integrado ao Ministério da Defesa, tendo na aproximação com militares dos Estados Unidos suas raízes. Para a implantação da escola brasileira, foi enviada uma missão militar do país ao Brasil. Dentre os principais membros da ESG, destacou-se o general Golbery do Couto e Silva, que se dedicou a formular a “Doutrina de Segurança Nacional”, também conhecida como “Doutrina da Interdependência”.

A ESG contribuiu para a disseminação de valores atrelados à centralidade da empresa privada no processo de crescimento econômico nacional e à ênfase na racionalidade técnica empresarial. Tal conjunto de valores era constantemente apurado e disseminado por intelectuais orgânicos empresariais, que organizavam seminários e conferências em diversas organizações de classe e na própria ESG (*ibidem*, p. 74). A ESG era um “reduto político e ideológico” (*ibidem*, p. 78) que se alinhava à perspectiva dos interesses multinacionais de direcionar o processo de desenvolvimento para a criação de uma sociedade capitalista industrial no Brasil. Dentre empresários e militares que compunham as fileiras da organização e eram conferencistas nos eventos da Escola podemos apontar nomes vinculados à ala militar, às organizações do empresariado e a cargos de direção no Estado restrito anteriormente citados neste trabalho, como o do general Juarez Távora, Roberto Campos, Eugênio Gudin e outros.

A plataforma ESG/ADESG – Associação de Diplomados da ESG – serviu como “laboratório de ideias e de campo de prova para projetos”, possibilitando um espaço de enorme contribuição ao debate entre empresários e militares para a formulação ideológica que era disseminada por estes grupos (*ibidem*, p. 114). Sendo mais tarde sedimentadas no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, que passou a contribuir como espaço ideológico e organizativo do empresariado e de militares para o golpe empresarial-civil-militar de 1964 (*ibidem*). Nesta direção, os intelectuais que compunham o IBP seguiram a mesma tendência de diversas outras organizações do empresariado conformadas no período, acumulando cargos de direção de companhias privadas e estatais, contribuindo para a formação de um “complexo financeiro-industrial estatal integrado de produção e domínio” que criou raízes na década de 1950 e se expandiu no governo de Juscelino Kubitschek (*ibidem*, p. 72).

Dentre estes, podemos apresentar a vinculação dos próprios idealizadores do IBP com o desenvolvimento desta ideologia. Leopoldo Miguez de Mello foi diplomado na turma de 1953 do Curso Superior de Guerra (ESG, 2020). Plínio Cantanhede também foi diplomado no mesmo curso na turma de 1954 (*ibidem*), além de ter sido presidente da ADESG nacional em 1955 e receber a Medalha de Mérito da Associação em 1961 (ADESG, 2020). Já Hélio Beltrão, o mais ilustre dos idealizadores do Instituto, traz em seu livro “Descentralização e Liberdade” (1984)

textos de uma aula inaugural dos Cursos e de uma conferência proferida por ele na ESG, respectivamente em 1969 e 1981.

Além dos vínculos de seus idealizadores, o IBP costumava manter um alinhamento com a ESG de forma mais sistemática, enviando representantes de sua diretoria para realizar o Curso Superior de Guerra anualmente, através da concessão de vagas realizada pela Escola ao Instituto. O primeiro a realizar o curso por indicação do IBP foi Eduardo Difini – diretor da Refinaria de Manguinhos, acionista da Metanol e presidente do IBP entre 1986-95 – e o segundo Antônio Seabra Moggi – Chefe do SSAT no CNP, Superintendente do Cenap na Petrobras e um dos fundadores do IBP –, conforme abaixo.

1.7.7 - Escola Superior de Guerra

Concedeu-nos essa Escola, mais uma vez, uma vaga para o Curso Superior de Guerra a ter início em 1962. O nosso representante desta feita será o Eng. Antonio Seabra Moggi, Superintendente do Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas da PETROBRAS e associado do IBP.

Aproveitamos o ensejo para transcrever aqui o ofício nº 67 do Exmo. Sr. Gal. Comandante da Escola Superior de Guerra cujo teor fala, por si mesmo, dispensando comentários, a propósito do Dr. Eduardo D. Difini, primeiro candidato indicado pelo IBP para a Escola Superior de Guerra.

“1 - Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de V. Excia. o magnífico conceito que deixou nesta Escola, o ex-estagiário Dr. Eduardo Demarchi Difini indicado por esse Instituto, para cursar a ESG no ano de 1960.

2 - Durante os trabalhos letivos, destacou-se pela pontualidade, interêsse, inteligência, método e capacidade, revelando possuir cultura e alto espírito público.

3 - Esta Escola sente-se feliz, quando os órgãos proponentes indicam estagiários de elevado nível intelectual e moral, correspondendo aos objetivos visados por este Instituto. Daí justificar-se o pronunciamento que agora faço, sobre a atuação do Dr. Eduardo Demarchi Difini, como prova da nossa gratidão e reconhecimento à colaboração proveitosa de V. Excia.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de meu elevado aprêço e distinta consideração.

ass. General-de-Exército José Daudt Fabricio
Comandante da E.S.G” (IBP, 1962, p. 16).

Demonstrando a importância pedagógica da ESG na formação de altos quadros intelectuais capazes de formular e multiplicar valores empresariais, baseados em um modelo de desenvolvimento associado aos interesses multinacionais e a uma ação estatal orientada por uma racionalidade técnica, que buscava apagar o viés político dos interesses contidos nesta ação, Dreifuss (1981) aponta que:

[...] a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não “políticas”. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional. [...]

A ESG impulsionou e difundiu um sistema fechado de idéias baseado na aceitação de premissas sociais, econômicas e políticas que raramente se faziam explícitas além da visão estática de uma sociedade eternamente dividida entre elite e massas. Esse

sistema de idéias [...] encontrava a sua “razão de ser” em relações supostamente permanentes e mesmo naturais de posse e “apropriação” privadas. Essa linha de pensamento excluía teoricamente e evitava praticamente qualquer transformação estrutural, permitindo no entanto uma modernização conservadora. [...] O argumento em prol do desenvolvimento era apresentado na ESG somente por empresários, tecno-empresários e, em menor escala, por políticos, assim como por convidados estrangeiros, tanto civis quanto militares.

[...] era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas. Os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração política e objetivos empresariais na ESG. [...] Compartilhando a ideologia de segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários viam a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial.

Neste sentido, a forma de pensar o desenvolvimento pelos intelectuais do IBP no período era fundada em padrões semelhantes aos difundidos pela ESG. Para isto cabe recorrer a depoimentos do próprio Moggi (*in* FGV/PETROBRAS, 1988), quando descreveu sua experiência no Curso Superior de Guerra da ESG, buscando demonstrar os claros alinhamentos entre o processo educativo desenvolvido pela Escola e as estratégias pedagógicas do IBP para a obtenção do consenso.

A Escola Superior de Guerra era tida como o cadinho do pensamento militar da nação, impondo ou encaminhando para um tipo de ditadura militar, com um pensamento muito ortodoxo. [...] O curso superior de guerra da Escola Superior de Guerra pretendia formar uma mentalidade de estadistas, de pessoas que compreendessem o problema nacional, contribuíssem para a sua solução, pela sua especialização e bagagem de conhecimento de cada área, e também aprendessem como o governo funciona, em termos de Secretaria Geral de Segurança Nacional, coisa que só se veio a concretizar ao final do curso.

[...] nesse período inicial, e que se pretendia – eu vou voltar a repetir – era criar uma cultura comum, um conhecimento mútuo das palavras, dos vocábulos que eram usados durante o curso, para que não se tivesse que definir a todo momento o que se queria dizer. Porque o grande problema da comunicação é que o órgão emissor da idéia nem sempre é compreendido pelo órgão receptor. Há o que se chama de “ruídos na linha”, ruídos semânticos, até. Uns entendiam o que era fundamento, outros o que eram grupos de pressão, outros entendiam de maneira diferente qual o significado de fatores de formação dos pensamentos (MOGGI, 1988, pp. 192-3 *in* FGV/PETROBRAS, 1988).

Demonstra-se com o trecho que o Curso Superior de Guerra pretendia a formação de intelectuais que iriam ocupar altos cargos de gestão – inclusive no Estado restrito –, necessitando, portanto, que as “mentalidades” destes intelectuais estivessem em acordo com uma “cultura comum” – a mesma disseminada pela ESG –, em vias de possibilitar a formação de um pensamento alinhado sobre o “problema nacional” que permitisse a contribuição, “pela sua especialização” – tida como técnica –, para a solução destas questões. Não somente a questão do aprendizado e alinhamento ideológico estavam em questão para a ESG, mas a persuasão do discurso destes intelectuais orgânicos em formação era um elemento-chave do

processo educativo. Para isso, a preocupação com o comportamento, com o “conhecimento mútuo das palavras, dos vocábulos”, voltado a transmitir uma informação clara e concisa com vistas a multiplicar consensos, possuía enorme centralidade pedagógica – tanto internamente para o curso, como para a posterior atuação destes intelectuais na sociedade civil.

A racionalidade técnica, além de pertencer ao componente ideológico da formação, possuía sua dimensão aplicada. Neste sentido, a pedagogia utilizada pela ESG propunha, já durante o processo educativo, desenvolver o caráter aplicável dos conhecimentos técnicos prévios dos intelectuais em formação em busca de possibilitar, posteriormente na sociedade civil, a formulação de táticas de ação para alcançar os objetivos ideológicos formulados e disseminados pela Escola.

Finalmente, o último período foi o de reunir todos esses conhecimentos. [...] Essa monografia era sobre um tema afim, ligado à nossa capacidade profissional: [...]. A mim coube falar sobre a indústria automobilística, a indústria de petróleo, a indústria alimentar ...

No período de planejamento, a Escola era dividida em departamentos e nós nos convertíamos em uma espécie de Secretaria de Segurança Nacional, que ia “botar o dedo na ferida” e fixar o que, a nosso ver, seriam as estratégias para desenvolver o Brasil e ocupar os espaços vazios e as táticas de ação para conseguir atingir esses objetivos. Era, enfim, todo um planejamento, um “faz-de-conta”, do que na opinião daquele grupo, naquele ano, era importante para o Brasil evoluir do ponto em que estava para uma segunda ou terceira etapa no futuro (MOGGI, 1988, pp. 192-3 *in* FGV/PETROBRAS, 1988).

Além da aplicabilidade futura dos ensinamentos ideológicos, estava em pauta a possibilidade de utilização dos aprendizados especificamente em sua área profissional – técnica – de atuação, que já era de certa forma predefinida, uma vez que as organizações convidadas a participarem do curso eram as passíveis de promoverem um desenvolvimento alinhado aos preceitos doutrinários da Escola. Devido à especificidade da área profissional do depoente, era clara a busca pela interface entre a forma de desenvolvimento “nacional”, preconizada pela ESG, e a área industrial do petróleo – sobretudo, mas não estritamente –, bem como suas possíveis frentes de expansão, como no caso da indústria automobilística, prioridade industrial desde o governo de JK e segmento possível de aproximação para o IBP, conforme aproximação do Instituto com o GEIA desde 1957.

Segundo o pensamento da Escola e de seus intelectuais em formação, a condição para a saída da situação de “subdesenvolvimento” se vinculava à formação de uma elite, uma “*intelligentsia* empresarial” capaz de ser a vanguarda do processo de desenvolvimento. Tido como um “grupo especial”, por corporificar os interesses burgueses, seriam estes

“especialistas” as lideranças – como abaixo, “*brain-trust*” – capazes de orientar as organizações, inclusive as decisões do Estado, para garantir à “nação” o desenvolvimento.

Aí também se sobrelevou a importância do ser humano, da política educacional, como um dos mecanismos principais para que o país saísse do seu estágio de subdesenvolvimento. Se não se tiver o ser humano, pode-se ter os recursos minerais, a população, a área, tudo, mas se vai continuar subdesenvolvido. Então, é importante a formação de uma elite: não uma elite no sentido financeiro, de gente rica, mas uma elite pensante, uma *intelligentsia*. Era extremamente importante tê-la no país, para que esse grupo especial, esse *brain-trust*, pudesse realmente desencadear um *take-off* da nação naquilo em que ela encontrasse brechas no exterior, onde outros não tivessem ainda procurado fazer, e, aproveitando-se disso, lançar-se para um desenvolvimento maior.

O aspecto energético foi abordado mais profundamente porque, como se sabe, energia é algo que não se exporta. As nações desenvolvidas não exportam energia. Ao contrário, elas consomem. As subdesenvolvidas é que cometem esse absurdo de exportar energia, exportar petróleo e tal. As grandes nações têm que montar um esquema de máximo aproveitamento dos recursos energéticos que têm ou que possam comprar do exterior. Isso é o que faz também uma empresa se desenvolver. É uma parte integrante muito ponderável da infra-estrutura da nação, que se compõe de estradas, hospitais, meios de transporte fáceis, recursos energéticos, recursos minerais, e, mais importante do que tudo, capacidade gerencial, sem a qual nada disso se arruma direitinho. [...] (MOGGI, 1988, pp. 200-1 *in* FGV/PETROBRAS, 1988).

Ademais, para alcançar essa transição era necessária a utilização da mesma lógica da empresa privada no desenvolvimento, ou seja, a racionalidade técnica e a capacidade de gerenciamento. Utilizando-se destes preceitos, este seletivo grupo de intelectuais seria supostamente capaz de garantir ao conjunto da sociedade a saída da condição de nação subdesenvolvida. E eram, ainda, os laços entre os membros deste *petit comité* – formado por empresários, políticos dispostos no Estado estrito e militares – que contribuíam para o próprio desenvolvimento interno do distinto grupo, relações estas típicas da lógica militar. Entretanto, é interessante observar como a questão energética se assentava na ideia de “segurança nacional”, ainda que mais recentemente a defesa do IBP tenha se deslocado quase que por completo – a não ser pelo alinhamento aos interesses multinacionais – quando passou a defender a abertura do mercado de petróleo no país.

O engenheiro aponta ainda que a composição das turmas da ESG eram de “Deputados, profissionais liberais, empreiteiros, representantes de sindicatos...”, sendo talvez “o que houvesse menos eram coronéis e generais” (*ibidem*, p. 196). Portanto, o foco da Escola se atinha, sobretudo, ao empresariado, seus prepostos e membros do Estado estrito, possibilitando estabelecer uma relação de alianças, tanto individuais, como institucionais, para liderar o conjunto da nação ao desenvolvimento através de uma racionalidade militar, empresarial e completamente excludente em relação aos que não participavam do distinto grupo da elite. A

demonstração da criação destes laços de classe, como uma das potencialidades disponibilizadas pelos cursos da ESG aos seus participantes, pode ser apreendida no trecho abaixo.

Eu achei o curso rico de ensinamentos e de contatos pessoais que fazíamos. Ampliávamos nosso campo de conhecimentos, conhecíamos gente. Amanhã, se precisássemos de um aconselhamento em um determinado campo que não o nosso, já sabíamos a quem procurar. Se não fosse aquele ex-colega de turma, ele, certamente, poderia indicar um outro. Foi aí que conheci o Candal, que depois veio a ser presidente da Petrobras⁴³, e muitos outros generais, coronéis e deputados (*ibidem*, p. 199).

Além do arcabouço ideológico já apresentado, o ideário desenvolvimentista, tido como benéfico à nação, carregava em seu seio a associação com o capital estrangeiro. A aproximação dos militares brasileiros aos estadunidenses, o alinhamento dos ideais empresariais aos militares e a irradiação desta ideologia dentro da burguesia industrial e dos círculos de intelectuais propunha o alinhamento do Brasil à sua potência hegemônica, os EUA. Estes vínculos ideológicos eram realizados por viagens sistemáticas dos educandos da ESG aos EUA, buscando desenvolver a heteronomia necessária para a adesão aos interesses deste país. Como aponta Moggi, no Curso Superior de Guerra, “havia até uma visita aos Estados Unidos, para conhecer o Centro Estratégico de Comando Aéreo dos Estados Unidos e visitar os submarinos atômicos, algo a que nunca mais se teria acesso na vida para ver” (*ibidem*, p. 198).

A internacionalização da economia, acelerada durante a administração de JK, transformou a morfologia da classe dominante brasileira que passou a despontar como uma fração burguesa vinculada ao capital estrangeiro, ainda que ocupando um espaço de subordinação a este. Tendo formulado um projeto hegemônico na sociedade civil e no Estado restrito (incluindo as Forças Armadas neste), a nova fração da burguesia se alinhava aos padrões monopolistas de acumulação e reprodução internacionais do capital.

O nível de intervenção e funcionalidade que o Estado tinha alcançado no processo de acumulação durante o final dos anos de 1950, o fervor de parte da burguesia em ganhar espaços de acumulação vinculados às empresas estatais e as identificações de tipo “nacionalista” que passaram a emergir entre altos funcionários e técnicos do Estado, trouxeram receio de perda do controle burguês sobre a situação e, conseqüentemente, da possibilidade de danos à acumulação da iniciativa privada. A ameaça de uma espécie de “autonomização institucional” de funções do Estado e de nacionalização de determinadas estruturas, que poderiam servir como bases de

⁴³ Trata-se de Arthur Duarte Candal da Fonseca, presidente da Petrobras entre 1967 e 1969, durante o governo do general Costa e Silva.

um processo de centralização do poder, soavam como uma possibilidade de perda do monopólio do poder estatal pelo próprio poder burguês (FERNANDES, 2006, pp. 377-8).

Nesta direção, o arranjo político-social instituído pelos interesses industriais, desde inícios da década de 1960, já possuía envergadura organizacional suficiente para abandonar qualquer plataforma nacionalista que fosse contrária ao capital estrangeiro, portanto, já não era necessário o apoio ao pacto populista (MENDONÇA, 1986, p. 68). Ao final do governo de JK, o modelo de desenvolvimento proposto perdeu prestígio dentro burguesia industrial, que já havia conquistado lugar de destaque no processo de dominação. O bloco histórico estruturado dentro das condições específicas do Brasil, que integrava diversas classes sociais sob a direção do poder oligárquico-industrial, enublado a força política deste e permitindo – mesmo que de forma controlada – uma maior participação política de frações subalternas, poderia deixar para trás sua forma de atuação (DREIFUSS, 1981, p. 43).

Entretanto, foram as próprias massas de trabalhadores urbanos que passaram a denunciar o pacto populista, entendendo que, além de não participarem dos ganhos alcançados, percebiam a deterioração de suas condições dentro do nível da renda nacional que já havia sido alcançada. A crise que se inicia a partir do período de JK, e se acelera no início dos anos de 1960, emergia não como uma crise de realização do capital de tipo clássico, mas como uma contradição política devida da assimetria dos ganhos oriundos do avanço da produtividade e da expansão do sistema como um todo (OLIVEIRA, 2013, pp. 87-8). Cabe lembrar que, no contexto capitalista dependente em que o país se inscreveu no âmbito da nova forma monopólica de acumulação internacional do pós-guerra, as taxas de sobre-exploração do trabalho em relação às condições de reprodução desta mesma força de trabalho são elevadas a níveis bem mais altos do que os das economias centrais, fazendo desta situação, por vezes, focos de agitação popular diante da constatação de que os trabalhadores participam da expansão capitalista – mais visíveis em momentos de alto crescimento como o final dos anos de 1950 –, mas não dos ganhos atrelados a ela.

Cabe destacar ainda a rapidez de crescimento da produção de petróleo no período do governo de Juscelino, possibilitado pelo arranjo que inseriu o Estado como investidor neste segmento, que saltou de 2 milhões de barris por ano, em 1955, para 30 milhões, em 1960 (MENDONÇA, 1986, p. 12). Entretanto, vale observar que o crescimento deste setor possui íntima vinculação com o pilar principal do padrão de acumulação no período, a implantação da indústria automobilística (*ibidem*), baseada em uma produção realizada por companhias multinacionais.

Estando entre as poucas organizações brasileiras do empresariado criadas em meados do século passado ainda ativas, o período de criação do IBP vincula-se ao momento em que estas entidades do empresariado se expandiram consideravelmente em busca de consolidar a hegemonia das frações burguesas industriais. Apesar da declaração de que “teve suas atividades originais restritas essencialmente ao ambiente técnico e científico, sendo-lhe expressamente proibida qualquer atividade de natureza política ou partidária” (BRASIL ENERGIA, 2007, p. 77), tal atuação permeia todo o contexto de existência do Instituto, mesmo ao analisar os antecedentes de sua criação. Da mesma forma, apontar que a atuação política não estava prevista em sua Ata de Fundação, pois no período de sua criação não se imaginava que o monopólio do petróleo exercido pela Petrobras seria um dia extinto e que a defesa de uma concepção de indústria integrada pelos sócios-fundadores conduziu a uma necessária atividade política (*ibidem*), descontextualiza o histórico concreto de atuação de seus intelectuais e associados.

3. DO GOLPE AO “MILAGRE”: O AMADURECIMENTO DO APH

Neste capítulo pretende-se, partindo das tímidas iniciativas nos primeiros anos de atividades do IBP, demonstrar o seu amadurecimento enquanto organização de condensação de interesses do empresariado industrial do petróleo e indústrias correlatas. Para isso, o capítulo apresenta algumas de suas primeiras modalidades de atuação, buscando desdobrar as formas pelas quais estas primeiras ações abriram espaço para o crescimento da organização e para a formação de uma orientação pedagógica que se dinamiza e complexifica no amadurecimento do Instituto.

Parte-se do momento pregresso ao Golpe de 1964, para demonstrar como a relação entre capital “nacional”, estrangeiro e o Estado formularam formas de elevar os níveis de acumulação privadas através do chamado “planejamento estatal” – tido como “neutro”. Demonstra-se como, penetrando cada vez mais o Estado estrito, organizações de representação do empresariado, como o IBP, garantiam os interesses de acumulação de parcelas da burguesia traduzindo-os como “interesses nacionais”.

3.1. Das primeiras ações à relação orgânica sociedade política-sociedade civil no IBP

Conforme constava dos Estatutos do IBP, dentro de seus objetivos fundamentais, constava “favorecer e incentivar a formação e aperfeiçoamento de pessoal habilitado a atender às necessidades da indústria do petróleo” (IBP, 1960, p. 1). Neste âmbito, em seus primeiros anos o Instituto serviu como “articulador da realização de estágios” (*ibidem*, p. 2) entre suas empresas associadas – sobretudo refinarias – e estudantes de ensino médio e superior. Da mesma forma, o IBP intermediava a disposição de vagas de cursos de treinamento entre as instituições promotoras e suas associadas (*ibidem*). Alguns cursos promovidos pelas próprias associadas e por outras organizações eram divulgados ano a ano, com vagas oferecidas ao IBP, como cursos no Instituto de Pesquisas Rodoviárias e na Escola Fluminense de Engenharia (*idem*, 1961, pp. 7-8). Anualmente o Instituto recebia pedidos de estágio de diversas escolas – por exemplo, da Escola Nacional de Engenharia, Escola Politécnica da Universidade Católica, Escola Nacional de Química, Escola Técnica Rezende Rammel, Escola Técnica de Química Industrial, Escola Superior de Química, dentre outras (*ibidem*, p. 8) – e encaminhava estudantes para estágio em suas associadas, como na Refinaria de Manguinhos, na Cia. Brasileira de Estireno, na Refinaria de Manaus (*ibidem*, p. 18), na Refinaria União e na Refinaria Landulpho Alves (*ibidem*, p. 31).

Portanto, nesta fase inicial, não atuava diretamente nas ações formativas, mas sim como um articulador intermediário entre as instituições. Somente cinco anos após a sua fundação, em 1962, que o Instituto veio a promover um curso próprio, denominado “Erros e Precisão de Medidas”. Realizado no Cenap, espaço cedido pela Petrobras, o curso foi destinado a profissionais especializados de nível superior e ministrado por professores da Escola Nacional de Química (IBP, 1963, p. 22). No entanto, a realização de cursos propostos pela organização não manteve frequência dentro do rol de atividades desenvolvidas pela organização nos primeiros anos de sua atuação.

Além destas atividades, nestes primeiros anos o Instituto publicava o Boletim do IBP – contendo trabalhos e artigos técnicos, bem como soluções adotadas pelas empresas para problemas internos –, que possuía uma maior regularidade, e organizou a publicação do livro “Economia do Petróleo”, contendo as descrições de um ciclo de conferências que havia sido realizado (IBP, 1960, p. 5). No período foi também realizado o “I Seminário do IBP”, sobre o tema “Corrosão” (*idem*, 1962, p. 5).

Nota-se claramente em seus relatórios que, em seus primeiros anos, sua atuação voltou-se ao desenvolvimento do nascente complexo industrial de petróleo no Brasil, sobretudo, voltando suas atividades mais sistematicamente à elaboração de especificações, normas, terminologia e organização das atividades industriais realizadas entre as empresas associadas ao Instituto. As atividades realizadas pelo Instituto eram vinculadas, principalmente, às suas Comissões Técnicas e Subcomissões.

Logo em 1958, foi instalada a primeira Comissão Permanente do Instituto, a de “Refinação” (*idem*, 1959, p. 5) e assinado um Convênio entre o IBP e a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, “visando um trabalho conjunto com aquela entidade na parte referente a normalização interessando à indústria do petróleo” (*ibidem*, p. 3). Em 1959, foram instituídas as Comissões de Chefes de Laboratório – mas que logo nos anos seguintes retornou ao status de subcomissão – e a Comissão Coordenadora do Convênio IBP-ABNT (*idem*, 1960, p. 2). No entanto, era a Comissão de Refinação o eixo central das chamadas “atividades técnicas” da organização em seus primeiros anos de atuação, tendo sob o “guarda-chuva” desta a maioria de suas subcomissões e outras atividades.

Conforme aponta Alveal Contreras (1994, pp. 87-9), a atividade de refino é constituída como elo central do complexo industrial petróleo-petroquímica – sendo este um espaço mais amplo do que a indústria e as cadeia produtivas –, tendo sido por isso um dos pontos mais emblemáticos do processo de constituição da lei que criou a Petrobras, que terminou pelo estabelecimento do monopólio estatal desta atividade, excetuando-se as concessões que haviam

sido realizadas anteriormente à promulgação da lei. Para a autora, a lógica de distribuição dos riscos e custos econômicos entre os elos de cada cadeia coloca o refino como elemento central da estratégia.

Possivelmente, partindo desta dimensão que o IBP tenha colocado como sua primeira e mais importante Comissão Permanente a de “Refinação”, eixo articulador para todas as outras atividades abarcadas por suas associadas. Dentre suas Sócias Fundadoras, estavam os elos anteriores da cadeia – como as grandes distribuidoras multinacionais de óleo cru –, bem como os posteriores – as indústrias químicas e petroquímicas –, possibilitando, assim, organizá-las produtivamente e, portanto, mantendo o processo de geração de lucro e acumulação de capital em constante funcionamento entre os elos do complexo industrial.

Neste sentido, diversas das atividades que o Instituto realizava durante seus primeiros anos voltava-se à articulação entre as companhias representadas na organização, situação que seria dificultada no ambiente de concorrência do mercado e que, por isso, o Instituto realizava a intermediação, em grande parte das vezes através da Comissão de Refinação ou de suas subcomissões. Dentre estas atividades podem ser destacadas: (i) a assinatura de um Convênio de Intercâmbio de Equipamentos Especializados entre as associadas (IBP, 1959); (ii) o acordo de um calendário que compunha um “Plano de Paradas” anual entre as refinarias; (iii) o intercâmbio de técnicos durante estas “paradas” (*idem*, 1964); e, sobretudo, (iv) a elaboração de normas e terminologia unificada para a indústria; dentre outras atividades.

A partir de 1964 é notável o crescimento do IBP. Apesar das atividades acima descritas terem continuidade, novas formas de atuação surgem no cenário com a mudança de regime político-institucional do país. O desenvolvimento da indústria de petróleo e o estreitamento de relações entre a sociedade política e a burguesia industrial possibilitaram novas modalidades de representação de interesses de seus associados. A metamorfose de formas de intervir face aos interesses condensados no seio do Instituto – assim como ocorreu para outras organizações de representação de interesses empresariais – e a transformação dos canais de penetração destes interesses no Estado restrito permitem o deslocamento de estratégias, mas sem abandonar esquemas pregressos que propiciaram a acumulação e a concentração de capital, e que são, portanto, a finalidade principal destas organizações.

Em um Estado que, em termos gramscianos, se ampliava, a estrutura organizacional que compôs o Golpe de 1964 era formada por um conjunto de intelectuais não somente oriundos das Forças Armadas, mas também por empresários e tecno-empresários das elites dominantes que lutavam por sua hegemonia enquanto classe. Neste sentido, o período pós-64 se configura como um processo concreto de conquista da aparelhagem estatal por estes intelectuais mistos,

o qual, acentuando a utilização da coerção como estratégia política, tática típica de um regime militarizado, conteve as forças populares e opositoristas, localizando nas estruturas de poder do Estado os próprios intelectuais que compuseram a organização golpista.

Utilizando-se de um referencial gramsciano para analisar a conjuntura do processo de ampliação do Estado no Brasil, Dreifuss (1981), em seu livro “1964: A conquista do Estado”, utiliza um vasto conjunto de referências para demonstrar o apoio, organização e financiamento de agências do empresariado ao Golpe ocorrido neste ano. O autor explicita uma complexa rede de organizações deste empresariado, demonstrando a proximidade entre estes agentes e seus prepostos, entidades dos EUA e os militares. Esta estrutura organizativa se dava por diversas instituições formadas pelo empresariado – algumas já citadas neste trabalho – que passaram a ser constituídas para criar um tensionamento contra as lutas populares por avanços dos direitos nos primeiros anos da década de 1960, culminando com a deposição do então presidente João Goulart e possibilitando a tomada do governo pelos militares em 1964.

Demonstrando a utilização por estas organizações de estratégias baseadas no convencimento, no trabalho ideológico e cultural, o autor aponta para duas agências – além das que as forneciam sustentação, como a ESG – que foram as principais arquitetas do Golpe, o IPES, mencionado anteriormente, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD. Evidenciando que os sujeitos que estavam coligados neste complexo organizacional, ainda que não tenham sido os executores diretos, apoiaram, organizaram e até financiaram o Golpe, o autor descreve:

a participação de civis e oficiais do complexo IPES/IBAD no movimento civil-militar que retirou o Presidente João Goulart do poder e marcou o fim do regime populista. A articulação de tantos e tão diversos atores e facções [...] conscientizados de seus interesses comuns pelos ativistas do IPES foi conseguida, ao que parece, sem que os diferentes grupos participantes soubessem ou compreendessem plenamente as implicações nacionais mais amplas e o total significado político e econômico que o papel do complexo IPES/IBAD impôs sobre os fatos. O complexo IPES/IBAD estava no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar. [...] não foi um mero golpe militar. Foi, conforme mencionado anteriormente, um movimento civil-militar. [...] A elite orgânica, durante a presidência de João Goulart, havia ajudado a conduzir o Estado brasileiro para uma situação em que uma intervenção protobonapartista pelas Forças Armadas poderia ser encarada por um grande número de militares como uma solução adequada para as contradições da sociedade e do governo brasileiros. O complexo IPES/IBAD e os oficiais da ESG organizaram a tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder (*ibidem*, pp. 397).

Anteriormente ao Golpe, em 1963, o IBAD chegou a ser alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), buscando investigar as atividades do Instituto e suas subsidiárias na campanha eleitoral de 1962 para mandatos legislativos e de governadores de

onze estados. O IPES chegou a ser arrolado na CPI, mas foi absolvido. O resultado da CPI do IBAD demonstrou que o financiamento da organização provinha de capital estrangeiro, sobretudo, empresas estadunidenses. O IBAD foi dissolvido no mesmo ano por ordem judicial, mas o IPES se manteve ativo até 1972.

Diferentemente da tentativa retórica recorrentemente utilizada pelos militares e empresários no período, não foram “técnicos” desprovidos de interesses próprios que ocuparam os principais postos da administração estatal na formulação das políticas econômicas, mas sim os próprios empresários e seus prepostos. Tanto os membros provenientes do IBAD, como os do IPES, tiveram enorme influência durante o governo militar, passando a ocupar cargos de proeminência no Estado restrito imediatamente após o Golpe. Como destaca Dreifuss (1986, p. 145), esta penetração dos intelectuais do IPES nestes postos-chave permitiu que estes atuassem como a verdadeira mediação do poder ao ocuparem os órgãos de formulação da política econômica, desenvolvendo de fato uma “privatização das instituições do Estado”, sendo agentes político-ideológicos “com sentido de Estado”.

Os membros do IPES passaram, no pós-64, a controlar a formulação das diretrizes políticas, atuando como agentes centrais dos processos de decisão, além de desenvolver uma estrutura de consulta destas diretrizes e canais propícios à intervenção do empresariado no âmbito da ossatura do Estado estrito. Reformulando a aparelhagem estatal em acordo com seus interesses, a vinculação entre militares, empresários e tecno-empresários não estava somente na base do processo de expansão capitalista, como fisicamente presente nos órgãos e agências da administração pública (*ibidem*, p. 146-7).

Dentre os grupos empresariais representados na fundação do IBP e citados nas listas de contribuintes do IPES constavam a Companhia de Petróleo da Amazônia, a Esso Brasileira de Petróleo, a Refinaria de Petróleo União, a Companhia Ultragás S/A Região Rio – na qual a *Standard Oil* era acionista – e a Companhia Ultragás S/A (*idem*, 1981, pp. 629-30). Portanto, empresas representadas no IBP compunham a estrutura organizacional e financeira do Complexo IPES/IBAD, aparelhos de hegemonia que contribuíram na implementação do Golpe de 1964. Vale apontar que a administração de João Goulart buscou alcançar o monopólio sobre a importação de petróleo, desapropriar as cinco refinarias privadas do Brasil e rever as concessões para mineração fornecidas às multinacionais (*ibidem*, p. 132), situação que interferia diretamente nos interesses do conjunto do capital multinacional e associado representado na estrutura do IBP e que, portanto, já justificaria a presença deste grupos empresariais – dentre diversos outros possíveis motivos – na organização do Golpe.

O empresário Roberto Campos – expoente liderança empresarial já citada, membro do IPES, um dos principais líderes da Consultec e antigo professor da ESG – assumiu o Ministério do Planejamento, órgão de relevância central na instituição do governo após o Golpe. Sob sua inspiração foi elaborado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), direcionador da estratégia de inflexão político-econômica no período pós-Golpe (MENDONÇA & FONTES, 2006, p. 28). Através do PAEG, o governo de Castello Branco buscava implementar uma “política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos, [...], de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA *in* IANNI, 2019, p. 31).

Portanto, logo após 1964, o IPES passou a instância de intermediação de diretrizes políticas, seus ativistas e colaboradores ocuparam o comando da estrutura de órgãos e companhias do Estado na área de energia elétrica, mineração e petroquímica (DREIFUSS, 1981, p. 447). Vinculando a situação ao IBP, Hélio Beltrão, proeminente associado do IPES, foi indicado a diversos cargos nos governos militares, dentre eles: diretor da Companhia Siderúrgica da Guanabara – Cosigua (*ibidem*, p. 471); conselho administrativo do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1966; Ministro do Planejamento e Coordenação Geral em 1967-69 – sucedendo Roberto Campos no cargo; integrante do Conselho Monetário Nacional no mesmo ano; conselho administrativo da Itaipu Binacional e da CSN em 1978; Ministro Extraordinário da Desburocratização em 1979; acumulou, também como ministro, o cargo no Ministério da Previdência Social em 1982 (cf. Apêndice I). Além disso, em 13 de dezembro de 1968, em sessão do Conselho de Segurança Nacional, foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5 (AI-5), mais severo dos Atos Institucionais da ditadura militar.

Apontado dentre os colaboradores do IPES (*ibidem*, 471-2), apesar do menor destaque, Plínio Cantanhede também ocupou cargos de relevância durante os governos militares. Logo após o Golpe, ainda em 1964, foi nomeado prefeito de Brasília pelo presidente Castelo Branco, além ter sido indicado presidente da CSN, em 1974, durante o governo de Ernesto Geisel (cf. Apêndice I).

Foram estes os fundadores e líderes do IBP que foram presidentes da organização durante, praticamente, todo o período do governo militar, demonstrando a íntima vinculação entre o Instituto e o Estado restrito. Hélio Beltrão foi eleito presidente do Instituto logo em 1957, quando da fundação da organização, tendo permanecido oficialmente no cargo até 1962. Plínio Cantanhede esteve na gestão do Instituto de 1962 a 1984, apesar de estar ocupando o cargo desde setembro de 1960 (IBP, 1961), devido a pedido de licença de Hélio Beltrão, que

havia assumido o cargo de Secretário do Interior e Planejamento do Estado da Guanabara durante o governo de Carlos Lacerda (cf. Apêndice I).

De fato, desde sua fundação, o IBP apresenta uma relação profundamente íntima com a sociedade política, com diversos representantes de órgãos e agências do Estado atuando em suas atividades cotidianas. O CNP foi um dos focos principais de aproximação nos primeiros anos de atuação da entidade. Logo em seu primeiro Relatório de Atividades, o de 1958, fica exposto que: “O Presidente do IBP, Sr. Hélio Beltrão, iniciou entendimentos com o Conselho Nacional de Petróleo, buscando a efetivação de um trabalho conjunto entre o CNP e o Instituto” (IBP, 1959). A busca desta participação se efetiva materialmente quando, no Relatório seguinte é exposto que:

Objetivando estreitar os laços de entendimento e cooperação com o CNP foi feito o oferecimento de vagas para Sócio Individual referido no item 1.2.2. Esta providência vem permitindo um crescente intercâmbio de auxílio técnico através de grupos de trabalho, que tem elaborado trabalhos técnicos de real valor (IBP, 1960, p. 3).

Além de seu nascimento no interior da Petrobras, o Instituto envidou diversos esforços durante sua trajetória na busca de manter uma relação orgânica com o Estado restrito, situação que se intensificaria após o Golpe com a relevância e prestígio que o IBP vai ganhando através de sua atuação na sociedade civil. Já no ano de 1964 a situação se inverte, sendo o próprio CNP que veio a buscar a organização para o desenvolvimento de atividades conjuntas.

[...] O Presidente do CNP manifestou o desejo de uma cooperação mais estreita entre a sua entidade e o IBP. [...] (IBP, 1965, p. 4).

Atendendo à solicitação do CNP indicamos o Assistente da Diretoria do IBP, Dr. José Marques, para constituir o grupo destinado a estudar e propor a “Norma para Instalação, Operação e Segurança de Depósitos de GLP”. Além disso mantivemos contato com o CNP, através de seus representantes nos diversos grupos de trabalho do IBP, com a sua biblioteca, etc (IBP, 1965, p. 34).

Os vínculos entre o IBP e o Estado restrito eram tão imbricados que levaram, por vezes, analistas e pesquisadores dos processos político-sociais a não diferenciarem o IBP do rol de agências do aparelho de Estado. Certamente a escolha pela fundação de um Instituto – e não uma associação, como diversos outros APHs do empresariado no período – contribuiu para afastar esta análise, acabando por escamotear a natureza privada da organização no período. O próprio trabalho de Dreifuss (1981), citado aqui diversas vezes, ao apontar para a atuação do Instituto antes do Golpe de 1964, não distingue a natureza institucional estritamente privada da organização do conjunto de agências estatais:

Outras **agências estatais** interessavam-se também pelos serviços do CBP⁴⁴. Entre elas achavam-se **agências tão diversas como** o Grupo Executivo da Indústria Automobilística – GEIA, o **Instituto Brasileiro do Petróleo**, a Carteira de Crédito Industrial e Agrícola do Banco do Brasil e a Secretaria da Receita Federal (*ibidem*, p. 85, *grifos meus*).

É possível que a dificuldade de apreender a natureza estritamente privada do Instituto, devido sua relação orgânica com a sociedade política, tenha levado a quase inexistência de pesquisas que analisam a atuação do IBP durante a ditadura empresarial-militar. Enquanto isso, a ABDIB, sua organização “coirmã”, é citada em uma diversidade de trabalhos (DREIFUSS, 1981; MENDONÇA, 1986; BOSCHI, 1979; DINIZ, 1994; DINIZ & BOSCHI, 2003; dentre diversos outros), dentre os quais muitos apontam para a relação do empresariado por esta representado com a indústria do petróleo. Alguns analisam, inclusive, a relação da ABDIB com a Petrobras, citam dados do IBP, mas não o apontam como uma organização do empresariado (*p. ex.* SILVA, 1985, p. 160; ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 129). A própria forma de atuação dos representantes do Instituto, autoproclamando a organização como sendo de “natureza rigorosamente científica” (BELTRÃO *in* PETRO&QUÍMICA, 2007, p. 5), certamente também colaborou para enublar os interesses nesta representados. Somente mais recentemente que alguns trabalhos acadêmicos trouxeram apontamentos da atividade de representação empresarial do IBP (FLORIANO, 2018; LAMARÃO, 2019).

Entretanto, a organicidade da relação sociedade política-sociedade civil no interior do Instituto já estava contida antes mesmo de sua fundação – estas raízes estavam presentes ainda na sua idealização, conforme apresentado no capítulo anterior. E, como será apresentado, em uma forma de administração como a do governo militar no Brasil, na qual se aprofundam as relações entre o Estado estrito e algumas poucas frações burguesas vinculadas ao grande capital, estas modalidades de interação tenderam a se agudizar. Tal conjuntura pode ser entendida pela relação orgânica elaborada na camada tecnocrática-militar-empresarial que se apoderou do aparelho de Estado a partir de 1964. Tendo esta camada condensado os interesses dominantes para a consecução do Golpe, possuiu ela o papel de pivô na manutenção do processo de acumulação na medida em que realizava a subsunção do conjunto de interesses capitalistas aos do capital em seu conjunto.

⁴⁴ Trata-se do Consórcio Brasileiro de Produtividade, que, conforme o autor, era uma espécie de organização “guarda-chuva” do empresariado que interagia com a aparelhagem estatal e a administração paralela na década de 1950. A entidade oferecia serviços como uma agência de assessoria técnica (DREIFUSS, 1981, p. 84).

3.2. O intelectual coletivo da articulação do conjunto de capitais no “modelo do tripé”

Analisando sob uma dimensão estritamente econômica, após o golpe de 1964 não houve uma alteração radical da direção que já se vinha construindo com o modelo implantado desde 1955 (MENDONÇA & FONTES, 2006, p. 21). Entretanto, a confluência política entre frações burguesas dominantes e militares, que compuseram a estrutura do governo, possibilitou a contenção de qualquer mobilização contrária aos seus projetos políticos. Desta forma, a política do governo no período permitiu, de forma mais sistemática, institucionalizar o processo de concentração do capital que vinha se desenvolvendo anteriormente de forma mais desordenada. Apesar da crise econômica ter se mantido até 1967, o novo bloco no poder pôde implementar uma espécie de “recessão calculada” (MENDONÇA, 1986, p. 75), necessária à reorientação do desenvolvimento econômico capitalista de volta ao seu eixo. A política econômica praticada se orientou à contenção das enormes taxas de inflação e criação de novas modalidades de financiamento para retomada do processo de expansão capitalista. Portanto, a partir do Golpe que, às custas da liberdade política das camadas populares, se pôde implantar o liberalismo econômico e aprofundar a racionalidade desenvolvimentista elaborada pelo empresariado oligopolista.

Concentrando as decisões no poder Executivo e esvaziando o Legislativo, bem como as organizações partidárias, que a coalisão de forças empresariais-militares passou a implementar seus interesses. A própria concepção ideológica de um Executivo forte – associado à reforma, ao avanço e à transformação – contraposto a um Legislativo que deveria ser enfraquecido – por estar associado aos interesses tradicionais, atrasados –, sob o qual se forjou e consolidou a burguesia industrial no primeiro período dos governos de Vargas, retornava como arcabouço fundamental da política institucional que direcionaria o novo projeto de modernização. Tal articulação de interesses entre o empresariado e a aparelhagem estatal, ao menos durante a primeira década do governo militar, permitiu que o “*timing*” das reformas acompanhasse o dos interesses das organizações representativas do empresariado vinculado ao grande capital (DINIZ, 1994).

Com os militares no controle da política do país e tendo seus principais aliados – os setores vinculados ao grande capital – ocupado os postos de comando da política econômica, uma das estratégias principais para dar rumo ao processo de acumulação se baseava na íntima relação entre o governo e a iniciativa privada. Com os canais de penetração dos interesses sociais do Estado restrito dominados por um pequeno número de grandes empresas, as demandas da classe trabalhadora reprimidas – inclusive com forte contenção dos salários – e

utilização de padrões de fixação dos preços – como o tabelamento feito pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) – que favoreciam o grande capital e, portanto, acabavam estrangulando as pequenas e médias empresas, o capital monopolista que contribuiu para a arquitetura do Golpe se beneficiava enormemente da conjuntura criada.

O alinhamento de interesses entre este empresariado e os militares permitia que, conforme citado acima, o planejamento econômico estatal tomasse características de uma força produtiva complementar em prol da concentração monopolista (*op. cit.*), sobretudo, quanto a outro aspecto de significativa relevância no período, a ampliação do setor produtivo estatal. Devido ao grande volume de investimentos necessários e o longo período para o retorno dos lucros, alguns ramos industriais estratégicos para alavancar o processo de acumulação – como a química básica e a energia – tornaram-se responsabilidade do Estado. No entanto, para obtenção de recursos para realizar tal empreendimento em um período de recessão econômica, foram necessárias algumas estratégias. O Estado passou a ser o maior tomador de empréstimos no exterior para subsidiar a acumulação privada, aprofundando o endividamento externo. As empresas do setor produtivo estatal foram transformadas em corporações lucrativas, que passaram a disputar recursos e mercados internamente com outras organizações da iniciativa privada (MENDONÇA, 1986, p. 82).

Apesar disso, o alicerce do processo de expansão durante a primeira década após o Golpe foi o capital multinacional, que cresceu enormemente enquanto o peso do capital local diminuía em relação a este e ao capital estatal. A burguesia industrial, que sempre teve interesses nas avançadas tecnologias oriundas do investimento estrangeiro, não se levantou como oposição nacionalista, apesar de apontar a necessidade de controle sobre a ampliação multinacional ou buscar benefícios similares (*ibidem*, p. 83). Após 1964, uma tendência para a desnacionalização, concentração e fortalecimento das multinacionais em setores específicos cresceu de forma significativa, sobretudo, devido às condições políticas existentes no período anterior. O capital estadunidense estabeleceu sua supremacia dentre os interesses multinacionais neste processo. Em 1969, companhias multinacionais controlavam a economia brasileira, no caso do petróleo 75,9% dos produtos químicos e derivados de petróleo estavam sob controle das multinacionais (DREIFUSS, 1981, p. 62).

Portanto, a implementação dos ajustes político-econômicos do pós-64 não produziu efeitos imediatos na conjuntura econômica do país. A recessão que se vinha produzindo desde 1962 teve continuidade ao menos até o ano de 1967. Todavia, as reformas instituídas a partir do processo de inflexão realizado pelo novo regime forjaram o período de expansão econômica capitalista conhecido como “milagre brasileiro”, que veio a se desenrolar entre os anos de 1968

a 1974. O “milagre” teve como características básicas fundamentais a forte intervenção estatal, a elevação e o aprofundamento da concentração oligopolista da acumulação e a internacionalização da economia. Tal resultado só foi possível através da nucleação da economia no chamado “modelo do tripé”, formado pelo grande capital – “nacional” e estrangeiro – apoiado fortemente por um setor produtivo estatal que se ampliava.

O balizamento da economia neste formato propiciou as bases do chamado “milagre”, que se realizou em um processo acentuado de monopolização do capital. O setor de produção de bens duráveis, eixo dinâmico do processo de acumulação, foi privilegiado, ampliando-se significativamente. Formado por grandes empresas oligopolistas, sobretudo multinacionais e associadas, absorveram as menores, devido ao seu alto nível de acumulação prévia e de maiores facilidades de créditos por recursos às matrizes. Portanto, a expansão da acumulação teve seu alicerce em um setor de bens duráveis de bases multinacionais – carro-chefe do processo –, um setor produtivo de bens de consumo baseado no capital nacional e um setor de bens de capital que, mesmo em sua face privada, possuía extrema vinculação com o Estado (FONTES & MENDONÇA, 2006, p. 31). Esta conjuntura contribuiu para o acirramento da condição de dependência da economia brasileira no âmbito do ciclo do capitalismo internacional.

O grande processo de expansão da economia no período propiciou a disseminação da ideologia de um “Brasil Potência”, que, em face de maior exposição no mercado internacional, servia como dimensão de legitimação do próprio regime político instaurado. Esta construção superestrutural possibilitava a consecução do projeto político desmobilizador, apagando a percepção do caráter repressivo e de exclusão de enormes contingentes sociais da vida política do país. Desta forma, a confluência entre empresários e militares no poder afastava qualquer possível resistência, desfazendo a mobilização de forças opositoras ao projeto político-econômico em implementação.

Ancorando as políticas de governo no “planejamento”, a administração militar legitimava sua forma de ação na conquista de ganhos mútuos para os setores oligopolistas, tendo como base de atuação para a expansão da acumulação o “modelo do tripé”. O setor estatal que atuava diretamente na produção aparecia descrito constantemente nas políticas de planejamento econômico como “empresa governamental”, “empresa do governo”, “setor produtivo estatal”. O setor produtivo de bases nacionais – mas não necessariamente de capital integralmente interno – passa a ser descrito como “capital nacional”, “empresa privada nacional”. O capital transnacional era descrito nestes documentos como “empresa estrangeira”, “empresa multinacional”, “firma subsidiária de multinacional”, “capital internacional”. Todos os três entes do tripé passam a aparecerem descritos nas políticas de planejamento em uma

lógica de integração e identificados, em conjunto, como portadores da ideia de “nação”. Entretanto, tal divisão surgia muito mais como forma didática de legitimação do “planejamento” estatal do que como divisão concreta entre os capitais, pois os vínculos econômicos, bem como os políticos, dificilmente se apresentavam estanques entre as três dimensões do “tripé”. Esta justificava muito mais o beneficiamento do capital estrangeiro no planejamento, dentro de uma lógica de possibilitar os ganhos internos, do que se apresentava segregadamente na realidade concreta. Praticamente os três setores descritos da economia se moviam de forma articulada em direção à expansão do processo de acumulação, em um nexo de determinação recíproca (IANNI, 2019, p. 75).

Como destaca Ianni (*ibidem*, pp. 93-5), a articulação entre estes setores no “tripé” possui significativa importância no período, primeiramente devido à supremacia do capital multinacional sobre o conjunto da economia brasileira. Mesmo com um setor produtivo estatal de relevante força no âmbito da economia, devido ao seu porte e posição estratégica no mercado, o capital multinacional é o que realiza a maior escala de acumulação monopolista, tendo, portanto, o setor estatal e o capital privado nacional articulando-se de forma subordinada ao capital hegemônico no ciclo do capitalismo global. Ou seja, o capital multinacional se beneficia largamente das economias externas aos seus países de origem e da extração de mais-valia que são proporcionadas pela expansão dos setores privado nacional e estatal. Além disso, as articulações entre estes setores, constituindo determinações recíprocas, passam a ser orientadas pela posição relevante do capital multinacional na dinâmica econômica, levando o conjunto da economia a ser direcionado pelas exigências da reprodução monopolista em nível global. Neste sentido, o Estado restrito acaba por desenvolver diretrizes econômicas que estimulam a concentração do capital, direcionando associações e incorporações entre companhias ou a absorção das empresas menores. Dados do período de 1974 – logo após o chamado período do “milagre econômico” – demonstram esta tendência, quando o faturamento das empresas estrangeiras no país arrebatou 42,8% do total, enquanto as estatais ficaram com 25,2% e as denominadas privadas nacionais obtiveram 32% (SUZIGAN, 1976 *apud* IANNI, 2019, p. 89).

Quanto ao papel da empresa estatal, esta funde-se de forma orgânica na orientação política e econômica para a manutenção do processo de expansão capitalista. Entretanto, o setor produtivo estatal apresenta um caráter de ambiguidade estrutural (ABRANCHES, 1979, p. 98), devido à sua dupla inserção na estrutura produtiva e no Estado, pois sendo ao mesmo tempo empresa e Estado, recebe benefícios por um lado, mas atende à direção política e econômica do

governo, muitas vezes ultrapassando seus interesses típicos da atividade empresarial para atender à orientação de expansão do conjunto da economia.

No caso do IBP, devido às múltiplas dimensões abarcadas pelo complexo industrial vinculado ao petróleo, bem como as necessidades estruturais para dar sustentação a este, as empresas estatais se associaram à organização desde sua fundação. Além da Petrobras, sua Sócia Fundadora, outras empresas estatais ingressaram no Instituto como Sócias Coletivas, dentre elas: a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1960 (IBP, 1961); a Companhia Nacional de Álcalis, em 1962 (IBP, 1963); a Central Elétrica de Furnas, em 1970 (IBP, 1971); e a Companhia Vale do Rio Doce, no ano de 1972 (IBP, 1973). Companhias de diversos outros setores, como o elétrico e de distribuição de gás, também se associaram na mesma categoria de sócios do Instituto, como a Companhia Estadual de Gás (Ceg) do Rio de Janeiro e a Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp), ambas em 1971 (IBP, 1972), dentre diversas outras. Além disso, refinarias, petroquímicas e outras subsidiárias da Petrobras também pertenciam aos quadros de associados da organização.

A íntima relação com a sociedade política não se dava somente pela presença de representantes de órgãos e agências do Estado estrito na direção, comissões e subcomissões do IBP, mas é expressivo o financiamento de empresas estatais à organização, sobretudo quando analisamos os repasses da Petrobras ao Instituto. Não somente na fundação do IBP a Petrobras contribuiu com a maior parte de seu fundo social inicial, a empresa continuou sendo a maior das contribuintes dos fundos da organização durante os anos. Analisando as contribuições por Sócia Fundadora nos balanços apresentados nos Relatórios de Atividades anuais do Instituto, vemos que a Petrobras contribuía com 40% do total de contribuições da principal categoria de associados, sendo esta a principal fonte de recursos do IBP até pelo menos 1974, quando a recuperação de despesas com cursos, seminários e publicações ultrapassava as contribuições feitas por esta categoria de associados (IBP, 1975, p. 75).

Portanto, durante o período do governo militar foi a Petrobras a principal articuladora do Instituto, além das contribuições regulares foram constantes as doações realizadas pela empresa para a realização de suas atividades. Dentre estas, pode ser citada uma das doações da empresa, no valor de Cr\$ 3.000.000,00, ocorrida logo após o Golpe, ainda em 1964, para a realização do “II Seminário do IBP” sobre “Manutenção” (IBP, 1965, p. 28).

Para além da estruturação financeira, a articulação realizada pela Petrobras via IBP para beneficiar o processo de acumulação do conjunto de capitais no país foi talvez a atividade de maior foco do Instituto ao menos durante o chamado período do “milagre econômico”. De forma a dinamizar a acumulação capitalista nos setores privados, o governo se utilizava das

empresas estatais para induzir as inversões necessárias à consecução deste processo. Durante este período foi fundamental o investimento estatal na produção de demanda para a engenharia nacional e para o setor de bens de capital (ABRANCHES, 1979, p. 101).

No nexos instaurado pelo “modelo do tripé”, ao tornar as empresas estatais grandes companhias baseadas na lógica padrão da acumulação capitalista, o governo possibilitava as inversões necessárias para reproduzir a expansão do capital privado de forma ampliada. Enquanto a expansão do setor de bens de capital – tido como o setor chave do chamado capital “nacional” no período – dependia do Estado em termos de recursos e insumos e das multinacionais no tocante às tecnologias necessárias ao avanço dos processos produtivos, o setor produtivo estatal dependia também do primeiro para seus programas de desenvolvimento interno, além de lograr o governo com a redução de importações de equipamentos e maquinário que desregulavam a balança interna. Da mesma forma, as empresas multinacionais contavam com o setor de bens de capital para a realização dos robustos programas de transferência tecnológica, forma pela qual garantiam a apropriação de grandes parcelas de capital em um “acordo” de ganhos mútuos baseado no “modelo do tripé”. Assim, o setor de bens de capital era um fornecedor do setor produtivo estatal, enquanto as multinacionais apareciam como um aliado potencial devido à possibilidade de contribuírem para definições favoráveis no âmbito das políticas econômicas em matéria de importações (BOSCHI, 1979, p. 186).

Pelo fato de possuírem uma capacidade de gerar recursos internos sem depender dos orçamentos públicos, as empresas estatais apresentam um padrão de conduta relativamente autônomo se comparadas a outras agências governamentais. Tornadas companhias lucrativas e, portanto, tendo suas atividades econômicas expandidas no pós-1964, estas ampliaram sua base de relativa autonomia no período. Por ter se tornado um símbolo do desenvolvimentismo brasileiro desde a década de 1950, Alveal Contreras (1994, p. 79) avalia que a Petrobras apresentou elementos embrionários de autonomia e força política que assumiram pleno desenvolvimento após o Golpe de 1964. A autora avalia que estes elementos, desenvolvidos precocemente quando comparados a outras estatais, propiciaram desde o início à liderança da empresa uma posição de dinamizadora do capital privado, tendo se engajado na constituição da Comissão da Indústria Pesada (Cinpe) – primeiro órgão do Estado restrito especificamente voltado para indústria de bens de capital – e incentivado a criação da ABDIB (*ibidem*, p. 76). Ainda conforme a autora (*ibidem*), a “vinculação congênita” de interesses compartilhados entre a liderança da Petrobras e o empresariado vinculado ao setor de bens de capital inicia um dos traços do comportamento da empresa que se intensifica no pós-1964, “a do ativismo de sua face privada apoiando a ação de sua face estatal”.

A despeito da autora não ter se atentado ao IBP em sua pesquisa – possivelmente por motivos já apresentados anteriormente –, como um dos elementos dinamizadores do capital privado, a conjunção de interesses vinculados entre a direção da Petrobras e as empresas que se associaram na fundação do Instituto, como já apresentado, demonstra orientação semelhante. Ainda que o IBP não apresente esta face tão explicitamente vinculada ao setor de bens de capital em sua fundação – a não ser pela própria presença da ABDIB como uma de suas Sócias Fundadoras –, esta se apresenta logo em seus primeiros anos de vida e se constitui como um dos focos principais de sua atividade a partir de 1964. Tal situação pode se apreendida em uma publicação comemorativa sobre o IBP (PETRO&QUÍMICA, 2007, pp. 5-6) que, versando sobre o período do governo militar, aponta que estando “as atividades de prospecção restritas, por lei, à Petrobras, a própria companhia se encarregava da formação dessa turma [...]. Cabia ao IBP fazer a interface com a indústria fornecedora de equipamentos.”

Logo no Relatório de Atividades de 1960 (IBP, 1961) é explicitada a existência de um “Departamento de Equipamentos”, o qual, a partir de deliberação da Comissão de Refinação, ficou incumbido de estudar e elaborar um “Cadastro de Fornecedores de Equipamentos”. É apresentada também a intenção do IBP em formar uma “Comissão de Equipamentos” para orientar o “Departamento”, na qual estariam “representados consumidores, fornecedores e outros especialistas”, demonstrando o interesse em unir os dois lados do mercado em uma mesma estrutura (*ibidem*). Em 1961 continuam atividades semelhantes, sendo apresentado que dentre os assuntos mais importantes discutidos pela Comissão de Refinação encontra-se um “Catálogo de Materiais e Equipamentos Utilizados na Indústria do Petróleo”.

No entanto, é a experiência acumulada em atividades de normalização que, a partir de 1964, confere ao IBP o arcabouço necessário para contribuir para a intensificação da expansão do setor privado de bens de capital, fornecendo institucionalidade à questão através da criação da Assessoria de Engenharia, conforme apresentado no Relatório de Atividades de 1964 (IBP, 1965).

Depois de cuidadosos estudos, foi finalmente concretizada a idéia da criação da Assessoria de Engenharia, apresentada pelo Eng^o Aldo Zucca na 30^a reunião da CR [Comissão de Refinação] realizada em Capuava.

A primeira reunião, realizada sob os auspícios da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) em São Paulo, contou com a presença dos Engs. José Luiz A. Bello (ABDIB), Willem Hendrik Hajenius (Ref. União), José Augusto Angrisani (Ref. Presidente Bernardes), José Peres Fernandes (Cobrasma), Fernando Ferreira (Cobrasma), Fritz Gnoth (Cia. Sid. Mannesmann), Manoel D. Mathias Filho (Distribuidoras de Petróleo), Carlos Augusto B. Junqueira (PROMON), Paulo Atticiati (Terminal Marítimo Almirante Barroso) e José Marques (IBP).

A sessão foi aberta pelo Dr. Bello, que manifestou a satisfação da sua entidade em patrocinar, pela primeira vez, uma reunião do IBP.

Em seguida, após ouvir a explanação do Engº Angrisani, Coordenador da Comissão de Refinação do IBP, e do Dr. José Marques, sôbre os objetivos da Assessoria de Engenharia, fêz referências ao Convênio existente entre a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) objetivando promover um programa intensivo de normas técnicas nos setores de siderurgia e equipamentos industriais, visando principalmente garantir a posição do Brasil no Mercado Comum Latino-Americano de Livre Comércio (ALALC). [...]

Considerava importante a criação desta Subcomissão que poderia ser de muita utilidade como assessora para os trabalhos que tiverem de ser desenvolvidos no campo do petróleo pelas Subcomissões do IBP.

[..]

Comunicou, ainda, que tão logo esteja constituída a nova Subcomissão entregará o seu Coordenador uma série de subsídios que se encontra nos arquivos da ABDIB há vários anos e que poderá constituir valiosa colaboração técnica para essa nova seção do IBP (*ibidem*, pp. 7-8).

A despeito da proposta de criação de uma Subcomissão, a referida seção do IBP foi instituída como “Assessoria”, a fim de evitar superposição de atividades com outras subcomissões. Ainda conforme apresentado no documento, a Assessoria de Engenharia foi vinculada, horizontalmente, à chefia da Comissão de Refinação – central na estrutura do Instituto no período –, sendo colocada nessa posição para que fosse “garantido ‘a priori’ a franca colaboração de todas as subcomissões para esta alta função da Assessoria que não se limitará exclusivamente a métodos e padrões”. Sua posição no organograma do Instituto foi apresentada no documento, conforme a Figura 1.

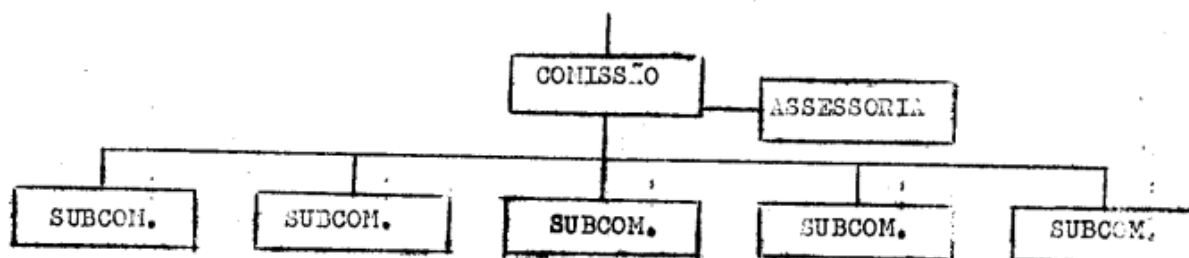


Figura 1: Posição da Assessoria de Engenharia no organograma apresentada no Relatório de Atividades de 1964 (IBP, 1965, p. 8).

Em outra reunião da Assessoria de Engenharia ainda no mesmo ano, o representante da ABDIB, Dr. Bello, referindo-se a uma reunião do Comitê Executivo do Convênio ABNT/IBS/ABDIB – apresentado na citação acima –, propôs que a parte de “Equipamentos” existente em seu âmbito fosse repassada à Assessoria de Engenharia. Esclareceu também que iria propor na reunião a separação do trabalho de elaboração das normas que interessam mais ao mercado interno das do mercado externo, ficando à cargo da Assessoria de Engenharia, com

a colaboração da ABDIB, a elaboração dos anteprojetos que interessam ao mercado interno e sendo estas normas conduzidas no âmbito do Convênio já existente entre o IBP e a ABNT.

No entanto, a situação que tenha talvez exposto os mais significativos interesses sob a questão de elaboração de normas de equipamentos se explicita quando é apresentado, na mesma reunião, o novo membro designado para a Assessoria de Engenharia do Instituto.

NÓVO MEMBRO PARA A ASSESSORIA

O Coordenador Atticiati saudou, em nome da Assessoria, o seu novo membro Cel. Luiz Wilson M. Souza, colaboração considerada da maior importância já pelo seu alto gabarito técnico, já pelo fato de chefiar o setor de normalização da Assessoria de Material da Petrobras (ASMAT) e ainda mais pelo elevado espírito de colaboração que caracteriza o Cel. Luiz Wilson e a sua alta capacidade de trabalho.

Agradecendo as palavras do Eng^o Atticiati o Cel. Luiz Wilson disse que, como **chefe do Setor de Normalização da Assessoria Geral de Material da Petrobras (ASMAT)** sentia muita satisfação de integrar a Assessoria de Engenharia do IBP, na qualidade de membro efetivo (IBP, 1965, pp. 11-2, *grifos meus*).

Seguida à sua apresentação, o Cel. Luiz Wilson foi convidado a realizar uma breve exposição sobre as atividades de seu setor, deixando mais claros ainda os interesses sobre a questão.

O Setor de Normalização das ASMAT desenvolveu seus trabalhos primordialmente para **atender à necessidade de definição de requisitos a serem impostos na compra de equipamentos e materiais de fabricação nacional**, visando ao estabelecimento de condições padrões para o fornecimento, que facilitassem um julgamento abalizado das condições ofertadas.

Estas Normas estão agrupadas numa pasta colecionadora denominada “Padrões Tecnológicos” fornecida às Unidades da Empresa.

Deu ênfase à importância da colaboração dos usuários das especificações, para que através de suas observações se processe o continuado aperfeiçoamento de suas prescrições.

Abordou o **incentivo dado pela PETROBRAS à ABNT**, através de um convênio com subvenção **para o desenvolvimento de trabalhos de interesse da Empresa**, traduzido por um programa de normas organizado em função de suas necessidades.

[...]

Comunicou ainda o Cel. Luiz Wilson a existência em estudo de um anteprojeto de normas para equipamentos elétricos a prova de explosão que deveria merecer a prioridade na apresentação da Assessoria. [...] (*ibidem*, p. 12, *grifos meus*).

No ano seguinte, 1965, os frutos do trabalho realizados pelo IBP no âmbito do Convênio ABNT/IBS/ABDIB começam a aparecer. Dentre estes, são descritas no Relatório de Atividades de 1965 (IBP, 1966, p. 3) as contribuições do Instituto junto à sua entidade “coirmã” – a ABDIB: (i) elaboração do “Catálogo Composto dos fornecedores da Petrobras”; (ii) criação de um grupo de trabalho para a elaboração de “tabelas técnicas para a indústria e correlatas”; (iii) constituição de um grupo de trabalho para “Estudo de Normas para Equipamentos Elétricos à Prova de Ignição”; (iv) instituição e coordenação de um “censo de todos os técnicos de nível superior e médio do país”; (v) dentre outras atividades que não foram nominadas.

Vale ainda destacar alguns apontamentos sobre os interesses contidos nestas atividades, conforme as descrições realizadas no Relatório de Atividades de 1965 (*ibidem*). A elaboração do referido “Catálogo Composto”, apesar de se voltar aos fornecedores da Petrobras – uma vez que realizado no âmbito de um Convênio subsidiado pela empresa – e de possibilitar o desenvolvimento de processos de soma positiva entre os entes que compunham o “tripé” – portanto, também entre a diversidade de associados do IBP –, continha ainda a consecução de projetos mais amplos, a possibilidade de alcançar mercados externos para o setor de bens de capital. Como descrito no referido Relatório, o “Catálogo Composto” foi finalizado em regime de urgência para que pudesse ser distribuído no “Congresso de Empresas Estatais de Petróleo”⁴⁵. Ainda segundo o documento, o Catálogo “agradou intensamente a todos os que o examinaram, como prova a grande procura por parte das companhias brasileiras”.

Se por um lado o crescimento da economia brasileira baseado no capital multinacional, até então favorecido, aprofundava a dependência do país diante do mercado internacional – pois as multinacionais pressionavam as importações através da compra de equipamentos no exterior, e de pagamentos de direitos sobre tecnologia com envio de remessas de lucros para as matrizes estrangeiras –, manter o equilíbrio da balança comercial na lógica do “modelo do tripé” demandava o estímulo às exportações, até mesmo para que pudessem ser geradas divisas para os empréstimos efetuados pelo Estado no exterior e, assim, alcançar o “milagre” do desenvolvimento. Como o volume de remessas ao exterior continha um porte significativo na balança, era necessário que as exportações fossem continuamente ampliadas. Nesse sentido, foram implementados diversos incentivos fiscais aos grandes exportadores, sobretudo de artigos manufaturados, ficando estes quase que isentos dos pagamentos de impostos e garantindo acesso à diversas linhas de financiamento e subsídios do Estado (FONTES & MENDONÇA, 2006, p. 33). Desta forma, o IBP estimulava precisamente o pacto político instituído sob a égide do governo militar, articulando internamente o jogo de ganhos coletivos de capital entre seus associados.

Esta conjuntura se torna ainda mais demarcada quando da maior institucionalização do IBP no âmbito do Convênio. Como até então o IBP participava das atividades por intermediação da ABDIB, com a informação do representante da entidade, Eng^o Bello, de

⁴⁵ Trata-se da conferência para aprovação dos estatutos definitivos da Assistência Recíproca Petroleira Estatal Latino-Americana (ARPEL), encontro no qual participaram a Petrobras, a Pemex (México), a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* da Argentina, a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* da Bolívia, a Enap (Chile), a Ancap (Uruguai), a Ecopetrol (Colômbia), a CVP (Venezuela) e a *Empresa Petrolera Fiscal* do Peru. Realizado no Rio de Janeiro, em 1965, o encontro buscava a constituição de um mercado comum baseado em estreita cooperação entre as empresas estatais para fazer frente aos grandes monopólios internacionais de petróleo (CORREIO DA MANHÃ, 1965, p. 17).

aprovação da reformulação deste Convênio, a colaboração da Assessoria de Engenharia neste âmbito era formalizada (IBP, 1966, p. 5). E mais, a elaboração de anteprojetos de normas especificadas, de acordo com os objetivos do Convênio, conteriam amplitude panamericana (*ibidem*), possibilitando maior margem para o enquadramento da realidade da indústria interna a estas normas – visto que eram elaboradas no país e por representantes das próprias indústrias locais – e, conseqüentemente, possibilidade de exportação destes artigos com a validação internacional destas especificações.

Merece também destaque a profunda articulação entre as duas organizações do empresariado no período, o IBP e a ABDIB. Desde os primeiros anos do IBP, apesar de ter sido fundado analogamente à Associação e conter objetivações diferenciadas – ao menos nas descrições apresentadas –, é notável a tendência das empresas fundadoras da ABDIB em se associarem ao Instituto. Como exemplo, podemos verificar até o ano de 1973 o ingresso nos quadros do IBP como Sócias Coletivas da Cobrasma e da Cavallari, logo em 1958; da Aço Villares, em 1963; da Bardella, em 1966; e da Dedini, em 1971 (IBP, 1959; 1964; 1967; 1972).

Cabe ainda destacar que os interesses vinculados entre o setor de bens de capital e a Petrobras se mantém durante os anos no interior da Assessoria de Engenharia. Desde a primeira reunião da Assessoria, a Cobrasma esteve presente entre seus membros, passando a compor a coordenação da seção do IBP nos anos de 1966 a 1969 – primeiros anos em que aparecem as listas de representantes da Assessoria nos Relatórios de Atividades anuais (IBP, 1967 a 1970). Além disso, em 1966, dos nove representantes da Petrobras na Assessoria de Engenharia – metade do total de membros –, três eram do Serviço de Materiais (Sermat)⁴⁶ da empresa, passando a pelo menos um representante desta seção em todos os anos seguintes (IBP, 1967 a 1976). O representante do Sermat, Luiz Wilson, que participou desde a primeira reunião da Assessoria de Engenharia, compôs a coordenação desta nos anos de 1970 e 1971 (IBP, 1971; 1972).

Enquanto os interesses que se coligavam nas alianças do “modelo do tripé” se estruturavam em um ambiente independente de pressões políticas – livre do parlamento, de agentes de oposição, da publicização das informações, de um rol ampliado de organizações e até mesmo do empresariado excluído dos quadros de associados destas organizações –, desenvolviam-se as negociações de ganhos conjuntos para o oligopólio de interesses em associação. Nesta direção, a associação dos entes no “tripé”, no período mais autoritário do governo militar – entre 1965-75 –, explicitaria relacionamentos de solidariedade e de

⁴⁶ Conforme Silva (1985, p. 263), o Sermat substituiu a Asmat após a reforma administrativa de 1965.

transposição de seus interesses associados como um interesse geral. A base lógica sob a qual se desenvolviam estes interesses, como se fossem “nacionais”, ao reduzir as possibilidades de tensão entre os agentes que participavam do negócio, possibilitava a obtenção de lucros e, portanto, de acumulação de capital, realizando uma espécie de seleção destes agentes a par de critérios competitivos e conflituosos de mercado (ALVEAL CONTRERAS, 1994, pp. 108-9).

Este tipo de corporativismo associativo, desenvolvido no país durante o período, possibilitou que fossem criados novos espaços de acumulação, modernização e constituição de novos setores produtivos concomitantemente com um momento de apogeu da economia internacional. Esta conjuntura propiciou relativo amadurecimento do setor industrial brasileiro que se vinha desenvolvendo, expandindo sua oligopolização e internacionalização. Enquanto o poder político e de influência apropriado e utilizado pelo empresariado brasileiro – tanto o chamado “nacional”, como os pertencentes à tecnoburocracia das empresas estatais – tensionava as companhias estrangeiras a dividirem as parcelas de ganho com os empreendimentos no país, esta situação também permitiu condição conveniente para que estas se inserissem em novas áreas produtivas para realização da acumulação. Também as formas de acesso à tecnologia e conseqüente inserção no mercado internacional, possibilitada pelas multinacionais aos entes internos que compunham o “tripé”, se configuravam como ganhos reais no arranjo associativo implementado. No entanto, é relevante ressaltar que, na organização deste esquema associativo, aparece o agente produtivo estatal como o “gestor da aliança” (*ibidem*, pp. 109-10), devido a sua capacidade de acumulação, de desenvolvimento de setores necessários ao seu fornecimento e, sobretudo, à sua própria posição ambígua – como empresa e Estado – que lhe confere maior condições políticas para tornar o interesse particular em geral.

Todavia, toda esta forma de orquestrar tal arquitetura entre agentes e agências se baseava em algumas premissas, que eram necessárias para a transposição de interesses particulares ao interesse geral, legitimando assim as formas políticas nas quais se reproduzia o projeto em curso. Durante o governo militar o planejamento se tornou base fundamental da atuação e do discurso governamental. Planejar se tornou a forma pela qual se legitimavam os processos de tomada de decisão do governo, como se a racionalidade do planejamento justificasse a atuação política que se desenvolvia, majoritariamente, em acordo com os interesses das frações oligopolistas do capital. A ideologia do planejamento estatal se capilarizava na política econômica, “legitimando” socialmente as decisões do governo como técnicas e, portanto, neutras e em benefício coletivo. Aos poucos o planejamento econômico realizado pelo governo militar ganhava contornos de uma força produtiva complementar

(IANNI, 2019, pp. 29-30), que contribuía para a consecução do processo de acumulação e concentração monopolista.

Seguindo os mesmos passos, o IBP organizou um “Seminário de Planejamento” em 1966. O “Grupo de Trabalho do Seminário de Planejamento” era basicamente formado por membros da Petrobras, sendo cinco dos seis membros representantes da empresa e mais um representando a Refinaria União. O Seminário também contou novamente com uma doação da Petrobras para sua realização, no montante de NCr\$ 12.000,00 (IBP, 1967). Conforme o Instituto:

No Clube de Engenharia, de 21 a 25 de novembro de 1966, graças à cessão gratuita da sua sede, à **doação da Petrobras** e da IBM do Brasil e à colaboração de todos os associados, o IBP realizou uma reunião técnica de alto gabarito sobre **um dos temas mais palpantes do atual estágio econômico que atravessa o Brasil – PLANEJAMENTO**.

Contamos com o prestígio de altas autoridades, autores e comentaristas de grande gabarito e tivemos técnicos inscritos e presentes aos debates.

Nas 10 sessões realizadas, cada qual com o total de 3 horas, foram apresentados 12 trabalhos **versando desde o planejamento global, em termos nacionais**, até o planejamento detalhado em paradas de refinarias e outras operações industriais. [...] (IBP, 1967, p. 14, *grifos meus*).

É interessante observar o alinhamento entre o discurso do governo militar, de legitimar as decisões através de um “planejamento” econômico, e o do Instituto. Beneficiando-se os associados da organização com o “planejamento” realizado pelo governo no período, não havia motivos para que sua organização coletiva de representação não coadunasse com tal ideologia. Além disso, fica patente que a ideia de realizar atividades de “planejamento” justificava uma atuação em um suposto benefício coletivo – ou “em termos nacionais” –, possibilitando a assimilação de certas diretrizes e decisões de forma socialmente ampliada.

O sociólogo Octavio Ianni (2019) elabora uma interessante síntese sobre a retórica do planejamento durante o governo militar. Conforme o autor:

Desde que se instalou a ditadura, os governantes e funcionários do Estado sempre disseram, e repetiram, que o planejamento era uma técnica neutra. Diziam, ao povo calado e disperso, ou de si para si, que não havia o que temer: a ação planejada do Estado era “politicamente neutra”, serviria de “instrumento de aperfeiçoada política de desenvolvimento”, sem afetar as “forças do mercado” nem a “liberdade”. Nas condições em que se encontravam, tanto podiam dizer como se obrigaram a repetir, já que estavam instaurando um elemento importante da economia política da ditadura. Mas ao dizer, desdiziam o dito. Nem por isso, no entanto, abandonaram o planejamento governamental, como discurso e prática de poder.

A ditadura militar adotou o planejamento como técnica e retórica de governo. Tratava-se de fortalecer o aparelho estatal – basicamente o Poder Executivo – de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital. [...] (IANNI, 2019, p. 27).

Deveras ilustrativa é a citação apresentada no livro “A Ditadura do Grande Capital” (2019), sobre a retórica da “neutralidade política” contida nos instrumentos de planejamento utilizados pela administração pública durante o governo militar. Por um lado, explicita a utilização do elemento “técnica” em oposição à “política”, como se a utilização de um saber – o dito “técnico” – anulasse a dimensão política das decisões tomadas. Por outro, pode deixar escapar, aos mais desatentos, a singularidade que torna a utilização do próprio termo “técnico” um ato político quando não se leva em conta na análise quem eram ou quais os vínculos entre os “governantes e funcionários do Estado” – aos quais a citação se refere – e o “grande capital” que fornece título à citada obra.

Como destaca Diniz (1994, p. 200), o período do governo militar representou um momento decisivo de traços fundamentais da política brasileira, dentre estes um caráter tecnocrático de condução da política econômica, que, marcado por um sistema fechado e excludente, aprofundaria uma concepção de supremacia da abordagem técnica. Da mesma forma, como já vimos anteriormente, o estilo tecnocrático também demarcou a retórica e a atuação pedagógica do IBP. Justificando suas atividades – mesmo as de cunho mais comercial, como a elaboração de catálogos, tabelas e publicações sobre seus associados e produtos fornecidos por estes – recorrentemente como “técnicas”, o IBP desenvolvia desde seus primeiros anos uma de suas principais estratégias pedagógicas, legitimando-se por uma forma de racionalidade baseada na adoção de critérios ditos “técnicos”, mas que apagavam os interesses empresariais concretos em suas atividades.

A própria expansão da economia fez com que estes argumentos – tanto do governo, como de organizações como o IBP –, durante o período do chamado “milagre econômico”, respaldassem a própria forma com que se desenvolvia a política econômica. Utilizando-se de dados essencialmente “técnicos” em documentos e pronunciamentos, militares e empresários elaboravam uma pedagogia despolitizadora – em verdade repolitizadora – das orientações e decisões políticas, desestimulando a participação das camadas mais populares da vida política do país. Tratava-se, portanto, da substituição do “político” pelo “técnico”, tanto que ao mesmo tempo que esta ideologia constituía seu intelectual orgânico – o tecnocrata –, desenvolvia o próprio arcabouço pedagógico a ser utilizado por este intelectual.

Seguindo seu foco no período, de desenvolver as alianças presentes no “tripé” num acordo de ganhos mútuos, e em acordo com a orientação política provinda do governo militar, o IBP buscou se inserir em outros canais existentes no âmbito da aparelhagem estatal, legitimando-se como órgão de consulta para casos de similaridade de produtos nacionais. Conforme o Relatório de Atividades de 1967 (IBP, 1968):

Tentando, ainda uma vez, atender a **função básica da Assessoria**, solicitou-se permissão à Diretoria para sua **participação como órgão consultivo junto ao Conselho de Política Aduaneira e CACEX**, com a finalidade de **julgar casos de Similaridade de Produtos Nacionais**, segundo o Decreto nº 61.574, que regulamenta o “SIMILAR NACIONAL”, conforme disposto no DECRETO-LEI nº 37 de 18/11/67 (*ibidem*, p. 18, *grifos meus*).

É interessante observar que no mesmo ano em que é instituído o Decreto nº 61.574/67, além de buscar se inserir como órgão consultivo, o Instituto busca a ampliação deste debate junto aos seus canais, iniciando o planejamento do VI Seminário do IBP intitulado “A Indústria Nacional e sua Participação na Indústria de Petróleo e Petroquímica”. Previsto para ocorrer em 1969 e reputado como “o maior e mais importante que o IBP tenha realizado até então” (IBP, 1969, p. 29), o Seminário objetivava: “reunir a parcela mais representativa da Indústria Nacional que tenha ligação com a Indústria do Petróleo e Petroquímica, resultando daí talvez melhores condições para um entendimento mais amplo entre seus membros”. Contava ainda a Comissão Executiva do Seminário com um membro do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea) – órgão de planejamento do governo criado em 1964 –, fechando assim a vinculação da organização do evento com o Estado restrito. O Seminário obteve a participação de 450 técnicos, 84 empresas, 11 órgãos governamentais e entidades de classe, 7 universidades e 25 empresas participaram da Exposição Industrial anexa (IBP, 1970, p. 34).

Logo no ano seguinte à solicitação, o IBP conseguiu a inscrição da Assessoria de Engenharia como órgão consultivo do Conselho de Política Aduaneira (CPA) e da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) para assuntos de Similaridade de Produtos Nacionais (IBP, 1969, p. 6). A partir de 1971, o primeiro dos objetivos da Assessoria de Engenharia apresentados nos relatórios anuais se referia ao atendimento destas consultas, porém, desde que estas fossem de interesse dos associados do Instituto, conforme abaixo.

4. OBJETIVOS DA COMISSÃO

a) **Atender as consultas técnicas** oriundas das Comissões Técnicas, da Diretoria Executiva do IBP e de órgãos governamentais (**CACEX, CPA, Banco Central e outros**), **desde que se refiram a matéria específica de interesse dos associados** do IBP (IBP, 1972, p. 12, *grifos meus*).

A Cacex era a agência encarregada da política comercial, sendo fundamental no desenvolvimento da política de substituição de importações e a principal responsável pela política de proteção à indústria nacional a partir da década de 1960, formulando e aplicando medidas voltadas ao controle seletivo das importações. Com a implementação da política de incentivos às exportações para regular a balança comercial do país no governo militar, a Cacex

passou a formuladora da política e da própria proteção comercial, se fortalecendo institucionalmente. Considerada uma das agências mais estruturadas tecnicamente dentro da aparelhagem estatal, centralizava decisões sobre a política de comércio exterior, definindo créditos, incentivos fiscais e financeiros, mecanismos regulatórios e operacionais. Devido ao seu ganho de centralidade na definição da política comercial, se tornou espaço importante na articulação de interesses privados (FERNANDES, 2011).

Conforme Boschi (1979, p. 209), o setor de bens de capital possuía participação formal na Cacex, sendo esta uma das agências mais relevantes na representação de seus interesses. Na agência o setor era representado pela ABDIB através dos “Acordos de Participação”, mecanismos que consistiam na definição da proporção de bens de capital a serem importados ou produzidos internamente. Estes mecanismos foram institucionalizados em 1968 – ano em que o IBP teve sua inscrição – como modalidades de negociação entre os produtores e investidores sob regulamentação da ABDIB. A regulamentação dos acordos de participação foi assumida pela Cacex a partir de 1972, mas continuou seguindo recomendações prévias da ABDIB quanto aos índices de participação nacional no mercado de bens de capital.

A penetração do IBP nas agências de representação de interesses empresariais voltados ao desenvolvimento do setor de bens de capital demonstra que o desenvolvimento da produção de equipamentos voltados à indústria do petróleo e suas cadeias vinculadas havia se tornado um dos eixos principais da atividade do Instituto no período. Quanto ao papel e interesse da Petrobras na questão, nota-se que a empresa, como gestora central da aliança entre os entes do tripé, atuava através do IBP na busca pelo desenvolvimento de serviços e materiais que lhes eram necessários. As vinculações entre tecnocratas das empresas estatais – muitas vezes com ligações diretas ou indiretas com o capital privado – e empresários privados tem suas forças condensadas em seus intelectuais coletivos que realizam o processo de articulação de seus interesses internos e com as agências do Estado estrito, canalizando suas demandas em um jogo de ganhos mútuos.

Outra expressão desta situação de confluência de interesses entre os entes da aliança e o Estado restrito é o início de estudo, na Assessoria de Engenharia, do Decreto nº 64.345 de 1969 (IBP, 1970, p. 7), que “institui normas para a contratação de serviços, objetivando o desenvolvimento da Engenharia nacional”, no ano em que este passava a vigorar. Em 1970, um representante do Ministério do Planejamento chegou a realizar uma palestra sobre o assunto devido ao interesse das entidades que integravam a Assessoria.

Conforme Campos (2012), o decreto criava um reserva institucional do mercado para obras públicas realizadas no país, nas quais só participariam empresas nacionais – segundo a

formulação do próprio decreto para “empresa nacional”. O decreto era, portanto, uma conquista para o capital dito “nacional” diante da concorrência com estrangeiras. Em seu Artigo 1º podemos entender a questão:

Art. 1º Os órgãos da Administração Federal, inclusive as entidades da Administração Indireta, só poderão contratar a prestação de serviços de consultoria técnica e de Engenharia com empresas estrangeiras, nos casos em que não houver empresa nacional devidamente capacitada e qualificada para o desempenho dos serviços a contratar.

Parágrafo único. Consideram-se empresas nacionais, para os fins deste artigo as pessoas jurídicas que regularmente constituídas no país, tenham aqui sede e fôro, estejam sob o controle acionário de brasileiros natos ou naturalizados, residentes no país, e tenham pelo menos metade de seu corpo técnico integrado por brasileiros natos ou naturalizados (DECRETO Nº 64.345).

No final dos anos de 1960 a Assessoria de Engenharia havia se tornado seção central no IBP, passando a tomar o status anteriormente da Comissão de Refinação. A última, que possuía a “tarefa normal de órgão técnico orientador do trabalho das comissões, concentrou seus esforços no estudo da reforma estrutural do Instituto” (IBP, 1967, p. 2) no ano de 1966, não aparecendo mais nos Relatórios de Atividades da organização a partir do ano de 1968. A centralidade da Assessoria pode ser verificada quando em 1969 esta “assumiu o encargo de assessorar a reestruturação das Comissões Técnicas” (IBP, 1970, p. 7), função que vinha sendo realizada anteriormente pela Comissão de Refinação. Além disso, após esta outra reestruturação, na descrição dos objetivos de boa parte das Comissões do IBP constava o atendimento “às solicitações para estudos ou pareceres oriundos da Assessoria de Engenharia, Coordenação Geral e Diretoria Executiva do IBP” (IBP, 1972, p. 22), demonstrando o caráter da Assessoria como núcleo de irradiação das atividades de outras Comissões.

A partir do início dos anos de 1970 pode ser verificada uma diminuição sensível do número de reuniões e atividades da Assessoria de Engenharia. No entanto, tal diminuição é justificada exatamente pela expansão alcançada pelas empresas representadas na seção do IBP, concluindo o Instituto que a diminuição do número de reuniões e os consequentes impactos sobre suas realizações se deviam às “múltiplas atividades dos membros da Assessoria de Engenharia, assoberbadas pelo crescimento das atividades industriais do Brasil e de cada Empresa, de modo particular” (IBP, 1972, p. 14).

3.3. O IBP e o amadurecimento do “tripé” – o “esquema tripartite” do setor petroquímico

Com a referida proposta de reforma estrutural interna, realizada ainda pela Comissão de Refinação em 1966, o IBP possuía como finalidade adaptar a estrutura de seus órgãos

técnicos ao melhor atendimento das necessidades de seus associados, sobretudo aqueles que se situavam fora de atividades de refino (IBP, 1967), inicialmente tratado como eixo central para organização das atividades do Instituto como um todo. Os objetivos desta reforma previam a ampliação das atividades para áreas que, segundo o IBP, certamente ocorreriam para outros elos do complexo industrial petróleo-petroquímica, conforme descrito abaixo.

A reforma visa dois objetivos: um a curto e outro a longo prazo.

A curto prazo procurar-se-á fazer com que os grupos de trabalho já existentes tenham uma ação mais profícua e contínua, orientando-os mais frequentemente de acordo com os objetivos do IBP e coordenando seus esforços.

Com vistas ao futuro, o Instituto será preparado para a ampliação de suas atividades, que certamente ocorrerá nas áreas de petroquímica, exploração e produção, transporte, comercialização etc. Por este motivo, a estrutura proposta é bastante flexível (IBP, 1967, p. 2).

Desde 1964, buscando concentrar as atividades de planejamento econômico no seio do Estado restrito, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), órgão subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio (MIC) com a finalidade de promover a expansão do parque industrial brasileiro sob comando da iniciativa privada. Ainda no mesmo ano, dentro da estrutura do CDI foi criado o Grupo Executivo da Indústria Química (Geiquim), novo locus da tecnoburocracia oriunda do CNP e Petrobras (SUAREZ, 1986, p. 74), que posteriormente foi transformado em Grupo Setorial III (GS-III). Sendo responsável por planejar o desenvolvimento da indústria petroquímica, o CDI aprovava benefícios e financiamentos a serem fornecidos para o desenvolvimento de novos projetos neste ramo industrial (*ibidem*).

O Geiquim se aliou ao BNDE, formando um grupo de trabalho para estudar alternativas para o desenvolvimento da indústria petroquímica. Entre divergências e conflitos ocorridos entre os tecnoburocratas das duas agências (*ibidem*, p. 75), resultaram dois decretos federais, em 1965, que estabeleciam prioridade para a iniciativa privada no estabelecimento da indústria petroquímica e recomendavam preferência ao capital “nacional” se em igualdade de condições, fornecendo poder a este último nas negociações e associações com empresas multinacionais. Nesta conjuntura surgem dois grandes projetos privados no setor petroquímico, um da multinacional *Union Carbide* para uma fábrica de eteno, utilizando um processo produtivo até então inovador, e outro da Petroquímica União, do Grupo Capuava – famílias Soares Sampaio e Geyer –, inicialmente em associação com a multinacional *Phillips Petroleum*.

Entretanto, ambos os projetos tiveram dificuldades para se efetivarem. O projeto da *Union Carbide* apresentou falhas na implementação da nova tecnologia proposta, sendo inviabilizado comercialmente e tendo a corporação abandonado este projeto no Brasil. Em decorrência de dificuldades com o projeto da Petroquímica União, que elevaram seus custos de

implantação, a *Phillips Petroleum* – que já enfrentava problemas semelhantes em outro empreendimento no país em conjunto com o Grupo Ultra, o da Ultrafértil – decidiu deixar seus projetos no Brasil. Conforme Suarez (*ibidem*, p. 78), os grupos nacionais não tinham condição de dar continuidade aos projetos autonomamente, pois os investimentos de capital aplicados representavam uma parcela significativa de seus ativos, que também não poderia ser perdida como fizeram as multinacionais. Neste caso, a solução foi recorrer ao setor produtivo estatal, através da Petrobras, para efetivar os projetos em andamento.

Apesar de o CNP, em 1957, ter facultado à Petrobras a produção e comercialização de petroquímicos básicos e de algumas empresas, dentre elas a própria Petrobras, já terem solicitado registro ao órgão para atuação no ramo petroquímico em 1958 – conforme apresentado no final do Capítulo 2 –, a indústria petroquímica se manteve relativamente estagnada até 1964. A dinâmica de expansão industrial baseada no setor de bens de consumo duráveis, sobretudo na indústria automobilística, demandava à Petrobras o foco na expansão de atividades de extração e refino. O crescimento lento da petroquímica seguia na contramão da expansão industrial ocorrida no país, com a elevada necessidade de exportar produtos petroquímicos para satisfazer o mercado interno. A prioridade fornecida pelo CNP à Petrobras e ao capital “nacional” divergia da orientação política de favorecimento da presença do grande capital estrangeiro em ramos mais dinâmicos da indústria, como era o caso do petroquímico (SUAREZ, 1986, pp. 67-8).

Portanto, além de ser a opção dos grupos privados nacionais devido às dificuldades de garantir continuidade de seus projetos, o ingresso da Petrobras no setor petroquímico se configurava como fundamental para a manutenção do modelo de desenvolvimento adotado pelas políticas de planejamento econômico do Estado estrito. A dificuldade ainda existente para os grupos privados nacionais, em termos de acumulação de capitais, para manterem a continuidade dos projetos por si só e a postura instável das multinacionais para o desenvolvimento da indústria petroquímica – além da elevação da necessidade de petroquímicos com o modelo de desenvolvimento adotado – levaram ao ingresso do setor produtivo estatal na questão (*ibidem*, p. 79).

Apesar de até então haver uma barreira legal que não permitia à Petrobras se associar à grupos privados para realizar empreendimentos, a situação é modificada em 1967, quando o governo permitiu a constituição de uma subsidiária para o desenvolvimento da indústria petroquímica, sendo, portanto, fundada ao final do mesmo ano a Petrobras Química S.A. – Petroquisa. Logo que constituída, a subsidiária assumiu as petroquímicas já existentes da Petrobras, se associou à Petroquímica União e à Ultrafértil, além de outros empreendimentos

do Polo Petroquímico de São Paulo, alguns com multinacionais. Formava-se, assim, o embrião de denominado “modelo tripartite” (*ibidem*, p. 80), que seria consagrado na condução do Complexo Petroquímico de Camaçari na década de 1970 (TORRES, 1997).

Ainda no final da década de 1960, a evolução dos empreendimentos da Petroquímica União e outros de segunda geração vinculados, bem como o crescimento da estimativa de investimentos necessários, levou o Grupo Capuava, junto ao Grupo Moreira Sales, a se associarem à multinacional *Hanna Mining* em uma empresa *holding* denominada Unipar (*ibidem*). Desta forma, o comando dos empreendimentos ficava detido aos grupos privados através da Unipar, uma vez que a participação da Petroquisa era minoritária.

Seguindo sua função de intelectual coletivo organizador dos interesses do capital vinculado à indústria do petróleo, o IBP implementa em 1970 uma nova estrutura para avançar sobre as novas áreas com a ascensão do chamado “milagre econômico”. Demonstrava o “Editorial” do Relatório de Atividades de 1970, a dinâmica de crescimento que o Instituto obteve no período.

O ano de 1970 pode ser considerado um marco para as futuras atividades do IBP. Após cuidadoso exame dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto até então, falhas e sucessos obtidos, foi decidida uma reestruturação total, tomando-se como base o trabalho das Comissões Técnicas (IBP, 1971, p. 3).

Neste sentido, o texto apresenta as modificações a partir desta reforma. As oito Comissões existentes foram transformadas em Comissões Permanentes. Buscando atingir novas áreas de interesse de seus associados, foram também criadas mais quatro Comissões Permanentes, sendo elas: Combustíveis, Formação do Profissional Especializado, Petroquímica e Preservação do Meio Ambiente. Não obstante a ampliação para novas áreas, o Instituto apontava que deveria “ser assinalada, pela primeira vez, a participação em Comissões do Instituto de representantes de diversos órgãos governamentais, possibilitando um diálogo e entendimento mais objetivos entre a iniciativa privada e o Governo” (IBP, 1971, p. 4).

É exatamente essa confluência de interesses entre a tecnoburocracia de agências vinculadas aos Estado estrito e o empresariado – nacional e estrangeiro – que iria se fazer representar na Comissão de Petroquímica, então implantada no Instituto ao final de 1970. Os agentes e agências que formaram o embrião do modelo tripartite para indústria petroquímica forjariam seus interesses coletivos no âmbito desta Comissão, que seria outra frente relevante de atividades do Instituto durante a década. Demonstração deste quadro é que, em 1970, a Comissão era formada basicamente pelas organizações que deram origem ao modelo tripartite, dentre os representados constavam o CNP, o Geiquim, a Petrobras e a Petroquisa, além das

próprias *Union Carbide* e *Petroquímica União*. Em 1971, os mesmos representantes do *Geiquim* aparecem como representantes do BNDE e, em 1972-73, como representantes do GS-III/CDI. A *Unipar* também ingressa nos quadros da Comissão a partir de 1971.

Entretanto, algumas modificações na conjuntura político-econômica, ocorridas ainda no final dos anos de 1960, iriam modificar a linha de desenvolvimento do parque industrial petroquímico no país. Iniciado o segundo governo militar, do general Costa e Silva, foi indicado para o Ministério do Planejamento – núcleo econômico do Estado estrito à época – o nome de Hélio Beltrão, que passou a substituir Roberto Campos no cargo. Apesar de não alterar a diretriz básica do modelo de desenvolvimento adotado anteriormente, o então ministro e ex-presidente do IBP (1957-1962) implementou um processo de reforma administrativa, que em sua lógica pretendia “desburocratizar” o serviço público e descentralizar atividades. A lei básica da reforma administrativa de 1967, o Decreto-lei nº 200, aprofundava o intervencionismo estatal na ordem econômica através da constituição de empresas estatais para atuarem em determinados ramos do mercado, fornecendo-as uma lógica de atuação baseada na empresa privada. A “reforma” implementada constituiu um dos incentivos para consolidar uma nova forma de cultura empresarial do Estado estrito, ampliando os espaços para a tentativa de tornar interesses privados em públicos, de aplicar a lógica da empresa privada na aparelhagem estatal e de colaboração entre executivos privados e das empresas estatais. Adotando o princípio da descentralização e fornecendo às empresas estatais personalidade jurídica de direito privado, a “reforma” consagrou o estímulo à autonomia dos agentes da tecnoburocracia estatal⁴⁷, conseqüentemente possibilitando à liderança da Petrobras autonomia relativa suficiente para avançar em direção a outros ramos produtivos, dentre eles o petroquímico (ALVEAL CONTRERAS, p. 82-3).

Apropriando-se deste recurso, as lideranças da Petrobras se direcionariam rumo à expansão das atividades da empresa, puxando o conjunto da burguesia industrial – capital nacional e estrangeiro – em direção ao desenvolvimento do parque petroquímico, da oligopolização e da internacionalização econômica sob sua liderança. A estratégia adotada pela empresa estatal não possibilitou apenas o desenvolvimento da indústria petroquímica no país,

⁴⁷ Cabe destacar que a tecnocracia não é entendida como fração social autônoma nesta pesquisa. Estas camadas acabam relativamente se autonomizando no processo, mas como intelectuais orgânicos de diferentes estratos sociais, possuem vinculação com os interesses de frações de uma das classes fundamentais, a burguesia. Portanto, a tecnocracia não pode ser entendida aqui como contendo autonomia enquanto grupo social – muito menos como classe –, pois é formada diretamente por intelectuais oriundos da própria burguesia ou por seus prepostos. No entanto, a forte penetração da burguesia industrial no Estado durante a ditadura – diretamente ou através destes prepostos – possibilitou essa relativa autonomização destes agentes que na ossatura estatal, garantindo, portanto, os retornos à própria burguesia industrial durante o período.

mas, sobretudo, assegurou ao capital privado a ampliação de nichos de atuação na produção e, portanto, de elevação de seu poder de acumulação. O modelo econômico do “tripé”, adotado no período da ditadura civil-militar, e a conglomeração empresarial no formato de *holdings* – já presente na construção embrionária do modelo tripartite elaborado inicialmente para salvaguardar a dificuldade do capital nacional na consecução da petroquímica – iriam se ampliar nos anos de 1970 com a adoção desta organização como fundamento base para desenvolvimento do parque petroquímico.

Um outro fator é relevante nesta mudança dos rumos iniciais da implementação da indústria petroquímica no país. Com o general Ernesto Geisel assumindo a presidência da Petrobras em 1969, foi imprimida uma mudança de rotas na direção da empresa em relação ao seu curso inicial. Deslocando a alocação de investimentos da área de exploração/produção – que havia forjado a fundação da Petrobras na década de 1950 – para o refino e para a diversificação em outras atividades, Geisel buscava concentrar os investimentos em atividades mais rentáveis da indústria de petróleo. Seguindo a lógica da reforma administrativa implementada por Beltrão, o então presidente da empresa estatal dotava a empresa de um comportamento empresarial essencialmente orientado pela lógica privada (*ibidem*, p. 92).

Nessa direção, foi durante a gestão de Geisel na Petrobras que se criaram algumas de suas grandes subsidiárias. Além da Petroquisa, criada anteriormente (1967), foram criadas a Petrobras Distribuidora (1971) e a Braspetro (1972), esta última com a finalidade de explorar e produzir petróleo no exterior. Essa ampliação da autonomia financeira e estratégica da empresa levou a busca por uma participação mais acentuada da empresa estatal no setor petroquímico, sobretudo através da consagração do modelo de participação tripartite, baseado na presença de capital privado nacional, tecnologia oriunda das multinacionais e recursos financeiros da empresa estatal.

Alveal Contreras (1994, p. 89) avalia que a ênfase inicial da Petrobras na atividade de refino reside, sobretudo, na centralidade desta atividade na lógica de integração da indústria petroleira. Para a autora esta é uma atividade industrial que, apesar de elevado aporte tecnológico e de investimentos, é altamente lucrativa, situando-se em um nível de risco no âmbito da estrutura vertical da indústria petrolífera – no sentido da relação entre investimentos e retornos dentro dos ramos desta indústria, desde a pesquisa/prospecção/produção, refino, transporte, distribuição – dentro da normalidade de empreendimentos que exigem considerável aporte de capital e tecnologia. Ainda segunda esta lógica, a verticalização da indústria, viabilizada pelo refino como elo central, possibilita a superação do espaço restrito à indústria

petroleira, tornando possível uma estratégia empresarial que avance para o complexo petroquímico.

Consagrando o modelo tripartite de participação no desenvolvimento do segundo polo petroquímico do Brasil, o Polo de Camaçari, na Bahia, em 1972 foi criada a Petroquímica do Nordeste (Copene), subsidiária da Petroquisa. A Copene era responsável pela Central de Matérias Primas e a Central de Utilidades, tendo participação acionária obrigatória das empresas consumidoras. Diferentemente do que ocorreu no Polo de São Paulo, a direção da Petroquisa buscou que o Polo da Bahia fosse criado com uma concepção de planejamento integrado, no qual cada empresa teria sua constituição acionária dividida entre a Petroquisa – que não teria participação inferior a qualquer outro acionista –, capital estrangeiro no fornecimento de tecnologia e capital privado nacional. Seguindo a mesma lógica, em 1976 foi criada a Petroquímica do Sul (Copesul), também subsidiária da Petroquisa, para a implantação do Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo, Rio Grande do Sul, nos mesmos moldes e, portanto, mantendo o modelo tripartite de participação entre os capitais.

Cabe destacar que a ampliação da autonomia da Petrobras já levaria à participação mais ativa da empresa estatal na petroquímica. Entretanto, este processo foi influenciado por um grupo de empresários e tecnoburocratas do Estado da Bahia. O estado já era o principal produtor de petróleo e praticamente o único de gás natural, além disso possuía a primeira refinaria nacional, a Refinaria Landolfo Alves de Mataripe, em operação desde 1950. Contrapostos ao grupo baiano, o Grupo Capuava e outros grupos privados, formados sobretudo por multinacionais, defendiam a expansão do Polo de São Paulo, objetivando manter uma posição hegemônica sobre alguns subprodutos que seria perdida com a criação de um segundo polo (SUAREZ, 1986, pp. 87-91).

Em 1969 foi concluído um estudo, coordenado pelo Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (Conder) e com recursos do governo federal, sob o título “Desenvolvimento da indústria petroquímica no Estado da Bahia”. Apesar de ter sido contratado à empresa Clan – Consultoria e Planejamento, o estudo havia sido realizado já em colaboração com membros da Petrobras, Petroquisa, BNDE e Geiquim, dos quais se destacavam os engenheiros químicos Paulo Belotti e Otto Perrone, do BNDE e Petrobras, respectivamente. A partir de análises, o estudo recomendava a localização do polo na Bahia e propunha a participação da Petroquisa no sistema químico básico a ser instalado. No entanto, as conclusões de tal estudo não foram suficientes para viabilizar a implantação do Polo, pois o grupo de São Paulo apresentava análises também tidas como “técnicas” que apontavam vantagens para expansão da capacidade produtiva do Polo de São Paulo (*ibidem*).

Apesar de o CDI iniciar a aprovação de projetos a serem implantados para o polo da Bahia, devido às vantagens do gás natural produzido na região e dos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foi a entrada de Geisel como presidente da Petrobras que alterou a correlação de forças existentes. O então governador da Bahia, que possuía proximidades com Geisel, conseguiu o apoio da Petrobras na defesa de implantação do Polo. A partir de então, foi formado um comitê misto entre a Petrobras e membros vinculados ao governo na Bahia para buscar apoio político para a implantação do Polo. Os representantes da Petrobras neste comitê eram Leopoldo Miguez, que estava no cargo de diretor industrial da empresa estatal com a entrada de Geisel, e Otto Perrone, seu principal assistente na empresa. Inicialmente, estes lograram apoio do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério do Planejamento. Em seguida, conseguiram apresentar seus argumentos ao Serviço Nacional de Informações (SNI) – órgão criado após o Golpe de 1964 para coordenar informações –, alinhando suas justificativas em termos de segurança nacional. Desta forma, a aliança da tecnoburocracia de Geisel vinculada à ideologia da segurança nacional ganhou a adesão da alta cúpula militar, tanto que o presidente em visita à Bahia confirmou tal apoio. Em 1971, o MIC criava um Grupo de Trabalho para o Polo Petroquímico da Bahia (*ibidem*, 91-3).

Vale observar que grande parte dos principais agentes e agências que foram importantes articuladores das decisões sobre a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari possuíam vinculações diretas com o IBP ou estavam representados na Comissão de Petroquímica. O engenheiro químico Paulo Belotti, que representou o BNDE na colaboração com o estudo da Clan – Consultoria e Planejamento, passou a conselheiro do Conselho Administrativo do IBP a partir de 1971 (IBP, 1972, p. 8). Leopoldo Miguez, que assumiu o cargo de diretor industrial da Petrobras na gestão Geisel e participou do grupo que conseguiu apoio da cúpula militar para implantação do Polo da Bahia, além de ter sido um dos fundadores do IBP, era também um destes conselheiros do Instituto no mesmo período. Otto Perrone, que representou a Petrobras no estudo da Clan e foi assistente de Miguez na direção da empresa, também participou do alto escalão de quadros do IBP, chegando a presidente do Instituto em 1995. Além disso, entre 1964-68, Perrone chefiou a Assistência de Indústria Petroquímica da Petrobras, foi diretor na Petroquisa entre 1971-82 e primeiro presidente da Copene na coordenação e implantação do Polo Petroquímico da Bahia (cf. Apêndice I).

A Comissão de Petroquímica do IBP já contava, em sua constituição, com algumas das agências estatais que influenciaram as decisões sobre a implantação do Polo da Bahia – dentre elas, o Geiquim, o BNDE, o CDI e as próprias Petrobras e Petroquisa –, conforme citado acima na discussão sobre a implantação do Polo de São Paulo. Outras passaram a constituir a

Comissão, como o MIC, em 1974, e a Secretaria de Minas e Energia da Bahia (SME-BA), na qual foi vinculada a indústria petroquímica na estrutura do governo. Comandada pelo secretário José de Freitas Mascarenhas, que mais tarde exerceria importantes cargos em empresas do Polo (SUAREZ, 1986, p. 120), foi o próprio que passou a representante titular da SME-BA na Comissão do IBP a partir de 1973. A empresa Metanor – Metanol do Nordeste S.A., produtora de metanol em Camaçari, também passou a constituir a Comissão a partir de 1971.

A constituição da Comissão de Petroquímica, com quase todas as principais agências estatais de financiamento industrial e empresas – estatais e privadas – vinculadas ao desenvolvimento do setor petroquímico no país, a colocava praticamente em um status de conselho público-privado de decisões sobre o desenvolvimento do setor. Esta envergadura fornecia tanta credibilidade ao papel da Comissão que a possibilitava transmutar as discussões internas, com interesses e conflitos ali condensados, como decisões que interessavam à nação. Este deslocamento aparece expresso no próprio objetivo da Comissão, conforme abaixo.

Participar especificamente de todas as atividades e problemas concernentes à Indústria Petroquímica do Brasil, desde o fornecimento e disponibilidade de matérias primas até a comercialização do produto final, procurando atender não somente a assuntos de interesse dos associados do IBP, mas também de interesse nacional (IBP, 1973, p. 38).

A ideia de atender ao “interesse nacional” surge logo com o primeiro programa de atividades. Fundada em dezembro de 1970 (IBP, 1971, p. 39), a Comissão de Petroquímica ao organizar uma espécie de “comitê de planejamento do desenvolvimento”, devido à presença tanto da tecnoburocracia das agências de financiamento do Estado estrito, como o setor produtivo estatal e privado, condensava dentro de uma entidade privada a decisão de novos setores para ampliação da acumulação, análises de mercado, definição de localização de áreas a serem desenvolvidas, fluxos intervencionalizados entre os setores de produção e necessidades de desenvolvimento dos fatores de produção. Ou seja, o IBP possibilitava em uma Comissão a elaboração de consensos necessários para um acordo de ganhos mútuos, utilizando-se da lógica do “planejamento técnico” – típica das formas de legitimação das diretrizes políticas durante a ditadura civil-militar e da arquitetura pedagógica elaborada pelo Instituto desde a sua fundação – para orientar as decisões, além de operar na transformação de interesses particulares em gerais.

3. PROGRAMA PARA 1971

Instalada em dezembro de 1970, a Comissão de Petroquímica encontra-se em fase final de elaboração de seu programa de trabalho.

Podem ser destacados os seguintes itens que deverão ser abordados pela Comissão:

a) **Seleção dos setores da petroquímica a serem desenvolvidos;**

- b) Estudos de mercado. Atualização das **previsões da demanda estabelecidas pelo Plano Decenal**, buscando a melhoria das metodologias para as futuras previsões;
- c) Preparação de sumário de dados para a Indústria Petroquímica: **fluxograma de complexos para os diversos produtos** (primários, intermediários, finais) e **levantamento das tecnologias** através os dados de “vetores atividades” (insumos lineares e não lineares)
- d) Análise das **necessidades futuras do País: capacidade e localização**. Possibilidades para o **alcance de economias de escala** (IBP, 1971, p. 39, *grifos meus*).

Como apresentado anteriormente, em 1969 havia sido organizado o último “Seminário do IBP” até então. Denominado “A Indústria Nacional e sua Participação na Indústria do Petróleo e Petroquímica”, o evento já apontava para a vinculação entre o foco principal de atuação do IBP e a nova área a ser desenvolvida a partir da virada da década de 1970. Demonstrando, por um lado, que a atividade petroquímica havia se tornado o carro-chefe do período no Instituto e, por outro, que os avanços conquistados anteriormente possibilitaram maior organicidade interna, a partir de 1971 vinha sendo planejada a transformação dos chamados “Seminários do IBP” em “Congressos de Petróleo e Petroquímica”. Espelhando-se em eventos de outras associações setoriais de organização do empresariado, o Instituto pretendia a partir de então realizar eventos periódicos, com maior dinamismo, organização e abrangência de setores. Esta situação também é confirmada com a intenção de transformar os “Boletins do IBP” na edição mensal da Revista do IBP, que passou a ser denominada revista “Petróleo e Petroquímica” (IBP, 1973, p. 71) a partir de 1972 e segue mencionada abaixo.

Entrarão em fase de estudos e planejamento os **Congressos Brasileiros de Petróleo e Petroquímica** que o IBP pretende realizar, a exemplo do que têm realizado com grande êxito em seus setores de atividades outras entidades como o Instituto Brasileiro de Siderurgia, Associação Brasileira de Metais e Associação Brasileira de Química. Esses congressos serão realizados em **substituição aos tradicionais Seminários do IBP**, tão logo se firme a **publicação da Revista**. É nossa **intenção realizar tais Congressos periodicamente**, com maior dinamismo e organização que os Seminários, e, o que é mais importante, **abrangendo uma maior faixa de temas** o que propiciará uma **reunião completa dos técnicos e administradores que militam nos setores do petróleo e petroquímica** (IBP, 1971, p. 6, *grifos meus*).

É interessante destacar a ideia de reunir técnicos e administradores que “militam” no setor. Ao apontar para uma “reunião completa” de militantes, explicita o IBP que estes eventos possuíam a intenção de elaborar consensos mais amplos entre os administradores de empresas, a tecnoburocracia – que também figurava nos cargos executivos destas empresas – e outros “militantes” que se configuram como intelectuais de mais baixo calão, porém orgânicos às pautas dessa burguesia e, portanto, extremamente necessários na legitimação dos interesses destas frações burguesas, os denominados “técnicos”.

Nesse sentido, é possível perceber como a Comissão de Petroquímica surgia como um comitê de formulação das necessidades para se expandir as formas de acumulação no setor – investimentos, subsídios e consensos entre o empresariado e a tecnoburocracia –, apresentadas como formas de “desenvolver o país” e, portanto, se configurando não como interesse particular, mas como interesse geral. No entanto, para a sedimentação de seus projetos no seio da sociedade civil como sendo de interesse geral, era necessário fornecê-los conotação “técnica” e meios pedagógicos de disseminá-los publicamente com tal conotação. Para isso, a adesão às suas pautas, de intelectuais que fariam a organização e disseminação destas necessidades como gerais, era de extrema relevância. Por isso a organização de “reuniões completas” de “militantes” em prol de suas causas e outros meios, como o impresso (a Revista), de capilarizá-los.

A demonstração de que a Comissão se configurava como o ambiente de formulação destes consensos é perceptível por suas próprias atividades. Logo em seu primeiro ano de atividades, a Comissão de Petroquímica realizou trabalhos e discussões entre empresários sobre as necessidades (fatores) para ampliação da indústria petroquímica e buscou iniciar a formação de seus próprios quadros principais de intelectuais, os executivos de empresas, conforme as atividades desenvolvidas no ano de 1971 e apresentadas abaixo.

6. ATIVIDADES EM 1971

6.1 – Publicação do trabalho sobre Fatores de Desenvolvimento de Indústria Petroquímica no Brasil.

6.2 – Contactos com a A.D.L.⁴⁸ para instalar no Brasil um curso sobre “Gerência de Indústria Petroquímica”.

6.3 – Palestras de empresários visando o trabalho sobre “Fatores que vêm dificultando a rápida instalação de Indústria Petroquímica no Brasil”.

6.4 – Publicação de documentação sobre orientação (IBP, 1972, pp. 61-2).

Sobre a realização de um curso para formar gerentes da indústria, apesar de ter chegado à inviabilidade de realizar o curso devido, especialmente, à dificuldade de afastar “um executivo de alto nível de suas funções durante um período de 16 semanas com dedicação de horário integral”, o Instituto chegou a buscar no Estado estrito os subsídios necessários para financiar o “alto custo” deste curso (IBP, 1973, p. 61). Para o Instituto, apesar de se apresentar como patrocinador, a utilização – no mínimo conjunta – de recursos estatais para cursos com custos elevados visando o favorecimento do empresariado, no sentido de elevar seu poder de acumulação, se apresentava mais como uma necessidade para o desenvolvimento do que um

⁴⁸ Quanto à sigla, o IBP se referia à empresa estadunidense de consultoria Arthur D. Little.

beneficiamento privado a agentes que possuem condições de realizá-los com seus próprios recursos financeiros.

6.1 – Estudos de Viabilidade do Curso de Gerência

Após ter mantido alguns contatos na área governamental, visando a obtenção de subsídios para a realização de uma Curso de Gerência de Petroquímica para executivos de alto nível e que seria ministrado no Brasil pela firma americana de consultoria, Arthur D. Little, sob o patrocínio do IBP, o Instituto Brasileiro de Petróleo convocou uma reunião de empresas que se haviam mostrado interessadas para uma discussão ampla do problema.

No mesmo ano o IBP demonstra novamente esta operação de transmutar interesses particulares como se fossem da “nação”. Ao expor a finalização do 1º ciclo de palestras de empresários, apontado acima, que discutiram os entraves na implementação de seus projetos, novamente o Instituto traz a questão como causa de “elevados prejuízos ao país”.

Foi encerrado o 1º ciclo de palestras promovidas no âmbito da Comissão de Petroquímica do IBP, realizadas por empresários do setor da indústria petroquímica, com a finalidade de serem estudadas e determinadas as causas e possíveis soluções para os entraves e dificuldades encontrados na implantação de projetos do setor petroquímico, os quais vem onerando sobremodo os custos de instalação dessas indústrias e causando elevados prejuízos ao país (IBP, 1973, p. 61).

Além de elaborar documento baseado nas palestras para publicar em sua revista, como primeiro resultado destas, o Instituto lançou o curso de “Análise de Projetos de Investimento na Indústria Petroquímica” (*ibidem*, p. 4). O sucesso do primeiro curso realizado, no ano de 1973, levou o IBP a repeti-lo no ano seguinte.

Enquanto a Comissão de Petroquímica forjava a formação dos intelectuais formuladores do projeto político do setor petroquímico – os empresários –, outra Comissão, a de Formação do Profissional Especializado, buscava formas de financiar a formação de outras camadas de intelectuais, os “técnicos”, e de trabalhadores adequados às necessidades de acumulação destes primeiros intelectuais. Para garantir as necessidades formativas, a Comissão de Formação do Profissional Especializado determinou como planejamento de trabalho, logo que foi criada, uma sistemática definição e previsão de necessidades, bem como o estabelecimento de uma política de formação de quadros necessários à indústria.

4. PROGRAMA PARA 1971

Instalada em dezembro de 1970, a Comissão de Formação do Profissional Especializado encontra-se em fase final de elaboração de seu programa de trabalho.

Podem ser destacados os seguintes tópicos que deverão ser abordados pela Comissão:

- a) Definição das necessidades de mão de obra especializada;
- b) Previsão quinquenal das necessidades de mão de obra especializada, inclusive das novas especializações;

c) Estabelecimento de uma política de formação de mão de obra qualificada que atenda às necessidades regionais (IBP, 1971, p. 25).

Em 1971, a Comissão era formada por representantes de indústrias petroquímicas e da própria Petrobras – Metanor, Petroquisa, Petroquímica União, Serviço de Pessoal (Sepes) e Centro de Pesquisas (Cenpes) da Petrobras –, de organizações voltadas à formação dentro da modalidade oficial de representação do empresariado instituída pelo Estado estrito – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) –, de órgãos do Estado estrito – Centro de Recursos Humanos do Ipea (CNRH-Ipea), Ministério do Trabalho e Ministério da Educação (MEC) –, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do próprio IBP (*idem*, 1972, p. 33).

No mesmo ano, a Comissão de Formação do Profissional Especializado, por solicitação de apoio do próprio MEC, passou a se dedicar a realização de um “estudo de viabilidade técnico-econômica da implantação de uma Escola Técnica de Petróleo e Petroquímica” (*ibidem*, p. 35). Em 1972, o relatório do estudo realizado através de convênio entre o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor-MEC) e a FGV, que obteve apoio do IBP, recebeu parecer favorável do Instituto e foi encaminhado ao MEC para análise de viabilidade, além de ter sido publicado na própria Revista Petróleo e Petroquímica (*idem*, 1973, pp. 37-8). O estudo concluiu pela instalação de três escolas de nível médio para as indústrias de petróleo e petroquímica, na Guanabara, em São Paulo e na Bahia, sendo aprovado pelo MEC (*idem*, 1974, p. 24).

Como forma de dar prosseguimento ao projeto, foi criada a Comissão Mista MEC-IBP, que elaborou os currículos das escolas, estabeleceu uma previsão de número de alunos, levantou as necessidades de recursos humanos, financeiros e de instalações (*ibidem*). A Comissão foi designada através da Portaria nº 367, de 24/05/1973, do Departamento de Ensino Médio do MEC, sendo constituída por: um representante do Departamento de Ensino Médio do MEC; três representantes da indústria de petróleo e petroquímica e membros da Comissão de Formação do Profissional Especializado do IBP, sendo um da Petrobras, um da Metanor e um da Petroquímica União; e três representantes das escolas indicadas pelo estudo, sendo estes o diretor do Colégio Técnico Industrial Conselheiro Antônio Prado (SP), o diretor da Escola Técnica Federal de Química da Guanabara e o diretor da Escola Técnica Federal da Bahia (*ibidem*, p. 49).

Além de demandar do Estado estrito a formação a partir das necessidades impostas pelo mercado em nível médio, o IBP também realizava processo semelhante para a formação profissional de nível superior. Nesta outra frente de atuação, a Comissão de Formação do

Profissional Especializado vinha, desde 1972, realizando um estudo sobre a situação do profissional de nível superior para as indústrias de petróleo e petroquímica. Claramente focada no setor que era o carro-chefe do momento, a petroquímica, o estudo enfocava o profissional de Engenharia Química. Para iniciar os estudos, o IBP realizou palestras no âmbito da Comissão com professores de universidades públicas, os engenheiros Kurt Politzer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Irundi Edelweiss, da Universidade da Federal da Bahia; Orion Cabral, da Universidade do Rio Grande do Sul; além de alunos do 5º ano e recém formados da Escola de Química da UFRJ. Como último palestrante, o IBP convidou um professor da Universidade de São Paulo (*ibidem*, pp. 24-5). Desta forma, o Instituto mantinha dentro de sua Comissão a presença das universidades de todas as principais localidades do país que congregavam as indústrias petroquímicas.

Como podemos observar pela análise das atividades do IBP, no período do chamado “milagre econômico” (1968-1974) o Instituto deu um salto de crescimento em suas formas de atuação, aprofundando mais ainda a sua interrelação com o Estado estrito, já existente em sua gênese. Nesse período, seguindo o estilo tecnocrático implantado pelo governo, o Instituto justificou sua atuação como “técnica neutra”, o que concretamente se vinculava mais a uma modalidade fechada e excludente de tomar as decisões, como ocorreu ao trazer os órgãos da aparelhagem estatal, a tecnoburocracia e outros agentes presentes nestes para o interior de suas Comissões denominadas como “técnicas”. Ou seja, na primeira década da ditadura civil-militar, período no qual foram retiradas as possibilidades de resistência da classe trabalhadora e de grupos de oposição, desenvolvido o modelo econômico e o aparato repressivo utilizado pelo governo, o mínimo de consenso social necessário à continuidade do regime instituído se legitimava através da concepção de uma supremacia da abordagem técnica, linguagem esta despolitizadora – concretamente repolitizadora – das informações governamentais (MENDONÇA & FONTES, 2006, p. 49), bem como das decisões e acordos realizados em espaços privados e em reuniões a “porta fechada”.

A base dessa ideologia buscava substituir o caráter “político” pelo “técnico”, ao mesmo tempo que criava seu intelectual orgânico, o tecnocrata, desenvolvia também as bases ideológicas deste intelectual. Apesar de alguns sociólogos terem atribuído à tecnoburocracia uma condição de classe social em si mesma, na mesma categoria da burguesia, o que víamos eram empresários ocupando cargos no governo, diretores de empresas estatais que também ocupavam cargos executivos em empresas privadas e agentes do governo na direção de empresas privadas. A própria tecnocracia desenvolveu algo que era equivalente a uma espécie de ideologia própria, tendo como base fundamental a ideia de que o planejamento era uma

“técnica neutra”. Esta, que já se vinha desenvolvendo desde as décadas anteriores, ampliou sua relevância com a entrada dos militares no poder. Sendo assim, crescentemente as classes dominantes transformavam os técnicos em uma espécie de “elite governante” (IANNI, 2019, p. 65).

Recorrer à intervenção estatal, a mecanismos autoritários e coercitivos e, sobretudo, à formulação do consenso mínimo através destes intelectuais, foi a base pela qual a burguesia buscou se manter como dominante apesar da sua incipiente hegemonia. Não à toa que esta “elite técnica” que as classes dominantes punham para governar assentavam num suposto “desenvolvimento” e “interesse nacional”, seu fundamento principal, as “forças” do mercado e a acumulação de capital. Além disso, estes fundamentos eram difundidos em espaços que possibilitavam experiências de educação e treinamento que eram comuns entre os militares, tecnocratas e empresários, como na Escola Superior de Guerra, em cursos da Fundação Getúlio Vargas ou nas próprias organizações privadas criadas para a formulação destes interesses, como foi o caso do IPES.

Ao criarem esta ideologia hegemônica credenciavam-se a interferir “tecnicamente” em uma infinidade de aspectos, mesmo que sua expertise “técnica” não fosse daquela área ou setor. No caso da educação e formação, estes intelectuais, ao colocarem seu fundamento ideológico como princípio, propunham uma lógica baseada em uma racionalidade instrumental vinculada à eficiência técnica e profissional. Assim, impunham como princípio pedagógico a formação de sujeitos adequados às necessidades produtivas necessárias ao mercado e à própria reprodução de sua ideologia, ambas alicerçadas na elevação da produtividade, condição do alcance de seu fundamento ideológico principal, as “forças do mercado” e um “desenvolvimento” excludente.

O resultado desta harmonia de concepções entre militares, tecnocratas e empresários é expresso pelas formas de o IBP atuar na formação profissional – elaborando diagnósticos de necessidades de formação profissional, intervindo em órgãos do Estado estrito para garantir a formação necessária à indústria, incluindo representantes de empresas na elaboração de currículos escolares e forjando nas universidades públicas suas necessidades formativas – e a similaridade com as diretrizes do empresariado para a educação à época. Dentre as atividades realizadas pelo IPES que eram vinculadas diretamente à educação, destacaram-se dois importantes eventos organizados por esta entidade, o simpósio sobre a reforma da educação e o Fórum “A educação que nos convém”. O primeiro, realizado ainda no primeiro ano do governo militar, em dezembro de 1964, tinha como objetivo discutir as diretrizes principais de

uma política educacional, tendo sido elaborado um “documento básico” como orientador dos debates. Conforme explicita Saviani (2010):

O “documento básico” foi organizado em torno do vetor do desenvolvimento econômico, situando-se na linha dos novos estudos de economia da educação, que consideram os **investimentos no ensino** como destinados a **assegurar o aumento da produtividade** e da renda. O texto considerava, então, que a própria escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática. Na sequência, o **ensino médio** teria como objetivo a **preparação de profissionais necessários ao desenvolvimento** econômico e social do país, **de acordo com um diagnóstico da demanda efetiva de mão de obra qualificada**. E, finalmente, ao **ensino superior** eram atribuídas duas funções básicas: **formar a mão de obra especializada requerida pelas empresas** e **preparar os quadros dirigentes** do país (SAVIANI, 2010, p. 343, *grifos meus*).

O segundo, o Fórum “A educação que nos convém”, se apresentou como uma reação dos empresários organizados no IPES à crise educacional aprofundada pela tomada de escolas superiores pelos estudantes em 1968, diante da qual a entidade passou a pressionar o Estado para que a resposta atendesse às suas expectativas. O evento foi realizado ainda no final de 1968 e conforme também analisa Saviani (*ibidem*), o sentido geral expresso no evento:

[...] é traduzido pela ênfase nos elementos dispostos pela teoria do capital humano; na **educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista**; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no **papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho**; na **diversificação do ensino superior**, introduzindo-se cursos de curta duração voltados para o **atendimento da demanda de profissionais qualificados**; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na **valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade**; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais (*ibidem*, pp. 344-5, *grifos meus*).

Com a expansão e fortalecimento de uma diversidade de agências estatais de pesquisa, análise, decisão e atuação na vida econômica do país – bem como na própria interseção do Estado com organizações da esfera privada, como ocorre no caso do IBP –, o que aparece como oriundo do “planejamento” do governo é a própria forma de ser da economia política da ditadura civil-militar. Ou seja, em todos os níveis da dimensão econômica – incluindo aí as diretrizes da educação –, o Estado estrito elabora políticas buscando favorecer a grande empresa privada de forma a ampliar a acumulação monopolista do capital (IANNI, 2019, p. 57). São os próprios resultados da articulação destas agências diretamente com o empresariado, suas organizações representativas, seus técnicos e/ou burocratas, a modalidade fundamental de decisão e criação de diretrizes políticas e econômicas durante este período.

Cabe ressaltar que, apesar de o IBP ter sido criado poucos anos antes do Golpe, é precisamente após 1964 que ocorre uma relevante diferenciação e modernização de organizações de classe do empresariado. Em paralelo a este processo ocorreu a expansão da aparelhagem estatal no sentido de proliferação de agências da burocracia, ampliação do setor produtivo estatal, criação de conselhos e comissões de regulação econômica, nos quais foram criadas uma diversidade de arenas de negociação. Estas instâncias teriam um diferencial, a possibilidade de as negociações serem realizadas a par de forças políticas externas, de acordo com uma lógica compartimentalizada, que impede o alargamento dos conflitos, mantendo-os localizados e restringindo sua visibilidade e dispersão. Diferentemente do período anterior, em que as táticas de atuação do empresariado para reproduzir seus interesses se dariam através da estrutura corporativa controlada pelo próprio Estado – os sindicatos, federações e a Confederação Nacional da Indústria –, no pós-1964 as organizações de representação setorial passaram a complementar estas formas de articulação (DINIZ, 1994), como é o caso do IBP.

Neste sentido, quando as lideranças do IBP declaram que o Instituto “nunca, nem por intenção de seus criadores e nem na prática, foi um órgão de lobby – mas sempre esteve presente nas questões magnas – não às questões que interessam a uma empresa, mas ao setor” (PETRO&QUÍMICA, 2007, p. 20), estão demonstrando na verdade que esta é a própria essência de sua atuação político-pedagógica, elaborada pela vinculação orgânica, internamente, entre os projetos comuns de seus intelectuais (o que não significa dizer que não há conflitos) e, externamente, com o Estado estrito. No entanto, a incipiente hegemonia da classe dominante no período da ditadura não pode, nem de longe, ser vista como um atributo de passividade. Muito pelo contrário, a intervenção na economia, o planejamento e a proliferação de agências do Estado estrito são, por si próprias, resultados e determinantes da relação orgânica entre frações dominantes da sociedade civil e a sociedade política em um Estado em amadurecimento de seu processo de ampliação.

4. DA DISTENSÃO À ABERTURA DO REGIME: A ESCALADA DO APH

Neste capítulo propõe-se a discussão do período em que a ditadura civil-militar inicia um processo de inflexão para uma abertura gradual. O texto inicia com a discussão das alternativas criadas para a recessão econômica interna, alavancada pelo “choque do petróleo” em nível internacional, após o período do chamado “milagre econômico” e a adesão do empresariado ao projeto governamental. Perpassa a crise do projeto político proposto pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do presidente Geisel, até chegar ao início de uma nova estratégia de dominação da burguesia que ascende no período.

O capítulo busca, especialmente, analisar as alternativas e estratégias pedagógicas utilizadas nestes processos de inflexão, diante dos impasses econômicos e políticos e dos acordos e divergências entre parcelas do próprio empresariado. Neste sentido, são discutidas as estratégias para estabelecimento de acordos que beneficiaram a ampliação da acumulação para parcelas do empresariado interno – principalmente nos setores de bens de produção, engenharia e serviços – em torno da prestação de serviços para a Petrobras, dos ganhos tecnológicos alcançados por estas e, por fim, das possibilidades de amplificar a sua atuação para mercados externos a partir dos ganhos anteriores.

4.1. O IBP e o II PND

A “crise do petróleo”, iniciada acerca de 1973-74, demonstrava uma grande mudança na conjuntura internacional que favoreceu o período do “milagre”. Apesar de não ter sido a influência exclusiva para a contenção das altas taxas de crescimento do país, foi utilizada como uma das justificativas para conter os reflexos econômicos oriundos da forma de expandir a economia no período anterior. A manutenção do crescimento através do modelo econômico desenvolvido dava claros sinais de desgaste devido sua própria constituição interna. A queda das taxas de crescimento mantidas nos anos anteriores acabava por retirar o mínimo de legitimidade necessária ao regime político instaurado no pós-1964. A conjuntura após os primeiros dez anos da ditadura civil-militar punha como necessidade a busca de alternativas econômicas e de novas formas de dominação (MENDONÇA & FONTES, 2006, p. 52).

A crise do chamado “milagre econômico” foi demarcada por um expressivo endividamento e exaustão da política estatal na manutenção das elevadas taxas de crescimento. A posição fornecida às multinacionais como “ponta de lança” do desenvolvimento econômico gerava uma constante importação de insumos, bens de capital e o envio de remessas de lucros ao exterior, acirrando a dependência externa e aprofundando o desequilíbrio da balança de

pagamentos. O papel do Estado como orquestrador deste processo, tomando as divisas necessárias, aprofundou significativamente o endividamento. Esta situação só era possível com a manutenção dos fluxos de empréstimos tomados no mercado financeiro internacional, que a partir de então passava a apresentar sinais negativos diante da conjuntura econômica internacional. O encarecimento das importações havia sido um mecanismo encontrado pelos países centrais do ciclo do capitalismo mundial para reduzir o ônus com o grande aumento nos preços do petróleo. Neste sentido, o padrão de acumulação que vinha sendo mantido internamente no país foi plenamente atingido pela mudança de cenário.

No período do “milagre” o processo de expansão foi mantido tendo como carro-chefe o setor de bens de consumo duráveis, no qual predominava a atuação das multinacionais. Apesar da atuação dinâmica de parte do capital local no período anterior, este diminuiu em relação ao estatal e multinacional em termos de tamanho das empresas e de participação no patrimônio. Necessitando de aporte de tecnologia, que era alcançada através de investimentos estrangeiros, o capital local não levantou bandeiras nacionalistas contrárias ao capital estrangeiro, mas defendia o controle sobre as multinacionais ou benefícios equivalentes (MENDONÇA, 1986, p. 83). Apesar das taxas elevadas de expansão do setor de bens de produção, este ainda não possuía condições de manter a totalidade das necessidades do conjunto da economia, o que gerava constantes importações de máquinas e equipamentos para garantir a expansão impulsionada pelas multinacionais. Estas últimas, com seus aportes de pacotes tecnológicos, acabavam estimulando o ingresso de bens de produção estrangeiros, contribuindo para o desequilíbrio econômico do país.

Além disso, nos anos de 1970 a compressão salarial fez com que a renda dos trabalhadores atingisse níveis extremamente baixos, situação que aprofundava a “questão social” já que sindicatos estavam sob intervenção, perseguições políticas eram constantes, havia uma enorme quantidade de presos e exilados pela política da ditadura e a censura à imprensa ainda pairava como forte mecanismo coercitivo de manutenção do poder. Nesta direção, formas alternativas de mobilização popular surgiam, grandes manifestações e greves no final dos anos de 1970 se iniciaram, a própria tendência a legitimar o regime pela sua eficácia econômico-administrativa já não era possível devido ao fim do “milagre”, ou seja, o que possibilitou a ascensão da ditadura, indicava seus limites com a chegada da recessão. Com as tentativas do regime de alcançar apoio popular praticamente inviabilizadas, foi propiciado dentro das próprias Forças Armadas o soerguimento da corrente liberal, que apoiava Ernesto Geisel, em contraposição ao predomínio da chamada “linha dura” (MENDONÇA & FONTES, 2006).

Por outro lado, diante do cenário social, apesar das eleições diretas ocorrerem somente para deputados, senadores, vereadores e parte dos prefeitos, ocorreu a vitória do chamado partido da “oposição consentida”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no Senado e em quase metade da Câmara. Configurava-se assim uma alternativa política que poderia mobilizar uma maior diversidade de segmentos contrariados com o governo militar. Tal conjuntura contribuía para explicitar as fissuras existentes no interior das classes dominantes e o ponto de inflexão do regime político, favorecendo sua transformação e propiciando o início de uma distensão que, mesmo lenta, gradual e segura, ainda estava sujeita a pressões e contrapressões (*ibidem*).

Vindo da presidência da Petrobras para a presidência da República, o general Ernesto Geisel (1974-1979), apesar dos evidentes sintomas de diminuição da taxa de crescimento, buscava manter o tom expansionista que garantia a base de legitimidade social da ditadura. No entanto, o II PND (1975-1979) alterava a prioridade atribuída até então ao setor de bens de consumo duráveis para o de bens de produção, que passou ao centro da política econômica com a entrada do novo presidente. Para manter esta inflexão, estimulando o avanço do capital local no novo núcleo setorial da economia, o motor de tal impulso seria o setor produtivo estatal. Necessitando dos êxitos econômicos anteriores para manter o mínimo de legitimidade, o regime impunha a um restrito núcleo de empresas estatais a tarefa de enxugar as importações de bens de capital e equipamentos, dentre estas destacava-se o papel da Petrobras.

Apontando que a “meta de crescimento está estritamente vinculada à importância de consolidar um **modelo brasileiro de capitalismo industrial**” (BRASIL, 1974, p. 22, *grifos do original*), o Plano expunha a intenção de ampliar a utilização do “esquema tripartite” utilizado na petroquímica para o desenvolvimento industrial como um todo. Além disso, punha o desenvolvimento do setor de bens de capital, através do capital privado nacional, como a mola propulsora principal da economia, conforme pode ser apreendido no trecho abaixo.

A **idéia básica** desse modelo [brasileiro de capitalismo industrial] é, de um lado, **viabilizar o desenvolvimento da indústria através do setor privado**, e, de outro lado, **assegurar a empresa nacional papel importante na estrutura industrial moderna e poderosa que se deseja consolidar, no País.** [...]

Como exemplo, podem citar-se **indústrias básicas que vêm sendo desenvolvidas pelo capital privado nacional e estrangeiro**, como a Indústria de Construção Naval, **a de Bens de Capital, a Petroquímica.** [...]

[...] mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, **procurarão normalmente as empresas de Governo associar-se ao setor privado utilizador do insumo a produzir, e, sempre que possível, em oportunidade futura, passar a iniciativa às mãos de empresários.**

Essa orientação geral se aplica também **aos esquemas de participação montados pelo BNDE, PETROQUISA e outras entidades governamentais (mecanismos tipo IBRASA), que se destinam a criar a grande empresa nacional,** ou a dar ao

empresário nacional oportunidade de participar de grandes empreendimentos, ou a expandir-se sem irracional estrutura financeira (*ibidem*, pp. 22-3).

Considerado o segmento frágil no “modelo do tripé” delineado, o desenvolvimento do incipiente setor de bens de produção implementado pelo capital privado “nacional” foi tido como necessário na busca por retornar aos resultados do processo de acumulação do período anterior. Evitando alterar o pacto de poder, o governo buscou desviar os recursos financeiros do setor de bens de consumo duráveis para projetos de grande porte tidos como prioridade (MENDONÇA, 1986, p. 87). Nesta alteração de foco do papel das multinacionais contava-se ainda com a internalização da tecnologia, que caberia inicialmente ao núcleo de empresas estatais. Portanto, aprofundava-se a responsabilidade das empresas estatais na manutenção do processo de acumulação, deixando-as no centro do novo formato de planejamento econômico que buscava alterar o impasse da desaceleração.

Apesar de até então destacar a busca por cumprir “os objetivos do Instituto Brasileiro de Petróleo e atendendo aos interesses dos associados, representando as indústrias de Petróleo, Petroquímica e Correlatas” (IBP, 1974, p. 4), a presidência do Instituto muda seu discurso no período, ampliando o que eles mesmos definiam como seu foco, o “setor de petróleo e petroquímica”. O Relatório de Atividades de 1974⁴⁹ aponta estar “procurando o IBP desta maneira se constituir em um fórum amplo de debates dos problemas referentes à energia, petroquímica, engenharia nacional e poluição” (IBP, 1975, p. 5). Tal situação demonstra o deslocamento realizado no discurso diante das transições político-econômicas, apontando que não necessariamente a questão fundamental se vincula aos “interesses do setor” – como tratado recorrentemente pelo Instituto –, mas que sua determinação principal se assenta nas possibilidades de reprodução do processo de acumulação de capital para o empresariado representado pela organização.

Demonstrando o alinhamento do IBP às políticas em implementação pelo governo militar, a própria Assessoria de Engenharia apresenta em uma de suas atividades, ainda no mesmo ano, que buscou desenvolver:

6.1.5 – Exame do problema da energia e palestras

Para subsidiar os estudos sobre o tema, foi feita pelo Engº Sérgio Nelo Vannucci uma palestra sobre “Energia Solar no Brasil e no Mundo – Situação Atual e Planos Futuros” (IBP, 1975, p. 13).

⁴⁹ Os Relatórios de Atividades apresentam as atividades do ano anterior, portanto, o referido relatório foi escrito e publicado em 1975, momento em que o II PND também já havia sido publicado, o que ocorreu ao final de 1974.

Dentre as novidades que se apresentam naturalmente como centrais no discurso, a política de energia do II PND apontava como meta que “será posto em execução programa de pesquisas relacionado com novas fontes de energia, acompanhando os progressos mundiais especialmente com relação à economia do hidrogênio, como combustível, e à energia solar” (BRASIL, 1974, p. 5). Quanto à petroquímica e à engenharia nacional, estes setores eram eixos centrais para o item “Estratégia Industrial” apresentados pelo II PND.

Com relação à preocupação com a poluição, o IBP desde 1971 contava em sua estrutura organizacional com a Comissão de Preservação do Meio Ambiente. A Comissão havia sido criada em um momento em que as discussões sobre a questão ambiental no Brasil ascendiam, sobretudo devido à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972. A Comissão vinha realizando algumas palestras, publicações e cursos sobre poluição, no entanto a questão ambiental não possuía grande centralidade no discurso que vinha sendo desenvolvido. A demonstração de que tal questão era subsumida pela estratégia pedagógica principal do IBP aparece no posicionamento da Comissão sobre a própria Conferência de Estocolmo, quando o Instituto declarou que “a Comissão registrou sua colaboração com o Governo Federal, apoiando tese estritamente vinculada ao progresso do país” (IBP, 1973, p. 78). Na situação o Brasil havia liderado um grande grupo de países com acusações aos países centrais, defendendo a possibilidade de crescimento dos considerados “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Portanto, não estava em questão para o IBP aderir a uma postura ambiental que pudesse interferir de forma significativa no processo de acumulação. Cabe ainda lembrar que o momento coincidia exatamente com as altas taxas de crescimento econômico do país durante o chamado “milagre”.

Como apontado anteriormente, os deslocamentos de estratégia pedagógica do Instituto estão sempre sob o viés de uma macroestratégia que é o chamado “desenvolvimento”. Diante de um impasse econômico apresentado em algum momento histórico, o discurso da organização sofre determinadas inflexões que buscam se justificar como uma orientação no sentido de salvaguardar o “desenvolvimento” necessário aos “interesses do setor” – mesmo que para garantir a acumulação este setor seja ampliado – ou, dando legitimidade social à sua estratégia, ao “interesse nacional”, como já vimos em diversas outras vezes ao longo deste trabalho. Seguindo sua estratégia central, o IBP demonstrava no período um profundo alinhamento com as metas do governo, expressando uma direção bastante vinculada à apresentada no II PND.

Quanto ao eixo central que o IBP vinha perseguindo para a reprodução do processo de acumulação, o desenvolvimento da indústria petroquímica, em 1973 a Petrobras adquiriu o controle acionário do complexo industrial da Petroquímica União, ficando esta apenas com uma

participação minoritária. Vindo em seu caminho de expansão, devido à posição central ocupada na conjuntura econômica e à autonomia fornecida pelas diretrizes políticas do governo, a Petrobras passava a deter, através da Petroquisa, a direção da indústria petroquímica, controlando as centrais de matérias-primas dos dois Complexos existentes em São Paulo e na Bahia. Tendo um histórico de atuação pedagógica como amortecedor dos conflitos internos entre o empresariado do setor e, portanto, sendo credenciado como um agente “neutro” pelo Estado estrito – que também participava internamente de suas atividades –, foi o próprio IBP conclamado a realizar o levantamento e avaliar o patrimônio da Petroquímica União por indicação do Banco do Brasil (IBP, 1975, p. 65).

No mesmo ano, tendo em vista a incorporação da Refinaria e Exploração de Petróleo União e a da Companhia de Petróleo da Amazônia – esta última havia sido adquirida em 1971 –, foi aprovado pelo Conselho Administrativo e retificado pelos sócios do IBP a indicação da Petroquisa para a categoria de Sócia Fundadora do Instituto, assumindo a mesma as responsabilidades das empresas incorporadas no âmbito interno da organização.

Logo em 1975, a Comissão de Petroquímica foi solicitada a colaborar com a Assessoria Técnica do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) em um levantamento da produção e capacidade instalada na petroquímica brasileira. Cabe destacar que, buscando a autossuficiência de produtos petroquímicos definida no II PND, havia as opções de ampliação dos polos de São Paulo e/ou da Bahia, além da construção de um no polo na Bahia pleiteado pela Dow Química, subsidiária de uma multinacional estadunidense e também associada do IBP. No entanto, a decisão para implantar o Polo do Rio Grande do Sul partiu do próprio CDE no mesmo ano de 1975, seguindo as linhas do descrito no II PND, na qual a Petroquisa atuaria na produção de petroquímicos básicos, ficando os intermediários e finais sob responsabilidade da iniciativa privada, desde que sob liderança do capital privado “nacional”. Para a tecnologia necessária seria concedida prioridade às multinacionais que se dispusessem a realizar efetiva transferência desta em associação com o capital privado “nacional”. Em última análise, entendia-se esta transferência de tecnologia pela participação dos técnicos locais no projeto de engenharia básica, o que viabilizava maior nacionalização dos equipamentos, estimulando o setor de bens de produção conforme descrito nas estratégias do II PND (SUAREZ, 1986, p. 104). Desta forma, consolidava-se o parque petroquímico brasileiro, sendo a Petroquisa a gestora da aliança entre os capitais nos três complexos petroquímicos criados.

Vale ainda ressaltar algumas mudanças administrativas implementadas pela política do governo Geisel e que possuem diversos reflexos na atuação do IBP no período. Criado em 1964, o Conselho Monetário Nacional (CMN) foi o órgão de maior proeminência na

administração do chamado “milagre econômico”. Durante o período, este se tornou um órgão colegiado que tratava praticamente de toda a coordenação da política econômica do governo, acompanhando e quase determinando ampliadamente os seus efeitos, sendo, portanto, núcleo institucional de negociação político (IANNI, 2019, p. 61). Em seu governo, Geisel modificou a composição deste órgão, reduzindo suas atribuições, e criou o CDE, órgão também colegiado, mas presidido pelo próprio presidente da República e diversos de seus ministros. Cabia ao CDE o assessoramento da política econômica e coordenação das atividades dos ministérios, passando a órgão central no período, assim como havia sido o CMN no período anterior. No CDE foram elaboradas medidas de apoio à empresa privada nacional, cortes de gastos e controles financeiros, tendo partido do órgão decisões sobre estímulo ao desenvolvimento da fração empresarial do setor de bens de capital, a produção interna de máquinas e equipamentos, além da contenção das importações destes artigos (DINIZ, 1994, p. 213).

O CDE estabeleceu medidas para garantir a preferência pela utilização de equipamentos nacionais nos órgãos e empresas vinculadas ao governo, conferindo o apoio político de Geisel à empresa “nacional” do setor de bens de capital. Foi também o órgão que determinou a criação dos Núcleos de Articulação com a Indústria (NAI), buscando as compras pelas empresas estatais de equipamentos de fabricação nacional. O caráter centralizador de Geisel e do CDE constituiu um dos principais questionamentos ao governo no período, pois os industriais que não possuíam acesso formal ao órgão sentiam-se excluídos de um espaço decisório entendido como relevante (*ibidem*, p. 214).

Como principal financiador dos projetos de desenvolvimento industrial contidos no II PND e tendo adesão do setor privado local em seu processo de afirmação e expansão, não só foi mantido o BNDE à frente nos financiamentos, como foram criadas três subsidiárias para ampliar as formas de capitalização das empresas nacionais. Eram estas a Embramec (Mecânica Brasileira S.A.), a Ibrasa (Investimentos Brasileiros S.A.) e a Fibase (Financiamentos e Insumos Básicos S.A.), que já em 1975 aparecia como representante do BNDE na constituição da Comissão de Petroquímica do IBP (IBP, 1976, p. 62). Além de receber aporte de recursos que duplicaria sua capacidade financeira (BRANDÃO, 2007), através de suas subsidiárias o BNDE atuaria concedendo capital de risco às empresas nacionais para o desenvolvimento dos projetos prioritários do II PND. É interessante ainda destacar que, além de se representar na Comissão de Petroquímica, dentro do Conselho da Fibase em 1974 constavam como representantes Leopoldo Miguez – fundador do IBP e representante da Petrobras na companhia – e Paulo Belotti – conselheiro do Instituto e representante da Secretaria Geral do Ministério da Indústria

e Comércio na companhia, situação que demonstra a vinculação de interesses entre Estado estrito e o IBP.

No âmbito das prioridades para o desenvolvimento científico e tecnológico, o II PND propunha o apoio à engenharia nacional, buscando capacitá-la a elaborar projetos de engenharia de processo através do fortalecimento de empresas nacionais de consultoria (BRASIL, 1974, p. 114), garantindo a expansão do setor de bens de produção e, portanto, a inflexão econômica definida como prioridade. Em alinhamento às estratégias do governo, o IBP logo se apressou na discussão da questão beneficiada, conforme a atividade apresentada abaixo pela Assessoria de Engenharia do Instituto ainda no Relatório de Atividades de 1974.

6.1.6 - Engenharia Nacional

Foi preparada uma agenda sobre os principais problemas comuns as firmas nacionais de engenharia e convocada uma reunião extraordinária da Assessoria para seu completo exame. Dada a importância do tema, decidiu-se pela realização de um **Encontro sobre Engenharia de Processo**, em 1975, incluindo os itens da agenda em seu temário básico. Além da preparação deste Encontro, já bastante adiantada, foi decidida a realização de palestras, por cinco das principais firmas nacionais de engenharia, versando sobre os problemas propostos na agenda (IBP, 1975, p. 14, *grifo meu*).

Intitulado “1º Encontro sobre Engenharia para as Indústrias de Petróleo e Petroquímica”, o evento ocorreu em outubro de 1975, no auditório da Petrobras. Possuindo suporte financeiro de empresas, instituições técnico-científicas e órgãos governamentais, o objetivo do encontro foi a “apreciação do papel da engenharia nacional no processo de implantação das indústrias de petróleo e petroquímica no Brasil”, realizando uma análise sobre a engenharia de processamento voltada à indústria de petróleo e petroquímica (IBP, 1976, p. 83). Os anais do evento foram publicados pelo Instituto em cerca de 450 páginas, contendo as conferências relatos e debates dos seguintes temas:

- Participação das Firms de Engenharia na Implantação da Indústria de Petróleo e Petroquímica.
- O Relacionamento entre as Firms de Engenharia e as Indústrias.
- Absorção e Criação de Tecnologia – Planejamento Governamental.
- Absorção e Criação de Tecnologia – Participação das Firms de Engenharia.
- Às Firms de Engenharia/Recursos Humanos.
- Situação Atual e Perspectiva da Engenharia para a Indústria de Petróleo e Petroquímica no Brasil (*ibidem*).

Baseado nas recomendações do evento e atendendo sugestões de empresários, o Instituto entrou em contato com professores e engenheiros para buscar a realização de um curso de Engenharia de Processo através do que foi chamado de “um espírito de integração universidade-empresa” (*ibidem*, p. 65). Denominado finalmente como “Curso de Informação

sobre Montagem de Plantas de Processo”, foi realizado no ano seguinte com copatrocínio do Clube de Engenharia (IBP, 1977, p. 101).

No campo da tecnologia industrial, o II PND previa obter a efetiva transferência de tecnologia, geralmente oriunda da atuação de multinacionais no modelo proposto, para que então se pudesse passar a elaborar tecnologia própria internamente, definindo setores específicos como prioridade, dentre eles o de bens de capital, químico e petroquímico (BRASIL, 1974, p. 111). Para isso, dentro da proposta de estratégia econômica, propunha o equilíbrio da iniciativa privada, entre empresa nacional e estrangeira, na busca por elevar a expressão da capacidade nacional através de mecanismos para garantir às empresas nacionais condições razoáveis de competição em face da empresa estrangeira, possibilitando “sanar deficiências do empresariado nacional com relação a capital, financiamentos de longo prazo, tecnologia e capacidade gerencial (*management*)” (*ibidem*, p. 35). O Plano colocava sob coordenação da Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC (MIC-STI), a expansão e revigoração de atividades de propriedade industrial, metrologia, normalização e certificação de qualidade (*ibidem*, p. 114).

Seguindo a estratégia de desenvolvimento da indústria petroquímica, a MIC-STI e o IBP firmaram convênio, em 1975, com a finalidade de estabelecer colaboração técnica e estabelecimento de mecanismos para implementação de programas definidos pela primeira. Ainda no mesmo ano, o IBP passou a elaborar um projeto de “Transferência de Tecnologia na Indústria Petroquímica Brasileira” em cumprimento ao convênio. Apesar da finalidade do convênio indicar a definição dos programas pela agência estatal, cabia ao empresariado orientar diretrizes de governo. Esta forma de atuação aparece expressa na organização da “Semana de Tecnologia Industrial – Indústria Petroquímica”, realizada no âmbito do mesmo convênio em 1976, que teve por objetivo identificar a situação e as necessidades de desenvolvimento tecnológico da indústria para orientar o governo na fixação de diretrizes e programas para elaboração de uma política tecnológica para o setor (IBP, 1976, pp. 87-8).

A Comissão de Petroquímica coordenou a elaboração de um trabalho preliminar no âmbito do convênio. Denominado “Diagnóstico do Processo de Transferência de Tecnologia na Indústria Brasileira”, o trabalho foi apresentado na Semana de Tecnologia Industrial, mas para fins de apresentação no 1º Congresso Brasileiro de Petroquímica – que será apresentado abaixo – o trabalho foi ampliado, tendo acréscimo de um capítulo sobre a Indústria de Bens de Capital (IBP, 1977, 73-4). Ainda em 1976 foi realizada a “Semana de Tecnologia Industrial – Etanol: Combustível e Matéria-Prima”. Há de se notar que a ascensão da discussão de fontes alternativas ao petróleo na indústria vinha como pauta do II PND, no bojo do “choque do

petróleo”, e que o evento buscou discutir informações relativas à produção e uso do etanol, enfocando perspectivas sobre o produto.

A partir de 1976 surge um aspecto importante quanto à estrutura organizacional do Instituto, a proposta de reformulação da Assessoria de Engenharia, que possuía até então objetivos de centralização de demandas oriundas das Comissões Técnicas, da Diretoria Executiva e de órgãos governamentais (Cacex, CPA, Banco Central e outros) (IBP, 1977, pp. 10-3). Por recomendação da própria Assessoria foi criada a Comissão de Coordenação do IBP em 1977, com o objetivo de assessorar a Diretoria Executiva quanto ao dimensionamento de atividades internas (IBP, 1978, p. 9). Para substituir as atividades da Assessoria foram implantadas também a Comissão de Engenharia e a Comissão de Equipamentos em 1977 e 1978, respectivamente (*ibidem*, p. 11).

Apesar de a mudança implementada apontar para uma ampliação e diferenciação de atividades do Instituto na área até então coberta pela Assessoria de Engenharia, a reformulação coincide exatamente com um momento de mudança de posicionamento de parte do empresariado industrial quanto ao II PND, sobretudo o empresariado que seria a prioridade da política. A partir de 1976, o setor de bens de capital passaria a ser um dos principais críticos da consecução das metas propostas no Plano, apontando para a falta de coordenação e integração entre os órgãos e agências de governo na condução das políticas planejadas. Apesar das tentativas de desenvolver o setor através do capital nacional houve aumento da participação de empresas estrangeiras operando no setor. As empresas estatais, que seriam as principais responsáveis por alavancar o setor através do capital local, acabavam tendo que importar artigos por pressão de financiamentos internacionais. O estilo centralizador do governo Geisel acabou contribuindo para um maior fechamento do processo decisório, fazendo com que a representação corporativa em órgãos governamentais colegiados fosse sendo esvaziada e acabando por acentuar mecanismos informais e contatos pessoais nas formas de articulação (DINIZ, 1994, p. 216).

Ao menos desde 1976 a expressão dos interesses deste empresariado condensada na ABDIB assumia uma postura mais crítica em relação ao governo. Para Brandão (2007), o relacionamento entre Geisel e a organização pode ser dividido em três fases distintas, sendo a primeira fase de um apoio irrestrito do setor de bens de capital às decisões do governo e, portanto, caracterizado pelo estabelecimento da aliança entre a organização e Geisel. A segunda, entre 1975-76, seria caracterizada por uma posição mais crítica, dentre outras questões envolvendo a divulgação de uma pauta de produtos de importação brasileira que poderiam ser fabricados internamente e de críticas aos executivos de empresas estatais que, contrariando as

diretrizes políticas, continuavam comprando materiais e equipamentos no exterior. A terceira, entre 1977-78, por um lado é marcada pela tentativa do governo de recuperar o apoio do empresariado do setor, mas por outro por questões envolvendo a Petrobras, a partir da ameaça de assinatura de uma decreto-lei que desfaria a legislação que garantia prioridades para a compra de equipamentos das empresas privadas nacionais, concedendo à empresa estatal isenção total para a importação de equipamentos. Em meados de 1978, o apoio inicial seria totalmente retirado, quando oito empresários, reunidos no “Fórum dos Líderes”, tornariam público um documento com uma série de críticas à política econômica do governo, estendendo suas críticas ao próprio sistema político do regime. Ainda conforme o autor, o documento demarcaria a fundamental participação do empresariado na campanha pela redemocratização.

Criada e inicialmente tendo ganhado centralidade no IBP sob os auspícios da relação entre a Petrobras e a ABDIB, é bem possível que tenham ocorrido divergências internas na Assessoria de Engenharia quanto ao posicionamento do empresariado ali representado, levando às recomendações da mesma para reformulação interna. O próprio fato de ser o único grupo setorial dentro do IBP que não possuía status e denominação de Comissão e, ao início destes eventos, se reformulou distribuindo atribuições por três Comissões propriamente ditas, aponta para alguma modificação do cenário interno que não é possível definir completamente com as informações coletadas neste trabalho. O que é possível observar é que, quanto às novas Comissões que substituíram a antiga Assessoria de Engenharia, coincidência ou não, a partir de 1977 nenhuma destas apresentava o caráter de canalizar demandas e consultas de órgãos e agências governamentais tão explicitamente nos objetivos como a anteriormente na Assessoria.

Segundo Suarez (1986, pp. 149-50), a tecnoburocracia vinculada à petroquímica romperia sua aliança com o sócio legitimador de sua estratégia, a burguesia industrial local. Esta última, frustrada em suas expectativas de demandas baseadas nas metas do II PND, por problemas de capacidade ociosa, retardos dos projetos estatais e elevação da importação de artigos que fabricavam, isolaria esta tecnoburocracia, que se veria forçada a abandonar na prática o II PND ao final de 1976.

Como veremos à frente, apesar de possíveis dificuldades, o IBP não abandonaria essa relação com as agências do Estado estrito em busca da consecução dos projetos de seus associados e também não realizaria nenhuma cisão completa com Geisel. Esta situação possivelmente se reflete pela condensação de interesses internos no Instituto muito adversos da ABDIB, na qual estavam representadas um conjunto de empresas bem diverso em sua principal categoria, a de Sócio Fundador, contendo empresas petroquímicas estatais, privadas nacionais e estrangeiras, gigantes distribuidoras multinacionais, a própria Petrobras e a ABDIB. Além

disso, os vínculos bastante aproximados entre a tecnoburocracia que liderava o IBP e o governo Geisel não permitiriam esta cisão completa.

A busca pela nacionalização de equipamentos e materiais que também atingia outras Comissões é também uma expressão de que o IBP não abandonaria as frações do capital ligado ao setor de bens de produção no período. Em 1976, a Comissão de Laboratório realizou a “1ª Mesa-Redonda de Laboratório”, nas qual dentre as recomendações constava a criação de um grupo de trabalho denominado “Grupo de Nacionalização”, buscando coletar e divulgar equipamentos já nacionalizados e prestar apoio técnico às empresas que se propunham a este objetivo (IBP, 1977, p. 47). Tendo recomendações muito semelhantes, a “2ª Mesa-Redonda de Laboratório”, realizada em 1977, propôs que este “Grupo de Nacionalização” prosseguisse com o cadastramento de empresas e divulgasse estes dados ao governo e usuários de equipamentos (IBP, 1978, p. 32). A própria nova Comissão de Engenharia passou nos anos seguintes a criar um “Sistema de Informações sobre o Mercado Brasileiro de Serviços de Engenharia”, coletando informações sobre capacidade, demanda, tecnologia disponível no país, áreas prioritárias para incentivo à engenharia nacional, planejamento do BNDE e projetos que aguardam aprovação no CDI (IBP, 1976, p. 14). No entanto, estas foram apresentadas como atividades autônomas, diferentes das atividades da Assessoria de Engenharia nos anos em que possuía profunda interface com o Serviço de Materiais da Petrobras e com agências do governo.

As dificuldades com a consecução das metas do II PND também atingiram o setor petroquímico, retirando sua posição de prioridade no âmbito da política econômica do governo, assim como também da proposta “nacionalista” de desenvolvimento do setor embasado pelo “modelo tripartite” (*ibidem*, p. 157). A hegemonia da estatal Petroquisa no setor e as investidas de multinacionais, como a da gigante estadunidense Dow Chemical – também uma das importantes associadas do IBP –, iriam atravessar o acordo de desenvolvimento da indústria petroquímica no formato proposto pela política de Geisel desde que este estava na presidência da Petrobras. Os problemas oriundos da “crise do petróleo” e o acirramento dos problemas econômicos do país só contribuiriam com manifestações de dificuldades feitas pelo empresariado e solicitações de mudanças na política de governo.

Em 1976, algumas das conclusões do 1º Congresso Brasileiro de Petroquímica realizado pelo IBP expunham as preocupações do empresariado envolvido no setor neste período.

1º) - A atividade do setor petroquímico deve ser compatibilizada com os objetivos e interesses nacionais, dado o elevado destaque assumido pelo setor dentro da economia brasileira.

2º) - A contínua elevação dos custos de investimentos prevalescente no setor petroquímico resulta em maiores dificuldades para as novas indústrias competirem com as já existentes, inversamente ao ocorrido em passado recente. Esse fato requer do empresário um esforço adicional no sentido de melhor gerenciar seu empreendimento.

3º) - A preservação de um certo nível de rentabilidade para o setor é condição necessária para o fortalecimento do empresário nacional e para a geração de recursos próprios.

4º) - É recomendável manter-se e intensificar-se o convívio entre o Estado e a Empresa, nacional ou estrangeira, na busca de soluções para os problemas do setor. [...]

8º) - O mercado consumidor deve ser orientado no sentido de compatibilizar-se o desejo de consumir com as reais disponibilidades da oferta interna e da conjuntura nacional, conseqüente da crise mundial do petróleo, desestimulando-se o consumo por cópia.

9º) - O reconhecimento de condições peculiares no setor petroquímico brasileiro, representado por disponibilidades de insumos básicos, características de mercado consumidor e sua estrutura econômica, exigem criatividade e originalidade na execução de tarefas atinentes à transferência, e criação de tecnologia no país.

10º) - O desenvolvimento da petroquímica nacional está a exigir a formação e a mobilização intensiva de talentos na área científica e tecnológica.

11º) - A elevação nos preços do petróleo no mercado internacional, obriga ao reexame dos critérios de seleção de matérias-primas para a indústria petroquímica.

12º) - A implantação de complexos petroquímicos integrados continua a ser uma solução válida, sem exclusão de outras soluções que objetivem otimizar o aproveitamento de matérias-primas disponíveis e em especial o eteno a partir do álcool (IBP, 1977, p. 95-6).

No ano seguinte, a Comissão Executiva do Congresso deu por encerrado seu trabalho após a publicação e distribuição dos anais. Entretanto, foi destacado que a implementação das conclusões e recomendações do Congresso através da visita e contatos com autoridades para a entrega de documentos chegou a ser cogitada, mas não foi levada à prática por “falta de condições propícias”, conforme apresentado pelo IBP (IBP, 1978, p. 52). Vale destacar que esta Comissão Executiva era formada basicamente por representantes da Petrobras e suas subsidiárias, pelo Ministério da Fazenda e pelo IBP, sendo, portanto, composta em sua maioria de membros com relativo nível de vinculação com o governo, o que não aponta para uma dificuldade de acesso institucional.

No mesmo ano, 1977, o IBP implementa a reformulação da Comissão de Petroquímica. Com o início das obras do último Polo Petroquímico desenvolvido sob o “modelo tripartite” e as dificuldades econômicas que o Brasil vinha passando com a recessão internacional, as possibilidades de expansão não pareciam fazer muito sentido. Devido a essa desaceleração já se estimava a geração de excedente com o início das operações no Polo da Bahia em 1978, com a implantação do Polo do Sul este excedente seria ainda maior. A possibilidade de absorver este excedente através da exportação era conjecturada, entretanto a ausência da autossuficiência do país em petróleo tornava esta alternativa inviável do ponto de vista econômico (SUAREZ, 1986, p. 200). A partir de 1978, a Comissão de Petroquímica

apresenta uma constituição reformulada, desvinculando-se a participação anterior de empresas para a participação nominal de técnicos (IBP, 1979, p. 49). Conforme justifica o próprio IBP sobre tal reformulação da Comissão:

Os objetivos da Comissão de Petroquímica, em sua primeira fase de instalação no IBP, tinham como pano de fundo as preocupações com o erguimento da Grande Indústria Petroquímica no Brasil. Desse modo prevaleceram os assuntos ligados a estudos de mercado, planejamento setoriais, dificuldades relativas à implantação de empresas, necessidade de mão-de-obra, etc., mostrando claramente que era o balisamento macroeconômico aquele que direcionava os trabalhos da Comissão naquela época.

Hoje, estando em pleno andamento a fase de montagens das empresas, com o 1º Pólo Petroquímico consolidado, o 2º Pólo em etapa final de construção, e o Pólo Sul já iniciando seus primeiros passos, a problemática da petroquímica brasileira mudou. O campo de interesses e de preocupações são aqueles referentes ao funcionamento eficiente das empresas e à rápida difusão dessa eficiência para outros setores da economia. Também, problemas de expansão industrial adquirem diversos enfoques, tais como o da capacitação e independência tecnológica. Outros, como o da interação empresa-comunidade, conduzem a preocupação com a poluição e tratamento de efluentes, assim como o conhecimento e participação no mercado a nível de empresa. Tendo em vista o quadro atual da petroquímica no Brasil, a Comissão de Coordenação do IBP propôs à Diretoria Executiva do Instituto, uma reformulação da Comissão de Petroquímica, mostrando os novos enfoques que poderão ser observados no desenvolvimento de suas atividades (IBP, 1978, p. 53).

Portanto, durante o governo de Geisel se explicitam as expressões de que a fórmula de crescimento baseada no “tripé”, utilizada até então na ditadura, teve suas bases desgastadas. A partir de então, novas estratégias passariam a se apresentar para os entes deste “pacto”. Tendo o IBP formulado sua estratégia pedagógica sob o signo do “desenvolvimento”, alternativas para a continuidade já vinham sendo implementadas no período. Dentre estas, algumas são percebidas no próprio trecho acima, a eficiência e rápida difusão do resultado desta para outros setores, a expansão do processo de acumulação através da capacitação e da apropriação de tecnologia pela burguesia brasileira e a participação em novos mercados. Estas seriam a tônica que já se vinha elaborando como estratégia e tomariam novos contornos para educar o consenso.

4.2. O IBP e a transferência de tecnologia para manter a acumulação

Paralelamente às ações do convênio com o MIC-STI para implementar um projeto de transferência de tecnologia para a indústria petroquímica, o IBP passava a atuar em outras formas para elevar a produtividade industrial e, portanto, a acumulação de capital no setor petroquímico. Em 1975, o Instituto criou a Comissão de Instrumentação em sua estrutura organizacional. Cabe ressaltar o caráter de relativa vanguarda do IBP no ingresso nesta área de atuação ainda nos anos de 1970, fator que só pode ser analisado sob o conjunto de interesses industriais que o Instituto representa, necessitando possuírem estes um relativo grau de aporte

tecnológico e de acumulação de capitais. De forma bastante simplificada, a instrumentação industrial compreenderia a área que busca o desenvolvimento e utilização de instrumentos para medição e controle de processos, possuindo vinculação com a anteriormente apresentada engenharia de processos e estando incluída no campo da automação industrial, ou seja, nos avanços do controle do processo industrial como um todo, na busca por elevação da produtividade e da qualidade. Conforme apresentado nos objetivos da Comissão:

A Comissão de Instrumentação do Instituto Brasileiro de Petróleo, órgão técnico em assuntos de medição e controle automático de processos industriais, envolvendo sistema de controle de processo, equipamentos, projeto, instalação, operação, manutenção e treinamento, diretamente vinculada à Coordenação Geral do Instituto, tem como objetivos, atividades e atribuições aqueles relacionados com o desenvolvimento técnico, intercâmbio, consolidação e divulgação de experiências e ideias no campo da Instrumentação e Controle de Indústrias do Petróleo, Petroquímica e Correlatas (IBP, 1976, p. 36).

Ainda no mesmo ano, o IBP realizou o “1º Encontro de Instrumentação”. Organizado pela recém implantada Comissão de Instrumentação, o evento ocorreu em dezembro de 1975, no auditório Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), empresa estatal sediada em Cubatão/SP. Como principal recomendação foi proposto o reconhecimento da própria Comissão de Instrumentação como órgão técnico representativo dos interesses dos usuários de instrumentação, que deveria orientar o governo nas estratégias e prioridades de fabricação no âmbito das políticas de desenvolvimento, transferência tecnológica e nacionalização de equipamentos, conforme apresentado abaixo.

11. Considerando:

- * A posição e esforço do Governo para assegurar um crescimento econômico e um desenvolvimento da indústria de bens de capital,
- * A importância do controle de processo nos complexos industriais já existentes no País,
- * A ausência de fabricação nacional, até a presente data, de instrumentos para sistemas de controle de processos,
- * A inexistência de representação, no campo de Instrumentação, dos interesses dos usuários,
- * O convênio de assistência técnica firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio, através da sua Secretaria de Tecnologia Industrial, com o Instituto Brasileiro de Petróleo,

Recomenda-se:

A Comissão de Instrumentação do IBP deve ser considerada pelo Governo como órgão técnico mais conhecedor dos interesses dos usuários de instrumentação e, neste sentido, ser utilizada como fonte de consulta nos estabelecimentos de estratégias e prioridades para fabricação, dentro das políticas estabelecidas para desenvolvimento e/ou transferência de tecnologia e nacionalização de equipamentos.

Dentro do mesmo objetivo, a Comissão de Instrumentação deverá participar do Grupo proposto e aprovado como recomendação do I Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica, promovido pela ABINEE [Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica], realizado em São Paulo em novembro de 1975, por ser julgado

conveniente o seu papel de assessoramento governamental, como um dos mecanismos para a implantação da indústria de instrumentação (*ibidem*, p. 41).

Já em 1976, a Comissão de Instrumentação declarou ter elaborado um documento com especificações básicas de instrumentos julgados prioritários para a fabricação nacional, objetivando entregá-lo ao CDI para orientar o Conselho na concessão de incentivos aos fabricantes nacionais (IBP, 1977, p. 41). Cabe apontar que, na constituição da Comissão, semelhante ao período em que a Assessoria de Engenharia era central na estrutura do IBP, constavam representantes de empresas estatais, como a CSN, a Cosipa, a Central Elétrica de Furnas, a Copene, a Usiminas e a Petrobras, com representantes de diferentes departamentos dentre os quais constava o Sermat (IBP, 1979, p. 25). Além disso, agências do Estado estrito também participavam da Comissão, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o próprio CDI, que participou como convidado no mesmo ano (IBP, 1977, p. 36).

No ano seguinte, por solicitação do CDI, devido ao papel de maior representatividade dos usuários de instrumentação foi produzido um documento para identificar os instrumentos de maior prioridade para fabricação nacional. Além disso, o coordenador da Comissão de Instrumentação havia sido indicado pelo IBP como representante das reuniões realizadas semanalmente no CDI, sendo o documento elaborado a base das reuniões nas quais participavam instituições interessadas como o CNPq, a Eletrobrás – representante do Ministério de Minas e Energia (MME) –, o Simesp e a Abinee, sendo a última também representante da Comissão do IBP. A Comissão declarava ainda que se encontrava em elaboração especificações básicas de um conjunto de equipamentos considerados prioritários para o desenvolvimento de fabricação nacional, a partir das quais seriam estabelecidos os índices de nacionalização e critérios para identificação do produto nacional quando, então, poderiam ser recebidos para análise pelo CDI solicitações de incentivos industriais (IBP, 1978, p. 28).

Ainda em 1977, a Comissão apontou participar de um estudo elaborado pelo CNPq com objetivo de identificar as necessidades e os recursos, bem como a elaboração de proposições de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico no campo da instrumentação. A primeira parte do estudo já teria sido cumprida e havia sido apresentada no “Seminário de Automação Industrial” realizado pelo IBP no mesmo ano (*ibidem*). Conforme previsto no II PND (BRASIL, 1974, p. 113), em 1974, o Conselho Nacional de Pesquisas – também de mesma sigla – foi transformado no CNPq buscando fornecer-lhe flexibilidade administrativa e financeira, além de vinculá-lo diretamente à Geisel através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Ainda conforme o Plano, este passaria a ser o

principal instrumento para auxiliar o governo na coordenação da política de ciência e tecnologia (*ibidem*).

Com este Seminário a busca do IBP pelo desenvolvimento tecnológico no Brasil ganha projeção internacional. Realizado em copatrocínio com a *Agence pour la Cooperation Technique Industrielle et Economique* (ACTIM), órgão governamental francês encarregado da política de cooperação técnica do Ministério de Economia e Finanças da França, o evento teve como objetivo a apresentação das tendências criadas no campo do controle industrial, sobretudo devido ao grande desenvolvimento tecnológico do setor, e contou com a participação de técnicos brasileiros e franceses (IBP, 1977, p. 92). A convite da ACTIM, ainda em 1977 foi enviada uma delegação brasileira de membros da Comissão de Instrumentação para visitar os principais centros de pesquisa e indústrias de automação da França (IBP, 1978, p. 66).

Ainda no profícuo ano para a Comissão de Instrumentação, o IBP foi convidado através desta a participar de um grupo de trabalho da Comissão Coordenadora dos Núcleos de Articulação com a Indústria (CCNAI)⁵⁰ na área de instrumentação, tendo como objetivo identificar e promover a industrialização interna de equipamentos desta área (*ibidem*, p. 25). Os NAIs foram implementados buscando utilizar a demanda das empresas estatais como capacitação tecnológica das indústrias, sendo estes instalados no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública então vinculada ao Ministério do Planejamento.

Vindo em sua rápida escalada na busca por representar os interesses do empresariado na Estado estrito, em 1978, a convite da Embramec – subsidiária do BNDE criada no período Geisel, conforme apontado acima –, a Comissão passou a participar de um grupo de trabalho da agência para analisar aspectos técnico-econômicos de suporte governamental à indústria de instrumentação no Brasil (IBP, 1979, p. 28).

O reconhecimento oficial, nos níveis nacional e internacional, viria ainda no mesmo ano. No início de 1978 ficou estabelecida a Comissão Técnica – CT-65 do Comitê Brasileiro de Eletrotécnica e Iluminação (Cobei) da ABNT, cuja a composição de membros seria coincidente com a composição da Comissão de Instrumentação do IBP. Sendo o Cobei vinculado ao *International Electrotechnical Committee* (IEC), a Comissão de Instrumentação do IBP passava a representar o Comitê Brasileiro em Instrumentação e Controle de Processos Industriais junto ao IEC. Além disso, o CT-65 foi convidado oficialmente a participar nas reuniões da *Technical Commission* (TC-65) do IEC, onde eram elaborados os textos-base para serem enviados ao demais países membros da organização internacional. Conforme declara a

⁵⁰ Conforme apresentado acima, os Núcleos de Articulação com a Indústria (NAI) foram criados por determinação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

própria Comissão de Instrumentação, tal situação abria frentes para a demonstração do desenvolvimento tecnológico do Brasil em âmbito externo (*ibidem*).

Também em 1978, foi concluída a primeira fase de estudos para o CDI, resultando na publicação do Edital 001/78 do Conselho, o qual estabelecia condições e critérios para planos de nacionalização de instrumentos. No ano seguinte, com o apoio técnico do IBP, o CDI publicou duas portarias – nº 639 e nº 640 de 1979 – fixando os índices mínimos de nacionalização, em valores, para a fabricação de instrumentos de medição e controle de processos industriais no país, o que permitiria a certificação de organizações pelo CDI. O CDI teria ainda avaliado projetos submetidos ao Edital, indicando alguns para homologação ministerial (IBP, 1980, p. 29), situação que demonstra a atuação do IBP para a continuidade da política de incentivos ao setor de bens de produção.

O rápido crescimento da Comissão de Instrumentação demonstra uma orientação de garantir os interesses de seus associados por outras formas, relativamente diferenciadas das que vinham sendo alcançadas pela Assessoria de Engenharia no que tange ao ingresso em uma área que possibilitou novos aportes tecnológicos, mas que também teve interface com uma diversidade de agências de financiamento e incentivos do Estado estrito. Tal atitude demonstra novamente que a falta de hegemonia do empresariado representado pelo IBP não indica passividade, uma vez que encontradas possíveis dificuldades para a consecução de seus interesses outras ações alternativas foram utilizadas para garantir a manutenção da expansão deste empresariado. O deslocamento de estratégias, dentro de uma macroestratégia pedagógica do Instituto, possibilitou ainda que em um momento de crise a continuidade da penetração de interesses empresariais no Estado estrito ocorresse por outras vias.

Portanto, apesar de o IBP ter buscado outras formas de garantir a expansão do processo de acumulação para seus associados, além do padrão das vias anteriormente utilizadas, demonstra que, por mais que tenham ocorrido conflitos internos, o Instituto em nenhum momento rompeu com Geisel e seu governo. Tendo como macroestratégia pedagógica o “desenvolvimento”, o IBP deslocou suas formas de atuação, até 1976 mais centradas no beneficiamento direto do setor de bens de produção, para garantir ganhos conjuntos – inclusive bastante voltados a este setor – através de uma outra estratégia, o avanço tecnológico para a instrumentação e a automação industrial. Tal situação permitiu ganhos para o processo de acumulação como um todo – devido às possibilidades de alcançar a tão buscada transferência de tecnologia e o salto de produtividade com o incremento da automatização e controle dos processos industriais –, bem como possibilitou ao conjunto do setor de bens de produção

benefícios com a mesma nacionalização de materiais e equipamentos, só que agora utilizando outra justificativa para acesso a estes canais.

Expressão de que a interrelação com os canais oficiais do Estado estrito ainda era relevante para o Instituto se apresenta em parte das recomendações oriundas do “2º Seminário de Instrumentação”, realizado em 1978, quando é reafirmada a necessidade de participação de técnicos – agora da área de instrumentação – na orientação das agências de incentivo do Estado estrito para garantir os programas de nacionalização, conforme abaixo:

2. A Comissão de Instrumentação do IBP deverá comunicar ao CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), referente ao programa de nacionalização de fabricação de instrumentos, os seguintes esclarecimentos.
 - necessidade de continuar a participação de especialistas deste campo para oferecer suporte técnico ao CDI
 - necessidade de participação do grupo técnico na avaliação técnica das propostas de planos de nacionalização de indústrias de instrumentação
 - necessidade de acompanhamento técnico da implantação dos planos de nacionalização aprovados, para avaliação de sua efetivação tecnológica (IBP, 1979, p. 27).

Por outro lado, é inegável como o setor de bens de capital ganhou enorme projeção com as políticas econômicas da ditadura civil-militar, em particular as do II PND, que possibilitaram taxas excepcionais de crescimento deste para o período através de mecanismos que se assemelharam a uma “doação” de capital (MENDONÇA & FONTES, 2006, p. 62-3). Da mesma forma, é evidente o crescimento do IBP e de boa parte de seus associados, bem como a projeção que, antes almejada, agora passava a se concretizar, uma posição demarcada no mercado externo. Além do conjunto de organizações internas e estrangeiras que foram citadas e contribuíram para este processo, podemos auferir tal projeção com a realização pelo IBP, ainda no final do governo Geisel, do “1º Congresso Latino Americano de Engenharia e Equipamentos para as Indústrias de Petróleo e Petroquímica”. Realizado em copatrocínio com a *Asistencia Reciproca Petrolera Estatal Latino Americana* (Arpel) e Instituto Petroquímico Latino-americano (Ipla), teve como objetivos o debate da situação e de perspectivas para a engenharia de projetos, de equipamentos e de montagens para as indústrias de petróleo e petroquímica da América Latina, além de buscar promover maior participação da engenharia e fabricação de equipamentos na expansão destas indústrias nos próximos anos (IBP, 1980, p. 62).

O evento contou com a participação de uma diversidade de agências na organização. Além de uma diversidade de empresas na Comissão Executiva, o evento teve uma Comissão Consultiva composta por agências vinculadas ao Estado estrito – Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Finep, CDI, MIC-STI, BNDE, CNPq, CNP, Petroquisa e

Petrobras – e por associações empresariais – Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), Abinee e ABDIB. Demonstração esta tanto do amadurecimento na relação entre as organizações representativas do empresariado e o Estado estrito, como também do alcance de um significativo nível de articulação em rede das organizações do empresariado para a defesa de interesses conjuntos.

4.3. A pedagogia do “pressionar sem romper” – a ascensão do IBP

No processo de institucionalização do Estado durante a ditadura empresarial-militar no Brasil, enquanto os primeiros anos – 1964-67 – corresponderam ao lançamento das bases do Estado de Segurança Nacional e o período subsequente – 1969-73 – se assentou na vinculação orgânica entre modelo econômico e aparato repressivo, a distensão iniciada com Geisel buscou a criação de uma representação política mais estável, através de mecanismos mais flexíveis. As dimensões deste possível processo de “abertura” suscitaram uma conjuntura diversa de oposições, tanto na ala militar, na qual havia segmentos resistentes à mudança do eixo de poder, quanto de frações do empresariado que, questionando a aparência soberana do Estado como promotor do desenvolvimento da nação, iniciaram fortes pressões antiestatizantes. O soerguimento de diversas mobilizações, mesmo que com características heterogêneas entre os diversos grupos sociais, trouxe algumas implicações ao processo. Apesar de o semblante autoritário do regime não ter se desfeito, a extinção do AI-5 e a adesão de frações do empresariado que apoiaram o Golpe de 1964 ao projeto de abertura são alguns dos resultados da conjuntura que podem ser destacados (MENDONÇA & FONTES, 2006, pp. 74-6).

As tentativas de conter a totalidade dos gastos públicos haviam sido frustradas pela utilização das estatais como tomadoras de empréstimos no exterior, até a virada da década estas medidas não seriam suficientes para conter o processo inflacionário. As políticas econômicas implementadas entre 1980-85 se resumiam ao discurso de combate à elevação da inflação. No período, através do III PND a sociedade política buscava garantir o mínimo de inversões necessárias para alguns setores como a produção de insumos básicos, a substituição energética necessária à indústria e, de elevada importância neste caso, para a exploração e produção de petróleo. No entanto, o período continuou marcado por estagnação e recuo das elevadas taxas de crescimento da transição da década de 1960-70. O custo do papel central das estatais no processo de aceleração anterior ganhava tons de culpabilização pela recessão, passando ao

discurso de cessão do espaço para a iniciativa privada que, no processo de crise econômica, se movimentaria espasmodicamente conforme a conjuntura (*ibidem*, pp. 80-1).

A partir de 1974 o centro do debate político se direcionou a dois momentos principais, a distensão sob Geisel e a abertura sob o governo Figueiredo. A campanha contra a estatização da economia, feita por parte do empresariado, não se vinculou de forma exclusiva à crise econômica instaurada, esta também se orientou ao excesso de intervenção econômica do Estado, sobretudo nas áreas de atuação das empresas estatais. O discurso era de que teria havido uma distorção dos objetivos capitalistas, no qual a iniciativa privada teria ficado com reduzidos espaços diante do privilegiamento das empresas estatais, enfrentando uma concorrência desigual. Neste sentido, o tema da democracia seria incorporado à retórica empresarial, vindo estas a público para criticar a participação na vida política e pleitear a instauração de mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado, propondo a realização de reformas liberalizantes que permitiriam a reabertura de espaços políticos para a defesa de seus interesses. Desde 1978, a posição do empresariado privilegiado inicialmente com o II PND ganhou contornos de uma crítica liberalizante, passando a apoiar a democratização. Dentre estes, lideranças de empresas do setor de bens de produção, como a Bardella e a Cobrasma, que passaram à posição central de intérprete das novas demandas empresariais (DINIZ, 1994).

A postura deste empresariado também condenava as saídas recessionistas da crise, que tomava tons de desconstrução da empresa privada nacional e de elevação do desemprego, o que, segundo seus posicionamentos, levaria à tendência de desnacionalização e estatização da economia. Se por um lado este empresariado assumia uma estratégia mais crítica ao governo, por outro reafirmava a necessidade da unidade do setor em torno do projeto de abertura a ser conduzido pelo presidente João Figueiredo. Este tipo de tática privilegiava uma postura mais crítica e questionadora, mas evitando a própria identificação como um adversário do regime. Mesmo as frações mais combativas deste empresariado não se situavam declaradamente no campo da oposição ao governo, buscando sempre que possível manter seus vínculos com a situação. A centralidade de sua posição consistia na preservação da posição de aliado potencial, no entanto reivindicando maiores espaços de expressão política de seus interesses. Com a decisão da cúpula militar, em 1978, pelo nome do general Figueiredo para a presidência, este empresariado concedeu apoio à candidatura que dava continuidade ao regime, demonstrando o não rompimento radical com este. Portanto, apesar destas frações do empresariado industrial terem ampliado sua força e conquistado maior autonomia enquanto classe, sua relativa unidade sob a pauta da liberalização ainda não expressaria um consenso, uma vez que estes ainda não haviam formulado um projeto próprio de transição para uma nova ordem (*ibidem*).

A despeito da concorrência com o capital estrangeiro em algumas áreas, um segmento “nacional” do setor de bens de capital ganharia força durante o governo de Geisel e passaria a constituir um dos grupos mais ativos da burguesia brasileira no debate político. Apesar das críticas à penetração do capital estrangeiro e muitas vezes das formas de atuação das empresas estatais, a orientação destas frações do setor, em geral, demonstravam uma reação positiva, uma vez que foram os vínculos com estas outras fatias dispostas na produção que lhe permitiram elevar o processo de acumulação e, conseqüentemente, ganhar maior autonomia. No entanto, nos momentos em que seus interesses passavam a ser atingidos, sobretudo a fração do empresariado envolvida na produção de equipamentos pesados e materiais de infraestrutura sob encomenda, a mais estruturada do setor, passou a demonstrar significativo grau de organização e de atividade na defesa de seus interesses. Esta fração seria constituída por uma profunda conexão com as atividades de planejamento oriundas do Estado estrito devido aos planos de desenvolvimento governamental nas áreas de construção de rodovias, projetos hidrelétricos e atividades vinculadas às maiores empresas estatais – como na exploração e produção de petróleo –, que necessitavam de equipamento e maquinaria produzido por este segmento do capital. Expressando uma postura de liderança frente a outros segmentos relevantes do empresariado industrial “nacional”, esta fração passaria a representar um possível núcleo interno de uma “nova” ideologia burguesa (BOSCHI, 1979, pp. 128-30).

Com relação à atuação do IBP, é notável a expansão das atividades do Instituto no período. A mudança de formato das comunicações nos relatórios é claramente perceptível na virada da década de 1970-80, as “Introduções” dos Relatórios de Atividades passam a ser apresentadas com um tom extremamente saudosista nas comunicações. Demonstrando a busca por formas de manter um alinhamento mínimo entre a organização e o Estado, passa a ser comum a apresentação de trechos de explanações de membros da alta cúpula do governo reverenciando o papel e a atuação do Instituto. Além disso, estes trechos compreendem a excertos de discursos realizados presencialmente pelos membros desta cúpula em eventos realizados pelo próprio IBP, sendo a presença destes marcada em quase todos os anos nestas atividades.

Ilustrando tal situação e demonstrando o não rompimento do Instituto com Geisel, o Relatório de Atividades de 1980 apresenta que, no encerramento do 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica, foi concedido o “Prêmio Leopoldo Américo Miguez de Mello” – prêmio máximo do Instituto e voltado a personalidades que tiveram ação distinta no setor de petróleo e petroquímica – ao ex-Presidente da República e então presidente da Norquisa, general Ernesto Geisel. A cerimônia, realizada em novembro de 1980, contou ainda com a presença do então

Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães; do Secretário da Indústria e Comércio da Bahia, Manoel Castro; do ex-Ministro da Indústria e Comércio durante o governo Geisel, Angelo Calmon de Sá; do Comandante da 6ª Região Militar, com sede em Salvador, general Moraes Rego; do então Ministro Extraordinário da Desburocratização e ex-presidente do IBP, Hélio Beltrão; e do presidente do Instituto, Plínio Cantanhede (IBP, 1981, p. 52). O referido Relatório de Atividades é iniciado com a apresentação do trecho abaixo, extraído do discurso de Geisel quando do momento da premiação.

“... Instituto Brasileiro de Petróleo, organização de âmbito nacional, que congrega as empresas e entidades que, no país, se dedicam às indústrias de petróleo e petroquímica e, bem assim, àquelas cujas atividades estão vinculadas, direta e indiretamente, a essas indústrias. Desde novembro de 1957, o Instituto desenvolve extenso e profundo trabalho – técnico, educativo e social – promovendo estudos e pesquisas, elaborando padrões e normas técnicas, organizando cursos, seminários, conferências e congressos, mantendo intercâmbio ativo com instituições congêneres, editando publicações técnicas, além de outras múltiplas atividades de ordem científica e cultural. Pelo vulto e mérito desses trabalhos e pela excelente contribuição assim prestada às indústrias do petróleo e petroquímica, o Instituto credenciou-se, naturalmente, como principal intérprete delas, o que torna ainda mais relevante, para mim, a atribuição do prêmio que agora recebo”.

— Palavras do Exm.º. General Ernesto Geisel durante solenidade de entrega do Prêmio Leopoldo Américo Miguez de Mello, em novembro de 1980, na Bahia (IBP, 1981, p. 1).

Cabe aqui ressaltar as motivações desse arranjo cerimonial, que vinculam a tecnoburocracia e frações do empresariado na consecução dos planos de expansão do parque petroquímico brasileiro em um contexto econômico de recessão e de alteração das posições ideológicas do empresariado em relação ao posicionamento do governo e, sobretudo, ao papel das empresas estatais. Às vésperas da entrada em operação do Polo Petroquímico da Bahia (1978), a Copene e as outras empresas do complexo encontravam-se bastante endividadas por custos da implantação e, sobretudo, pelos efeitos do choque do petróleo. Dessa forma, quando a operação foi iniciada, surgiram dificuldades com a formação do capital de giro das empresas que foram agravadas pelo controle implementado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP)⁵¹. As empresas de segunda geração do Complexo recorreram a programas do BNDE de apoio à empresa privada, entretanto a Copene, por ser controlada por uma estatal, não teria acesso aos programas. Desta forma, as lideranças da Petrobras-Petroquisa, apesar de avessas a este tipo de recurso, optaram pela privatização da Copene de forma a preservar sua estrutura central no controle do Complexo Petroquímico (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 179-80).

⁵¹ O CIP foi um órgão colegiado criado em 1968 que substituiu a Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização dos Preços (Conep) na função de conter a inflação através de medidas de controle dos preços (DINIZ, 1994, p. 209).

A privatização da Copene foi iniciada no final de 1978, com o lançamento de pacotes de ações através do Programa Especial de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional, e se finaliza com a criação, em 1980, da Nordeste Química S.A. (Norquisa). Esta seria uma empresa *holding* composta de capitais privados nacionais de dezessete empresas de segunda geração, passando a deter 47,19% do controle acionário da Copene, parcela quase equivalente à da Petroquisa, que teria 48,16%. Tal situação já indicava a congruência de interesses entre a tecnoburocracia oriunda da Petrobras e o capital privado nacional, mas se explicitava ainda mais pela estrutura adotada na Norquisa, na qual a Petroquisa seria o grande sócio individual em troca da parte da Norquisa na Copene. A Norquisa teria seu conselho formado pelos patriarcas familiares dos sete maiores grupos privado nacionais, sendo eles: Carlos Mariani Bittencourt (Grupo Mariani), José de Freitas Mascarenhas (Grupo Rocha Miranda), Pery Igel (Grupo Ultra-Igel), Angelo Calmon de Sá (Grupo Econômico), Norberto Odebrecht (grupo de mesmo nome), Ralph Rosemberg (Grupo Cevekol-Rosemberg) e Max Feffer (Grupo Suzano-Feffer). A presidência da empresa seria ocupada pelo então ex-presidente da República, Ernesto Geisel, além de ter na diretoria membros do alto escalão da Petroquisa, dentre eles Otto Perroni a partir de 1983 (*ibidem*, pp. 180-1), que foi o sucessor de Geisel na presidência da empresa entre 1991 e 2001, período no qual também foi presidente do IBP (1995-2001) (cf. Apêndice I).

Carlos Mariani Bittencourt, Pery Igel e Otto Perroni pertenceram à Comissão Consultiva do evento do IBP supracitado, e José de Freitas Mascarenhas à Comissão Executiva (IBP, 1981, p. 54). Angelo Calmon de Sá estava dentre os membros da cerimônia de premiação de Geisel, conforme apresentado acima. A representação da Cevekol, da Suzano e da Odebrecht, mesmo não constando nominalmente no evento, pertenciam aos quadros de associadas do IBP (IBP, 1973, p. 89; *idem*, 1978, p. 76). Foi exatamente nesta conjuntura que, o agora recém empossado na presidência da Norquisa, general Ernesto Geisel, recebeu a premiação máxima do Instituto.

A premiação ocorreu durante a realização de dois eventos sequenciais pelo IBP em Salvador, o 2º Congresso Brasileiro e o 3º Latino-Americano de Petroquímica. Além de Geisel e de uma diversidade de personalidades políticas e empresariais presentes na premiação, marcaram também presença nos eventos do Instituto, o Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Pena; o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende; o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Danilo Venturini; o Secretário-Geral do Ministério de Minas e Energia, Arnaldo Rodrigues Barbalho; o Ministro-Chefe do SNI, general Octávio de Medeiros; o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro e então presidente da Unipar, almirante

Floriano Peixoto Faria Lima; e o então Presidente da República, general João Baptista Figueiredo (IBP, 1981, p. 1).

A correlação de forças expressa no 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica expressa bastante a conjuntura política do momento. Por um lado teríamos a presença da cúpula do governo Figueiredo, que expressava as medidas recessionistas do governo para conter a inflação e ajustar a economia, as quais atingiam o Sistema Petrobras e, conseqüentemente, a própria forma de expansão até então utilizada para o desenvolvimento da indústria petroquímica. De outro lado teríamos na organização do evento toda uma representação da tecnoburocracia oriunda das agências de financiamento e incentivo do Estado e lideranças do Sistema Petrobras, bem como representantes das principais associações de classe do empresariado e de algumas das principais indústria petroquímicas.

A Comissão Consultiva do Congresso era formada por Carlos Mariani Bittencourt, Diretor-Presidente da Petroquímica da Bahia; Geraldo Guennes Tavares de Lima, Presidente da Agrofertil; Hunter W. Henry, Presidente da Dow Química; João Pedro Gouveia Vieira, Presidente do Conselho Executivo da Cia. de Petróleo Ipiranga; Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Presidente Executivo do Conselho Diretor do Grupo Peixoto de Castro; Paulo Figueiredo, Presidente da *Union Carbide* do Brasil; Paulo Reis de Magalhães, Presidente da Rhodia; Pery Igel, Presidente do Grupo Ultra; Florian Peixoto Faria Lima, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro e Presidente Executivo da Unipar; Getúlio Lamartine de Paula Fonseca, Secretário Executivo do CDI; José Clemente de Oliveira, Diretor do BNDE; Luiz Antônio Sande de Oliveira, Presidente do BNDE; Manoel Figueiredo Castro, Secretário da Indústria e Comércio do Estado da Bahia; Otto Perroni, Vice-presidente da Petroquisa; Paulo Vieira Belotti, Diretor da Petrobras; Derek Lovell Parker, Presidente da Abemi; Waldyr Antônio Giannetti, Presidente da ABDIB; Paulo Guilherme Aguiar Cunha, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados (Abiquim); e Eduardo Demarchi Difini, Presidente do Conselho Administrativo do IBP (IBP, 1981, p. 54).

A Comissão Executiva era formada por Decio de Paula Leite Novaes, Vice-presidente da *Union Carbide* do Brasil; José de Freitas Mascarenhas, Presidente da Companhia Internacional Fiduciária; José Edgard Ferraz Prado, Assistente da Diretoria da Companhia Brasileira de Estireno; Michel Hartveld, Diretor da Unipar; Ronaldo Miragaya, Diretor da Petroquisa; Alberto Ramy Mansur, Assistente da Diretoria da Petroquisa; Amilcar Pereira da Silva Filho, Gerente Técnico da Petroquisa; Nelson Brasil de Oliveira, Chefe da Divisão de Petroquímica e Polímeros do Cenpes/Petrobras; Raimundo Mendes de Brito, Coordenador do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec); Ernesto Carrara Júnior, Coordenador do GS-

III/CDI; Roberto Teixeira, José Luiz de Carvalho Cesar, Marcio Landes Claussen, Paulo Ribeiro, Pedro Wongtschowski e Rodolfo Maluhy, do IBP (*ibidem*).

A conferência de abertura do evento foi proferida pelo Governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, tendo como conclusões e recomendações do Congresso os itens abaixo.

1 - O petróleo continuará a ser empregado, e em proporção crescente como matéria-prima da indústria petroquímica, onde encontra sua utilização mais nobre. Deve ser estimulada a substituição do uso dos hidrocarbonetos como fonte energética para o setor.

2 - A indústria petroquímica, por sua significativa contribuição à economia de energia, por sua relevância para o desenvolvimento industrial e agrícola, deve continuar recebendo tratamento prioritário por parte dos órgãos responsáveis pela formulação da política econômica e industrial brasileira.

3 - Recomenda-se promover o fortalecimento e a capitalização da empresa nacional, tanto pela adequada remuneração de seus investimentos, quanto através de fusões e reagrupamentos empresariais estratégicos, com o objetivo de manter no País os centros decisórios, no momento em que se verificam os processos de aumento da capacitação tecnológica e de ampliação da oferta interna.

4 - A política industrial traçada pela Resolução CDE nº 9⁵² deve ser mantida e aperfeiçoada no que se refere ao modelo empresarial ali expresso. Ao empresário privado do setor deve-se conferir maior responsabilidade na seleção e contratação de tecnologia. A participação empresarial da PETROQUISA, outrossim, continua necessária ao desenvolvimento da petroquímica nacional, mormente com objetivo de fortalecer tecnologicamente o setor.

5 - Por ocasião da programação de ampliação da oferta de produtos petroquímicos no País, as empresas nacionais do setor devem considerar as oportunidades de exportação e contemplar a instalação de uma capacidade de produção adicional e marginal, desde que sustentada no atendimento ao mercado interno.

6 - É conveniente que o planejamento, exercido no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Industrial, contemple a concessão de incentivos adequados ao maior emprego de matérias-primas do setor agroindustrial, a fim de complementar, de maneira ordenada e econômica, as necessidades da indústria petroquímica.

7 - Face à necessidade maior capacitação tecnológica do setor, que exigirá recursos financeiros substanciais, recomenda-se a criação de incentivo fiscal que permita às empresas deduzirem, em dobro, as despesas realizadas para esse fim, após aprovação de seu programa pelos órgãos competentes. Em paralelo, deve-se buscar uma Universidade atuante no campo da pesquisa básica e na formação de técnicos, com especial ênfase na área de ação da biotecnologia.

8 - Recomenda-se a adoção imediata de medidas concretas no sentido de estimular a realização de projetos na área de química fina por parte das empresas nacionais do setor petroquímico, em fase do expressivo gasto de divisas na importação das referidas especialidades químicas. Uma ação coordenada envolvendo órgãos do Governo, como CDI, CPA, CIP, CACEX e CEME, deve ser considerada como indispensável (*ibidem*, p. 55).

⁵² Conforme Alveal Contreras (1994, pp. 124-5), a Resolução nº 9 de 1977, do CDE, representa a busca mais auspiciosa de definição de uma política industrial, orientada pela ideia de uma relativa autonomia nacional bastante presente na tecnocracia alçada ao governo com Geisel. Esta se expressa como a orientação geral mais abrangente na proposição de prioridade explícita ao empresariado nacional, tido como elo mais fraco do “tripé”. Voltada principalmente para o desenvolvimento das capacidades internas, no sentido de absorção e criação de tecnologia, acabou reduzida a uma orientação geral da política na qual as agências executoras tinham ampla faixa de autonomia para modificar critérios ou se omitir. Entretanto, no caso do setor petroquímico algumas medidas e instrumentos foram utilizados para conseguir resultados promissores na definição de uma política específica.

O tom utilizado nas conclusões e recomendações do 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica é expressivo da correlação de forças políticas internas representadas no próprio evento. Primeiramente demarca o enfrentamento a qualquer diretriz política passível de reduzir o uso de petróleo como matéria-prima para a petroquímica. Devido ao segundo “choque do petróleo” (1979) as orientações políticas se voltavam à substituição energética, conforme expressado em diversas orientações do III PND, apesar deste não ter praticamente saído do papel. Aponta ainda para a falta de prioridade concedida ao setor pelo novo governo em relação ao anterior. Da mesma forma, remonta à importância da manutenção das formas de desenvolvimento anterior do setor petroquímico, tendo no agrupamento de empresas em *holdings* e *joint-ventures*, sob liderança das empresas estatais, a forma precípua de se ter expandido o parque petroquímico. Alerta para a manutenção da política de nacionalização voltada aos setores de engenharia e de fabricação de materiais e equipamentos, maximizando a participação do fabricante nacional e a presença da Petroquisa para garantir o aporte de pacotes tecnológicos para a indústria. Aponta para a opção pela via da exportação, devido à ampliação da oferta interna de produtos petroquímicos em relação à demanda com o aprofundamento da recessão, a recém inauguração do Polo da Bahia e a continuidade de implantação do Polo do Sul, além de remeter às possibilidades de expansão nos próprios polos existentes.

Além disso, as recomendações apontam para a necessidade de concessão de incentivos do governo, através das agências existentes e já burocratizadas, para a substituição de matérias-primas oriundas do petróleo, aquisição tecnológica – inclusive com utilização das universidades públicas para tal empreitada – e para a verticalização do setor petroquímico brasileiro para uma nova área, a química fina. Estas recomendações remetem exatamente às áreas em que o empresariado e a tecnoburocracia vinculados ao setor petroquímico planejavam avançar no período: a aquisição tecnológica, a exportação e a verticalização para a química fina como forma de expansão diante da crise econômica.

4.4. O IBP e a Abiquim – o avanço na área química para manter a acumulação

Com os indicativos de fracasso do II PND, a prioridade fornecida à indústria petroquímica na política do governo foi afetada, bem como a proposta de desenvolvimento que se vinha balizando através do “modelo tripartite”. No nível econômico, a autonomia financeira da Petroquisa também havia sido atingida. Em 1978, pouco antes do início da operação do Polo da Bahia, a estimativa era de criação de significativo excedente de produção que não seria absorvido pelo mercado interno. Entretanto, as metas de expansão foram mantidas no caso da

Bahia, que já era irreversível, mas também para o Polo do Sul. Conforme Suarez (1986, p. 160-61), ao analisar os fatos, a manutenção da expansão estava vinculada ao redirecionamento da produção para o mercado externo como escoadouro do potencial não absorvido internamente. No entanto, os excedentes esperados com a partida do Polo da Bahia não ocorreram, pois havia uma demanda reprimida e potencial que não era atendida internamente, sendo praticamente zeradas as importações em 1979. Em 1980, o desempenho havia sido ainda melhor através da especulação com os estoques, que aumentavam a demanda interna causando disputas pelos produtos petroquímicos, reaquecendo, por consequência, as importações. Com o início das políticas recessivas ao final de 1980, a situação se alteraria profundamente, causando uma ociosidade efetiva que quebraria as empresas caso tivessem que operar desta forma por um tempo prolongado. Deste modo, não houve outra saída encontrada para além da exportação.

Por um lado, a Petrobras, assim como outras empresas estatais, em decorrência das tentativas políticas de controle da recessão econômica, passavam a sofrer restrições da Secretaria de Controle das Estatais (SEST)⁵³. Por outro, os vínculos orgânicos de interesses entre frações do empresariado privado e a tecnoburocracia que compunha a liderança da Petrobras buscariam outras formas de atuação para a continuidade do jogo de ganhos mútuos diante da recessão. Dentre as saídas utilizadas para o endividamento inicial das empresas do Polo da Bahia, uma já foi aqui comentada, sendo a privatização da Copene e a, conseqüente, criação da Norquisa. Com a criação da SEST, em 1979, a Copene teria alto risco potencial de ingerência da SEST através da Petroquisa, devido a última ser o grande sócio individual e possuir participação no capital votante dos demais, da mesma forma que o capital gerado pela Copene que, quando distribuído como dividendos, acabava sob controle da agência ao retornar à Petroquisa (*ibidem*, p. 173). Portanto, enquanto a SEST restringia a atuação da Petroquisa, como saída para a manutenção da estratégia de crescimento conjunto dos capitais, a Norquisa ocupava seu lugar garantindo o crescimento também da própria Petroquisa, sua grande sócia individual.

Considerando o quadro de recessão e incertezas, inclusive precisando demarcar que o “petróleo continuará a ser empregado, e em proporção crescente como matéria-prima da indústria petroquímica, onde se encontra sua utilização mais nobre” (IBP, 1981, p. 55) – conforme apresentado acima na primeira das conclusões do 2º Congresso Brasileiro de

⁵³ A SEST atuava no controle financeiro das estatais, fixando tetos de investimento e despesas de custeio para o conjunto e para cada uma das estatais. Contemplava também restrições de acesso ao crédito externo e interno, aos recursos do Tesouro, ao mercado acionário e distribuição de lucros e dividendos (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 165).

Petroquímica (1980) –, a estratégia adotada para garantir a expansão da acumulação seria a verticalização para a química fina. Neste sentido, apesar da viabilidade inicial da exportação, o fato de o país não ser autossuficiente e dos dois “choques do petróleo” terem elevado o custo da matéria-prima da indústria, o mercado externo não era percebido como a via principal para manter o processo de expansão devido às dificuldades de concorrência em que teriam os produtos brasileiros. Esta situação também aparece expressa na quinta conclusão do congresso, que considerou que devido à previsão de ampliação da oferta, as empresas deveriam considerar as oportunidades de exportação como uma saída, contemplando “uma capacidade de produção adicional e marginal, desde que sustentada no atendimento ao mercado interno” (*ibidem*).

Além disso, a química fina possuía um grande mercado que era atendido através de relevante volume de importações, o que contribuía significativamente para a geração de divisas. Por todo este conjunto de variáveis que o 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica, com a presença de ilustres membros do empresariado, da tecnoburocracia e da cúpula do governo militar apresentou sua oitava e última recomendação “a adoção imediata de medidas concretas no sentido de estimular a realização de projetos na área de química fina por parte das empresas nacionais” devido ao gasto com divisas e considerando indispensável a ação coordenada de uma série de agências do Estado estrito para a consecução deste objetivo (*ibidem*).

A despeito das principais fontes de matérias-primas da química fina serem oriundas da petroquímica, partindo de várias áreas da química de base, a estratégia elaborada em 1980 – mesmo ano do 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica –, conforme Suarez (1986), teria dois níveis. O primeiro ou periférico, seria a expansão para a alcoolquímica e cloroquímica, este consolidaria a base para a verticalização para a química fina propriamente dita. A alcoolquímica seria a forma de criar uma fonte de matérias-primas para a química fina ou, em certas condições, fonte suplementar à petroquímica, sendo o álcool na prática um substituto da gasolina, liberando a nafta para a utilização na indústria petroquímica (*ibidem*) – o que possui relação com a primeira conclusão do referido Congresso.

Logo no início do ano seguinte ao Congresso, em 1981, o IBP criou em sua estrutura organizacional a Comissão de Álcool. Sempre buscando travestir pedagogicamente os interesses de frações do empresariado como interesses nacionais e buscando fornecer uma racionalidade técnica – conforme a expressão utilizada abaixo, “de forma racional” – como justificativa, o Instituto declarava como motivação para a criação da Comissão que:

Colaborar com o Brasil é sempre a meta do IBP ao criar suas Comissões técnicas. Foi pensando nele e no desenvolvimento e consolidação, de forma racional, de todos os setores da aqui chamada “Economia do Álcool”, que nasceu, em 23 de março de 1981, a Comissão de Álcool (IBP, 1982, p. 3).

Vale ressaltar que em 1975 foi criado o Programa Nacional de Álcool (Proálcool), no bojo de uma elevação substantiva do valor do petróleo no mercado internacional devido ao primeiro “choque do petróleo”. Inicialmente, o Programa possuía como objetivo principal, não explicitado formalmente, aproveitar a capacidade ociosa das destilarias anexas de açúcar, na busca por criar um vetor de produção em longo prazo que contribuiria para ajustar problemas com as oscilações do preço do açúcar no mercado internacional. Na versão oficial do Programa, o objetivo central de substituir a gasolina pelo álcool, que ocorreu principalmente a partir de 1979, possibilitou ganhos para alguns agentes. Como alternativa para a indústria automobilística nos anos de recessão, permitiu a conservação da acumulação por esta indústria, bem como para a manutenção do estilo de vida de frações médias e altas através da utilização do carro a álcool. Além disso, parte da indústria de bens de produção expandiu seus mercados na fabricação de equipamentos para destilarias, notadamente o Grupo Dedini, liderança da ABDIB (ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 170) e também associado ao IBP. A empresa M. Dedini S.A. – Metalúrgica e Construtora de Destilarias era uma das representadas na Comissão de Álcool desde a sua constituição, além de ser uma das colaboradoras do evento descrito a seguir.

Ainda no mesmo ano, foi organizado pelo IBP, com copatrocínio da Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados (Abiquim), o 1º Congresso Brasileiro de Alcoolquímica (IBP, 1982, p. 9). De acordo com Suarez (1986, p. 204), neste evento foi delineada a linha básica de atuação para a reativação dessa indústria, tendo o evento contado com a presença de parte do alto escalão da tecnoburocracia petroquímica, dentre os expoentes destes estavam Paulo Vieira Belotti e Ronaldo Miragaya. Ambos teriam deixado anteriormente cargos do MIC para ocupar cargos na estrutura da Petrobras. Belotti seria diretor da Petrobras, presidente da Petroquisa, a qual representou na Comissão Consultiva do Congresso, e Conselheiro do IBP. Miragaya seria diretor da Petroquisa e do IBP, tendo representado o próprio Instituto na mesma Comissão do Congresso (IBP, 1982). Além disso, ambos teriam também participado da organização do 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica, realizado no ano anterior. Belotti integrou a Comissão Consultiva do evento como diretor da Petrobras e Miragaya foi presidente da Comissão Executiva, como diretor da Petroquisa.

A Comissão Consultiva do evento contou ainda com Hugo de Almeida, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA (*ibidem*), que dentro da estratégia garantiu o fornecimento de álcool para a indústria, visto que este era muito disputado no mercado de combustíveis para automóveis. Ainda quanto a estratégia delineada, o evento contou com a

presença do então governador de Pernambuco, Marco Maciel, onde viria a, basicamente, se instalar a indústria alcoolquímica (SUAREZ, *op. cit.*).

Apesar de já ter alguma relação em atividades anteriores e de estar representada por seu presidente na Comissão Consultiva do 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica – conforme apontado acima –, a partir de 1982 a Abiquim e o IBP se aproximam, realizando algumas atividades em conjunto. A Comissão de Petroquímica do IBP, após dificuldades anteriormente apresentadas e uma paralização de atividades em 1981, apresentou em 1982 a busca pelo estreitamento de laços com associações congêneres, como a Abiquim, órgãos governamentais – como o INPI, o CDI e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) – e privados. Segundo a própria Comissão de Petroquímica, a reativação se baseava em um programa de atividades, dentre as quais constavam o “Levantamento dos Problemas da Indústria Petroquímica”, no qual a finalidade principal se destinava a verificar a estrutura da indústria química – movimento central da estratégia de expansão – e sua relação com outros setores da economia (IBP, 1983, p. 5).

De fato, seguindo a orientação exposta acima, o IBP apresenta, em 1982, a assinatura de um convênio com a Abiquim (*ibidem*, p. 17). Além disso, vindo de uma reformulação na qual a constituição dos representantes era nominal – sem representação empresarial – entre 1978-81, a Comissão de Petroquímica retorna às atividades a partir de 1982 com um novo quadro de empresas representadas, órgãos governamentais como o INPI e CDI – o último a partir de 1983 –, além de um representante da Abiquim. Representantes da Associação também aparecem nas Comissão de organização de congressos (IBP, 1983). Os vínculos orgânicos entre o IBP e a Associação no período são ainda mais expressivos quando analisada a posição de Paulo Guilherme Aguiar Cunha, presidente da Abiquim entre os anos 1979-83, e sequencialmente do IBP, entre 1984-86.

Desde sua fundação, em 1964, a Abiquim tinha forte peso do capital multinacional em sua estrutura interna, sendo este dominante no setor químico no período. Alguns estudos (SUAREZ, 1968; ALVEAL CONTRERAS, 1994) apontam que, com a perda de autonomia da Petroquisa diante da política recessionista do governo no final dos anos de 1970, a Abiquim elegeu para a sua diretoria membros da tecnoburocracia vinculada à Petroquisa, reproduzindo uma estrutura semelhante ao do “modelo tripartite” em seu interior. Para estes autores, a partir de então a Associação passaria a mecanismo de pressão da estratégia consolidada pelo interesse destes grupos durante a década de 1980. No entanto, como vimos anteriormente, essa formação estava consolidada no interior do IBP muito antes. A tecnoburocracia petroquímica citada nestes trabalhos, em sua maioria, já ocupava os altos quadros do IBP em períodos anteriores,

conforme apontado acima, ou no mínimo participava diretamente da organização de atividades no Instituto. A diferença entre a Abiquim dos anos de 1980 e o IBP nos parece muito mais vinculada à estratégia utilizada do que à determinação condensada como consenso internamente entre seus agentes. Neste sentido, a estratégia do IBP desde sua gênese esteve vinculada a trazer esta tecnoburocracia e outros representantes de agências do Estado estrito para o interior da organização, enublado as formas de entender a atuação da própria entidade. Portanto, assim como para a ABDIB, se a Abiquim atuava mais explicitamente como mecanismo direto de pressão do empresariado sobre o Estado, o IBP atuava mais como uma forma de pressão pelo próprio consenso formulado em seu interior, utilizando congressos, seminários e cursos como forma pedagógica de obter o alinhamento necessário para a consecução de determinados interesses, como já percebemos anteriormente em outros casos.

Retornando aos eventos do IBP, ainda em 1982 o IBP explicitaria a estratégia delineada através da descrição do “1º Seminário Brasileiro de Química Fina”. Realizado em Salvador, com copatrocínio da Secretaria da Indústria e Comércio da Bahia e Abiquim, o evento buscou exatamente a organização do consenso entre Estado estrito e empresariado para o alcance da determinação da estratégia já delineada, conforme o próprio IBP expressa.

A realização desse 1º Seminário, partiu da compreensão da complexidade dos problemas relativos ao setor e da premente **necessidade de se intensificar o processo de organização do pensamento político-empresarial**, para a **adoção de medidas globais** que assegurem ao País condições de **implantar um parque de indústrias dessa especialidade**.

O 1º Seminário de Química Fina **objetivava definir uma política clara para o setor; fortalecer efetivamente os grupos empresariais interessados** e os respectivos projetos, sob os ângulos financeiro e institucional; e intensificar as atividades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia (IBP, 1983, p. 12, *grifos meus*).

Utilizando a estratégia de atrelar a cúpula do governo militar para sedimentar o consenso, em 1983, o IBP junto à Abiquim realizou o 2º Congresso Brasileiro de Alcoolquímica, que contou com a presença do ministro Hélio Beltrão, do general Ernesto Geisel, do governador de Pernambuco – onde ocorreu o evento e se instalou a indústria alcoolquímica –, Roberto Magalhães e do governador de Alagoas, Divaldo Suruagy (IBP, 1984, p. 8). A participação do governador de Alagoas se devia a continuidade da estratégia de expansão, visto que um polo cloroquímico estava sendo empreendido no estado utilizando-se de estratégias semelhantes às usadas na alcoolquímica e tendo como pivôs da estratégia os mesmos agentes (SUAREZ, 1986, pp. 208-9). Além disso, o IBP deu destaque para a conferência proferida pelo próprio ex-governador de Pernambuco e agora senador, Marco Maciel: “Estratégias Alcool-Sucroquímicas para Pernambuco”.

Conforme a própria Abiquim, a estratégia utilizada desde o primeiro Congresso era agora referendada junto ao governo:

“Foi ressaltada, também no Congresso, a importância da ação governamental no setor alcoolquímico, na qual tem-se a destacar que as recentes medidas do Conselho Nacional do Álcool, no sentido de viabilizar as exportações de derivados alcoolquímicos, demonstram que o diálogo entre a indústria alcoolquímica e o Governo Federal representa fator imprescindível para o desenvolvimento setorial” (BOLETIM DA ABIQUIM, 1983 in SUAREZ, 1986, p. 206)

De acordo com Suarez (1986, pp. 206-7), a estratégia de privatizar empresas vinculadas ao Sistema Petroquisa, já utilizada pela tecnoburocracia junto ao empresariado, foi novamente a solução para evitar entraves e limitações das políticas recessivas do Estado estrito. Além da colaboração do governo do estado e do potencial alcooleiro de Pernambuco, a implantação do primeiro polo alcoolquímico do país na localidade se deve à existência prévia da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo), que operava um dos empreendimentos alcoolquímicos pioneiros desde 1965. Esta pertencia à Petroquisa, estando em uma posição privilegiada para comandar a reativação da indústria, entretanto, por ser formalmente uma empresa estatal, tinha sua expansão limitada pela atuação da SEST. A Coperbo era inicialmente uma empresa de economia mista que foi transformada, em 1971, numa sociedade por ações diretamente controlada pela Petroquisa. A primeira solução para contornar estes entraves se deu através da criação da Companhia Alcoolquímica Nacional (Alcoolquímica) em 1981, instituída sob liderança da Norquisa em associação com a Conepar – uma *holding* do Grupo Econômico – e a própria Coperbo, para produzir ácido acético e acetato de vinila, matérias-primas para a química fina. No entanto, em 1982 a Coperbo foi privatizada, incorporando a Alcoolquímica através da troca proporcional de ações com acionistas externos. Ao fim da transação, a Norquisa junto à Conepar detinha 52% do capital votante da empresa, participando também do empreendimento o IAA e o governo de Pernambuco.

A Coperbo, a Norquisa, a Petroquisa e o IAA estavam presentes na Comissão Executiva do Congresso. A Conepar estava representada na Comissão Consultiva do evento pelo próprio ex-ministro da Indústria e Comércio de Geisel e liderança do Grupo Econômico, Angelo Calmon de Sá. Além disso, uma diversidade de agências do Estado se representava na Comissão para dar sustentação à estratégia, como o CDI-MIC, o BNDES, a Finep, a MIC-STI, o CNPq, a Sudene, o CNP, a Comissão Executiva Nacional do Álcool (Cenal), o próprio IAA, a Secretaria da Indústria e Comércio de Pernambuco e de Alagoas, além de empresas e organizações representativas do empresariado, como a CNI, o Sindicato das Indústrias de Açúcar de Pernambuco, a ABDIB, a Abiquim e o IBP (IBP, 1984, pp. 45-6).

Buscando agir no outro flanco da estratégia, ainda em 1983 o IBP realizou o Curso de Exportação de Produtos Petroquímicos. Realizado em duas edições, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, o curso visava o desenvolvimento de “técnicos” vinculados à atividade comercial em produtos químicos, desenvolvendo a política e a sistemática utilizada no país para a exportação. Conforme o Instituto, abordava em detalhe aspectos fundamentais – macroeconômicos, setoriais e financeiros – e operacionais aplicáveis à exportação, a partir de palestras com as principais entidades do setor, dentre elas a Abiquim, a Cacex, a Interbrás – subsidiária da Petrobras que visava promover as exportações brasileiras – e o Ministério das Relações Exteriores. O programa do curso trazia conteúdos como o Sistema Brasileiro de Comércio Exterior, a Política Brasileira de Comércio Exterior, canais de distribuição, a petroquímica nacional, dentre outros (IBP, 1983, p. 15).

Alveal Contreras (1994, p. 187) destaca que a Interbrás impulsionou a internacionalização dos grupos privados nacionais que já possuíam boa escala de produção, experiência e qualificação tecnológica. Já Suarez (1986, pp. 162-3) aponta que para viabilizar a exportação dos excedentes da indústria petroquímica seriam utilizadas uma série de incentivos e subsídios governamentais oriundos em grande parte da própria Cacex, além da atuação da *trading* Interbrás como grande intermediária das vendas para o mercado externo. Através da Petroquisa foi ainda articulado um esquema de preços que eram reduzidos em cascata, no qual as margens dos produtos para exportação eram reduzidas desde as centrais de matérias-primas.

No ano seguinte, seria assinado um convênio entre o IBP, o CDI-MIC, a Petroquisa e a Abiquim objetivando realizar um estudo para identificar os principais problemas enfrentados pela indústria petroquímica para, a partir das conclusões, fixar bases e diretrizes para uma política industrial para o setor. O trabalho foi apresentado no 3º Congresso Brasileiro de Petroquímica, realizado pelo IBP no mesmo ano, com as conclusões sendo encaminhadas às autoridades competentes no ano seguinte (IBP, 1985).

O Congresso contou com as “mais expressivas personalidades ligadas ao setor”, tendo Geisel como Presidente de Honra do evento (IBP, 1985, p. 10). Em sua mensagem, Geisel apontou que a ênfase dos objetivos do Congresso com o tema “Integração”, que vinculava os dois lados da estratégia – os interesses empresariais e a sociedade política –, possibilitava aos organizadores obter o apoio de associações de classe importantes, setores de base e de transformação, além de inúmeros órgãos da administração pública, universidades e centros de pesquisa. Conforme o IBP, foi o que realmente ocorreu, tendo as conclusões e recomendações do evento atingido relevante repercussão na imprensa e no setor petroquímico, traduzindo “os anseios de desenvolvimento da comunidade” e, certamente, indicando “as diretrizes que

nortearão este segmento econômico em seu processo de desenvolvimento e crescimento” (*ibidem*, p. 10). Eram estas “Conclusões e Recomendações” o cerne da estratégia de expansão da acumulação para vários setores do empresariado, incluindo as agências do Estado no processo de consecução, conforme seguem abaixo.

Conclusões do Congresso

- A força da indústria química baseia-se no mercado interno, cuja preservação atende ao interesse nacional.
- O acesso ao mercado externo pressupõe pelo menos a cobertura dos custos fixos pelo mercado interno. A petroquímica brasileira, com significativa exportação, acompanha, hoje, esta prática mundial.
- A importação indiscriminada de produtos químicos com similar nacional choca-se frontalmente com a preservação do mercado interno, ameaçando a sobrevivência do setor e comprometendo sua capacidade de investir e de exportar.
- O País deve continuar a fazer uso das vantagens comparativas na área de combustíveis, notadamente pelo emprego do álcool automotivo, para liberar nafta como matéria-prima petroquímica.
- O setor de química fina concentra hoje importante parcela do dispêndio em divisas, decorrentes da importação de produtos químicos, o que, associado ao caráter estratégico desse segmento e sua inegável inserção no campo da segurança nacional, recomenda atenção especial para seu desenvolvimento.
- O estágio alcançado pela indústria petroquímica nacional requer que as empresas do setor intensifiquem as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), cujo esforço deve merecer o adequado tratamento governamental sob forma de incentivo.
- No caso específico da indústria química fina – de alto conteúdo tecnológico e de difícil acesso à tecnologia externa – é imprescindível o esforço em P&D mesmo na fase de implantação industrial.
- O fortalecimento da indústria de transformação é essencial para o setor petroquímico, pois representa a via de atendimento ao consumidor final.
- A indústria química deve continuar a dedicar seus melhores esforços para aprimorar a sua relação com o meio ambiente, cuja preservação é imperativa.

Recomendações do Congresso

- A organização do mercado mediante os mecanismos de reserva do mercado interno e de planejamento da oferta.
- A manutenção da competitividade no mercado externo através de:
 - adequada remuneração no mercado interno;
 - o não-gravame de custos internos que oneram os produtos exportados.
- Coibir a importação de produtos químicos que possuam adequada oferta interna.
- Uma política de preços de matérias-primas que preserve a competitividade nos mercados interno e externo.
- A criação de incentivo fiscal que permita às empresas do setor deduzirem em dobro as despesas realizadas para sua maior capacitação tecnológica, bem como a não incidência do imposto de renda na venda de tecnologia gerada no País.
- Estímulo à difusão, no País, de conhecimento tecnológico não coberto por patentes, nos termos da legislação brasileira de propriedade industrial.
- A criação de um Programa Nacional de Química Fina cuja implantação deve ser comandada por empresas de efetivo controle nacional.
- Que as agências de fomento governamentais consignem em seus orçamentos parcelas adequadas para recapitalização do setor de transformação, em condições, e com exigências de garantias, compatíveis com sua estrutura (*ibidem*).

Portanto, as conclusões e recomendações representavam a arquitetura da estratégia delineada, possibilitando ao empresariado pressionar o Estado estrito para a realização de seus interesses. Ademais ao conjunto de itens que representavam o desenho da estratégia, uma nova

palavra que surgia e ganharia força no discurso ideológico do empresariado no processo de distensão do regime militar seria a “competitividade”, conforme expresso no trecho e tratado no próximo capítulo de forma mais aprofundada.

De forma a garantir o cumprimento dos interesses condensados no IBP, em 1985 foram realizadas entrevistas com executivos e gerentes de empresas dos três polos petroquímicos brasileiros no âmbito do convênio entre IBP, CDI-MIC, Petroquisa e Abiquim. Estas entrevistas levantaram problemas enfrentados pelo setor, para então serem trabalhados subsídios para a consolidação de uma “proposta efetiva de diretrizes para a petroquímica brasileira”. Tal proposta seria encaminhada ao próprio CDI, que já era participante do convênio, para a efetivação (IBP, 1986, p. 6). Desta forma, a determinação do empresariado das indústrias petroquímicas era garantida durante o processo de abertura do regime militar no país.

4.5. O IBP e a expansão do empresariado na exploração e produção de petróleo

A descoberta da bacia de Campos, em 1974, representou a possibilidade de a Petrobras aos poucos retornar à direção ao encontro da finalidade definida em sua gênese, a busca pela autossuficiência em petróleo. Esta finalidade foi secundarizada após as experiências obtidas com a análise das bacias sedimentares brasileiras e pela possibilidade de obter petróleo a preços razoáveis até então. Diante do primeiro “choque do petróleo”, em 1975 o então presidente Geisel realizou anúncio às empresas estrangeiras de petróleo para que viessem atuar na exploração no Brasil sob o regime de contratos para a prestação de serviços com cláusula de risco. A falta de base legal para a medida, uma vez que o monopólio ainda estava instituído, foi a forma pela qual o governo deu conta de canalizar as pressões privadas internas e as das grandes multinacionais do petróleo que buscavam quebrar o monopólio estatal. Além do descontentamento de setores “nacionalistas” – como a oposição do próprio empresário Hélio Beltrão à medida – e de aliados no governo, o discurso oficial de eficiência da estatal com a descoberta de Campos tornava difícil o convencimento da opinião pública relativo à incapacidade financeira e técnica da Petrobras para arcar com as pesquisas exploratórias. Ademais, quando os “contratos de risco” foram anunciados, já havia se iniciado a corrida pelo petróleo do mar do Norte que impôs pouco interesse de empresas no Brasil e escassez de equipamentos disponíveis no mercado (ALVEAL CONTRERAS, 1994).

No curto prazo, a descoberta de Campos não modificou o quadro de dificultoso abastecimento de petróleo no país desde o primeiro “choque do petróleo”. Apesar de ter de aceitar a contragosto os “contratos de risco”, o volume de importação de equipamentos e

assistência técnica estrangeira inicial para garantir resultados na plataforma marítima a curto prazo também passaria a ser um problema com o crescente endividamento externo e o afastamento de aliados, como as empresas nacionais de bens de capital e de serviços de engenharia. Entretanto, em uma perspectiva de longo prazo, a produção em águas profundas possibilitaria um novo âmbito de competência para a empresa estatal, tendo como desafios o grau de incerteza e qualidade do processo tecnológico (*ibidem*, pp. 190-1).

Nos anos de 1970, a produção *off-shore* – como é o caso da bacia de Campos – era evento pioneiro para toda a indústria de petróleo no mundo, não havendo, portanto, muitas possibilidades de tecnologia disponível no mercado internacional. Até o final da década, o setor produtivo estatal havia alavancado o padrão de industrialização por substituição de importações, possibilitando uma inserção do Brasil no cenário mundial. A opção internacionalizante da Petrobras durante o período, com a criação da Braspetro (1972) e da Interbrás (1976) por exemplo, abriria possibilidades para as pretensões de pioneirismo tecnológico impossíveis anteriormente. Os anos de 1980 explicitariam as fragilidades do modelo de expansão industrial da década anterior. Após fase inicial de grande aporte estrangeiro de tecnologia na área *off-shore*, as lideranças da Petrobras precisariam reestruturar as alianças internas com a indústria de bens de capital, de engenharia consultiva e a indústria naval. Apesar disso, esta redefinição do jogo de ganhos mútuos ganharia novos contornos com a necessidade de inovação tecnológica, impondo o restabelecimento de acordos não somente com empresas e instituições nacionais, mas também com as estrangeiras (*ibidem*).

Em 1981, o IBP criaria duas Comissões sobre a questão, a de “Exploração e Produção de Petróleo” e de “Instalações Marítimas de Petróleo”. A primeira teria como finalidade principal “colaborar para que se desenvolvam e consolidem as técnicas utilizadas pelos setores envolvidos no trabalho de exploração, perfuração e produção”. Já a segunda teria como objetivo “contribuir para o desenvolvimento e consolidação das técnicas utilizadas nos trabalhos de ‘*off-shore*’” (IBP, 1982, p. 5).

No ano seguinte, a Comissão de Exploração e Produção, com apoio da Petrobras e do CNP, concluiria o “Catálogo Composto de Petróleo e Petroquímica – CCP 82/84” que reunia a experiência de 249 empresas, registrando o desenvolvimento empresarial e tecnológico do setor no país. Além disso, utilizando as mesmas formas de demandar das universidades públicas as necessidades formativas do mercado, através do Grupo de Trabalho de Recursos Humanos da referida Comissão foram levantados os cursos de Geociências existentes no Brasil para então analisar a viabilidade de implantar em universidades nacionais um curso de engenharia de petróleo (IBP, 1983, p. 3). A mesma Comissão anunciaria também o desenvolvimento do Curso

de Exploração, Perfuração e Produção de Petróleo para 1983. A apresentação do curso, novamente voltado ao desenvolvimento gerencial, explicitaria também a expansão alcançada por alguns setores industriais, sobretudo de materiais e equipamentos, a partir da alavancagem realizada pela empresa estatal, conforme abaixo.

Ao longo dos últimos anos, a imperiosa necessidade de produzirmos nosso petróleo usando o máximo de nossos próprios recursos, gerou um grande desenvolvimento, não só das atividades da Petrobras como também da indústria do país, de um modo geral, que foi chamada pela Companhia estatal a produzir materiais e equipamentos e prestar serviços no segmento de exploração, perfuração e produção da indústria petrolífera.

Visando tornar o corpo técnico-gerencial das empresas brasileiras, envolvidas nesse desafio de nacionalização, mais capaz de identificar novas oportunidades de atuação, bem como compreender melhor sua parcela no contexto geral da atividade, o IBP tomou a iniciativa de promover, com a colaboração da Petrobras, o curso sobre **Exploração, Perfuração e Produção de Petróleo**, de 14 de março a 5 de maio, no Rio de Janeiro, e que tem como objetivo transmitir a seus participantes uma visão geral integrada dessas três áreas de atividades da indústria petrolífera. Constam do programa palestras especiais sobre **Produção de Petróleo na Bacia de Campos, o Futuro da Exploração de Petróleo no Brasil, Os Resultados do Esforço Exploratório no Brasil, Gerência de Produção – Organização e Recursos Necessários –, a Perfuração no Brasil e no Mundo** (IBP, 1983, p. 15, *grifos do original*).

É importante compreender que o processo de alavancagem de setores industriais realizado pela Petrobras possibilitou a expansão da acumulação não só através da venda de produtos e serviços à estatal. O aporte de capital e tecnologia alcançado pelo empresariado através deste processo permitiu que estes buscassem direções ampliadas. Neste sentido, concomitantemente aos esforços para fornecer os materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento da produção de petróleo no país, o avanço anterior propiciava ao empresariado a expansão de sua acumulação pela via da internacionalização. Passava, portanto, o IBP a aprofundar em seu discurso a busca pela exportação. Mais do que isso, a ideia de criar uma chancela do IBP – um “Monograma IBP” – para a certificação de equipamentos ganhava espaço dentro das Comissões (IBP, 1984, p. 2), situação que possibilitaria a exportação de equipamentos certificados por uma instituição com significativo nível de reconhecimento internacional. A partir do tema “Criação de um Monograma IBP para a Certificação de Equipamentos”, surgido na Comissão de Exploração e Produção e levado para a Comissão de Equipamentos devido à profundidade do assunto, que as duas Comissões realizaram em conjunto o Encontro sobre Exportação de Equipamentos, Materiais e Produtos da Indústria do Petróleo, realizado no auditório do Cenpes/Petrobras em 1983 (*ibidem*).

A questão ganhava novos contornos para a antiga questão desenvolvida pelo IBP, a ampliação da participação do capital privado “nacional” na área de exploração e produção de

petróleo. Neste sentido, ainda em 1983 o IBP realizou o Curso de Perfuração de Petróleo, que, contando com quase uma centena de participantes de todo o Brasil e sendo repetido anualmente, objetivava:

informar aos técnicos em uma linguagem adequada a descrição dos equipamentos e operações mais utilizadas na perfuração de petróleo, procurando debater cada um dos itens inerentes à perfuração e as possibilidades de onde e de que maneira seria possível haver uma contribuição ainda maior das empresas privadas nacionais, envolvidas no setor (IBP, 1984, p. 11).

Por um lado, no âmbito do mercado interno, a questão da nacionalização de equipamentos e materiais ganhava centralidade dentre os temas tratados pelo IBP na primeira metade da década de 1980. Por outro, o aporte de capital e tecnologia que esta permitia trazia a exportação como consequência e meta buscada pelo Instituto no mesmo período. Expressão desta situação se apresenta no relato das atividades da Comissão de Equipamentos em 1984, quando esta, através da realização de palestras por técnicos convidados, discutiu os temas “Novas Diretrizes da Atividade de Nacionalização de Material na Petrobras” e “Atividades da Braspetro na Exportação de Serviços e Equipamentos” (IBP, 1985, p. 2). Portanto, tanto internamente, quanto externamente, o setor bens de capital e o de serviços lograva novas possibilidades de expansão e ampliação de mercados na esteira das atividades da Petrobras no país e de sua subsidiária no exterior. Atuando como núcleo de condensação destes interesses, o IBP promovia as atividades para manter as alianças funcionando em um novo acordo de ganhos mútuos.

Ainda em 1984, paralelamente ao 3º Congresso Brasileiro de Petroquímica – citado anteriormente – e a II Feira Industrial de Petróleo e Gás, com o apoio da Petrobras o IBP realizou o Encontro sobre a Capacitação Brasileira na Indústria do Petróleo, que reuniu cerca de 700 participantes entre brasileiros e estrangeiros. Conforme o Instituto, o objetivo do evento foi “demonstrar, sobretudo para os participantes estrangeiros, a maturidade atingida pela indústria brasileira no setor de petróleo, divulgando sua capacitação com vistas à exportação, seja na área da indústria de bens de capital, seja na de prestação de serviços” (IBP, 1985, p. 9).

Demonstrando como a questão passava a ser central para os interesses condensados no IBP neste período, contando com quase 19.000 visitantes e 266 empresas participantes, a II Feira Industrial também possuía como objetivos:

Apresentar os avanços tecnológicos alcançados pelas indústrias do petróleo/petroquímica abrangendo não só a exploração, produção, refinação, distribuição de derivados e fabricação de produtos petroquímicos mas, também, os fabricantes de equipamentos e materiais e os prestadores de serviços a elas destinados.

Incentivar a exportação de bens e serviços pela indústria nacional, criando oportunidades de negócios com países potencialmente compradores, em especial com os do terceiro mundo.

Incentivar a nacionalização de equipamentos, materiais e serviços, diretamente ou através de “*joint-ventures*”.

Propiciar a troca de informações e o aperfeiçoamento tecnológico dos setores mencionados (*ibidem*).

Dando continuidade à estratégia expansionista, em 1985 a Comissão de Exploração e Produção de Petróleo iniciou a elaboração do “Catálogo Composto de Petróleo e Petroquímica – CCP Edição 86/87”. Almejava-se, com a publicação bilíngue, ampla divulgação da capacitação empresarial da indústria, com vistas à exportação de equipamentos, materiais e serviços. No mesmo ano, a Comissão de Instalações Marítimas de Petróleo concluiu os trabalhos para a publicação do “Catálogo *Offshore Oil and Gas Brazilian Industries – Fabrication, Equipment and Services*”, com textos em inglês e voltado à exportação, seria lançado no ano seguinte (IBP, 1986, pp. 2-4).

Em 1985, poucos dias após o final do regime militar no país, o então presidente do IBP, Paulo Guilherme Aguiar Cunha⁵⁴ (1984-86), apontaria a prioridade fornecida à questão da exportação, relacionando-as aos eventos realizados pelo Instituto no ano de 1984.

Ainda nesse contexto queremos ressaltar um outro **aspecto que consideramos prioritário** em nossa gestão. Trata-se do **apoio que o IBP vem dando ao esforço brasileiro de exportação**, criando para a indústria do petróleo e petroquímica oportunidades de exportação da tecnologia, equipamentos e serviços. O Encontro sobre a Capacitação Brasileira na Indústria do Petróleo e a II Feira Industrial de Petróleo e Gás, realizados paralelamente ao 3º Congresso Brasileiro de Petroquímica, em outubro de 1984, foram iniciativas que visaram, justamente, a transpor para o mercado externo a experiência que o IBP adquiriu ao longo dos anos, no mercado interno (IBP, 1985, *grifos meus*).

Portanto, a dita “experiência adquirida” ainda possuía significativo vínculo com o setor produtivo estatal, mesmo que este empresariado tenha questionado o avanço deste setor no período final da ditadura empresarial-militar. Neste sentido, quando lhe foi conveniente, o empresariado representado no Instituto não levantou bandeiras contrárias ao processo de expansão da estatal tanto interna, quanto externamente.

⁵⁴ Paulo Cunha, iniciou na Petrobras, ingressando na empresa por concurso no início da década de 1960, onde coordenou o curso de formação de engenheiros e o projeto de uma fábrica no Polo da Bahia. Em 1967 ingressou no Grupo Ultra, a convite de Pery Igel, chegando a presidente deste em 1981. Foi presidente da Abiquim entre os anos 1979-83, e sequencialmente do IBP, entre 1984-86. Participou do conselho da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Foi fundador do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) no fim dos anos de 1980. Foi também membro do CMN durante o governo Collor e convidado a Ministro do Desenvolvimento durante o governo de FHC, mas recusou o cargo. Nos anos 2000 foi, ainda, membro do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e membro do Conselho Superior de Economia e do Conselho Consultivo da Indústria da FIESP. Realizou também vários projetos sociais na área de educação (cf. Apêndice I).

4.6. O fim da ditadura e a consolidação do Partido

Conforme apresentado anteriormente, em sua premiação durante o 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica (1980), o ex-presidente Geisel expôs: “o Instituto credenciou-se, naturalmente, como principal intérprete” das “empresas e entidades que, no país, se dedicam às indústrias de petróleo e petroquímica”. Tal afirmação expressa exatamente a posição alcançada pela organização em seu processo de ascensão, a tarefa pedagógica de um Partido em sentido gramsciano, ao congregar em forma de consenso os interesses condensados no conjunto de várias frações do empresariado e de suas diversas entidades de classe – presentes nas Comissões de organização do evento –, imprimindo-lhes como projeto do Estado estrito – do qual a cúpula governamental também participava do evento –, que através de seu caráter educador, sedimenta o consenso no conjunto da sociedade civil como projeto de nação.

É interessante ainda destacar alguns dos outros trechos que seguem apresentados na “Introdução” do Relatório de Atividades de 1980, que expressam o processo de inflexão ideológica realizada pelo empresariado no sentido de liberalização da economia e que vão ganhando novos contornos no discurso do IBP. Até então mantendo-se sob o desígnio do “desenvolvimento da nação” ou do “interesse nacional”, o IBP não deixa de utilizar estas expressões, mas passa a trazer a “coletividade empresarial” como agente deste processo de forma mais explícita, conforme os excertos abaixo. Ademais, demonstra a ascensão do Instituto no período anterior, apontando para a constituição de um “moderno” IBP.

Nestes 23 anos de existência o Instituto Brasileiro de Petróleo procurou destacar-se pela pronta atuação junto aos mais diversos segmentos da economia brasileira, atuando como um centro de difusão de conhecimentos e de informações tecnológicas sempre apto a desenvolver cursos, seminários e congressos, **prestando, desta forma, sua contribuição para a coletividade empresarial do país.**

[...]

São destas Comissões que partem os estudos tecnológicos que vão recheiar e **enriquecer de informações o bolo empresarial do país.** [...] Um constante envolvimento com dezenas de entidades e centros de pesquisas no Exterior dão às Comissões do IBP um acervo capaz de responder as mais variadas solicitações das indústrias do petróleo, petroquímicas, fabricantes de equipamentos, firmas de engenharia e correlatas. Presteza e **diversificação são objetos do IBP de hoje.** [...], todas frutos da atualidade econômica, todas **frutos de uma política agressiva de um moderno IBP** empenhado em acompanhar, **lado a lado, o desenvolvimento industrial brasileiro.**

[...]

Estamos diante de mais um ano de desafio, trabalho e participação certos de que, ao final da jornada teremos cumprido nossa missão de promover e divulgar conhecimentos técnicos que possam ser **aplicados para o bem-estar da comunidade brasileira e para o desenvolvimento da Nação** (IBP, 1981, p. 1, *grifos meus*).

Portanto, o discurso passa a apresentar formas pedagógicas de elaborar um consenso sobre a atuação do empresariado como agente principal de desenvolvimento do país e dos interesses da população brasileira como um todo. Se até então o discurso ficava mais focalizado em transmutar os interesses particulares em “interesses nacionais” pela participação do Instituto na definição de políticas, diretrizes de planejamento e outras ações do Estado estrito, a partir deste momento o conjunto do empresariado passa a surgir como agente central de forma mais explícita e em acordo com a “nova” ideologia que vinha sendo construída pelas elites dominantes.

Da mesma forma que o anterior, o Relatório de Atividades de 1981 inicia com uma mensagem do então Ministro Hélio Beltrão enviada ao IBP.

“Tendo **se firmado em definitivo** como **instituição de natureza rigorosamente técnica**, o Instituto Brasileiro de Petróleo está desempenhando a função sonhada pelos seus idealizadores: - a de ser um **território neutro, onde se deixam de lado os interesses antagônicos**; onde, **juntos, empresários públicos e privados**, realizam o intercâmbio de experiências, utilizam serviços em comum e desenvolvem normas ajustadas às nossas realidades”.

Palavras do Ministro Hélio Beltrão,
1º Presidente do IBP (IBP, 1982, p. 1).

Inicialmente, o trecho demonstra a consolidação do Instituto, que é afirmada pelo próprio Beltrão em outro trecho da mensagem, quando este declara a “completa maturidade do Instituto ao completar 25 anos de utilíssima existência” (*ibidem*). Sem embargo, a mensagem demonstra o papel do Instituto como amortecedor de conflitos entre o empresariado, no entanto traduzindo pedagogicamente este tipo de papel, realizado entre empresários e tecnoburocratas, como uma forma de atuação “rigorosamente técnica”. Ou seja, a atuação dita “técnica” abarca a própria formulação de um consenso entre a diversidade de interesses empresariais, além de apresentar como “técnico” o que é oriundo das próprias empresas, buscando legitimar o consenso ao mesmo tempo em que o formula. A exposição de Beltrão declara literalmente o alcance da posição do IBP como um partido em sentido gramsciano.

Sobre a “maturidade” alcançada pelo Instituto durante o período Geisel, os números são incontestáveis. A evolução da participação de técnicos em cursos do IBP no período dobrou. Pouco antes do início do governo Geisel, em 1972-73, foi de 856 técnicos, tendo passado em 1974-75 para 1.388 e passando a oscilar em cerca de 1.800 a partir de 1976-77 até 1980-81 (IBP, 1982, p. 9). O número de associados da organização também representa uma enorme evolução. Na categoria de Sócios Individuais, o IBP possuía em seus quadros 300 associados em 1974-75, saltando para 1.447 em 1980-81. Da mesma forma, no quadro de Sócios Coletivos

e Cooperadores, o Instituto apresentou uma evolução do número de empresas e organizações vindo de 172 associadas, em 1974-75, para 321, em 1980-81 (*ibidem*, p. 17).

Demonstrando a extraordinária popularização de suas atividades no período, o IBP apresentou ainda uma elevação de participantes em seus eventos – congressos, seminários, simpósios e mesas-redondas – na casa de oito vezes entre 1974-81. Em 1974-75, havia cerca de 710 participantes, saltando para 5.437 em 1980-81 (*ibidem*, p. 13). Para se ter uma ideia do crescimento da organização, no início de 1981 o IBP declarou uma previsão de crescimento do efetivo – despesa contrabalançada por igual receita – em relação ao de 1980 na ordem de 99% (IBP, 1981, p. 2). Esta conjuntura de expansão do Instituto durante o governo militar, sobretudo o de Geisel, expressa que não havia motivos para o IBP romper integralmente com a lógica de condução política do regime como um todo, visto que mesmo em uma situação de recessão a organização apresentou significativa ascensão no âmbito da sociedade civil. No entanto, como vimos, esta situação aponta na verdade para as maiores possibilidades de pressão para garantir a implementação dos interesses condensados em seu interior no seio do Estado estrito.

Apesar das pressões do empresariado sobre a atuação do governo militar no período, na primeira metade da década de 1980 o IBP apresenta não somente uma relevante aproximação com a tecnoburocracia oriunda de agências do Estado estrito, como demonstra relativa relação com a cúpula do governo militar, tendo quase anualmente a presença do alto escalão do governo em seus maiores eventos. Em 1982, o 2º Congresso Brasileiro de Petróleo teve como Presidente de Honra o Ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, que então acumulava o mesmo cargo em outra pasta, no Ministério da Previdência Social (cf. Apêndice I). Presidiu ainda a Sessão Solene do evento o próprio Presidente da República. O Congresso contou com a presença de mais de 1.200 técnicos do Brasil e exterior, congregando 24 países no evento. Paralelamente a este, foi realizada a I Feira Industrial de Petróleo e Gás, que contou com cerca de 12.000 visitantes e 168 empresas expositoras (IBP, 1983). Segue abaixo trecho da exposição do presidente Figueiredo no Congresso.

“...notável o desempenho do Instituto Brasileiro de Petróleo no aperfeiçoamento de técnicos e no avanço tecnológico das empresas que lutam, ao lado da Petrobras, pelo desenvolvimento do setor petrolífero. Seu trabalho silencioso, mas altamente profícuo, projeta-se sobre o nosso programa de pesquisa de petróleo, na terra firme e no mar. Estou certo de que o IBP e a Petrobras continuarão a prestar serviços inestimáveis ao Brasil...”

Palavras do Exmº Sr. Presidente da República, Gen. João Baptista de Oliveira Figueiredo durante a Sessão Solene do 29 Congresso Brasileiro de Petróleo, em outubro de 1982, no Rio de Janeiro (IBP, 1983).

Apesar de uma postura mais assertiva de algumas frações da burguesia brasileira em relação ao Estado, o próprio fato de Figueiredo presidir a Sessão Solene do evento já indicava a busca por manter o alinhamento com as frações do empresariado das áreas de petróleo e petroquímica representados no IBP. Ao dissertar sobre a atuação do IBP junto ao empresariado que, “ao lado da Petrobras”, desenvolveria o setor de petróleo no país, prestando “serviços inestimáveis ao Brasil”, a cúpula do governo acenava para a possibilidade de acordos com este empresariado. A participação do presidente da Petrobras, Shigeaki Ueki, junto ao do IBP, Plínio Cantanhede (1962-84), que na Sessão de Abertura ressaltaram a importância do evento e remeteram à comemoração dos 25 anos do IBP e do ingresso da Petrobras em seu 30º ano (IBP, 1983, p. 9) corroboram com a adoção de uma estratégia política coordenada entre a liderança da empresa estatal, a cúpula do governo – representada pelo Presidente da República – e o empresariado representado no Instituto. No evento, algumas personalidades foram ainda agraciadas com o título de Sócio Emérito do IBP, dentre elas o próprio presidente da Petrobras, o então Conselheiro e ex-presidente da empresa estatal no governo Geisel, general Araken de Oliveira, e o presidente do CNP, general Oziel Almeida Costa (*ibidem*), situação que confirma ainda mais o alinhamento.

Se no 2º Congresso Brasileiro de Petroquímica o empresariado do IBP pressionava o governo no sentido de garantir a posição de prioridade para a indústria petroquímica, buscando manter a presença da subsidiária da Petrobras na relação de ganhos mútuos entre esta e o capital privado. No 2º Congresso Brasileiro de Petróleo, demonstrava-se o alinhamento entre o empresariado representado no IBP, a empresa estatal e o governo. Esta situação ocorria devido às necessidades tecnológicas para desenvolver a indústria de petróleo *off-shore*, uma das metas de expansão do governo devido à elevação do custo com o segundo “choque do petróleo”. Após fase inicial de importação maciça de tecnologia para desenvolver a produção, no acirramento da crise seria novamente necessária a instituição de jogos cooperativos entre a empresa estatal, o setor de bens de produção, de engenharia e a indústria naval, todos representados no IBP como veremos mais à frente. Portanto, dentro da estratégia pedagógica do “pressionar sem romper”, o IBP ganhava ainda maior poder de barganha para garantir os interesses de seus associados. De um lado pressionava para obter os privilégios necessários, de outro tinha na aliança com a empresa estatal o papel de colaborador na consecução da política do governo, conforme será discutido.

Logo no ano seguinte, 1983, o IBP tratava de institucionalizar a representação interna das agências do Estado estrito e de expoentes de organizações de classe do empresariado através da criação do Conselho Consultivo do Instituto. O Conselho Consultivo, através do Artigo 26

dos Estatutos do IBP, era formado por Conselheiros Natos e Conselheiros Convidados. Os Conselheiros Natos eram os diretores das principais agências de interlocução com o Instituto, sendo o Presidente do CNP, o Presidente da Petrobras, o Secretário Geral do MIC, o Secretário Geral do MME e o Presidente do CNPq. Já os Conselheiros Convidados em 1983 eram os seguintes: Hélio Beltrão, Ministro e primeiro presidente do IBP; Arthur João Donato, empresário da indústria naval, havia sido por diversas vezes presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Naval (Sinaval), no momento presidia a entidade associativa Estaleiros Associados do Brasil (Esabras) e a Firjan (CPDOC/FGV, 2021); Paulo Guilherme Aguiar Cunha, presidente do Grupo Ultra, da Abiquim e seria o presidente do IBP a partir de 1984; e Waldyr Giannetti, presidente da ABDIB (IBP, 1984). Durante a década de 1980 outros nomes ocupariam a posição de Conselheiros Convidados, como o próprio Geisel. No entanto, o padrão de escolha destes conselheiros parece se vincular aos principais setores industriais representados no IBP, sendo estes Conselheiros empresários que se destacavam na defesa de interesses do empresariado em cada um destes setores, sobretudo lideranças de associações de classe.

O IBP passava a se desenvolver como uma frente de atuação, congregando e organizando uma diversidade de atividades conjuntas com outras entidades de classe, empresas, agências do Estado, dentre outras formas organizativas numa atuação coordenada em rede. Para se ter uma dimensão deste processo, ainda em 1983, o IBP declarava possuir convênios e acordos de cooperação técnica com quase 20 outras organizações do Brasil e exterior. No Brasil, possuía convênios com as seguintes associações civis: ABNT, Senai, Clube de Engenharia e Abiquim, além de outras entidades pertencerem aos seus quadros de associados, como a ABDIB. Em relação às agências do Estado estrito possuía convênios e acordos de cooperação com o CNP, o CNPq, a Finep, o INPI e a MIC-STI. No exterior possuía estes acordos com as seguintes organizações: *Agence pour la Cooperation Thechnique Industrielle et Economique* (ACTIN); *Asociación Petroquímica Latinoamericana* (Apla); *Asistencia Reciproca Petrolera Estatal Latinoamericana* (ARPEL); *American Society for Mechanical Engineers* (Asme); Conselho Permanente dos Congressos Mundiais de Petróleo; *Corporación Estatal Petrolera Ecuatoriana* (Cepe); Instituto Argentino de Petróleo (IAP); Instituto Petroquímico Argentino (IPA); *Organización Latinoamericana de Energia* (Olade); e *Petroleos de Venezuela S/A* (PDVSA) (IBP, 1984, p. 14). Além disso, em alguns setores o Instituto passava a contribuir com a criação de organizações de classe, o próprio Instituto declara que teve “papel decisivo para a consolidação da ABRAMAN – Associação Brasileira de Manutenção”, criada em 1984 (IBP, 1986, p. 6).

O avanço e a legitimidade social que ganhavam as atividades do IBP também avançavam de forma significativa no período, sendo expressiva a envergadura alcançada pela estrutura organizacional do Instituto e a estrutura de suas Comissões técnicas, conforme apresentado no Anexo I. Apesar de ainda serem os interesses dos associados o foco do Instituto, em 1984 este declarava que, diante de uma organização eficaz de seus serviços internos, a contribuição direta de seus associados, entidades fundadoras e cooperadoras deveria atingir apenas 11% da receita total da organização. Os outros 89% da receita passavam a ser oriundos de serviços prestados, como a realização de cursos, congressos, seminários e publicações (IBP, 1984).

Em 1985, o novo presidente do IBP, Paulo Guilherme Aguiar Cunha (1984-86), assinaria a Apresentação das atividades realizadas em 1984 conforme trecho abaixo.

Com a preocupação de jamais afastar-se da filosofia de seus idealizadores, o Instituto Brasileiro de Petróleo vê com satisfação, ao realizar sua 28ª Assembléia Geral Ordinária, sua posição definitivamente consolidada como a de uma instituição voltada para o desenvolvimento e promoção das atividades técnicas ligadas ao Petróleo.

O IBP tem sido, ao longo de sua existência, um fórum de debates para os técnicos e empresários dos setores público e privado, onde os interesses antagônicos são deixados de lado e diferenças de opinião neutralizadas. É nesse clima que são realizados o intercâmbio de experiências, a prestação de serviços e o desenvolvimento de normas adaptadas à nossa realidade.

Não obstante dificuldades comuns – pois o IBP como órgão atuante e dinâmico não ficou ao largo das vicissitudes da problemática brasileira – o trabalho voluntário de centenas de profissionais altamente capacitados e os resultados alcançados não só nos conferem excelente conceito e prestígio, como nos credenciam a tomar iniciativas pioneiras na adoção de medidas que vão ao encontro dos mais altos interesses nacionais.

[...]

Temos à convicção de que apesar de tudo que o IBP realizou desde a sua fundação, há ainda muito o que realizar, e que mantendo aceso o ideal de colaborar para o desenvolvimento do país juntos ainda faremos muito mais.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1985

Paulo Guilherme Aguiar Cunha
PRESIDENTE (IBP, 1985)

Portanto, apesar de o Instituto passar a demonstrar de forma mais explícita a busca por garantir a consecução dos projetos e interesses de frações do empresariado no período, a estratégia pedagógica de legitimar sua atuação como “técnica neutra” transmutada em “interesse nacional” continuaria como centro da tática política para obter o consenso. Dando como “definitivamente consolidada” a posição do Instituto, somente sete dias após a assunção do primeiro presidente civil que pôs fim à longa ditadura empresarial-militar no Brasil, a principal liderança do IBP explicitaria a linha de continuidade pedagógica, núcleo da estratégia política de atuação da entidade.

5. NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: A HEGEMONIA DO PARTIDO DO OURO NEGRO NO BRASIL

Neste capítulo parte-se da discussão do processo de abertura política do regime militar e da continuidade da crise de hegemonia do empresariado até meados da década de 1990. Partindo de um contexto de crise orgânica, buscou-se desenvolver a implementação do processo de reestruturação produtiva do padrão de acumulação e a adesão ao bloco histórico neoliberal que se vinha desenvolvendo anteriormente nos países centrais do capitalismo.

Do contexto histórico são desenvolvidas as formas pedagógicas de atuação do IBP na busca por garantir a hegemonia de determinadas frações do empresariado, que passam a adotar o projeto neoliberal e a, conseqüentemente, questionar a intervenção estatal na produção. Então, são debatidas as estratégias pedagógicas desenvolvidas pelos interesses condensados no Instituto para imprimir seu projeto de regulamentação da abertura do mercado de petróleo no Brasil.

Por fim, são discutidos alguns apontamentos sobre o projeto de hegemonia do IBP, correlacionando-o com alguns elementos de sua atuação em períodos mais recentes.

5.1. Crise orgânica e início da reestruturação do padrão de acumulação capitalista

A despeito de inicialmente a abertura política do regime militar corresponder a uma descompressão tutelada, um projeto formulado pelos próprios militares, com os desdobramentos que ocorreram no início da década de 1980 – divisões internas na própria cúpula militar, amplas mobilizações de forças sociais, vitória das oposições nas eleições para diversos estados em 1982, dentre outras questões – a dinâmica do processo de transição ganharia contornos próprios, apesar de profundamente negociada. Mesmo com a manutenção das eleições indiretas para a sucessão presidencial, o candidato da situação fora derrotado, saindo vitorioso Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Este não havia se chocado com as forças conservadoras, mas mantinha ao mesmo tempo apoio do principal partido da oposição. Entretanto, sua posse não veio a ocorrer devido ao seu falecimento, sendo conduzido à presidência o seu vice, José Sarney. Este era ex-presidente da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado após o Golpe para dar sustentação à ditadura, situação que gerou instabilidade na crença social sobre a condução do processo de abertura. Portanto, a recém instaurada Nova República tão logo explicitaria o alinhamento do governo com as forças conservadoras.

Desde sua instalação, em 1987, a Assembleia Nacional Constituinte não teria força suficiente para enfrentar de forma decisiva as pressões e tentativas de manipulação do Presidente da República. Esta incapacidade se apresentava em sua própria constituição interna, que expressava a heterogeneidade de forças sociais. Os interesses empresariais se expressariam de forma muito mais significativa do que os trabalhistas na composição de congressistas da Constituinte. Ademais, o empresariado ali representado também explicitaria significativas divergências, como a existente na contraposição entre desenvolvimentistas e neoliberais, mesmo que estando estes em processo ascendente de organização interna do conjunto de seus interesses. Ainda que a Constituição tenha assegurado relevantes conquistas dos trabalhadores e movimento sociais, as múltiplas estratégias utilizadas pelo capital impossibilitaram a formulação de um projeto nacional, com perfil claro, pela Assembleia (MENDONÇA & FONTES, 2006, pp. 88-90).

Como vimos, entre as décadas de 1950-80, os mecanismos de representação do empresariado se desenvolveram e sofisticaram, sendo consolidadas uma diversidade de entidades da sociedade civil que possuíam como objetividade a articulação dos interesses empresariais. Estas organizações não se contrapunham à estrutura anteriormente criada a partir da própria legislação, baseada nos sindicatos, federações e confederação patronais. Ao contrário, estas entidades paralelas passaram a atuar complementarmente, ampliando as formas de representação empresarial através da defesa de interesses setorializados. Esta estrutura paralela se voltava à defesa de interesses específicos, de cada setor, em uma variedade de agências criadas pelo Estado restrito para a participação empresarial na formulação de diretrizes econômicas. Por um lado, a amplitude de segmentos representados na estrutura corporativa contribuiu para que houvesse a profusão de organizações, possibilitando acesso mais direcionado aos espaços de tomada de decisão do governo. Entretanto, por outro, o próprio contexto político em que surgiram estas organizações e a fragmentação da representação de interesses com a ampliação do número de entidades, acabaram por expressar a ausência de consenso do empresariado.

O advento das crises da década de 1970 contribuiu para incrementar o número de associações empresariais, expressando projetos alternativos e fazendo emergir o conflito entre estes projetos na década de 1980 (BIANCHI, 2004, p. 205). O exercício da hegemonia, em sentido gramsciano, é incompatível com uma crise de representação. Assim, o que muitas vezes foi publicizado e defendido como uma crise de representação ou de atendimento das demandas dos empresários – que se autodenominavam porta-vozes dos interesses econômicos da nação –

é aqui entendido como uma crise de hegemonia (*idem*, 2001), quando uma ou mais frações dominantes são incapazes de imprimir seu projeto político ao conjunto da nação.

Analisando a formação sócio-histórica do capitalismo brasileiro, percebemos que o país experimentou um processo de modernização capitalista sem, no entanto, ter realizado uma revolução burguesa de caráter clássico. Aos poucos a grande propriedade latifundiária foi se transformando em empresa capitalista de bases agrárias, do mesmo modo que, como vimos, o capital estrangeiro contribuiu para aprofundar a transição do país para uma economia capitalista de bases urbano-industriais. Dirigidos “pelo alto” – de forma elitista e antipopular –, ambos os processos dependeram da intervenção do Estado em vez de serem realizados através de movimentos populares organizados por uma burguesia que seria, então, revolucionária. Da mesma forma, como também vimos, o Golpe de 1964 utilizou-se do aparato repressivo e da intervenção econômica do Estado para dar continuidade “pelo alto” à modernização capitalista brasileira. Durante a ditadura, a camada tecnocrática-militar que se apropriou do aparelho estatal exerceu o controle sobre o capital privado, limitando-o na medida em que submetia os interesses do capital privado em particular ao conjunto do capital, reforçando a acumulação e mantendo o poder de classe. Ainda assim o regime militar-empresarial necessitou obter algumas formas de consenso, assimilando algumas parcelas destituídas do poder através da legitimação alcançada pela própria modernização capitalista empreendida no período. Portanto, como vimos até aqui neste trabalho, diversos processos de modernização capitalista no Brasil podem ser analisados como processos de “revolução sem revolução”, “revolução passiva” ou ainda “revolução-restauração”, conforme termos desenvolvidos por Gramsci. Estes ocorreram quando o Estado substituiu a função de grupos sociais que deveriam, por si próprios, serem os dirigentes, dirigindo este – o Estado – um conjunto de outros grupos sociais em uma luta por renovação. Ou seja, os grupos que deveriam ser dirigentes – mas não o são, convocando o Estado para realizar tal função – possuíam a função de domínio, mas não a de direção do conjunto (COUTINHO, 1992), conforme apresentado na Introdução deste trabalho.

Apesar da relevante ampliação quantitativa de organizações representativas do empresariado no âmbito da sociedade civil, durante a ditadura não houve o surgimento de organizações capazes de deter uma concreta hegemonia, conquistando o consenso de uma faixa ampla da população nacional. O consenso foi sim buscado e, por vezes, até obtido, porém se assentava em uma profunda redução da participação das massas, não se expressando como movimentos de organização destas em apoio ao regime. O fundamento de atuação do regime era a desmobilização, sendo utilizada a ideologia da “neutralidade técnica”, do “planejamento neutro”, da “eficiência técnica”, como forma de enfrentamento a qualquer posicionamento

contrário que, segundo os militares, colocariam em risco o “desenvolvimento” e a “segurança” da nação. No entanto, com a crise de legitimidade do regime a partir da segunda metade da década de 1970 – o fim do chamado “milagre brasileiro”, que lhe conferia sustentação –, uma ampla frente de movimentos diversos ressurgiu na vida política, desfazendo as bases mínimas de consenso necessário para a reprodução da ditadura empresarial-militar. Ainda que tenha logrado um substantivo desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira durante a ditadura não foi capaz de assimilar o conjunto das classes a um projeto de nação, socializando a política, consolidando a sociedade civil brasileira e, portanto, conferindo a hegemonia a uma classe ou fração dirigente (*ibidem*).

Em âmbito estrutural corresponderam complexos de reestruturação produtiva que inscreveram o Brasil, de forma contrastante em cada período, no processo de modernização industrial. Conforme Alves (1998, p. 109), na década de 1950 se desenvolve a instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista durante o governo de Juscelino Kubitschek, representando a denominada época do desenvolvimentismo. Para o autor, como decorrência dos impulsos de industrialização constituídos neste período, tivemos o segundo momento de reestruturação na produção, ocorrido durante o período do “milagre”, na transição para a década de 1970. Já o terceiro surto de reestruturação produtiva correspondeu ao predomínio de um novo padrão de acumulação, ocorrendo de forma vinculada ao período de crise do capitalismo brasileiro, iniciando-se ainda de forma incipiente a partir da década de 1980. Interligado à chamada “III Revolução Industrial”, corresponde aos novos paradigmas técnico-científicos de organização da indústria, sobretudo, à inserção do denominado padrão de “acumulação flexível”.

Nos países centrais do ciclo do capitalismo internacional, desenvolveu-se uma transformação de padrões tecnológicos e organizacionais da produção impostos pela crise do processo de acumulação desdobrada a partir das crises de 1970 – período dos “choques do petróleo”. Visando transcender a recessão instaurada, estes países passam a implementar alternativas produtivas, sobretudo a partir dos anos de 1980, visando novas formas de organização do trabalho e da produção baseadas em uma flexibilidade adequada às exigências do mercado. No Brasil, o padrão de acumulação desenvolvimentista instaurado na década de 1950 alcança seu ápice no período do “milagre”, impelindo um processo de reestruturação produtiva vinculado à ampliação das bases industriais desenvolvidas sob o modelo fordista-taylorista de produção. A decadência do padrão desenvolvimentista – iniciada em meados de 1970 – baseada no modelo de “substituição de importações” se manifesta de forma mais profunda na década de 1980. A partir de então passam a ser incorporados novos mecanismos

organizacionais da produção – oriundos da chamada III Revolução Industrial – ao tradicional padrão fordista-taylorista, desenvolvendo uma nova forma de exercício da hegemonia do capital no padrão de organização da produção.

Ainda que desenvolvendo-se de forma restrita nos anos de 1980 no Brasil, este processo introduz uma nova lógica de racionalização do trabalho e da produção imposta pelo processo de globalização capitalista, sendo denominado “toyotismo”⁵⁵. Esta conjuntura de expansão internacional da acumulação e, portanto, de maior concorrência intercapitalista, exige novos padrões de gestão que possibilitem elevar o patamar de qualidade e competitividade da produção. Deste modo, “qualidade” e “competitividade” tornaram-se palavras de ordem do empresariado na busca pela elevação dos níveis de produtividade e eficiência. No Brasil, quando o grande aporte de investimentos públicos originados no II PND passa, de certa forma, a surtir resultados (*ibidem*, p. 120), o país se torna um dos grandes exportadores, orientando sua industrialização para o mercado externo de forma a regular os *déficits* da balança comercial interna.

Algumas determinações contribuíram para a introdução do Brasil no processo de reestruturação produtiva que se vinha desenvolvendo no contexto mundial durante a década de 1980, dentre estas podemos destacar a crise da dívida externa e da base do modelo industrial de “substituição de importações”, que direcionaram a indústria do país para um ajuste em direção à exportação, conforme já desenvolvido no capítulo anterior. Neste sentido, principalmente a partir da segunda metade da década, o processo de reestruturação produtiva passa a ocorrer, sobretudo, no complexo automotivo e alguns dos segmentos vinculados ao IBP, como o petroquímico, o siderúrgico e as indústrias de bens de capital, especialmente em empresas exportadoras e subsidiárias de multinacionais (ALVES, 1998).

Com esta orientação, o IBP passa a aprofundar o esforço de promoção da exportação que já se vinha desenvolvendo no setor petroquímico. Já em 1986, o Instituto realiza o “1º Seminário Nacional de Comércio Exterior de Produtos Químicos e Petroquímicos”, em conjunto com a Abiquim e a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex)⁵⁶,

⁵⁵ Os fundamentos do chamado “toyotismo” serão melhor desenvolvidos à frente, na discussão do momento histórico em que este modelo de organização do trabalho e da produção teve sua incorporação aprofundada no Brasil.

⁵⁶ A Funcex é uma instituição privada sem fins lucrativos, considerada entidade de interesse público desde 1982. A organização foi criada em 1976, através de uma iniciativa de Mário Henrique Simonsen, então Ministro da Fazenda, do Presidente do Banco Central e do Diretor Geral da Cacex. A própria organização aponta que vem elaborando pesquisas, propondo políticas públicas e privadas, em defesa do mercado interno e do estímulo da inserção competitiva do país no mercado internacional. Como um verdadeiro APH voltado ao desenvolvimento do comércio exterior, a organização aponta que vem “fazendo uma ponte entre os setores público e privado e

contando ainda com o apoio do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic)⁵⁷ e do Sindicato das Indústria Petroquímicas e Resinas Sintéticas do Estado da Bahia (Sinper)⁵⁸. Na temática e objetivos do evento fica claro o alinhamento ao novo momento de reestruturação produtiva, no qual foram buscadas novas tecnologias para a elevação da competitividade da indústria petroquímica no mercado exterior, conforme apresenta o próprio IBP.

A indústria química e petroquímica, fornecedora de matérias primas fundamentais para inúmeros outros setores produtivos, tem valor estratégico no processo de retomada do crescimento hoje em curso no país. Entretanto, para que o setor possa corresponder às necessidades desse processo nos próximos anos, torna-se **necessário um programa imediato de investimentos em projetos de reequipamento e na aquisição e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas.**

Os investimentos requeridos pelo setor destinam-se não apenas a ampliar sua capacidade de atendimento à demanda interna, que se prevê crescente, mas também a **permitir que o Brasil continue exportando uma parcela de sua produção,** mantendo os mercados externos duramente conquistados ao longo dos últimos anos. Porque é inegável que **somente uma indústria moderna, bem equipada e tecnologicamente atualizada, pode ser competitiva no mercado.**

O Seminário procurou detectar as principais lacunas existentes no setor, de modo a consolidar as diretrizes para elaboração de uma política de comércio exterior de produtos químicos e petroquímicos (IBP, 1987, p. 13, *grifos meus*).

Seguindo a mesma direção no setor petroquímico, em 1988 o IBP realizou o 4º Congresso Brasileiro de Petroquímica, tendo como tema principal a “Petroquímica Nacional no Mundo”. Os assuntos abordados no evento possuíam íntima relação com a pauta das novas vias de expansão da acumulação do capital no período, sendo estes “a situação do mercado mundial, a capacitação tecnológica, o desenvolvimento de novos produtos e os recursos existentes para novas expansões” (IBP, 1989).

Esta orientação, que já vinha se desenvolvendo de forma mais profunda no setor petroquímico, passa à determinação principal do IBP no período, espalhando-se para todos os segmentos industriais representados. Os setores de engenharia e de bens de produção representados no Instituto, que durante períodos anteriores dedicavam-se sobretudo à prestação de serviços e fabricação de equipamentos e materiais para a Petrobras, passaram a se orientar

buscando a adesão do governo e da sociedade em torno de ideias e projetos que contribuam para aumentar as exportações do país” (FUNCEX, 2021).

⁵⁷ O Cofic é uma associação privada que atualmente representa mais de 90 empresas de diferentes segmentos no Polo Industrial de Camaçari – Polo Petroquímico da Bahia – e em sua área de influência (COFIC, 2021).

⁵⁸ O Sinper se fundiu ao Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos do Estado da Bahia, resultando no Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais, Petroquímicos e de Resinas Sintéticas de Camaçari, Candeias e Dias D’Ávila – Sinpeq (COPENE, 2001). Por si, o Sinpeq é vinculado regionalmente à Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) e, portanto, nacionalmente à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Sendo um sindicato patronal vinculado à estrutura corporativa de representação do empresariado, o apoio deste ao evento demonstra a complementaridade entre as organizações setoriais criadas pelo empresariado e a estrutura corporativa criada pelo Estado estrito.

também ao mercado exterior, como já observado nos últimos anos da ditadura apresentados no capítulo anterior. Neste quesito, o apoio da empresa estatal se inverteu, esta passou a contribuir com a direção exportadora destas empresas. Em 1986, o IBP e a Petrobras patrocinaram o “Seminário de Capacitação Brasileira de Bens de Capital, Serviços e Tecnologia”, que contou com a participação de “autoridades e empresários brasileiros e estrangeiros”, sendo desenvolvidas apresentações comerciais objetivando apresentar a capacidade de fabricação de bens de capital serviços e tecnologia, além de apresentar um panorama da situação e perspectivas para a economia do país (IBP, 1987, p. 13).

O reconhecimento da elevação da importância da exportação para a atividade empresarial e a necessidade de apoio para que estas empresas se habilitassem adequadamente ao comércio exterior fez com que a diretoria do IBP tomasse a iniciativa de institucionalizar internamente a questão. Deste modo, em 1987 o Instituto cria a Comissão de Capacitação Tecnológica para Bens e Serviços da Área de Petróleo em sua estrutura organizacional. Conforme o Instituto, a composição da Comissão foi definida pela participação de profissionais dos setores de equipamentos e serviços das empresas e de organismos ligados ao comércio internacional (IBP, 1988, p. 2). Vale destacar que durante toda sua existência a Comissão foi coordenada por representantes da Petrobras, praticamente todos do antigo Serviço de Materiais (Sermat) da empresa. A Comissão tinha ainda em sua composição uma representação majoritária de membros da empresa e suas subsidiárias – Interbrás e Braspetro – até se extinguir da estrutura do IBP a partir de 1991. Além disso, em sua composição também constavam algumas associações de representação empresarial, sendo estas a Abemi, a ABDIB, a Abimaq e a Funcex. A grande presença da Petrobras se dava ainda como forma de fornecer chancela institucional às empresas privadas, como atesta um dos principais objetivos da Comissão, que era exatamente o “aumento da competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional”

Conforme aponta Alveal Contreras (1994, pp. 192-3), a partir de 1984 a política de compras operada pelo Sermat/Petrobras abandonou as diretrizes de nacionalização, associada ao encerrado ciclo de “substituição de importações”⁵⁹. A partir de então a política de compras se orientou à adequação tecnológica, induzindo os fornecedores a realização de investimentos na área de custos, elevação da produtividade, da qualidade e de novos desenvolvimentos em

⁵⁹ É difícil concordar com a afirmação da autora para este período uma vez que diversas atividades organizadas pelo IBP em parceria com a Petrobras, até mesmo especificamente por representantes do próprio Sermat, ainda se voltavam a desenvolver situações semelhantes à do período anterior. A determinação destas atividades até se diferenciava das atividades realizadas durante o período do regime militar, mas afirmar o abandono das diretrizes de nacionalização não é algo concreto, como veremos abaixo.

tecnologia em acordo com as normas e padrões internacionais mais avançados. A autora destaca que, diante desta orientação, o empresariado interno que possuía forte apelo de compras da empresa estatal respondeu ativamente, lograram um “passaporte para a competitividade” com projeção internacional.

A demonstração ativa do empresariado em relação à orientação da nova política interna se deu através do estreito alinhamento de organizações empresariais – dentre estas são citadas a ABDIB e a Abimaq – e de empresários individuais aos pleitos da empresa estatal ao longo dos anos de 1980. Por seu lado, as lideranças da empresa expressavam publicamente a confiança na capacidade da indústria nacional para enfrentar os desafios (*ibidem*), conforme aponta Luigi Dallolio, chefe do Sermat à época e um dos diretores do IBP a partir deste ano (IBP, 1990):

Se o país conseguir viver alguns anos de estabilidade política e econômica, teremos uma grande chance de ter uma indústria muito forte, desenvolvida, competitiva e capaz de se projetar internacionalmente. Isso, naturalmente, é extremamente favorável para a própria Petrobras, pois poderemos contar com produtos melhores, mais baratos, etc. Isso faz parte do próprio projeto da Petrobras, que sempre pensou no que ela provoca de desenvolvimento paralelo. E eu tenho visto uma resposta muito boa da indústria brasileira (PETRO & GÁS, 1989 *in* ALVEAL CONTRERAS, 1994, p. 194).

Demonstrando o envolvimento de todas as áreas do IBP no desafio da exportação, ainda em 1987 a Comissão de Equipamentos realizou o “Seminário de Exportação de Equipamentos, Materiais e Produtos para a Indústria do Petróleo”, objetivando aumentar a troca de informações e avaliar a facilitação disposta pelo governo e empresas estatais e buscando fomentar a exportação de bens de capital. O Instituto destacou como ponto alto do evento a realização do painel “As dificuldades técnicas e comerciais da indústria de equipamentos em exportar seus produtos”. Ou seja, o IBP continuava a utilizar seu papel de condensação de interesses para garantir o alinhamento do governo e das lideranças das empresas estatais às novas orientações do empresariado do setor de bens de produção na busca pela manutenção do processo de acumulação. Expressão desta situação foi a realização de palestras no evento por membros do governo, suas agências e empresas estatais – como a Interbrás, a Braspetro, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), a Finep, a Cacex e o Ministério das Relações Exteriores –, bem como de organizações do empresariado, como a ABDIB (IBP, 1988, p. 4). Vale ainda destacar que, a Comissão de Coordenação do evento era coordenada por um membro do próprio Sermat/Petrobrás (*ibidem*, p. 59).

Ainda que de forma diversa a do período do regime militar, a Petrobras não havia deixado de ser a ponta de lança para que o setor de bens de produção ampliasse seus nichos de acumulação de capital. Em maio de 1987, com a colaboração da Petrobras, o IBP promoveria

o curso “Exploração e Produção de Petróleo” buscando o “aprimoramento técnico-gerencial das empresas envolvidas no desafio da nacionalização, capacitando-as a identificar novas oportunidades de atuação e a compreender melhor sua parcela no contexto geral da atividade” (IBP, 1988, p. 5). Ou seja, por mais que se tenha institucionalmente abandonado o jogo de relações políticas típico do governo militar com a abertura, o apoio mútuo entre frações do empresariado privado e as lideranças da Petrobras se mantinha na ordem do dia, mesmo que sob novas aparências.

Corroboram com este tipo de comportamento das lideranças da empresa estatal a realização de palestras nas Comissões do IBP. Em 1988, por exemplo, foi realizada na Comissão de Exploração e Produção de Petróleo uma palestra sobre “Mercado Internacional de Petróleo”, proferida por uma economista do Serviço de Planejamento da Petrobras (IBP, 1989, p. 5). No mesmo ano, foi realizada pelo diretor da Braspetro a palestra “Exportação de Serviços de Engenharia”. Em 1989 a mesma Comissão de Exploração e Produção, objetivando fomentar o intercâmbio entre a Petrobras e as outras companhias envolvidas no ramo de exploração e produção, realizou visitas técnicas a empresas e organizou palestras ora proferidas por profissionais da estatal, ora por representantes das outras empresas (*idem*, 1990, p. 18). A situação se explicita por completo com a declarada meta, para 1989, da Comissão de Equipamentos de “promover a aproximação entre os técnicos encarregados do Sistema de Normalização da Petrobras e os fabricantes de equipamentos, buscando, através do relacionamento entre as duas partes, o interesse comum” (*idem*, 1989, p. 4).

Ou seja, a atuação pedagógica das lideranças da Petrobras através do IBP continuava a se orientar em direção a manutenção da empresa como pivô do processo de acumulação mesmo no momento de redemocratização. Estas lideranças, verdadeiros intelectuais orgânicos da burguesia em sentido gramsciano, mantinham-se como dirigentes do consenso interno do empresariado na falta de capacidade destes para exercerem sua hegemonia por si próprios. Durante os anos de 1980 este tipo de atuação perdura, só sendo modificada com a adoção pelo empresariado de alternativas políticas novas para superar a crise durante a década de 1990. Neste sentido, continuavam as lideranças da empresa a tomar as rédeas da situação para “educar o consenso” na incapacidade de o empresariado realizar por si próprio. Portanto, até o final dos anos de 1980 cabia ainda o IBP o papel de mediador pedagógico, estabelecendo os vínculos entre as duas alas de intelectuais orgânicos do capital na formulação do consenso, sendo estas a tecnocracia da Petrobras e o empresariado⁶⁰.

⁶⁰ Cabe lembrar que a tecnocracia não possuía esta autonomia por si própria, pois era constituída pelos próprios empresários que ocupavam cargos em agências da aparelhagem estatal e por seus prepostos.

A demonstração do esforço do IBP para realizar tal mediação é expressa pelo grande incremento de atividades voltadas a “alta gerência” das empresas. Em 1987 surgiram planos de realizar seminários para gerentes e executivos em diversas Comissões do Instituto no ano seguinte, buscando desta forma organizar a inteligência empresarial no processo de redemocratização do país. Neste sentido, a Comissão de Feiras e Congressos passou a colaborar com a implantação de “programa de treinamento de alto nível”, através da realização de seminários especiais para executivos e dirigentes de empresas (IBP, 1988, p. 5). A Comissão de Garantia da Qualidade reservou os anos pares para a realização de encontros sobre assuntos específicos e seminários para a “alta gerência” (*ibidem*, p. 6). Já a Comissão de Petroquímica, como pioneira do processo, foi a primeira a realizar “Seminários de Alto Nível”, voltado a dirigentes e “altos gerentes” de empresas (*ibidem*, p. 6). O “1º Seminário Internacional para a Alta Gerência”, realizado pela Comissão de Petroquímica em 1988, sobre o mercado internacional de petroquímicos, buscou concentrar as discussões para permitir uma abordagem mais profunda do tema (IBP, 1989).

Dentre diversos miniseminários e palestras realizados pela Comissão de Instalações Marítimas de Petróleo na programação de 1986 foi proferida pelo Superintendente do Cenpes/Petrobras uma palestra sobre o Programa de Capacitação Tecnológica em Sistemas de Exploração para Águas Profundas (Procap). Alveal Contreras (1994, p. 192) aponta que a reestruturação das alianças entre a Petrobras e o empresariado foi lastreada na atividade *off-shore*, nucleando-se em torno de um amplo programa de pesquisas, o Procap, lançado pela empresa no início de 1986. O foco do esforço de capacitação interna compreendia investimentos associados à transferência de tecnologia para a produção em águas profundas e se vinculava a todas as contratações e investimentos da empresa no exterior.

Conforme Morais (2013, p. 141), o objetivo do programa era capacitar não somente a própria Petrobras, como os fornecedores nacionais de equipamentos e serviços, as firmas internacionais com plantas produtivas no Brasil e instituições de pesquisa para viabilizar a produção em águas profundas. Ainda conforme o autor, o Procap se constituiu como uma notável inovação organizacional, estabelecendo novas modalidades de colaboração com entidades de pesquisa e com as empresas fornecedoras de bens e serviços.

A afirmação de fracasso ou sucesso dos alcances do II PND é polêmica entre diversos analistas⁶¹. Se pelo âmbito estritamente econômico era inviável conciliar naquela conjuntura específica a alteração do padrão de acumulação à manutenção das taxas de crescimento e pelo

⁶¹ Conforme Alveal Contreras (1994, p. 147), há divergência de avaliação entre os economistas, alguns sustentaram que a estratégia havia sido basicamente bem sucedida e outros apontam para o fracasso desta.

aspecto político ele contribuiu para acelerar as fissuras no interior do pacto de poder, um segmento moderno do empresariado brasileiro – uma espécie de vanguarda do setor de bens de capital – ganhou relevante projeção sob as políticas anti-recessivas, particularmente, as do II PND (MENDONÇA & FONTES, 2006). No entanto, apesar dos limites encontrados pelo governo no desenvolvimento do programa durante a década de 1970, os investimentos públicos aportados através do II PND vieram a surtir efeito ulterior, em meados dos anos de 1980 (ALVES, 1998, p. 120). Sob a ótica capitalista, foram estes investimentos que possibilitaram, através da elevação da acumulação no setor de bens de capital, o surgimento de frações burguesas capazes de ingressar no desafio da exportação na década de 1980, bem como no desenvolvimento de novas tecnologias capazes de implementar a reestruturação produtiva que se vinha iniciando no Brasil. Neste quesito, a busca da Petrobras por estas frações empresarias internas para desenvolver tecnologias de produção em águas profundas – uma grande inovação para a produção em nível mundial –, como no caso do Procap, careceu do desenvolvimento da acumulação por estas mesmas frações durante o governo Geisel.

Nesta direção, a afirmação do IBP sobre o 3º Congresso Brasileiro de Petróleo é taxativa, corroborando que o atingimento do nível tecnológico alcançado em 1986 era impensável nos anos anteriores.

Técnicos do Brasil e do exterior, políticos e empresários puderam verificar que algumas metas significativas, há alguns anos tidas como inatingíveis, já são uma viva realidade em nosso país. O evento marcou, assim, uma importante transição, demonstrando com seu conteúdo e seus resultados que estamos realmente cruzando novas fronteiras rumo à completa maturidade tecnológica no setor (IBP, 1987, p. 14).

O evento, realizado em parceria com a Petrobras, além de contar na solenidade de abertura com o Ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, com o presidente da Petrobras, Ozires Silva, e com a participação de ministros e autoridades de outros países nas sessões, contou com a realização simultânea da III Feira Industrial de Petróleo e Gás. Os objetivos da Feira apontavam exatamente para as chaves do processo de busca por incrementar a acumulação no período, sendo eles: (i) a apresentação dos avanços tecnológicos alcançados não somente pelas indústrias de petróleo e petroquímica, mas também pelos fabricantes de equipamentos, materiais e prestadores de serviços; (ii) o incentivo à exportação de bens e serviços pela indústria nacional, possibilitando oportunidades com países compradores, em especial os do chamado “terceiro mundo”; (iii) o incentivo à nacionalização de equipamentos, bens e serviços, diretamente ou através da criação de *joint-ventures*; (iv) a

promoção da troca de informações e aperfeiçoamento tecnológico destes setores (*ibidem*, p. 16).

No que tange aos avanços tecnológicos dentro do contexto inicial do processo de reestruturação produtiva, cabe destaque para o papel da Comissão de Instrumentação do IBP, que desde 1975 já vinha tratando com certo pioneirismo de temas voltados à automação industrial. Na década de 1980, com a ascensão do uso da informática e da microeletrônica no novo contexto de desenvolvimento da produção em nível mundial, esta Comissão encamparia a disseminação da utilização da informática na produção, também com certa vanguarda no país. Em 1988, a Comissão de Instrumentação participaria da Comissão Especial de Automação Industrial da Secretaria Especial de Informática, no âmbito dos trabalhos de levantamento setorial, tendências, recomendações e sugestões sobre as necessidades de automação nos diferentes segmentos industriais. As informações levantadas compuseram um documento que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Informática e então enviado ao Congresso, servindo como base para o 2º Plano Nacional de Informática, período de 1989-92 (IBP, 1989, p. 11).

Conforme aponta Alves (1998), as novas tecnologias microeletrônicas utilizadas na produção, dentro do contexto dos novos padrões de organização da produção capitalista, possibilitaram a constituição de novos níveis de flexibilidade para o capital em âmbito material. Estas tecnologias, capazes de promover um salto de produtividade do trabalho, exigiram um novo envolvimento do trabalhador na produção capitalista, determinando uma nova disposição subjetiva dos operários que vai de encontro a ideia de cooperação no processo produtivo. Para o autor, o período de 1984-86 representa um pequeno momento de recuperação da economia brasileira, caracterizado pelo incremento de inovações tecnológicas, sobretudo a partir de 1985, com a introdução da automação industrial de base microeletrônica. Entretanto, a incorporação destas tecnologias na produção é parcial e seletiva no período, concentrando-se principalmente nas grandes empresas, como as do setor metal-mecânico, automobilístico, siderúrgico e petroquímico.

No ano seguinte, o IBP demonstra a sua inserção no conjunto de esforços do complexo de reestruturação produtiva para forjar um trabalhador de novo tipo, adequado às novas demandas formativas do mercado. Apresentando a realização do 8º Seminário de Instrumentação, realizado em junho de 1989, sob o tema “Instrumentação: o Começo da Nova Era da Instrumentação no Brasil”, o Instituto iniciaria a descrição do evento apontando que:

Uma nova era, uma nova instrumentação informatizada requerem novos profissionais, que possam utilizar sua vivência e especialização para integrar equipes multidisciplinares em busca do desenvolvimento e modernização do setor (IBP, 1990, p. 32).

Para Chesnais (1996, p. 35), a introdução gradual de novas tecnologias no processo de automatização industrial contemporâneo, assentado na utilização dos microprocessadores, possibilitou a destituição de formas contratuais de trabalho anteriores e também das modalidades criadas pelo operariado, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à intensificação da exploração no local de trabalho.

No entanto, especificamente no caso do Brasil dos anos de 1980, houve uma eclosão dos movimentos sindicalistas no contexto de transição para uma democracia política, situação que, de certa forma, contribuiu para a manutenção de direitos sociais do trabalho na Carta Constitucional de 1988. O estatuto da flexibilização destes direitos não conseguiu se estabelecer de forma conclusiva no período, ainda que no país já existisse uma forma de flexibilização adequada ao padrão tradicional de superexploração do trabalho existente desde a década de 1960 e que, por si, se vincula à constituição retardatária do capitalismo industrial no Brasil.

Neste sentido, a história brasileira da década de 1980 é permeada por um conjunto de contradições quanto ao contexto de desenvolvimento capitalista. Se por um lado se inicia um novo surto de reestruturação produtiva, por outro esta se apresenta de forma ainda incipiente, se expressando como uma forma restrita de toyotismo vinculada a uma automação microeletrônica seletiva. Da mesma forma, se surgia um novo tipo de sindicalismo de caráter mais combativo, este ainda estava em processo de constituição, se apresentando de forma débil, e, portanto, não possuindo capacidade suficiente para resistir à nova onda de reestruturação produtiva que ascendia na transição entre as décadas de 1980-90 (ALVES, 1998). Tal situação só vem a corroborar com o papel de vanguarda realizado pelo IBP no contexto de disseminação do processo de incorporação de novas tecnologias microeletrônicas e de adequação formativa dos trabalhadores a estas transformações no mundo da produção.

Encampando as transformações tecnológicas no contexto do novo complexo de reestruturação produtiva, o IBP também criaria ao final de 1988 a Subcomissão de Informática de Engenharia, objetivando “estudar o suporte informático para o uso de tecnologias de engenharia, no projeto, realização e exploração de instalações industriais” (IBP, 1990, p. 23). Conforme o Instituto, em 1989 a Subcomissão se dedicou ao domínio da informática na engenharia química. Os profissionais de empresas e universidades que compõem a Subcomissão desenvolveram estudos sobre o estado da arte da informática de engenharia no país, o mercado de fornecedores destas tecnologias, as necessidades ainda não atendidas nas empresas, a formação dos recursos humanos e a interação entre empresa e universidade. Dentre

os temas que a Subcomissão apontou ter se limitado, constam questões pioneiras sendo tratadas no Brasil neste período, como a Inteligência Artificial.

Quanto à participação de universidades na Subcomissão, dos 16 membros que à constituíam em 1989, quatro eram representantes de universidades, todas públicas – UFRJ, USP e Unicamp. Apesar de não ser uma novidade do período esta atuação junto a universidades públicas, no contexto de mundialização do capital que se vinha desenvolvendo no período, é uma questão significativa de ser destacada. Para Chesnais (1996, p. 153), estas atividades possuem caráter estratégico, pois asseguram a “internalização de externalidades” no campo de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), ou, de forma mais simples, a apropriação de tecnologias. Estas são formas de obter ao menor custo e, quando necessário, em condições desvantajosas para as pequenas empresas, laboratórios universitários ou públicos, conhecimentos científicos essenciais para os poderosos oligopólios (*ibidem*, p. 109). Ainda conforme o autor, os gastos efetuados pelo Estado em P&D, bem como no ensino científico e técnico, acabam por depender da propensão das empresas em inovar e da qualidade de relações que estas estabelecem com centros de pesquisa e universidades públicas (*ibidem*, p. 123).

Na esteira de transformações relacionadas ao novo complexo de reestruturação produtiva que propiciavam as necessidades voltadas ao incremento da exportação, ascende como central na discussão uma questão que já vinha sendo desenvolvida sistematicamente pelo IBP – devido sua institucionalização interna – ao menos desde 1981, a garantia da qualidade. Institucionalmente criada como um Grupo de Trabalho vinculado à Comissão de Equipamentos, a partir de 1981 foi transformado em Subcomissão de Garantia da Qualidade já no âmbito da Comissão de Instalações Marítimas de Petróleo. No entanto, com o ganho de importância da temática, a diretoria do Instituto decidiu criar uma Comissão em caráter permanente no início de 1985 (IBP, 1986, p. 3).

Portanto, a partir de meados dos anos de 1980, a garantia da qualidade se tornava uma questão central para o Instituto. Já em 1986 o IBP declara que, além dos tradicionais cursos que já vinha desenvolvendo na área, previa a programação de novos cursos para a formação do “Profissional da Qualidade”. Buscando também o aprofundamento do consenso, procurou se aproximar da Associação Brasileira de Controle da Qualidade (ABCQ), apoiando a realização do X Seminário Brasileiro de Controle da Qualidade, além de analisar a proposta de um “Prêmio Individual de Qualidade”. O aumento da relevância da questão se expressava pela previsão de rever o regimento interno da Comissão de modo a incluir novos integrantes em sua constituição, buscando atender à grande solicitação de empresas que desejavam se fazer representar (IBP, 1987, p. 4).

A conjuntura de internacionalização da concorrência capitalista do período exigia não apenas investimentos em capital intensivo, como a incorporação de novas tecnologias de base microeletrônica, mas também padrões de gestão da produção que possibilitassem elevar o patamar de qualidade e competitividade. A partir de 1981, com a crise da dívida externa, se constituíram os primeiros impulsos de reestruturação produtiva no Brasil, impelindo as empresas, mesmo de que modo restrito e incipiente, a implementarem novos padrões organizacionais e tecnológicos. Neste sentido, no discurso empresarial, “qualidade” passou a ser uma palavra-chave, demonstrando importantes aspectos qualitativos do surgimento do novo contexto de concorrência internacional e colocando como imperativa a elevação do nível de produtividade e eficiência das empresas (ALVES, 1998, p. 129).

Logo no ano seguinte, a Comissão de Garantia da Qualidade, contando com a colaboração de outras Comissões do IBP, realizaria o 3º Seminário sobre Garantia da Qualidade sob o lema “Qualidade – desafio brasileiro”. A conferência de abertura foi proferida pelo presidente da Petrobras e ainda nesta sessão do evento houve a entrega do prêmio “Profissional da Qualidade 87” ao Superintendente do Cenpes/Petrobras, o que demonstra a importância das atividades de P&D desenvolvidas por centros de pesquisa com algum tipo de vínculo com o Estado estrito (IBP, 1988, p. 6).

A qualidade passava a ser uma das estratégias pedagógicas centrais do IBP a partir do final da década de 1980. Como estratégia pedagógica mais ampla de forjar o consenso, possuía ainda um conjunto de ações em âmbito estritamente educativo, visando a formação de trabalhadores aderidos às novas necessidades que se impunham ao processo de acumulação do capital. Para se ter uma ideia, em 1989 cerca de um terço dos cursos – totalizando 16 cursos neste ano – desenvolvidos pelo IBP tinham como foco a “Qualidade”, conforme apresentado na Tabela 2.

TABELA 2: Cursos do IBP na área da “Qualidade” em 1989.

Nº	CURSO	DATA	ESTADO
1	Sistemas da Qualidade – Nível Superior	06 a 17/03	RS
2	Motivação para a Qualidade	27 a 29/03	SP
3	Sistemas da Qualidade – Nível Superior	27/03 a 01/04	SP
4	Sistemas da Qualidade na Área de Engenharia Consultiva – Projeto	10 a 14/04	RJ
5	Engenharia da Confiabilidade	08 a 12/05	SP
6	Sistemas da Qualidade – Nível Médio – Módulo I	08 a 19/05	RJ
7	Sistemas da Qualidade para Pessoal de Engenharia e Produção	05 a 07/06	RJ
8	Sistemas de Informação Aplicada a Garantia da Qualidade	19 a 22/06	RJ
9	Sistemas da Qualidade – Nível Superior	17 a 28/07	RJ
10	Sistemas da Qualidade na Área de Engenharia Consultiva – Projeto	24/07 a 04/08	BA
11	Sistemas da Qualidade – Nível Superior	24/07 a 04/08	MG
12	Controle Estatístico da Qualidade	07 a 11/08	RJ
13	Auditoria em Sistemas da Qualidade	15 a 18/08	SP
14	Sistemas da Qualidade para Pessoal de Engenharia e Produção	18 a 20/09	SP
15	Sistemas da Qualidade – Nível Superior	16 a 27/10	SP
16	Sistemas da Qualidade – Nível Médio – Módulo I	16 a 27/10	RJ

Fonte: Adaptado de “Cursos Realizados em 1989” (IBP, 1990, p. 40).

Além disso, seguindo a direção das novas palavras de ordem defendidas pelo empresariado condensado no IBP para a expansão da acumulação – a qualidade e a competitividade –, outras áreas tradicionais de atuação do Instituto seriam reorientadas a partir de meados da década de 1980. Neste sentido, a promoção das antigas atividades de normalização do IBP – que desde os primeiros anos de vida do Instituto buscavam o desenvolvimento de normas adequadas às capacidades produtivas existentes na indústria brasileira para desenvolver uma cadeia produtiva interna –, a partir da metade da década se direcionariam ao estabelecimento de padrões de qualidade internos às empresas para garantir a competitividade da indústria em nível internacional, sobretudo, devido ao impulso exportador que se vinha desenvolvendo.

A partir de 1986 o IBP passaria a realizar anualmente os cursos de “Normalização a nível de empresa”, objetivando “fornecer instrumental básico, diretrizes e metodologia, conscientizando os técnicos sobre a responsabilidade da empresa em relação à normalização a nível nacional e sua importância para a exportação” (IBP, 1987, p. 6). Ou seja, além dos cursos diretamente vinculados à área de qualidade, outros cursos também se alinhariam à questão, buscando forjar um trabalhador de novo tipo, aderido às novas demandas de acumulação impostas pelo empresariado.

Portanto, o estabelecimento de um novo padrão de rotinização do trabalho no Brasil de fins década de 1980, encampado de forma pioneira pelo IBP, era caracterizado pela articulação entre os nexos oriundos do padrão toyotista de organização da produção – adotados ainda de forma restrita no país – e o avanço da incorporação da automação de base microeletrônica, de forma seletiva na indústria interna. O início deste novo complexo de reestruturação produtiva no Brasil ainda não se desenvolveria por completo no período, mas apresentaria características de reforço e intensificação do padrão fordista de organização, ampliação da linha de montagem, controle de tempos e ritmos de trabalho, segregação entre a concepção e a execução das atividades laborais. Nas indústrias mais avançadas, ainda de modo localizado, passaram a se constituir novas necessidades de qualificação diante de tecnologias que exigiam novos conhecimentos e habilidades do operador, bem como trabalhadores mais qualificados e mais aptos a cooperar e, portanto, interferir no processo de trabalho para elevar a produtividade deste. A destreza manual, antes característica do trabalho produtivo, perde ainda mais sua centralidade, abrindo espaço para novas capacidades que passam a ser cada vez mais exigidas, como a de raciocínio abstrato para operar uma máquina computadorizada. A conjuntura que passa a se criar para o mundo do trabalho é a da exigência de elevação da escolaridade e do nível de experiência para a contratação pela indústria (ALVES, 1998).

O trabalho de controle da qualidade, antes atido a profissionais com funções específicas, passa a ser repartido pelo conjunto de trabalhadores na produção, tendendo ao desaparecimento de cargos como o do inspetor de qualidade. A formulação de níveis e normas de qualidade a serem seguidos em todo o processo produtivo passa a ser precisada pela engenharia da qualidade, abrangendo o conjunto de operações realizadas desde a concepção à execução. Em cada elo da produção, estimulados a cooperar proativamente, os trabalhadores incorporam atividades de controle da qualidade às suas tarefas produtivas, situação que, de certo modo, se difere do padrão fordista, no qual estas atividades se localizavam em departamentos específicos da produção (*ibidem*).

Demonstração desta situação se dá pela adesão de diversos setores de atividades do IBP às palavras de ordem exigidas pelo novo complexo de reestruturação produtiva, como a qualidade e a competitividade. Em 1987, o IBP, junto a Abraman, realizaria o 4º Congresso Ibero-Americano de Manutenção, com copatrocínio de diversas outras associações de representação empresarial voltadas à manutenção, além do apoio das Associações Espanhola, Mexicana e Portuguesa de Manutenção e diversas empresas. Sendo um evento concomitante com o II Congresso Brasileiro de Manutenção e a II Exposição de Produtos e Equipamentos

para Manutenção, possuiu como lema “A Manutenção no mundo competitivo – de hoje ao século XXI” (IBP, 1987, p. 22).

No âmbito da Comissão de Equipamentos foram desenvolvidas diversas palestras no mesmo ano. Dentre estas, foi promovida pelo presidente da empresa Embrascon, a palestra “Economicidade – desenvolvimento da capacidade do homem no sentido de aumento da produtividade e da relação de custos e prazos”. Este tipo de atividade demonstra o consenso que se vinha formulando pelo empresariado condensado no Instituto sobre as novas necessidades formativas dos trabalhadores para incrementar a produtividade e a competitividade das empresas (*ibidem*, p. 4). Foi também realizado em 1987 o 3º Seminário sobre Garantia da Qualidade, com a participação de diversos dirigentes de empresas e três painéis que veiculavam temáticas em torno da questão da qualidade e da formação dos trabalhadores, sendo estes “Resultados obtidos com a implantação de um Sistema de Qualidade”, “Confiabilidade” e “Formação de Recursos Humanos” (*ibidem*, p. 20).

Em 1988, o IBP declararia o papel de vanguarda do setor na área de Garantia da Qualidade, desdobrando diversas temáticas sobre o assunto que corroboram com a busca por promover a ascensão do contexto de reestruturação produtiva, além de envolver diversas de suas Comissões em torno da discussão da questão. Conforme o Instituto:

A comunidade do setor da Garantia da Qualidade é hoje uma das mais atuantes dentro dos setores de petróleo e petroquímica, registrando um crescimento de atividades que passou a justificar a realização de um Congresso bianual, nos anos ímpares, em substituição aos Seminários que antes vinha realizando.

O 1º Congresso de Sistemas da Qualidade, terá lugar entre 25 e 29 de setembro de 1989, no Rio de Janeiro, destacando os seguintes temas: Garantia da Qualidade na Gestão de Empreendimentos, Garantia da Qualidade em Produto, Garantia da Qualidade em Serviços, Informática e Recursos Humanos. O evento contará, ainda, com palestras especiais, minicursos, visitas técnicas, work-shop e apresentação de vídeos e, prevê-se, deverá atrair grande número de técnicos.

Promovido pela Comissão de Garantia da Qualidade do IBP, o evento contará com o apoio também das Comissões de Equipamentos, Inspeção de Equipamentos e Instalações Marítimas de Petróleo. A Comissão Executiva é presidida pelo engenheiro José Paulo Silveira, do Cenpes/Petrobras, e contará com participantes representando entidades do setor da Qualidade, entre as quais a American Society for Quality Control (IBP, 1989, p. 22, *grifos meus*).

O evento foi realizado sob o tema central “Qualidade: Estratégia de Desenvolvimento Empresarial”, sendo aberto solenemente com uma palestra do presidente da Petrobras, Carlos Sant’Anna. O evento se voltava ao envolvimento do empresariado com a qualidade, sendo apresentados painéis de debates e outros trabalhos em busca de “redimensionar a qualidade não apenas como necessidade operacional da empresa, mas também como fator decisivo na própria estratégia de desenvolvimento empresarial”. Desta forma, o IBP destacou duas palestras que

indicam a cúpula administrativa das empresas como sendo o público principal para a promoção da ideologia da qualidade, “Qualidade na Gestão do Empreendimento”, proferida pelo chefe da Divisão da Qualidade do Serviço de Engenharia da Petrobras, e “Comprometimento: Papel da Alta Administração das Empresas com a Qualidade”, promovida pelo chefe da Divisão de Qualidade da Autolatina – uma *joint-venture* formada entre a Ford e a Volkswagen nos mercados brasileiro e argentino entre as décadas de 1980-90 (IBP, 1990, p. 31).

Outra questão bastante difundida em diversas atividades do IBP no período, e que possui íntima relação com o controle da qualidade e incremento das exportações, se vincula à normalização. O processo de formulação de normas pode, assim como ocorreu no início da história do IBP, contribuir para que se realize uma espécie de reserva de mercado para determinadas empresas que, contribuindo com a formulação destas normas, a desenham de acordo com suas possibilidades de fabricação/produção de determinado produto ou serviço. Por outro lado, a simples existência de normas que impõem um determinado padrão de qualidade para a fabricação/produção de um determinado produto ou serviço, possibilita que alguma organização possua reconhecimento social suficiente para fornecer chancela para aquele produto ou serviço que é fabricado/produzido sob determinadas normas. Neste último caso, o processo de certificação conferido por estas organizações possibilita o reconhecimento de que determinado produto ou serviço segue um conjunto de especificações, previamente delineados, para garantir atributos que qualificam estes produtos ou serviços, bem como conferem chancela de qualidade destes em um determinado âmbito – regional, nacional, internacional.

Analisando a função da normalização no processo de acumulação capitalista no contexto de “mundialização do capital”, Chesnais (1996) aponta que:

O estabelecimento de normas técnicas é indissociável da produção e comercialização padronizadas. Remonta ao século XIX a origem deste processo, que se acelerou e estendeu, de forma constante, sob efeito do fordismo. A iniciativa e controle couberam, muitas vezes, às empresas que atuavam em determinado setor. Quando não foi assim, a norma foi estabelecida sob a égide do órgão público nacional de normatização, mas com estreita participação dessas empresas. O estabelecimento de uma norma implica, necessariamente, enfrentar interesses contraditórios. Esse estabelecimento é feito sob efeito de novas exigências tecnológicas, mas reflete também as posições inicialmente ocupadas no mercado, em função da correlação de forças das companhias e organizações envolvidas, em termos financeiros ou organizacionais, ou simplesmente porque estavam no lugar certo, no momento certo. [...]

Durante muito tempo, o processo de formação de normas foi nacional. Mais tarde, deu-se a internacionalização, seja pela cooperação e negociação entre os organismos de normatização nacionais, seja pela progressiva extensão das normas de um país-líder, à medida que seu produto ou processo foi se impondo sobre a concorrência. Nos casos em que um produto chegou a se impor, de forma muito ampla e rápida, no mercado internacional, apresentando-se como “único” e “indispensável”, a empresa proprietária pode tentar impor suas próprias normas, tanto aos usuários como aos outros produtores. [...] (CHESNAIS, 1996, pp. 174-5).

Como apresentado anteriormente, a questão da certificação não era uma novidade para o IBP no período, a busca por certificar padrões de fabricação de equipamentos já havia movido ações dentro Instituto, tanto na busca por organismos de certificação internacional – a tradução de normas internacionais sempre constou nas atividades realizadas –, como pela criação de um selo de certificação do próprio IBP – “monograma IBP”, conforme apresentado anteriormente – ainda no final do regime militar. No entanto, com a promoção do esforço de exportação colocada como central no Instituto, novas buscas por certificação surgiram no rol de atividades desenvolvidas.

Em 1987, o IBP buscava a aproximação com o *American Petroleum Institute* (API), com vistas a editar em português as normas desta organização. Buscando desenvolver ações de apoio ao comércio exterior das empresas representadas pelo Instituto, planejou-se ainda para o ano seguinte a implementação do “Selo IBP” para ações destinadas a esta tarefa de internacionalização (IBP, 1988, p. 4). No ano seguinte, uma das principais atividades da Comissão de Equipamentos foi a tentativa de acordos com o API visando credenciar o IBP como seu representante no Brasil na busca por classificar as empresas em termos de garantia de qualidade, concedendo o Selo API. O assunto chegou a ser objeto de uma viagem do diretor do IBP, Álvaro Teixeira, à sede do API em Washington (IBP, 1989, p. 4). Em 1989, no entanto, a mesma Comissão buscou viabilizar o acesso à indústria do selo de qualidade do API, de modo a fornecer instruções às empresas interessadas para facilitar o alcance da certificação (IBP, 1990, p. 17).

No entanto, uma outra via para garantir chancela de seus produtos em nível internacional se dava pela própria presença da Petrobras no Instituto. Com o ganho de notoriedade da empresa em nível internacional, a mesma passou a fornecer chancela para as empresas nacionais em âmbito internacional, mesmo não sendo exatamente um organismo de certificação. Esta situação é apresentada pelo próprio chefe do Sermat/Petrobras e diretor do IBP, Luigi Dallolio.

Nós recebemos empresas que vêm qualificar fornecedores brasileiros e que não vão na fábrica. Eles vêm aqui na Petrobras e perguntam se nós temos a descrição do sistema de qualidade daquelas empresas. Eles querem saber se o sistema de controle de qualidade (que a Petrobras opera) garante que a peça saia boa, independente da máquina que está sendo utilizada. (...) Nós estamos agora, portanto, na etapa do desenvolvimento tecnológico. A mudança, então, é nesse estilo. Com a capacitação atual da indústria brasileira, se ela não entrar no mercado internacional é porque não tem competitividade, e o problema não é mais nosso (DALLOLIO, 1989 in ALVEAL CONTRERAS, 1994, pp. 198-9).

Portanto, apesar do fim do regime militar, as lideranças da Petrobras continuavam a contribuir com o avanço da acumulação privada das empresas parceiras – a maioria destas condensadas no IBP –, apresentando padrões de interação mediados pelo Instituto que eram típicos do período anterior. No entanto, não há como declarar uma passividade do IBP em relação à atuação da empresa estatal em benefício do capital privado. Ao contrário, além de suas lideranças pertencerem aos quadros do próprio Instituto – como o caso do chefe do Sermat acima –, diversas ações eram realizadas por via do Instituto para garantir estes interesses. Situação que exemplifica a ação voluntária do empresariado privado representado no IBP pode ser percebida pela atuação da Subcomissão de Normalização da Comissão de Instalações Marítimas de Petróleo, que em 1989 aponta o desenvolvimento de um trabalho que, além da simples distribuição de normas da Petrobras ao mercado para consulta técnica, algumas destas normas escolhidas pela própria Subcomissão estavam sendo analisadas e votadas pelas empresas e técnicos que trabalham junto ao IBP (IBP, 1990, p. 22). Contribuem ainda para afirmação deste papel diversas outras questões apresentadas neste capítulo.

5.2. A adoção da alternativa neoliberal e a postergação da crise de hegemonia

A partir da segunda metade da década de 1980 surgem formas de mobilização conjunta que transpõem a conjuntura de relações entre empresários individuais e o Estado estrito, propondo uma rearticulação estrutural das relações entre sociedade civil e sociedade política. Demonstrando o esgotamento do projeto desenvolvimentista baseado no modelo de “substituição de importações” e não tendo ainda formulado uma orientação própria para a década de 1990, o empresariado brasileiro inicia a construção de uma alternativa à crise do capitalismo brasileiro, o projeto neoliberal.

Diante das reminiscências do final do período de governo militar e na ausência de projetos nacionais claramente formulados pelos grupos dispostos na correlação de forças da Constituinte, o que se delineava era uma espécie de vácuo de poder. Esta conjuntura propiciou a ascensão de um candidato que, apresentando um discurso fundado em aspectos morais no qual os limites entre o público e o privado eram imprecisos, se fez pelo oportunismo da situação. Temeroso com a ascensão de um governo popular e não tendo formulado um projeto próprio, o empresariado acabaria por apoiar o candidato Fernando Collor, eleito nas primeiras eleições diretas após a ditadura empresarial-militar.

As primeiras eleições diretas após a ditadura, em 1989, seriam marcadas por um período de intensificadas agitações sociais e falta de controle sobre o processo inflacionário. As

candidaturas de Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva – liderança grevista dos operários paulistas na transição da década que ajudou a fundar o Partido do Trabalhadores (PT) em 1980 – expressavam então uma ruptura com o modelo anterior. As contraposições do empresariado à candidatura de Lula foram claramente manifestas, sendo a escolha de Collor a única opção viável para derrotá-lo e iniciar o rumo à construção do novo projeto neoliberal, ainda que esta não fosse a primeira alternativa de parcelas expressivas deste empresariado. Apesar de ser de origem remanescente da oligarquia, Collor não possuía tradição de dirigência política da burguesia brasileira, tendo atacado durante a campanha o alto escalão dos empregos públicos, os “políticos profissionais” e parcelas das denominadas “elites”. A assunção gradativa de sua candidatura pelo empresariado se deu, em parte, por algumas afinidades com sua proposta neoliberalizante e por ser a única capaz de enfrentar a temerária oposição. Surgida na crise de hegemonia característica do final da década de 1980 e da correlação de forças existentes no período, sua candidatura se apresentava como um programa de refundação do Estado, passível de fornecer a unidade necessária às diferentes frações da burguesia (BIANCHI, 2004, pp. 209-10).

Embora seu governo tenha, de certa forma, unificado a grande burguesia em torno de seu projeto, este não surtiu os resultados esperados. Os esforços envidados para esvaziar os movimentos dos trabalhadores só fariam adiar a própria reorientação do crescimento econômico em bases mais estáveis, uma vez que seria a própria afirmação de um projeto com capacidade de formular um amplo consenso social o fundamento real de uma modernização efetiva (MENDONÇA & FONTES, 2006, p. 92). Seria, portanto, a capacidade de afirmação de um projeto nacional, passível de ser impresso como dirigente do conjunto da nação, a possibilidade de saída da característica crise de hegemonia que se arrastava, fato que não ocorreu e tendo, na realidade, seu governo culminado com o *impeachment* do presidente em 1992.

No entanto, a dimensão mais duradoura do programa de governo de Collor seria o aspecto privatizante. Em vez de utilizar recursos públicos para a constituição de empresas estatais, estes recursos seriam orientados para o soerguimento de um novo bloco de capitais privados que, em tese, seria capaz de liderar o processo de acumulação. Nesta conjuntura, o capital estrangeiro teria redefinido o seu papel na ausência de um projeto hegemônico da burguesia brasileira, visto que os primeiros se constituíam como os principais agentes da privatização. Diante da crítica à reserva de mercado e de uma espécie de modernização a qualquer custo, retiravam-se os obstáculos que de certa forma protegiam o capital aqui instalado. Para além de um processo identificado como “entreguismo”, tratava-se de uma estratégia destinada a constituir um novo bloco de capitais aptos a dirigir a acumulação. As

disputas entre o capital externo e interno se daria exatamente na divisão dos espólios das estatais. Com isso, boa parte da burguesia brasileira retirou seu apoio ao programa e o antigo problema da dívida externa não foi resolvido, uma vez que privatização e a formação de um novo bloco de capitais dependiam de capitais externos, que não eram possíveis sem a negociação da própria dívida. O governo Collor acabou por aprofundar a recessão e a crise interna do Estado, ou seja, a alternativa inicial da burguesia por sua eleição – que obstaculizou a participação das forças sociais organizadas – acabou por frear o próprio desenvolvimento ulterior, impedindo a constituição de um pacto de modernização capitalista com a participação de todos os setores da sociedade sob sua própria dirigência (*ibidem*, pp. 85-7).

Cabe ainda discutir aqui o contexto internacional que propiciou o surgimento de alternativas neoliberais no Brasil. A história da formulação intelectual do neoliberalismo se vincula, sobretudo, a do economista Friedrich Hayek, um dos discípulos da denominada “escola austríaca” de pensamento econômico. Em 1947, Hayek teria convocado um conjunto de grandes pensadores conservadores – dentre estes, Karl Popper, Ludwig von Mises, Milton Friedman e outros –, fundando a então denominada Sociedade de Mont Pèlerin, nome dado pela localidade da reunião na Suíça. A reunião de intelectuais tinha como objetivo o enfrentamento ao chamado keynesianismo – oriundo do pensamento de John Maynard Keynes – e a um suposto igualitarismo promovido pelo Estado de Bem-Estar Social que, adotado como pensamento político nos países centrais, contribuiria para a destruição da liberdade plena dos cidadãos e da vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade coletiva. Baseando o pensamento nas virtudes do livre mercado, estes propunham a limitação do intervencionismo estatal na economia, limitando o tamanho do Estado somente ao necessário para garantir as regras – que deveriam se ater praticamente a ações negativas – do jogo competitivo capitalista (PAULANI, 2006).

Apesar de seus conhecidos embates com Keynes, o pensamento de Hayek de início não surtiria os efeitos desejados pela Sociedade criada. Somente na década de 1970, após o advento das duas crises do petróleo (1973 e 1979), crises fiscais nos países centrais e retorno da inflação, que seu pensamento ganharia maior amplitude no pensamento econômico internacional, sobretudo, com as eleições de Margareth Thatcher e Ronald Reagan para as lideranças do Reino Unido e Estados Unidos, respectivamente, no final da década de 1970 e início de 1980. Devido à recuperação dos princípios do neoliberalismo hayekiano que foram formulados em nível internacional os discursos de ataque a um suposto gigantismo do Estado, uma demasiada intervenção deste na economia, além de uma suposta concessão extraordinária de privilégios aos trabalhadores durante o período glorioso do capitalismo nos países centrais,

fatores estes que seriam supostamente a decorrência das crises então experimentadas. Deste modo, o discurso neoliberal surgiu como forma única de superar o contexto recessivo do período e de recuperar a vitalidade do sistema econômico (*ibidem*), propondo o fim da política econômica baseada no Estado de Bem-Estar Social, que seria a culpada pelo advento das crises segundo seus ideólogos.

É importante destacar que sob o argumento de não se desviar do caminho histórico do desenvolvimento que se iniciaram as construções do projeto neoliberal brasileiro em fins da década de 1980, situação esta que supostamente levaria o país ao caminho do novo mundo da globalização. Apesar de o projeto neoliberal formulado no Brasil possuir características próprias e de se afastar, em sua ortodoxia, da versão formulada por Hayek (BIANCHI, 2004, p. 200), seguindo os fundamentos básicos da proposta neoliberal, o empresariado apontava em outra direção a que havia defendido durante as décadas anteriores. Enquanto advogavam o planejamento estatal como estratégia de desenvolvimento durante o regime militar, seria exatamente o discurso da “redução” do Estado e da sua mínima intervenção o fundamento básico da alternativa que se delineava. O próprio Hayek em sua mais popularizada obra, denominada “O Caminho da Servidão” (1944), iria rejeitar a planificação estatal⁶², o que segundo o autor reduziria a justa concorrência e competição entre os planos individuais em uma situação de livre mercado, levando a formas de totalitarismo. Para o autor:

[...] O estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos consideram plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações. Para que o indivíduo possa empregar com eficácia seus conhecimentos na elaboração de planos, deve estar em condições de prever as ações do estado que podem afetar esses planos. Mas, para que tais ações sejam previsíveis, devem ser determinadas por normas estabelecidas independentemente de circunstâncias concretas que não podem ser previstas nem levadas em conta de antemão – e os efeitos específicos dessas ações serão imprevisíveis. Por outro lado, se o estado dirigisse as ações individuais visando a atingir objetivos específicos, teria de agir com base em todas as circunstâncias do momento, e portanto suas ações seriam imprevisíveis. Daí o conhecido fato de que, quanto mais o estado “planeja”, mais difícil se torna para o indivíduo traçar seus próprios planos (HAYEK, 2010, pp. 91-2).

Ou seja, o planejamento estatal que foi ideologizado pelos empresários como “técnica neutra” quando lhes convinha durante o regime militar – assim como muito explorou o próprio IBP –, no discurso de algumas frações empresariais, passaria a ser atacado como forma de inibir a liberdade individual. No entanto, na transição das décadas de 1980-90, a ausência de um

⁶² O autor defende que o planejamento e a coordenação estatal devem se ater, sobretudo, a retirar obstáculos que possam restringir a concorrência e a competição, sendo estes inibidores da própria liberdade individual, fundamento principal da sociedade segundo o autor.

consenso entre frações do empresariado ainda residia sobretudo nesta questão, o que gerava as divergências internas entre desenvolvimentistas e neoliberais, por exemplo.

Com o discurso de se inserir no caminho da globalização que o empresariado passou a encampar a alternativa neoliberal, e, para isso, a ideia pregada era a de que o Brasil entraria no caminho da história pela via do comércio exterior. Foi já no governo Collor que, apesar das divergências de parte do empresariado, houve a abertura do mercado, sob a ideia de que esta se configuraria como estratégia para a elevação da produtividade e da competitividade econômica do país. Entretanto, a forma de inserção do país em um mercado globalizado se transformou na verdade em plataforma de valorização financeira internacional (PAULANI, 2006, p. 87-8).

À inflexão da política econômica em nível mundial correspondia também no período todo um processo de aprofundamento interno da reestruturação produtiva, alterando o padrão de organização da produção capitalista típico das décadas anteriores. Na década de 1980 ocorreram diversas mudanças em nível global nas formas de organização do trabalho, de inserção na estrutura produtiva, de representação dos trabalhadores e na própria política. O período experimentou um grande salto tecnológico no mundo da produção, no qual adentraram o universo industrial uma diversidade de novas técnicas como a automação, a robótica e a microeletrônica, inserindo-se e desdobrando-se agressivamente nas relações de trabalho e de produção do capital. O padrão de organização fordista/taylorista de produção, que predominou na grande indústria desde o início do século, já não se apresentava como forma única, a ele somavam-se uma diversidade de novos processos produtivos (ANTUNES, 2011, pp. 23-5).

Inicialmente utilizado no Japão, nas fábricas da Toyota, as novas modalidades de busca por aumento da produtividade e de adequação da produção à lógica do mercado mesclam-se ou até substituem o padrão fordista – até então dominante no capitalismo global – pela flexibilização da produção. Formas transitórias de produzir, flexibilização da produção e desregulamentação do trabalho passam a compor as novas formas de organizar a produção como um todo, inserindo a experimentação de modalidades de desconcentração industrial e gestão da força de trabalho, como o *just in time*, o *kanban*, a terceirização, os Círculos de Controle de Qualidade, a “gerência participativa”, a eliminação do desperdício e a busca pelo controle de “qualidade total”. À esta crise do bloco fordista/taylorista, dominante no período anterior, temos a ascensão de um novo padrão flexível de produção e, portanto, de acumulação de capital, baseado no que se denominou *toyotismo* ou “modelo japonês”. A flexibilização do processo produtivo e da organização do trabalho buscava um formato de atendimento mais específico – mais “individualizado” – do mercado, de forma a ajustar o processo produtivo mais exatamente à demanda, evitando possíveis perdas de acumulação (*ibidem*, pp. 33-34).

Correspondente a toda esta transformação na dimensão estrutural, foram sendo formuladas dialeticamente novas superestruturas capazes de legitimar as mudanças e forjar um trabalhador de “novo tipo”, intimamente adequado às novas modalidades produtivas. A busca pela saída das crises da década de 1970 contribuíram para a criação de uma nova forma de organização e ordenamento da relação capital-trabalho, buscando o desenvolvimento de relações entre os trabalhadores – e na relação entre estes e as empresas – baseadas em formas “cooperativas” e “colaboradoras”, com vistas a ampliar a adesão destes ao “espírito empresarial” pelo cooptação ou pelo consenso. A aceitação ou incorporação de atributos formulados pelo capital, como a produtividade e a competitividade, passam a penetrar o ideário das camadas trabalhadoras. A introdução e expansão do toyotismo nos países centrais do ciclo do capitalismo mundial acabou por contribuir para desestabilizar ainda mais o modelo de “bem-estar social” desenvolvido pelos países centrais do capitalismo mundial nas décadas anteriores, uma vez que a flexibilização proposta pelas novas formas de produção social capitalista se sintoniza muito mais com a lógica neoliberal (*ibidem*, pp. 37-8).

Não só a defesa destas transformações, como sua atitude antecipada em relação à pauta, é expressa explicitamente pelo IBP na apresentação do Relatório de Atividades de 1991 (IBP, 1992), ainda que mantendo uma posição reticente devido à conjuntura recessiva, conforme trechos abaixo.

O Brasil vive uma nova conjuntura econômica e profundas modificações estruturais começam a tomar forma, com a complexidade de um processo em evolução, ainda não totalmente definido.

Aos constantes ajustes entre os fatores de produção internos, ditados pela inflação e por uma nova política industrial, acrescenta-se a necessidade da convivência com preços internacionais e da inserção em um mercado regional de livre comércio, recém-definido por acordo internacional.

O setor abrangido pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, por sua importância econômica, pela redução dos investimentos da sua principal empresa [a Petrobras], pelo perfil exportador da petroquímica e pelo caráter com que foi implantada a indústria de bens de capital e de serviços, é um dos pontos focais destas transformações.

Dentro deste contexto, também o IBP vem se transformando e se ajustando, nos últimos anos.

Às atividades tradicionais de estudos e à difusão de conhecimentos através dos trabalhos de suas Comissões Técnicas, Congressos, Seminários e Cursos, outras iniciativas vêm sendo acrescentadas, com a criação de novas modalidades de trabalho. Na área da Qualidade, o IBP em muito se antecipou à formalização do tema pelo Governo, que instituiu o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade em 1990. Cursos de Garantia da Qualidade começaram a ser ministrados pelo IBP em 1982 e, desde 1986, aparecem em mais de dez diferentes títulos em seu programa. A atividade continua em expansão graças ao reconhecimento que recebe, mesmo fora do setor, e à crescente demanda da especialidade, estando programados 15 cursos nesta área para 1992.

[...]

Todo esse quadro requer não só investimentos substanciais, como um difícil trabalho de planejamento, envolvendo as empresas em todos os setores da indústria: engenharia, bens de capital e prestação de serviços.

O equacionamento não será fácil. Os assuntos são interdependentes, e o setor é afetado por fatores e pressões externas, fora do seu controle.

Mesmo o aumento de produção de petróleo para atingir a meta de 1 milhão de barris – que envolve o desenvolvimento de campos já descobertos e de retorno econômico já demonstrado – não pode ser planejado independentemente. Ele está interligado a outros programas, através de uma conjuntura de recursos limitados. Além disso, a disponibilidade para investimentos é afetada pela política de preços, alterando o ritmo de implantação e obrigando a alteração das prioridades.

Afetando todo este planejamento, paira, ainda, a dúvida do quanto será possível fazer reverter a distorção do consumo relativo dos combustíveis, consequência de uma longa política de subsídios que só agora começa a ser abandonada.

Este é o cenário com que a Direção do IBP e suas Comissões Técnicas estão trabalhando, no processo de reavaliação permanente de seus produtos e serviços, de modo a sempre responder, de forma rápida e eficiente, às necessidades do setor (IBP, 1992, pp. 2-5).

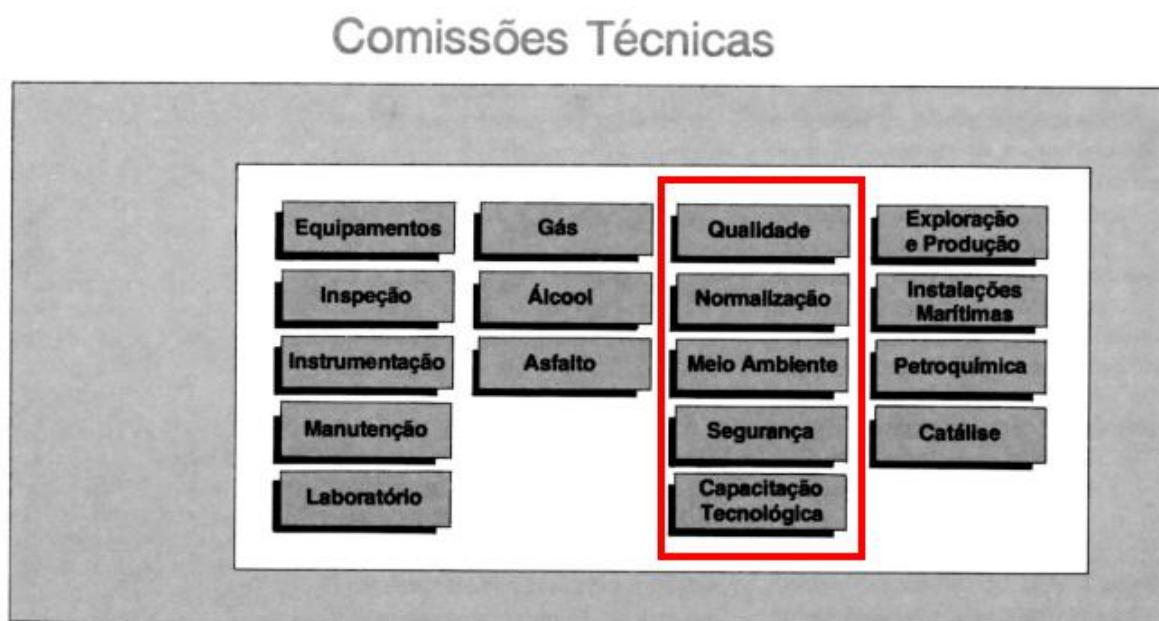
Devido ao choque de competitividade desenvolvido pelas transformações de cunho neoliberal no Brasil no início dos anos de 1990, o processo de reestruturação produtiva adquire um novo impulso. Este novo complexo de reestruturação impõe não apenas o acelerado processo de adoção de tecnologias baseadas na automação de base microeletrônica, mas também o aprofundamento da utilização de novas estratégias organizacionais na produção, como a flexibilização e o processo de produção enxuta. Dentro deste conjunto de novas estratégias, surge a necessidade de desenvolver novas formas de treinamento e educação dos trabalhadores que passam a assumir não mais somente um caráter técnico-operacional, mas principalmente comportamental, motivacional. Esta determinação explícita um sentido manipulatório ou disciplinador do trabalho, ao buscar desenvolver uma postura cooperativa destes em relação às estratégias delineadas para elevar a acumulação de capital. Procurando capturar a subjetividade do trabalhador, de forma a garantir seu envolvimento em torno do moderno discurso da qualidade e da produtividade, busca-se constituir uma nova hegemonia do capital na produção (ALVES, 1998), fator este que o pioneiro IBP já havia adiantado em relação às políticas do governo, conforme explícita no trecho acima, criando “novas modalidades de trabalho”.

Surgidas na conjuntura dos anos de 1980, as novas estratégias de organização e controle do trabalho se disseminaram ainda mais sob a era neoliberal. Tendendo a serem implantadas inicialmente como simples estratégias para a racionalização de custos, acabaram por conter a conformação de uma nova hegemonia do capital. Entretanto, nos polos mais desenvolvidos da indústria brasileira, como é o caso dos setores representados pelo IBP, estas tendiam a serem incorporadas na perspectiva de aprofundamento do padrão toyotista de

organização da produção. O próprio Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, ao qual o IBP aponta ter se antecipado, em sua prática concreta se inspira no espírito toyotista (*ibidem*).

Buscando dar conta das transformações que passam a ocorrer no nível da produção material e das superestruturas que lhes fornecem sustentação, o IBP também passa a apresentar um conjunto de modificações internas, tanto em nível organizacional, como em suas formas pedagógicas de atuação para sedimentar o “novo” consenso. A inflexão no bojo de suas estratégias pedagógicas para garantir a continuidade do processo de acumulação aparece na própria organização de suas Comissões Técnicas, as quais se apresentam divididas em quatro frentes principais de atuação. Como podemos perceber na coluna demarcada de Comissões da Figura 2, uma destas frentes se reflete exatamente no esforço do IBP em expandir o que chamou acima de “novas modalidades de trabalho”.

Figura 2 – Organização das Comissões Técnicas do IBP em 1991.



Fonte: Relatório de Atividades de 1991 (IBP, 1992, p. 9).

Outras questões organizacionais também são modificadas na transição entre as décadas de 1980-90, buscando dar conta do novo padrão de atuação institucional. O Conselho Consultivo, que aparecia na descrição da direção do IBP entre 1983 e 1989, também desaparece da estrutura organizacional que passa a ser apresentada a partir de 1990 (IBP, 1991). Conforme apresentado acima, este Conselho era constituído por Conselheiros Natos, sendo estes as lideranças das principais agências de interlocução entre o Instituto e o Estado estrito – CNP, Petrobras, MIC, MME e CNPq –, e Conselheiros Convidados, constituído por expoentes

lideranças empresariais, dentre os quais constavam, por exemplo, Ernesto Geisel, Arthur João Donato, Carlos Mariani Bittencourt e Paulo Villares⁶³ durante os últimos anos da década de 1980.

Portanto, o que percebemos a partir da década de 1990 é o deslocamento do padrão de atuação pedagógica típico do período do regime militar. As características autoritárias do regime, assim como seu fator desmobilizador, acabaram por desenvolver um padrão de atuação do empresariado que misturava interesses empresariais com os do Estado, advogando o planejamento estatal como “técnica neutra”. Com a ascensão neoliberal e o conjunto de superestruturas que lhe fornecem base – a ideia de redução da intervenção estatal na produção e na esfera privada como um todo – impôs-se um deslocamento deste padrão de atuação. Ou seja, a mistura entre interesses estatais e particulares, que antes era tratada como “planejamento neutro”, como “interesse da nação”, no novo contexto pode se expressar como “lobby”, a depender dos níveis e formas de integração entre os dois universos de interesses.

Isto não quer dizer que as organizações do empresariado, e o próprio IBP, passam a não desenvolver mais nenhum tipo de relação com o Estado estrito, mas que este padrão de interação se desloca. O que antes era desenvolvido através de mecanismos como a discussão “a portas fechadas” – como ocorria no próprio interior das Comissões Técnicas do IBP, que possuíam em sua constituição um conjunto de membros de agências estatais de incentivo, por exemplo –, passa a se apresentar como uma espécie de prestação de serviços à sociedade. Pela própria legitimidade “técnica” conferida às organizações como o IBP, o tipo de “posicionamento” nas decisões do Estado passa a aparecer como uma forma de prestação destes serviços.

Conforme Diniz e Boschi (2003, pp. 189-91), a partir da abertura democrática várias entidades de representação empresarial passaram a adotar um novo modelo profissional de gestão, pautando sua atuação em moldes empresariais, buscando oferecer soluções para problemas cotidianos das empresas, passando, portanto, a seguir um modelo de prestadoras de serviços. Devido à necessidade de reestruturação das empresas em face da abertura econômica implementada a partir da década de 1990, diversas atividades que eram desempenhadas por cada empresa independentemente passaram a ser fornecidas em formas de serviços por estas entidades empresariais que realizam uma série de funções que ultrapassam a representação empresarial⁶⁴. Os autores apontam para um processo de profissionalização destas entidades que, com o aumento de importância do poder legislativo, passam a manter escritórios próprios ou

⁶³ Empresário da Aços Villares S/A, uma das fundadoras da Abdib.

⁶⁴ Especificamente esta afirmação dos autores partem de uma análise da Abiquim.

contratados para desempenhar funções de *lobby*, que são comumente denominadas “relações governamentais”, sendo quase todo este tipo de atividade realizada por equipes profissionais. O empresariado passou a modernizar e adaptar sua estrutura de representação às transformações do perfil institucional do país, voltando diversas de suas atividades para o Congresso, com o qual realizam intercâmbio permanente e acompanham a tramitação de projetos de seu interesse. Ainda conforme os mesmos, na avaliação das lideranças empresariais, a defesa de interesses mais abrangentes, que afetam o conjunto do empresariado, passou a ser uma experiência nova e bem sucedida, buscando estes chegar a um consenso em torno de interesses comuns que vão para além das diferenças setoriais.

No contexto de democratização e, portanto, maior incorporação da participação social, estas organizações precisaram deslocar suas formas de atuação. No entanto, esta modernização da atuação e busca por um consenso mais amplo intraclasse requer que se ultrapasse o momento econômico-corporativo, se referindo aqui a uma necessidade de aumento da função hegemônica de uma fração de classe sobre o conjunto das outras. Em um ambiente político diferenciado ao do autoritarismo típico do regime militar, no qual a participação social – mesmo que restrita – passa a se ampliar, o exercício da função de dirigência ganha maior peso. Ou seja, se impõe a necessidade de uma mobilização a nível de nação em torno de determinado conjunto de interesses que ultrapassa as relações entre empresários individuais e o Estado, propondo uma rearticulação das relações existentes entre a sociedade e o poder político (BIANCHI, 2001, p. 139).

No caso do IBP, enquanto declarava que o “crescimento acentuado foi a marca dos anos anteriores” – sobretudo devido ao período do regime militar –, apontava que “1990 serviu para demonstrar a maturidade do Instituto Brasileiro de Petróleo e a importância atribuída pelo Setor às oportunidades e serviços por ele oferecidos” (IBP, 1991, p. 2), demonstrando assim a ampliação de seu papel de prestador de serviços ao empresariado. Soma-se a esta afirmação, as realizadas no ano seguinte, que expressam o “novo papel técnico” do IBP na formulação do consenso no período de democratização política.

Mas o sinal mais encorajador que esse ano de dificuldades nos reservou foi o crescente reconhecimento da utilidade do IBP como **foro isento** para garantir o estudo e a discussão de temas de interesse do setor no País, **sem a interferência de interesses econômicos** – papel cada vez mais **importante face a nova política do Governo**, também enfatizado pelos institutos de petróleo **de outros países democráticos** (IBP, 1992, p. 4, *grifos meus*).

Na busca por imprimir o novo projeto do empresariado no início da era neoliberal, o IBP ampliou suas formas de atuação pedagógica que visavam a elaboração deste consenso de

nível mais amplo. Neste sentido, a “qualidade” tornou-se área principal de atuação do Instituto no período. Desta forma, além de contribuir para formular o consenso, o IBP desenvolvia atividades para interiorizá-lo nas empresas, multiplicando este projeto dos níveis intelectuais formuladores aos inferiores, até o alcance dos trabalhadores da indústria. Neste sentido, apesar das divergências com o governo Collor, o IBP mergulha no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que estimulava a adesão das empresas concedendo prêmios que se adaptassem às normas de qualidade e produtividade.

Em 1991, o IBP realizou o 2º Congresso de Sistemas de Qualidade junto ao 2º Seminário sobre Normalização Técnica, demonstrando a vinculação entre as duas temáticas. O Congresso foi realizado no mês em que o PBQP completava um ano de vigência, tendo buscado, dentre os objetivos do evento, “avaliar os resultados obtidos por empresas privadas e estatais em função da instalação do Programa” (IBP, 1992, p. 22). A cerimônia de abertura foi realizada pelo Ministro da Infraestrutura, João Santana, que avaliou de forma positiva o primeiro ano do Programa e expôs que este “representa um esforço de ruptura com as distorções provocadas no sistema produtivo brasileiro, durante a última década” (*ibidem*). Seguindo a linha de premiar os esforços pela qualidade, foi concedido no evento o Prêmio IBP Profissional da Qualidade a um engenheiro da empresa Montreal Engenharia. Conforme o IBP:

A preocupação que passaram a ter as empresas com o tema “Qualidade” motivou uma elevada participação nos eventos [...].

A área da Qualidade continuará sendo uma das prioridades do IBP nos próximos anos e seu ingresso em outras atividades já vêm sendo coordenado com a direção do PBQP (*ibidem*, p. 16).

Quanto à normalização no contexto de manutenção da “Qualidade e Competitividade” empresarial, em 1990 o IBP realizou o primeiro Seminário de Normalização Técnica, que contou com um painel sobre custos e benefícios da normalização – situação que demonstra a tentativa de convencimento das empresas sobre o assunto – e com uma mesa-redonda sobre “Normalização no contexto da Nova Política Industrial”, vinculando a temática às ações desenvolvidas pelo governo (IBP, 1991, p. 13). No ano seguinte o IBP institucionalizaria a questão, apresentando uma Comissão de Normalização Técnica, que se encontrava ainda em formação, expondo a necessidade de envolvimento de todas as Comissões no assunto.

A importância crescente da normalização técnica, seja em ações pró-ativas, buscando participar da formulação de novas normas internacionais, seja em ações de divulgação e adequação de normas já existentes, exige uma coordenação permanente do Instituto, através desta nova comissão, em fase de formação.

O sistema de trabalho previsto para esta área exige que todas as comissões participem deste esforço através de subcomissões especializadas, em uma ação coordenada, cada uma atuando em seu ramo de especialidade (IBP, 1992, p. 17).

A partir de 1992 passaria o IBP a realizar atividades educativas, propriamente ditas, para disseminar o assunto através do desenvolvimento dos cursos de “Normalização como Estratégia para a Competitividade”, dentro do rol de cursos desenvolvidos na área de “Qualidade” (IBP, 1993, p. 30). Da mesma forma, a busca por alcançar certificações de qualidade que fornecessem a competitividade necessária à indústria, inclusive em nível internacional, fez com que o IBP desenvolvesse, ainda em 1990, duas versões do curso “Normas ISO Série 9000 (Sistemas/Garantia/Gestão da Qualidade)”. Conforme o Instituto, a segunda versão buscou atender o grande número de técnicos que não puderam participar da primeira e a grande procura se deveu à adoção do novo sistema de normas de qualidade não somente pelo Brasil, mas como pela maioria dos países (*ibidem*, pp. 29-30).

Em 1992, o Instituto explicitaria o deslocamento de sua atuação no contexto da era neoliberal iniciada na década de 1990. A reformulação da Comissão de Qualidade expõe exatamente a alteração do padrão de atuação do IBP. Durante o período do regime militar a atuação se voltava a promover o jogo de ganhos mútuos entre o capital privado e o setor produtivo estatal. A partir da década de 1990 é notável a inflexão deste padrão, que passa a se dar pela elaboração do consenso em níveis mais amplos, inclusive se ampliando para além de esferas setoriais – como era o caso do setor de bens de produção.

Em 92, a Comissão passou por um processo de reformulação, traçando novas estratégias de atuação. Num primeiro estágio, a Comissão visava à capacitação dos fornecedores da Petrobras, possibilitando que as empresas cumprissem seus requisitos contratuais. Atualmente, ela pretende ser mais abrangente, atendendo outras empresas e segmentos, além dos de construção e montagem. Sua principal meta é analisar e divulgar os conceitos da qualidade (IBP, 1993, p. 17).

Outra bandeira que se vinha erguendo dentro do novo projeto de sociabilidade do empresariado, e que passou a ser encampada pelo IBP no período, foi a da questão ambiental. Em 1990, o Instituto criou em sua organização interna a Comissão de Meio Ambiente. No entanto, no próprio anúncio da criação da Comissão o IBP deixa clara a sua estratégia pedagógica, sedimentar o consenso sobre uma visão da “questão ambiental” que interessa ao empresariado condensado neste intelectual coletivo. Esta forma de expressar a questão foi apresentada como uma visão “técnica realista” em oposição a outras apreensões da questão, que, segundo Eduardo Demarchi Difini⁶⁵, presidente do IBP à época, seria “apaixonada” (IBP, 1991, p. 3), conforme trecho a seguir.

⁶⁵ Eduardo Demarchi Difini foi presidente do IBP entre 1986 e 1995. Diferentemente dos presidentes anteriores, que possuíam um histórico de atuação em órgãos e agências do Estado estrito, sobretudo à Petrobras, Difini teve

Finalmente, merece destaque a criação da Comissão de Meio Ambiente, atendendo à natural e crescente sensibilidade do setor Petróleo para com a questão ambiental, a fim de estimular a análise técnica realista e não apaixonada deste assunto, hoje de grande interesse para toda a sociedade brasileira (*ibidem*).

Malgrado a demonstração de uma superioridade de uma suposta leitura “técnica” da questão, que só é técnica por ser desenvolvida pelo próprio empresariado e seus prepostos, o trecho traz ainda a motivação para o esforço em debater o assunto relacionada à elevação do interesse social na questão. Ou seja, visto que o interesse no assunto se elevava, o IBP decide entrar na discussão buscando consolidar uma visão própria que, segundo o próprio Instituto, seria uma hipotética análise “realista”.

Cabe também destacar que o assunto era promovido de forma profundamente integrada às palavras de ordem do novo complexo de reestruturação produtiva no país. As Comissões do IBP passaram a encampar a discussão sob o manto de lemas como a “qualidade” e a “competitividade”. A ideia da “qualidade” se vinculava com novas formas de ampliação da acumulação, em um contexto de elevação das exigências ambientais realizadas por agências e organismos multilaterais na regulação dos mercados em nível internacionalizado. Exemplificando a discussão, em 1990 tiveram destaque duas sessões de debates realizadas no 8º Seminário de Segurança Industrial, que discutiram a “Proteção Ambiental e o Uso do Metanol como Combustível Alternativo” (IBP, 1991, p. 18). Já em 1991, o 3º Seminário Internacional sobre Gás Natural teria como tema “Gás Natural – Qualidade e Meio Ambiente” (IBP, 1991, p. 11). Em 1992, discutindo as “perspectivas para o setor” (IBP, 1992), o presidente do IBP explicitaria a preocupação do Instituto diante das pressões ambientais sobre o setor de petróleo, vinculando-as aos outros lemas do complexo de reestruturação produtiva, e às necessidades de investimentos e de engajamento de todos os segmentos da indústria na questão.

Pode-se prever, também, que as pressões ambientalistas serão cada vez mais fortes sobre o setor, não apenas no que toca à produção, ao refino e ao transporte de petróleo e derivados, mas igualmente no que se refere às emissões dos motores de combustão interna ou ao simples uso de combustíveis fósseis. Qualidade, Meio Ambiente, Direitos do Consumidor e Conservação de Energia se entrelaçam e serão parte do cotidiano de todos.

Todo esse quadro requer não só investimentos substanciais, como um difícil trabalho de planejamento, envolvendo as empresas em todos os setores da indústria: engenharia, bens de capital e prestação de serviços.

um histórico de carreira associado à iniciativa privada, o que parece apontar como opção para a inflexão do novo projeto defendido pelo empresariado. No entanto, também possuía vínculos com a ideologia das forças que compuseram o Golpe de 1964, tendo cursado o Curso Superior de Guerra da ESG na turma de 1960. Difini foi Diretor Industrial e acionista da Refinaria de Manguinhos e também acionista da Metanol, empresas do Grupo Peixoto de Castro, ambas associadas ao IBP. Foi fundador do IBP e coordenador da Comissão de Refinação, a segunda estruturada no Instituto, além disso era Conselheiro Emérito do Instituto (cf. Anexo I).

O equacionamento não será fácil. Os assuntos são interdependentes, e o setor é afetado por fatores e pressões externas, fora do seu controle (IBP, 1992, p. 5).

Ainda que a primeira etapa de implantação do novo projeto de sociabilidade neoliberal, desenvolvida na primeira metade da década de 1990 no Brasil, se caracterize de forma mais nítida como uma etapa de ajuste econômico, algumas iniciativas que se direcionam à legitimação social deste novo projeto já se apresentam neste período e podem ser captadas (NEVES, 2005, p. 91). A apreensão, de forma determinada, das pautas oriundas de movimentos sociais e lutas populares pela classe dominante passam a ser uma das principais estratégias utilizadas para educar o consenso. No caso do IBP, que condensa um conjunto de interesses oriundo de um setor de uso intensivo de capital (IBP, 1993, p. 2) e, portanto, com alto grau de acumulação prévia, alguns destes processos despontam quase que como uma ação de vanguarda no próprio conjunto das frações dominantes.

Deste modo, ações que buscam incorporar estas pautas sociais sob novas feições que interessam ao capital, buscando sedimentar um consenso ativo na sociedade civil em torno das transmutações de pleitos populares, já se expressam desde o início da recomposição do projeto de hegemonia da classe dominante. No caso da “questão ambiental”, como exemplo, a transformação das pautas que vinham sendo desenvolvidas por uma diversidade de movimentos sociais nas décadas anteriores – as quais o Instituto designou como análise “apaixonada” acima – também se apresenta sob um novo semblante, visando sedimentar os vínculos entre as finalidades de acumulação e a proteção ambiental. Ou seja, estabelecendo nexos entre interesses empresariais e o restante dos grupos sociais que, em boa parte, são os que recebem o ônus das atividades desenvolvidas por estas mesmas empresas. Assim, ainda em um período de ajuste econômico para implementação do novo projeto de sociabilidade, já se apresentam ações que buscam educar o consenso ou implementar uma “nova pedagogia da hegemonia”, como defendem alguns autores (NEVES *et. al.*, 2005).

Com a ascensão do debate sobre a “questão ambiental” em nível mundial, o Relatório Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, ratificou a disseminação do conceito liberal de desenvolvimento sustentável (LAMOSA, 2014, p. 146), recomendando ainda a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que acabou por se realizar no Rio de Janeiro em 1992, sendo conhecida como Rio-92 ou Eco-92. No bojo de ações promovidas devido ao evento da ONU, o IBP realizou o 1º Seminário sobre Meio Ambiente entre 31 de março e 3 de abril do mesmo ano, portanto, antes ainda da Conferência. Conforme o Instituto, o evento trouxe a questão para os setores de petróleo e petroquímica desenvolvendo

os vínculos entre a imagem do empresariado, a “questão ambiental”, a sociedade política e o restante da sociedade civil, conforme o trecho abaixo.

[...] Diversas empresas expuseram o que têm feito para manter a atividade industrial sem causar danos ao meio ambiente. Foram discutidas a legislação ambiental e a maneira como empresários buscam sua integração com a comunidade (governo, universidades, grupos ambientalistas, moradores das regiões onde ficam as instalações industriais) (IBP, 1993, p. 16).

A este processo de elaboração de um novo e amplo consenso sobre determinadas formas de conduta em nível mundial, nas quais as subjetividades sociais eram apreendidas e reformuladas sob modernos e argutos conceitos para empreender novos níveis de incorporação das demandas sociais desenvolvidos sob outras feições, correspondia um processo global de busca pela ampliação de mercados e, portanto, expansão da acumulação. Como bem aponta Chesnais (1996), falar em “mundialização do capital” – ou fornecer tratamento mais rigoroso ao utilizado termo “globalização” – significa definir um processo bem maior do que simplesmente mais uma etapa no processo de internacionalização, constitui-se de fato em analisar uma nova configuração do capitalismo mundial e de mecanismos que fundamentam seu desempenho e regulação. Para o autor, é indispensável distinguir na história capitalista momentos em que um amplo conjunto de fatores desenvolve um complexo de relações em nível internacional que passam a formatar a vida social não mais apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões. Neste sentido, a expressão corresponde à capacidade estratégica dos grupos oligopolistas em adotar um enfoque e condutas globais em uma estrutura de mercados abertos, desregulamentados e integrados internacionalmente (*ibidem*).

É este novo cenário concebido em contexto mundial que impulsiona, internamente no Brasil dos anos de 1990, o grande capital a desenvolver artifícios que elevam sua competitividade para além dos mercados internacionais – situação que já vinha se ampliando desde a década de 1980 – na constituição de novos espaços de valorização. A constituição destes novos espaços é capaz de implementar novas economias de escala regionais direcionadas a desenvolver formas dinâmicas de acumulação capitalista não apresentadas anteriormente. A própria abertura comercial de mercados como o Brasil só possui sentido histórico neste contexto de formação de novos blocos regionais – como o Mercosul – que, incentivados por organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, possibilitam uma perspectiva de crescimento de mercados denominados emergentes e de investimentos externos em países como o Brasil (ALVES, 1998).

Engajando-se no âmbito da promoção destes novos espaços de valorização do capital, o IBP declararia que os “esforços desenvolvidos no sentido da internacionalização e da integração latino-americana”, que estabeleceram o Mercosul, já haviam tido “resultado concreto” desde 1988 com a realização de diversos eventos desenvolvidos pela participação do Instituto junto a outras organizações de âmbito internacional, como a Arpel e a *Society of Petroleum Engineers* (IBP, 1992, p. 3). A promoção destas novas economias de escala regional, no contexto de mundialização do capital, e o elevado nível potencial de acumulação gerado por estas são apresentados como uma grande perspectiva para o setor representado pelo IBP, conforme apresentado pelo seu presidente em 1992.

No campo da **crescente internacionalização ou globalização de mercados**, há ainda a considerar a **criação do MERCOSUL**, que deve ser encarado como **apenas uma das etapas da integração** latino-americana, trazendo **oportunidades para as empresas e obrigando a adaptações**. Abre-se a possibilidade de se investir em países vizinhos, com **melhoria da eficácia e rentabilidade das empresas**. Os investimentos previstos no quinquênio de 1992 a 1996, no setor petróleo em toda a América Latina, são da ordem de US\$ 15 bilhões por ano, valor que pode se aproximar dos US\$ 20 bilhões, se considerados também os investimentos na petroquímica (*ibidem*, p. 5, *grifos meus*).

É importante observar o modo pelo qual o capital – neste caso o condensado no IBP – passa a operar um conjunto de palavras que são a própria expressão dos movimentos superestruturais voltados a sedimentar as estruturas contidas no novo projeto de hegemonia neoliberal como consenso na sociedade civil. Estas surgem como supostas necessidades, nas quais nenhuma das forças sociais dispostas na nova correlação de forças criadas podem fugir ou se negar a aceitar. A utilização do próprio termo “globalização”, que se analisado com maior rigor, como vimos acima, é em essência a própria reprodução superestrutural para disseminar na sociedade civil a liberalização e desregulamentação dos mercados, por si, já cria a ideologia de uma força que paira sem controle sobre todos. Esta “força” impõe um conjunto complexo de novos condicionantes da vida social – tanto no plano econômico, como em todas suas outras dimensões – sem que fique explícito em seu conteúdo os agentes formuladores destas superestruturas, quais agentes se beneficiam delas e quais violentamente sofrem com os resultados desta “modernização”.

Em outro sentido, estas imposições passam a se expressar “obrigando a adaptações”, conforme o termo utilizado no trecho acima, sem que sejam definidas de forma mais rigorosa que “adaptações” seriam estas para além da incorporação dos novos preceitos de ampliação e dinamização da acumulação capitalista. Ou seja, vive-se um momento em que as forças expansionistas do capital são tratadas como forças que supostamente estão para além dos

interesses particulares, nas quais a sociedade civil, gelatinosamente tratada como conjunto de agentes em pé de igualdade diante de forças externas a ela – o que, por si, já retira o caráter privado das forças dispostas em correlação –, precisa adaptar-se.

Apreendendo estes “termos vagos e ambíguos” que invadiram o discurso político e econômico no contexto de mundialização do capital, Chesnais (1996) analisa:

“Adaptar-se”, mas ao quê?

[...], no tocante ao “progresso técnico”, a globalização é quase invariavelmente apresentada como um processo benéfico e necessário. Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldade em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se *adapte* (esta é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar esse novo processo. Com efeito, a globalização é a expressão das “forças de mercado”, por fim liberadas (pelo menos parcialmente, pois a grande tarefa da liberalização está longe de concluída) dos entraves nefastos erguidos durante meio século. De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado. [...] (CHESNAIS, 1996, p. 25, *grifos do original*).

No entanto, sob o governo Collor, o capital ainda adotaria de forma seletiva os imperativos da liberalização e da desregulamentação do mercado. Foi sob seu governo que a liberalização comercial se expressou como frente principal da política neoliberal, apesar de a forma abrupta como foi implementada tenha contribuído para aprofundar o contexto recessivo sob o qual o país vinha se desenvolvendo. Historicamente avessa à incorporação das demandas e da participação política popular, a burguesia, ao encampar sua eleição diante dos riscos de uma oposição com alinhamentos populares, acaba por postergar o processo de incorporação do conjunto da sociedade civil a um projeto de nação dirigido por ela própria e, portanto, necessário à conformação de sua própria hegemonia.

O Plano Collor, essencialmente fundado no sentido de promover um salto para a modernidade capitalista do país, possuía íntimo alinhamento com o ideário neoliberal promovido pelo receituário de organizações multilaterais como o FMI. Porém, desenvolvendo uma abrupta liberalização comercial em busca de pressionar a competitividade no mercado internacional, sucateando e privatizando o capital produtivo estatal, contribuindo para esmagar o pequeno e médio capital, acabou por abrir a produção interna aos que detinham externamente as tecnologias alinhadas às necessidades competitivas da produção flexível e desregulamentada. Baseado em um ideário neoliberal de integração de uma país industrializado do chamado “Terceiro Mundo”, contribuiu para aprofundar a subordinação deste país aos centros avançados

do capitalismo, acabando por levar à desindustrialização de setores que haviam se expandido nas décadas anteriores. Neste sentido, diversos setores do capital perceberam que a ação voluntária para derrotar a oposição eleitoral que possuía amplo conjunto de forças sociais e políticas acabou por incidir em uma situação deveras complicada, na qual o acirramento da crise econômica, a instauração de uma nova crise social, um quadro de intensa corrupção, tensão e instabilidade política, contribuíam para a possibilidade de uma fratura institucional. Para isso, apesar de seu alinhamento com o receituário neoliberal incorporado pelo grande capital, a defesa de seu *impeachment*, contribuindo com uma enorme pressão popular, foi a saída encontrada para evitar tal ruptura. Entretanto, a entrada de seu vice, Itamar Franco, foi marcada pela dualidade, sua aceitação pelos interesses da ordem instituída só seria possível se encampasse o projeto de modernização da fase Collor (ANTUNES, 2005).

Sob esta orientação, entre os anos de 1990 e 1994, o jogo de tensões políticas foi mantido no seio da burguesia no processo de transição do período desenvolvimentista à plena consolidação do padrão de desenvolvimento neoliberal (MARTINS, 2005, p. 139). Às dificuldades de um país periférico de se estabelecer na competitividade dos mercados desenvolvidos sob a mundialização do capital na era neoliberal, correspondiam desajustes de projetos entre os diferentes segmentos da burguesia, que, acostumados com o crescimento alavancado pelo Estado no período desenvolvimentista, tinham nas repercussões da recessão problemas para adotar concretamente os preceitos do projeto neoliberal, apesar de disseminá-los como única saída.

As contradições e a seletividade na adoção destes preceitos se expressam na apresentação do presidente do IBP logo da entrada do novo governante do país – Itamar Franco –, conforme as declarações abaixo.

O Brasil atravessa uma conjuntura econômica adversa, em que as modificações estruturais trazem as expectativas de um processo ainda em evolução. Além disso, constatam-se as incertezas próprias de uma mudança de governo, agravadas pelas circunstâncias em que tal mudança ocorreu [sob um *impeachment*]. Aos constantes ajustes entre os fatores de produção internos, pressionados pela inflação e direcionados por uma política industrial que prega maior exposição aos produtos importados, somam-se as incertezas trazidas pela política do Governo no tocante aos preços ainda administrados.

O Instituto Brasileiro de Petróleo abrange um dos setores mais afetados por essa conjuntura, não só por sua importância econômica, mas, também, por ser de capital intensivo em alta escala e por exigir longo tempo de maturação e continuidade para a implantação e remuneração de seus investimentos.

Num setor integrado, como o do petróleo, uma política de contenção de preços, ainda que temporária, repercute de forma bastante negativa. Não só dificulta a condução equilibrada de todos os segmentos do negócio, como compromete o importante setor dos produtores de bens de capital e prestadores de serviços especializados.

As atividades de exploração e produção têm sido as mais atingidas pela conjuntura adversa. Note-se que, mesmo para apenas se manter a produção do petróleo nos

mesmos níveis, são necessários constantes e pesados investimentos, que normalmente provêm de parcela que constitui parte ponderável do preço do próprio petróleo. O petróleo vendido hoje paga a descoberta do petróleo de amanhã.

O parque de refino brasileiro está, por sua vez, requerendo recursos para os investimentos necessários à sua adaptação a um perfil de consumo modificado por consequência de uma longa história de subsídios e pelo Programa do Álcool, bem como para atender as novas exigências do mercado consumidor. Além dos também grandes investimentos que terão de ser feitos para a ampliação de sua capacidade, quando a economia nacional sair do período de recessão.

Também se faz cada vez mais necessário desenvolver a área de transportes, particularmente construindo polidutos e gasodutos, de forma que o País economize o combustível que vem sendo desperdiçado no transporte de derivados de petróleo por estradas de rodagem. Apesar de serem de grande monta, são investimentos de retorno a curto prazo.

Quanto à indústria petroquímica, vem enfrentando preços internacionais deprimidos, consequência de uma conjuntura mundial também adversa, ao mesmo tempo em que o Governo brasileiro baixa as alíquotas de importação sem que se reduzam alguns fatores de produção, como carga fiscal e juros. Sem fatores equiparáveis aos internacionais, não é possível uma redução de custos mais efetiva, indispensável para que ela possa se expor à competição internacional, como vem sendo exigido.

Apesar dos fatores adversos, entretanto, não tem havido imobilismo. O setor tem dado demonstração de que continua dinâmico e de que vem envidando esforços para superar as dificuldades momentâneas (IBP, 1993, pp. 2-3).

As contradições do discurso se apresentam como críticas ao governo pela impossibilidade de manter a competitividade de setores antes privilegiados pelo Estado, como o de bens de capital, e da necessidade de investimentos que, segundo o Instituto, eram oriundos de pressões desenvolvidas por políticas e subsídios de governo que antes os representados no IBP promoviam e se beneficiavam. As contradições entre a defesa do argumento neoliberal de um Estado mínimo em sua atuação e a necessidade deste mesmo Estado fornecer concessões e incentivos, privilegiando determinados segmentos, é uma característica do período. Estas são oriundas das dificuldades de transição do empresariado entre o período desenvolvimentista e a consolidação do neoliberalismo como projeto hegemônico.

Portanto, apesar das dificuldades com a recessão e com a opção por uma alternativa aventureira para não permitir a ascensão de um candidato com maior alinhamento popular, a utilização do receituário neoliberal como projeto de hegemonia dos setores dominantes teve continuidade. Nesta direção, além de dar continuidade ao estabelecimento do consenso sobre necessidades em que, tanto sociedade civil, quanto política, eram obrigadas a “adaptarem-se”, outras metas do receituário do projeto neoliberal tinham aprofundadas as suas implementações.

Dentro das principais formas de flexibilização produtiva que passam a ocorrer no Brasil, aprofunda-se estrategicamente o desenvolvimento de novas redes de subcontratação. Como um componente central do espírito toyotista, a terceirização contribui para forjar o “novo trabalhador coletivo”, dentro da nova precarização do mundo do trabalho, sendo, por isso, uma das inovações implementadas na produção mais temidas pelo sindicalismo da época. Apesar de

não ser uma novidade no contexto brasileiro do período, a rapidez com que passam a ocorrer as transferências de atividade produtivas de forma verticalizada, em busca de racionalizar a produção para alcançar redução de custos, ganha extrema relevância. Se antes os serviços de apoio à produção eram mais atingidos por este processo, cada vez mais atividades vinculadas diretamente à esfera da produção passam a ser terceirizadas no período. Neste sentido, em relações verticalizadas de produção, as mesmas técnicas de gestão e organização do processo produtivo, como os Programas de Gerenciamento da Qualidade Total, passam a ser incorporadas por toda a cadeia de empresas e fornecedores, impostas pelas necessidades de redução de custos do capital oligopolista que ocupa o topo desta cadeia e independentemente dos custos de todo este processo para o conjunto da classe trabalhadora (ALVES, 1998).

De forma a contribuir para a promoção deste processo, a Comissão de Petroquímica do IBP realizou ciclos de palestras, em 1993, sob o tema “Otimização Gerencial na Indústria Petroquímica”. Nestas, executivos responsáveis pelas estratégias empresariais de petroquímicas representadas pelo IBP relataram “as experiências mais inovadoras e relevantes de suas empresas para reduzir custos e obter ganhos”. Os 71 profissionais que participaram das atividades puderam analisar temas intimamente vinculados ao contexto neoliberal que se desenvolvia no Brasil, dentre estes o IBP destacou fusões de empresas, automação industrial e terceirização (IBP, 1994, p. 20).

Quanto à “questão ambiental”, que continuou sendo intensamente promovida pelo Instituto, é possível perceber em algumas das atividades um discurso que buscava, muito contraditoriamente, alinhar desenvolvimento capitalista com ecologia. O grande número de atividades educativas sobre o assunto demonstrava a busca por concebê-lo pedagogicamente como um consenso. No entanto, por vezes, a operação pedagógica de transmutação do assunto demonstrava que o esforço se voltava à promoção da imagem empresarial, fator que possibilitava uma maior competitividade em um mercado no qual a qualidade ganhava relevância. Ou seja, buscava-se a formação de profissionais aderidos ao projeto dominante, possibilitando que estes multiplicassem o receituário neoliberal nos seus locais de trabalho.

Na área de capacitação em recursos humanos, a Subcomissão realizou três cursos, no Rio de Janeiro: *Básico de higiene industrial* (31 de maio a 2 de junho), *Introdução à toxicologia ocupacional* (7 a 9 de junho) e *Introdução à toxicologia ambiental* (18 a 20 de outubro). Participaram do treinamento 62 profissionais ligados aos segmentos de meio ambiente, saúde ocupacional, segurança industrial, química e engenharia, que **foram instruídos sobre como implementar ações** preventivas e corretivas na área de toxicologia, **visando à competitividade de suas empresas**. Desta forma, contribuiu-se para a proteção do meio ambiente, da saúde do trabalhador e do consumidor e para a **melhoria da imagem institucional da empresa** (IBP, 1994, p. 17, grifos meus).

Em relação à “qualidade”, a partir de 1993 o IBP encampa a promoção da chamada “gestão pela qualidade total”. Neste sentido, em 1993, o 11º Seminário de Laboratório possuiu como tema prioritário a “aplicação dos princípios da qualidade total e da preservação do meio ambiente ao setor laboratorial” (IBP, 1994, p. 16). No mesmo ano, a Comissão de Qualidade expos que “ampliou suas atividades de treinamento, atendendo aos objetivos de análise e divulgação dos conceitos da qualidade da forma mais abrangente possível”. Deste modo, diversos cursos foram realizados, dentre estes o de “Gestão pela Qualidade Total e ISO 9000”, que se tornou regular dentro do conjunto de atividades educativas do IBP (*ibidem*, p. 20).

Em 1994, a Comissão de Qualidade não realizou atividades, estando em processo de reformulação, segundo o IBP, “por problemas conjunturais” (IBP, 1995, p. 13). Entretanto, previa-se a reativação da Comissão para o ano seguinte “sob o enfoque da Qualidade Total” (*ibidem*, p. 6). Da mesma forma, foi previsto para 1995 a realização do 3º Seminário de Meio Ambiente, no qual seriam debatidas as Normas ISO 14000, que tratam da “gestão ambiental, análise de estratégias industriais, programas de qualidade total e tendências mundiais” (*ibidem*, p. 20). Ainda para 1995, também foi planejado o 21º Seminário de Inspeção de Equipamentos e o 3º Seminário Latino-Americano de Inspeção de Equipamentos/Exposição, patrocinados pelo IBP e com apoio da Associação Brasileira de Ensaio Não-Destrutivos (Abende), os eventos tinham como “temas mais relevantes a serem debatidos, o Mercosul, a confiabilidade dos equipamentos, os avanços dos ensaios não-destrutivos e a qualidade total” (*ibidem*, p. 26).

De acordo com Araújo (1998), a qualidade total é a representação de um modo de gestão do trabalho empresarial, tendo como fundamento a chamada filosofia do Controle de Qualidade Total (TQC). O tema da qualidade total se apresenta como um fator de modernização, produtividade, competitividade, redução de custos e desperdícios do universo organizacional da produção e como estratégia de gerência participativa, sendo concebido no Japão por especialistas americanos e ganhando amplitude com as experiências desenvolvidas pela Toyota. Ou seja, o IBP aprofundava suas formas pedagógicas de promoção da reestruturação produtiva, totalmente alinhado às técnicas do chamado modelo toyotista, que ganhou grande repercussão no período por ser intimamente alinhado à proposta neoliberal.

É interessante observar como a utilização do convencimento, a formulação e a multiplicação do consenso como estratégia política vai ganhando contornos centrais na objetividade do Instituto. Não que antes esta não fosse uma estratégia, mas que esta passa a se desenvolver de forma perceptivelmente mais ampla, visando a elaboração de um projeto de nação que ultrapassa as fronteiras internas do que o próprio IBP definia como “setor de petróleo e petroquímica” e a sua interação com o Estado estrito na direção de garantir seus interesses.

Este universo de ampliação alinha ainda mais sua forma de atuação à utilização de estratégias pedagógicas, uma vez que, para além da interface com os órgãos e agências do Estado, a organização passa a sedimentar no seio da sociedade civil seu projeto de mundo, buscando disseminá-lo como um amplo consenso.

A utilização de suas antigas atividades pedagógicas, como a realização de cursos e eventos, se apresenta como estratégia para obter um amplo consenso em busca da reversão do quadro recessivo da indústria representada pelo IBP. Em 1994, ano de implantação do Plano Real, que buscava mais uma vez a estabilização inflacionária no país, o presidente do Instituto deixa clara a determinação de intensificar estas estratégias pedagógicas sob uma nova orientação.

Tanto a indústria do petróleo como a da petroquímica atravessam fase importante e de planejamento delicado. Uma das dificuldades é a necessidade, ditada pelo panorama de médio prazo, de investir em exploração e produção de petróleo, enquanto seus atuais preços estão no nível mais baixo dos últimos anos.

A recente e constante queda dos preços internacionais deve-se a fatores políticos conjunturais: a necessidade de gerar divisas dos países envolvidos pela Guerra do Golfo, que vem impedindo o restabelecimento do acordo quanto a quotas de produção na OPEP, bem como o provável fim do embargo econômico imposto pelas Nações Unidas ao Iraque, que aumentará substancialmente a oferta.

Pelo lado do consumo de derivados, a recessão mundial já mostra sinais de reversão nos Estados Unidos e na Inglaterra, prevendo-se que a demanda voltará a subir e os preços do petróleo reagirão a partir do primeiro trimestre de 1995.

O panorama a médio prazo, por sua vez, aponta uma demanda de petróleo que se aproximará da capacidade de produção sustentada pelos campos em atividade, aumentando a premência de desenvolver novas reservas, principalmente fora do Oriente Médio.

Outrossim, os altos custos de produção no Mar do Norte, associados ao baixo preço do petróleo no mercado internacional, liberam equipamentos e reduzem o custo de seu arrendamento, tornando o momento favorável para investir no desenvolvimento de campos que sejam capazes de produzir petróleo a custos menores ou próximos dos atuais.

O setor de refino também requer investimentos substanciais para adaptar as refinarias às distorções do mercado, atendendo requisitos de qualidade mais rigorosos.

Um longo histórico de distorção dos preços relativos dos derivados aumentou o consumo de diesel e GLP e reduziu os de gasolina a níveis que não podem ser obtidos pelas refinarias usuais. Essa deformação do mercado eleva o custo de produção e reflete-se no aumento da dificuldade de atender os crescentes requisitos de qualidade dos derivados, quer gerando excedentes que têm de ser forçosamente colocados a preços de oportunidade no mercado internacional, quer aumentando o custo de tratamento dos produtos.

A indústria petroquímica, por sua vez, passa por profunda reestruturação, decorrente das privatizações e da própria necessidade de mudar a estrutura empresarial para reduzir custos e aumentar a competitividade, numa conjuntura econômica adversa. Três anos sucessivos de prejuízos para o setor, necessidade de investimentos defensivos que não permitem aguardar oportunidades e grande dependência de exportações para um mercado com preços deprimidos descapitalizaram as empresas e restringiram um processo que é inicialmente dispendioso.

A indústria brasileira vem mostrando dinamismo à altura dos desafios, mas o **momento requer que o entendimento da situação econômica seja correto e difundido, para que as políticas adequadas prevaleçam.**

Neste sentido, o IBP pretende **intensificar a organização de eventos e cursos que priorizem a análise conjuntural** e o debate do assunto, **além de contribuir para a formação de um panorama global de consenso** (IBP, 1994, pp. 2-3, *grifos meus*).

Entretanto, mesmo após explicitar a orientação assumida, nesta mesma exposição o presidente do Instituto busca tratar a formulação e multiplicação deste amplo consenso como uma atuação isenta, repolitizando a clara objetividade dos interesses empresariais fundamentados em suas estratégias pedagógicas.

Embora economicamente difícil, o ano de 1993 marcou uma evolução muito positiva para os eventos organizados pelo IBP, que estão se tornando foro de debates privilegiado para importantes questões, graças à isenção de tratamento dos temas (*ibidem*, p. 5).

Cabe ressaltar que a própria estratégia de conceder ares de neutralidade para uma atuação que busca sedimentar um amplo consenso, por si só, já é uma atuação política. Ou seja, tratar a atividade de formular, organizar e multiplicar o consenso como consenso é uma estratégia pedagógica objetiva, na qual se busca conceder ampla isenção à atividade de sedimentar interesses particulares a um conjunto heterogêneo.

Sem embargo, os resultados da utilização destas estratégias ganhavam contornos nítidos. Para além do chamado “setor de petróleo e petroquímica”, o IBP já dava conta de multiplicar o projeto do empresariado por ele representado para uma ampla gama de agentes da sociedade civil e do Estado estrito, demonstrando como as dimensões de sua atuação lhe forneciam o porte de um partido em sentido gramsciano. Em 1993, os cursos do Instituto tiveram uma elevação de 40% no número de alunos em relação ao ano anterior, totalizando a marca de 1.238 profissionais que participaram em seus 46 cursos somente neste ano, tendo 287 empresas abrangidas pelas atividades (IBP, 1994, p. 31). Em 1994 seria registrado novamente um aumento de 24% no número de participantes, tendo o IBP totalizado a realização de 190 eventos e 667 cursos desde a sua fundação, nos quais foram formados mais de 30.000 profissionais (IBP, 1995, p. 4). Além desta significativa ampliação quantitativa do número de participantes em suas atividades pedagógicas, a amplitude de setores da sociedade civil e do próprio Estado estrito demonstra como suas atividades educativas se voltavam para além das especificidades do chamado “setor”. A diversidade de segmentos sociais envolvidos demonstra que, para além de formar profissionais com determinadas competências para atuar no “setor de petróleo e petroquímica”, suas atividades educativas portam um verdadeiro projeto de sociedade. Deste modo, conforme o Instituto, participaram dos cursos em 1994 representantes dos seguintes segmentos: “indústria alimentícia, automobilística, de cigarros e fumo,

cimenteira, de construção civil, eletro-eletrônica, de papel e celulose, setores petróleo, petroquímica, química e de projetos, áreas de mineração e siderurgia, órgãos públicos, centros de pesquisa, universidades e forças armadas” (IBP, 1994, p. 31).

5.3. A hegemonia do projeto neoliberal e do Partido do Ouro Negro no Brasil

É comum, entre autores que analisam o processo de ampliação do Estado no Brasil, definir a implantação da primeira etapa do projeto de sociabilidade neoliberal entre a entrada de Collor na presidência e a ascensão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir da implementação do Plano Real (NEVES, 2005; FONTES, 2005). Este Plano de estabilização monetária se apoiou no próprio processo de abertura da economia, logrando conter a escalada inflacionária, a qual várias tentativas que já haviam sido postas em prática não obtiveram tal sucesso. Elaborado por FHC, como Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, e uma equipe de economistas, o Plano Real consolidou a confiança dos setores empresariais no sociólogo (FONTES, 2005, pp. 300-1), possibilitando a sua eleição para presidente em 1994 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), novamente tendo como principal adversário Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Os resultados obtidos pelo Plano Real se constituíram em um relevante mecanismo para obter o consentimento da sociedade civil brasileira aos ideais e práticas da classe dominante (NEVES, 2005, p. 91).

O empresariado acentuava sua atuação política de classe para além da manutenção e consolidação de suas organizações, mas buscando novamente fazer frente ao PT através de uma aliança entre o PSDB e o Partido da Frente Liberal (PFL), derivado do Arena que fornecia sustentação à ditadura. Com a relevância conquistada por FHC, delineava-se uma grande coligação burguesa, aprofundando os vínculos entre diversos segmentos empresariais, a grande mídia e o capital financeiro multinacional, que dirigia o processo. As políticas neoliberais, aceleradas pela implantação do Plano Real, permitiram um pequeno alívio aos setores assalariados – por serem estes os mais impactados pelo processo inflacionário –, possibilitando iniciar um novo tipo de relação entre os partidos dominantes e os setores populares, sobretudo, pelo alcance mais efetivo de uma modernização e eficiência mercantil que se buscava emplacar há algum tempo. Neste sentido, as campanhas publicitárias a favor das privatizações, com apoio da grande imprensa, ocorreram em diversos níveis, não se limitando mais somente à venda de empresas estatais, mas atacando diversos serviços públicos de caráter universalizante, que seriam apontados como sendo de baixa qualidade e incapazes de garantir o atendimento da população (FONTES, 2005).

Se a força de oposição do PT desenvolvesse um processo de requalificação da política para os setores dominantes, em resposta estes formularam um projeto de incorporação subalternizada dos setores populares à sua agenda, que passava a se expressar com um cunho democrático-filantrópico. Desde a realização da Rio-92 o Brasil experimentaria um enorme crescimento das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que se opunham à participação político-partidária e a referências políticas de cunho universalizante, que, apontadas como totalitárias, contribuíam para um real processo de desqualificação da política e do sentido de público – na essência da palavra. A política desdobrada pelo Estado durante o governo de FHC destruiria as características universalistas, estimulando uma associatividade despolitizada como forma política e contribuindo para que as relações de interesse de associações privadas no Estado não só se mantivessem, como passassem a ser aprofundadas com a penetração desta nova rede de bases filantrópicas (*ibidem*).

A eleição de FHC expressou a opção do empresariado por um projeto que prometia não somente estabilidade e continuidade da política liberal, mas também uma relativa pacificação dos movimentos sociais, em particular dos sindicatos. Esta expressava às frações dominantes a possibilidade de superar a falta de capacidade de dirigência política do conjunto da nação, sendo, portanto, um caminho para ultrapassar a crise de hegemonia que se desenvolvera desde o começo da década de 1980 (BIANCHI, 2004, p. 268). Neste sentido, a eleição do novo governo foi recebida com entusiasmo pelo empresariado. No caso do IBP não foi diferente, o tom otimista e comemorativo é apresentado pelo presidente do Instituto no início de 1995.

A retomada do desenvolvimento do país não deixa mais lugar para dúvidas. Evidencia-se por qualquer ângulo considerado, sejam os indicadores econômicos, o **ânimo e otimismo da sociedade ou a crença no novo Governo**. A indústria, que antes enfrentava a conjuntura de um mercado retraído, está agora premida para atender, a tempo, o crescimento da demanda em forte expansão. Vislumbram-se boas perspectivas em todos os setores.

Os anos de conjuntura difícil, que acabam de ser atravessados, obrigaram as empresas a se tornarem eficientes, através de reestruturação e incorporação de modernas técnicas gerenciais. O desafio de se expor mais à competição internacional está sendo enfrentado com sucesso e a inserção no mercado regional começa a acontecer com aparentes vantagens. **As oportunidades que agora se abrem encontram o empresário nacional mais preparado e capaz.**

Nos setores abrangidos pelo Instituto Brasileiro de Petróleo as possibilidades de crescimento são ainda maiores.

[...]

A reorganização do setor petróleo ainda passa pelo processo de definição, mas **um ponto está claro: o modelo será desenvolvimentista**, agregando recursos, buscando eficiência e reduzindo custos de produção, sempre visando a investir mais, criar empregos e atender plenamente a demanda.

No seu conjunto, **estas transformações representam uma nova cultura empresarial** que está tomando corpo e forma, **para a qual o IBP poderá trazer marcantes contribuições.**

Por sua **longa tradição de isenção, mesmo tratando de temas polêmicos**, o Instituto granjeou uma posição singular como fórum de debate e **agente de divulgação de idéias, podendo**, desta maneira, **auxiliar as empresas a terem uma visão mais ampla**, facilitando a escolha do caminho mais adequado **para sua inserção no novo modelo desenvolvimentista**.

Como o setor que congrega, também o Instituto emerge fortalecido da fase conjuntural difícil (IBP, 1995, pp. 2-3, *grifos meus*).

O trecho acima expressa bem a conjuntura política delineada no período. Como apresentado, a ideia de “ânimo e otimismo” ou “crença no novo Governo” é atribuída à sociedade como um todo, expressando que, diferentemente de alguns períodos anteriores, a defesa de interesses passava a ser profundamente vinculada à legitimação destes como consenso no conjunto da sociedade civil, na qual um empresariado “mais preparado e capaz” detinha maiores condições objetivas para a formulação e multiplicação deste consenso. Ou seja, para se inserir no “novo modelo desenvolvimentista” – que não era comparável aos modelos de Estado desenvolvimentista da década de 1950 em diante, os quais vinham sendo acusados de causadores da crise – era necessária uma “nova cultura empresarial”, em que a “divulgação de ideias”, o convencimento, passavam a possuir ainda maior relevância para garantir a dirigência do conjunto social.

No início da década de 1990, a ideia de que a crise do capitalismo era decorrente de uma natureza burocrática e da força regulatória que o Estado exercia sobre o mercado fez com que políticas de cunho neoliberal se desenvolvessem sob o argumento de minimizar a ação do Estado, fornecendo centralidade à ação do mercado como organizador principal da vida em sociedade. Neste sentido, as políticas neoliberais prezaram por ampliar o processo de privatização de empresas públicas e implementar políticas sociais baseadas na premissa de que o mercado, como ente regulador, era mais eficiente e menos custoso, o que incidiria em melhores resultados totais. Contudo, o desenvolvimento destas políticas, mesmo nos países capitalistas centrais, acarretou uma série de consequências sociais, como o aumento da pobreza, do desemprego e desestruturação da seguridade social que havia sido construída nos anos das políticas baseadas no “Bem-Estar Social”. Nesta conjuntura sócio-histórica, a classe dominante buscou a redefinição de suas estratégias de reprodução e legitimação, passando, de certa forma, a criticar posições mais ortodoxas a favor de uma minimização do Estado e sua consequente secundarização em relação ao mercado. Apontava-se a necessidade de prover um “novo” Estado, que daria conta de promover o desenvolvimento social e o crescimento econômico. Nesta direção, foram produzidos uma série de documentos pelos mesmos defensores dos termos do projeto inicial, como o Banco Mundial, o FMI e a Unesco, que passaram a criticar a ideia de

um “neoliberalismo radical” e propuseram a construção de um “Estado social-liberal” (MELO & FALLEIROS, 2005, p. 175).

Em verdade, buscava-se refuncionalizar os mecanismos de manutenção e legitimação do bloco histórico neoliberal, modificando para isso algumas das funções do Estado que, a partir de então, não deveria deixar de ter uma participação ativa no modo de produção da vida social – ainda que de forma específica –, como vinha sendo propalado no momento anterior. Seria, portanto, necessário dar continuidade e aprofundamento das medidas liberalizantes anteriores, mantendo à ênfase no desenvolvimento capitalista como forma de promoção da riqueza social, no entanto deslocando o papel do Estado no reconhecimento e atuação em algumas falhas geradas, como a pobreza extrema, a “questão ambiental”, dentre outras. A reorientação do rumo neoliberal dado pelas agências multilaterais passaria a ser a defesa de uma nova configuração do Estado, que deveria possuir então funções reguladoras da atividade econômica, além de realizar, em parceria com o setor privado, políticas emergenciais, focalistas e assistencialistas que buscassem minimizar o avolumamento das expressões da “questão social”. Desta forma, evitava-se a lógica do confronto em questões politicamente mais efusivas e possibilitava-se a adesão das camadas populares com o atendimento mínimo de demandas de caráter profundamente emergencial (CASTELO, 2013, pp. 244-5).

Respalhada pela nova variante ideológica do neoliberalismo, a reforma administrativo-gerencial da aparelhagem estatal possibilitou transformações significativas na relação entre Estado e sociedade civil. O processo de reforma do Estado foi introduzido no Brasil de forma mais orgânica no governo de FHC, tendo sido colocado como central em sua plataforma política. Criado em 1995 com o objetivo de realizar uma ampla reforma da aparelhagem estatal, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) foi dirigido por Luiz Carlos Bresser Pereira, um professor de economia da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo, principal influenciador do processo de reforma empreendido. A reforma teve como objetividade central transformar a gestão pública brasileira, tratada como burocrática e ineficiente, em uma gestão gerencial inspirada em uma ideia de eficácia do mercado.

Defendendo o modelo de administração gerencial para o Estado, o “Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado” (MARE, 1995), implementado no governo de FHC, forneceu instrumentalidade institucional ao projeto neoliberal. A base para a construção das propostas inseridas no Plano Diretor foi um diagnóstico da administração pública, que tinha como

objetivo central a identificação do retrocesso causado pela Constituição Federal de 1988⁶⁶. Na visão dos redatores do Plano, a Carta teria reduzido a capacidade operacional do aparelho estatal de forma a encarecer o custeio da máquina pública. A Constituição, para estes, estaria baseada no excesso de normas e rigidez de processos, sendo necessária a flexibilização. A incorporação de elementos da “nova” vertente neoliberal é explicitada em documentos do MARE, de autoria do próprio Bresser Pereira, como o trecho abaixo extraído dos Cadernos MARE da Reforma do Estado.

Uma **grande coalizão de centro-esquerda e de centro-direita assim se formou**. Uma coalizão que levou os governos, na América Latina, no Leste Europeu, em um grande número de países em desenvolvimento na Ásia, e mesmo nos países desenvolvidos, a promoverem a **reforma do Estado para torná-lo menor**, mais voltado para as atividades que lhe são específicas, que envolvem poder de Estado, **mas mais forte**, com maior governabilidade e maior governança, com mais capacidade, portanto, de promover e financiar, ou seja, de fomentar a educação e da saúde, o desenvolvimento tecnológico e científico, e, assim, ao invés de simplesmente proteger suas economias nacionais, estimulá-las a serem competitivas internacionalmente. Delineia-se, assim, o **Estado do século vinte-e-um. Não será, certamente, o Estado Social-Burocrático, porque foi esse modelo de Estado que entrou em crise. Não será também o Estado Neoliberal sonhado pelos conservadores**, porque não existe apoio político nem racionalidade econômica para a volta a um tipo de Estado que prevaleceu no século dezoito. Nossa previsão é a de que o Estado do século vinte-e-um **será um Estado Social-Liberal**: social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque **realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais competitivas**, porque tornará os mercados de trabalhos mais flexíveis, porque promoverá a capacitação dos seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional (BRESSER-PEREIRA, 1997, pp. 17-8).

Por meio deste processo de redefinição de estratégias, e de sua consequente reformulação do Estado, a “nova” agenda política neoliberal ganhou extraordinário impulso como um novo projeto de sociabilidade burguesa para legitimar um amplo consenso social (LIMA & MARTINS, 2005, p. 43). Reunindo uma “grande coalizão” – para utilizar argumentos do próprio Bresser Pereira – que juntou espectros que vão da direita à esquerda política, a proposta buscava a instauração de um modelo de condensação do poder que se estrutura em torno da despolitização da política e repolitização da sociedade civil. Conforme Neves (2005, pp. 90-1), a despolitização da política se daria no sentido de anular a discussão sobre projetos de sociedade que contestassem a relações capitalistas de produção da existência, limitando qualquer possibilidade de mudança apenas aos marcos de um reformismo político. A repolitização da sociedade civil se dá na direção de redefini-la – inversamente do conceito em

⁶⁶ Um dos subitens do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (MARE, 1995) é denominado exatamente “O Retrocesso de 1988”.

Gramsci – como uma esfera supostamente idílica, harmoniosa, sem antagonismos de interesses, segundo a autora, no sentido de fortalecer práticas de conciliação de classes (*ibidem*).

Nesta “nova” lógica de legitimar a sociedade civil, como uma espécie de espaço apolítico contraposto ao Estado, a reforma da aparelhagem estatal – prevista no Plano Diretor – teria função de enxugar responsabilidades para supostamente elevar a “efetividade e eficiência” das ações realizadas. Desta forma, o Estado deveria se ater a funções denominadas como “Atividades Exclusivas”, as quais impunham o desenvolvimento de um papel regulatório. As outras atividades deveriam ser transferidas ao setor privado, através de privatizações ou o que denominaram – através de uma verdadeira distorção da semântica da palavra – “publicização”. Atividades como a produção de bens e serviços deveriam ser transferidas ao mercado através da privatização das empresas estatais. Já os denominados “Serviços Não-Exclusivos”, deveriam ser “publicizados” através da transferência para uma chamado “setor público não-estatal” – que de público nada continha –, formado por “Organizações Sociais” de caráter privado. Portanto, conforme o Plano Diretor, “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que [supostamente] podem ser controladas pelo mercado” (MARE, 1995, p. 12). Ou seja, através da chamada atividade de “publicização”, o Estado se desresponsabilizava diretamente da garantia de uma diversidade de direitos de caráter universalista.

Behring (2018) analisa o Plano Diretor como um verdadeiro processo de contrarreforma neoliberal do Estado e aponta que o “Programa de Publicização” se expressou na criação de agências executivas, organizações sociais e regulamentação do chamado Terceiro Setor, este voltado à execução de políticas públicas, sobretudo, de cunho social. Para a autora esta estrutura institucional desenvolvida na área social ignorava o conceito constitucional de seguridade, sendo combinada com serviço voluntário, o qual acabava por desprofissionalizar a atuação nestas áreas. Ainda segundo a mesma, durante a “reforma” esteve em andamento uma forma engenhosa de privatização e desresponsabilização do Estado em determinados setores, acompanhada de desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social.

Aproveitando a ampliação do consenso sobre o projeto neoliberal, o IBP aprofundou atividades que já vinha desenvolvendo nesta direção. Contribuindo com o processo de reestruturação produtiva, a Comissão de Instrumentação elaborou um Plano de Revitalização interno, passando a se chamar de Comissão de Instrumentação e Automação a partir de 1996. A promoção da automação industrial foi aprofundada como estratégia de acumulação, conforme a realização do 11º Seminário de Instrumentação, desenvolvido sob o tema “Automação: um Caminho para Lucratividade, Qualidade e Segurança” (IBP, 1996, p. 17).

Além da realização de diversos cursos e programas de gestão da qualidade, buscando atender às exigências de credenciamento junto à ABNT para se tornar um Organismo de Normalização Setorial (ONS) para realizar cursos e atividades de certificação, o IBP iniciou um próprio programa interno de Gestão pela Qualidade Total. Desta forma, previa alcançar uma maior eficiência operacional interna e lançar bases para um novo projeto de Planejamento Estratégico, previsto para ser realizado em 1996 (IBP, 1996, p. 7). Como um ONS, o IBP seria responsável também pela coordenação das atividades de normalização internacional na *International Organization for Standardization (ISO)*, no âmbito dos *Technical Commitees 28 – Petroleum products and lubricants, 67 – Materials, equipment and offshore structures for petroleum e natural gas industries e 193 – Natural gas* (IBP, 1997, p. 31).

Quanto à “questão ambiental”, diversos cursos foram instituídos e a discussão passou a ser desdobrada em praticamente todas Comissões do Instituto. Em 1995, foi realizado o 3º Seminário de Meio Ambiente que, conforme o Instituto, através de sua programação possibilitou aos participantes o contato com “o que há de mais moderno na área de qualidade ambiental: as normas ISO 14.000”. O evento foi realizado em parceria com a ABNT e reuniu técnicos do Grupo de Apoio à Normalização Ambiental (Gana), órgão que representava o Brasil no Comitê Técnico 207 da ISO. A abertura do evento foi ainda realizada pelos presidentes do IBP, da ABNT, do Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) – uma autarquia federal – e pelo Secretário Nacional de Meio Ambiente. No ano seguinte, a plenária anual deste Comitê Técnico ocorreria no Brasil e a Comissão de Meio Ambiente do IBP, junto ao ABNT/Gana, promoveu um seminário internacional de preparação da plenária objetivando divulgar e ampliar o debate sobre as normas entre os países latino-americanos (IBP, 1995, p. 20; *ibidem*, p. 25).

Portanto, o IBP aprofundava ainda mais suas características de um partido em sentido gramsciano, além de se propor a dirigir o consenso sobre o setor de petróleo em nível nacional, este tipo de atuação já alcançava dimensões bem mais amplas, como a liderança de atividades – cursos, eventos e outras – no segmento de petróleo em países latino-americanos. Neste sentido, os eventos bianuais desenvolvidos junto a Arpel, dentre outros sem frequência específica, contribuíam para este papel de liderança na América Latina (IBP, 1995, p. 4). Sem embargo, um outro tipo de atividade que conformava uma ampla frente de atuação para educar o consenso e que, conforme o Instituto, teve reflexos positivos, abrindo novos espaços de atuação, foi o desenvolvimento de novas parcerias com diversas organizações da sociedade civil. Seguindo essa linha, o IBP apresentava que, em 1995, foram articuladas parcerias “com várias instituições nacionais – ABNT, SPE, AINST, SOBES, ABEQ, ABCM, ABENGE, FGV

– e estrangeiros – DOT, AGA, IAP e IADC, buscando otimizar esforços e abrir novas oportunidades de cooperação” (IBP, 1996, p. 6).

As “parcerias” foram modalidades de interrelação entre diferentes entidades expressamente promovidas pelas “novas” formas de legitimar a sociedade civil na variante do projeto neoliberal delineado pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Estas articulações se apresentavam tanto internamente na própria sociedade civil, como em interface entre organizações desta e o Estado estrito. As parcerias surgiam como uma nova palavra de ordem no seio do projeto dominante. Estas se apresentavam de várias formas para forjar uma nova dimensão cultural e de gestão entre Estado e sociedade civil na prestação dos chamados “serviços não-exclusivos” do Estado, objetivando estabelecer novos níveis de eficiência (MARE, 1995, p. 54). Se apresentando como relações de aliança, acordos de cooperação e parcerias entre corporações, visavam “novas formas de investimento” que representam elementos de capital intangível (CHESNAIS, 1996, pp. 200-1). Sob o receituário do novo complexo de reestruturação produtiva com bases no modelo toyotista, foram desenvolvidas formas de estabelecer níveis de parceria e cooperação entre capital e trabalho para elevar a produtividade (ALVES, 1998, p. 214). Tanto eram relevantes para as construções do capital no período que, em 1995, o IBP declarava o seguinte: “no elenco das novas iniciativas ditas pelas transformações do setor, está sendo organizado um seminário sobre parcerias, visando a apresentar as experiências de outros países e a promoção de um debate amplo sobre as oportunidades oferecidas” (IBP, 1995, p. 7).

No entanto, como veremos, estas não são as questões centrais para o IBP no período inicial do governo de FHC. Da mesma forma, não foi somente através da utilização do consenso que se hegemonizou o projeto neoliberal no país. Ao contrário, foi com muita resistência de camadas da classe trabalhadora que as correlações de força foram se ajustando e moldando esta hegemonia. Aliás, resistências estas que também emergiram de forma intensa no próprio setor de petróleo e que credenciam alguns autores a concluírem que a “greve dos petroleiros de 1995 representou o maior movimento de resistência dos trabalhadores ao neoliberalismo no Brasil” (LUCENA, 2020).

Portanto, mesmo com a complexificação do aparato do Estado ampliado neoliberal, a coerção continua a ser adotada como método de manutenção da dominação. Ou seja, não se quer dizer que a ampliação da utilização de elementos hegemônicos – no sentido de formulação e multiplicação do consenso, de dirigência política do conjunto de outras classes e frações – com o decorrer do processo de ampliação do Estado elimine a utilização da força e da coerção. Ao contrário, apesar do incremento da utilização destes elementos como estratégia de

manutenção da supremacia nas fases superiores do capitalismo, consenso e coerção se combinam, sem que necessariamente um venha a inibir a utilização do outro. Como diria Gramsci (2002, p. 62), “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’”. Ou, Estado ampliado é “hegemonia couraçada de coerção” (*idem*, 2011, p. 269).

De acordo com Lucena (2020), a greve teria se iniciado, sobretudo, a partir da luta dos trabalhadores da Petrobras para que fosse cumprido um acordo realizado com o governo Itamar Franco para reposições salariais, reintegração dos demitidos e contra os descontos salariais realizados nesta greve anterior, dentre alguns outros pleitos relativos à organização do trabalho na produção. A paralisação teria se iniciado com a negativa da direção da empresa em negociar estas pautas. A partir disso, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinaria que as unidades mantivessem uma produção mínima de 30% em todo o país. Nas divergências de entendimentos entre a direção da empresa e as lideranças sindicais, a produção só seria retomada mediante a comprovação dos baixos estoques de combustíveis. A greve acabou crescendo com a adesão dos eletricitários e parcelas do funcionalismo público, ao mesmo tempo que uma forte propaganda da grande mídia buscava corroer publicamente a imagem dos petroleiros, colocando-os como opositores do Plano Real e como instrumentos do PT no sentido de impedir as reformas Constitucionais e a aprovação do fim dos monopólios do setor produtivo estatal. Objetivavam caracterizar o monopólio como um privilégio que se restringia aos petroleiros, visando angariar apoio da opinião pública ao receituário neoliberal de abertura da economia ao capital internacional.

Deste modo, com a influência da opinião pública sobre uma possível falta de gasolina e gás de cozinha, o pânico acabou sendo instaurado. O TST considerou a greve abusiva e o acordo realizado com o governo anterior inválido, determinando o retorno imediato ao trabalho e autorizando demissões e cortes por dias parados, bem como grandes multas diárias aos sindicatos organizadores da greve. A manutenção da paralisação acabou tomando contornos contestatórios à política de FHC, com o entendimento dos petroleiros de que o TST estava servindo de instrumento político para os interesses da consecução do projeto dominante. Novas demissões de trabalhadores e líderes sindicais seriam divulgadas e a mídia intensificaria os discursos sobre uma eminente falta de combustíveis. Além disso, as distribuidoras de gás de cozinha – como vimos, boa parte delas eram associadas ao IBP – retiraram os caminhões das ruas, dificultando a obtenção do produto, e a direção da Petrobras não divulgou os estoques, elevando o pânico social. Entretanto, posteriormente à greve, o Tribunal de Contas da União

divulgou relatório comprovando que não houve desabastecimento, conforme trecho abaixo (*ibidem*).

Quanto à distribuição, foi verificado que a queda nos volumes de derivados entregues às distribuidoras, com exceção da nafta, não foi superior a 16,5% no mês de maio, com tendência conforme dados preliminares obtidos, à normalização no mês seguinte. Em razão disso, observa o Grupo Auditor, **percebe-se claramente que há indícios de que as distribuidoras retiveram produtos, especulativamente**, principalmente o GLP (gás de cozinha) e a gasolina, **pois a redução havida na distribuição não seria suficiente para causar os contratemplos verificados nas grandes cidades**, com a população em busca desses produtos (Processo de Auditoria nº TC-008.237/95-6, do Tribunal de Contas da União *in* LUCENA, 2000, *grifos meus*).

As paralisações ainda se intensificariam com os funcionários da Petrobras Distribuidora (BR) aderindo à greve. Como destaca Antunes (2005), o governo FHC atacou o movimento com extrema virulência, cabendo ao TST uma espécie de “respaldo jurídico” para que o governo militarizasse o confronto – tropas militares armadas, inclusive com tanques de guerra, invadiram as refinarias –, transformando-o no primeiro embate decisivo para viabilizar seu projeto. O governo não só derrubava os petroleiros, mas também o novo sindicalismo formado a partir dos últimos anos da ditadura. Era preciso introduzir por todos os poros da sociedade civil um suposto caráter antipopular da greve, abrindo espaço para desmontar a Petrobras, fundada como resultado da correlação de forças de décadas de confrontos. Desta forma, o governo de FHC mostrava sua verdadeira face. Ainda conforme o autor, tendo ascendido falando em social-democracia, propalando moderação e equanimidade, implementava com maior racionalidade e competência burguesas o projeto neoliberal iniciado com Collor, sendo servil ao capital e truculento – indo além de Collor neste caso – com os trabalhadores. “Privatizar, ou talvez dar mais vida às privadas, era o que importava” (*ibidem*).

Neste sentido, durante a implantação do projeto neoliberal, as alterações no sentido de “flexibilizar” o monopólio estatal do petróleo se iniciam logo no primeiro ano do governo FHC. A Emenda Constitucional (EC) nº 6, de agosto de 2015, alterou a denominação utilizada no Artigo 170 da Constituição Federal – de “empresas brasileiras de capital nacional” passou a “empresa constituída sob as leis brasileiras” –, desconsiderando a origem do capital de empresas que deveriam ter “tratamento favorecido”. Esta denominação constava ainda do Parágrafo 1º do Artigo 176, que versa sobre a propriedade e concessão do Estado para exploração de recursos minerais, sendo também modificada pela EC. Portanto, abria-se esta exploração a empresas estrangeiras, sendo necessário somente serem constituídas sob as leis brasileiras e terem sede e administração no país.

Dando sequência, a EC nº 9, de novembro do mesmo ano, altera o Parágrafo 1º do Artigo 177, que define o monopólio da União sob as atividades do petróleo. O Parágrafo 1º vedava a cessão ou concessão de qualquer tipo de participação na exploração das jazidas de petróleo. Com a alteração realizada pela EC, a União passou a poder contratar empresas estatais ou privadas para a realização destas atividades. A referida EC incluiu, ainda, a previsão de uma lei para dispor sobre a alteração do Parágrafo 1º, na qual seriam definidas a garantia de fornecimento interno, as condições desta contratação de empresas e a estrutura e atribuições de um novo órgão regulador a ser criado. Vale destacar que, apesar do novo texto retirar o monopólio da Petrobras, não retirou a definição de monopólio da União, conforme mantido no *caput* do Artigo 177. Portanto, com as alterações Constitucionais o monopólio da Petrobras foi quebrado e empresas estrangeiras passaram a poder atuar na exploração de petróleo, tudo intimamente em acordo com o aprofundamento do receituário neoliberal e de reforma do aparelho estatal do governo de FHC, ainda que a Petrobras não tenha sido privatizada.

Conforme Trojicz e Loureiro (2018), o fato de a natureza estatal da Petrobras não ter sido alterada se deve a um conjunto de fatores. Foi necessário o estabelecimento de um compromisso político oficial do presidente no Senado, excluindo a Petrobras do programa de privatizações, para que a EC nº 9 fosse aprovada na Casa. Além disso, apesar de a empresa vir sendo enfraquecida a partir das crises, processo acentuado pela política neoliberal de Collor, sua situação econômica se manteve favorável, mantendo alto conhecimento e capacitação técnica de seus funcionários e inclusive desenvolvendo avanços tecnológicos na produção pioneiros até em nível internacional. Portanto, esta situação continuava a garantir relativa autonomia da empresa em relação ao governo, diferentemente de processos ocorridos com outras empresas estatais.

Apesar dos vínculos históricos com a Petrobras e do beneficiamento que esta proveu às empresas que cresceram em seu entorno, o IBP expressaria as notícias em um tom claramente comemorativo. Em 1996, o novo presidente do Instituto, Otto Perrone, apresentaria a seguinte mensagem:

A Emenda Constitucional nº 9, de 09.11.95, dando à União poderes para contratar com terceiros as atividades até então privativas do monopólio, foi o principal acontecimento deste ano no setor petróleo.

Este evento marca o início de uma nova fase para a indústria petrolífera brasileira, que será, sem dúvida, caracterizada por uma crescente liberalização na produção e comercialização de petróleo e seus derivados.

A regulamentação desta nova etapa constitucional está ainda no seu início. O Ministério de Minas e Energia preparou um Anteprojeto de Lei, dispondo sobre os novos marcos regulatórios das atividades de petróleo e instituindo o Departamento Nacional de Petróleo, órgão destinado a gerir essas atividades no Brasil, com as funções de poder concedente, regulador e fiscalizador.

O Anteprojeto foi, inicialmente, submetido ao Conselho Nacional de Desestatização, prevendo-se em breve o seu encaminhamento ao Congresso Nacional.
[...]

Assim, ao apresentar o Relatório de Atividades do Exercício de 1995, relatando o desempenho e os trabalhos desenvolvidos, o IBP volta os olhos para o ano que se inicia cheio de oportunidades e promessas de realizações (IBP, 1996, pp. 4-5).

É interessante frisar que no ano anterior – já sob o governo FHC, mas antes da aprovação das referidas Emendas Constitucionais – o IBP teria divulgado a assinatura de um acordo de cooperação com a Petrobras que teria “por objetivo a cessão sistemática de dados sobre as atividades dessa empresa” (IBP, 1995, p. 8). Independente do mérito em relação aos tipos de dados ou da antecipação do Instituto à legislação que viria a retirar o monopólio da Petrobras – o que não era difícil na conjuntura sócio-política existente –, no mínimo, esta “cooperação” se apresenta como uma via de mão única. A empresa se propõe a “cooperar” com o fornecimento de dados sistemáticos de suas atividades, geralmente confidenciais e financeiramente custosos para qualquer empresa, para que estes sejam utilizados em benefício de outras corporações privadas.

Mas com explícito voluntarismo, o IBP, na mesma mensagem de seu presidente no início de 1996, se coloca como responsável pela promoção do debate dos novos marcos institucionais da indústria no Brasil.

É desnecessário enfatizar a importância desta legislação, cujo objetivo é consolidar um novo regime constitucional em matéria de petróleo.

Este é o momento em que todos os segmentos da sociedade brasileira devem tomar conhecimento e opinar sobre o novo cenário constitucional, a fim de que o país tenha um regime legal que continue garantindo o abastecimento adequado do mercado interno e que assegure a preservação do interesse nacional.

O IBP cômico de suas responsabilidades, e com sua tradição de independência e isenção, pretende ser um dos promotores da propagação e do debate dos novos termos institucionais.

Por esse motivo, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas, está organizando um Seminário sobre o assunto, no início de 1996 (IBP, 1996, pp. 4-5).

Com o trecho, o Instituto parecia conchamar “todos os segmentos da sociedade” para opinar sobre o regime legal de produção. No entanto, na elaboração deste consenso, as tentativas oposicionistas já não foram bem-vindas de início, pois, como vimos, foram solapadas pelo governo e pela grande mídia, com apoio do empresariado que atuava na distribuição de gás e com a coerção das Forças Armadas. Não seriam este os “técnicos” – por pertencerem a maior empresa do setor e conforme o próprio critério para “técnico” do IBP – aptos a opinarem nas discussões. Mais sugestivo são as reiteradas vezes que o Instituto se coloca como um ente “desinteressado” quando aponta sua atuação em um assunto política e socialmente controverso, trazendo sua “tradição de independência” (*ibidem*), sua “longa tradição de isenção, mesmo

tratando de temas polêmicos” (*op. cit.*, 1995, p. 3). A cada vez que negam sua atuação política, explicitam exatamente os seus principais focos de interesse. Como exemplo, temos logo após a mensagem do presidente do Instituto apresentada acima, ainda na apresentação do mesmo Relatório, a demonstração de sua atuação interessada.

As perspectivas de importantes mudanças no quadro institucional da indústria de petróleo do país, tiveram reflexos positivos nas atividades, abrindo novos espaços para a atuação do Instituto.

[...]

A revisão dos objetivos e produtos do IBP é muito oportuna, em face das drásticas mudanças que fatalmente ocorrerão na indústria nacional de petróleo, ditadas pela abertura de mercado e entrada de novos investidores, nacionais e internacionais (IBP, 1996, p. 6).

Quanto à atitude voluntarista do IBP, “côncio de suas responsabilidades” (*ibidem*) na organização do debate dos novos termos institucionais que regulam o setor de petróleo, as estratégias políticas utilizadas na tomada da responsabilidade do debate para si mesmo se desnudam ainda na previsão do formato de discussão a ser travada. A tentativa de fornecer contornos democráticos à discussão com a proclamação de que este “é o momento em que todos os segmentos da sociedade brasileira devem tomar conhecimento e opinar sobre o novo cenário constitucional” (*ibidem*, p. 4) – conforme trecho apresentado acima – logo cai por terra. Não seria a o novo semblante democratizante fornecido ao discurso neoliberal, por si só, capaz de desfazer o caráter autocrático de atuação política historicamente desenvolvido pela burguesia no Brasil, bem como reproduzido pelas formas de atuação do IBP.

O Seminário, denominado “A Nova Regulamentação da Indústria de Petróleo no Brasil” (IBP, 1996, p. 29), foi previsto para ocorrer em 1996, sendo apresentado pelo IBP conforme abaixo.

Com a aprovação pelo Congresso Nacional da emenda constitucional que abre o mercado de petróleo brasileiro à participação de investidores nacionais e estrangeiros, as discussões passam a se centralizar na elaboração de uma nova regulamentação. Estas novas regras devem propiciar uma saudável competição de mercado e resguardar os altos interesses estratégicos do país no setor.

O Seminário, que terá o apoio da Fundação Getúlio Vargas, será o primeiro fórum de debates sobre este assunto, reunindo a experiência internacional de executivos de empresas de petróleo, consultores e autoridades de órgãos reguladores às expectativas brasileiras das autoridades governamentais, empresários, parlamentares e especialistas (*ibidem*).

Ao apresentar a origem social dos agentes que pertenceriam ao debate demonstrava o Instituto que o tom democratizante não passava de mera retórica. Para o IBP, os “altos interesses estratégicos do país” deveriam ser garantidos por decisões claramente tomadas “pelo alto”, sem a presença de agentes que pudessem colocar em jogo qualquer tipo de oposição. Além disso,

em nome de uma “saudável competição de mercado” – componente pedagógico do discurso para buscar ampliar o consenso diante do caráter excludente com que a discussão estava sendo prevista –, buscava-se compatibilizar a “experiência internacional” de empresas e agências estatais estrangeiras “às expectativas brasileiras” de parcelas da burguesia aqui implantadas e seus prepostos.

Este tipo de combinação só contribuiu para elevar a inscrição subalterna do Brasil no ciclo do capitalismo global. Como destaca Bianchi (2004, pp. 276-7), a abertura do mercado combinada ao processo de fusões e aquisições desenvolvidos durante a década de 1990 contribuiu para um processo de desnacionalização da economia brasileira. A comparação da participação das empresas estrangeiras na receita total das cem maiores empresas demonstra um elevado grau de centralização da economia nas mãos do capital internacional, sendo esta de 26% em 1990 e passando a 40% da receita em 1998. Além disso, o número de empresas sob controle estatal entre as cem maiores caiu de 38 para 12 no mesmo período (SIFERT FILHO & SILVA, 1999 *apud* BIANCHI, 2004). Ainda em relação às privatizações de empresas controladas pelo Estado, nos primeiros quatro anos da década a participação do capital estrangeiro foi de apenas 5%, mas entre 1995-2002 esta participação chegou a 53% (BNDES, 2002 *apud* BIANCHI, 2004).

À desnacionalização e aprofundamento da inserção periférica do Brasil no processo de “mundialização do capital” corresponde justamente o caminho lógico que levou o então presidente não somente às decisões políticas, mas como a sua própria inaudita aceitação como candidato do empresariado. A posição do FHC político, independentemente das possibilidades de controle dos resultados de suas tomadas de decisão na função de presidente, se fundamenta na posição de sua própria trajetória acadêmica como sociólogo, conforme apresentado abaixo por Fiori (1995):

De uma forma resumida, o trabalho acadêmico de FHC pode ser todo ele definido como uma busca incansável de “nexos científicos” entre os interesses e objetivos desenhados pelas situações “histórico-estruturais” e os caminhos possíveis que vão sendo construídos politicamente nas sociedades concretas pelos grupos sociais e suas coalizões de poder. Com esta perspectiva, FHC foi um dos pioneiros a investigar e concluir, de maneira implacável, já em 1963, que a “burguesia industrial nacional estava impedida, por motivos estruturais, de desempenhar o papel que a ideologia nacional-populista lhe atribuía” e por isto havia optado pela ordem, isto é, por abdicar de uma vez por todas de tentar a hegemonia plena da sociedade, satisfazendo-se com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental. Esta constatação de FHC, lhe permitiu redescobrir, muito cedo, no empresariado brasileiro, uma condição universal do capitalismo, quer seja, a de que ele pode estar associado, indiferentemente, segundo as circunstâncias, a um discurso ideológico protecionista ou livre-cambista, estatista ou anti-estatista, obedecendo apenas ao interesse maior da liberdade de movimento do capital e dos desdobramentos geo-econômicos e políticos de sua continuada internacionalização.

Esta descoberta foi responsável direta pelo seu passo seguinte e mais original: para FHC, se a condição periférica do capitalismo se definia pela ausência de moeda conversível e capacidade endógena de progresso tecnológico, a sua “condição dependente” se definia pela forma peculiar de associação econômica e política do empresariado nacional com os capitais internacionais e o Estado, o “tripé” de sustentação econômica da fase de “internacionalização do mercado interno” – em que as empresas multinacionais assumiram a liderança em quase todos os setores de ponta, responsabilizando-se por cerca de 40% do produto industrial – e de um tipo de “industrialização associada” tão viável quanto inevitável do ponto de vista da “burguesia industrial brasileira” (FIORI, 1995, pp. 8-9).

O Seminário “A Nova Regulamentação da Indústria do Petróleo no Brasil” foi realizado de 4 a 6 de março de 1996, no Rio de Janeiro, sendo organizado pelo IBP e FGV. O evento foi dividido em três segmentos: (i) Exploração e Produção, (ii) Abastecimento e Refino e (iii) Órgão Regulador. O evento deu origem a um livro, publicado em maio do mesmo ano sob o mesmo título, contendo as exposições apresentadas nos painéis e mesas-redondas (IBP & FGV, 1996). Os painéis e mesas-redondas do evento foram recheados pelas palavras de ordem do novo vocabulário neoliberal, como: flexibilização, competitividade, governança, *accountability*, parcerias, cooperação, dentre outras. A mesa de abertura do evento foi composta por Otto Vicente Perrone, presidente do IBP; Celina Vargas do Amaral Peixoto, Diretor-Geral da FGV; Raimundo Mendes de Brito, Ministro de Estado de Minas e Energia; e Antônio Delfim Netto, Deputado Federal (*ibidem*).

Perrone, já citado diversas vezes neste trabalho durante a discussão sobre a estruturação dos complexos petroquímicos, foi presidente do IBP entre 1995 e 2001, sendo um intelectual de envergadura no setor e chegando a ser considerado um dos fundadores da petroquímica no Brasil. Participou da direção da Petrobras e da Petroquisa, foi presidente da Copene e da Norquisa, após a saída de Geisel do cargo, além de ter ocupado cargos de direção e conselho de um grande número de empresas petroquímicas. Presidiu a Abiquim entre 1985-86. Teve significativa atuação nos debates políticos sobre o desenvolvimento industrial nas décadas de 1950-60, sendo um dos principais formuladores do “modelo tripartite”. Atuou na negociação para fechamento dos acordos tripartites e na atração e negociação de contratos de transferência de tecnologia pelo capital estrangeiro, além do convencimento de empresários brasileiros de outros setores – como empreiteiros, banqueiros, mineradores, fabricantes de celulose e papel – para ingressarem na indústria química (cf. Apêndice I). Sua desenvoltura política no Estado e a relevante relação com o empresariado nacional e estrangeiro certamente foram importantes para ocupar o cargo de presidente do IBP no processo de abertura do mercado de petróleo, sendo liderança do Instituto durante quase todo o período dos dois mandatos de FHC.

Perrone iniciou o Seminário referindo-se à EC nº 9 e como esta colocava em cena a participação de investidores nacionais e estrangeiros em todos os segmentos da indústria de petróleo, ressaltando uma nova etapa caracterizada por “maior liberalização na produção, no processamento e na comercialização de petróleo e derivados”. Em seguida deu o tom do evento, esclarecendo que se tratava de promover a regulamentação desta nova etapa constitucional e da criação de um novo “organismo independente com funções de poder concedente, regulador e fiscalizador”. Com um discurso praticamente idêntico em sua mensagem do Relatório de Atividades de 1995 (IBP, 1996, pp. 4-5), apontou que caberia a “todos os segmentos da sociedade” o conhecimento e a opinião sobre o novo regime legal em busca de garantir o “interesse nacional”. Da mesma forma, apontou a consciência do IBP sobre suas responsabilidades e sua “tradição de independência e isenção”, que seriam as motivações, segundo ele, para a realização do evento. No entanto, apresentando os participantes do Seminário – “autoridade governamentais, empresários, parlamentares, executivos de empresas nacionais e internacionais de petróleo, consultores, estudiosos e especialistas de petróleo em geral” –, demonstrava novamente que os convidados não eram bem “todos os segmentos da sociedade”, mas somente os que tinham projetos alinhados ao do empresariado (IBP & FGV, 1996, pp. 3-4).

Dando sequência, a Diretora-Geral da FGV expôs exatamente o consenso pré-estabelecido entre os participantes, a neoliberalização da política de petróleo no país. Para isso, a mesma trouxe um discurso carregado em palavras do novo vocabulário neoliberal, como “parceria” entre empresários que disputam o mercado e com o Estado, além de “governança” e outras.

É claro que quando se discute uma nova regulamentação do petróleo, estamos falando em parceiros distintos e parceiros complexos. Um governo, através de uma empresa importante no Brasil – a Petrobras, disposto a flexibilizar com seriedade e competência. Por outro lado, a expectativa enorme de receber uma sociedade nacional e transnacional, com capacidade, com tecnologia, com recursos humanos capazes de participar dessa nova empreitada do nosso país.

Como ando estudando muito uma palavra que me impressiona e que acho que tem a ver com esta reunião, a palavra governança, a capacidade de pessoas de interesses distintos se juntarem e estabelecerem princípios visando ao bem comum, acho que a palavra adequada é desejar a todos uma boa governança, uma governança voltada para o petróleo, onde o interesse dos bens públicos, dos cidadãos, da sociedade sejam respeitados, e também sem deixar de levar em consideração as questões mais importantes para o planejamento, para o futuro das novas gerações. A questão da preservação do meio ambiente, também na área de petróleo, é uma questão importante (*ibidem*, pp. 5-6).

Novamente o discurso se desvia para forjar o consenso de que os interesses de empresários, ávidos por obter lucro com as atividades industriais brasileiras, são passíveis de

garantir o “bem comum”, o “interesse dos bens públicos” e dos “cidadãos”. Conforme Dardot e Laval (2016), a mudança na concepção e na ação do Estado foi impressa no vocabulário político. “Governança” se tornou uma palavra-chave na nova ordem neoliberal em escala mundial. De acordo com os autores, a palavra é antiga, de séculos anteriores, sendo seu sentido reincorporado e modificado no novo contexto. No século XX a palavra teria recuperado vigor em alguns países, voltando-se a dar um novo sentido nas relações entre gerentes e acionistas de empresas até ser utilizada no discurso de práticas de governos submetidos às exigências da chamada “globalização”. A partir de então se tornaria categoria central empregada pelos grandes organismos multilaterais, em especial pelo Banco Mundial para os países do Sul, buscando difundir mundialmente os princípios do receituário neoliberal (*ibidem*).

Conforme os autores, a categoria política “governança”, ou mais exatamente, “boa governança”, teve papel central na difusão da generalização da concorrência como norma social. A “boa governança” se volta ao respeito das condições de gestão dos ajustes estruturais, acima de tudo da abertura dos fluxos comerciais e financeiros em íntima vinculação a uma política de integração ao mercado mundial, tomando aos poucos o lugar da categoria “soberania”, anteriormente utilizada e que passou a ser tratada como antiquada. Neste sentido, um Estado não deveria mais ser analisado por sua capacidade de garantir a soberania de um território, mas ao respeito às normas jurídicas e práticas econômicas da “governança”. Portanto, a ideia de “governança do Estado” é derivada da “governança da empresa”, na qual os gerentes foram postos sob vigilância dos acionistas para garantir seus interesses de acumulação e, em consequência, os Estados foram colocados pelas mesmas razões sob controle da comunidade financeira internacional, dos organismos multilaterais e das agências de classificação de riscos (*ibidem*).

Esta gênese da categoria na gestão privada possibilitou que se introduzisse, em sua própria definição, “partes interessadas” totalmente estranhas às entidades tradicionalmente incluídas nos princípios de soberania, sendo estas “partes”, a partir de então, os credores e investidores externos que deverão julgar a qualidade da ação pública, que deve se conformar aos seus próprios interesses financeiros. Deste modo, tal categoria consiste em pôr os Estados sob o controle de um conjunto de instâncias privadas e supragovernamentais, que determinam os objetivos e as formas que a atuação política deve ser conduzida. Assim, são os Estados entendidos como unidades produtivas como qualquer outra, inseridos, portanto, no âmbito de um vasto conjunto de poderes econômicos que se submetem a normas semelhantes. Esta ideia de uma “cogovernança” público-privada determina o estabelecimento de dispositivos e mecanismos fiscais e regulatórios – exatamente o que o Seminário do IBP pretendia estabelecer

– sistematicamente favoráveis aos grupos oligopolistas. Visando a produção de bens e serviços de forma supostamente mais eficiente, a formulação outorga ao setor privado a capacidade de produzir uma espécie de norma de autorregulação em lugar da própria legislação. Desta forma, o Estado acaba por demandar dos setores privados uma ação no sentido de coordenar as atividades internacionais, tratando-se, assim, de um Estado com características mais voltadas a definir estratégias do que produzir diretamente bens e serviços (*ibidem*).

Mas não foi somente por esse tom monocórdio de consenso que se fez o Seminário. Ainda na mesa de abertura, enquanto o Ministro de Minas e Energia, Raimundo Mendes de Brito, apresentou as linhas gerais do projeto de lei que estava sendo proposto pelo governo para a regulamentação do setor, coube ao orador seguinte, o Deputado Federal Antônio Delfim Netto, fazer uma espécie de contraponto. O Ministro iniciou sua fala realizando uma análise dos avanços no setor de petróleo após a criação da Petrobras e trazendo a “necessidade de flexibilização” após, segundo este, a exclusividade na execução do monopólio ter chegado à exaustão e já ter cumprido a sua finalidade. A partir de então apresentou a proposta de projeto de lei, elaborada por seu ministério e submetida ao Conselho Nacional de Desestatização para, então, ser encaminhada ao Congresso. Nesta foram apresentadas a proposta de criação da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e sua autônoma e descentralizada estrutura institucional, além dos itens de encaminhamento processual da política proposta. O ministro apontou que o governo permanecia aberto ao aporte de sugestões que pudessem contribuir com o processo de reestruturação do setor, indicando a importante possibilidade de contribuição dos participantes do evento devido sua experiência e competência. Finalizou conclamando o IBP a exercer o papel de liderança, como teria feito no passado, nesta nova etapa da indústria de petróleo em âmbito nacional (IBP & FGV, 1996, pp. 7-15).

Em seguida, foi iniciada a exposição de Delfim Netto. O deputado havia recebido agradecimentos do presidente do IBP e da FGV pelo aceite do convite em participar da mesa, a última chegando a expressar reconhecimento pelo preparo de sua palestra à última hora por pedido dos organizadores do evento. Professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), Delfim Netto é um dos economistas mais conhecidos da história política do país, foi Ministro da Fazenda entre 1967-74 – sendo considerado uma liderança do chamado “milagre brasileiro” –, da Agricultura em 1979 e do Planejamento entre 1979-85. Além disso, junto a Hélio Beltrão, foi um dos signatários do AI-5. Foi também Embaixador do Brasil na França entre 1975-78, tendo, portanto, ocupado cargos políticos durante todo o período da ditadura civil-militar.

Conforme sua própria exposição, o deputado foi convidado para substituir Mário Henrique Simonsen, que não pôde comparecer ao evento por questões de saúde⁶⁷ (*ibidem*, p. 17). Simonsen era outro expoente da economia e da política no Brasil, professor da Escola de Economia da própria FGV, de certa forma se alternou em cargos durante a ditadura com Delfim Netto, tendo sido Ministro da Fazenda entre 1974-79 e do Planejamento em 1979. Se o convite a Simonsen para a mesa de abertura do evento faria mais sentido por ser um representante reconhecido da FGV, o de Delfim Netto parecia explicitar mais ainda o interesse dos organizadores do evento em pautar a discussão junto aos representantes do governo. Tanto Simonsen, quanto Delfim, reconheciam publicamente o mérito de FHC na estabilização da inflação com o Plano Real, entretanto, de formas diferentes, também se distinguiam pelas críticas a algumas das pautas econômicas do governo.

A exposição de Delfim Netto no evento foi marcada por críticas à política econômica do governo, sobretudo, segundo ele, à tentativa de manutenção de uma sobrevalorização da taxa de câmbio do Real sem que esta fosse baseada em um ajuste fiscal feito principalmente pelo incremento das exportações⁶⁸. Buscando balizar sua argumentação no direcionamento da estabilização inflacionária para garantir o crescimento do país, que se daria através da elevação das exportações, Delfim Netto criticou a interferência, segundo ele ainda grande, da proposta de regulamentação apresentada pelo Ministro de Minas e Energia, fator que demonstra o interesse de ter um nome de peso como o do Deputado na mesa de abertura do evento, conforme trechos de sua exposição abaixo.

Portanto, eu tenho muita inveja dos senhores, neste concerto de Mozart⁶⁹. Eu teria algumas pequenas observações. Claro, quem sou eu para mexer nesta partitura? Mas me parece que o Ministro deixou ainda muita interferência da agência de regulação sobre o setor de petróleo.

De forma que eu acredito que o Ministro Eliseu Resende⁷⁰, que é Presidente da Comissão de Minas e Energia na Câmara, vai ter um trabalho extraordinário para analisar essa proposta que é formidável.

O Brasil mudou profundamente. Ouvindo esses discursos – desculpem se tomo um pouco de tempo –, mas ouvindo o discurso do Raimundo de Brito, não posso deixar de me lembrar que em 1973 recebemos uma informação privilegiada, de que os árabes iriam fazer uma tentativa de cartel, e em seguida, com quase oito ou nove meses de antecedência, muitos dos que eu estou vendo aqui sabem disso, tivemos uma reunião

⁶⁷ Simonsen teria sido diagnosticado com câncer no pulmão alguns anos antes, falecendo no início do ano seguinte ao evento.

⁶⁸ No livro publicado sobre o evento, o título de sua exposição foi denominado “Exportar para Crescer” (IBP & FGV, 1996, p. 17).

⁶⁹ Analogia utilizada pelo Deputado para a discussão da proposta de regulamentação apresentada pelo Ministro.

⁷⁰ Trata-se do então deputado federal Eliseu Resende, Ministro da Fazenda que sucedeu o próprio FHC durante o governo de Itamar Franco.

de urgência para antecipar os contratos de risco⁷¹, que naquela ocasião pareciam o caminho mais rápido para tentar superar esse problema. Naquele momento, todas as forças do país se levantaram para tornar impossível o contrato de risco. Só foram concretizados muitos anos depois e sem nenhuma consequência.

Mas o fato é a diferença entre esse discurso do Ministro e o que nós fizemos quando estávamos no governo mostram que o Brasil mudou, que o Brasil mudou para melhor e mudou muito.

[...]

Reuniões como esta mostram que existe realmente espaço para se produzir um ajuste na taxa de câmbio real – sem mexer na taxa de câmbio do real. Se nós na verdade desimpedirmos os investimentos do setor de petróleo, e se conseguirmos a auto-suficiência com rapidez, vamos ter um efeito muito importante na taxa de câmbio do real. É um efeito substancial, eu acredito, e que permitirá o Brasil abrir espaço para que a gente cresça um pouco mais sem mexer no câmbio nominal.

É disto que se trata: temos que encontrar mecanismos para que as exportações cresçam 12 a 14% nos próximos anos, sem o que não teremos como financiar o crescimento de 6%.

Vejam, o que me entristece são todas as estimativas dos nossos concorrentes – quando digo os nossos concorrentes, hoje, refiro-me aos asiáticos. Considerando Tailândia, Taiwan, Coréia, Filipinas, todos eles cresceram no ano passado; as suas exportações crescem 20, 21, 22%. A Argentina, graças à valorização do real, cresceu em suas exportações 30% no ano passado. Eu estou convencido que foi o Cavallo o verdadeiro autor desse plano. Porque resolveu o problema dele, embora não o nosso; o dele já está resolvido.

Com a Rodada Uruguai, todos reduziram as suas tarifas; houve na verdade um aumento do comércio internacional. E nesse mesmo instante em que estávamos aumentando nosso comércio internacional, nós nos apresentávamos algemados, com um controle de câmbio horroroso de começo, uma sobrevalorização absolutamente artificial. Agora menor porque está sendo corrigida. Estes, na minha opinião, junto com a eliminação do déficit público, são os dois problemas que resta resolver.

Acredito que o Presidente da República tem todos os instrumentos para corrigir esses problemas. Não adianta simplesmente falar que vamos reduzir o custo do Brasil. O custo do Brasil só tem aumentado. [...]

A experiência comum é de que não adianta aumentar a produtividade na fábrica; entre a porta da fábrica e o porto há uma desprodutividade crescente, que já é enorme.

Então, temos que fazer um esforço para reduzir o custo do Brasil, temos que fazer um esforço muito mais claro, na convicção de que temos de tornar o setor exportador competitivo. Nós precisamos induzir as pessoas a usarem esses recursos que agora estão ociosos no setor exportador.

[...]

Eu acho que este momento é importante e que nós não devemos perdê-lo. Quem aponta esses fatos não está contra a estabilização, pelo contrário, quem aponta esses fatos são as únicas pessoas que estão a favor da estabilização. Não a favor da pirotecnia de estabilização, mas da estabilização definitiva com crescimento econômico (DELFIM NETTO *in* IBP & FGV, 1996, pp. 18-24).

Vale destacar que boa parte dos elementos apontados, pelo próprio Comitê Organizador do Seminário no Sumário Executivo da publicação (IBP & FGV, 1996), como potenciais para a atratividade e o desenvolvimento do setor de petróleo no país após a abertura do mercado se referenciam exatamente no trabalho realizado durante anos pela Petrobras. Por exemplo, no segmento de Exploração e Produção, os aspectos favoráveis foram (i) a diversidade

⁷¹ Delfim Netto refere-se ao regime de contratos para a prestação de serviços com cláusula de risco – anteriormente citados – que Geisel anunciou em 1975 buscando a atuação de empresas estrangeiras na exploração de petróleo brasileira.

geológica das bacias sedimentares, (ii) a existência de um grande mercado com potencial de crescimento, (iii) uma estrutura já existente, (iv) reservas disponíveis e (v) alta capacitação das empresas nacionais (IBP & FGV, 1996, p. 26). Como vimos, todos estes elementos foram desenvolvidos por anos pela Petrobras, que desde a sua criação havia efetuado enormes aportes de investimento na prospecção e mapeamento destas bacias, capacitação de profissionais e empresas que se desenvolveram em torno de suas atividades, além de tecnologias extremamente inovadoras em nível mundial. Quanto à tecnologia, por exemplo, cabe lembrar que a Petrobras em período recente, 1992, havia recebido o *Distinguished Achievement Award for Organization*, maior prêmio internacional da área de petróleo, concedido devido ao seu desenvolvimento tecnológico em águas profundas. Portanto, eram estes elementos, realizados em anos de desenvolvimento pela empresa estatal, que estavam em jogo nas discussões sobre a abertura do mercado, sendo, então, possíveis elementos que passariam a beneficiar empresas privadas.

Apesar de a empresa estatal não apresentar uma clara oposição à abertura do mercado e, por vezes, apontar limitações impostas à empresa pelo papel monopolista, alguns constrangimentos – ou, no mínimo, impasses no discurso – surgem nas exposições de seus representantes durante o evento. Antonio Carlos Sobreira de Agostini, Diretor da Petrobras, aponta para alguns destes elementos em sua apresentação.

A área de operações da E&P da Petrobras é de dimensões continentais. As 29 bacias brasileiras de interesse petrolífero ocupam uma área superior a 5 milhões de km², e contém um vasto espectro de diversidade geológica. Por força da situação do monopólio, nos tornamos a companhia de petróleo que deteve sozinha a maior área sedimentar sob análise e constante prospecção. Em que pesem os ônus materiais e financeiros deste desafio, acabamos reunindo um imenso arquivo de dados exploratórios e uma experiência ímpar nesses tipos de bacias.

[...]

Na Petrobras, temos investido, em média, cerca de US\$ 2 bilhões ao ano em E&P, sendo cerca de 1/3 deste valor em exploração e 2/3 no desenvolvimento da produção. Investimentos deste porte, que podem ser considerados satisfatórios, sob a ótica de algumas das companhias internacionais, são altos para a disponibilidade financeira da Petrobras e, ao mesmo tempo, escassos ante as exigências de uma carteira de projetos de E&P de elevada atratividade.

[...]

Hoje temos reservas provadas da ordem de 4,8 bilhões de barris, com uma relação reserva/produção (R/P) de 19 anos.

[...]

As reservas totais (provadas + provável + possível) do Brasil são da ordem de 11 bilhões de barris de óleo equivalente.

[...]

Neste momento, consideramos que as oportunidades de E&P no Brasil serão altamente atrativas para capitais externos, caso as companhias que venham a se instalar consigam tirar proveito dos seus aspectos mais favoráveis, derivado em boa parte da presença e atuação da Petrobras. [...]

É importante lembrar que o negócio E&P é de longa maturação e que, por suas características típicas da extração mineral, requer a provisão de meios para a constante

retroalimentação de todo o processo. Começa na exploração, com altíssimos riscos e investimentos menores, chega até o desenvolvimento da produção onde convivemos com riscos relativamente menores e altíssimos investimentos, e se encerra com a operação da produção, quando riscos e investimentos são desprezíveis e a venda do produto propicia o retorno do capital investido e os lucros.

Em função disso, muitos investidores prefeririam entrar no fim do processo, evitando as fases iniciais de maior risco – exploração – e as intermediárias, de elevadíssimos investimentos – desenvolvimento da produção. No entanto, em petróleo, como na extração de qualquer outro bem mineral, a produção se dá consumindo reservas finitas, que se esgotam com o tempo.

Será fundamental que a regulamentação do setor petróleo e o futuro órgão regulador levem em conta esses aspectos peculiares à cadeia produtiva E&P, assegurando efetivamente a retroalimentação de todo o processo através de indispensáveis mecanismos de fomento à localização de novos campos e províncias petrolíferas (AGOSTINI *in* IBP & FGV, 1996, pp. 40-6).

Após apresentar os dados, o Diretor expôs a expectativa da empresa em relação ao governo na definição de regras do jogo e apontou para a ampliação de oportunidades de parceria com empresas nacionais – que já vinham sendo parceiras da Petrobras no fornecimento de equipamentos, engenharia e serviços, conforme a exposição – e com companhias estrangeiras, remetendo à uma proposta de regulação da empresa. Ainda que assumia terem sido mais genéricos do que o desejável para um painel de apresentação focado em formas de contratos, indicou não possuírem uma preferência por modelos, mas expôs que um “modelo intermediário entre os de rigoroso controle do Estado (como na Noruega) e aqueles totalmente desregulamentados (como nos EUA) seria o mais aplicável neste momento no Brasil” (*ibidem*, p. 49).

É importante observar aqui a forma na qual os debates foram organizados na busca de forjar um consenso em torno da questão da regulamentação. Conclamavam-se todos os segmentos da sociedade para opinarem, mas os presentes nas mesas eram lideranças empresariais e representantes de governos do Brasil e estrangeiros. Participaram também “especialistas” – os famosos “técnicos” –, mas não os que pudessem interferir com posições muito contrárias, colocando obstáculos à formulação deste consenso. Afinal, conforme reiterado diversas vezes no Seminário, a decisão de retirar o monopólio da Petrobras era uma opção do governo, cabendo agora ao IBP e à FGV organizar os interessados em torno da regulamentação – situação que eximia os interessados da orientação tomada, conferindo um papel de neutralidade a estes quanto a uma decisão prévia do governo. No entanto, ainda assim, as divergências não deixavam de se explicitar, cabendo a uma parte dos convidados pelo IBP e FGV realizar um certo contraponto ao posicionamento da Petrobras e, por vezes, dos membros do próprio governo que seriam os responsáveis principais pela proposta de abertura do mercado.

Os três dias do Seminário foram organizados de forma a discutir cada um dos chamados três segmentos definidos. Os debates em cada segmento eram desenvolvidos através de um painel principal e uma ou duas mesas-redondas – como ocorreu no caso do segmento de “Refino e Abastecimento”, em que cada mesa-redonda teve como tema um dos assuntos do segmento. Como não cabe a este trabalho uma descrição completa de cada exposição do evento, a publicação do IBP & FGV (1996) já realiza esta tarefa, buscou-se captar a forma de organizar a condução dos debates e a disposição dos convidados. Tanto no painel de “Exploração & Produção”, como no de “Refino e Abastecimento”, os convidados foram dispostos de forma a conter dois representantes de instituições brasileiras e dois de grandes companhias estrangeiras. Cada uma destas exposições foi denominada por um tema na publicação do IBP & FGV (1996), sendo este o mote principal da exposição realizada.

Tomando o primeiro painel, “Exploração & Produção”, foram realizadas quatro exposições: (i) “A Petrobras Vai Competir”, de Joel Mendes Rennó, presidente da empresa; (ii) “A Petrobras e o *Upstream*”, realizada por Antonio Carlos Sobreira de Agostini, Diretor da empresa; (iii) “*Cost Recovery and Stability of Rules*” (Recuperação de Custos e Estabilidade de Regras), proferida por Bruce E. Bernard, Presidente da *Pecten International*, uma subsidiária da *Shell Oil Co.* (EUA); e (iv) “*Key Considerations in Petroleum Exploration & Production Arrangements*” (Considerações-Chave em Acordos de Exploração e Produção de Petróleo), apresentada por Louis E. Smith, Analista de Negócios da *Exxon Exploration* (EUA). Pelos próprios títulos das exposições é possível perceber que enquanto os membros da Petrobras apresentaram questões voltadas à atividade da sua empresa, sem uma proposta clara de modelos de regulamentação – conforme vimos acima na exposição de Agostini –, os estrangeiros realizaram exposições voltadas a proposição de arranjos, regras e retorno de custos que interessavam à possibilidade de suas empresas se estabelecerem no ramo de exploração e produção de petróleo no país.

No painel “Refino e Abastecimento” foram realizadas as seguintes exposições: (i) “Proposta para Revisão da Regulamentação sobre Abastecimento de Combustíveis”, proferida por João Pedro Gouvêa Vieira Filho, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom⁷²; (ii) “*Framework of the Petroleum Industry in Spain Process of Deregulation*” (Marco do Processo de

⁷² Conforme o próprio João Pedro Gouvêa Vieira Filho, o Sindicom tinha como associadas empresas do Brasil e algumas das gigantes companhias estrangeiras, sendo no período as seguintes: Castrol, Cia. São Paulo, Esso, Petróleo Ipiranga, Mobil, Petrobras Distribuidora (BR), Pollus, Shell, Sabbá, Texaco, Tutela e Wal (IBP & FGV, 1996, p. 113).

Desregulamentação da Indústria de Petróleo na Espanha), realizada por Ivan Cieker, Vice-Diretor de Relações Externas da Repsol (Espanha); (iii) “É Fundamental Garantir o Abastecimento”, apresentada por Marcelo Castilho da Silva, Superintendente-Geral do Departamento Comercial da Petrobras; e (iv) “*Demonopolization will Surely Enhance Competitiveness*” (A Desmonopolização Certamente Aumentará a Competitividade), proferida por Ray J. Kruep, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da *Mobil Oil* (EUA) (IBP & FGV, 1996). Da mesma forma, o representante da Petrobras é o único que se coloca em uma temática voltada ao abastecimento interno, enquanto os outros demarcam como central os processos de revisão da regulamentação, “desmonopolização” e até “desregulamentação”.

Portanto, a forma como foram dispostos os convidados em cada painel – sobretudo os estrangeiros – expunha uma orientação existente no evento como um todo, a de pedagogicamente forjar a elaboração de um consenso entre empresas e governo sobre a nova proposta de regulamentação do mercado de petróleo no Brasil em acordo com os interesses destas companhias. Entretanto, como dito acima, algumas divergências se explicitavam, tanto com os representantes da Petrobras, como com os do próprio governo. Neste sentido, o último painel, “Órgão Regulador”, talvez o mais importante do Seminário, traz um pouco mais da situação criada.

Neste painel, foi convidado a realizar a abertura o próprio Ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira. No entanto, após um breve agradecimento e demarcação da importância do tema, demonstrando interessante perspicácia política, o Ministro encerra sua apresentação apontando que só retornaria à sessão após a exposição dos outros convidados, conforme sua fala na íntegra:

Senhor Presidente do IBP e demais participantes deste painel, para mim é um grande prazer fazer a abertura desta sessão sobre a nova regulamentação da indústria do petróleo no Brasil.

Este tema é extremamente importante. Não sei se esse foi o tema que mais atraiu tantos participantes a este Seminário. Não há dúvida nenhuma de que, no momento em que o Brasil está anunciando a privatização das suas empresas monopolistas, dos serviços públicos, no setor de energia elétrica, no setor de telecomunicações, no setor do petróleo, neste momento a regulação torna-se importante, e tem que ser pensada e bem delineada no Brasil.

Fiquei encarregado de fazer a abertura desta sessão, mas quando fui convidado pelos organizadores e pelo Presidente do IBP, eu disse a eles o seguinte: que teria muito prazer em participar desta sessão, fazer a abertura formal, mas que gostaria realmente é de ouvir as palestras; e depois de ouvir as palestras, gostaria de fazer os meus comentários depois de ter aprendido alguma coisa com os palestrantes.

De forma que este pronunciamento termina aqui e depois voltarei a falar comentando o que ouvir (BRESSER PEREIRA *in* IBP & FGV, 1996, p. 209).

O painel contou com cinco expositores: (i) Christopher E. H. Ross, Vice-Presidente da empresa de consultoria Arthur D. Little, dos Estados Unidos; (ii) Jack Carter, Consultor Sênior de Política Internacional do Departamento de Energia dos Estados Unidos; (iii) João Geraldo Piquet Carneiro, Diretor Regional da Petróleo Ipiranga; (iv) John R. V. Brooks, Chefe da Divisão do Departamento de Comércio e Indústria do Reino Unido; e Peter Greiner, Secretário Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia.

A primeira apresentação, “*Regulatory Agency: a Minimalist Model*”, de Christopher Ross, buscou propor um modelo de decisão para adoção de um padrão regulatório minimalista – conforme o próprio título. A segunda, de Jack Carter, concordava bastante com a primeira, propondo que mercados abertos, plena competição e comércio livre são melhores para o crescimento do que controle e restrições governamentais. A terceira, de Piquet Carneiro, apontava que o modelo histórico de desenvolvimento do Estado brasileiro era baseado em uma centralização administrativa, situação que, partindo de uma “atitude cultural”, acabou por incidir em uma intervenção estatal que resultava em baixa competitividade, redução de responsabilidades dos agentes econômicos com os consumidores, burocratização e “tráfego de influência” entre agentes públicos e privados. Utilizando conceitos acadêmicos dos próprios FHC e de Bresser Pereira para descrever a situação político-econômica do país até então e a necessidade da reforma que se vinha desenvolvendo, o expositor propunha uma plena autonomia decisória como modelo de órgão regulador. John Brooks se baseou no modelo de procedimento de licenciamento de petróleo e gás no Reino Unido, concluindo que utilizam um sistema de licenciamento discricionário, com a indústria se envolvendo como parte integrante do procedimento. Peter Greiner, assumindo ter sido aluno de Bresser Pereira, já traz a ideia de uma regulação que busca controlar um mercado imperfeito, buscando que este funcione de modo pleno, incluindo a própria necessidade de regular devido ao histórico monopolista de atuação da Petrobras. Este traz também a ideia de autonomia, mas exalta a necessidade de um órgão regulador forte, com condições de dialogar com a indústria.

Assim, alguns dos convidados, mais explicitamente os dois primeiros estrangeiros, defenderam mecanismos mínimos de regulação, com uma agência regulatória pequena e independente e um mercado totalmente aberto, voltado a ampliar ao máximo a competição. Já os representantes do governo brasileiro apontavam para a necessidade de um órgão regulador mais forte, com uma interferência maior no mercado. Vale destacar que, mesmo com algumas mudanças de contorno do projeto neoliberal após os resultados econômicos e sociais desastrosos deste no mundo, os convidados estrangeiros se utilizavam de uma posição mais alinhada a este na proposição da regulação do petróleo no Brasil. Enquanto isso, ainda que se

mantendo totalmente aderidos ao ideário neoliberal, os membros do governo brasileiro pareciam se alinhar à alternativa “mais moderna” do projeto – chamada por eles mesmos de Social-Liberal –, se posicionando a favor de um órgão regulador forte e capaz de intervir em um mercado que não se autorregula por si só.

É importante observar a origem deste tipo de proposta, que surgiu mais claramente dos convidados estrangeiros, oriundos de países centrais do capitalismo, nos quais nasceram os grandes trustes do petróleo em nível mundial e que até hoje estão entre as maiores multinacionais do setor. Tal disposição dos convidados no debate nos leva a inferir que se buscava pautar a definição quanto a regulamentação nestes marcos. Neste sentido, a posição de Bresser Pereira de se retirar na abertura e buscar retornar com comentários possibilitou com que este pudesse expressar alguns conflitos entre os interesses com as propostas de regulamentação, conforme as declarações abaixo, extraídas de sua exposição final no painel.

Como disse na abertura, queria aprender para começar, e acho que aprendi bastante. Acho que as exposições foram extremamente interessantes, tanto as exposições dos três representantes estrangeiros quanto as dos dois brasileiros, e nos deram um quadro bastante amplo, bastante geral, que nos obriga a pensar, que me obrigou a pensar, especificamente, com relação ao problema do petróleo.

Primeiramente gostaria de deixar claro que, quando se fala em regulação de preços, temos vários tipos de regulação. [...]

No caso do petróleo, o fundamental, como ficou claro na exposição do Sr. Brooks, é a regulação da exploração, mas não é só essa; a parte de preços também é muito importante.

Quando se discutiram os objetivos, talvez a frase mais interessante tenha sido a frase do Sr. Carter, que é uma frase quase padrão no pensamento americano.

Ele disse o seguinte: “O objetivo geral é promover um ambiente estável, justo, previsível, que estimule o investimento.” Essa foi a frase do Sr. Carter. Estou absolutamente de acordo com ele.

Pode-se ter uma regulamentação que garanta ou promova o monopólio. O Brasil, durante muito tempo, teve uma regulação que garantiu o monopólio do petróleo para a Petrobras.

Pode-se ter uma regulamentação no sentido exatamente oposto, quero dizer, que garanta a ampla, total e absoluta concorrência na defesa do interesse do consumidor. Será que são só essas duas, as alternativas?

Quando ouvi, por exemplo, a exposição do Sr. Christopher Ross, a impressão que tive era de que a segunda era o objetivo. Acho que não é exatamente esse o objetivo. Pelo menos não é o objetivo do Brasil, não creio que seja o dos Estados Unidos, não creio que seja o da Inglaterra, não creio que seja o de país nenhum. É apenas o objetivo retórico que se ouve em conferências, em palestras etc. O objetivo é promover o investimento no Brasil, o objetivo é promover o investimento na França, na Inglaterra. Quero dizer que a mudança que houve no Brasil, a mudança de que o Piquet Carneiro falou, aludindo também ao novo Estado que o Governo Fernando Henrique Cardoso representa, a meu ver não é assim uma mudança tão radical, de um modelo totalmente controlado e de proteção de um monopólio para um modelo totalmente aberto e voltado total e exclusivamente para a concorrência de todos e para todos, mas é voltado para a concorrência para estimular a competitividade e o investimento no Brasil.

Acho que isso é importante. Se pensarmos assim, estaremos pensando objetiva e realmente. Do contrário ficaríamos fazendo retórica ou ideologia e acho que o Peter Greiner disse isso muito bem, quando da sua exposição. Contou inclusive que quando a Petrobras foi criada, nos anos 50, não havia alternativa para o Brasil. Se o Brasil

queria promover o investimento, tinha que fazer a Petrobras. Fez, e fez muito bem-feita. Por que no Brasil dos anos 90 se abre o setor de petróleo? Porque o Brasil está convencido de que hoje há o interesse das empresas nacionais e estrangeiras, e ele quer recebê-las com grande interesse, com o maior interesse possível para que invistam, e para que promovam a exploração, o refino, a produção do petróleo, a distribuição do petróleo.

[...]

Optar entre uma agência burocrática ou uma agência autônoma? O Piquet disse o caminho adotado na maioria dos países: cada vez mais é para a agência autônoma e não uma agência burocrática, que é a tradição mais brasileira.

Acho que deveríamos acrescentar um outro critério, porque a autonomia é autonomia em relação ao governo – um critério que ele, de certo modo, se referiu no final – que é a independência. Autonomia em relação ao governo e independência em relação às empresas e até mesmo aos consumidores.

É preciso que essa agência também não seja corporativa, não seja vítima de interesses corporativos. Ela pode ser capturada pelas empresas, ela tem que ser pública e não corporativa; tem que ser pública e autônoma.

[...]

Realmente a regulação existe, porque o mercado não funciona. Mas é preciso interferir minimamente para garantir que o mercado funcione de modo efetivo (BRESSER PEREIRA *in* IBP & FGV, 1996, pp. 249-51).

Explicita-se no Seminário que, ainda que todos os convidados partam de propostas liberalizantes da exploração de petróleo no Brasil, não havia um consenso formado sobre a questão. A seleção dos convidados pelos organizadores na formação do painel demonstra uma ação claramente voluntária dos intelectuais coletivos do empresariado – IBP e FGV – na busca por imprimir seu projeto político no Estado, com vias a garantir os interesses de acumulação representados por estas organizações. Portanto, não há passividade neste tipo de ação. O que recorrentemente aparece no discurso do IBP como uma consequência das decisões do Estado, nas quais o Instituto surge como um promotor destas decisões em prol de um suposto desenvolvimento, é na verdade o resultado de um jogo intrincado de disputas e correlações de forças visando introduzir no seio da sociedade política o projeto particular dos interesses condensados na instituição.

Mais uma vez fica claro que a suposta “isenção” e “neutralidade” política nas ações do Instituto em verdade não existe. Os meios pelos quais o debate é organizado correspondem a estratégias pedagógicas explicitamente planejadas para garantir a impressão deste projeto no Estado, para que este, então, traduzindo socialmente estes projetos particularistas como consenso, atue em seu papel educador, reproduzindo a hegemonia destas frações da burguesia. Portanto, o que surge ao final como uma política pública ou uma decisão do Estado é exatamente a expressão do resultado possível das correlações de forças existentes, tanto internamente nas relações entre frações do capital e o Estado – como é o caso do evento em análise –, como externamente no jogo de forças existente na sociedade civil.

Em relação à Petrobras, coube aos representantes da empresa fazer coro junto aos do governo, buscando delinear um tipo de regulamentação que não fosse deixar o mercado livre para a atuação dos oligopólios, jogando fora todo o aporte até então realizado pela empresa em benefício da entrada de outros capitais na indústria de petróleo. A exposição do Diretor da Petrobras Distribuidora, João Augusto Rezende Henriques, durante a mesa-redonda que deu sequência ao painel, demonstra que, para a empresa, não era interessante a proposição de uma regulação que permitisse um mercado livre para atuação das corporações privadas.

Como observou o Ministro Bresser, o importante é aumentar os investimentos no país, sem prejuízo dos investimentos já realizados. Então a política é pública.

Tivemos no primeiro dia informações da Petrobras sobre o que existe hoje e algumas companhias internacionais apresentando os seus desejos.

[...]

Temos hoje uma política energética.

É em função dessa política que teremos energia nacional oriunda de companhias existentes nas diversas regiões, que vão definir se tais empresas vão usar carvão, lenha ou gás. Isso não pode ser uma liberação pura e simples. O título do Seminário está perfeito.

Não é uma desregulamentação, é uma regulamentação, onde se preserve o nível de energia que se quer aplicar em cada região, liberando os preços onde haveria competitividade sem atrapalhar o desenvolvimento.

[...]

Não podemos ter uma visão conformista. A transparência, o aspecto da isonomia, é óbvio que têm que existir. Mas no regime democrático todos têm que participar. Esse órgão não vai ter autonomia real pois é ligado politicamente aos *lobbies* naturais de cada segmento ou ao corporativo (HENRIQUES in IBP & FGV, 1996, pp. 261-4).

Os constrangimentos da Petrobras com a proposição de outros convidados permeiam todo o evento. Ainda que se tenha propalado que a direção da Petrobras era favorável à chamada “flexibilização”, o consenso sobre esta decisão era um tanto quanto controverso até mesmo em relação às lideranças da empresa. Apesar de FHC apontar que a direção da empresa concordava com a decisão, tendo o seu presidente, Joel Rennó – que participou do Seminário –, redigido o texto da EC nº 9 em conjunto com o Presidente da República e o Ministro de Minas e Energia, a liberalização do setor se inseria em um jogo delicado de negociação política devido ao peso conferido à estatal como símbolo nacionalista – situação que já havia inserido o compromisso do governo com o Congresso em não a privatizar. Ainda assim, o próprio Joel Rennó, indicado como presidente da companhia no governo de Itamar Franco, era até então um defensor do monopólio estatal, tendo que aderir à reforma e se alinhar às orientações do governo talvez por estratégia de sobrevivência no cargo. Este, conforme alguns analistas, teve ainda que negociar a adesão da diretoria da Petrobras, que inicialmente também se opunha à decisão (TROJICZ & LOUREIRO, 2018, p. 204).

Vale observar que, no processo de complexificação do capitalismo brasileiro, a burguesia recorreu ao Estado para que intervisse como dirigente para garantir a dominação. Este Estado foi convocado a atuar em determinados setores da economia, desenvolvendo um setor produtivo em áreas que a burguesia ainda não dava conta de assumir, áreas de produção estas que criaram a infraestrutura necessária para que frações da burguesia brasileira pudessem avançar em seu processo de acumulação. Este setor produtivo criou em seu entorno todo um complexo de infraestrutura e serviços que foram necessários ao alavancamento da acumulação de capital por estas frações burguesas. No entanto, quando estas mesmas frações garantiram acumulação suficiente para “caminhar com as próprias pernas” este mesmo setor produtivo estatal foi colocado no lugar de inimigo destas frações.

No caso do IBP, tendo surgido no seio da Petrobras monopolista, a defesa do monopólio foi requerida por estas frações enquanto lhes foi necessário para garantir a acumulação. No momento em que estas frações da burguesia brasileira alcançaram um nível de acumulação suficiente e que o grande capital estrangeiro reacendeu seus interesses no Brasil – situação que, neste caso, só ocorre depois da descoberta de campos gigantes de petróleo⁷³ e de toda uma infraestrutura industrial estabelecida – o monopólio da Petrobras já não era mais interessante a estas frações.

Neste processo, as formas de sociabilidade dominante complexificaram-se. Na trajetória do IBP percebemos que a associatividade burguesa representada pelo Instituto se utilizou de diferentes mecanismos e estratégias pedagógicas para garantir formas de dominação adequadas a cada um destes períodos históricos. Durante o período desenvolvimentista o IBP se aderiu ao Estado através de um discurso tecnocrático, no qual os interesses particulares condensados nesta associatividade burguesa eram difundidos como interesses nacionais. Entretanto, com a criação de uma extensa malha de entidades burguesas capazes de conferir um outro status à sociabilidade dominante, o IBP, junto a toda esta rede de entidades organizativas do empresariado, passou a traduzir sua atuação como sendo a atuação do conjunto da sociedade civil. Como analisa Fontes (2010, p. 312), a “burguesia brasileira remói, resulta e promove contradições. No ruminar de antigas contradições, atualiza as heranças das formas de dominação pregressas, das quais se instaura como herdeira”.

⁷³ Conforme uma publicação comemorativa dos 50 anos do IBP, em 1997 a Petrobras teria ingressado no “selecionadíssimo grupo dos 16 países que produzem mais de um milhão de barris de petróleo por dia. No período 1995-1999, o Brasil apresenta taxas de reposição do petróleo de 338%. Os tradicionais produtores ficaram muito abaixo deste percentual: México (18%), Inglaterra (21%), Noruega (39%) e Omã (29%)” (PETRO&QUÍMICA, 2007, p. 11).

No processo histórico que se inicia com FHC, esta burguesia apresenta uma recuperação da capacidade de preservação de seu predomínio em nível nacional. Se alinhando de forma subalterna ao capital estrangeiro – ainda que esta associação também tenha garantido a elevação de sua própria acumulação –, no contexto de “mundialização do capital”, esta passa a expressar seu predomínio através da utilização do caráter democrático e representativo típico das formas burguesas de enquadrar as reivindicações populares. A ampliação destes mecanismos de convencimento na sociedade civil, convertidos em política estatal, se desenvolve paralelamente à destituição de enormes contingentes desta mesma sociedade civil de acesso às estruturas de poder e decisão políticos.

Como vimos no caso do Seminário, a seletividade associativa destas frações burguesas, mesmo que expressando conflitos e divergências, faz com que as decisões sobre os rumos da política do Estado sejam definidas em esferas apartadas do conjunto da sociedade civil, mas ao mesmo tempo reforçando que os rumos destas políticas são originados nela. Desta forma, traduz-se interesses particulares de pequenas frações da sociedade civil em associação como sendo o interesse do conjunto desta mesma sociedade civil.

Mesmo com as divergências e disputas ocorridas no Seminário, a expressão de que a estratégia pedagógica utilizada pelo IBP teria surtido os efeitos desejados, garantindo a impressão de seus interesses como política do Estado, é apresentada pelo próprio Instituto em 1997, em mensagem do seu presidente, Otto Perrone.

Tanto para o IBP, como para a indústria de petróleo brasileira, 1996 foi um ano de grandes atividades.

Dando sequência à Emenda Constitucional nº 9, que flexibilizou o monopólio do petróleo no país, o Governo enviou ao Congresso um Projeto de Lei para a sua regulamentação.

O IBP, que é **um dos promotores da divulgação e do debate dos novos termos institucionais**, promoveu, no início do ano, um seminário internacional, no Rio de Janeiro, para discutir a abertura constitucional, cujas **conclusões e recomendações tiveram forte influência no texto final do Projeto Governamental**.

O Instituto, acompanhando com grande interesse a evolução do assunto, deverá realizar a seguir um amplo debate em torno da organização e do funcionamento da Agência Nacional de Petróleo, organismo a ser criado para regular e fiscalizar as atividades de petróleo no Brasil.

Ainda em 1996, o IBP promoveu o Conexpo Arpel '96/Rio Oil & Gas Expo '96 e o 6º Congresso Brasileiro de Petroquímica, com a participação de especialistas e empresários de várias partes do mundo, assinalando a **retomada do interesse internacional por esses eventos tradicionalmente realizados no Brasil** (IBP, 1997, p. 3, *grifos meus*).

A retomada do interesse internacional seria a via pela qual a burguesia condensada no IBP daria continuidade ao processo de acumulação. Buscando garantir a continuidade deste processo, o IBP realizou uma alteração estatutária criando uma nova classe de sócios para

absorver as novas empresas que vieram para o Brasil, a estas foi ainda concedido assento no conselho de administração. Esta foi a forma na qual o Instituto teria se “adaptado” a nova realidade da indústria, conforme declarou seu então presidente (BRASIL ENERGIA, 2007, p. 104).

5.4. Alguns apontamentos sobre o projeto de hegemonia do Partido do Ouro Negro

Esta pesquisa foi determinada por um recorte histórico, portanto, as discussões posteriores não seriam objeto central da mesma. Entretanto, entendendo a realidade concreta como resultado das determinações forjadas historicamente, cabe a realização de alguns apontamentos que sintetizam as análises empreendidas, relacionando-as a momentos posteriores da atuação do Instituto. Neste sentido, busca-se verificar nas tendências apreendidas no decurso de atuação do IBP alguns desdobramentos que se concretizaram, de forma a tecer algumas considerações que já são passíveis de compreender na tarefa histórica a que o Instituto se propôs.

Baseando-nos no pensamento de Gramsci percebemos como na passagem entre os séculos XIX e XX as forças produtivas e as relações de produção desenvolveram-se de tal modo que, a esta expansão estrutural, corresponderam também a multiplicação e ramificação de superestruturas capazes de dar conta da remodelagem do modo de produção capitalista. A universalização do trabalho de massa e a socialização da política – ainda que de forma restrita e seletiva –, sobretudo com o advento do sufrágio universal, foram talvez alguns dos principais processos que corresponderam às necessidades de ampliação do âmbito superestrutural. Formulando seu pensamento a partir da análise das correlações de forças existentes na realidade concreta, o filósofo italiano observou como nesta transição histórica o espaço associativo se estabeleceu como um dos eixos centrais da luta de classes (FONTES, 2017, p. 3), quando da criação de um sem número de entidades ditas civis – clubes, associações, mídias em geral, sindicatos, escolas, partidos, igrejas, dentre diversas outras – que passaram a impactar diretamente a política, para além da estrutura parlamentar.

Dispostos no âmbito da sociedade civil, estes APHs passaram a exercer influência direta sobre o Estado estrito através da utilização de mecanismos voltados a imprimir projetos particulares no seio dos partidos políticos oficiais e/ou ocupando diretamente espaços em conselhos e órgãos da administração existentes na aparelhagem estatal. Ao perceber como estas entidades – que estariam na esfera de organização das vontades, portanto, denominadas privadas – se capilarizavam na sociedade civil e penetravam o Estado introduzindo elementos

ancorados diretamente no âmbito das relações de produção, Gramsci enxerga que as teorias existentes sobre o Estado não davam conta do nível de complexidade atingido na fase de monopolização do capitalismo, propondo, portanto, uma leitura original, o Estado em sentido ampliado.

Especificamente no caso brasileiro, ainda que o desenvolvimento de organizações representativas da burguesia industrial para a defesa de seus interesses tenha se iniciado na década de 1920, foi na década seguinte que este processo passou a se aprofundar e aperfeiçoar (MENDONÇA, 1986, p. 19), coincidindo com o início de uma crise das formas oligárquicas de dominação e, conseqüentemente, do impulso para a transição do país para uma economia de bases industriais. A este processo de transformação da dominação burguesa no país, correspondeu uma expansão de órgãos e agências do aparelho de Estado, que passaram a canalizar demandas e interesses de diversos setores dispostos na sociedade civil. Destacando-se na organização e encaminhamento de seus interesses e demandas, a burguesia industrial, ainda que não fosse uma fração hegemônica, passou a imprimir a sua concepção de mundo através destes canais desenvolvidos no Estado.

A partir da década de 1950, o fortalecimento destas frações burguesas devido a sua associação com o capital estrangeiro possibilitou um ganho de autonomia destas em relação às estruturas de canalização de interesses desenvolvidas no aparelho de Estado. Nesta direção, a burguesia industrial aprofundou a criação de seus próprios núcleos de representação de interesses, reforçando o processo de modernização e, conseqüentemente, se robustecendo enquanto classe. Neste contexto, sobretudo a partir da década de 1930, o petróleo ganharia centralidade como impulsionador do desenvolvimento urbano-industrial, passando a serem socialmente disputadas as formas de apropriação deste recurso. Como vimos, com este ganho de relevância para o processo de modernização, o petróleo acabou sendo vinculado ao ideário de “segurança nacional” oriundo dos círculos militares, com as discussões passando a serem inicialmente desenvolvidas dentro do Clube Militar. Estes debates acabaram por demonstrar as divergências sobre o ideário “nacionalista” nas forças armadas e no próprio governo, visto que explicitavam antagonismos de posições do alto escalão militar que havia ocupado cargos na administração estatal. Originadas na cúpula militar, estas disputas acabaram por espalhar publicamente a discussão. Neste sentido, ainda no final da década de 1940, em meio a tomada da discussão pela opinião pública e pela imprensa, acabaria se formando um grande movimento que, iniciado nos círculos estudantis, buscava pressionar a tramitação da legislação que propunha a abertura do mercado de petróleo às companhias estrangeiras no Congresso, desenvolvendo-se sob o lema “O Petróleo é Nosso”.

Como vimos, a elaboração interna de uma ideologia “nacionalista” possuía vinculação direta com a escassez de recursos disponíveis para a expansão das relações capitalistas em nível internacional, fazendo com que a intervenção estatal surgisse como forma passível de superar a condição de “atraso” da economia brasileira e, conseqüentemente, traduzindo a industrialização como forma de alcançar a independência econômica. Em meio a uma acelerada elevação do consumo de derivados de petróleo, o que acabava por incidir na elevação das importações destes artigos, o problema se delineava como uma questão urgente. Ainda que a primeira proposta de criação de uma empresa de petróleo controlada pelo Estado não estabelecesse o monopólio estatal do recurso, a pressão exercida pelas lideranças da Campanha, devido as possibilidades de participação de companhias estrangeiras na exploração, acabam por alcançar êxito diante da flexibilidade de instrumentos propostos pelo presidente Getúlio Vargas. A base do governo acataria a proposta do monopólio estatal defendido pela Campanha, sendo o projeto que criava a Petrobras – após idas e vindas na Câmara e Senado – aprovado em 1953. Entretanto, já ocupando posições estratégicas no seio do Estado estrito, o empresariado – sobretudo o industrial – teria desempenhado posição relevante na definição do jogo como um todo, mantendo uma postura vigilante para reservar as áreas mais lucrativas desta indústria, haja visto a continuação das possibilidades de atuação privada no setor de refino – devido a possibilidade de continuidade das refinarias privadas existentes – e distribuição, além do setor petroquímico, que, não estabelecido no monopólio, ficaria à “interpretação dos interessados”.

Assentado na ideia de composição de uma base técnica para a tomada de decisão – que acabava por legitimar o intervencionismo e o planejamento estatal –, em meados da década de 1950, o governo criaria uma diversidade de canais exclusivos para a formulação de diretrizes políticas voltadas ao favorecimento de interesses industriais, que passaram a compreender uma espécie de “administração paralela”. Estes espaços eram ocupados por diretores de corporações e empresários com reconhecida qualificação – os chamados “técnicos –, além de oficiais das Forças Armadas. Desta forma, os interesses do capital multinacional e seus associados penetravam os espaços de tomada de decisão do Estado sem precisar passar pelos canais tradicionais de formulação política, evitando mecanismos de pressão partidária e controle público.

De forma a organizar a canalização destes interesses no Estado vimos a expansão de uma grande trama de formas organizativas, educativas e pedagógicas de representação do empresariado no período após a II Guerra Mundial. Oriundas de diferentes países, objetivavam a formação de quadros intelectuais políticos e técnicos para a implementação de políticas de caráter público. A expansão destas organizações trouxe um novo cenário de estratégias de

dominação, uma vez que passaram a se inserir nos Estados da periferia capitalista global através de seus intelectuais que, então, passavam a realizar formas de atuação estreitamente alinhadas com a dinâmica utilizada pelo grande capital em contexto internacional. A grande dimensão de interligações imperialistas entre estas organizações não afastava a existência de conflitos entre elas, mas estabelecia como novidade formas unificadas de atuação que não as conectavam necessariamente a uma única empresa (FONTES, 2010). A penetração destes agentes em organizações do Estado estrito permitiu a criação de uma complexa estrutura integrada de produção e domínio (DREIFUSS, 1981), bem como a vinculação entre Estado e capital privado em uma estrutura organizacional que, iniciada na década anterior, se expandiria significativamente durante o governo de JK.

Portanto, é somente em meio ao entendimento das correlações de forças históricas estabelecidas anteriormente que podemos compreender as motivações que forjaram a fundação de uma organização como o IBP, idealizado por tecnocratas oriundos da estrutura interna da própria Petrobras, sua principal financiadora inicialmente. Como vimos, a Petrobras chegou a propor no mesmo ano a criação de um “Instituto Brasileiro de Petróleo” próprio, vinculado diretamente à estrutura de formação e pesquisa da empresa. Entretanto, estas lideranças internas da empresa decidiram por fundar um Instituto de caráter privado, buscando constituir – junto a própria Petrobras – um conjunto de representação de interesses empresariais, possibilitando o delineamento de arranjos voltados a promover a acumulação de capitais inicialmente desenvolvidos em torno da empresa estatal. A organização acabou sendo fundada dentro da própria estrutura física da empresa. Além da idealização por lideranças pertencentes a esta, a sua Ata de Fundação foi assinada dentro do espaço do Cenap, constando o endereço deste no documento assinado.

A fundação de um Instituto privado – não uma associação ou entidade de representação empresarial – se assenta desde o início na ideia de fornecer ao IBP características baseadas na “neutralidade” e num suposto “apoliticismo”. Na própria fundação, a escolha voluntária de seus idealizadores para o fim social e o nome fornecido ao IBP já continham a intencionalidade de desenvolver estratégias pedagógicas assentadas nesta suposta “isenção” e “neutralidade” de atuação. Ou seja, numa ação calcada na formulação e sedimentação do consenso, evitando que a imagem da organização fosse vinculada à pressão política e/ou ao *lobby*. Esta formulação pode ser percebida no discurso de William Zattar⁷⁴, um dos diretores do IBP que esteve presente desde a criação do Instituto.

⁷⁴ Zattar fez carreira na Esso, subsidiária da *Standard Oil* no Brasil, e foi diretor do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom).

Quando o IBP foi criado havia uma polêmica sobre se devíamos ser um sindicato, um órgão classista. O Hélio Beltrão foi muito feliz quando propôs que fôssemos instituto. Pudemos nos espelhar em certas normas e procedimentos que eram adotados pelo American Petroleum Institute (API). Nosso modelo era técnico. Depois evoluiu, puxado pelo crescimento do setor (ZATTAR *in* BRASIL ENERGIA, 2007, p. 105).

Ao tratar o modelo de um Instituto como sendo “técnico”, mas demonstrando que seu fim social poderia ser o mesmo de um sindicato ou órgão de classe, a liderança do IBP explicita a própria estratégia de atuação da organização, baseá-la no convencimento, em uma atuação pedagógica voltada a formular um amplo consenso. Legitimando como “técnicos” os próprios profissionais das empresas representadas pelo Instituto, a organização desenvolveu um discurso baseado na “isenção” política, como se não houvessem interesses corporativos no posicionamento destes profissionais. Como vimos, este tipo de racionalidade foi bastante difundido no período desenvolvimentista no qual o Instituto foi fundado, tendo assentado nos espaços de representação criados pelo Estado estrito para canalização dos interesses da burguesia industrial a lógica de uma suposta “postura técnica” nas decisões tomadas pelo governo.

A composição representada no quadro de sócios-fundadores do Instituto demonstra a tendência ao padrão de criação de organizações de representação de interesses empresarias durante a década de 1950: a formação de alianças entre a burguesia brasileira e externa que, beneficiadas pelo papel de intervenção econômica do Estado – neste caso, sobretudo, através da Petrobras –, contribuía para consolidar o processo de modernização industrial do país com vistas a promover a elevação do padrão capitalista de acumulação privada deste próprio empresariado. Com este ímpeto, em seus primeiros anos o IBP se voltou exatamente a desenvolver os segmentos industriais nos quais o capital privado ali representado podia atuar conforme a legislação, pois eram áreas não cobertas totalmente pelo monopólio, conforme discutido anteriormente. Neste sentido, as seções centrais do Instituto em seus primeiros anos foram, em ordem de criação, a Comissão de Refinação (1958), a Assessoria de Engenharia (1964) e a Comissão de Petroquímica (1970).

A centralidade destes segmentos no Instituto foi captada durante a pesquisa desenvolvida, sendo confirmada pelo posicionamento do então Secretário Executivo do IBP em 2007.

[...] Se você olhar as primeiras comissões do IBP, elas eram todas relacionadas à área de refino. Depois, quando se começou a discutir a questão da petroquímica, o IBP teve uma participação forte na estruturação da petroquímica no Brasil. E então o Instituto foi atendendo à grande demanda da Petrobras nas questões de nacionalização e qualidade de equipamentos. [...] (TEIXEIRA *in* TN PETRÓLEO, 2007).

Apesar de ser apresentada como dimensão superestrutural do consenso, a sociedade civil em Gramsci nada tem de espaço de candura, uma vez que é atravessada por conflitos de classe que, em disputa, formulam e embatem seus projetos, muitas vezes distintos e contraditórios. Diferentemente de algumas mais recentes leituras liberais que apresentam a sociedade civil como espaço de relativa união e harmonia, contrapondo-a ao âmbito do mercado e do Estado, em Gramsci esta é considerada a esfera privada da vida social – ou das “vontades” –, portanto, espaço do consenso, mas também dos conflitos entre classes e frações. O fato de ser considerada esfera “privada” ou de conflitos, também não quer dizer que, como apresentamos no caso do IBP, alguns APHs não possam unificar interesses de abrangentes frações de classe em seus projetos políticos colocados em disputa para obtenção da hegemonia.

Entendendo a sociedade civil como espaço também do conflito, não é totalmente sem resistência que o IBP atua. Algumas organizações se esforçam no processo de resistir aos pleitos empresariais representados pelo Instituto. Sobretudo duas delas são mais reconhecidas por sua atuação dentro do setor, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET). Fundada em 1961, a AEPET aponta recorrentemente o IBP como sendo “abrigo do cartel internacional, principal lobista que pressiona os Três Poderes brasileiros” (AEPET, 2011, p. 127) e que se direciona contra os interesses da Petrobras. Em uma publicação comemorativa de seus 50 anos, a AEPET denuncia a liderança do IBP junto a outras grandes organizações do empresariado, explicitando a unificação do Instituto com outros APHs nesta forma de atuação política.

Como a AEPET vinha denunciando, o “lobby” internacional atua nos três poderes através de certas entidades como Instituto Brasileiro de Petróleo, cujo presidente era também o presidente da Repsol, e que congrega o cartel internacional do petróleo, a FIESP – Federação das indústrias do Estado de São Paulo –, e a ONIP – Organização dos Industriais do Petróleo. Também dá a sua colaboração a FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2010, os jornais publicaram alguns desses telegramas, onde o Consulado americano do Rio e a diretora da Chevron e da Exxon⁷⁵, manifestaram suas preocupações às suas matrizes. Entre outras coisas dizem esses telegramas⁷⁶:

Telegrama de Patricia Pradal, diretora da Chevron⁷⁷:

⁷⁵ A Chevron e a Exxon são os atuais nomes dos braços da antiga *Standard Oil*, do Grupo Rockfeller. A Chevron está entre os sócios denominados “Patrimoniais” do IBP, por ser a mesma empresa fundadora da organização após a modificação do nome. A ExxonMobil é uma das associadas denominadas como “Setoriais” (IBP, 2021).

⁷⁶ Os trechos apresentados referem-se a telegramas vazados pelo site Wikileaks em 2009, que depois foram divulgados em alguns jornais gerando um escândalo envolvendo uma possível promessa do então pré-candidato à presidência pelo PSDB, José Serra, a petroleiras americanas para mudar as regras de regulação do pré-sal.

⁷⁷ Patrícia Pradal é atualmente membro do Comitê Setorial de Exploração & Produção do IBP, representando a Chevron (IBP, 2021).

“A estratégia das petroleiras para barrar o novo marco regulatório do Pré-Sal é fazer um forte lobby no Senado por meio do IBP, da ONIP e da FIESP”. Fizeram oito audiências públicas no senado e na Câmara, só em 2010.

Telegrama enviado pelo Consulado do Rio a Washington: **“as petroleiras não terão mais, como em outros países, a concessão dos campos sendo donas do petróleo. No Pré-sal o modelo é de partilha. A União é que é a dona”.**

Para Carla Lacerda, diretora da Exxon-Mobil, **“o controle da Petrobrás sobre as compras de equipamentos, tecnologia e serviços poderá prejudicar os fornecedores americanos”.**

Os telegramas revelam a insatisfação das petroleiras com a nova lei, em especial com a Petrobrás sendo operadora única, e mostram como elas atuaram no Senado para tentar mudar a nova Lei, inclusive o contrato de partilha.

• E recomendaram:

“É PRECISO ATUAR COM MUITO CUIDADO, PARA NÃO DESPERTAR O NACIONALISMO DOS BRASILEIROS”⁷⁸ (AEPET, 2011, pp. 140-1, *grifos do original*).

Cabe destacar que, segundo a lógica baseada na racionalidade técnica e defendida pelo próprio IBP, os membros da AEPET e FUP teriam a mesma legitimidade para fornecer uma posição tida como “técnica”, uma vez que são organizações de profissionais que atuam na indústria, neste caso na própria Petrobras – que é também uma das sócias do IBP. Neste sentido, espriar os interesses contidos em uma organização como sendo “interesses do setor” é uma afirmação, no mínimo, controversa, uma vez que frações deste mesmo “setor” possuem posicionamentos totalmente antagônicos aos do IBP. Como já discutido anteriormente, a afirmação de serem “interesses do setor” é um dos componentes pedagógicos da estratégia do Instituto, fazendo confundir os interesses particulares com os gerais e despersonalizando estes interesses ao colocá-los como se fossem de um “setor” e não de determinadas frações sociais.

Na medida em que um APH congrega interesses de um conjunto significativamente abrangente de frações de classe, ou mesmo de toda uma classe, como síntese de diversas outros APHs e, portanto, atuando no nível da “grande política”, este APH pode ser compreendido como um partido na concepção de Gramsci, mesmo que não seja no sentido oficial dos partidos eleitorais. Algumas organizações associativas podem e devem ser analisadas como partidos, uma vez que organizam as vontades e possibilidades de representação ao tomarem para si o papel de “nervo articulador”, “quartel-general” de segmentos ou de um conjunto de frações de classe (FONTES, 2017). Ao funcionarem como uma espécie de “Estado-Maior” na condução de um projeto efetivamente hegemônico (MENDONÇA, 2018, p. 12), que atua por cima do

⁷⁸ A frase em caixa alta refere-se a um trecho do telegrama de Patrícia Pradal, da Chevron, extraído da seguinte frase: “O projeto do Governo nos é desfavorável, mas o mudaremos com o auxílio do IBP, ONIP e FIESP, com cuidado para não despertar o nacionalismo dos brasileiros” (AEPET, 2011, p. 110)

próprio Estado estrito e fornece comando para uma diversidade de ações deste, estes APHs podem ser considerados partidos conforme o filósofo.

[...] numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo – natural e contratual ou voluntário –, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo (GRAMSCI, 2007, p. 253).

Alguns destes processos decorrem, na atualidade, dessa ampliação coligada de entidades civis burguesas, elevando à enorme potência e generalizando a utilização de estratégias pedagógicas como formas profundamente exitosas de obtenção do convencimento e do consenso. Cabe destacar que tais processos não se tratam de um enfraquecimento do Estado como por vezes analisado, ao contrário, a expansão de organizações de interesse empresarial na sociedade civil e a captura do Estado restrito derivada desta são processos de enrijecimento (*op. cit.*, 2017), pois fazem com que pequenas frações dispostas na sociedade civil atuem como verdadeiros comandantes do Estado restrito.

Na medida em que ocorreu a expansão, interligação e forte presença destas organizações no conjunto da vida social, o pensamento liberal passou a propagandear intensamente a importância de uma suposta “nova sociedade civil”. A promoção do voluntariado, de ações sociais e ambientais, de união do conjunto da sociedade em prol de algumas pautas passou a ser utilizada como estratégia hegemônica de elaborar novos consensos, aprofundando ainda mais a presença, a irradiação e a relevância destas organizações privadas ditas “sem fins lucrativos”⁷⁹, “não governamentais” e “apolíticas”. Esta estratégia sedimentou no pensamento social a ideia de uma sociedade civil harmoniosa, destituída de tensões e conflitos, o que, de certa forma, apaga a estratificação de classes e frações existente na realidade concreta e aprofunda a adesão das camadas populares a estas mesmas organizações e às empresas por elas representadas, acentuando, portanto, o consenso em torno das pautas hegemônicas.

Como aponta Fontes (2017), com Gramsci é possível compreender que as estratégias destas organizações empresariais relacionam sociedade civil e Estado ao menos em duas direções. Primeiramente, possibilitam a aproximação entre os “partidos-entidades” (os APHs) e os partidos oficiais, beneficiando a inserção de representantes destes APHs no Estado estrito

79 Conforme seu Estatuto Social, o IBP “é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação de fins não econômicos” (IBP, 2021a).

por diversas formas – além da própria eleição, em órgãos diretos da aparelhagem administrativa, em conselhos e comissões paralelas, dentre outras – e, portanto, permitindo que estes venham a ser o próprio Estado. Em segundo lugar, fazem com que os recursos financeiros presentes no Estado restrito sejam orientados para o desenvolvimento de políticas alinhadas às práticas realizadas por estas organizações na sociedade civil, aprofundando suas estratégias e chancelando-as ao torná-las políticas de caráter público. Neste último caso o Estado torna-se educador de pautas e estratégias dos projetos de hegemonia destas organizações.

É interessante observar que a maioria destas organizações de representação do empresariado se apresentam como apartidárias, entretanto estão definindo as pautas organizadas pelos partidos eleitorais. Captando as formas concretas das organizações da sociedade civil atuarem, Gramsci observa como como estas, por vezes, atuam como superiores aos partidos oficiais.

Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de "partido político"? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público (GRAMSCI, 2007, pp. 349-50).

O controle imposto pela concentração de capitais aos programas partidários impõem a redução da relevância política dos partidos oficiais, uma vez que limitam as propostas e direções políticas de um partido a um programa pré-determinado, fazendo com que, contraditoriamente, a democracia conferida pela universalização do sufrágio seja esvaziada, apesar de não terem como objetivo extinguir a estrutura representativa (*ibidem*). Estas organizações, portanto, controlam os limites da atuação política, reduzindo qualquer possibilidade concreta de setores populares elaborarem e disputarem pautas de cunho concretamente progressista. Desta forma, fazem a “grande política” – a da conservação – ao delinear os limites de atuação do Estado estrito e esvaziarem o conteúdo de qualquer pauta que esteja fora do programa hegemônico, permitindo que somente a “pequena política” seja realizada e, ainda sim, de forma controlada. Como aponta Gramsci (2007, p. 21), “é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”.

Nestes pontos que reside a importância do arcabouço teórico-prático elaborado por Gramsci, pois este possibilita entender as correlações de forças que se expressam na sociedade civil e como estas se reproduzem no Estado estrito. Perceber as estratégias para educar o consenso possibilita a compreensão de que não há apoliticismo ou apartidarismo nestas ações,

uma vez que intencionalmente comandam a política na própria sociedade civil e, ao limitarem e definirem os programas dos partidos oficiais, também dirigem as ações do Estado. Com esta arquitetura estratégica acabam por apagar as evidências do controle empresarial, impossibilitando o desenvolvimento de políticas de cunho universalizante e reproduzindo, portanto, a hegemonia das frações de classe que atuam como “Estado-Maior” da sociedade.

Após o Seminário sobre a regulamentação, em 1997 o IBP realizou – em parceria com a FGV e o Sistema Firjan – outro Seminário em continuidade ao primeiro, denominado “A Agência Nacional do Petróleo: Estruturação e Funcionamento”. Com este Seminário o Instituto “pretendia contribuir com o Executivo, ao promover debates sobre diversas questões institucionais, gerenciais e operacionais da futura agência”. Em janeiro de 1998 – mês de início das atividades da Agência (ANP) –, buscando dar continuidade ao seu formato de atuação, o IBP encaminhou para a ANP uma proposta de contrato de concessão de atividades de exploração e produção de petróleo (IBP, 1998).

Apesar das discussões sobre as possibilidades de captura da Agência por interesses corporativos – como apresentado no primeiro Seminário –, desde 1998 a ANP participa da Comissões do IBP⁸⁰ (*ibidem*). Portanto, a relação e ingresso de representantes do Estado estrito no IBP não deixou de existir, como aponta o então Secretário Executivo do IBP em 2007.

“E tão logo houve a Lei do Petróleo, o IBP se habilitou para ser essa interface entre as empresas de petróleo e a Petrobras na discussão com o governo, Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Receita Federal, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a ser uma interface com a indústria para discutir os contratos de concessão, as questões tributárias etc.” (TEIXEIRA, 2007 *in* TN PETRÓLEO, 2007, p. 36-7).

Não sendo possível manter a suposta ideia de uma organização “apolítica” após a abertura do mercado, a macroestratégia pedagógica do IBP se deslocaria. Neste sentido, buscando manter os outros fundamentos desta estratégia – uma posição supostamente “neutra” e “isenta” – o Instituto terceirizou⁸¹ a realização de uma “avaliação crítica” interna com vistas a construir “um novo IBP” (*ibidem*, p. 52). Em 2003 o Instituto contratou uma das mais renomadas empresas de consultoria do mundo – a estadunidense *A. T. Kearney* – para realizar uma avaliação de sua atuação e propor um Plano Estratégico, objetivando estabelecer as bases

⁸⁰ Em 1998 já havia um representante da ANP no Comitê Organizador da *Rio Oil & Gas Conference '98* (IBP, 1998), entretanto a Agência passou a participar de outras atividades do Instituto após este ano.

⁸¹ É interessante observar que a arquitetura da estratégia se baseou numa suposta “isenção”, na qual o fato de ser um terceiro, um ente supostamente “desinteressado” na questão, garantiria uma avaliação distanciada do objeto em análise. Entretanto, para além de outras inferências possíveis, esta leitura apaga que, ao contratar determinado serviço de uma agência específica, minimamente, o contratante espera que suas expectativas sejam satisfeitas.

para abarcar as atividades desenvolvidas na conjuntura após a abertura do mercado. Conforme o IBP, a partir dos resultados foram aprovadas uma nova “Missão”, “Objetivos” e “Valores” do Instituto, além de uma nova “Estrutura Funcional” para coordenar não somente as atividades técnicas, mas também regulatórias (TN PETRÓLEO, 2007, p. 52). A análise realizada pela empresa propunha:

[...] que a atuação tradicional do IBP, de difusão de conhecimento técnico, deveria agora ser agregada à de representação das empresas associadas junto à sociedade e ao governo federal, através do encaminhamento de suas demandas, com vistas ao desenvolvimento de uma indústria competitiva, sustentável, ética e socialmente responsável (*ibidem*).

A partir deste momento o IBP desloca sua estratégia assumindo o que em nenhum momento deixou de ser feito, a representação de seus associados. Mas vale observar que, ao assumir este papel, o Instituto desdobra sua macroestratégia pedagógica. Antes separava o “econômico” do “político” para garantir a expansão da acumulação privada, naturalizando a necessidade de uma forma específica de “desenvolvimento”. A partir de então a estratégia passa a se assentar em uma nova forma de sociabilidade que, adequada a um formato determinado de produzir a vida social, se fundamenta como uma força externa, uma imposição do mercado: a necessidade de ampliar uma suposta “competitividade”, que, sendo um imperativo, precisaria se desenvolver de forma “sustentável”, “ética” e “socialmente responsável”. Portanto, enquanto assumia sua nova identidade, imediatamente já criava os fundamentos para respaldá-la e legitimá-la na sociedade civil.

Vale observar que a este deslocamento corresponde uma nova justificativa. Enquanto no período anterior apagava sua atuação política tratando-a como “técnica neutra”, na nova formulação superestrutural, na qual a atuação política seria uma imposição do mercado, o “técnico” passa a fornecer sustentação ao “político” para garantir a ideia de “isenção” e “independência”⁸². Neste sentido, após o fim do monopólio da Petrobras, o Instituto implementou internamente as chamadas Comissões Setoriais, que seriam uma espécie de grupos de trabalho diretamente voltados à defesa de interesses de seus associados junto ao Estado estrito. Em ambas as comissões são recrutados uma série de intelectuais, que tanto formulam os insumos necessários à indústria, como os utilizam na defesa dos interesses empresariais. As atividades e produtos oferecidos pela organização seriam o resultado do

⁸² Conforme uma das publicações comemorativas de seus 50 anos, quando o Instituto foi fundado “teve suas atividades originais restritas essencialmente ao ambiente técnico e científico, sendo-lhe expressamente proibida qualquer atividade de natureza política ou partidária”. Ainda segundo a publicação, seus fundadores “não imaginavam que o monopólio da Petrobras seria extinto um dia” e que neste caminho, portanto, o “levaram à necessária atividade política” (BRASIL ENERGIA, 2007, p. 52).

trabalho destas Comissões, que contam com a participação “voluntária” de cerca de 1.000 membros (IBP, 2020), dentre executivos, especialistas, outros representantes da indústria, instituições acadêmicas, órgãos do governo e associações (TN PETRÓLEO, 2007, p. 58).

Conforme uma publicação comemorativa sobre o Instituto, as Comissões Técnicas são abertas à participação dos especialistas em geral, atuam como a “interface do IBP com a comunidade do petróleo e a sociedade”, sendo a “inteligência” do IBP, “agem de forma isenta” (*ibidem*). Ainda segundo a publicação, as Comissões Setoriais objetivam “colaborar com autoridades governamentais no processo de regulamentação dessas atividades, oferecendo sugestões para tornar a legislação brasileira adequada, estável e competitiva para a atração de investimentos” (*ibidem*, p. 59). Nestas últimas participam somente as empresas do setor.

Ainda que a ideia de se aproximar dos partidos oficiais talvez seja a que gere mais controvérsia – o “apartidarismo” está constituído no “Código de Ética IBP: ética e conduta profissional” (IBP, 2021a) –, pois as organizações da sociedade civil se posicionam majoritariamente como apartidárias (FONTES, 2017), analisando a história do Instituto é perceptível a vinculação com os partidos oficiais, mesmo que de forma não declarada. A própria ocupação de cargos de indicação no governo pelas principais lideranças do Instituto demonstra a vinculação da organização com determinados partidos oficiais, ainda que esta vinculação não se apresente de forma direta.

Hélio Beltrão era ligado à União Democrática Nacional (UDN), tendo ocupado cargo no governo de Carlos Lacerda e chegando a ter seu nome proposto como candidato do partido ao governo da Guanabara. Foi um dos primeiros a ingressar na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação da ditadura. Em 1983, foi considerado uma “boa opção civil” como candidato à presidência da República, sendo apontado como o nome do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena. Em fins da ditadura contribuiu ainda com o lançamento do Partido da Frente Liberal – PFL, criado por dissidentes do PDS (cf. Apêndice I).

A título de exemplificação, em 2015, João Carlos de Luca, presidente do IBP à época (2001-2015), participou do seminário “Caminhos para o Brasil”, promovido por um Instituto criado pelo PSDB⁸³. Em sua exposição criticou o modelo de partilha do pré-sal que foi adotado pelo então governo do PT e afirmou a necessidade de liberar a obrigatoriedade da Petrobras de ser operadora única dos blocos em questão (PSDB, 2015). Sobre o mesmo assunto, Jorge

⁸³ Trata-se do Instituto Teotônio Vilela, criado em 1995. Conforme o próprio, o Instituto “dedica-se a compartilhar e aperfeiçoar uma política social-democrata no país, por meio de cursos, seminários, encontros e palestras” (ITV, 2021).

Marques de Toledo Camargo, que também foi presidente do IBP (2015-2018), participou de uma sessão temática no Senado, na qual se posicionou corroborando com o projeto de lei proposto pelo Senador José Serra, do PSDB, que extinguiu a obrigatoriedade de participação da Petrobras no pré-sal (VEJA, 2015). Na mesma direção, a presidente atual do IBP, Clarissa Lins, trabalhou diretamente na equipe de FHC, quando Ministro da Fazenda, durante a elaboração do Plano Real (PSDB, 2013).

Portanto, além do otimismo apresentado anteriormente pelo presidente do IBP com a eleição de FHC em 1995 (IBP, 1995, p. 2), percebemos outras formas de aproximação de lideranças mais recentes do Instituto com o mesmo partido. Ainda que depois do processo de redemocratização a relação com os partidos oficiais tenda a não se expressar como uma vinculação direta, é possível perceber aproximações destas lideranças com partidos oficiais. No entanto, pela própria atuação que possui o Instituto, a vinculação direta com partidos oficiais pode ser um problema, uma vez que a mudança de governo ou de cargos no legislativo pode vir a atrapalhar a consecução de seus interesses como um todo. Desta forma, ainda que se apresente como instituição apartidária, suas demandas acabam por transversalizar diversos partidos, capturando-os, contribuindo para o desenvolvimento de uma pauta política homogênea e para a elaboração de programas partidários indiferenciados quanto a algumas pautas – o que, por si, também é uma estratégia pedagógica de esvaziar a discussão política, reduzindo as alternativas existentes a somente as que interessam a organizações como o IBP.

Demonstrando esta transversalização dos partidos, em 2009 três deputados federais – dois do Democratas (DEM), nome dado ao antigo PFL, e um do PSDB – separadamente apresentaram emendas com redação idêntica aos projetos de regulação da exploração do pré-sal. As emendas coincidiam com os interesses do oligopólio internacional do setor e, dentre as modificações apresentadas, propunham que a Petrobras não fosse a operadora exclusiva destes campos de petróleo. Quando contactado, o IBP negou a autoria das emendas idênticas, no entanto, conforme a publicação, o IBP apontou ter procurado lideranças de oito partidos. Conforme o presidente do IBP à época, João Carlos de Luca, a ideia era alcançar o máximo possível de partidos:

"Trabalhamos durante todos esses dias. Começamos a nos movimentar no Congresso, e de maneira institucional, porque o IBP é apartidário. Queremos tornar públicas nossas emendas para todos os partidos. Tinham partidos dispostos a acatá-las integralmente, outros estavam analisando" (DE LUCA *in* FOLHA DE S. PAULO, 2009)

Apesar de se dizer uma organização “apartidária” – como vimos anteriormente e também no trecho da liderança do IBP acima –, o Instituto atua em nível superior aos partidos, não podendo ser considerado concretamente como se autoproclama. Buscando se associar, e algumas vezes liderando, um conjunto de outras organizações privadas e partidos oficiais, o IBP atua como uma organização suprapartidária (FONTES, 2017), submetendo a política de governo aos seus interesses e reduzindo as possibilidades oposicionistas. A recorrente proclamação, realizada pelo Instituto, de ser uma entidade de natureza “rigorosamente técnica” oculta suas vinculações aos interesses empresariais e, portanto, acaba por esvaziar pedagogicamente o conteúdo político de sua atuação, realizada tanto na sociedade civil, como no Estado estrito. É comum que organizações de representação do empresariado se apresentem desta forma, mas o importante é que apagam que são considerados “técnicos” em determinados setores os próprios sujeitos formados por estas organizações empresariais, ou seja, seus intelectuais. O próprio pertencimento aos quadros, a formação e a ocupação de cargos em empresas e suas entidades representativas são uma espécie de chancela que legitima determinado indivíduo como técnico. Operando este discurso, desvinculam a posição dita “técnica” dos interesses do empresariado que representam.

Assim, estas entidades empresariais apagam a própria motivação que as origina, que, sob o signo do “desenvolvimento” – ou, mais atualmente, das imposições do mercado –, apagam sua objetividade fundamental, a expansão da acumulação do capital. Segregando o “econômico” – que passa a ser apresentado como natural – do “político”, promovem a sociabilidade necessária aos seus interesses, que passam a ser apresentados como supostas necessidades impostas pelo mercado. Desta forma, operam pedagogicamente traduzindo seus interesses particulares como sendo do conjunto da sociedade – transformando-os em senso comum ou consenso –, bem como desqualificam qualquer posição contrária a estes interesses sob o argumento da superioridade de uma suposta “eficiência técnica” e das imposições do mercado.

CONCLUSÕES

Com vistas a finalizar, cabe observar de início que, para além de buscar esgotar a análise das formas de atuação das classes e frações representadas pelo IBP na busca por garantir a hegemonia, este trabalho compõe um universo de outras pesquisas que vêm sendo realizadas com base no mesmo arcabouço teórico-metodológico. Desta forma, a pesquisa apresentada buscou contribuir com um conjunto de análises que visam compreender a totalidade de estratégias utilizadas pela classe dominante em seu projeto de hegemonia.

Esta Tese concluiu que, iniciando somente como um APH, desde sua fundação o IBP assumiu voluntariosamente a tarefa de se constituir como o Partido do Ouro Negro no Brasil. No decurso desta empreitada histórica passou de um representante de interesses empresariais do “setor” a um partido ampliado das causas burguesas da acumulação, congregando interesses de um vasto espectro de frações dominantes – do setor de bens de produção e serviços às gigantes imperialistas do petróleo, dentre diversas outras –, atuando de forma supranacional e suprapartidária, assimilando outras classes e frações ao nível econômico e cultural do projeto hegemônico e, portanto, tornando o Estado educador deste projeto.

Para chegar a esta conclusão foi necessário compreender os movimentos de continuidade e ruptura das formas de atuação do Instituto em seu decurso histórico, incluindo nas análises os antecedentes de sua fundação, pois na correlação de forças sociais estabelecidas nos períodos anteriores estavam contidos os germens do que viria a se concretizar enquanto intelectual coletivo do empresariado ligado à indústria do petróleo, mas também a outros setores vinculados a esta. Portanto, entendendo esta promoção de interesses associados percebemos que o IBP organiza, representa e promove o consenso intraburguês em nível internacional – extrapolando os interesses de uma burguesia brasileira – e em escalas diferentes de acumulação do capital, uma vez que trabalha fundamentalmente em um eixo intersetorial – e não “setorial” como propala o Instituto –, não se tratando somente da cadeia de petróleo e gás, mas do conjunto de setores conexos. E, é na representação deste conjunto condensado de interesses que o Instituto encontra um nicho de mercado que, sendo um nicho político, garante o financiamento da própria organização e a remuneração de profissionais a ela vinculados.

Mais do que a definição de uma hegemonia para o conjunto das classes – pois esta não seria encontrada exclusivamente no grupo representado pelo Instituto –, esta pesquisa trouxe como central a forma pelas quais o IBP congrega uma diversidade de interesses intersetoriais contribuindo para tecer o chamado “tripé” da industrialização brasileira e a forma histórica de ampliação do Estado no Brasil. Assim, as análises demonstram como se construíram as

conexões entre interesses de diferentes frações burguesas, tendo na análise da atuação do Instituto, para além da hegemonia dos segmentos ali representados, a explicitação das entranhas do que se chama “modelo do tripé”. Neste é possível perceber a configuração de uma burguesia interna que realiza a mediação entre o conjunto da burguesia brasileira e a mega-burguesia estrangeira, com a qual ela se associa, negocia e abre as portas do Estado para garantir a consecução de interesses associados.

O particular das análises ora empreendidas está em como esta configuração forjada dentro do IBP curto-circuita as lutas populares em torno da questão do petróleo e, sobretudo, do que socialmente representa a criação e a imagem da Petrobras para estas lutas. Nesta direção, os interesses condensados no Instituto buscavam trazer uma redefinição de “nação” orientada por projetos particularistas, que vão se moldando e ajustando no decorrer da história brasileira. Portanto, o essencial da pesquisa se voltou à análise de como, durante o desenrolar do processo histórico, o IBP conseguiu manter a acomodação desta diversidade de interesses burgueses, transformando-os em um projeto com a necessária unidade. Neste sentido, o Instituto logrou amortecer os conflitos internos entre algumas frações burguesas, promovendo o consenso intraburguês, além de obstaculizar as lutas populares em torno das formas de desenvolver uma indústria de petróleo no Brasil.

Dentro do rol de reacomodações estratégicas dominantes puderam ser apreendidos quatro momentos distintos que definem a trajetória do IBP, que, fundado inicialmente como um APH, veio a se forjar na atualidade como o Partido do Ouro Negro no Brasil. Basicamente, estes momentos correspondem: (i) à organização do “tripé” e neutralização das lutas populares em torno da criação da Petrobras; (ii) a ascensão do modelo do “tripé” no Estado estrito; (iii) o ajuste entre o tamanho e o peso dos entes do “tripé”; e (iv) a reconfiguração do “tripé” com maior peso das multinacionais.

O primeiro momento de atuação pode ser considerado como de organização interna dos fluxos entre as empresas da cadeia produtiva e de busca pelo Estado estrito para satisfazer as necessidades de expansão do empresariado associado à organização, se estendendo entre a fundação do Instituto e o Golpe de 1964. As atividades giravam em torno da Comissão de Refinação, a primeira a ser criada (1958), sendo a atividade de refino constituída como elo central do complexo industrial petróleo-petroquímica – por isso ter sido um dos pontos emblemáticos na lei que criou o monopólio da Petrobras⁸⁴ –, complexo este que, como vimos, estava representado nas associadas do Instituto.

⁸⁴ A lei de criação da Petrobras estabeleceu o refino sob o monopólio da empresa estatal, excetuando-se as concessões que haviam sido realizadas anteriormente à promulgação da lei. Conforme apresentado anteriormente,

Neste momento, portanto, o IBP inicia a articulação entre os entes do “tripé” e a neutralização das lutas populares que, dentro das possibilidades existentes no conjunto de correlações de forças estabelecidas, incidiram na criação da Petrobras poucos anos antes. Privilegiando o setor de refino, o Instituto possibilitou a ampliação da acumulação privada através da articulação das refinarias com a empresa estatal. Ou seja, ao estabelecer os fluxos de ganhos de acumulação entre as empresas privadas representadas e a estatal, buscando além desta última outros órgãos e agências do Estado estrito, o IBP não só organizava o consenso intraburguês, como, conseqüentemente, obstaculizava a luta que acabou por dar origem à Petrobras, garantindo ainda o encapsulamento do grupo de frações burguesas por ele representado no Estado estrito e definindo os mecanismos de tomada de decisão à portas-fechadas que foram muito utilizados no momento posterior – o da ditadura.

Vale ressaltar que, no momento de criação do Instituto, as lideranças que o idealizaram vinham de um histórico de atuação em cargos estatais e ocupavam posições na cúpula da Petrobras, sendo, portanto, funcionários do Estado, mas possuindo também vínculos com empresas privadas. Neste sentido, a fundação de uma organização de natureza privada e não da própria Petrobras, como inicialmente proposto, já continha na idealização de um Instituto – não uma associação de classe, pois à época a maioria dos Institutos eram autarquias, o que contribuía para criar uma ambigüidade na nomenclatura – a estratégia pedagógica para redefinir a simbologia nacional forjada nas lutas populares em torno da criação da empresa estatal.

O segundo momento, que se estende do Golpe de 1964 a fins da década de 1980, se refere ao período em que o IBP contribuiu para a ascensão do “tripé” que condensa internamente no seio do Estado estrito, com algumas de suas principais lideranças ocupando cargos diretamente na cúpula do governo militar ou em agências estatais, mesclando os papéis de alguns intelectuais como liderança interna da organização ao mesmo tempo que ocupando cargos no Estado, penetrando uma diversidade de agências estatais para definir políticas e alcançar formas de financiamento para suas associadas, além de – mais para o final deste momento – contar frequentemente com a presença da alta cúpula do governo militar em seus principais eventos.

Após o Golpe o Instituto experimentou um significativo crescimento interno e amadurecimento de suas formas de atuação. Ainda que se diga que a atuação política do Instituto era impensável quando foi criado, sendo uma organização supostamente “neutra” e

para Alveal Contreras (1994, pp. 87-9), a lógica de distribuição dos riscos e custos econômicos entre os elos de cada cadeia coloca o refino como elemento central da estratégia.

“apartidária”, estas afirmações acabam por apresentar incongruências com a postura da organização em relação ao governo militar. Algumas das empresas representadas no seu quadro de sócias-fundadoras estão presentes nas listas de contribuintes de organizações que forneceram sustentação à realização do Golpe, como o IPES. Suas principais lideranças, como Hélio Beltrão e Plínio Cantanhede, eram colaboradoras do IPES, além de serem indicados para diversos cargos de relevância no governo logo após o Golpe. Além disso, estes compartilhavam experiências de educação e treinamento com militares que compuseram o Golpe, sendo diversos deles formados pela ESG anteriormente e, ainda, tendo o IBP enviado durante os primeiros anos do regime alguns de seus principais intelectuais para cursar o Curso Superior de Guerra da Escola. Hélio Beltrão, o mais ilustre destes intelectuais, estava ainda dentre os conferencistas da ESG, situação que demonstra o íntimo alinhamento do Instituto com a política do governo no período.

Logo no ano do Golpe o IBP criou em sua estrutura organizacional a Assessoria de Engenharia, principal responsável por realizar a relação entre o capital dito “nacional”, a Petrobras e outras empresas que aportavam tecnologia, aprofundando o modelo do “tripé” iniciado com JK. Não se tratando de uma ação passiva – como simplesmente um cumprimento da política de governo –, a condensação de interesses desenvolvidos neste modelo econômico foi forjada dentro das próprias seções internas do Instituto. Neste sentido, a participação majoritária de membros da Petrobras na Assessoria de Engenharia, bem como o significativo número de membros do Sermat/Petrobras em seu interior, explicitam o aprofundamento da tendência apresentada pela política de governo no seio do Instituto, acentuando o desenvolvimento de um ambiente independente de pressões políticas – livre do parlamento, de agentes de oposição, da publicização das informações, de um rol ampliado de organizações e até mesmo do empresariado excluído dos quadros de associados destas organizações – para o desenvolvimento de negociações de ganhos conjuntos para o oligopólio de interesses em associação sob o formato do “tripé”. Desde este início o IBP já apresentava uma pedagogia repolitizadora de sua atuação em prol de interesses particulares, tratando de substituir o “político” pelo “técnico”, forjando sob esta ideologia o seu intelectual orgânico – o tecnocrata – enquanto desenvolvia o próprio arcabouço pedagógico deste intelectual.

Não há como negar a ampliação da acumulação de setores como o de bens de produção e o de petroquímica durante a ditadura empresarial-militar, em particular com as políticas do II PND. No caso da petroquímica, vimos como os jogos de ganhos mútuos relativos ao aprofundamento do “modelo tripartite” foi canalizado pra dentro do IBP, tendo na relação do Instituto com a Abiquim diversos resultados que, inclusive, desenvolviam formas da Petrobras

se manter como a ponta de lança desta acumulação mesmo com os mecanismos de restrição impostos pela SEST. Neste segundo momento, diante das dificuldades com o fim do “milagre econômico”, uma outra frente que o IBP buscou assumir com vias a garantir a expansão da acumulação foi a da instrumentação industrial. A criação da Comissão de Instrumentação, inserindo uma discussão de relativa vanguarda para o país no período, possibilitou que a expansão conjunta dos segmentos associados no “tripé” tivesse continuidade diante da crise instaurada.

O terceiro momento se desenvolve de fins da década de 1980 a meados de 1990, correspondendo a fase em que o IBP contribui para o ajuste entre o tamanho e o peso dos entes do “tripé”. Nesta direção, o Instituto desenvolveu estratégias buscando equalizar o tamanho e a proporção alcançada pela Petrobras, que a esta altura havia se tornado uma grande *player* internacional, em relação às burguesias por ele representadas. Neste período de transição do projeto dominante explicitam-se as contradições entre o argumento neoliberal de um Estado mínimo – e, portanto, de contenção do tamanho das estatais – e as críticas ao governo pelo não beneficiamento de setores antes privilegiados por concessões e subsídios, bem como a políticas que possibilitaram anteriormente a ampliação de algumas frações burguesas através do incremento de sua acumulação.

A capacitação tecnológica para o estabelecimento destas burguesias no mercado internacional passa a objetividade central do Instituto. Em torno da Petrobras e algumas de suas subsidiárias, que atuavam em contexto internacional após sua retomada de peso com o fim da ditadura, o IBP passa a desenvolver – como é o caso da promoção do Procap – e promover a capacidade tecnológica deste empresariado para a atuação em condições competitivas no mercado internacional. Com esta orientação a Petrobras foi utilizada no fornecimento de uma espécie de chancela institucional para o reconhecimento da capacidade tecno-operacional de empresas condensadas no IBP, possibilitando a estas os necessários ganhos de competitividade – como com a qualidade no processo produtivo, a normalização e a certificação na produção e outros – e, conseqüentemente, os ganhos de acumulação através da atuação no mercado externo.

O quarto e último momento se inicia em meados da década de 1990, no qual há uma reconfiguração do “tripé” que passa a conferir maior peso às multinacionais. Este se refere ao momento de promoção de uma sociabilidade adequada aos interesses do capital como um todo, período em que o IBP intensifica sua atuação através de estratégias de convencimento. Corresponde ao período em que efetivamente passa a atuar como um “partido”, carregando uma concepção de mundo e a disseminando para o conjunto da sociedade civil, operando como uma força dirigente em si mesma e reconhecida pelo público (GRAMSCI, 2007, p. 350). Neste

momento a atuação passa da representação das necessidades do capital privado em particular, para a defesa do conjunto dos capitais. Ou seja, da defesa de uma estratégia de acumulação mais “setorializada”, para uma que permita a expansão deste processo em seu conjunto – ainda que liderada pelas multinacionais –, inclusive incorporando este “novo” conjunto que ascende no Brasil como unidade representada no Instituto. Este momento expressa ainda o deslocamento e aprofundamento da atuação através da via pedagógica, que passa a permear praticamente todas as ações do Instituto.

O incremento da acumulação de capital alcançado durante o regime militar e sua atuação desmobilizadora permitiu ao empresariado condensado no IBP traçar novas trajetórias rumo à expansão. A agenda proposta pelo governo em meados da década de 1990, que buscava desenvolver mecanismos de adesão das camadas populares em meio a um profundo processo de liberalização econômica, privatizações de empresas estatais e destituição do caráter universal de diversos serviços públicos, se expressava como a forma mais adequada ao projeto de hegemonia do Instituto – o desenvolvimento de estratégias pedagógicas de convencimento em torno dos interesses empresariais, com apoio da grande imprensa e com o Estado educando este consenso.

Originada no caráter privatizante dos anos de 1990, a tônica do final da década para o IBP se daria pela discussão da nova forma de regulamentação a ser implementada pelo Estado estrito na destituição do monopólio concedido à Petrobras, buscando a organização imprimir como consenso o interesse do empresariado ali representado. Expressando uma atitude extremamente voluntarista, o IBP se coloca na organização do debate dos novos termos institucionais que regulam o setor. Ainda que o Seminário “A Nova Regulamentação da Indústria do Petróleo no Brasil” não tenha se desenvolvido em um tom monocórdio de consenso, o Instituto garantiu seus interesses empresariais, pois até os dias atuais se vangloria recorrentemente da forte influência exercida no texto final da Lei nº 9.478 de 1997, conhecida como Lei do Petróleo, como nos contratos de concessão e na legislação tributária delineados pela ANP. Neste sentido, após longo período de expansão e acumulação com a Petrobras como “ponta de lança” do processo, neste momento a empresa já não possuiria a mesma funcionalidade para os interesses privados condensados no Instituto. Ao contrário, penetrar o espaço ocupado pela atuação do Estado na produção se tornou uma das metas principais, além da possibilidade de apropriação privada de toda uma infraestrutura estabelecida e das descobertas desenvolvidas durante anos de atuação da empresa no Brasil. Para forjar tal empreitada, o IBP assume declaradamente a representação empresarial, cria uma categoria de

sócios para as empresas que vieram para o Brasil⁸⁵ e implementa as Comissões Setoriais após a abertura do mercado.

Portanto, vindo de uma trajetória nascida dentro de uma empresa estatal, com a qual a relação formal – mesmo que transformada – se mantém até a atualidade, o IBP sempre manteve estreita relação com os órgãos e agências do Estado estrito. A cúpula do governo sempre esteve presente em seu interior, algumas vezes sendo a própria liderança do IBP – o caso de Hélio Beltrão é emblemático como exemplo –, outras estando presente em seus grandes eventos – como ocorreu nos últimos anos da ditadura – ou se representando em suas Comissões Técnicas para realizar os vínculos entre interesses de determinadas frações da sociedade civil e a sociedade política. Entretanto, cabe ressaltar que nunca houve neutralidade nesta atuação, uma vez que estas lideranças, no momento em que se dispuseram como “funcionários” do Estado, já continham os vínculos privados com interesses burgueses.

Analisando seu histórico de atuação, percebemos que o IBP cumpriu ao menos duas direções básicas apresentadas na relação dialética sociedade civil-Estado. Tanto influenciou as políticas do Estado em alinhamento às suas práticas realizadas na sociedade civil, direcionando recursos estatais – não somente os financeiros, sendo o papel da Petrobras na chancela concedida ao empresariado um bom exemplo – de forma a disseminar suas necessidades como valores e interesses gerais, como se aproximou dos partidos oficiais, possibilitando a incrustação de seus representantes nos órgãos e agências da aparelhagem estatal, trazendo os representantes do governo para o interior da organização – tornando-os prepostos deste empresariado no Estado – ou, até mesmo, forjando interesses associados entre os representantes do Instituto e os do governo – como vimos grandes expoentes que ocupavam cargos nas agências estatais e passavam a compor ao mesmo tempo a direção do IBP. Portanto, como uma organização privada, o Instituto tanto torna o Estado “educador” das necessidades e valores de seus associados, como faz confundir seus próprios interesses com os interesses “nacionais” – a controversa popularidade da abertura do mercado é um exemplo.

A mediação pedagógica que realiza, portanto, estabelece os vínculos entre a formação – tanto em sentido estrito⁸⁶, quanto ampliado, no senso comum, na cultura – e a produção

⁸⁵ Através de uma alteração estatutária o IBP criou a categoria de Sócios Cooperadores, conforme representante do Instituto “para agasalhar nesse título as empresas que vieram para o Brasil”, dando “assento a essas empresas no conselho de administração” (PERRONE *in* BRASIL ENERGIA, 2007).

⁸⁶ Além dos diversos cursos que já realizava, conforme apresentado anteriormente, em 2018 o Instituto ampliou e sofisticou sua esfera de formação profissional, lançando a UnIBP, a chamada “universidade do setor de Petróleo”. Segundo o próprio IBP, o objetivo é “capacitar profissionais de forma continuada”, sendo estes capazes de “otimizar as oportunidades imediatas do mercado e atender às expectativas das empresas mais exigentes” (UnIBP, 2020).

humana, fornecendo uma unidade determinada ao par estrutura-superestrutura que se estabelece organicamente em acordo com seus interesses. Na medida em que passou a assimilar outras classes e frações em seu projeto de hegemonia modificou também as funções do Estado – que passou a promover políticas públicas a seu favor ou buscou incorporar outras frações a seu projeto –, transformando este em “educador” das demandas e necessidades das frações burguesas condensadas na organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESPETRO. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE PETRÓLEO. **Quem somos**. Disponível em: <<https://abespetro.org.br/quem-somos>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

ABRANCHES, S. H. **A Questão da Empresa Estatal** – Economia, Política e Interesse Público. RAE – Revista de Administração de Empresas, vol. 19, n. 4, out-dez 1979. P. 95-105. Disponível em: <<https://rae.fgv.br/rae/vol19-num4-1979/questao-empresa-estatal-economia-politica-interesse-publico>>. Visualizado em: 15 de mar de 2021.

ADESG. ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Agraciados com medalha de mérito**. Disponível em: <<https://adesg.org.br/institucional/agraciados-com-medalha-de-merito/>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

AEPET. ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS. **AEPET 50 Anos**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 2011. 224 p. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/11067/AEPET-50-Anos>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

ALVEAL CONTRERAS, E. del C. **Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1994.

ALVES, G. A. P. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: Campinas, 1998.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2ª ed. São Paulo: Campinas, Autores Associados, 2005. 172 p.

ARAÚJO, M. M. de. **A pedagogia da qualidade total: o novo modo (empresarial) de organização da educação escolar**. Revista Educação Em Questão, 8(1), 33-45, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10107>>. Visualizado em: 20 de fevereiro de 2021.

ARAÚJO, N. Y. B. de. **“O milagre dos manauaras”**: Zona Franca de Manaus (Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da universidade como formadora da

mão-de-obra especializada). Dissertação (mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro: 1985. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9339>>. Visualizado em: 20 de dezembro de 2020.

BEHRING, E. R. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Espírito Santo: Vitória, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081/14590>>. Visualizado em: 10 de março de 2021.

BELTRÃO, H. **Descentralização e Liberdade**. Rio de Janeiro: Record, 1984. 173 p.

BEY, E. **A luta pelo petróleo**. Traduzido por Charley Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

BIANCHI, A. **O ministério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: Campinas, 2004.

_____. **Crise e representação empresarial**: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. Revista de Sociologia e Política. Paraná: Curitiba, n. 16, p. 123-142, Junho de 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100009&lng=en&nrm=iso>. Visualizado em: 27 de janeiro de 2021.

BOSCHI, R. R. **Elites industriais e democracia**: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BRANDÃO, R. V. da M. **ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979)**. Polis: Laboratório de História Econômico-Social. Texto de Discussão nº 9. 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/polis/files/texto_9A.pdf>. Visualizado em: 12 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Visualizado em: 10 de dezembro de 2020.

BRASIL ENERGIA. **Especial IBP 50 anos**. Revista Brasil Energia, n. 324, novembro de 2007. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/quem-somos/historia/>>. Acesso: 20 fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado.** Coleção Pensamento Crítico, vol. 39. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Ed., 1980. 499p.

CAMPOS, P. H. P. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985.** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, Niterói, 2012.

CARDOSO, M. L. **Para uma leitura do método em Karl Marx. Anotações sobre a “Introdução” de 1857.** Cadernos do ICHF, Niterói: UFF/ICHF, no. 30, 1990.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014).** Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, Niterói, 2016.

CASTELO, R. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013. 400 p.

CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA. NAÇÕES UNIDAS. CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL. **Note by Executive Secretary:** Instituto Sudamericano del Petroleo – ISAP. 28 de maio de 1951. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14498>>. Visualizado em: 25 de maio de 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CICCARELLI, R. Trincheiras, fortalezas e casamatas. **Dicionário Gramsciano (1926-1937).** Guido Liguori e Pasquale Voza (ORGs.) Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia De Bernardinis. Revisão Técnica: Marco Aurélio Nogueira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. pp. 785-786.

COPENE. PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A. Prospecto da 10ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis com Garantia Flutuante da Copene. 2001. Disponível em: <[http://pefran.com.br/empresas2012/citibank/underwriting/prospecto%20copene%20debentures%20r\\$%20625.000.000,00/internet/arte/Prospecto%20Copene%20Debentures%20R\\$%20625.000.000,00.pdf](http://pefran.com.br/empresas2012/citibank/underwriting/prospecto%20copene%20debentures%20r$%20625.000.000,00/internet/arte/Prospecto%20Copene%20Debentures%20R$%20625.000.000,00.pdf)>. Visualizado em: 15 de janeiro de 2021.

CPDOC/FGV. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**: Verbetes. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/confederacao-nacional-da-industria-cni>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

COHN, G. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Editora Unifesp, 2017. 232 p.

COUTINHO, C. N. Notas ao Texto. In: COUTINHO, C. N. (Org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 351-365.

_____. **A hegemonia da pequena política**. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – 3ª Ed, 2007. 320 p.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992. 142 p.

COUTO, J. M. **Entre estatais e transnacionais**: o pólo industrial de Cubatão. Tese (doutorado em ciências econômicas), Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas/SP, 2003.

CPDOC/FGV. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Eugênio Gudin Filho**: Verbetes. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020a.

CPDOC/FGV. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB)**: Verbetes. Disponível em: <<http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-para-o-desenvolvimento-das-industrias-de-base-ABDIB>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020b.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, F. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**: um ensaio de interpretação histórica. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. 248 p.

DIAS, J. L. de M.; QUAGLINO, M. A. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993. 211 p.

DINIZ, E. **Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85**. p. 198-231. *In*: SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. (ORG.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. 320 p.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. **Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do Estado desenvolvimentista**. Teoria e Sociedade, Belo Horizonte, v.5, p.48-81, 2002. *In*: SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. (ORG.) Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. 276 p.

_____. **Autonomia e dependência na representação de interesses industriais**. Dados, Rio de Janeiro, n.22, p.25-48, 1979. *In*: SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. (ORG.) Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. 276 p.

_____. **Empresariado e estratégias de desenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.18, n.52, p.15-33, 2003. *In*: SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. (ORG.) Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. 276 p.

DREIFUSS, R. A. **A Internacional Capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

_____. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de Estado**. 3ª ed. Petrópolis/RJ: 1981.

ESG. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Diplomados**. Disponível em: < <https://www.esg.br/a-esg/diplomados>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, I. F. de A. L. **Interesses organizados na política comercial brasileira: da era Cacex às negociações internacionais**. São Paulo: Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política, n. 2, pp. 1-35, 2011.

FIORI, J. L. **Social Liberalismo**: a bússola quebrada de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: UERJ/UMS, 1995, 20 p. (Série Estudos em Saúde Coletiva; n. 116).

FLORIANO, M. D. **Educação, educação ambiental e investimento social privado**: um olhar a partir de escolas municipais em Duque de Caxias. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Oposição "clona" emenda de petrolíferas**. São Paulo: 18 de setembro de 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1809200902.htm>>. Visualizado em: 8 de abril de 2021.

FONTES, V. **Hegemonismo e política**: que democracia? *In*: MATTOS, M. B. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2017, pp. 207-36. Disponível em: <http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Hegemonismo-e-politica.pdf>. Visualizado em: 07 de julho de 2020.

_____. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. **Reflexões im-pertinentes**: História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. 328 p.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: em (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, A. *In*: COUTINHO, C. N. (Org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 375p.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 3**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 5**. Edição e tradução: Luiz Sérgio Henriques. Co-edição: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 2**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 1.** Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

HAFFNER, J. A. H. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950-1961).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão.** São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 356 p.

IBP. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS. 2021. **Portal Virtual do IBP.** Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/>>. Visualizado em: 2021.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS. 2021a. **Estatuto Social** (Última alteração realizada em 14 de agosto de 2020). Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/quem-somos/>>. Visualizado em: 12 de abril de 2021.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS. 2020. **Portal Virtual do IBP.** Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/>>. Visualizado em: 2020.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS. **1957 – Ata da Constituição do IBP.** 2018. Disponível em: <<http://ibp60anos.com.br/>>. Acesso: 28 fev. 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS. **Relatório das Atividades de (1957 a 1997).** Rio de Janeiro: 1958-1998 (publicado no ano seguinte ao do Relatório).

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO. **A Indústria Petroquímica Brasileira.** Rio de Janeiro: IBP, 1983a. 144 p.

IBP; FGV. **A nova regulamentação da indústria do petróleo no Brasil:** Seminário organizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e a Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Maio de 1996.

ITV. INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA. **Conheça o Instituto Teotônio Vilela.** 2021. Disponível em: <<https://itv.org.br/o-instituto/conheca-o-instituto/>>. Visualizado em: 14 de abril de 2021.

LAMARÃO, M. V. **O COMPERJ na educação do leste fluminense: as estratégias do empresariado para educar os trabalhadores e impactos da crise recente (2008 –2016).** Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: 2019.

LAMOSA, R. de A. C. 2014. 435 f. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, K. R. D. S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, L. M. W. (Org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

LOBATO, M. **O Escândalo do Petróleo & Georgismo e Comunismo.** São Paulo: Editora Globo S. A., 2011.

_____. **Prefácio da Edição Brasileira.** In: BEY, E. A luta pelo petróleo. Traduzido por Charley Frankie. Revisão e prefácio de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. pp. 5-30.

LORINVEST. **Quem Somos.** Disponível em: <<https://lorinvest.com.br/lorinvest/>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

LUCENA, C. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

LUCENA, C. **Memórias de militantes: a greve dos petroleiros de 1995.** Revista Trabalho Necessário, 18(35), p. 79-98. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40493>>. Visualizado em: 16 de março de 2021.

MARE. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E DA REFORMA DO ESTADO/ CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.** Brasília: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995. 68 p.

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo.** Juiz de Fora: UFJF, 2009. 279p.

_____. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de Terceira Via. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o**

capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010. pp. 127-174.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010. pp. 23-38.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas Nélcio Schneider. Prólogo Hebert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 285 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Tradução de Álvaro Pina. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 126 p.

MELO, M. P. de; FALLEIROS, I. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, L. M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-192.

MENDONÇA. S. R. de. Pesquisando com Gramsci: sugestões metodológicas. In: MENDONÇA. S. R. de.; LAMOSA, R. **Gramsci e a Pesquisa Histórica.** 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018. 175 p. pp. 7-24

_____. **O Estado Ampliado como ferramenta metodológica.** Revista Marx e o Marxismo, v. 2, n. 2, jan/jul 2014. p. 27-43.

_____. **Estado e poder no Brasil: abordagens teórico-metodológicas.** Anais XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA da ANPUH. João Pessoa, 2003.

_____. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo : HUCITEC, 1997.

_____. **Estado e economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA. S. R. de.; FONTES, V. M. **História do Brasil recente:** 1964-1992. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2006. 110 p.

MOGGI, A. S. **Depoimento.** In: PETROBRAS. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. MEMÓRIA DA PETROBRAS/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.

1988. 344 p. Disponível em: < <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/antonio-seabra-moggi>>. Visualizado em: 03 de julho de 2020.

MORAIS, J. M. de. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração offshore**. Brasília: Ipea: Petrobras, 2013. 424 p.

NEVES, L. M. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da Nova Pedagogia da Hegemonia. In: NEVES, L. M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 175-192.

NEVES, L. M. (ORG.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 85-125.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013. 152 p.

ONIP. ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO. **Portal virtual da ONIP**. Disponível em: <<https://www.onip.org.br/>>. Visualizado em: 08 de julho de 2020.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (ORGs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006. 320 p.

PENNA, L. de A. Petróleo e Soberania Nacional. In: PENNA, L. de A; SENA FILHO, N. de; SOUZA, C. A. D. **Petróleo no Brasil: três ensaios sobre a Petrobras**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004. 126 p.

PENNA, L. de A; SENA FILHO, N. de; SOUZA, C. A. D. **Petróleo no Brasil: três ensaios sobre a Petrobras**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004. 126 p.

PETRO&QUÍMICA. **IBP 50 anos**. Revista Petro & Química – Edição comemorativa do 50º aniversário de fundação do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Idealizada e desenvolvida pela Revista Petro & Química, sob supervisão do IBP. 2007. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/quem-somos/historia/>>. Acesso: 20 fev. 2018.

PETROBRAS. **Boletim Técnico da Petrobras**. Vol. 10. N. 1. Rio de Janeiro, janeiro de 1967. pp. 85-98. Disponível em: <<http://publicacoes.petrobras.com.br/main.jsp?lumPageId=8A9E308F55A65B840155BB2FD28E0009&previewItemId=8A9D2AAF5CA274FD015D185466A91CD7&publicacaoId=8A9D2A975A1AAE8B015AAF320FF333D7>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

PETROBRAS. **Boletim Técnico da Petrobras**. Vol. 7. N. 5. Número Especial: Decênio da Petrobras. Rio de Janeiro, fevereiro de 1964. pp. 109-127. Disponível em: <<http://publicacoes.petrobras.com.br/main.jsp?lumPageId=8A9E308F55A65B840155BB2FD28E0009&previewItemId=8A9D2AAF5CA274FD015D185466A91CD7&publicacaoId=8A9D2A975A1AAE8B015AAF320FF333D7>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

PEYERL, D. **A Contribuição do Conselho Nacional Do Petróleo e da Petrobras na Formação de Profissionais para a Exploração do Petróleo no Brasil**. Tese (doutorado em ciências). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Campinas/SP: 2014.

PIQUET, R. (Org.) **Mar de riqueza, terras de contrastes: o petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. 224 p.

PIQUET, R.; TERRA, D. **A roda da fortuna: a indústria do petróleo e seus efeitos multiplicadores no Brasil**. In: PIQUET, R. (Org.) **Mar de riqueza, terras de contrastes: o petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. pp. 11-48.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Coleção Pensamento Crítico, vol. 7. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142p.

PSDB. PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. PSDB-RS. **João Carlos de Luca**: “Temos um descompasso em relação ao setor de Petróleo e Gás”. Disponível em: <<https://www.psdb.org.br/rs/joao-carlos-de-luca-temos-um-descompasso-em-relacao-ao-setor-de-petroleo-e-gas/#>>. Visualizado em: 14 de abril de 2021.

PSDB. PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. PSDB-MS. Clarissa Lins. Disponível em: <<https://www.psdb.org.br/ms/tags/clarissa-lins/>>. Visualizado em: 14 de abril de 2021.

RODRIGUES, J. dos S. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Tese (doutorado em educação), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas/SP, 1997.

RQI. **Pioneiros da Química**. Revista de Química Industrial. Edição Eletrônica 19 do nº 761. 4º trimestre de 2018. pp. 29-33.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, A. C. M. e. **Petrobras: a consolidação do monopólio estatal e a empresa privada** (1953-1964). Dissertação (metrado em economia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas/SP, 1985.

SINDICOM. SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUÍDORAS DE COMBUSTÍVEIS E DE LUBRIFICANTES. **História da distribuição dos combustíveis no Brasil**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <<https://sindicom.com.br/index.php/livros/historia-da-distribuicao-de-combustiveis-no-brasil/>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

SINDIGÁS. SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DISTRIBUÍDORAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO. **Os pioneiros do GLP: meio século de história**. Homenagem promovida pelo Sindigás. 2ª Ed. São Paulo: CL-A Comunicações S/C Ltda, 1990.

SUAREZ, M. A. **Petroquímica e tecnoburocracia: Capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

TÁVORA, J. **Petróleo para o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1955.

TN PETRÓLEO. **Caderno Especial IBP 50 anos**. Revista TN Petróleo, nº 56. pp. 33-59. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/quem-somos/historia/>>. Acesso: 20 fev. 2018.

TORRES, E. M. M. **A evolução da indústria petroquímica brasileira**. Revista Química Nova, Vol.20, n. Especial. São Paulo: dezembro de 1997.

TROJBICZ, B.; LOUREIRO, M. R. **Rupturas, continuidades e gradualismo nas políticas de petróleo no Brasil: 1995 a 2010**. Revista Organizações & Sociedade. Salvador, Bahia: v. 25, n. 85, p. 193-210, Abr./Jun. 2018.

UNIBP. UNIVERSIDADE DO SETOR DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS. Portal Virtual da UnIBP. Disponível em: <<https://www.unibp.com.br/>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

VARGAS, G. **Carta Testamento**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>>. Visualizado em: 06 de agosto de 2020.

VEJA. **Senado debate fim da participação obrigatória da Petrobras no pré-sal**. Editora Abril, 30 de junho de 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/senado-debate-fim-da-participacao-obrigatoria-da-petrobras-no-pre-sal/>>. Visualizado em: 15 de abril de 2021.

**APÊNDICE I – Levantamento da formação e dos cargos ocupados pelos presidentes do
IBP**

➤ **Hélio Marcos Penna Beltrão (1957-1962)**

Formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais. Começou a trabalhar no serviço público em 1936, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), assumindo cargos de chefia em diversos setores, chegando a ser nomeado procurador-geral.

Chefe de gabinete e da assessoria técnica do presidente do Conselho Nacional do Petróleo (1953).

Integrante da diretoria da Petrobras (1954-1956), período em que foi o principal responsável pela elaboração do plano de organização da empresa.

Secretário do Interior e Planejamento do estado da Guanabara (1960-1965), durante o governo de Carlos Lacerda.

Candidatou-se no pleito de outubro de 1962 a suplente de senador da Guanabara pela União Democrática Nacional (UDN), mas foi derrotado.

Responsável pelo planejamento básico do governo de Virgílio Távora no Ceará (1963-1966).

Teve seu nome proposto, em 1965, para candidato da UDN ao governo da Guanabara pelo próprio Lacerda, que acabou apoiando Flexa Ribeiro.

Foi um dos primeiros a ingressar na Aliança Renovadora Nacional (Arena), criada no início de 1966 para dar respaldo político ao regime militar instalado em março de 1964.

Integrou o conselho administrativo do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1966.

Ministro do Planejamento e Coordenação Geral (1967-1969) e integrante do Conselho Monetário Nacional no governo do general Costa e Silva. Sendo responsável pela elaboração do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que forneceu diretrizes para a reforma administrativa, buscando desburocratizar o serviço público e descentralizar atividades.

Em 13 de dezembro de 1968, em sessão do Conselho de Segurança Nacional, foi um dos signatários do Ato Institucional nº 5, mais severo dos Atos Institucionais da ditadura militar.

Em 1969, retornou à iniciativa privada como vice-presidente da Companhia Brasileira de Participação (Cobrapar), empresa *holding* do Grupo Ultra, associado à Phillips Petroleum Co., e como diretor da Mesbla.

Em 1971 assumiu a vice-presidência da Companhia de Cimento Portland Paraíso, empresa *holding* do Grupo Paraíso.

Passou a integrar, em 1978, o conselho administrativo da Itaipu Binacional e tornou-se membro do conselho administrativo da Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 1979 assumiu o cargo de ministro extraordinário da Desburocratização, no governo de João Figueiredo. Assessorando amplo estudo visando a promover a desburocratização da máquina estatal e conter a crescente intervenção do Estado junto à comunidade e no empresariado.

Em 1982, assumiu o Ministério da Previdência Social, acumulando com o cargo de ministro da Desburocratização.

Em 1983 foi considerado uma “boa opção civil” como candidato à presidência da República, sendo apontado como o nome do PDS de maior respaldo popular para uma eleição direta em 1985.

Ainda em 1983, mostrou-se insatisfeito com a política econômica proposta pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, demitindo-se do ministério e da supervisão do Programa Nacional de Desburocratização.

A partir de novembro de 1983 dedicou-se a sua campanha para presidente da República.

Em 1984 deixou o diretório nacional do PDS e desligou-se do partido, visando integrar a Frente Liberal. Essa dissidência viria a formar, com o PMDB, a frente oposicionista Aliança Democrática, patrocinadora da candidatura de Tancredo Neves a presidente da República.

Em dezembro foi homenageado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Federação Brasileira das Associações Comerciais e Associação Comercial do Rio de Janeiro por ocasião da aprovação do Estatuto da Microempresa, do qual foi criador.

Em 1985, lançou oficialmente no Rio de Janeiro o Partido da Frente Liberal (PFL).

Em 1985 também tomou posse como Presidente da Petrobras, salientando que a meta do novo governo continuaria sendo alcançar a autossuficiência, dando prioridade ao aumento da produção e à ampliação das reservas de petróleo.

Em 1986 se desligou da Petrobras, voltou a integrar os conselhos de administração da Oxiteno, da Ultrapar Participações S.A., da Nordeste Química S.A. (Norquisa) e da Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (Copene) entre 1986 e 1995.

Foi ainda membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); conselheiro de diversas empresas nacionais; assessorou a organização do Banco do Nordeste S.A. e do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); e colaborou na organização do Ministério de Minas e Energia e do Conselho Nacional do Petróleo.

Morreu no Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1997.

Atualmente, o Instituto Desburocratizar (iDESB) – inicialmente sob o nome Instituto Hélio Beltrão – carrega sua bandeira liberal de eficiência, descentralização e desburocratização da administração pública.

Seu filho, Hélio Marcos Coutinho Beltrão, foi executivo do Banco Garantia, Mídia Investimentos e da Sextante Investimentos. É fundador e membro do conselho consultivo do Instituto Millenium, um *think tank* formado por intelectuais e empresários que promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo. É também fundador-presidente do Instituto Ludwig von Mises – Brasil, associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado. Além disso, é membro do conselho de administração do Grupo Ultra, da Le Lis Blanc, da Artesia Investimentos, do conselho consultivo da Ediouro Publicações e da Lab SSJ.

Fontes visualizadas em 28/02/2018:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-marcos-pena-beltrao>

<https://www.desburocratizar.org.br/>

<https://www.institutomillennium.org.br>

<https://www.mises.org.br/>

➤ **Plínio Cantanhede (1962-1984)**

Formado em engenharia em 1931.

Em 1932 iniciou sua vida pública como atuário do antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Em 1936 presidiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores.

Em 1938 foi designado pelo presidente Getúlio Vargas como presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), cargo que exerceu até agosto de 1945.

Paralelamente a sua gestão nesse órgão, presidiu interinamente o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) de 1943 a 1944.

Após a deposição de Vargas, em 1945, passou a ocupar a chefia do gabinete do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Roberto Carneiro de Mendonça, até janeiro de 1946.

Afastado de cargos públicos durante o governo Dutra, fundou (ao lado de João Augusto de Matos Pimenta e de Mário de Brito) e foi um dos diretores do Jornal de Debates, ainda no mesmo ano. O jornal era abertamente simpático às causas nacionalistas e à política trabalhista. Seguindo a sua linha editorial, aderiu à campanha do petróleo, então em efervescência, redigindo artigos que defendiam duas opções para sua exploração no Brasil: através do monopólio total do Estado ou mediante a criação de uma sociedade de economia mista, controlada majoritariamente pelo Estado. Sustentava que a participação de capitais estrangeiros não seria necessária, por ser altamente lucrativa a extração petrolífera, o que a tornava

praticamente autofinanciável pouco depois de instalada. Além disso, argumentava que o Estado brasileiro poderia arcar com grande parte do investimento, na medida em que avalizava um vultoso empréstimo para a empresa Brazilian Traction, Light & Power na ocasião.

Com a volta de Getúlio Vargas à presidência da República em 1951, foi designado presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão criado por Vargas. Lá defendeu desde o início o projeto de criação da Petrobras, sustentando também a instituição do monopólio estatal do petróleo. Em sua gestão, integrou ainda as comissões de construção das refinarias de Mataripe (BA) e de Cubatão (SP).

Cursou o Curso Superior de Guerra (CSG) da Escola Superior de Guerra (ESG) na turma de 1954.

Ao deixar o CNP, em 1955, integrou a diretoria da refinaria de Capuava (SP).

Foi também, em 1955, presidente da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Ainda no mesmo ano foi nomeado chefe do Departamento de Controle de Aplicações do Banco Nacional de Desenvolvimento, cargo que deixou em dezembro de 1956.

Durante o curto regime parlamentarista que se seguiu à renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), foi subsecretário do ministro da Viação e Obras Públicas, Hélio de Almeida, cargo que ocupou até 1963, quando foi realizado o plebiscito que restaurou o presidencialismo e restituiu todos os poderes ao presidente João Goulart (1961-1964).

Ainda em 1963, foi superintendente da administração do porto do Rio de Janeiro e diretor da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa).

No início da ditadura militar foi nomeado prefeito de Brasília (1964-67) pelo presidente Castelo Branco.

Assumiu a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) durante o governo de Ernesto Geisel (1974-79), buscando ampliar a produtividade da empresa.

Em 1977 declarou-se contrário ao restabelecimento da liberdade sindical por considerar que havia um bom nível de entendimento entre a CSN e os sindicatos, notadamente o dos metalúrgicos.

Em 1979 deixou a CSN e foi eleito presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Tornou-se ainda membro do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio.

Publicou também “Alguns aspectos da previdência social: o problema da aplicação das reservas” (1946).

Fontes visualizadas em 28/02/2018:

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-reis-de-cantanhede-almeida>

<http://www.adegs.net.br/visualiza-presidente?id=NA==>

➤ **Paulo Guilherme Aguiar Cunha (1984-1986)**

Formou-se em Engenharia pela PUC-Rio.

Ingressou na Petrobras, por concurso, no início da década de 1960. Lá coordenou o curso de formação de engenheiros e o projeto da fábrica de amônia e ureia, em Camaçari (BA).

Em 1967 ingressou no grupo Ultra, a convite do empresário Pery Igel, então presidente da empresa. No grupo atuou na área de desenvolvimento de fertilizantes, contribuindo com a criação da Ultrafertil; colaborou na criação da Petroquímica União; foi fundador da empresa Oxiteno; e participou da criação da Ultratec.

Nos anos de 1970 foi presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Em 1973 foi alçado à vice-presidência do Grupo Ultra.

Em 1981 foi indicado presidente do Grupo Ultra por Pery Igel.

Participou do conselho da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

No fim dos anos 1980, foi fundador do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

Foi membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) no governo Collor

Em 1998, Paulo Cunha foi convidado e recusou o convite para ser o Ministro do Desenvolvimento, durante o governo FHC.

Nos anos 2000 foi membro do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e membro do Conselho Superior de Economia e do Conselho Consultivo da Indústria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Deixou o cargo de presidente-diretor do Grupo Ultra em 2007, permanecendo na Presidência do Conselho de Administração, no mesmo ano em que o grupo compra a Ipiranga. Atualmente o grupo possui a Extrafarma, rede de farmácias com mais de 300 lojas em 10 estados do país; a Ipiranga, segunda maior rede de distribuição de combustíveis e lubrificantes do país; a Oxiteno, desenvolvimento de especialidades químicas; a Ultracargo, líder brasileira de armazenamento de granéis líquidos; a Ultragaz, maior distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo do país; dentre outros empreendimentos.

Além disso, Paulo Cunha vem desenvolvendo uma série de projetos sociais na área de educação.

Fontes visualizadas em 28/02/2018:

<http://cpdoc.fgv.br/elitesempresariais/paulocunha#Sumario1>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Guilherme_Aguiar_Cunha

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1323:entrevistas-materias&Itemid=41

https://pt.wikipedia.org/wiki/Pery_Igel

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Oxiteno>

<https://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico/20120821/281908770305825>

➤ **Eduardo Demarchi Difini (1986-1995)**

Cursou o Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra na turma de 1960.

Sempre trabalhou na iniciativa privada.

Diretor industrial e acionista da Refinaria de Manguinhos e acionista da Metanol, empresas do Grupo Peixoto de Castro.

Fundador do IBP e Coordenador da Comissão de Refinação, a segunda do Instituto.

Conselheiro Emérito do IBP.

Faleceu em dezembro de 2019.

Fontes visualizadas em 05/08/2020:

<https://www.esg.br/a-esg/CAEPE1960.pdf>

<https://www.ibp.org.br/noticias/ibp-homenageia-ex-presidentes-eduardo-demarchi-difini-e-otto-vicente-perrone/>

TN PETRÓLEO, 2007

PETRO&QUÍMICA, 2007

➤ **Otto Vicente Perrone (1995-2001)**

Químico industrial (1951) e engenheiro-químico (1955), pela Escola de Química, da Universidade do Brasil, atual UFRJ.

É considerado um dos fundadores da petroquímica no Brasil.

Na Petrobras, chefiou a Assistência de Indústria Petroquímica, órgão ligado à Presidência (1964 - 1968), e foi Diretor-Presidente da Petrobras Química S.A. – Petroquisa (1971 - 1982). Na empresa teve ligações com Leopoldo Miguez de Mello (fundador do IBP), sendo seu assistente na direção.

Como Presidente da Copene (matriz da atual Braskem), coordenou a implantação e o desenvolvimento do Polo Petroquímico da Bahia (1972 - 2001).

Presidiu a Norquisa, de 1991 a 2001, sucedendo no posto o general Ernesto Geisel, seu primeiro presidente.

Fez parte da Diretoria e do Conselho de Administração de um grande número de empresas petroquímicas brasileiras.

Atuou nos debates políticos sobre desenvolvimento industrial desde as décadas de 1950-60, sendo um dos principais formuladores do conhecido modelo tripartite que permitiu a união de empresas de capital estatal e privado, nacionais e internacionais, formando *joint-ventures* que atuaram decisivamente na construção do parque petroquímico brasileiro. Atuou na negociação dos acordos tripartites e na atração e negociação de contratos de transferência de tecnologia

pelo capital estrangeiro, além do convencimento de empresários brasileiros de outros setores – como empreiteiros, banqueiros, mineradores, fabricantes de celulose e papel – para ingressarem na indústria química.

Foi, ainda, Presidente da Abiquim - Associação Brasileira da Indústria Química (1985 - 1986) e do IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (1995 - 2001).

Recebeu as seguintes premiações: Medalha do Mérito da Bahia, na classe de comendador (1974); Ordem do Mérito Industrial Luiz Tarquínio (1984); Ordem do Rio Branco, no grau do comendador (1992); Medalha do Mérito Industrial da Firjan (2002); Medalha do Mérito Industrial da CNI (2002); Diploma ao Mérito da Escola de Química da UFRJ (2003); Prêmio Leopoldo Américo Miguez de Mello (2004).

Grande conhecedor da área petroquímica, escreveu uma das obras mais citadas sobre o assunto, o livro “A indústria petroquímica no Brasil” (2010), publicado pelo IBP.

Foi membro do Conselho de Administração do IBP como consultor.

Faleceu em dezembro de 2019.

Fontes visualizadas em 05/03/2018:

<http://www.colegioleopoldo.org.br/ottovicenteperrone.html>

https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2017/07/IBP_AGENDA-DA-INDUSTRIA-2017.pdf

<https://institutomiguelcalmon.wordpress.com/2014/04/09/1557/>

<https://oglobo.globo.com/sociedade/morre-otto-perrone-personagem-fundamental-na-industrializacao-brasileira-23372174>

<https://acbahia.com.br/otto-perrone-uma-lenda-da-petroquimica/>

➤ João Carlos De Luca (2001-2015)

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (1973) e em Engenharia de Petróleo pelo SEN-BA/Petrobras (1975), possui especialização (1989) em Gerencia de Petróleo pelo “Arthur de Little Management Education Institute” (Cambridge- Massachussets - USA).

Foi Diretor de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. - entre 1990 e 1995, sendo simultaneamente Membro do Conselho de Administração da Petrobras Holding e suas Subsidiárias. Responsável pelas áreas de Exploração, Perfuração e Produção da Petrobras no Brasil, gerenciava ao redor de 22.000 pessoas e 837 gerentes.

Nos 24 anos que esteve na Petrobras (1974-1997), desempenhou diversas outras funções técnicas e gerenciais relevantes, entre elas a de Gerente Geral da Bacia de Campos (1986-89) até então a mais importante província petrolífera do país, e a de Gerente Geral do Departamento

de Produção na sede da Cia. (1989-90). Esteve diretamente envolvido e liderando as equipes técnicas de operação que ajudaram a desenvolver a tecnologia submarina para produção em águas profundas, posteriormente consolidando a posição da Petrobras como grande líder mundial em tecnologia de exploração e produção submarina.

Ajudou a fundar a Repsol YPF no Brasil, sendo seu presidente por 11 anos (até 2009). Foi um dos responsáveis pela criação do importante portfólio de E&P dessa companhia no Brasil, com destaque para a decisão de entrar nos blocos do pré-sal da Bacia de Santos, que resultou em recursos potenciais para a Repsol da ordem de 2 bilhões de barris de óleo equivalente, e um valor de mercado (2010) de cerca de US\$ 12 bilhões.

É membro do Comitê Executivo do IGU – International Gas Union - desde 2006.

É Secretário do Comitê Nacional do WPC – World Petroleum Council – desde 1997, tendo sido Presidente do Comitê Organizador do 17º Congresso Mundial do Petróleo realizado no Rio de Janeiro em 2002, e membro do Comitê Executivo (2000 a 2008).

Participa em inúmeros outros Conselhos de Associações e empresas ligadas à área de energia (PROMIMP, EPE, ONIP, FIESP, IBEF-RJ, CNI, ABDIB).

Recebeu vários prêmios, entre eles “O Executivo do Ano” (2002) e o Troféu “O Equilibrista” pelo IBEF (Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças); “Personalidade do Petróleo 1994”, outorgado pelo Sindicato de Engenheiros do Estado de São Paulo; “Medalha Pedro Ernesto” e o Título de Cidadão Honorário da Cidade do Rio de Janeiro, a mais alta honraria da Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro (2003); “Medalha Tiradentes” (2003), a mais alta honraria da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e o título de Cidadão Benemérito do Estado do Rio de Janeiro.

Recebeu em 2009 a o título de “Embaixador da Cultura, da Paz e da Fraternidade”, e a primeira “Medalha Embaixador Sérgio Vieira de Mello” instituída nesse ano pela ONU e pelo “Instituto de Altas Honrarias do Brasil” em homenagem ao Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto em Missão Oficial da ONU no Iraque.

É um dos sócios-fundadores da Barra Energia, exercendo atualmente o posto de Diretor do Conselho de Administração da empresa.

Atualmente é também Conselheiro Emérito do IBP.

É também Presidente do CCE/FGV-Comitê de Cooperação Empresarial da Fundação Getúlio Vargas.

Fontes visualizadas em 05/03/2018:
<http://www.barraenergia.com.br/equipe>

➤ **Jorge Marques de Toledo Camargo (2015-2018)**

Graduou-se em geologia pela Universidade de Brasília e obteve um mestrado em geofísica pela Universidade do Texas.

Possui mais de 38 anos de carreira, dos quais mais de 25 anos dedicados à Petrobras.

Atuou como Diretor de Exploração e Produção e Presidente da BRASPETRO, subsidiária da Petrobras para exploração de petróleo fora do Brasil. Passou 27 anos na Petrobras em cargos de exploração e executivos, atuando como membro do Conselho Executivo da Petrobras e sendo responsável pela Área Internacional.

Foi membro do Conselho de Administração da Deepflex do Brasil Ltda., indústria de dutos que atende à indústria do petróleo, de 2010 a 2013.

Consultor sênior da Statoil Brasil, empresa de petróleo norueguesa, de 2010 a 2014. Ocupou cargos como Vice-presidente Sênior de Desenvolvimento de Negócios Internacionais da empresa e Presidente de Operações no Brasil (2005 a 2009).

Membro do Conselho de Administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. desde 2011.

Consultor sênior da McKinsey & Company, empresa de consultoria empresarial e gestão estratégica, desde 2012.

Membro do Conselho de Administração da Prumo Logística S.A. desde 2014.

Membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. (Grupo Ultra) desde abril de 2015.

Membro do Conselho de Administração do IBP desde 2010.

Foi, ainda, membro do Conselho Consultivo da Energy Ventures e Conselheiro da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia.

Integrou também o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conhecido como “Conselho” durante o governo de Dilma Rousseff, juntando cerca de 90 entidades empresariais e organizações destes setores.

Fontes visualizadas em 05/03/2018:

[http://insiders.morningstar.com/insiders/trading/executive-](http://insiders.morningstar.com/insiders/trading/executive-profile.action?PersonId=PS0000A5VP&flag=Director&insider=Jorge%20Marques_Camargo&t=XBSP:UGPA3)

[profile.action?PersonId=PS0000A5VP&flag=Director&insider=Jorge%20Marques_Camargo&t=XBSP:UGPA3](http://insiders.morningstar.com/insiders/trading/executive-profile.action?PersonId=PS0000A5VP&flag=Director&insider=Jorge%20Marques_Camargo&t=XBSP:UGPA3)

<https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=54879133&privcapId=3574005&previousCapId=403623&previousTitle=Ultrapar%20Participa%C3%A7%C3%B5es%20S.A.>

<https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0M82R620150312>

<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-divulga-lista-completa-com-os-92-integrantes-do-conselhao-18556911>

<http://www.ultra.com.br/Ultra/relatorio/2015/pt/governanca-corporativa.html>

http://www.cprm.gov.br/publique/media/informacao_publica/apresentacao1.pdf

➤ **José Firmo (2018-2019)**

Possui MBA em Administração de Empresas pela Rotterdam School of Management da Universidade Erasmus (Holanda).

O executivo possui 25 anos de experiência na área de serviços da indústria de óleo e gás, com sólida carreira internacional.

Ingressou na Schlumberger do Brasil, empresa de serviços de petróleo, em 1992. Chegou a ser presidente da empresa em 2011.

Atualmente vice-presidente da Seadrill, empresa que oferece serviços de perfuração de poços de petróleo.

Foi Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro) entre 2016 e 2017, deixando a posição para assumir a presidência do IBP. Porém, ainda se mantém como presidente do Conselho Consultivo dos Ex-presidentes.

Assumiu o comando do Porto do Açu após a renúncia ao cargo de presidente do IBP em 2019.

Fontes visualizadas em 05/03/2018:

<https://www.ibp.org.br/noticias/jose-firmo-e-confirmado-para-presidencia-do-ibp-em-2018/>

<http://www.seadrill.com/about-us/leadership-team/executive-management/jose-firmo.aspx>

<https://petronoticias.com.br/archives/78748>

<http://www.amchamrio.com.br/site-noticia?noticiaSite.id=570>

<https://abespetro.org.br/noticia/376/eleita-nova-diretoria-da-abespetro>

➤ **Clarissa Lins (2019- ~)**

É economista formada pela PUC do Rio de Janeiro, com mestrado em economia pela mesma universidade.

Trabalhou no setor público por diversos anos, no Ministério da Fazenda durante a elaboração do Plano Real diretamente na equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso, no BNDES como assessora especial da Presidência e na Petrobras, como Gerente Executiva de Estratégia Corporativa e assessora especial da Presidência na gestão de Philippe Reischtul.

Sócia-fundadora da Catavento, consultoria especializada em estratégia e sustentabilidade. Seu foco de atuação destaca-se por mapear o futuro da energia, os desafios do setor de óleo e gás e as oportunidades de negócio no contexto da transição energética.

Gerente executiva de Estratégia Corporativa e assessora da presidência (1999/2002) da Petrobras.

Diretora do IBP desde abril de 2016.

Senior fellow do Núcleo de Energia e de Infraestrutura do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

Membro do Global Future Council on The Future of Energy do Fórum Econômico Mundial.

Membro do Conselho de Administração da Petrobras desde maio de 2018. No colegiado, presidiu o Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde e é membro do Comitê de Auditoria.

Renunciou ao cargo na Petrobras após ter sido eleita para a presidência do IBP.

Primeira mulher a ser presidente do Instituto.

Fontes visualizadas em 05/08/2020:

<https://www.ibp.org.br/noticias/clarissa-lins-e-confirmada-para-presidencia-do-ibp/>

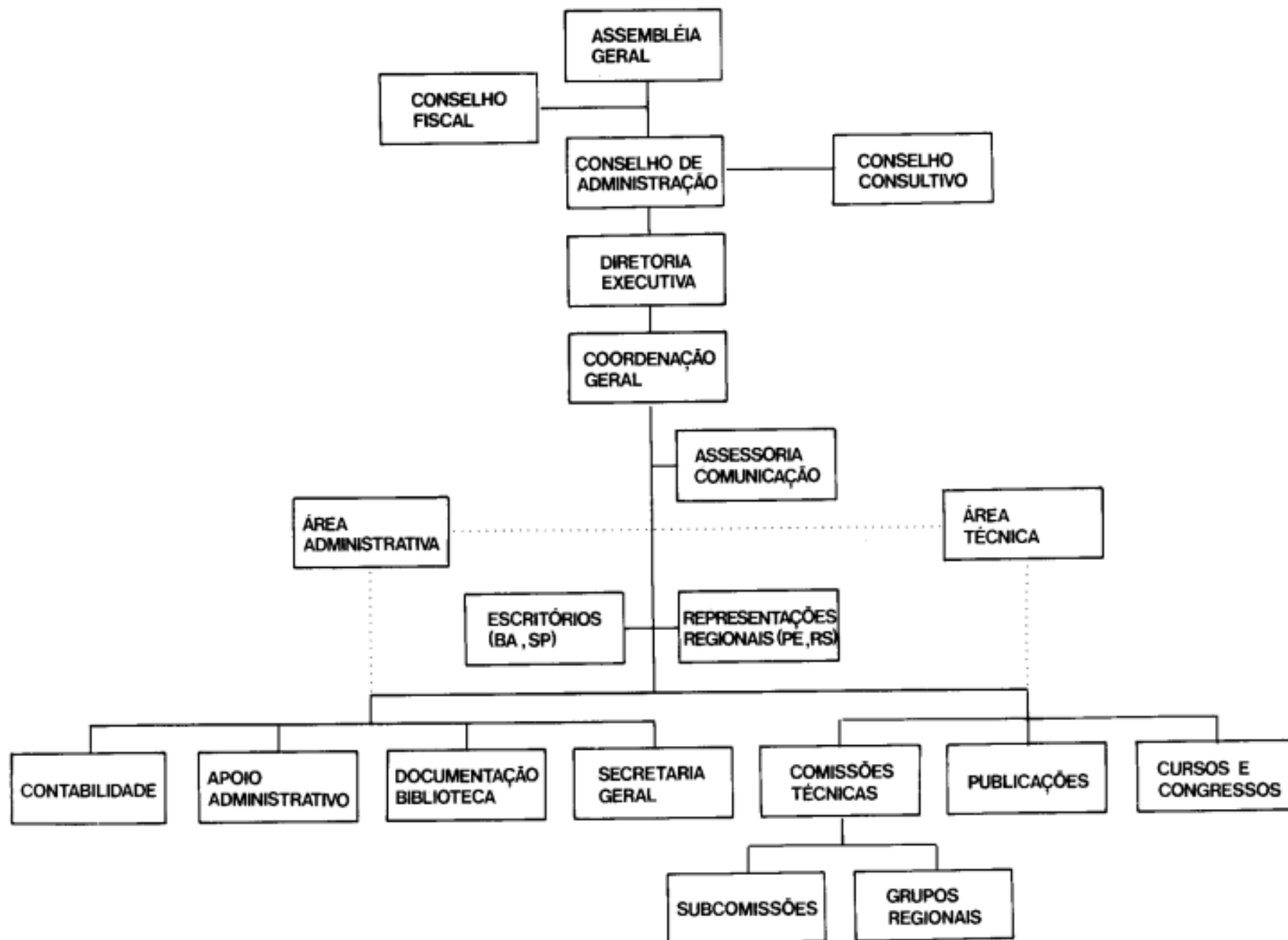
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/02/petrobras-diz-que-conselheira-clarissa-lins-renunciou-ao-cargo.ghtml>

<https://www.psd.org.br/ms/tags/clarissa-lins/>

ANEXO I – Estrutura organizacional e das Comissões Técnicas do IBP em 1985

(IBP, 1985, pp. 19-20)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IBP



ESTRUTURA DAS COMISSÕES TÉCNICAS – 1985

